

IARA SOARES DE FRANÇA

AGLOMERAÇÃO URBANA DESCONTÍNUA DE MONTES  
CLAROS/MG: NOVAS CONFIGURAÇÕES  
SOCIOESPACIAIS

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Uberlândia, como requisito para obtenção do título de Doutora em Geografia.

Área de concentração: Geografia e Gestão do Território.

Orientadora: Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup>. Beatriz Ribeiro Soares.

Uberlândia/MG

INSTITUTO DE GEOGRAFIA/UFU

2012

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)  
Sistema de Bibliotecas da UFU, MG, Brasil.

---

F814a França, Iara Soares de, 1980-  
2012 Aglomeração urbana descontínua de Montes Claros/MG : novas  
configurações socioespaciais / Iara Soares de França. - 2012.  
393 f.: il.

Orientadora: Beatriz Ribeiro Soares.  
Tese (doutorado) - Universidade Federal de Uberlândia, Programa de Pós-  
Graduação em Geografia.  
Inclui bibliografia.

1. Geografia - Teses. 2. Urbanização – Monte Claros (MG) - Teses. 3.  
Planejamento urbano – Montes Claros (MG) - Teses. I. Soares, Beatriz  
Ribeiro. II. Universidade Federal de Uberlândia. Programa de Pós-  
Graduação em Geografia. III. Título.

CDU: 910.1

---

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA

IARA SOARES DE FRANÇA

AGLOMERAÇÃO URBANA DESCONTÍNUA DE MONTES  
CLAROS/MG: NOVAS CONFIGURAÇÕES  
SOCIOESPACIAIS

---

Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup>. Beatriz Ribeiro Soares (UFU)  
Orientadora

---

Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup>. Eduarda Marques da Costa (UL-Lisboa)

---

Prof. Dr. Oswaldo Bueno Amorim Filho (PUC-Minas)

---

Prof. Dr. Julio César de Lima Ramires (UFU)

---

Prof. Dr. Vítor Ribeiro Filho (UFU)

Data: \_\_\_\_/\_\_\_\_ de 2012

Resultado: \_\_\_\_\_

## Dedicatória

Para Juscelino, meu irmão. Pelas saudades que, todos os dias, nos acometem. E também à Esther e ao João Pedro, motivos das alegrias da nossa família, um alento em tempos de tantas tormentas.

## AGRADECIMENTOS

A Deus, autor da vida e conhecedor de tudo, pela sua presença e pelo seu amor em toda a minha vida.

À minha família, em especial à minha mãe Nazaré e aos meus irmãos Juscelino, Jeová e Juliana, pelo amor, pela tolerância, pela paciência e por acreditarem na importância deste projeto.

Ao Rômulo, novamente coorientador, mas, sobretudo, e o mais importante, companheiro paciente de todos os momentos; e ainda um profissional brilhante e um marido singular.

À professora Beatriz Ribeiro Soares, uma das pessoas mais generosas que conheço; por me oportunizar a experiência da pós-graduação na Universidade Federal de Uberlândia, através da orientação no mestrado e no doutorado em Geografia. Agradeço sinceramente pela confiança, pelo estímulo e pela amizade demonstrada durante essa trajetória.

Aos professores Júlio César de Lima Ramires, Victor Ribeiro Filho, Oswaldo Bueno Amorim, Eduarda Marques Costa e Maria Encarnação Beltrão Spósito, pela orientação e pelas contribuições na tese, auxiliando de forma direta com a pesquisa.

À professora Maria Encarnação Beltrão Spósito, pela orientação na Missão de Estudos da *Recime* durante o Estágio Técnico-científico no país realizado na Universidade Estadual Paulista/ UNESP, *campus* Presidente Prudente.

À professora Eduarda Marques Costa, pela orientação na Missão de Estudos da *Recime* durante o Estágio Técnico-científico no exterior, realizado na Universidade de Lisboa/UL, em Portugal.

Ao professor Samuel do Carmo Lima, que como coordenador da pós-graduação na UFU sempre apoiou e incentivou a realização dos intercâmbios e estágios técnicos científicos que realizei.

A todos os entrevistados: empreendedores, população, taxistas, gestores municipais, políticos e pesquisadores.

Aos professores do Departamento de Geociências da Unimontes, que sabem da luta para a qualificação.

Aos amigos da pós-graduação, em especial Flávia, Hélio, Diego, Andréia, Wagner Batella, Rafael, Henrique, Caroline, Ana Elisa, Rejane, Francine, Nágela, Marcelo, Joelma, Edione, Roberto, Márcia, Maria José, Mateus e Lidiane.

Ao Manoel Reinaldo, Douglas, Ricardo e à Franciely, pelo apoio nas atividades cartográficas e na pesquisa de campo.

Aos funcionários do Instituto de Geografia/UFU, em especial à Dilsa, Cinara e João, pela paciência, atenção e profissionalismo.

À FAPEMIG, pela concessão da bolsa de estudos, recurso fundamental para o desenvolvimento desta pesquisa.

A meu vizinho Zé e a minha vizinha Paulina, que são exemplos de vida.

Aos amigos do curso de Geografia da Unimontes, pela amizade de sempre, pelo carinho e pela compreensão; a Walfrido, Díndia, Ricardo e também à Taís.

A Afrânio e Karina pelas conversas e trocas de experiências em relação ao curso de doutorado.

Aos amigos de todos os momentos, “a turma do acampamento de férias do Jaraguá”, pela convivência divertida e descontraída: Nívea, Mery, Dilma, Lêu, Marcelo, Lôra, Fia, Léo, Jane, Eraldo, Lé, Dinas, Maristélia e Sr. Antônio. Agradeço a vocês pelos momentos de conversas, amizade e diversão, fundamentais à vida humana.

Muito obrigada a todos.

*[...] Many of the most pressing issues facing contemporary societies now and into the future revolve around life in cities. Life in cities is replete with both problems and possibilities. Cities represent both the best and worse of life in the earliest twenty-first century. If you wish to engage with the world outside your window, either in theory, in practice or through your everyday life, it is almost impossible to do so without at least some engagement with urban geography. (HALL, 2006, p.1).*

## RESUMO

O processo de expansão das cidades envolve o seu crescimento e das áreas do entorno apresentando ou não continuidade na ocupação. Isso demonstra que não somente os critérios políticos administrativos levam a formação de áreas de concentração populacional e econômica. As interrelações que se desenvolvem entre cidades de uma mesma região impactam a organização do território, ao passo que a cidade núcleo atrai população, investimentos, fluxos de mercadorias, circulação, transporte e bens, de forma que seu raio de atração extrapola os limites políticos administrativos do território. A intensificação da urbanização é um aspecto relevante nesta análise, pois atinge áreas circunvizinhas tornando a cidade dispersa espacialmente com uma concentração da população e das atividades econômicas. Nesta perspectiva, este estudo analisou a aglomeração urbana descontínua de Montes Claros/MG, composta por esta cidade média e pelos municípios do seu entorno. No Norte de Minas manifesta-se a integração espacial e socioeconômica e não político-administrativa entre a cidade média de Montes Claros e as pequenas cidades que com ela fazem limite territorial. Identificou-se essas interações a partir da intensidade de deslocamentos de pessoas entre os municípios em busca de serviços de saúde, educação superior e comércios especializados e diversificados, além de local de trabalho. Para a consecução deste estudo, a pesquisa se estruturou em três etapas básicas: A primeira consistiu em pesquisa e análise bibliográfica. Após a delimitação da área de estudo foi realizada a pesquisa documental. O trabalho de campo baseou-se na utilização de fontes primárias: pesquisa de campo na área de estudo e entrevistas estruturadas aplicadas a gestores públicos, empreendedores comerciais, taxistas e população dos municípios. Em seguida, as informações secundárias foram consorciadas ao conteúdo das fontes primárias para redação e apresentação dos resultados desta pesquisa sobre o processo de aglomeração urbana em cidades médias.

Palavras-chave: aglomeração urbana, rede urbana, hierarquia urbana, urbanização, Montes Claros/MG.

## ABSTRACT

The process of expansion of the cities involves their growth and the growth of its surrounding areas presenting, or not, continuity in the occupation. This demonstrates that the political and administrative criteria lead to formation of areas of economic and population concentration. The interrelationships developed between cities of the same region impact the territory organization, whereas the core city draws population, investments, flow of goods, circulation, transportation and estate so that its attraction radius extrapolates the territory political and administrative boundaries. The intensification of urbanization is a relevant aspect in this analysis since it reaches surrounding areas making the city spatially dispersed with population concentration and economic activities. This study analyzed the discontinuous urban agglomeration of Montes Claros/MG and its surrounding municipalities. It is observed, in the North of Minas Gerais, spatial and socioeconomic integration, and not political/administrative between the medium city of Montes Claros and its surrounding municipalities. These interactions were identified from the intense commute among those cities in search of health services, higher education, specialized and diversified trade, and workplace. This research was structured in three steps: the first one was research and literature review. Documentary research was carried out after delimitation of study area. The third step of the research was based on use of primary sources: field research in the area of study and structured interviews applied to public managers, business entrepreneurs, taxi drivers and population of the municipalities. Afterwards, the secondary information was added to the content of primary sources for writing and presentation of outcomes of this study regarding the process of urban agglomeration in medium cities.

Keywords: urban agglomeration, urban network, urban hierarchy, urbanization, Montes Claros/MG.

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1	Região de Influência de Belo Horizonte/MG, 2007	36
Figura 2	Origem dos Municípios da Aglomeração	95
Figura 3	Emancipação dos Municípios da Aglomeração	96
Figura 4	Linha divisória entre as capitanias de Pernambuco e da Bahia	98
Figura 5	Povoado das Formigas no século XVIII	101
Figura 6	Igreja da Matriz (1904)	103
Figura 7	Formação de Montes Claros/MG	105
Figura 8	Formação de Bocaiúva/MG	112
Figura 9	Bocaiúva/MG: Igreja do Senhor do Bonfim	114
Figura 10	Estrada de Ferro Central do Brasil - EFCB, Estação Bocaiúva inaugurada em 1925, hoje desativada	115
Figura 11	Fundação de Capitão Enéas, antiga Burarama de Minas	117
Figura 12	Ramal da Estação Ferroviária Central do Brasil em Capitão Enéas	117
Figura 13	Formação de Capitão Enéas/MG	119
Figura 14	Formação de Claro dos Poções/MG	121
Figura 15	Formação de Coração de Jesus/MG	123
Figura 16	Formação de Francisco Sá/MG	124
Figura 17	Formação de Glaucilândia/MG	129
Figura 18	Formação de Juramento/MG	132
Figura 19	Juramento/MG: Matriz do Senhor Bom Jesus na sua forma original, há mais de meio século e após reforma em 2010	133
Figura 20	Juramento/MG: Trecho da Avenida João F. Pimenta (1970)	134
Figura 21	Juramento/MG: Trecho da Avenida João F. Pimenta (2010)	134
Figura 22	Formação de Mirabela/MG	137
Figura 23	Formação de Patis/MG	138
Figura 24	Formação de São João da Lagoa/MG	140
Figura 25	Formação de São João da Ponte/MG	142
Figura 26	Vista Parcial de Montes Claros/MG	146
Figura 27	Gestão Federal, 2006.	176
Figura 28	Imagem Aérea do Distrito Industrial de Montes Claros/MG	179
Figura 29	Imagem de Satélite da Área Urbana de Bocaiúva/MG	185
Figura 30	Vista Panorâmica de Capitão Enéas/MG	190
Figura 31	Imagem de Satélite da Área Urbana de Capitão Enéas/MG	190
Figura 32	Imagem de Satélite da Área Urbana de Claro dos Poções/MG	195
Figura 33	Vista Panorâmica de Coração de Jesus/MG	199
Figura 34	Imagem de Satélite da Área Urbana de Coração de Jesus/MG	199
Figura 35	Vista Panorâmica de Francisco Sá/MG	204
Figura 36	Imagem de Satélite da Área Urbana de Francisco Sá/MG	204
Figura 37	Imagem de Satélite da Área Urbana de Glaucilândia/MG	208
Figura 38	Imagem de Satélite da Área Urbana de Juramento/MG	212
Figura 39	Imagem de Satélite da Área Urbana de Mirabela/MG	215
Figura 40	Imagem de Satélite da Área Urbana de Patis/MG	219
Figura 41	Imagem de Satélite da Área Urbana de São João da Lagoa/MG	223
Figura 42	Imagem de Satélite da Área Urbana de São João da Ponte/MG	226
Figura 43	Croquis de Uso e Ocupação do Solo Urbano, Único Eixo, 2011	238

Figura 44	Croquis de Uso e Ocupação do Solo Urbano, Mais de Um Eixo, 2011	242
Figura 45	Pesquisadores: conhecimento e opinião sobre o Projeto de Lei Complementar (PLC) que institui a Região Metropolitana de Montes Claros (RMMOC), 2011	262
Figura 46	Brasil: Conexões aéreas, 2004	269
Figura 47	Principais fatores que os fluxos entre Montes Claros e os municípios da Aglomeração, 2011	339
Figura 48	Conhecimento e opinião dos Gestores Municipais sobre o Projeto de Lei Complementar (PLC) que institui a Região Metropolitana de Montes Claros (RMMOC), 2011	353
Figura 49	Morfologia da Aglomeração Urbana Descontínua de Montes Claros, 2011.	367

## LISTA DE FOTOS

Foto 1	Glaucilândia/MG: Ramal da Ferrovia Centro Atlântica	128
Foto 2	Montes Claros/MG: Microonibus dos C.I.S. na imediações do Hospital Santa Casa	164
Foto 3	Montes Claros/MG: Rua Irmã Beata, Área Central	164
Foto 4	Montes Claros/MG: Rua Irmã Beata, Área Central	164
Foto 5	Montes Claros/MG: Rua Coronel Luiz Pires, Área Central	164
Foto 6	Coração de Jesus/MG, Vista Parcial	278
Foto 7	Av. Francisco Dumont, Centro, Bocaiúva/MG	278
Foto 8	Av. Getúlio Vargas, Francisco Sá/MG	278
Foto 9	Praça no Centro de Glaucilândia/MG	278
Foto 10	Av. Dr. João Ferreira Pimenta, Juramento/MG	278
Foto 11	Praça na área central de Claro dos Poções/MG	278
Foto 12	Vista parcial de São João da Lagoa/MG	278
Foto 13	Vista Panorâmica de Patis/MG	278
Foto 14	Vista Panorâmica de São João da Ponte/MG	279
Foto 15	Vista Parcial de Mirabela/MG	279
Foto 16	Terminal Rodoviário de Capitão Enéas/MG	279
Foto 17	Atacadistas em Montes Claros/MG	317
Foto 18	Montes Claros/MG: Vista Panorâmica do CEANORTE	326

## LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1	Montes Claros/MG: Taxa de crescimento da população total (1970-2010)	148
Gráfico 2	Montes Claros/MG: Taxa de urbanização (1970-2010)	149
Gráfico 3	Montes Claros/MG: Taxa de crescimento do PIB total (1999-2008)	152
Gráfico 4	Montes Claros/MG: PIB por setores (1999-2008)	153
Gráfico 5	Bocaiúva/MG: População Total, 1970, 1980, 1991, 2000, 2010	186
Gráfico 6	Bocaiúva /MG: Taxa de Crescimento da População Total, 2000 - 2010	186
Gráfico 7	Bocaiúva/MG: Taxa de Urbanização, 1999 a 2008	186
Gráfico 8	Bocaiúva/MG: Taxa de Crescimento do PIB Total, 1999 a 2008	187
Gráfico 9	Bocaiúva/MG: PIB por setores econômicos, 1999 a 2008	187
Gráfico 10	Capitão Enéas/MG: População Total, 1970, 1980, 1991, 2000, 2010	191
Gráfico 11	Capitão Enéas/MG: Taxa de Crescimento da População Total, 1991 - 2010	191
Gráfico 12	Capitão Enéas/MG: Taxa de Urbanização, 1999 a 2008	192
Gráfico 13	Capitão Enéas/MG: Taxa de Crescimento do PIB Total, 1999 a 2008	193
Gráfico 14	Capitão Enéas/MG: PIB por Setores, 1999 - 2008	193
Gráfico 15	Claro dos Poções/MG: População Total, 1970, 1980, 1991, 2000, 2010	195
Gráfico 16	Claro dos Poções/MG: Taxa de Crescimento População Total, 2000 a 2010	196
Gráfico 17	Claro dos Poções/MG: Taxa de Urbanização, 1970 a 2010	196
Gráfico 18	Claro dos Poções/MG: Taxa de Crescimento do PIB total, 1999 a 2008	197
Gráfico 19	Claro dos Poções/MG: PIB por setores, 1999 a 2008	197
Gráfico 20	Coração de Jesus/MG: População Total, 1970, 1980, 1991, 2000, 2010	200
Gráfico 21	Coração de Jesus/MG: Taxa de Crescimento População Total (1991 a 2010)	200
Gráfico 22	Coração de Jesus/MG: Taxa de Urbanização (1970 a 2010)	201
Gráfico 23	Coração de Jesus/MG: Taxa de Crescimento do PIB Total, 1999 a 2008	202
Gráfico 24	Coração de Jesus/MG: PIB por setores, 1999 – 2008	202
Gráfico 25	Francisco Sá/MG: População Total, 1970, 1980, 1991, 2000, 2010	205
Gráfico 26	Francisco Sá/MG: Taxa de Crescimento População Total, 2000 a 2010	205
Gráfico 27	Francisco Sá/MG: Taxa de Urbanização, 1970 a 2010	205
Gráfico 28	Francisco Sá/MG: Taxa de Crescimento do PIB total, 1999 a 2008	206
Gráfico 29	Francisco Sá/MG: PIB por setores, 1999 a 2008	206
Gráfico 30	Glaucilândia/MG: População Total, 1970, 1980, 1991, 2000, 2010	209
Gráfico 31	Glaucilândia/MG: Taxa de Crescimento População Total, 2000 a 2010	209
Gráfico 32	Glaucilândia/MG: Taxa de Urbanização, 1970 a 2010	209
Gráfico 33	Glaucilândia/MG: Taxa de Crescimento do PIB total, 1999 a 2008	210
Gráfico 34	Glaucilândia/MG: PIB por setores, 1999 a 2008	210
Gráfico 35	Juramento/MG: População Total, 1970, 1980, 1991, 2000, 2010	212
Gráfico 36	Juramento/MG: Taxa de Crescimento da População Total, 2000 a 2010	213
Gráfico 37	Juramento/MG: Taxa de Urbanização, 1970 a 2010	213
Gráfico 38	Juramento/MG: Taxa de Crescimento do PIB total, 1999 a 2008	214
Gráfico 39	Juramento/MG: PIB por setores, 1999 a 2008	214
Gráfico 40	Mirabela/MG: População Total, 1970, 1980, 1991, 2000, 2010	216
Gráfico 41	Mirabela/MG: Taxa de Crescimento da População Total, 2000 a 2010	216

Gráfico 42	Mirabela/MG: Taxa de Urbanização, 1970 a 2010	217
Gráfico 43	Mirabela/MG: Taxa de Crescimento do PIB total, 1999 a 2008	218
Gráfico 44	Mirabela/MG: PIB por setores, 1999 a 2008	218
Gráfico 45	Patis/MG: População Total, 1970, 1980, 1991, 2000, 2010	220
Gráfico 46	Patis/MG: Taxa de Crescimento da População Total, 2000 a 2010	220
Gráfico 47	Patis/MG: Taxa de Urbanização, 2000 a 2010	220
Gráfico 48	Patis/MG: Taxa de Crescimento do PIB total, 1999 a 2008	221
Gráfico 49	Patis/MG: PIB por setores, 1999 a 2008	221
Gráfico 50	São João da Lagoa/MG: População Total, 1970, 1980, 1991, 2000, 2010	223
Gráfico 51	São João da Lagoa/MG: Taxa de Crescimento População Total, 2000 a 2010	224
Gráfico 52	São João da Lagoa/MG: Taxa de Urbanização, 1970 a 2010	224
Gráfico 53	São João da Lagoa/MG: Taxa de Crescimento do PIB total, 1999 a 2008	225
Gráfico 54	São João da Lagoa/MG: PIB por setores, 1999 a 2008	225
Gráfico 55	São João da Ponte/MG: População Total, 1970, 1980, 1991, 2000, 2010	228
Gráfico 56	São João da Ponte/MG: Taxa de Crescimento População Total, 2000 a 2010	228
Gráfico 57	São João da Ponte/MG: Taxa de Urbanização, 1970 a 2010	228
Gráfico 58	São João da Ponte/MG: Taxa de Crescimento do PIB total, 1999 a 2008	229
Gráfico 59	São João da Ponte/MG: PIB por setores, 1999 a 2008	229
Gráfico 60	Aglomeração: População Total, 2011	280
Gráfico 61	Aglomeração: Taxa de Crescimento Populacional, 2011	280
Gráfico 62	Taxa de urbanização dos municípios da aglomeração urbana de Montes Claros/MG, 2010	284
Gráfico 63	Aglomeração: Produto Interno Bruto (PIB) da aglomeração, 2008, (R\$ 1 mil)	286
Gráfico 64	Aglomeração: Produto Interno Bruto (PIB) da aglomeração, 2008, (%)	286
Gráfico 65	Aglomeração: Produto Interno Bruto (PIB) per capita da aglomeração, 2008, (R\$)	287
Gráfico 66	Aglomeração: Produto Interno Bruto (PIB) por setores, aglomeração, 2008, (%)	288
Gráfico 67	Aglomeração: empresas cadastradas, 2010, (%)	290
Gráfico 68	Aglomeração: agências bancárias, 2010, (%)	291
Gráfico 69	Aglomeração: migração pendular, 2000, (%)	296
Gráfico 70	Migração pendular para Montes Claros/MG, 2000	296
Gráfico 71	Migração pendular para Bocaiúva/MG, 2000	299
Gráfico 72	Migração pendular para Claro dos Poções/MG, 2000	300
Gráfico 73	Migração pendular para Coração de Jesus/MG, 2000	301
Gráfico 74	Migração pendular para Francisco Sá/MG, 2000	302
Gráfico 75	Migração pendular para Juramento/MG, 2000	303
Gráfico 76	Migração pendular para Mirabela/MG, 2000	304
Gráfico 77	Migração pendular para São João da Ponte/MG, 2000	305
Gráfico 78	Migração pendular para Capitão Enéas/MG, 2000	306
Gráfico 79	Migração pendular para Glaucilândia/MG, 2000	308
Gráfico 80	Migração pendular para Patis/MG, 2000	309
Gráfico 81	Migração pendular para São João da Lagoa/MG, 2000	310
Gráfico 82	Aglomeração/Municípios do entorno de Montes Claros/MG: ramos de atividades em comércio e serviço, 2011	315
Gráfico 83	Aglomeração/Municípios do entorno de Montes Claros/MG: onde realizam compra direta para comércio e serviço, 2011	316

Gráfico 84	Aglomeração/Municípios do entorno de Montes Claros/MG: locais em Montes Claros onde realizam compra direta para comércio e serviço, 2011	317
Gráfico 85	Aglomeração/Municípios do entorno de Montes Claros/MG: locais onde realizam compra indireta para comércio e serviço, 2011	319
Gráfico 86	Aglomeração/Municípios do entorno de Montes Claros/MG: origem dos consumidores do comercio local, 2011	321
Gráfico 87	Aglomeração/Municípios do entorno de Montes Claros/MG: meios de transporte utilizados para migração pendular, 2011	328
Gráfico 88	Aglomeração/Municípios do entorno de Montes Claros/MG: passageiros de táxi, motivo para migração pendular para Montes Claros, 2011	330
Gráfico 89	Aglomeração/Municípios do entorno de Montes Claros/MG: passageiros de ônibus intermunicipal, motivo para migração pendular para Montes Claros, 2011	335
Gráfico 90	Aglomeração/Municípios do entorno de Montes Claros/MG: passageiros de ônibus intermunicipal, frequência do deslocamento para Montes Claros, 2011	335
Gráfico 91	Aglomeração/Municípios do entorno de Montes Claros/MG: veículos de passeio, frequência diária do deslocamento para Montes Claros, 2011	336
Gráfico 92	Aglomeração/Municípios do entorno de Montes Claros/MG: atendimento nos três principais hospitais de Montes Claros, 2010	343

## LISTA DE MAPAS

Mapa 1	Rede Urbana do Brasil	33
Mapa 2	Região de Influência de Belo Horizonte	34
Mapa 3	Mesorregiões de Minas Gerais	89
Mapa 4	Mesorregião Norte de Minas	93
Mapa 5	Área administrativa de Montes Claros/MG em 1950	97
Mapa 6	Localização do município de Montes Claros/MG	145
Mapa 7	Microrregião de planejamento de Montes Claros/MG	147
Mapa 8	Distritos e povoados do município de Montes Claros/MG	148
Mapa 9	Região de Influência de Belo Horizonte/MG	155
Mapa 10	Consórcios Intermunicipais de Saúde polarizados por Montes Claros/MG	163
Mapa 11	Localização do município de Bocaiúva/MG	184
Mapa 12	Localização do município de Capitão Enéas/MG	189
Mapa 13	Localização do município de Claro dos Poções/MG	194
Mapa 14	Localização do município de Coração de Jesus/MG	198
Mapa 15	Localização do município de Francisco Sá/MG	203
Mapa 16	Localização do município de Glaucilândia/MG	207
Mapa 17	Localização do município de Juramento/MG	211
Mapa 18	Localização do município de Mirabela/MG	215
Mapa 19	Localização do município de Patis/MG	219
Mapa 20	Localização do município de São João da Lagoa/MG	222
Mapa 21	Localização do município de São João da Ponte/MG	226
Mapa 22	Aglomeración urbana de Montes Claros/MG: mapa ferroviário	265
Mapa 23	Aglomeración urbana de Montes Claros/MG: mapa rodoviário	266
Mapa 24	Aglomeración urbana de Montes Claros/MG	277
Mapa 25	Aglomeración urbana de Montes Claros/MG	277
Mapa 26	Densidade Demográfica dos municípios da Aglomeração Urbana de Montes Claros/MG, 2010	282
Mapa 27	Grau de Urbanização dos municípios da Aglomeração Urbana de Montes Claros/MG, 2010	283
Mapa 28	Migração pendular para Montes Claros/MG, 2000	297
Mapa 29	Migração pendular para Bocaiúva/MG, 2000	299
Mapa 30	Migração pendular para Claro dos Poções /MG, 2000	300
Mapa 31	Migração pendular para Coração de Jesus/MG, 2000	301
Mapa 32	Migração pendular para Francisco Sá/MG, 2000	302
Mapa 33	Migração pendular para Juramento/MG, 2000	303
Mapa 34	Migração pendular para Mirabela/MG, 2000	304
Mapa 35	Migração pendular para São João da Ponte/MG, 2000	305
Mapa 36	Migração pendular para Capitão Enéas/MG, 2000	307
Mapa 37	Migração pendular para Glaucilândia/MG, 2000	308
Mapa 38	Migração pendular para Patis/MG, 2000	309
Mapa 39	Migração pendular para São João da Lagoa/MG, 2000	310
Mapa 40	Fluxo diário de táxis intermunicipais para Montes Claros/MG, 2011	329
Mapa 41	Fluxo semanal de ônibus intermunicipais para Montes Claros/MG, 2011	333
Mapa 42	Fluxo mensal de ônibus intermunicipais para Montes Claros/MG, 2011	334
Mapa 43	Fluxo diário de veículos de passeio para Montes Claros/MG, 2011	337
Mapa 44	Atendimento nos três principais hospitais de Montes Claros/MG, 2011	343
Mapa 45	Aglomeración de Montes Claros/MG: complexidade funcional do setor de comércio e serviços, 2011	366

## LISTA DE QUADROS

Quadro 1	A região Norte de Minas e Montes Claros, algumas pesquisas desenvolvidas, 2002 - 2011.	28
Quadro 2	Estudo de Montes Claros na Hierarquia Urbana (décadas de 1950 até a 2010)	31
Quadro 3	Classificação dos Centros Urbanos conforme o REGIC	33
Quadro 4	Montes Claros/MG: Instituições de Ensino Superior, 2011	157
Quadro 5	Montes Claros/MG: Instituições de Ensino à Distância – EAD – (nível graduação)	157
Quadro 6	Montes Claros/MG: Níveis de Hierarquia dos Estabelecimentos de Saúde, 2011	160
Quadro 7	Montes Claros/MG: Tipos de Estabelecimentos de Saúde, 2011	161
Quadro 8	Montes Claros/MG: Serviços Especializados de Saúde, 2011	161
Quadro 9	Montes Claros/MG: Estabelecimentos Comerciais, 2011	166
Quadro 10	Montes Claros/MG: Estabelecimentos de Prestação de Serviços, 2011	166
Quadro 11	Montes Claros/MG: Principais Concessionárias de automóveis, motos e caminhões, 2011	168
Quadro 12	Montes Claros/MG: Levantamento de Atividades Comerciais e Prestação de Serviços em Vias Especializadas – Av. Dulce Sarmiento, 2008	170
Quadro 13	Montes Claros/MG: Infraestrutura Urbana, 2011	172
Quadro 14	Montes Claros/MG: Órgãos Públicos Federais e Estaduais Instalados, 2011	175
Quadro 15	Montes Claros/MG: Principais Indústrias Instaladas, 2011	180
Quadro 16	Montes Claros/MG: Pauta de Exportações e Importações de Algumas Indústrias (Jan-Dez/2009)	181
Quadro 17	Estabelecimentos de Comércio, Municípios da Aglomeração, 2011	232
Quadro 18	Estabelecimentos de Prestação de Serviços, municípios da Aglomeração, 2011	235
Quadro 19	Zoneamento Morfológico-Funcional e Níveis de Hierarquia Urbana: cidade pequena	246
Quadro 20	Pesquisadores: opinião sobre as interações entre os municípios da Aglomeração, 2011	259
Quadro 21	Pesquisadores: opinião sobre o Projeto de Lei Complementar (PLC) que institui a Região Metropolitana de Montes Claros (RMMOC), 2011	260
Quadro 22	Montes Claros/MG: Movimento de passageiros no Aeroporto Mário Ribeiro, 2009-2010	267
Quadro 23	Montes Claros/MG: Calendário das principais festas e eventos, 2011	276
Quadro 24	Densidade Urbana da Aglomeração, 2010	285
Quadro 25	Montes Claros/MG: Produção na Central de Abastecimento do Norte de Minas-CEANORTE, 2011	325
Quadro 26	Aglomeração: deslocamentos de ônibus intermunicipais, 2011	332
Quadro 27	Gestores Municipais: opinião sobre as interações entre os	338

	municípios e Montes Claros, 2011	
Quadro 28	Aglomeração: estrutura de saúde dos municípios do entorno de Montes Claros, 2011	340
Quadro 29	Aglomeração: estrutura de saúde instalada em todos os municípios, 2011	341
Quadro 30	Aglomeração: síntese educação superior, 2011	344
Quadro 31	Gestores Municipais: opinião sobre o Projeto de Lei Complementar (PLC) que institui a Região Metropolitana de Montes Claros (RMMOC), 2011	352
Quadro 32	Aglomeração de Montes Claros: indicadores de complexidade funcional do setor de comércio dos municípios, 2011	364

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1	Brasil: População Total das Aglomerações Urbanas e Municípios Intermediários, 1980/1996	58
Tabela 2	Brasil: Variação da participação relativa das populações totais das áreas urbanas segundo a população local, 1980-1991-1996	58
Tabela 3	Minas Gerais: Maior Produto Interno Bruto (PIB) Municipal, 2009	152
Tabela 4	Montes Claros/MG: Pessoal Ocupado por setor (1970-1995)	154
Tabela 5	Procedência dos alunos dos Cursos de Graduação da UNIMONTES, FASI, FUNORTE e Faculdades Santo Agostinho, e Pós-Graduação FUNORTE (2009)	159
Tabela 6	Aglomeración: Produto Interno Bruto Total e Per Capita, 2008	287

## LISTA DE SIGLAS

ABRAS	Associação Brasileira de Supermercados
ACP	Áreas de Concentração de População
ADENE	Agência para o Desenvolvimento do Norte
AGL	Aglomeração
AIEC	Associação Internacional de Educação Continuada
ALMG	Assembléia Legislativa de Minas Gerais
AMAMS	Associação dos Municípios da Área Mineira da Sudene
AMESF	Associação dos Municípios da Bacia do Médio São Francisco
AMSF	Alto Médio São Francisco
ANATEL	Agência Nacional de Telecomunicações
ARP	Alto Rio Pardo
ARVG	Alto Rio Verde Grande
AU	Aglomeração Urbana
AUNMG	Aglomeração Urbana do Norte de Minas Gerais
CDL	Câmara de Dirigentes Lojistas
CEANORTE	Central de Abastecimento do Norte de Minas
CEDEPLAR	Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional de Minas Gerais
CEDU/RS	Centro de Educação do Rio Grande do Sul
CEMIG	Companhia Energética de Minas Gerais
CF	Constituição Federal
CF	Constituição Federal
CIS	Consórcio Intermunicipal de Saúde
CISNORTE	Consórcio Intermunicipal de Saúde do Norte
CNDU	Conselho Nacional de Desenvolvimento Urbano
CNDU	Conselho Nacional de Desenvolvimento Urbano
CNES	Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde
CODEVASF	Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e Parnaíba
COHAB	Companhia de Habitação
CONAB	Companhia Nacional de Abastecimento
COPASA	Companhia de Saneamento de Minas Gerais
COPERFRASE	Cooperativa de Produtores Rurais de Francisco Sá
COSECS/MG	Colegiados dos Secretários Executivos dos Consórcios Intermunicipais de Saúde de Minas Gerais
CRAS	Centro de Referência de Assistência Social
DATASUS	Departamento de Informática do Sistema Único de Saúde do Brasil
DER	Departamento de Estrada de Rodagem
DI	Distrito Industrial

DNOCS	Departamento Nacional de Obras contra as Secas
EAD	Educação à Distância
EADCON	Sistema de Educação à Distância
EFCB	Estrada de Ferro Central do Brasil
EMATER	Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural
EXPOMONTES	Exposição Agropecuária de Montes Claros
FACIT	Faculdade de Ciência e Tecnologia de Montes Claros
FACOMP	Faculdade de Computação de Montes Claros
FAP	Faculdade Prisma
FAPEMIG	Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais
FAPEMIG FAEL	Faculdade Educacional da Lapa
FASI	Faculdade de Saúde Ibituruna
FATEC	Faculdade de Tecnologia e Ciências
FCA	Ferrovia Centro Atlântica
FEAM	Fundação Estadual do Meio Ambiente
FENICS	Feira Nacional de Indústria, Comércio e Serviços de Montes Claros/MG
FIEMG	Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais
FJP	Fundação João Pinheiro
FTC	Faculdade de Tecnologia e Ciências
FUNORTE	Faculdades Unidas do Norte de Minas
GO	Goiás
HEMOMINAS	Fundação Centro de Hematologia e Hemoterapia do Estado de Minas Gerais
IBAMA	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDENE	Instituto de Desenvolvimento do Norte e Nordeste de Minas Gerais
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
IE	Instituto de Economia
IEF	Instituto Estadual de Florestas
IES	Instituição de Ensino Superior
IFNMG	Instituto Federal de Educação, Ciências e Tecnologia do Norte de Minas Gerais
IGAM	Instituto de Gestão das Águas Mineiras
IMA	Instituto Mineiro de Agropecuária
INFRAERO	Empresa Brasileira de Infra-Estrutura Aeroportuária
INSS	Instituto Nacional de Seguro Social
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicadas
IPSEMG	Instituto de Previdência dos Servidores do Estado de Minas Gerais

IPSM	Instituto de Previdência dos Servidores Militares de Minas
ISEIB	Instituto Superior de Educação Ibituruna
LBV	Legião da Boa Vontade
LC	Lei Complementar
MEC	Ministério da Educação
MESF	Médio São Francisco
MG	Minas Gerais
NESUR	Núcleo de Economia Social, Urbana e Regional
OME	Órgão Municipal de Educação
PEA	População Economicamente Ativa
PIB	Produto Interno Bruto
PLC	Projeto de Lei Complementar
PMC	Projeto Montes Claros
PMMC	Prefeitura Municipal de Montes Claros
PNCCPM	Programa Nacional de Apoio as Capitais e Cidades de Porte Médio
PND	Plano Nacional de Desenvolvimento
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PSDB	Partido da Social Democracia Brasileira
PSF	Programa Saúde da Família
PTB	Partido Trabalhista Brasileiro
RECIME	Rede de Pesquisadores sobre cidades médias
REGIC	Região de Influência das Cidades
RISP	Região Integrada de Segurança Pública
RM	Região Metropolitana
RMBH	Região Metropolitana de Belo Horizonte
RMMOC	Região Metropolitana de Montes Claros
RMPA	Região Metropolitana de Porto Alegre
RMSP	Região Metropolitana de São Paulo
RMVA	Região Metropolitana do Vale do Aço
RUN	Rede de Urgência do Norte de Minas
SAAE	Sistema Autônomo de Água e Esgoto
SAME	Serviço de Atendimento Médico e Estatística
SAMU	Serviço de Atendimento Móvel Urgente
SEMAD	Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento
SER	Superintendência Regional de Ensino
SESI	Serviço Social da Indústria
SHV	Steenkolen Handels Vereeniging
SICOOB	Sistema de Cooperativas de Crédito do Brasil
SINE	Sistema Nacional de Emprego
SOCIESC	Sociedade Educacional de Santa Catarina

SPSS	Statistical Package for the Social Sciences
SRF	Superintência Regional de Fazenda Estadual
SUDENE	Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste
SUS	Sistema Único de Saúde
TELEMAR	Telefonia e Telecomunicações
UAB	Universidade Aberta do Brasil
UAM	Universidade Anhembi Morumbi
UBS	Unidade Básica de Saúde
UCB	Universidade Castelo Branco
UFJF	Universidade Federal de Juiz de Fora
UFMG	Universidade Federal de Minas Gerais
UFU	Universidade Federal de Uberlândia
UNB	Universidade de Brasília
UNESP	Universidade Estadual Paulista
UNICAMP	Universidade Estadual de Campinas
UNIFRAN	Universidade de Franca
UNIMONTES	Universidade Estadual de Montes Claros
UNIP	Universidade Paulista
UNIPAC	Universidade Presidente Antônio Carlos
UNISA	Universidade de Santo Amaro
UNISUL	Universidade do Sul de Santa Catarina
UNIUBE	Universidade de Uberaba
UNOPAR	Universidade do Norte do Paraná
USAID	Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional

## SUMÁRIO

Introdução	26	
Capítulo 1	Abordagens teóricas e metodológicas para as pesquisas sobre aglomerações urbanas no Brasil	42
1.1	Aglomerações urbanas: perspectivas teóricas	43
1.2	Histórico e institucionalização das aglomerações urbanas no Brasil	51
1.2.1	Estudos de caso sobre aglomerações urbanas no Brasil e metodologias de análise	56
1.3	Aglomerações urbanas em cidades médias	61
1.3.1	Os deslocamentos pendulares nos estudos das aglomerações urbanas	66
1.4	A centralidade urbana	70
1.4.1	A centralidade urbana como conceito	71
1.5	Estratégia metodológica	75
Capítulo 2	Formação histórica de Montes Claros/MG e dos municípios do entorno	87
2.1	O Norte de Minas: produção do espaço urbano regional	88
2.2.	A formação dos municípios	94
Capítulo 3	Estrutura demográfica e econômica de Montes Claros/MG	144
3.1	Montes Claros/MG: Aspectos demográficos e econômicos	145
3.2	Dimensão e complexidade do setor terciário de Montes Claros/MG	155
3.3	Infraestrutura e equipamentos urbanos	171
3.4	O setor industrial de Montes Claros na atualidade	176
Capítulo 4	Perfil demográfico e econômico dos municípios do entorno de Montes Claros/MG	183
4.1	População e Produto Interno Bruto dos municípios	184
4.2	Dinâmica econômica e espacial dos municípios	231
4.3	Uso e ocupação do solo urbano	237

Capítulo 5	A Aglomeração Urbana Descontínua de Montes Claros/MG	248
5.1	A institucionalização das aglomerações urbanas em Minas Gerais	249
5.2	O Projeto de Lei Complementar nº 4/2011: a Região Metropolitana de Montes Claros/MG	252
5.3	O Projeto de Lei Complementar nº 4/2011 na visão de pesquisadores da região Norte de Minas	257
5.4	Formação da Aglomeração Urbana Descontínua de Montes Claros/MG	263
5.4.1	Fluxos e mobilidades no território norte-mineiro	263
5.4.2	Políticas Públicas	270
5.4.3	Localização Geográfica	274
5.4.4	Identidade e Turismo	275
5.5	Características demográficas e estrutura econômica da Aglomeração	276
5.5.1	Integração espacial e interações contínuas e descontínuas na Aglomeração	292
5.5.1.1	Fluxos demográficos: deslocamento pendular	292
5.5.1.2	Fluxos de comércios e serviços	315
5.5.1.3	Fluxos de transportes	327
5.5.2	Iniciativas de ação conjunta entre os municípios: a visão do poder público municipal	338
	Considerações Finais	356
	Referências	372
	Anexos	385

## Introdução

O tema aglomerações urbanas foi desenvolvido no Brasil por diversos autores<sup>1</sup>, dentre eles, pode-se destacar Castello Branco (2003, 2005) e Matos (2000, 2005). Em sua tese de doutorado, Castello Branco (2003) apresentou uma proposta de metodologia para a identificação dos espaços urbanos, tendo em vista as diversidades espaciais do território brasileiro. Nessa pesquisa, a autora identificou e mapeou as cidades centrais brasileiras que comandam a dinâmica de sua expansão territorial e a delimitação da extensão dessas áreas. No referido estudo, os espaços urbanos foram definidos como Áreas de Concentração de População (ACP) e organizados em quatro modelos: espaços urbanos restritos, espaços urbanos conurbados e em rede, espaços urbanos tipo núcleo e periferia, e espaços urbanos polinucleados.

Matos (2000, p.1) deu densidade ao conceito de aglomeração urbana ao considerar que “por extensão, pode-se supor que os *aglomerados* urbanos, ao se expandirem muito e ultrapassarem ‘certos limites e tamanhos’, conformariam uma outra unidade territorial, a *aglomeração urbana*”. O autor estabeleceu uma relação entre os significados de região metropolitana e aglomeração urbana, considerando que esta última “[...] nos remete à existência de uma área urbana relativamente extensa abrangendo mais de um município”.

Chama a atenção o argumento do autor de que:

Esta categoria espacial pressupõe a existência de uma cidade principal que organiza, econômica e funcionalmente, localidades periféricas próximas. Em conseqüência deve surgir uma densa rede urbana onde se instalam atividades industriais, comerciais e de serviço, concentrando capital, força de trabalho e poder político. (MATOS, 2001, p.1).

O processo de expansão das cidades envolve o seu crescimento e das áreas do entorno, apresentando ou não continuidade na ocupação. Isso demonstra que não somente os critérios políticos administrativos levam à formação de áreas de concentração populacional e econômica. As inter-relações que se desenvolvem entre cidades de uma mesma região impactam a organização do território, ao passo que a cidade primaz atrai

---

<sup>1</sup> Miyazaki (2008); Corrêa (2007); Reolon (2007); Castello Branco (2005); Braga (2005); Villaça (2001); Mota e Ajara (2000); Matos (2000); Beaujeu-Garnier (1995); Davidovich e Lima (1975).

população, investimentos, fluxos de mercadorias, circulação, transporte e bens, de forma que o seu raio de atração extrapola os limites político-administrativos do território.

A região Norte de Minas e a cidade de Montes Claros têm sido estudadas sob diversas perspectivas, dentre estas, destacam-se as pesquisas de: Leite (2011, 2006); Fonseca (2010); Gonçalves Pereira (2010); Costa Santos (2009); Pereira (2007); França (2007); Santos (2007), Cordeiro Leite (2003); Silveira (2003) e Carneiro (2002).

Leite (2011, 2006) analisou, em suas pesquisas de mestrado e doutorado, a aplicação de geotecnologias no estudo das formas ilegais de ocupação urbana, tais como as favelas, na cidade de Montes Claros. Fonseca (2010) analisou áreas de ocupação irregular e os mecanismos de planejamento urbano na cidade de Montes Claros. Gonçalves Pereira (2010) examinou o sistema logístico da indústria exportadora na mesorregião Norte do estado de Minas Gerais. Costa Santos (2009) avaliou as políticas de remoção e de reassentamento em conjuntos habitacionais urbanos na cidade de Montes Claros.

A compreensão do significado de Montes Claros na região Norte de Minas, através dos fixos e da rede de fluxos que nela ocorrem, foi realizada por Pereira (2007), em sua tese de doutorado. França (2007) analisou as novas centralidades urbanas em Montes Claros a partir do surgimento dos subcentros e das vias especializadas em comércios e serviços. Nessa dissertação de mestrado, a autora discutiu a posição de Montes Claros como cidade média no Norte de Minas Gerais.

A abordagem sobre o funcionamento e a organização do shopping popular de Montes Claros, bem como os efeitos da sua instalação na área central da cidade, foi realizada por Santos (2007). Cordeiro Leite (2003) investigou a importância da estruturação do ensino superior em Montes Claros e os seus efeitos para a reconfiguração da rede urbana regional. A qualidade de vida dos moradores do Bairro Cidade Industrial, em Montes Claros, bem como a sua história de ocupação e as características gerais, foi estudada por Silveira (2003). Carneiro (2002) analisou os principais processos e fatores que influenciaram a ocupação, a formação e as transformações recentes, ocorridas na região Norte de Minas, com enfoque na identidade regional.

O quadro 1 apresenta uma síntese dos mais recentes estudos desenvolvidos sobre a região Norte de Minas e a cidade de Montes Claros.

Quadro 1: A região Norte de Minas e Montes Claros: algumas pesquisas desenvolvidas, 2002-2011.

Autores	Nome do estudo	Palavras-chave
Leite (2011)	Geotecnologias aplicadas ao mapeamento do uso do solo urbano e da dinâmica de favela em cidade média: o caso de Montes Claros	Geoprocessamento; Sistema de Informação Geográfica; cidade; sensoriamento remoto.
Fonseca (2010)	Planejamento urbano: uma análise da configuração do espaço da cidade de Montes Claros-MG	Desenvolvimento; urbanismo; planejamento urbano; políticas urbanas.
Gonçalves Pereira (2010)	Planejamento e desenvolvimento: logística de transportes e exportações na mesorregião Norte de Minas Gerais	Planejamento; desenvolvimento; logística de transportes; exportações.
Costa Santos (2009)	A percepção dos atores sociais frente à intervenção pública: uma análise sociológica do Conjunto Habitacional Vargem Grande	Relações sociais; assentamento precário; conjunto habitacional.
Pereira (2007)	Cidade média e região: o significado de Montes Claros no Norte de Minas Gerais	Cidade média; região; cidade pequena.
França (2007)	A cidade média e suas centralidades: o exemplo de Montes Claros no Norte de Minas Gerais	Cidades médias; urbanização; centralidades; subcentros; Montes Claros (MG).
Santos (2007)	Shopping popular na cidade de Montes Claros/MG: uma análise de sua complexidade sob a ótica da teoria dos dois circuitos da economia urbana	Shopping popular; Montes Claros; economia informal; centralidade urbana; circuito superior e circuito inferior.
Cordeiro Leite (2003)	O Norte de Minas e Montes Claros: o significado do ensino superior na (re)configuração da rede urbana regional	Rede urbana; cidades médias; Norte de Minas; educação superior.
Silveira (2003)	Montes Claros e o Bairro Cidade Industrial: retrato de um centro polarizador no Norte-Mineiro	Centro polarizador; Norte de Minas; Distrito Industrial.
Carneiro (2002).	Organização espacial de Montes Claros e a região Norte de Minas	Organização espacial; região; Montes Claros; desenvolvimento; identidade e cultura sertaneja; rede urbana.

Fonte: Capes/CNPq, 2011.

Org.: FRANÇA, I. S. de.; 2011.

Pelo exposto, verifica-se que as pesquisas desenvolvidas por Leite (2011, 2006); Fonseca (2010); Costa Santos (2009); França (2007); Santos (2007) e Silveira (2003) enfocaram a dinâmica intraurbana de Montes Claros. Por sua vez, os estudos de

Gonçalves Pereira (2010); Pereira (2007); Cordeiro Leite (2003) e Carneiro (2002) privilegiaram a compreensão de Montes Claros e da região Norte de Minas, ou seja, a perspectiva interurbana.

Neste sentido, a presente tese pretende, na esteira dos estudos interurbanos, investigar a natureza e a intensidade dos fluxos existentes entre a cidade média de Montes Claros e os municípios do seu entorno e, com isso, a configuração do processo de aglomeração urbana descontínua de Montes Claros/MG.

As principais indagações que nortearam esta pesquisa foram: Como se formou a aglomeração urbana de Montes Claros/MG e os municípios do entorno Norte de Minas Gerais? Quais fatores condicionaram Montes Claros como polo centralizador de investimentos, tecnologias, capitais, bens, serviços e pessoas no Norte de Minas? E ainda, o que contribuiu para o estreitamento das articulações entre Montes Claros e os demais municípios da aglomeração? Quais são e como são estabelecidas essas trocas? Qual a natureza das relações entre os núcleos urbanos da aglomeração, ou seja, trata-se de uma aglomeração caracterizada por complementaridade de funções entre os centros urbanos ou marcada por relações de dependência e de polarização?

Dessa forma, é importante observar ainda como a modalidade do movimento pendular pode contribuir para revelar o alcance das novas formas espaciais urbanas, cada vez menos definidas e precisas? Ou ainda, qual a importância desses deslocamentos diários e suas implicações no processo de configuração e de estruturação da aglomeração de Montes Claros?

Os estudos sobre aglomerações urbanas em cidades médias no Brasil são recentes, sendo desenvolvidos, sobretudo, a partir do final do século XX. Dentre eles, destacam-se as pesquisas de Heberle (2010), Soares (2008), Miyazaki (2008), Bragueto (2007), Reolon (2007), Spósito (2004), Borba (2003), Tavares (2001) e Guimarães et al. (2001), que apresentam uma base sólida para o tema que aqui se pretende analisar. Apesar de pouco numerosos, os estudos ora realizados permitem compreender as especificidades desse processo no âmbito não metropolitano. Neste sentido, tornou-se relevante uma releitura desses estudos, a partir de suas propostas, suas diretrizes metodológicas e seu teor analítico.

Ademais, esses estudos refletem a necessidade de se analisar as funções que os espaços não metropolitanos exercem na rede urbana em que se inserem, a partir de fluxos materiais e imateriais que interligam as diversas localidades e as pessoas.

Castello Branco (2003, p.113<sup>2</sup>) identificou dois tipos de aglomeração urbana em nível não metropolitano:

[...] com espaço urbanizado contínuo (resultantes da expansão de um núcleo central, da expansão simultânea de dois ou mais núcleos urbanos de tamanho semelhante, ou da integração resultante do sítio geográfico); e sem espaço urbanizado contínuo (formadas por municípios contíguos integrados por complementaridade de funções).

Este estudo baseia-se na segunda perspectiva apresentada pela autora. A aglomeração urbana de Montes Claros resulta de profundas transformações históricas, econômicas, geográficas e sócio-espaciais que influenciam, direta e indiretamente, na organização territorial. Sua análise implica em considerar as escalas espaço e tempo como elementos cruciais para a sua configuração. O dinamismo, os papéis e a configuração dos centros urbanos da aglomeração de Montes Claros associam-se aos impactos do meio técnico científico informacional, aos transportes e à materialização de processos econômicos, sociais, políticos e infraestruturais, entre outros.

Com isso, os fluxos materiais e imateriais entre Montes Claros e os municípios do entorno, somados às transformações na economia e na sociedade, tornaram-se cada vez mais intensos, resultando no processo de aglomeração urbana descontínua em análise.

A intensificação da urbanização é um aspecto relevante nesta análise, pois atinge áreas circunvizinhas, tornando a cidade dispersa espacialmente, com uma concentração da população e das atividades econômicas.

A aglomeração urbana de Montes Claros materializa-se a partir da pujança das atividades terciárias que movimentam os fluxos espaciais e socioeconômicos entre os municípios. As interações espaciais entre as cidades decorrem da necessidade de atendimento às demandas de consumo de bens e serviços das populações. A análise da

---

<sup>2</sup> CASTELLO BRANCO, Maria Luisa. Gomes. **Espaços Urbanos:** uma proposta para o Brasil. Universidade Federal do Rio de Janeiro, Programa de Pós-Graduação em Geografia. Tese (Doutorado), 2003. 229p.

aglomeração de Montes Claros possibilitou conhecer os papéis desempenhados pelo conjunto dos centros urbanos, considerando suas articulações, seus relacionamentos, seu tamanho, sua importância e seu nível de centralidade.

O estudo do IBGE, denominado Região de Influência das Cidades/REGIC (2007), permite avaliar os papéis desempenhados pelas cidades que integram a aglomeração urbana descontínua de Montes Claros na rede em que se inserem. Montes Claros reforça o seu papel de cidade principal da aglomeração aqui analisada.

Ainda nessa perspectiva, França et al. (2009) resgatou os principais estudos realizados no país e em Minas Gerais sobre a Hierarquia Urbana, que contemplam a cidade de Montes Claros como importante centralidade na região Norte de Minas. Dentre as classificações atribuídas a Montes Claros, destacam-se: cidade média, capital regional, centro regional e polo regional<sup>3</sup>.

Quadro 2: Estudo de Montes Claros na Hierarquia Urbana (décadas de 1950 até 2010)

<b>Autor</b>	<b>Ano</b>	<b>Estudo</b>	<b>Classificação</b>
Yves Leloup	1970	Les villes du Minas Gerais	Centro Regional
Amorim Filho, Bueno e Abreu	1974	Programa Nacional de Apoio às Capitais e Cidades de Porte Médio – PNCCPM -, parte integrante do II Plano Nacional de Desenvolvimento (PND).	Cidade média
Andrade e Lodder	1979	Sistema urbano e cidades médias no Brasil.	Cidade média
IBGE	1987	Região de Influência das cidades.	Capital Regional
Amorim Filho, Bueno e Abreu	1982	Cidades de porte médio e o programa de ações sócio-educativas e culturais para as populações carentes do meio urbano em Minas Gerais.	Cidade média de nível superior
IPEA/IBGE/UNICAMP	1999	Pesquisas: características e tendências da rede urbana do Brasil.	Centro Regional 2
IBGE	1966	Estudo: Rede Urbana do Brasil.	Centro regional B
REGIC/IBGE	1987	Regiões de Influência das cidades – REGIC.	Capital regional
REGIC/IBGE	2002	Regiões de Influência das cidades – REGIC.	Centro Regional - nível forte de centralidade e Centro Sub-regional 2
Amorim Filho, Rigotti e Campos	2007	Os níveis hierárquicos das cidades médias de Minas Gerais	Cidade Média de Nível Superior – Nível 2
REGIC/IBGE	2007	Regiões de Influência das cidades – REGIC.	Capital regional B
Pereira e Lemos	2004	Cidades médias: uma visão nacional e regional.	Mesopolo
Garcia e Nogueira	2008	A inserção das cidades médias mineiras na rede urbana de Minas Gerais.	Polo Regional

Fonte: FRANÇA et al., 2009.

Org.: FRANÇA, 2011.

<sup>3</sup> Para maior detalhamento sobre as pesquisas e os critérios utilizados pelos autores e órgãos para a classificação da Hierarquia Urbana, consultar FRANÇA et al. Revista Formação. Número 16, vol.2. p.52-70, 2009. UNESP/Presidente Prudente.

Esses estudos revelam a importância de Montes Claros na rede urbana em que se insere. Em cada estudo supracitado, Montes Claros assumiu uma posição importante, derivada, sobretudo, do seu alcance regional.

Verifica-se também o crescimento ou o fortalecimento de centros de médio porte, que, reunindo condições favoráveis de infra-estrutura e de qualidade de vida, passa a ter reforçada sua competitividade na atração de novos investimentos. Esses centros já receberam os impactos do investimento produtivo, ao mesmo tempo que (*sic*), produzindo sinergia com outras cidades próximas, conformam áreas de grande dinamismo, [...]. (IBGE, REGIC, 2002, p.89).

A forte centralidade exercida por Montes Claros no sistema urbano regional advém de sua capacidade de comandar as áreas do seu entorno e os municípios com menor diversidade de atividades econômicas. Ademais, abriga fluxos regulares de mercadorias, pessoas e informações, interagindo com a capital estadual, Belo Horizonte, que a polariza (FRANÇA et al., 2009).

Importantes estudos sobre a hierarquia dos centros urbanos brasileiros e a delimitação de suas regiões de influência vêm sendo desenvolvidos pelo IBGE. Desde a década de 1960 até a década atual, o IBGE analisa as regiões de influência das cidades – REGIC -, no Brasil. Os resultados desses estudos foram publicados em quatro edições: REGIC 1972, REGIC 1987, REGIC 2000 e REGIC 2007. A análise aqui proposta focará nos resultados da quarta edição desses estudos, elaborada em 2007 e divulgada em outubro de 2008 (IBGE, 2008).

Para a definição da hierarquia dos centros urbanos na edição do REGIC/2007, as cidades foram classificadas em cinco grandes níveis de centralidade que, por sua vez, foram subdivididos em dois ou três subníveis: cada nível remete ao número total de cidades presentes na rede/região de influência, o número de habitantes e o número de relacionamentos.

Para se compreender a classificação dos centros urbanos da Aglomeração na Rede Urbana Brasileira, a partir do estudo do REGIC (2007), deve-se considerar a Hierarquia dos Centros Urbanos apresentada no referido estudo (Quadro 3).

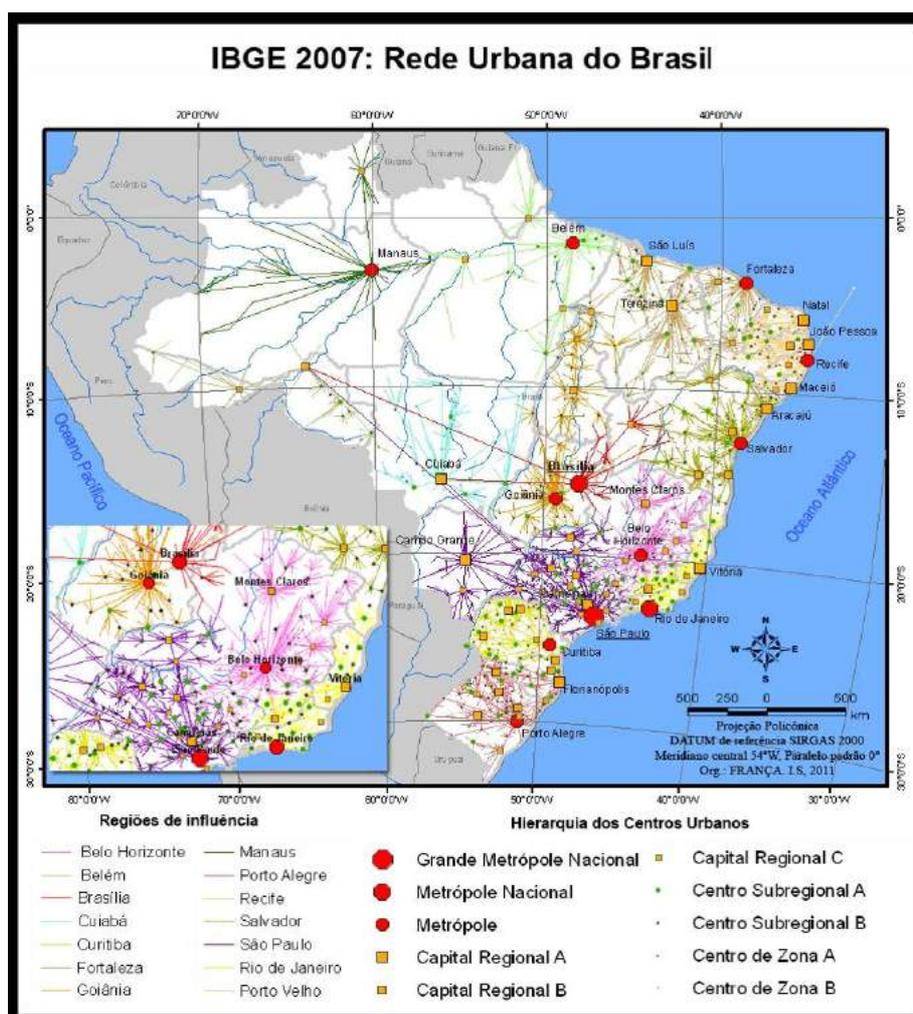
Quadro 3: Classificação dos Centros Urbanos conforme o REGIC, 2007.

Classificação	Quantidade
<b>Metrópoles</b>	<b>12</b>
Grande Metrópole Nacional (São Paulo)	1
Metrópole Nacional (Rio de Janeiro e Brasília)	2
Metrópole (Manaus, Belém, Fortaleza, Recife, Salvador, Belo Horizonte, Curitiba, Goiânia e Porto Alegre)	9
<b>Capital Regional</b>	<b>70</b>
Capital Regional A	11
Capital Regional B	20
Capital Regional C	39
<b>Centro Sub-regional</b>	<b>169</b>
Centro Sub-regional A	85
Centro Sub-regional B	79
<b>Centro de Zona</b>	<b>556</b>
<b>Centro Local</b>	<b>4.473</b>

Fonte: IBGE, REGIC (2007).

Org.: FRANÇA, I. S., 2011.

Mapa 1: Rede Urbana do Brasil



Fonte: IBGE, 2007.

Montes Claros foi classificada como Capital Regional B, integrante da Rede Urbana de Belo Horizonte. Nesse estudo, foi identificado um total de 70 Capitais Regionais (Subdivididas em Capital Regional A, Capital Regional B e Capital Regional C), com medianas de 71 mil habitantes e 71 relacionamentos.

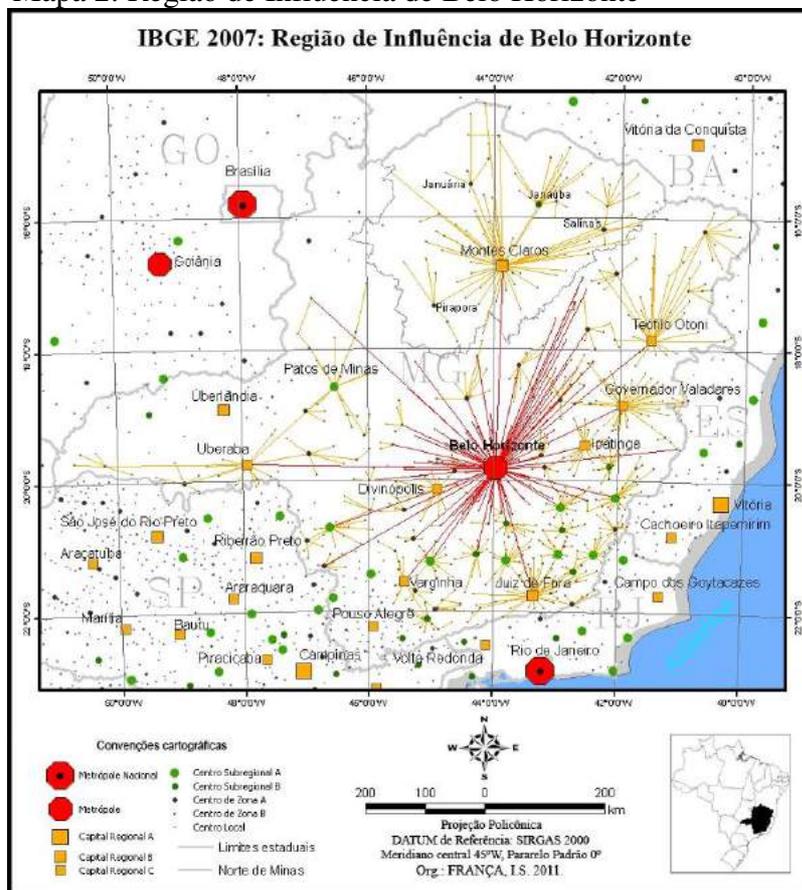
As capitais regionais foram definidas pelo IBGE (REGIC, 2007) como aquelas que exercem forte polarização na [região](#) em que se localiza, influenciando as [pequenas](#) e as [médias cidades](#), bem como as [áreas rurais](#) ao seu entorno.

Montes Claros destacou-se no REGIC (2007) ao integrar a Rede Urbana de Belo Horizonte:

Fazem parte da rede de Belo Horizonte **as capitais regionais B de Juiz de Fora (também ligada ao Rio de Janeiro) e Montes Claros**; as capitais regionais C de Divinópolis, Governador Valadares, Ipatinga-Coronel Fabriciano-Timóteo, Teófilo Otoni, Varginha e Uberaba (também ligada a São Paulo); os centros sub-regionais A de Barbacena, Muriaé, Ubá, Patos de Minas, Lavras, Manhuaçu, Passos e Ponte Nova e os centros sub-regionais B Cataguases, Janaúba, Caratinga, São Lourenço, Viçosa, Conselheiro Lafaiete e São João Del Rei. (IBGE, REGIC, 2007, p.14 - grifo nosso).

Quanto à Região de Influência de Belo Horizonte/MG:

Mapa 2: Região de Influência de Belo Horizonte



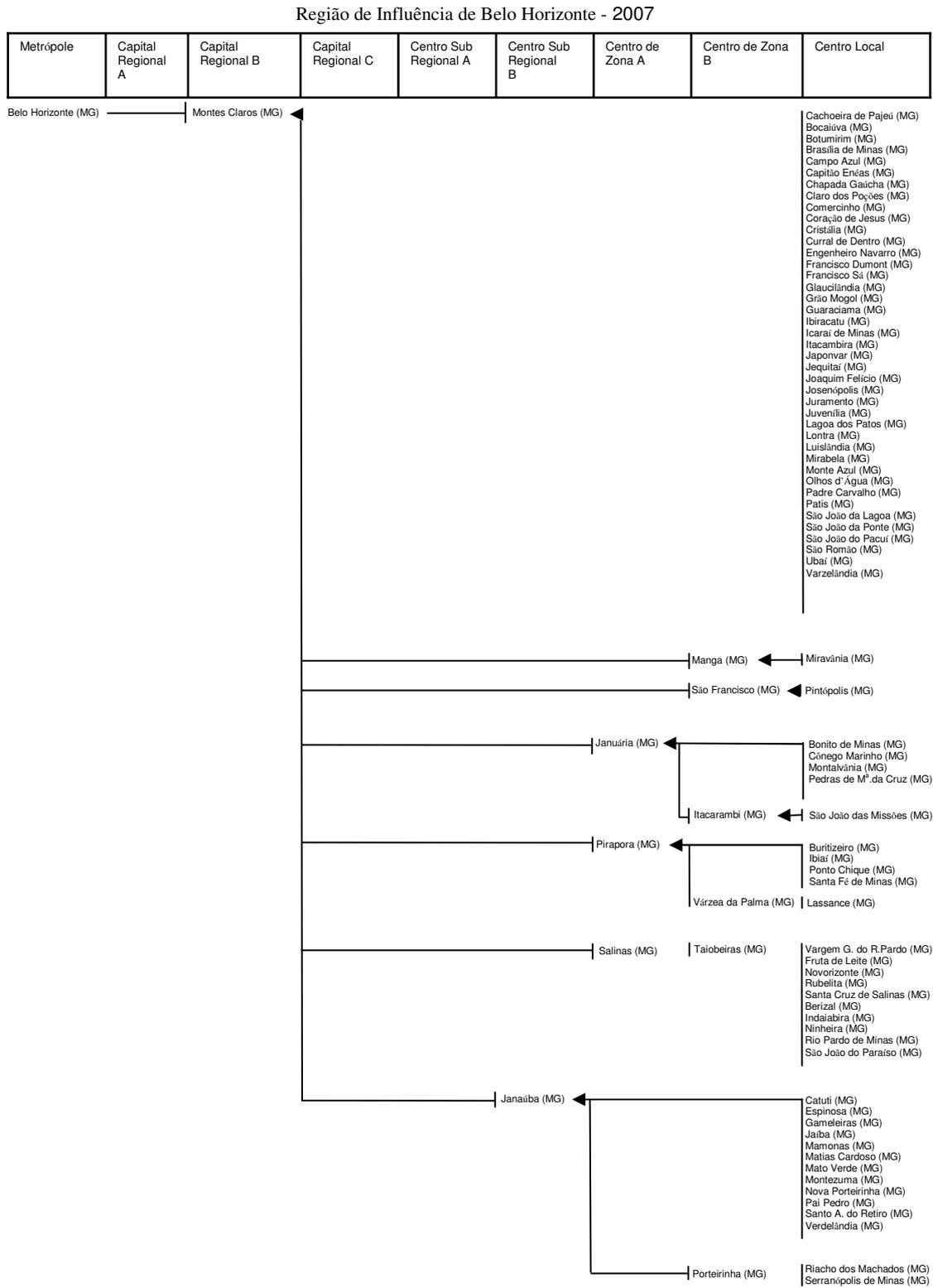
Fonte: IBGE, 2007.

Percebe-se que Montes Claros está conectada à Região de Influência de Belo Horizonte, exercendo forte centralidade na região Norte de Minas, envolvendo 89 municípios, além dos vales do Jequitinhonha e Mucuri, Noroeste e Sul da Bahia. Dentre os centros do Norte de Minas Gerais pertencentes à Região de Influência de Belo Horizonte, têm-se, ainda, Janaúba (Centro Sub-regional B), Januária, Pirapora e Salinas (Centros de Zona A), e Itacarambi, Manga, Porteirinha, São Francisco, Taiobeiras e Várzea da Palma (Centros de Zona B) (IBGE, 2007, p.94).

E quanto aos demais centros urbanos da aglomeração? Bocaiúva, Coração de Jesus, Mirabela, Capitão Enéas, Francisco Sá, São João da Ponte, Claro dos Poções, Glaucilândia, Patis, São João da Lagoa e Juramento também integram a Região de Influência de Belo Horizonte e, por sua vez, estão sob a atuação direta de Montes Claros, Capital Regional B. Na Rede Urbana de Belo Horizonte, esses centros urbanos relacionam-se predominantemente com Montes Claros. Isto quer dizer que, entre a capital mineira (Metrópole) e Montes Claros (Capital Regional B), não há outro município que divida a centralidade com ambas.

A figura 1 demonstra essa argumentação.

Figura 1: Região de Influência de Belo Horizonte/MG



Fonte: REGIC, 2007, p.65

Bocaiúva, Coração de Jesus, Mirabela, Capitão Enéas, Francisco Sá, São João da Ponte, Claro dos Poções, Glaucilândia, Patis, São João da Lagoa e Juramento foram classificados, no REGIC, como centros locais, estando sob a influência direta de Montes Claros, na Região de Influência de Belo Horizonte.

No REGIC (IBGE, 2007) foram identificados 4.473 centros locais, cidades cuja centralidade e atuação não extrapolam os limites do seu município, servindo apenas aos seus habitantes, e possuem população predominantemente inferior a 10 mil habitantes.

Sendo assim, os resultados do REGIC (2007) corroboram a ideia de que Montes Claros é o principal centro urbano da Região Norte de Minas exercendo influência sobre os demais municípios: Centro Sub-regional B (Janaúba), Centros de Zona A (Januária, Pirapora e Salinas) e Centros Locais (Bocaiúva, Coração de Jesus, Mirabela, Capitão Enéas, Francisco Sá, São João da Ponte, Claro dos Poções, Glaucilândia, Patis, São João da Lagoa e Juramento, dentre outros<sup>4</sup>).

Dessa forma, Montes Claros consolidou a sua função polarizadora no Norte de Minas Gerais, alicerçada nos setores de comércio, prestação de serviços e indústria. Esta cidade média ampliou o seu setor comercial, dinamizou os bens e os serviços, atraindo capitais externos para investimentos diversos, especialmente a instalação de indústrias de outros estados, e mesmo de outros países, como a dinamarquesa Novo Nordisk. Em função disso, esta localidade central concentra maiores facilidades para investimentos e, com isso, maior dinamização socioespacial, através da expansão da oferta de bens e de serviços. Assim, Montes Claros é uma localidade central no Norte de Minas cujo raio de influência atinge toda a região em que se insere.

Diante disso, é possível assinalar o processo de aglomeração de Montes Claros com os municípios que a ela se limitam, evidenciando uma articulação para além dos limites políticos administrativos; daí, o seu caráter de descontinuidade territorial. As vinculações entre Montes Claros e os seus vizinhos contemplam, notadamente, a esfera econômica, que motiva os fluxos de pessoas, mercadorias e capitais, evidenciando, assim, uma continuidade espacial.

---

<sup>4</sup> Há um total de 41 centros locais subordinados à área de influência de Montes Claros (REGIC/IBGE, 2007, p.65).

Nesse sentido, a formação dessa aglomeração urbana demonstra, por um lado, sua especificidade, e, por outro, concebe-se um instrumento possível para o planejamento urbano e territorial, numa escala não somente municipal, mas também regional.

No Norte de Minas manifesta-se a integração socioeconômica e não político-administrativa (processos de naturezas distintas) entre a cidade média de Montes Claros e as pequenas cidades que com ela fazem limite político-administrativo, desenvolvendo, entre elas, uma intensa integração espacial e socioeconômica. Detectou-se a interação espacial a partir da intensidade de deslocamentos de pessoas entre os municípios, em busca de serviços de saúde, educação superior e comércios especializados e diversificados, além de local de trabalho.

Dessa forma, os objetivos específicos desta pesquisa são:

Compreender como se formou o processo de aglomeração urbana no Norte de Minas Gerais, identificando a ação dos agentes políticos, econômicos e sociais, e a formação territorial dos municípios que a compõe;

Apresentar os fixos instalados nos municípios em estudo, com destaque para os setores de comércio e prestação de serviços, e a sua relação com a centralidade que Montes Claros exerce no Norte de Minas;

Demonstrar as interações entre as cidades que compõem a aglomeração e a conexão espacial de fluxos econômicos (comércios e serviços), demográficos (migração pendular) e de transportes que levaram à estruturação desse processo.

Partindo dessas questões, o presente trabalho está organizado em cinco capítulos. No primeiro capítulo, intitulado “Abordagens teóricas e metodológicas para as pesquisas sobre aglomerações urbanas no Brasil”, apresentou-se referencial teórico sobre o tema aglomeração urbana e seus conceitos correlatos. Foi realizada uma discussão sobre este tema, tendo em vista a realidade brasileira e as metodologias de análise. A partir de estudos de casos, examinaram-se pesquisas sobre aglomerações urbanas em cidades médias. Ainda nessa perspectiva, realizou-se um debate sobre os deslocamentos

pendulares no estudo das aglomerações urbanas. Também se apresenta a estratégia da pesquisa, ou seja, os procedimentos metodológicos utilizados durante a realização da presente tese de doutorado.

No segundo capítulo, denominado “Formação histórica de Montes Claros e dos municípios do entorno”, identificou-se a escala espaço-temporal da pesquisa, com a apresentação da região Norte de Minas e dos municípios componentes da aglomeração em análise a partir de aspectos históricos, notadamente. A origem de cada um dos municípios da aglomeração foi ilustrada com registros iconográficos e com figuras sobre o seu processo de formação e de emancipação. Neste sentido, analisou-se, nesse capítulo, a origem e a formação territorial dos municípios da aglomeração vinculada ao município de Montes Claros.

O terceiro capítulo, “Estrutura demográfica e econômica de Montes Claros”, apresenta dados demográficos e econômicos de Montes Claros, polo da aglomeração, após a década de 1970 até a atualidade. Utilizaram-se, para isto, dados secundários estatísticos, econômicos e demográficos produzidos por órgãos governamentais públicos, tais como: IBGE, IPEA, ALMG e FJP. Identificaram-se, também, os fixos instalados no município, com destaque para os setores de comércio e de prestação de serviços. Para tanto, realizou-se levantamento de fontes documentais, informações sobre a infraestrutura nos setores de comércio e serviços existentes e registro iconográfico. Esse capítulo encerra-se discutindo o setor industrial de Montes Claros na atualidade.

O capítulo quatro, “Perfil demográfico e econômico dos municípios do entorno de Montes Claros”, é um desdobramento do capítulo anterior, visto que aborda os aspectos demográficos e econômicos, relativos ao período de 1970 a 2010, dos onze municípios que fazem limite com Montes Claros, polo da aglomeração. Realizou-se, ao final desse capítulo, uma análise comparada da estrutura dos estabelecimentos de comércios e de prestação de serviços identificada nesses municípios, em relação ao ano de 2011. Soma-se a isso a apresentação de croquis para a representação do Uso do Solo Urbano.

O quinto capítulo, “A aglomeração urbana descontínua de Montes Claros/MG”, analisa o processo de aglomeração urbana descontínua de Montes Claros com os municípios do entorno. Num primeiro momento, aborda-se a institucionalização das aglomerações

urbanas em Minas Gerais, enfocando o Projeto de Lei Complementar nº 4/2011, que prevê a criação da Região Metropolitana de Montes Claros. Buscou-se compreender a origem do processo de aglomeração urbana, identificando a ação dos agentes políticos, econômicos e sociais, e ainda os seus papéis na atualidade. Foram abordados os fatores que culminaram na centralidade de Montes Claros no Norte de Minas e, com isso, na sua posição de cidade núcleo da aglomeração. Posteriormente, discutiram-se os aspectos demográficos e econômicos da aglomeração.

As interações entre as cidades que compõem a aglomeração foram demonstradas a partir da conexão espacial de fluxos econômicos (comércios e serviços), demográficos (migração pendular) e de transportes, ocasionando a estruturação desse processo. Ao final desse capítulo, a interação entre os municípios da aglomeração também foi diagnosticada por meio das relações estabelecidas entre eles, na perspectiva do planejamento de suas ações, com vistas às articulações das políticas públicas e da infraestrutura regional.

Nas considerações finais, foi proposta uma tipologia de classificação para as cidades da aglomeração de Montes Claros/MG baseando-se nas suas individualidades, no que se refere às características demográficas, econômicas, estruturais e, sobretudo, pelo seu nível de interação ou de intensidade de fluxos relativos ao setor terciário com Montes Claros. Essa proposta procurou contemplar as diversidades espaciais, territoriais e econômicas dos municípios da aglomeração. Os centros urbanos da aglomeração foram hierarquizados, considerando-se a complexidade funcional do setor de comércio e de serviços: grau 1, grau 2 e grau 3. Espera-se que a tipologia possa contribuir com a formulação de políticas públicas de planejamento e de gestão regional, como, por exemplo, a criação da Região Metropolitana de Montes Claros/RMMOC.

Ainda nessa parte da pesquisa, revisita-se a discussão sobre a criação da Região Metropolitana de Montes Claros. Em 2002, a deputada Elbe Brandão, do PSDB, submeteu à Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais o projeto de Lei Complementar n. 51/2002, propondo a criação da Região Metropolitana de Montes Claros. Embora o projeto tenha recebido parecer favorável para a tramitação na Assembleia, o mesmo foi arquivado em razão da finalização da legislatura. Em 2011, o deputado Luiz Henrique Maia Santiago, também do PSDB, solicitou o desarquivamento

do referido projeto de Lei Complementar n. 51/2002. Agora, sob o n. 4/2001, o projeto que prevê a institucionalização da Região Metropolitana de Montes Claros encontra-se em tramitação na Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Apesar da sua efetivação ou não, a proposição de criação da Região Metropolitana de Montes Claros implica em um reconhecimento social e político da intensidade dos fluxos existentes entre Montes Claros e os municípios limítrofes.

A aglomeração urbana descontínua de Montes Claros é composta por doze municípios: Montes Claros, Bocaiúva, Capitão Enéas, Claro dos Poções, Coração de Jesus, Francisco Sá, Glaucilândia, Juramento, Mirabela, Patis, São João da Lagoa e São João da Ponte. Possui uma população total de 537.238 habitantes (IBGE, 2010). A maior parte dos municípios integrantes da aglomeração possui tamanho demográfico aproximado de 25 mil habitantes. A aglomeração urbana descontínua de Montes Claros configura-se a partir de trocas produtivas, econômicas, sociais e culturais, culminando em continuidade espacial alicerçada por redes de transportes e de comunicação.

Com base no exposto, verifica-se a necessidade de produzir informações que possam subsidiar a discussão de aglomeração urbana em cidades médias como instrumento de planejamento regional, enfatizando a produção de estudos sobre essa temática, conjuntamente com a sociedade.

**CAPÍTULO 1**  
**ABORDAGENS TEÓRICAS E METODOLÓGICAS PARA AS**  
**PESQUISAS SOBRE AGLOMERAÇÕES URBANAS**  
**NO BRASIL**

No presente capítulo aborda-se o enfoque teórico da temática aglomeração urbana, bem como estudos de caso com proposições metodológicas de análise. Contextualiza-se tal debate no âmbito das cidades médias, enfatizando a importância do exame dos movimentos pendulares para a configuração das aglomerações urbanas. A centralidade foi discutida como um elemento fundamental na definição dos papéis desempenhados pelas cidades na escala interurbana. Além disso, este capítulo dedica-se à apresentação da estratégia metodológica da pesquisa.

### **1.1. Aglomerações urbanas: perspectivas teóricas**

A concentração, diversificação e especialização de atividades em determinadas localidades são fatores que diferenciam os espaços urbanos e culminam nas trocas intra e interurbanas.

A população de municípios com menor complexidade e diversidade funcional tende a deslocar-se para espaços mais dinâmicos econômica e estruturalmente. Os custos de transportes, a localização geográfica com o mercado consumidor e os deslocamentos populacionais são forças motivadoras para a formação das aglomerações urbanas, uma vez que os municípios passam a estabelecer relações de trocas com o seu entorno, quer seja consumindo ou oferecendo serviços, comércios e bens diversos.

Johnson (1974, p.118) aponta elementos, tais como localização privilegiada, população, oferecimento de serviços especializados, como determinantes na constituição de lugares centrais e de suas respectivas áreas de influência. Para o autor:

La localización de los lugares centrales está estrechamente relacionada con la distribución general de la población. Si la población básica de un área está uniformemente repartida, lo mismo ocurrirá con las ciudades que le presten sus servicios. Si, por la razón que sea, la distribución de la población es irregular, también los lugares centrales estarán repartidos de forma desigual y se concentrarán en las localizaciones más accesibles para el mayor número de personas posible. Sin embargo, ciertos lugares centrales de localización privilegiada sirven a mayor número de personas posible. Sin embargo, ciertos lugares centrales de localización privilegiada sirven a mayor número de personas y a la vez pueden ofrecer unos servicios más especializados. Estos asentamientos tienden a aumentar progresivamente de tamaño, dependiendo este de su grado de especialización, con lo que surgen diversos tipos de lugares centrales que se diferencian entre sí por su número de habitantes y por sus respectivas áreas de influencia.

Também as vias de comunicação, associadas à localização das cidades, assumem importante papel na Rede de Lugares Centrais.

Um segundo factor que rige la localización de los asentamientos urbanos es la distribución de las grandes vías de comunicação y de los puntos de ruptura de carga a lo largo de ellas. Además de desempeñar esta función primaria, las grandes vías de comunicación modifican a menudo las formas de accesibilidad local de un área, puesto que difícilmente pueden dejar de ejercer su influencia sobre los medios de transporte locales. Por consiguiente, una vía de comunicación principal puede deformar la red de lugares centrales que forman las villas y las ciudades situadas cerca de ella. La influencia de las vías de comunicación se deja sentir con especial fuerza en la localización de las ciudades que enlazan una región con áreas externas.

El tercer factor en la localización de ciudades es la tendencia a agruparse que presentan ciertos tipos de asentamientos urbanos especializados. Estas agrupaciones urbanas tienden a crecer alrededor de algún recurso físico localizado, y a menudo la industria constituye la ocupación predominantemente en ellos.

Pero, una vez que un grupo de ciudades especializadas ha empezado a desarrollarse en una dirección determinada, su misma existencia constituye un estímulo para que sigan creciendo. Se crean lazos cada vez más estrechos, de tipo técnico y económico, entre las industrias locales, lo que dificulta su traslado a otros lugares y se desarrollan diversos servicios auxiliares que estimulan todavía más la concentración en estas regiones especializadas. (JOHNSON, 1974, p.118, 120, 121).

Teorias referentes aos fatores aglomerativos e desaglomerativos mostram que há “forças que agem no sentido de concentrar as atividades econômicas e outras que agem no sentido contrário, dispersando-as no espaço” (PEREIRA; LEMOS, 2005, p.95).

As interações econômicas e espaciais entre cidades levam à configuração de espaços cada vez mais interconectados, onde as economias de centros urbanos menores dependem de centros médios e grandes, formando um sistema urbano complexo e dinâmico.

Alguns conceitos de aglomeração urbana serão aqui apresentados com o objetivo de compreensão do tema, considerando a escala da rede urbana, o par continuidade territorial e urbana, a distinção e/ou indissociabilidade entre aglomeração e o processo de conurbação, e a aglomeração pensada como unidade regional de planejamento. A aglomeração urbana [...] “consiste la realidad en un continuum de asentamientos urbanos de diferentes tamaños y sin interrupciones funcionales evidentes entre ellos, o bien los lugares centrales se situán, de un modo natural, en distintas?” (JOHNSON, 1974, p.139).

Beaujeu-Garnier (1995, p.126-127) classifica esse processo sustentando que:

A aglomeração é a forma mais simples do desenvolvimento urbano, defini-se classicamente como uma cidade envolta por arredores; quer dizer que, neste caso, é monocêntrica. Em geral a expressão é reservada para cidades já de um certo tamanho e com uma localização relativamente independente em relação a outros grandes sítios urbanos. [...] O conjunto forma uma unidade de construções contínuas e de espaço econômico, mas que pode muito bem ser repartida numa série, num grande número de unidades administrativas. A cidade-centro exerce um certo efeito de atração: é em relação a ela que se organiza a rede convergente de transportes; é ela o lugar de concentração de empregos.

Para Haesbaert<sup>5</sup> (2006, p.314) é necessário distinguir e, ao mesmo tempo, inter-relacionar os termos aglomeração e aglomerado; sendo que este último “serve assim para definir ‘conjuntos, agrupamentos’ em geral – de onde provêm concepções como as de ‘aglomeração humana’ ou ‘urbana’, quando para significar ‘amontoamento’, um tipo de agrupamento em que os elementos estão ‘ajuntados confusamente’”.

Matos (2000) destaca que a aglomeração urbana é um conceito de uso relativamente recente no Brasil e diz respeito a um conjunto de pessoas ou atividades que se concentram em espaços físicos relativamente pequenos, daí, a sua aceção mais eminentemente urbana, não rural.

Por extensão pode-se supor que os aglomerados ao se expandirem muito e ultrapassarem “certos limites e tamanhos”, conformariam uma outra unidade territorial, a aglomeração urbana. [...] Esta categoria espacial pressupõe a existência de uma cidade principal que organiza, econômica e funcionalmente, localidades periféricas próximas. Em conseqüência deve surgir uma densa rede urbana onde se instalam atividades industriais, comerciais e de serviço, concentrando capital, força de trabalho e poder político. (MATOS, 2000, p.01).

Sobre essa questão, Villaça (1997, p.1) problematiza:

O processo mais frequente pelo qual se delimita uma cidade no Brasil é através do traçado, por lei municipal, da zona urbana da sede do município. Até aí tudo bem, pois essa zona é frequentemente ampliada à medida que a cidade cresce. Não há limite fixo. O problema surge quando: ou a cidade ocupa todo o território municipal, ou a cidade, mesmo sem ocupar a totalidade do território municipal, passa a crescer em uma ou mais direções, além do limite do município.

Além da escala territorial, a aglomeração atinge a escala espacial também. Nesse sentido, o conceito de aglomeração urbana remete à concentração de pessoas, serviços e atividades em espaços compactos – não ultrapassando os limites administrativos de uma cidade.

---

<sup>5</sup> O autor propõe a Noção de Aglomerados Humanos de Exclusão. A este respeito, consultar HAESBAERT (2006).

A partir dos conceitos de aglomeração urbana apresentados por Johnson (1974), Beaujeu-Garnier (1995), Haesbaert (2006), Matos (2000), Villaça (1997) e Miyazaki (2008) percebe-se que há várias acepções para o termo, associadas às noções de continuidade, monocentralidade, agrupamentos, concentração, continuidade territorial urbana e continuidade espacial. Verifica-se que essas acepções modificam-se de acordo com a dinamicidade da investigação geográfica, aliadas às mudanças na filosofia e na metodologia da própria geografia como ciência. A perspectiva teórica adotada pelo estudioso, bem como as transformações na sociedade moderna, também incide sobre a necessidade de proposição de novos conceitos e modos de pensar e refletir a cidade, o urbano e os processos a eles inerentes.

Ainda sobre o conceito de aglomeração urbana, outra concepção sobre esse processo foi apresentada por Miyazaki (2008, p.13) que “compreende a aglomeração urbana numa perspectiva mais ampla, onde o urbano se processa em um conjunto mais complexo e extenso e que engloba mais de uma cidade”.

Para esta pesquisa, o conceito de aglomeração será analisado a partir da segunda perspectiva, tendo em vista não o agrupamento de municípios limítrofes (continuidade territorial urbana), mas elementos de integração socioeconômica (continuidade espacial) entre as cidades.

Miyazaki (2008, p.13) defende a existência de:

[...] aglomeração sem espaço urbanizado contínuo: o processo de aglomeração não se restringe somente ao fator ligado à continuidade territorial urbana, pois abrange também as áreas espaciais.

A aglomeração urbana não necessita necessariamente da continuidade do tecido urbano, uma vez que a intensidade das relações interurbanas pode defini-la. Neste caso, a intensificação de diferentes fluxos entre as cidades, principalmente de pessoas que se deslocam para trabalhar ou estudar, pode caracterizar o processo de aglomeração urbana, sem que haja necessariamente uma continuidade territorial urbana. A aglomeração se dá (*sic*), assim, por continuidade espacial. (MIYAZAKI, 2008, p.28-29).

Corrêa (2007, p.3) discorre sobre a delimitação da aglomeração. Para o autor, verifica-se a existência de uma escala intermediária entre a rede urbana e o espaço intraurbano, atrelada aos espaços aglomerados ou conurbados. Porém, não se sabe como definir os limites dessa escala, já que é uma realidade bastante dinâmica e complexa.

Entre as duas escalas [da rede urbana e intraurbana] é possível identificar uma outra na qual o espaço urbano transforma-se em importante segmento da rede urbana ou não, em outras palavras, parte da rede urbana assume a forma de espaço urbano. Trata-se de áreas urbanizadas denominadas genericamente de megalópoles ou de eixo urbanizado em uma dimensão não-metropolitana. (CORRÊA, 2007, p.3).

Na leitura do autor, os espaços urbanos conformam-se em rede urbana a partir de seu grau de urbanização, sendo que tal processo pode se materializar tanto em realidades metropolitanas como não metropolitanas, por exemplo, nas cidades médias. Tais aspectos denotam que, quanto mais urbanizados os espaços, mais densas e complexas as redes urbanas que aí se desenvolvem. As cidades médias são centros nos quais as aglomerações urbanas podem se estruturar e se consolidar. Esses centros urbanos, cada vez mais, estão sendo dotados de potencialidades que os tornam capazes de atrair, para o seu espaço interno e regional, capitais econômicos, tecnologias, indústrias, fluxos populacionais, dentre outros. Esses elementos alimentam as redes urbanas em que se inserem as cidades médias, tanto na escala intra como interurbana.

Conforme Corrêa: “A escala intermediária ainda não possui uma denominação específica, uma vez que pode se manifestar de diferentes formas, em cada contexto local/regional. A escala intermediária, concebida entre as escalas da rede urbana e do espaço urbano, leva a pensar a urbanização por meio e formas espaciais como a megalópole, regiões metropolitanas, aglomerações urbanas e conurbações, eixos urbanizados [...]”. (CORRÊA, 2007, p.13).

Dessa forma,

[...] compreendemos que a aglomeração urbana também se constitui em uma das formas em que se manifestam os processos inerentes à “escala intermediária”. Trabalho de CHRISTALLER (1966): o autor retrata especificamente a distância econômica, referente à distância que a população está disposta a percorrer para adquirir um determinado bem. A partir dessa idéia, a escala de aglomeração pode-se restringir a uma área de alcance espacial atrelada à distância que a população está disposta a percorrer diariamente para ir trabalhar ou estudar (atividades que caracterizam os movimentos pendulares). A delimitação de uma aglomeração constitui-se uma tarefa difícil e complexa. (CORRÊA, 2007, p.13).

Para Miyazaki (2008, p.34) a escala da rede urbana é mais ampla do que a da aglomeração. A aglomeração abrange apenas uma parte da rede, limitando-se somente a uma área na qual as relações entre as cidades dão-se de forma mais intensa e frequente. Nessa perspectiva, o processo de aglomeração urbana resulta da expansão de núcleos

urbanos, com a produção e a intensificação de fluxos que extrapolam os limites políticos/administrativos dos municípios.

O conceito de aglomeração urbana também foi trabalhado pelo IPEA, pelo IBGE e pela UNICAMP (2000), na pesquisa *Características e Tendências da Rede Urbana no Brasil*, mas essa menção não fez “[...] referência à figura institucional prevista constitucionalmente”. Dessa forma, a aglomeração urbana foi considerada numa perspectiva territorial e espacial.

No documento *Aglomerações urbanas no Estado do Rio Grande do Sul*,

Conceitualmente, considerava-se que as mesmas eram “[...] constituídas por municípios que fazem parte de uma mesma comunidade sócio-econômica com vistas à realização do planejamento integrado, disciplina do uso do solo e execução de políticas de interesse comum. (AGLOMERAÇÕES, 1992, p.17; BORBA, 2003, p.193).

Ainda sobre os conceitos, Beaujeu-Garnier (1995, p.127-128) tece algumas considerações sobre conurbações e aglomerações:

As conurbações representam um tipo especial de aglomerações. Freeman<sup>6</sup> (1959) declara que uma conurbação é uma acumulação de cidades industriais onde, aliás, se podem encontrar espaços primitivamente comerciais ou residenciais, estas cidades podem manter uma individualidade marcada. Freeman considera que uma cidade com os seus satélites, os seus dormitórios, pode formar uma conurbação; [...] parece que não se devem confundir os dois termos... trata-se (*sic*) de duas noções que podem coincidir, mas não necessariamente.

A aglomeração supõe maior dependência; na conurbação, as cidades mantêm-se distintas, embora aglomeradas num mesmo conjunto. Parece necessário acrescentar uma condição suplementar: a conurbação é devido ao crescimento paralelo de várias aglomerações vizinhas, que acabam por se juntar, mas os centros principais mantêm uma certa independência entre si, mesmo se um deles tiver alguma proeminência.

Em suma, a conurbação resulta de várias aglomerações. Nela, numerosos problemas devem ser tratados em comum, principalmente aqueles relativos aos transportes, à especialização das funções, ao abastecimento de água e à energia. A conurbação é uma forma instável: ou evolui para uma forma de aglomeração pela preponderância de uma das cidades ou pela separação de funções entre diferentes polos. Diferencia-se da aglomeração, sobretudo, pela complementaridade de funções entre os centros urbanos, e não somente pela dependência ou subordinação.

---

<sup>6</sup> FREEMAN (T.- W.) and SNODGRASS ( C. ), *The Connurbations of Great Britain*, Manchester, 1959 apud Beaujeu-Garnier (1995).

Quanto à materialização, a aglomeração designa espaços urbanos integrados que congregam mais de uma cidade. Esta noção refere-se às áreas urbanas (cidade – sede de município, perímetro urbano) e não às áreas rurais. Nesse sentido, no Brasil, emergem aspectos referentes à imprecisão na delimitação de Aspectos Administrativos dos Aglomerados Urbanos e os Critérios do IBGE.

A questão de o espaço ultrapassar uma certa dimensão, atingindo um outro âmbito, o da região, é ponto suscetível de controvérsias, porquanto não há consenso sobre qual deve ser o tamanho (mínimo ou máximo) desse espaço, o que o torna relativamente impreciso. Para contornar parcialmente tais dificuldades vem sendo adotado pelo IBGE o conceito “*aglomerações urbanas*”, que embora semelhante ao de região metropolitana, serve para designar outros espaços urbanos, situados em nível sub-metropolitano, que congregam mais de uma cidade, notadamente cidades que começariam a experimentar o processo de conurbação. (MATOS, 2000, p.02).

Quando integradas, as cidades aglomeradas realizam relações de centralidade, subordinação ou interdependência em espaços cada vez mais integrados territorialmente, e contínuos, espacialmente. Os diversos tipos de articulação e de integração espacial entre os centros urbanos, através dos papéis por eles desempenhados, são elementos que engendram a configuração espacial da aglomeração urbana.

O tamanho territorial e populacional dos municípios da aglomeração, os papéis desempenhados pelos centros urbanos, os fluxos migratórios, os setores produtivos, o alcance mínimo e máximo de polarização de cada cidade, a situação e o nível de emprego, os serviços de saúde e educação especializados, a necessidade de melhora na qualidade de vida e a exacerbação do consumo são elementos indispensáveis ao estudo dos aglomerados urbanos, uma vez que explicam a mobilidade e a transitoriedade de atividades econômicas e da população no espaço geográfico.

[...], apreende-se que no processo de aglomeração urbana as inter-relações entre as cidades podem se dá (*sic*) pela dependência e/ou complementaridade das funções urbanas. Afasta-se, assim, da noção de que deva haver, simplesmente, uma relação assimétrica de um centro a outro... Por um lado, nas relações de dependência da periferia em relação ao centro urbano principal, é possível verificar diferentes níveis de subordinação: um grau muito elevado de dependência da periferia, geralmente com grandes deficiências nos mais diferentes setores de serviços urbanos, caracteriza uma aglomeração com uma área central ou cidade pólo. Essa relação de dependência da periferia em relação ao centro, (*sic*) não diz respeito a uma depreciação da primeira. Diante de novos conteúdos da periferia, mesmo nos casos de população de alta renda, em muitas situações, continua dependente dos serviços oferecidos somente no centro. (MIYAZAKI, 2008, p.20).

Ademais, os estudos sobre aglomeração devem explicitar a distância na qual se forma a sucessão de cidades, quais as cidades que a compõem, o número de habitantes, o caráter de dependência, a inter-relação ou independência, as especificidades, o porte das cidades; além de como se deu os processos de urbanização, formação e base econômica de cada núcleo urbano.

O estudo de Matos (2000), denominado *Aglomeração urbana, rede de cidades e desconcentração demográfica no Brasil*, demonstra, entre outros, que a aglomeração urbana pode-se formar a partir dos processos de concentração e desconcentração industrial metropolitana (São Paulo e Rio de Janeiro), os quais, associados à desconcentração demográfica, criam áreas com a nova localização industrial. Esse estudo revelou ainda que a aglomeração urbana forma-se também a partir de áreas inseridas em regiões de agricultura moderna, integradas em complexos agroindustriais.

Sobre a relevância de pesquisas relacionadas à aglomeração urbana, Moura; Castello Branco; Firkowski, (2005, p. 131) concluem:

Os fluxos que se desencadeiam em determinadas aglomerações urbanas carecem urgentemente de serem dimensionados, na medida em que colocam populações e administrações municipais em grau de maior vulnerabilidade quanto à incidência e oscilação de demandas por serviços, equipamentos e políticas públicas.

Nessa perspectiva, situam-se as cidades consideradas como médias, que constituem aglomeração urbana junto aos centros pequenos, tendo como base dominante a pujança das atividades terciárias que movimentam os fluxos espaciais e socioeconômicos. Entre a cidade média de Montes Claros e os seus municípios limítrofes norte mineiros, verifica-se a formação e a constituição do processo de aglomeração.

Sobre a dinâmica econômica das cidades de um aglomerado, Johnson (1974, p.123) aborda:

La localización y distribución de las ciudades depende mucho, como es evidente, del tipo de vinculación que guarda cada núcleo urbano con lugares situados fuera de sus propios límites. En consecuencia, se há prestado una atención considerable a la delimitación de las áreas unidas por vínculos sociales y económicos a un núcleo urbano determinado. Aunque cabe aplicar un enfoque de este tipo al estudio de las actividades industriales de una ciudad, esta modalidad de análisis es muy apropiada para sus actividades terciarias, y produce los resultados más claros en aquellos núcleos que funcionan predominantemente como centros de servicios (o lugares centrales).

Diante disso, é possível assinalar a formação de uma importante/densa rede urbana a partir da aglomeração de Montes Claros/MG. A aglomeração em análise mostra uma articulação, para além dos limites administrativos, entre os municípios de Montes Claros e os seus vizinhos, que contempla notadamente a esfera econômica a partir da localização de atividades econômicas e dos fluxos de pessoas, mercadorias e capitais, evidenciando, assim, uma continuidade espacial. A análise da articulação de dinâmicas sociais, políticas, ambientais e estruturais também permite compreender o processo de aglomeração no Norte de Minas Gerais.

## **1.2 - Histórico e institucionalização das Aglomerações Urbanas no Brasil**

As Aglomerações Urbanas foram introduzidas no ordenamento territorial brasileiro pela Constituição Federal de 1988, juntamente com as Regiões Metropolitanas e as Microrregiões, como unidades de gestão regional dos estados para o planejamento e a execução de funções públicas de interesse comum (BRAGA, 2005; MIYAZAKI, 2008).

Sobre a distribuição geográfica das formas de institucionalização da aglomeração urbana nos estados brasileiros, em pesquisa<sup>7</sup>, Braga (2005, p. 2243) observou

[...] que os estados que mais avançaram no tema foram justamente os do Centro-sul, que são também os mais urbanizados e com a rede urbana mais complexa. Deve-se destacar, no entanto, que não foram instituídas aglomerações urbanas em nenhum dos estados da Região Sudeste, a mais urbanizada e com maior percentual de cidades de porte médio, em torno das quais tenderiam a se estruturar as aglomerações urbanas.

O autor chama a atenção para o fato de se diferenciar regiões metropolitanas e aglomeração urbana (ambas são elementos de gestão territorial), especificando seus instrumentos de gestão e suas atribuições.

### **Região Metropolitana**

1. Agrupamento de municípios limítrofes
2. Integração socioeconômica
3. Conurbação significativa
4. Elevada densidade demográfica
5. Expressão nacional

### **Aglomeração Urbana**

1. Agrupamento de municípios limítrofes
2. Integração socioeconômica
3. Conurbação

---

<sup>7</sup> Para maior detalhamento, consultar *Cidades Médias e Aglomerações Urbanas no Estado de São Paulo: Novas Estratégias de Gestão Territorial* (BRAGA, 2005, 2241-2254).

Sobre suas especificidades, Braga (2005, p.2251) sintetiza:

A diferença essencial entre essas duas figuras de gestão territorial é o caráter executivo, presente na região metropolitana e inexistente na aglomeração urbana. Este caráter é conferido pela autarquia de planejamento metropolitano, que nas regiões metropolitanas exerce um papel fundamental, conferindo, ao menos em tese, agilidade e flexibilidade às ações de planejamento e execução das funções públicas, na medida em que torna possível arrecadar receitas próprias, executar e fiscalizar projetos e promover a desapropriação de bens de utilidade pública. Não tendo tais competências, a aglomeração urbana torna-se uma entidade dotada de baixa resolução administrativa, pois o Conselho de Desenvolvimento não possui personalidade jurídica própria, nem autonomia para a execução das políticas públicas, ou mesmo arrecadar receitas próprias ou de transferência. As aglomerações urbanas, desse modo, não se constituem em autoridades públicas, seu papel é meramente consultivo, não vinculando os atos das administrações municipais, tampouco os do governo estadual. Desse modo, a criação de uma aglomeração urbana não implicaria, concretamente, em ganho algum, no sentido de uma maior capacidade de gestão intermunicipal.

O autor chama a atenção para as diferenças entre esses dois elementos de gestão territorial no âmbito brasileiro. Cabe ressaltar que políticas públicas e de planejamento, como estratégia de desenvolvimento regional, quando realizadas, são ações que transcendem as escalas administrativas, jurídicas e executivas, não características das aglomerações urbanas como unidades de gestão territorial no Brasil, mas podem configurar-se no processo de aglomeração, no plano prático.

Em 1988, o IBGE publicou os indicadores sociais para regiões metropolitanas, aglomerações urbanas e municípios com mais de 100 mil habitantes, utilizando o trabalho sobre aglomerações urbanas de Davidovich e Lima (1975). Nesse trabalho, cristalizava-se também o recurso metodológico de comparar, dentro de uma região metropolitana, os dados populacionais relativos ao “núcleo” (geralmente circunscrito aos limites municipais do município principal da região), confrontados com a “periferia” desse núcleo (MATOS, 2000, p.02-03).

O Conselho Nacional de Desenvolvimento Urbano – CNDU -, no estudo *Evolução da Rede Urbana no Brasil no período 1970-1980*, reconheceu a existência de 27 aglomerações urbanas fora do âmbito metropolitano (MATOS, 2000, p.03).

Pouco tempo depois, entre 1991/1992, uma nova classificação espacial seria implementada pelo IBGE, a das microrregiões brasileiras. Utilizando-se de fundamentos conceituais que se reportam às relações de dominação e de interdependência dentro de

espaços estruturados e hierarquizados, guardando, portanto, certa similaridade com as “aglomerações urbanas”, essa classificação veio substituir as Microrregiões Homogêneas de 1968. (MATOS, 2000, p.03).

Para essa nova classificação, foi considerado, como fator determinante, o processo social, não obstante a importância do quadro natural e da rede de comunicação e de lugares. Por essa razão, foram selecionados dois indicadores-chaves relativos à estrutura da produção e à interação espacial, aspectos estes que são também fundamentais para a identificação das “*aglomerações urbanas*”, conforme sugerem nossos grifos no texto original do IBGE (1992).

O primeiro implica na análise da estrutura da produção primária ... estrutura da **produção industrial de cada centro** (VTI e pessoal ocupado) ... o indicador de interação espacial fica por conta da **área de influência dos centros subregionais** e centros de zona, enquanto elementos de articulação dos processos de coleta, beneficiamento e expedição de produtos rurais, de distribuição de bens e serviços ao campo e a outras cidades ... para nominar as microrregiões considerou-se a denominação do município mais tradicional ou antigo que tenha tido expressão na articulação do espaço. (MATOS, 2000, p.03). (Grifo do original).

Com o avanço das mudanças territoriais e a complexidade dos novos processos de produção e de reestruturação do espaço econômico-geográfico, surgiu a necessidade de atualizar conceitos e estudos sobre a rede urbana brasileira. (MATOS, 2000, p.04).

O último estudo completo tratando do tema foi publicado em 1999, resultando no esforço conjunto do IPEA, IBGE, e NESUR/IE/UNICAMP, no qual se atualizaram as informações relativas às aglomerações urbanas do país, avançando no entendimento das tendências que vieram redesenhar a rede urbana nos últimos 30 anos. (MATOS, 2000, p.04).

Dessa forma, as “aglomerações urbanas”, em termos estatísticos, passam a ser constituídas por grandes centros urbanos, enfatizando, particularmente, os municípios centrais e periféricos das áreas metropolitanas. Os critérios que orientaram a identificação desses espaços, inspirados na experiência internacional, procuram privilegiar as características demográficas e os elementos de estruturação e de integração que perpassam tais áreas. (MATOS, 2000, p.04).

Nesse estudo, foram identificadas 49 aglomerações urbanas, distribuídas entre 12 áreas metropolitanas, 12 centros urbanos regionais, e 25 centros sub-regionais.

Estas 49 Aglomerações Urbanas abrigam um total de 73.380.310 habitantes, concentrando 60,39% da população urbana e 47,32% da população total do país, cabendo destacar que as aglomerações em nível metropolitano concentram 53.891.546 habitantes, correspondendo a 43,78% da população urbana e a 34,31% da população total do País. No caso das metrópoles globais, São Paulo e Rio de Janeiro, esta concentração é de 22,10% e 17,32% para a população urbana e total do país, respectivamente. Estes percentuais traduzem o peso do processo de metropolização ocorrido nas últimas décadas e a importância que as aglomerações urbanas adquiriram no cenário nacional. (MOTTA; AJARA, 1999, p.4).

Sobre a participação demográfica no país de cada tipo de aglomeração:

As doze *aglomerações metropolitanas* aglutinavam 201 municípios que, em 1996, reuniam 33,6% da população brasileira (52,7 milhões de habitantes). **As outras 37 aglomerações urbanas não metropolitanas agregavam 178 municípios**, e 20 milhões de habitantes. No conjunto, as 49 aglomerações urbanas absorviam 379 municípios e concentravam 45% da população do país, ou 73,3 milhões de habitantes. (MOTTA; AJARA, 1999, p.4).

O referido estudo permitiu identificar quatro tipos de aglomerações urbanas com base na análise da dimensão do núcleo e da periferia do aglomerado:

[...] aglomerações urbanas cuja população do núcleo é superior à da periferia – este é o caso da maioria das aglomerações (31); - aglomerações cuja população do núcleo se aproxima à da periferia (8); - aglomerações cuja população da periferia é superior à do núcleo (6); - aglomerações constituídas por dois ou mais núcleos, porém sem periferia (4). (MOTTA; AJARA, 1999, p.4).

Em Minas Gerais foi identificada, nesse estudo, apenas a Aglomeração Urbana de Itabira, com uma população total de 95.205 habitantes, e a Aglomeração Urbana de Ipatinga. Uberlândia, Juiz de Fora, Montes Claros, Uberaba, Governador Valadares, Divinópolis, Sete Lagoas, Teófilo Otoni e Barbacena foram identificadas como centros médios.

Os resultados da pesquisa expressaram as novas espacialidades criadas pela atividade produtiva no país, vinculada à participação das aglomerações urbanas quanto à concentração demográfica no país, o que ratifica a sua importância no cenário nacional.

Estas últimas, mais heterogêneas, estariam envolvendo a emergência de novos núcleos urbanos, a mundialização de centralidades metropolitanas, a redinamização das fronteiras internas de recursos e os novos complexos rurais. Além disso, foi essencial produzir análises relativas ao tema “migração e redistribuição da população no espaço”, em decorrência dos sinais de alteração recente do chamado padrão migratório brasileiro. (MOTTA; AJARA, 1999, p.4-5).

Os efeitos dessas tendências alteram as redes de cidades, culminando em mudanças na divisão regional do trabalho que, por sua vez, impacta na articulação socioespacial entre municípios. Com isso, reforça-se o papel polarizador exercido por alguns centros urbanos, ocasionando os processos de conurbação e a articulação de funções urbanas. (CAIADO, 2004, p.3).

No estudo da CEDEPLAR/UFMG (2000), denominado *A nova geografia econômica do Brasil: uma proposta de regionalização com base nos pólos econômicos e suas áreas de influência*, identificou-se uma “nova configuração regional brasileira”, partindo da identificação de polos dinâmicos e de suas regiões de influência. Esse estudo identificou uma regionalização que expressasse a dinâmica regional recente no país a partir da noção de região de polarização, isto é, delimitando polos econômicos e respectivas áreas de influência. (FERNANDES; BITOUN; ARAÚJO, 2009, p.39).

No referido estudo, a classificação das cidades baseou-se em macrorregiões, com macropolos (11) e mesopolos (84). Na macrorregião de Belo Horizonte, na qual a capital mineira é polo, Montes Claros destacou-se como mesopolo, ao polarizar regiões onde não há população em microrregiões de alto estoque. (FERNANDES; BITOUN; ARAÚJO, 2009, p.79).

[...] grandes cidades estaduais (Caxias, Imperatriz, Mossoró, Campina Grande, Caruaru, Arapiraca, Juazeiro do Norte, Sobral, Petrolina/ Juazeiro, Feira de Santana, Alagoinha, Jequié, Ihéus, Vitória da Conquista, Teixeira de Freitas, Teófilo Otoni, Montes Claros, Santarém, Marabá, Araguaína, Jí Paraná) constituem a ossatura do sistema urbano de uma imensa parte do território nacional. (FERNANDES; BITOUN; ARAÚJO, 2009, p.79).

Conforme explicam os autores supracitados, Montes Claros, ao lado de outros municípios do país, foi classificada como “grande cidade estadual”.

### **1.2.1 - Estudos de caso sobre Aglomerações Urbanas no Brasil e metodologias de análise**

Aspectos institucionais sobre o estudo de Aglomeração Urbana/AU no Brasil e suas tipologias na década de 1970 foram examinados por Davidovich e Lima (1975). A definição de Aglomeração Urbana apresentada pelos autores aponta o processo de aglomeração em espaços urbanos contínuos.

[...] ainda nos anos 70, Davidovich e Lima (1975) identificaram no país a existência de estruturas espaciais experimentando um intenso processo de urbanização, onde, progressivamente, se concentrava a população. Distinguiram “uma hierarquia de áreas urbanas compreendendo aglomerações resultantes da expansão de uma cidade central; aglomerações por processo de conurbação; aglomerações de cidades geminadas; aglomerações sem espaço urbanizado contínuo”. (DAVIDOVICH; LIMA, 1975, p.31).

Moura, Castello Branco e Firkowski (2005, p. 126) lançam alguns critérios para a delimitação de aglomerações e de suas características urbanas:

O cruzamento das informações dos deslocamentos pendulares com outros indicadores – como densidade demográfica, taxas de crescimento da população, estrutura ocupacional e fragmentação municipal – pode contribuir para a construção de tipologias dos municípios dessas áreas, sendo de fundamental importância para avaliar o grau de inserção no fenômeno urbano-metropolitano da aglomeração. São também uma notável contribuição para a constituição de parâmetros para a delimitação institucional de aglomerações urbanas e regiões metropolitanas, e – por que não? – para se rediscutir os limites espaciais das unidades já institucionalizadas.

As autoras acrescentam:

Particularmente quanto à mobilidade, existe um fluxo considerável de pessoas que se deslocam para outro município onde trabalham ou estudam, exigindo serviços adequados para tais deslocamentos e onerando a infraestrutura dos municípios de destino. Chama a atenção para a relevância do dimensionamento do percentual de acréscimo populacional devido ao movimento pendular em relação à população que trabalha ou estuda. (MOURA; CASTELLO BRANCO; FIRKOWSKI, 2005, p.129).

Tais procedimentos revelam também o perfil de pessoas em deslocamento para o polo, a idade média, a escolaridade e o rendimento médio. Apontam, ainda, a importância da dinâmica da economia como elemento de atração na configuração dos deslocamentos, e o seu papel como motor da forma de aglomeração. Esses fatores, aliados à “transparência” dos limites municipais, contribuem definitivamente para a extensão territorial das cidades. E, em algumas delas, para o reforço do processo de configuração de aglomerações.

Nesse sentido, a formação das aglomerações urbanas norteia, pelo menos, duas possibilidades de análise. De um lado, as especificidades entre os núcleos pertencentes ao aglomerado, quer sejam grandes, médias ou pequenas cidades. Por outro, concebe-se, no processo de aglomeração urbana, um instrumento possível para o planejamento urbano e territorial numa escala não somente municipal, mas também regional.

Matos (2000) avaliou alguns resultados do estudo que o IPEA divulgou em 1999, no “âmbito das aglomerações urbanas e da rede urbana brasileira”. Em termos gerais, o estudo divulgou:

Trata-se de um conjunto de 94 áreas urbanas, no qual comparecem duas grandes metrópoles (São Paulo e Rio de Janeiro), 47 aglomerações urbanas metropolitanas e não-metropolitanas<sup>13</sup>, Manaus<sup>14</sup> e outros 44 municípios de porte médio. Os dados indicam que tais áreas urbanas incorporavam 49,5% da população brasileira em 1980, 52,3% em 1991 e 53,3% em 1996, exibindo, portanto uma tendência de aumento da participação relativa. (MATOS, 2000, p.12).

Nesse estudo, Montes Claros/MG destacou-se entre as demais cidades analisadas pelo crescimento demográfico.

Examinando melhor o desempenho destes centros em termos de taxa média anual de crescimento no período 1980/91 pode-se destacar a presença de 51 localidades que apresentaram crescimento superior à média histórica brasileira (em torno de 2,5% a.a.). Com crescimento superior aos 3% ao ano, além das áreas metropolitanas de Fortaleza, Curitiba, Salvador e Belém, cabe destacar a presença de cinco áreas do Centro Oeste (Cuiabá, Campo Grande, Goiânia e Brasília), nove áreas do Nordeste (São Luís, Teresina, Maceió, Aracajú, Petrolina/Juazeiro, Natal, Ilhéus/Itabuna, João Pessoa, Feira de Santana); cinco no Sul (Itajaí, Criciúma, Joinville, Maringá e Florianópolis); e outras 11 no Sudeste (Franca, Uberlândia, Vitória, São José do Rio Preto, Campinas, Sorocaba, Sete Lagoas, São José dos Campos, **Montes Claros**, Bauru e Ribeirão Preto) e Manaus, com sua alta taxa de crescimento anual médio, 4,35%. (MATOS, 2000, p.13). (Grifo Nosso).

A tabela 1 ilustra a posição de Montes Claros e das demais aglomerações e centros médios no SE como espaços de grande dinamismo.

Tabela 1 - Brasil: População total das Aglomerações Urbanas e municípios intermediários, 1980/1996.

Áreas Tipo	Aglomerações urbanas e municípios intermediários	1980	1991	1996	Taxa de crescimento	
					1980/91	1991/96
Áreas históricas de concentração populacional						
	São Paulo	12630258	15511236	16666986	1,89	1,45
	Rio de Janeiro	9056184	10135166	10532384	1,03	0,77
	Salvador – Agl	1835801	2565370	2776217	3,09	1,59
	Recife – Agl	2534780	3085161	3258388	1,80	1,10
Centros de desconcentração populacional da rede urbana						
Demais Regiões Metropolitanas						
	Belo Horizonte – Agl	2633632	3467720	3829042	2,53	2,00
	Fortaleza – Agl	1608197	2349729	2639180	3,51	2,35
	Curitiba - Agl	1427782	1984349	2348559	3,04	3,43
	Porto Alegre – Agl	2314091	3066420	3291680	2,59	1,43
	Belém – Agl	1041488	1447251	1628741	3,04	2,39
Demais aglomerações e centros médios em Minas Gerais						
	Uberlândia	240961	367061	438986	3,90	3,64
	Juiz de Fora	307525	385996	424479	2,09	1,92
	Ipatinga – Agl	289250	342524	372366	1,55	1,68
	Montes Claros	177308	250062	271608	3,17	1,67
	Uberaba	199203	211824	237433	0,56	2,31
	Governador Valadares	196115	230524	231242	1,48	0,06
	Divinópolis	117330	151462	171565	2,35	2,52
	Sete Lagoas	100628	144014	167340	3,31	3,05
	Itabira – Agl	129227	154540	167038	1,64	1,57
	Teófilo Otoni	128827	140833	136044	0,81	-0,69
	Poços de Caldas	86972	110123	121831	2,17	2,04
	Barbacena	86388	99954	107810	1,33	1,52

Fonte: IPEA, 1999; IBGE, 2000.

Adaptado de Matos (2000).

Tabela 2 - Brasil: Variação da participação relativa das populações totais das áreas urbanas segundo a população local, 1980-1991-1996.

Áreas Tipo	UF	Aglomerações urbanas e municípios intermediários	Nível de variação (%)	
			1980/91	1991/96
Centros históricos de concentração populacional				
	SP	São Paulo – Agl	-0,46	-0,03
	RJ	Rio de Janeiro – Agl	-9,29	-11,89
	BA	Salvador – Agl	13,26	14,57
	PE	Recife – Agl	-1,35	-2,61
Centros de desconcentração populacional da rede urbana				
	MG	Uberlândia	23,47	38,02
	MG	Sete Lagoas	16,00	25,98
	MG	Montes Claros	14,31	16,05
	MG	Divinópolis	4,63	10,78
	MG	Belo Horizonte – Agl	6,72	10,15
	MG	Poços de Caldas	2,63	6,12
	MG	Juiz de Fora	1,73	4,57
	MG	Itabira – Agl	-3,07	-2,07
	MG	Ipatinga – Agl	-4,02	-2,47
	MG	Barbacena	-6,22	-5,45
	MG	Uberaba	-13,81	-9,70
	MG	Governador Valadares	-4,73	-10,67
	MG	Teófilo Otoni	-11,40	-20,00

Fonte: IPEA, 1999; IBGE, 2000.

Adaptado de Matos (2000).

Montes Claros posiciona-se na 10<sup>a</sup> posição como centro de desconcentração populacional da rede urbana no Sudeste.

A pesquisa denominada *Dimensões da urbanização dispersa e proposta metodológica para estudos comparativos: uma abordagem socioespacial em aglomerações urbanas brasileiras*, conduzida por Ricardo Ojima (2007, p.14 e 15), também é um exemplo de análise sobre as aglomerações urbanas brasileiras.

Para esse trabalho, o autor pautou-se no conceito de aglomeração urbana trabalhado pelo IPEA, pelo IBGE e pela UNICAMP.

Cabe esclarecer que, ao usar o termo "aglomeração urbana", não se está fazendo referência à figura institucional prevista constitucionalmente. Consideraram-se, para a delimitação destas unidades de análise, os critérios propostos pela pesquisa *Características e tendências da rede urbana no Brasil*. (IPEA/IBGE/UNICAMP, 2000).

As dimensões de análise utilizadas puderam ser observadas recorrentemente na literatura e concentram-se, sobretudo, segundo as seguintes características: densidade, fragmentação, orientação e centralidade. Sua utilização justifica-se pelas suas potencialidades na mensuração da forma urbana e a sua aplicabilidade a partir dos dados disponíveis em âmbito nacional. (OJIMA, 2007, p.15).

#### *Densidade populacional urbana*

Entre os fatores que evidenciam a mudança no padrão de ocupação urbana está o fato de que, recentemente, há um descompasso entre o crescimento da população urbana e a expansão das áreas urbanas. (OJIMA, 2007, p.15).

Nesse aspecto, uma das formas de se mensurar este descompasso em áreas metropolitanas distintas seria a análise das densidades populacionais. Assim, a densidade aparece como um dos indicadores mais usados para quantificar a dispersão urbana. (OJIMA, 2007, p.15).

#### *Fragmentação*

Entretanto, a densidade urbana não é necessariamente um indicador que garante a existência de uma urbanização mais dispersa nas aglomerações, sendo que o padrão de ocupação do espaço urbano dentro da aglomeração também contribui para que a urbanização seja mais ou menos dispersa. (OJIMA, 2007, p.20).

#### *Orientação/linearidade*

A orientação em que se dá a urbanização também assume papel importante no processo de expansão urbana e no conseqüente menor ou maior grau de dispersão. Algumas

aglomerações podem se desenvolver condicionadas por constrangimentos físicos, como serras, rios, mar ou outras barreiras naturais, além de terem uma estreita relação com outros elementos, como rodovias, ferrovias, polos econômicos regionais etc. (OJIMA, 2007, p.25).

Sob tais condições, a expansão urbana ocorre de forma diferenciada, constituindo-se, conseqüentemente, em fator que deve ser levado em conta quando se analisam as formas de ocupação do espaço. Uma aglomeração urbana que se desenvolve a partir de círculos concêntricos tem, potencialmente, maior capacidade de otimizar e de distribuir sua infraestrutura de serviços, em comparação àquela que acompanha o traçado de uma rodovia e, por isso, tende a se expandir em apenas um sentido. (OJIMA, 2007, p.25).

### *Centralidade*

Apesar de todas as dimensões consideradas aqui, é importante lembrar que, se não houver integração entre as áreas urbanizadas, pouco importa a forma que elas assumem, pois uma área muito dispersa em termos espaciais, mas onde o fluxo de movimentos pendulares é muito reduzido, na prática, pode ser considerada menos dispersa do que outra área um pouco menos fragmentada, porém com integração mais intensa dessas áreas. (OJIMA, 2007, p.29).

A metodologia de análise de aglomerações urbanas, nesse estudo, pode ser assim descrita:

Neste sentido, adicionou-se o grau de dispersão, através de um indicador dos movimentos pendulares, para mensurar a dimensão da integração das aglomerações urbanas. Assim, foi utilizada uma composição de dois indicadores de integração: a proporção de movimentos pendulares internos à aglomeração urbana com destino não polarizado na sede; e a proporção de movimentos pendulares pelo total da população. O primeiro refere-se ao padrão e direção dos movimentos, sendo que aquelas aglomerações urbanas que possuem movimentos pendulares menos polarizados pela sede foram consideradas as que possuem um modelo de urbanização mais disperso. No segundo caso, a proporção de movimentos pendulares pelo total da população serve como parâmetro de padronização, uma vez que a importância dos movimentos com direção à sede dependerá da relevância que eles possuem no contexto do total da aglomeração urbana. (OJIMA, 2007, p.29).

A pesquisa elaborada pelo IPEA, pelo IBGE e pela UNICAMP, *Caracterização e Tendências da Rede Urbana do Brasil: configurações atuais e tendências da rede urbana* (2001), considerou quatro critérios necessários aos centros urbanos que integram uma aglomeração: continuidade territorial; tamanho populacional mínimo de 200 mil habitantes do núcleo da aglomeração, quando a expansão se der a partir do centro urbano principal, e de 150 mil habitantes, quando a aglomeração é decorrente da

expansão de dois ou mais núcleos urbanos; concentração populacional mínima de 60 habitantes por km<sup>2</sup>; e predominância das atividades urbanas com 65% da PEA nos setores secundários e terciários. (MIYAZAKI, 2007, p.38-39).

No documento *Aglomerações urbanas no Estado do Rio Grande do Sul*, o CEDU/RS adotou os critérios então utilizados pelo IBGE, segundo os quais uma aglomeração urbana deveria apresentar:

[...] população total superior a 300 mil habitantes e população urbana superior a 200 mil habitantes; taxas de crescimento geométrico da população (citadina, urbana e total) iguais ou superiores às do Estado; - Conurbação resultante da expansão urbana e do adensamento; - Integração funcional, demonstrada através do percentual da população economicamente ativa (PEA) em atividades urbanas, pelas relações entre PEA empregada no setor secundário com a do setor terciário, e pela relação entre população ocupada e PEA no setor secundário. (BORBA, 2003, p.193).

As pesquisas aqui apresentadas trataram do processo de aglomeração urbana a partir de conceitos e de metodologias de análise específicas a cada escala espacial e temporal considerada. Essas discussões e contribuições, tanto no âmbito conceitual como no metodológico, aqui apresentadas, são importantes, no sentido de subsidiarem outros estudos que se direcionem para o tema aglomerações urbanas.

### **1.3 - Aglomerações urbanas em cidades médias**

As aglomerações urbanas são realidades em curso em cidades médias; isto em função do rápido crescimento da população urbana associado à dinamização de setores da economia, como a agropecuária, a indústria, o comércio e os serviços, e à intensa e cada vez mais dispersa expansão territorial urbana. A análise do processo de aglomeração urbana é importante porque permite compreender as interações e as articulações que se dão entre diferentes centros urbanos, em escala interurbana, numa dada região. As interações espaciais entre as cidades decorrem da necessidade de atendimento às necessidades de consumo de bens e serviços das populações.

As cidades intermediárias ou médias, objeto deste estudo, são focos de políticas públicas estaduais e nacionais desde a década de 1970, por meio do Programa de Apoio às Capitais e Cidades de Porte Médio – PNCCPM -, do Governo Federal. Ao

apresentarem intenso dinamismo econômico, essas cidades têm atraído expressivos investimentos produtivos privados também.

Sobre as aglomerações urbanas em cidades médias, Braga (2005, p.2241) acrescenta:

O crescimento das cidades médias e a formação de aglomerados urbanos em torno de alguns desses centros são processos fundamentais na dinâmica urbano-regional brasileira nas últimas décadas. A Constituição Federal de 1988 (Art. 26, § 3o.) ao descentralizar a organização regional dos Estados, conferindo-lhes a autonomia para a criação de regiões metropolitanas, criou, também, uma nova figura de gestão regional que é a Aglomeração Urbana, entidade formada pelo agrupamento de municípios limítrofes, conurbados, objetivando a gestão das funções urbanas de interesse comum.

O processo de aglomeração urbana em cidades de menor porte torna-se cada vez mais evidente, o que desperta a atenção de alguns pesquisadores.

Mesmo as cidades que não são diretamente impactadas pelos processos de desconcentração das atividades industriais das metrópoles passam por transformações significativas no que se refere à constituição de aglomerações urbanas, por diversos motivos, tais como: a proximidade entre os centros urbanos; o rápido crescimento da população urbana em regiões de economia dinamizada por setores da economia como a agropecuária, comércio e serviços; e a intensa e cada vez mais dispersa expansão territorial urbana. (MIYAZAKI, 2008, p.27).

As aglomerações urbanas representam fator crucial quanto à instituição de novas políticas públicas urbanas em cidades médias. Sobre isto, Braga (2005, p.2252-2253) defende:

O crescimento das cidades médias e a formação de aglomerações urbanas apresentam um grande desafio à política urbana: mas como dar conta das funções públicas de interesse comum num contexto não-metropolitano? Na ordem constitucional brasileira, as funções de gestão das políticas econômicas e de provisão e gestão de bens e serviços públicos de interesse local e regional são atribuições dos governos Estadual e Municipal. A partir da Constituição de 1988, as municipalidades vêm ganhando maior autonomia política e administrativa, num processo de descentralização que vem transferindo para a esfera municipal a maior parte das políticas públicas, principalmente aquelas ligadas à política urbana.

A atuação de diferentes agentes sociais, nesse sentido, orienta o ordenamento do território no qual desenvolve suas práticas.

Neste sentido, tais agentes desenvolvem diferentes estratégias. Algumas das ações por eles empreendidas estão diretamente voltadas para a criação do suporte físico-espacial indispensável às atividades produtivas, como a implantação de infra-estruturas (viária, de energia elétrica, de comunicações, etc.) e o planejamento e o zoneamento das áreas urbanas. Outras têm, originalmente, propósitos diferentes, mas terminam por repercutir sobre a organização espacial, dando origem a novas estruturas físicas e institucionais [...]. (BRAGA, 2005, p.2252-2253).

As cidades médias polarizando o seu entorno e as regiões em que se inserem, apresentam-se como cidades potenciais à formação dos processos de aglomeração urbana, já que dispõem de especialização funcional, indicadores econômicos dinâmicos, equipamentos urbanos, serviços de saúde e educação complexos e bons índices de qualidade de vida.

Em *O chão em pedaços: urbanização, economia e cidades no Estado de São Paulo*, Spósito (2004), a partir do estudo de vários tipos de aglomerações urbanas no estado de São Paulo, identificou suas características, no que se refere à descontinuidade do tecido urbano, e distintas configurações de aglomerações mononucleadas, polinucleadas e de morfologia em eixos.

Borba (2003, p.19), na pesquisa de doutorado *Indústria e Estruturação do Espaço Regional: agentes da estruturação espacial na Aglomeração Urbana do Nordeste do Rio Grande do Sul*, analisou o processo de formação e de consolidação da aglomeração sob a ótica da atuação dos agentes industriais, buscando detectar o grau de influência dos mesmos na definição das características da organização desse espaço urbano-regional.

O referido estudo apoiou-se na

[...] investigação do papel dos agentes industriais nos processos de mudanças sociais e territoriais em curso no mundo contemporâneo, têm-se, primeiramente, as questões fundamentais a serem respondidas, como e em que medida os novos padrões da produção industrial determinam (induzem, impulsionam) a reorganização espacial regional e urbana? Os agentes industriais, que tiveram um papel importante na estruturação espacial: ainda têm? esse papel mudou? qual é, atualmente? (BORBA, 2003, p.30).

Conforme a pesquisa, a aglomeração no Nordeste do RS formou-se através do aumento da conurbação e da interdependência das áreas urbanas dos municípios de Caxias do Sul, Bento Gonçalves, Carlos Barbosa, Garibaldi, Farroupilha, Flores da Cunha, São Marcos, Montes Belo do Sul, Santa Tereza e Nova Pádua. De acordo com os resultados da autora, a organização desse espaço urbano regional teve como base potencial de desenvolvimento a indústria, sendo esta aglomeração urbana nucleada pela cidade média de Caxias do Sul. (BORBA, 2003).

Heberle (2010, p.1) analisou Caxias do Sul como importante cidade média no âmbito da aglomeração urbana do NE do Rio Grande do Sul:

A cidade principal da Aglomeração Urbana do Nordeste, Caxias do Sul, com 410 mil habitantes, configura-se como uma cidade média, e sua dinâmica assemelha-se a de outras cidades médias do Sudeste e Sul do país com industrialização marcante, como Joinville, Londrina, Ribeirão Preto e Uberlândia [...].

Outro trabalho sobre a análise dessa temática é denominado *Um Estudo sobre o Processo de Aglomeração Urbana: Álvares Machado, Presidente Prudente e Regente Feijó*. (MIYAZAKI, 2008). O autor analisa não somente o agrupamento desses municípios limítrofes (continuidade territorial urbana), mas também elementos de integração socioeconômica (continuidade espacial). Para esse critério, consideraram-se as interações espaciais entre os municípios, decorrentes de diferentes tipos de fluxos interurbanos: populacionais, econômicos, telefônicos e de transportes. A análise da aglomeração foi realizada além da continuidade territorial urbana, englobando também a continuidade espacial, ou seja, as inter-relações presentes entre as cidades.

Essas intensas articulações entre os municípios ocorrem predominantemente no sentido das pequenas cidades (Álvares Machado e Regente Feijó) para Presidente Prudente. Configura-se assim uma integração caracterizada por uma relação entre centro e periferia, não se constituindo, dessa forma, em uma conurbação (que está ligada à complementaridade de funções). (MIYAZAKI, 2008. p.151).

Soares (2008, p.13), no texto *Cidades médias e aglomerações urbanas: a nova organização do espaço regional no Sul do Brasil*, investiga os processos de crescimento urbano, a organização intraurbana e as dinâmicas de integração funcional na aglomeração urbana do Sul.

A “Aglomeração Urbana Pelotas-Rio Grande” (tal como aponta o citado estudo), ou a Aglomeração Urbana do Sul é um conjunto urbano de características especiais, tendo Pelotas e Rio Grande como núcleos polarizadores com fortes ligações históricas. Nas últimas décadas, as duas cidades suportam um contínuo processo de perda de dinamismo industrial que amplia a distância com os centros mais dinâmicos da economia do estado (a RMPA, Caxias do Sul e o entorno metropolitano). A aglomeração formada por Pelotas, Rio Grande e mais três pequenos centros urbanos vinculados a essas duas cidades – apresenta uma densidade demográfica próxima aos 100 hab/km<sup>2</sup>. As taxas de crescimento populacional são comparativamente mais baixas que as de outras concentrações urbanas do estado (1,58% e 1,00% a.a,

nos períodos 1980/91 e 1991/96), o que não impede a continuidade dos processos de reestruturação intra e interurbanos, [...]. (SOARES, 2008, p.13).

O artigo intitulado “Aglomeración Urbana de Uberlândia (MG): Formação Sócio-Econômica e Centralidade Regional” (SILVA; GUIMARÃES, et al, 2001) analisa a posição assumida pelo município de Uberlândia como principal polo do Triângulo Mineiro, concentrando os avanços demográficos e econômicos da dinâmica regional. Analisa-se a aglomeração regional de Uberlândia na Rede Urbana Brasileira, na qual Uberlândia é uma aglomeração urbana formada, a princípio, pelo núcleo e mais 29 municípios do seu entorno, que apresentam características de maior articulação com o núcleo principal.

Nesse estudo,

[...] notou-se que o núcleo de Uberlândia vem reforçando nos últimos anos sua posição de centralidade numa região que apresenta grande dinamismo econômico e demográfico em relação às médias estadual e nacional. Este comportamento diferenciado em relação à grande parte do país reforça o imperativo de reclassificar essa aglomeração - classificados como centros sub-regionais de ordem 1. (SILVA, GUIMARÃES et al, 2001, .8).

Reolon (2007) também analisou o processo de aglomeração urbana da soja no Paraná, bipolarizada pelos municípios de Cascavel e Toledo. As fontes da pesquisa foram informações do Transporte Coletivo Intermunicipal e dados do IBGE (2000), mensurando os movimentos pendulares exercidos pela população. Os critérios utilizados pelo autor para definir as espacialidades da aglomeração foram de caráter demográfico e ocupacional: a taxa de crescimento populacional, a densidade demográfica e PEA.

Para demonstrar a integração espacial entre os municípios de Cascavel e Toledo, o autor:

Buscou conhecer e analisar, no âmbito da mesorregião oeste paranaense, o número de pessoas que desempenham suas atividades de trabalho, estudo, lazer, etc., em municípios vizinhos àqueles onde residem, ou seja, objetivou-se a coleta e análise de dados relacionados aos movimentos pendulares, ou alternantes. (REOLON, 2007, p.135).

Considerando os deslocamentos pendulares como importante ferramenta para a compreensão do processo de aglomeração em cidades médias, esse debate será desenvolvido no próximo item desta pesquisa.

### 1.3.1 - Os deslocamentos pendulares no estudo das aglomerações urbanas

O processo de desconcentração demográfica e econômica experimentado pelas metrópoles brasileiras na década de 1970, em direção às cidades médias, desenvolveu-se a partir de profundas alterações na trajetória dos fluxos migratórios no país, tal como analisou Matos (2000, p.10):

Movimentos de tipo campo-cidade perdem a primazia a favor de um padrão mais disperso de tipo urbano-urbano, apoiado na presença de redes urbanas densas e em expansão. É evidente que boa parte dessas mudanças respondem (*sic*) à difusão de externalidades positivas na periferia, e novos fluxos migratórios podem se reorientar espacialmente, reagindo a fatores de atração presentes em cidades secundárias, particularmente onde os custos de moradia e as oportunidades de emprego se mostrem favoráveis. Tais movimentos podem, inclusive, estar exprimindo uma tendência de expansão do mercado interno.

Esse processo implicou em vários efeitos espaciais e sociais para o país:

Embora seja ainda difícil mensurar as diversas causas que explicam a dispersão de atividades e população no espaço geográfico, tudo indica que os fatores que atuam na alteração do padrão concentrador associam-se a um quadro de precariedades em expansão nas grandes metrópoles – que guarda relação com a expansão das deseconomias de aglomeração, carência de empregos e piora da qualidade de vida. Tais fatores resultam em constantes aumentos de valores imobiliários urbanos, déficit em serviços essenciais, expulsão e exclusão de força de trabalho, poluição e recrudescimento da violência urbana. (MATOS, 2000, p.10).

Do ponto de vista territorial, as cidades médias emergiram como centros receptores de população e atividades econômicas e infraestruturais:

Em contrapartida, fora dessas áreas, vários centros intermediários habilitam-se como alternativa de geração de renda e emprego, porquanto se equiparam em termos de infra-estrutura (*sic*) e serviços, ampliaram sua participação no Produto Interno Nacional e acumularam indivisibilidades estratégicas resultantes da ação histórica do Estado, à época em que incentivava a produção descentralizada, especialmente nos segmentos industriais intensivos em recursos naturais e solo urbano. Nesse contexto, as cidades médias puderam então participar do desenvolvimento do sistema urbano brasileiro e do incremento e diversificação das atividades econômicas nos últimos decênios. (MATOS, 2010, p.11).

Os deslocamentos domicílio-trabalho-estudo constituem importante referencial para a análise dos processos de aglomeração e de expansão urbana. Nas palavras de Moura, Castello Branco e Firkowski, (2005, p.121), esse deslocamento é uma das modalidades de movimentos pendulares que

[...] ocorrem entre distâncias cada vez maiores entre a origem e o destino, revelando o avanço do processo de ocupação do espaço das aglomerações urbanas. As centralidades dessas áreas tornam-se nítidas e permitem a identificação de processos seletivos de uso e apropriação do espaço, com segmentação dos locais de moradia e de trabalho.

Sendo assim, no estudo das aglomerações urbanas, merecem destaque os deslocamentos cotidianos ou temporários entre domicílio e o local de prestação de trabalho, os quais estão aumentando, quer seja em número, quer seja em distâncias. As principais causas desse aumento é a melhoria do sistema de transporte associada à ineficiência de políticas que fixem os indivíduos, paralelamente, em local de moradia e local de trabalho.

Nessa perspectiva, o estudo da aglomeração, ao considerar o movimento pendular como um dos indicadores para a mensuração da intensidade e da especificidade dos fluxos em análise propõe:

- utilizar o movimento pendular como um dos critérios para definir “integração entre municípios de uma mesma aglomeração urbana”;
- identificar a aglomeração urbana entre a cidade média de Montes Claros e os municípios norte mineiros que a ela se limitam através do movimento pendular da década atual;
- pesquisar a origem e o destino da aglomeração urbana aqui em estudo;
- mensurar os deslocamentos domicílio-trabalho/estudo;
- dimensionar e caracterizar, em termos de origem e destino, a imigração para Montes Claros e seus fluxos diversos;
- verificar o fenômeno da mobilidade e a sua relação com as transformações recentes no perfil econômico da aglomeração; e, por último,
- relacionar migração interurbana e movimento pendular.

Quanto aos deslocamentos entre municípios para estudo/trabalho, percebe-se a relevância da informação para qualificar tais fluxos e compreender os nexos que se estabelecem entre os municípios das aglomerações.

A respeito do processo migratório relacionado às aglomerações, Moura, Castello Branco e Firkowski (2005, p. 124) colocam que:

Assim, enquanto a migração envolve mudança de residência, os deslocamentos pendulares caracterizam-se por deslocamentos entre o município de residência e outros municípios, com finalidade específica [...]. No entanto, esse tipo de deslocamento da população mantém estreita vinculação com os movimentos migratórios intrametropolitanos e inter-metropolitanos (ou internos às aglomerações urbanas, sejam estas metropolitanas ou não). [...] Com a expansão física dessas aglomerações, as distâncias entre residência e local de trabalho/estudo aumentam, inviabilizando ou encarecendo esse tipo de deslocamento, e implicando – em muitos casos – a migração propriamente dita.

A intensidade do movimento pendular revela novas formas urbanas e pode ser utilizada na delimitação de grandes áreas urbanas, dentre elas, a aglomeração urbana. Assim, esse movimento migratório, independente de sua escala intra ou inter-regional, dá suporte à compreensão do fenômeno de formação e de expansão das aglomerações. Para a compreensão desse processo, há que se considerar as relações de trocas e integração, representadas por inúmeros fluxos – de bens, de comunicações e, principalmente, de pessoas que se materializam através do deslocamento diário de população entre o local de residência e o local de trabalho. (MOURA, CASTELLO BRANCO, FIRKOWSKI; 2005, p. 125).

Davidovich e Lima (1975, p. 54) também utilizaram o movimento pendular como um dos critérios para definir a “integração entre municípios de uma mesma aglomeração urbana”. As autoras tomaram por base o percentual de pessoas residentes que trabalham fora do município em relação ao total da população economicamente ativa: o município deve apresentar um número de residentes trabalhando fora, pelo menos, da ordem de 10%.

No âmbito nacional, os dados do Censo 2000 (IBGE, p. 126) mostram que,

[...] no Brasil, 7,4 milhões de pessoas trabalhavam ou estudavam fora do município de residência – o que representa 6,66% das pessoas que trabalhavam ou estudavam. Essa proporção aumenta consideravelmente quando se consideram as regiões metropolitanas institucionalizadas – RM, regiões integradas de desenvolvimento – Ride e as aglomerações urbanas no entorno de capitais, mesmo que não institucionalizadas – conjunto que constitui os principais espaços urbanos aglomerados do país. No total do

conjunto de espaços urbanos examinado, 131 municípios desenvolviam entre 10% e 20% de deslocamentos para outros municípios, entre as pessoas que trabalhavam ou estudavam; 73 tinham proporção entre 20% e 30%; 46, entre 30% e 40%; e apenas cinco tinham mais de 40%, como ocorria nas RMs de Belo Horizonte (município de Ibitaré), Brasília (Águas Lindas de Goiás e Novo Gama), Curitiba (Almirante Tamandaré, mas merecendo destaque também Piraquara, com proporção de 39,2%) e Porto Alegre (Alvorada). De modo geral, as proporções diminuem progressivamente em municípios mais distantes dos pólos. Cabe salientar, ainda, que muitos dos municípios que desenvolvem fluxos com proporções elevadas são também bastante populosos, colocando em trânsito grandes contingentes de residentes.

Com o crescimento e a extensão das cidades as migrações multiplicam-se, favorecidas pelos meios de transporte. Os deslocamentos implicam em fluxos de pessoas no território.

Nas discussões recentes sobre as cidades, as formas urbanas têm-se alterado rapidamente. Com isso, estão “cada vez mais estendidas sobre vastas superfícies, criando novas relações cotidianas entre pessoas e lugares”. Os avanços tecnológicos e as mudanças nos meios de transportes e comunicações deram-se associadas às mudanças nos padrões de consumo da população e na consequente expansão urbana territorial.

A mobilidade urbana foi viabilizada pelo automóvel, que facilitou os deslocamentos urbanos nos quais o indivíduo realiza seus atos de compra, trabalho e lazer, transformando uma cidade e a sua área de influência.

Nos países desenvolvidos, especialmente nas grandes cidades, os deslocamentos urbanos, por meio de automóveis, contrapõem a agilidade e o conforto à precariedade dos sistemas de transporte público. No caso do transporte intermunicipal, tal situação é ainda mais agravada pelo encarecimento e baixo status desse serviço – muitas vezes, de ordem privada.

Ademais, a acessibilidade ao trabalho, os custos de transporte e o tempo de deslocamento influenciam a escolha do local de residência. Desse modo, a aglomeração tem relação direta com os deslocamentos urbanos e os transportes. São pares que, aqui, serão analisados.

#### **1.4 - A centralidade urbana**

Quando as cidades estabelecem relações entre si, formam um sistema urbano ou uma rede urbana. A posição das cidades na rede urbana ou o seu nível hierárquico advêm das conexões estabelecidas entre elas, que são bastante diferenciadas e específicas. As redes de cidades materializam-se através dos fluxos de pessoas, mercadorias, capitais, transportes, circulação e comunicação. Sendo assim, o conjunto de cidades, integrado a uma rede urbana, mantém relações sob a forma de fluxos.

Aquelas cidades que desempenham importantes funções na rede urbana em que se inserem são denominadas de lugares centrais ou localidades centrais, ou seja, são dotadas de centralidade. São espaços altamente dinâmicos, podendo conduzir toda a rede urbana ao dinamismo. A configuração da rede mostrará a hierarquia de cidades (ou de lugares centrais), conforme a posição e a área de influência de cada uma delas, o que decorre de seu dinamismo e de sua especialização.

Nos estudos que tratam do processo de aglomeração, os centros urbanos são analisados de acordo com as relações que estabelecem entre si, sejam elas trocas diretas ou indiretas, relações de dependência, subordinação, polarização ou complementaridade. É a centralidade que as cidades exercem que define o importante papel que desempenham.

A centralidade resulta da capacidade de polarização de alguns centros nas redes em que se inserem. Ela se expressa por meio da diversidade e da especialização em bens e serviços do centro urbano principal; dessa forma, quanto maior a oferta desses serviços, maior será o seu nível de centralidade.

Sendo assim, a análise da aglomeração urbana descontínua de Montes Claros deve estar vinculada à sua centralidade como cidade polo da aglomeração, construída através de fatores diversos que, aqui, serão analisados.

Conforme Whitacker, (2007, p.1): “A dinâmica de concentração e dispersão cria e recria centralidades que irão ocupar e valorar diferentemente e diferencialmente territórios no tecido urbano e na dimensão da rede urbana e se traduzem em segmentação de usos e não usos e na fragmentação socioespacial”. São múltiplas as interações socioespaciais

entre as cidades, em função de sua especificidade e diversidade. Estas se relacionam com os seus papéis exercidos na rede, ou seja, relações de competitividade ou complementaridade ao porte populacional, à dinâmica econômica e ao grau de inserção na divisão territorial e social do trabalho. Tais fatores geram maior complexidade na relação entre cidades e, com isso, grande diferenciação quanto ao nível hierárquico. Isto significa que os fluxos, quer sejam econômicos ou populacionais, entre as cidades, acontecem tanto vertical como horizontalmente, ou seja, podem se direcionar de cidades hierarquicamente inferiores para cidades hierarquicamente superiores, e vice-versa.

A articulação ou as trocas estabelecidas entre as cidades podem ser interpretadas através da centralidade, isto é, a função de destaque de um centro urbano em sua região de influência. As cidades da rede urbana são as localidades centrais que exercem a centralidade; neste caso, a centralidade urbana. A análise da centralidade urbana é fundamental nas pesquisas sobre redes e aglomerações urbanas.

#### **1.4.1 - A centralidade urbana como conceito**

A Teoria das Localidades Centrais ou da Centralidade, formulada por Christaller, na década de 1930, incorporou os conceitos de localidades centrais e de centralidade.

[...] o conjunto de centros de uma região ou país – cidades, vilas, povoados e estabelecimentos comerciais isolados na zona rural – em seu papel de distribuição varejista e de prestação de serviços para uma população neles residente. Estes centros são denominados localidades centrais e a centralidade de que dispõem é derivada de seu papel como centros distribuidores de bens e serviços, ou seja, das funções centrais que desempenham. Trata-se, portanto, de uma teoria que, de acordo com sua formulação original, seleciona para análise um dos múltiplos papéis que as cidades e núcleos de povoamento desempenham. (REGIC, IBGE, 1987, p.11).

Sobre a emergência de centralidades, Lefebvre (1999) aborda:

A cidade atrai para si tudo o que nasce, da natureza e do trabalho, noutros lugares: frutos e objetos, produtos e produtores, obras e criações, atividades e situações. O que ela cria? Nada. Ela centraliza as criações, sem aproximação, sem proximidades, isto é, sem relações. (LEFEBVRE, 1999, p.42).

Para Raffestin (1993, p.187): “A centralidade é, portanto, na sua essência, uma entidade com duas faces: um ‘topos’ e uma ‘tensão’”. Topos e tensão que persistem enquanto estiverem ligados, e que, dinamicamente, se traduzem por movimentos centrípetos ou centrífugos.

A centralidade urbana materializa-se em função das trocas e das interações realizadas entre as cidades que, por sua vez, estão conectadas a uma rede urbana. As trocas e as interações estabelecidas entre as cidades são as forças centrípetas e centrífugas tratadas por Raffestin (1993). Cada cidade é singular, é diferente, histórica, econômica e socialmente, portanto, as trocas entre elas são espacialmente desiguais, dada a oferta de bens e serviços que as dotam, ou não, de centralidade. Se há graus diferentes de especialização das cidades no território, a sua atuação na rede é também diferente. Há aquelas que possuem maior importância na rede urbana e há aquelas que interagem e se comunicam com os centros mais dinâmicos da rede, buscando bens e serviços necessários à reprodução da vida.

Hall (2006, p.88) problematiza o conceito de centralidade alertando sobre a sua dimensão locacional:

Now, as always, cities are desperate to create the impression that they lie at the centre of something or other. This idea of centrality may be locational, [...]. This draws on a deep-seated notion that geographical centrality makes a place more accessible, easing communication and communication costs. However, now that the economy is characterized more by the exchange of information than by hard goods, geographical centrality has been superseded by attempts to create a sense of cultural centrality.

Ainda sobre o fator locacional, ou seja, os fixos, Ribeiro Filho (2009, p.6) defende a sua articulação com os fluxos na interpretação do que seja a centralidade urbana:

[...] A centralidade está relacionada à acessibilidade do consumidor a áreas de concentração das atividades terciárias. Assim, é importante considerar que a centralidade não é apenas uma questão de localização e de estruturas fixas, mas também se configura a partir dos fluxos e das articulações entre as localizações do espaço urbano. E como a cidade é dinâmica, essas centralidades podem mudar no decorrer do tempo, na medida em que os fluxos passam a interligar outros fixos.

As cidades que possuem as atividades econômicas e/ou funções urbanas mais desenvolvidas e modernas desempenham função estratégica na organização do território, exercendo papel central na rede urbana em que se insere. Com isso, sua localização é relevante, mas deve estar associada ao seu papel econômico central, concentrando investimentos, atraindo capitais externos e locais e equipamentos urbanos,

além de população. A concentração desses elementos (fixos) culminará nos fluxos diversos e, com isso, na centralidade urbana.

Whitacker (2007) discorre a respeito da centralidade, na escala interurbana, como elemento fundamental à compreensão das redes urbanas.

Essa centralidade também não se define apenas no nível intra-urbano, mas na articulação de diferentes níveis e escalas, sobretudo quando não se restringe a elaboração do modelo teórico à concepção de hierarquia urbana tradicional, mas sim se compreende a constituição de redes num padrão não necessariamente concêntrico e que possui articulações definidas por fluxos. Portanto, não apenas a definição da centralidade no tecido urbano se dá pelos fluxos e é dinâmica, mas também a centralidade pensada na escala da rede, ambas podendo, conforme características e tempos, sobrepor-se.

Enfim, o autor propõe que, para se compreender a constituição da centralidade, deve-se considerar, sobretudo, os fluxos: “[...], são os fluxos os elementos determinantes, muito mais que a localização. Esses fluxos são incrementados pelas comunicações e telecomunicações que são traduzidas em trocas, decisões, gestão, controle e irradiação de valores.” (WHITACKER, 2007, p.1).

Sendo assim, a posição hierárquica de uma cidade na rede em que se insere resulta de seu perfil econômico, associado à concentração de atividades produtivas, riquezas, população, infraestruturas, serviços alocados e, principalmente, de sua capacidade de absorção de investimentos públicos e privados. A concentração espacial desses elementos fomenta as relações entre as cidades; dessa forma, tais elementos podem definir a polarização a favor das metrópoles e das cidades médias, a subordinação de centros de menor dinamismo e, ainda, a competição entre as cidades da rede.

Nesse sentido, Lima Filho (1975) afirma que o conceito de cidade como lugar central “explica simultaneamente a interação das cidades na sua posição relativa no espaço geográfico e o grau das funções de lugar central a serem desempenhadas dentro de seus limites”.

Alves e Ribeiro Filho (2009, p.5) comungam dessa ideia destacando:

Grande parte dos estudos utilizando essa teoria é de escala macrorregional, principalmente, a fim de analisar as influências regionais das cidades. Neste sentido, as cidades com maior diversidade de bens e serviços a serem oferecidos constituem, hierarquicamente, cidades centrais em relação às demais. Essas cidades, por sua vez, possuem as atividades centrais, as quais segundo Santos (1994) se dispõem em rede e sistema, interessando à totalidade dos núcleos urbanos, não importa onde estejam localizados.

No período atual, essa cidade média vivencia profundas transformações urbanas que refletem no seu alcance regional. Em Montes Claros, as atividades ancoradas nos setores terciários (comércio e prestação de serviços) e industrial se expandem. No comércio, Montes Claros ampliou a sua rede de estabelecimentos varejistas e atacadistas, o que demonstra uma forte especialização e diversificação do setor terciário. Os setores de saúde e de educação superior, notadamente, se ampliam e se diversificam. O setor industrial passa por processos de especialização, modernização e incorporação de novas tecnologias, resultantes de demandas de novos ramos de atividades instalados em Montes Claros.

Verificam-se, ainda, grandes investimentos direcionados ao setor imobiliário da cidade e à construção civil, no intuito de atender à demanda de habitação das classes de alta, média e baixa renda. Os recursos advindos desses setores, para as construções de condomínios fechados e conjuntos habitacionais ou habitações populares, impulsionam a expansão urbana, vinculada ao processo de acumulação e de reprodução do capital. Trata-se de uma reprodução socioespacial e econômica característica da atual fase de urbanização vivenciada por Montes Claros. Assim, Montes Claros confirma a sua centralidade no Norte de Minas, ao reunir funções econômicas, políticas e infraestruturais importantes, induzindo os fluxos de pessoas, mercadorias, bens e capitais.

Nesta pesquisa, a centralidade de Montes Claros na aglomeração urbana será nomeada através das expressões: localidade central, lugar central, cidade média, cidade principal, cidade primaz, núcleo principal e, ainda, núcleo da aglomeração ou centro da aglomeração urbana.

Este estudo analisa a formação espacial e territorial, as funções econômicas, as dinâmicas socioespaciais associadas às relações e aos fluxos diversos estabelecidos entre os municípios da aglomeração. Além disso, esta pesquisa aborda reflexões do ponto de vista teórico e metodológico sobre a temática da aglomeração urbana em espaços não metropolitanos, podendo, dessa forma, sistematizar conhecimentos que possam auxiliar na construção desse debate no contexto espaço-temporal da região Norte de Minas.

Os espaços não metropolitanos, isto é, as cidades médias e pequenas, que constituem a aglomeração urbana aqui em análise, relacionam-se entre si a partir de fluxos espaciais e socioeconômicos vinculados ao setor terciário da economia. Nesse sentido, verifica-se o processo de aglomeração urbana, no Norte de Minas, no âmbito espacial, para além dos limites político-administrativos, e não territorial.

As interações intra e interurbanas processadas entre Montes Claros e os demais municípios da aglomeração apontam a dimensão da rede urbana regional, seu dinamismo e sua complexidade, o que denota a necessidade de compreender essa organização socioespacial na escala geográfica em que se insere. A formação e a estruturação desse sistema urbano fundamentam-se, sobretudo, através de relações econômicas e da funcionalidade dos centros urbanos. Em função disso, tem-se a dinamização da rede urbana regional e a materialização de processos espaciais, outrora restritos às metrópoles; nesse contexto, o processo de aglomeração urbana. Esse debate também envolve a ação de diversos agentes econômicos, políticos e sociais. Têm-se, dessa forma, vários elementos que permitem compreender a formação espacial e socioeconômica do Norte de Minas Gerais.

No item seguinte, será apresentada a estratégia da pesquisa, ou seja, os procedimentos metodológicos utilizados durante a realização da presente tese de doutorado.

#### 1.5 – Estratégia metodológica

**Serra (2006, p.6-7) chama a atenção para a necessidade de uma Teoria de Metodologia da Pesquisa que implique em discutir cada uma das etapas do trabalho científico, começando com a formulação do plano da pesquisa, avançando pela formação do embasamento teórico e da base empírica até a conclusão e a redação do trabalho científico.**

Nessa perspectiva, a presente tese de doutorado pretende atentar para a concisão necessária ao trabalho científico, somada à elaboração de método científico aplicável à investigação científica a que se propõe. Uma vez que, para que a pesquisa seja chamada de científica, deve-se estar evidente um forte conteúdo de inovação, seja formal, pragmático ou construtivo, “[...] principalmente no sentido de tese científica que implica sempre a criação de um conhecimento novo.” (SERRA, 2006. p.16).

Todavia, não podendo desconsiderar que “a pesquisa científica é um processo social e cultural de sistematicamente aumentar e aprofundar o nosso conhecimento de mundo.” (SERRA, 2006, p.11). Daí a finalidade social do conhecimento científico para aqueles que pretendem ensinar, aprender e apreender muitas coisas e ser colaborador na formação de indivíduos críticos e de um mundo melhor.

É no intuito de compreender as especificidades que marcam as cidades médias brasileiras e de contribuir no estudo dessas cidades no contexto atual que a presente pesquisa analisou o processo de Aglomeração Urbana Descontínua de Montes Claros/MG, a partir desta cidade média e dos municípios limítrofes. A escolha da aglomeração como delimitação do objeto empírico deste trabalho baseia-se na materialização espacial do processo de aglomeração. Para o estudo do tema em questão, optou-se pela escala temporal, que marca o período após a década de 1950, cujas transformações sociais, políticas e econômicas induziram a formação do processo de aglomeração aqui em análise. Para a consecução deste estudo, a pesquisa estruturou-se em sete etapas, conforme exposto a seguir.

#### 1) Pesquisa bibliográfica

Levantamento e análise de diversos estudos que tratam as temáticas: cidade, urbanização (MENDEZ, 2010; SOUZA, 2005; SANTOS, 1993, 1979; SOARES, 1999, 1995, 1988), aglomeração urbana (MIYAZAKI, 2008; CORRÊA, 2007; REOLON, 2007; CAMAGNI, 2005; CASTELLO BRANCO, 2005; BRAGA, 2005; VILLAÇA, 2001; MOTA E AJARA, 2000; MATOS, 2000; BEAUJEU-GARNIER, 1995; DAVIDOVICH E LIMA, 1975), centralidades urbanas (MATOS, 2005; CASTELLS, 1996; CHRISTALLER, 1933; CORRÊA, 1989; dentre outros); urbanização (SOARES, 2005, 1999), fixos e fluxos (SOARES, 2007, 2006; WHITACKER, 2006; SPÓSITO, 2001; SANTOS, 1996, 1994, 1993, 1985, 1979), com o objetivo de delinear caminhos ou aportes teóricos que serviram de base para elucidações e diálogos engendrados durante a construção da pesquisa.

Para contextualizar a criação das aglomerações urbanas no Brasil como unidades de gestão administrativa, consultou-se a Constituição Federal Brasileira de 1988, a pesquisa *Caracterização e Tendências da Rede Urbana do Brasil*, realizada pelo IPEA,

pelo IBGE e pela UNICAMP (2001), o estudo *Configuração da Rede Urbana do Brasil*, desenvolvido por Motta e Ajara (2001), e, ainda, os estudos de caso sobre aglomerações urbanas no Brasil. Leituras bibliográficas sobre os trabalhos de Lessa (1993), Rodrigues (2000), Oliveira (2001) e Pereira (2007) auxiliaram na compreensão das transformações sociais, econômicas, infraestruturais e políticas que os municípios da aglomeração vivenciaram desde a sua formação até o período atual. Parte dos referenciais teóricos sobre os temas que norteiam esta pesquisa também foi identificada em bibliotecas de algumas instituições de ensino superior: Universidade de Brasília – UNB -; Universidade Federal de Uberlândia – UFU -; Universidade Estadual Paulista – UNESP/Campus Presidente Prudente; e Universidade Estadual de Montes Claros - UNIMONTES.

## 2) Pesquisa documental

Paralelamente à pesquisa bibliográfica e após a delimitação da área de estudo, foi realizada a pesquisa documental. Inicialmente, nesta fase da pesquisa, adotou-se o estudo do IBGE, denominado *Região de Influência das Cidades (REGIC)*, ano 2007, no intuito de avaliar a posição dos centros urbanos da aglomeração na rede em que se inserem.

Realizou-se também coleta e análise de informações (dados históricos, socioeconômicos, demográficos e estatísticos) produzidas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE -; pela Fundação João Pinheiro – FJP -; pelo Atlas de Desenvolvimento Humano – PNUD -; pela Assembleia Legislativa de Minas Gerais - ALMG - e prefeitura dos municípios em estudo, além de teses, dissertações e monografias. Com isso, analisaram-se diversos indicadores dos municípios, dentre eles: os econômicos, como o Produto Interno Bruto - PIB -, e os demográficos, por exemplo, população total, taxa de crescimento populacional e índice de urbanização. A partir desses dados, foi possível definir uma caracterização geral dos municípios que integram a aglomeração, tendo em vista suas especificidades.

Ainda nesta etapa da pesquisa, resgatou-se a origem histórica dos municípios, abordando aspectos relacionados à sua formação político-administrativa. Essa abordagem visou compreender a formação histórica dos municípios, vinculada às

transformações espaciais por eles vivenciadas. Destaca-se a limitação ou a precariedade de fontes sobre a história dos municípios em estudo.

A abordagem dos elementos acima descritos foi fundamental para a problematização do processo de aglomeração urbana analisado neste estudo. Posteriormente, tabelas, gráficos e mapas ilustraram os resultados obtidos. Os mapas foram elaborados no software Arc View (3.1), a partir de banco de dados e base digital georreferenciada.

Para a análise dos deslocamentos pendulares intermunicipais, foram coletadas informações no Censo Demográfico de 2000 (Microdados) sobre o número de pessoas que se deslocam para trabalhar ou estudar, de acordo com o município de residência e o local de trabalho e de estudo. É oportuno mencionar que, até o presente momento, não foram disponibilizados pelo IBGE os dados referentes ao Censo de 2010.

Uma dificuldade encontrada na pesquisa documental diz respeito aos dados sobre os fluxos de ligações telefônicas (fixa e móvel) entre os municípios da aglomeração. A Agência Nacional de Telecomunicações – ANATEL - foi contatada via telefone e ofício para a disponibilização das informações. No entanto, a referida instituição respondeu à solicitação indicando procurar a empresa responsável pela telefonia em Minas Gerais, a TELEMAR. Esta, por sua vez, ao ser contatada, respondeu à solicitação dizendo que tais informações estão sob a responsabilidade da ANATEL. Dessa maneira, a metodologia desta pesquisa não abordou os fluxos intermunicipais via ligações telefônicas, em função da falta de colaboração por parte das instituições responsáveis, a ANATEL e a TELEMAR.

Ainda em relação à pesquisa documental, averiguou-se a centralidade de Montes Claros na aglomeração a partir do setor de saúde, ou seja, através do número de atendimentos da população dos municípios da aglomeração nos principais hospitais da cidade. Para esta análise, realizou-se uma pesquisa sobre o registro de atendimento de pacientes, no ano de 2010, nos hospitais: Aroldo Tourinho, Universitário Clemente de Faria e Santa Casa da Misericórdia. As informações obtidas referem-se aos onze municípios da aglomeração, com exceção de Montes Claros. Os referidos dados foram disponibilizados pela administração dos hospitais através do SAME (Serviço de Atendimento Médico e Estatística), com consultas, neste sistema, no período de janeiro a maio de 2011.

O número de atendimentos de pacientes dos municípios da aglomeração foi agrupado considerando-se a base de dados disponível nos hospitais. Ressalta-se que o registro dessa informação no SAME dos hospitais refere-se ao local de origem do paciente, ou seja, a sua procedência, e não o local de nascimento. Dessa forma, esses dados atendem às finalidades deste estudo ao referirem-se ao deslocamento da população dos pequenos municípios da aglomeração para atendimento de serviço médico-hospitalar em Montes Claros.

Apresentou-se, ainda, uma análise do Projeto de Lei Complementar (PLC) número 4/2011, que se encontra em tramitação na Assembleia Legislativa de Minas Gerais. Esse projeto de Lei Complementar prevê a institucionalização da Região Metropolitana de Montes Claros. Para isso, foi realizada uma pesquisa sobre as aglomerações urbanas existentes no estado de Minas Gerais a partir de informações obtidas na Assembleia Legislativa do Estado – ALMG. Identificaram-se os objetivos, as justificativas, as formas de financiamento dos projetos, os municípios integrantes e o estágio do desenvolvimento atual do PLC 4/2011.

A pesquisa documental, nesse sentido, foi fundamental, considerando-se os procedimentos metodológicos adotados neste estudo. Para Gil (1988, p.51), esse tipo de pesquisa tem, como fonte, “materiais que não receberam ainda um tratamento analítico”. Conforme o autor, esse tipo de pesquisa é fundamental para estudos de natureza histórica, sendo que os documentos analisados constituem fontes ricas de dados, além de serem registros que “subsistem ao longo do tempo” (Ibid.,52). Além de possibilitar o acesso a registros, a partir de fontes documentais, tal tipo de pesquisa, para os objetivos propostos por este estudo, deve estar associada à análise de conteúdo, procurando compreender o “conteúdo manifesto e latente” (Ibid.,82) presente nos documentos, bem como a preocupação de localizar, nas fontes, quem fala, para quem fala e de onde fala. Nesse sentido, as fontes documentais expressam concepções e posições de determinados atores em situações diversas e em correlação com outros atores protagonistas do processo a que se pretende pesquisar<sup>8</sup>.

---

<sup>8</sup> Para maior detalhamento sobre esse debate metodológico, confira Barbosa, 2010: *Entre Igualdade e Diferença: processos sociais e disputas em torno da previdência social rural no Brasil*. FAPEMIG, Anablume.

### 3) Entrevistas semiestruturadas

#### a) Entrevistas semiestruturadas com empreendedores nos municípios do entorno

As entrevistas semiestruturadas foram aplicadas<sup>9</sup> aos empreendedores dos municípios. Para as entrevistas, um roteiro de questões foi estruturado, a fim de nortear as observações e os registros de informações. As entrevistas objetivaram elucidar a materialização do processo de aglomeração urbana entre Montes Claros e os municípios limítrofes. Esta fase da pesquisa compreendeu os meses de janeiro a maio de 2011.

Aplicaram-se entrevistas com comerciantes de 150 estabelecimentos de comércio e serviços nos onze municípios da aglomeração, objetivando entender como se processam os fluxos econômicos com Montes Claros. Nos municípios com população entre 25 e 46 mil habitantes, Bocaiúva, Coração de Jesus, Francisco Sá e São João da Ponte, foram aplicadas 20 entrevistas em cada um deles. Já nos municípios com população inferior a 15 mil habitantes, isto é, os demais, foram aplicadas 10 entrevistas em cada um deles. Os entrevistados foram indagados sobre a origem dos produtos que vendem e a forma de aquisição, compras direta ou indireta, o ramo comercial do seu estabelecimento, os principais produtos comercializados e, por último, a origem do consumidor.

O roteiro das entrevistas encontra-se em anexo. Após a sua aplicação, foram tabulados os dados obtidos. Os resultados das entrevistas foram sistematizados em gráficos, e as respostas das questões abertas foram utilizadas também de forma direta no texto. Para a representação dos dados de fluxos entre os municípios, foi utilizado o software SPSS (Statistical Package for the Social Sciences)<sup>10</sup>.

#### b) Entrevistas com gestores dos municípios do entorno sobre: fluxos de transportes com destino a Montes Claros, interações entre os municípios, ações de planejamento integrado e a percepção sobre o projeto de criação da Região Metropolitana de Montes Claros.

---

<sup>9</sup> A definição da amostra para a aplicação das entrevistas nesta pesquisa baseou-se no tamanho populacional dos municípios que são de pequeno porte.

<sup>10</sup> Agradeço o treinamento do SPSS aos colegas do Curso de Doutorado, Wagner Batella e Hélio Miranda, vinculados aos Programas de Pós Graduação da UNESP - Campus Presidente Prudente - e UFU, respectivamente, no momento em que realizei a Missão de Estudos RECIME na UNESP – Presidente Prudente -, sob a orientação da professora Maria Encarnação Beltrão Spósito (Out. de 2010).

Aplicaram-se entrevistas estruturadas com representantes do poder público municipal (Secretários de Planejamento ou Chefes de Gabinete) de cada município da aglomeração, num total de 11 entrevistas. O roteiro de entrevistas procurou, a partir de perguntas com respostas abertas, identificar as relações estabelecidas entre Montes Claros e os demais municípios da aglomeração nas áreas de saúde, educação, comércio, turismo, lazer, infraestrutura e outras. Vários trechos dos depoimentos concedidos integram o capítulo cinco desta pesquisa, que discute o processo de aglomeração urbana de Montes Claros. Os gestores municipais também foram indagados sobre o projeto que prevê a criação da Região Metropolitana de Montes Claros.

Quanto aos fluxos de transportes, identificaram-se os tipos de transportes utilizados pela população para realizar o deslocamento diário até Montes Claros. Nas prefeituras, foram obtidos os dados relativos ao número de ônibus do Consórcio Intermunicipal de Saúde (CIS), a quantidade de viagens diárias e o número de passageiros transportados. Também foram quantificados os ônibus escolares que realizam transporte para as faculdades, universidades e escolas técnicas e profissionalizantes de Montes Claros, a quantidade de viagens e de estudantes transportados diariamente.

c) Entrevistas com taxistas dos municípios do entorno localizados em Montes Claros

Para as entrevistas com os taxistas, estes foram abordados aleatoriamente nos locais costumeiros de embarque e de desembarque na cidade de Montes Claros. Foram aplicadas 10 entrevistas estruturadas por município em março de 2011, num total de 110. A partir dos resultados dessas entrevistas, obteve-se a média de viagens e de passageiros transportados diariamente nos táxis de cada município. As questões que nortearam o roteiro das entrevistas focaram na identificação de quais as motivações (atendimento médico, serviços especializados, como educação superior, trabalho, comércio) para os deslocamentos diários de população para Montes Claros, bem como a frequência do deslocamento, dentre outras. As perguntas tinham alternativas abertas e fechadas.

d) Entrevistas com a população dos municípios limítrofes no desembarque do Terminal Rodoviário de Montes Claros.

Em relação ao transporte intermunicipal, foram entrevistados 220 passageiros no momento do desembarque no Terminal Rodoviário de Montes Claros, sendo 20 questionários por município da aglomeração. Os entrevistados foram indagados sobre a motivação para a viagem a Montes Claros/MG, a frequência do deslocamento, os fatores positivos e negativos de viajar para Montes Claros e o significado dessa cidade para o entrevistado.

- e) Entrevista semiestruturada com o gestor da Central de Abastecimento do Norte de Minas (CEANORTE) em Montes Claros.

Realizou-se entrevista com o gestor da administração da Central de Abastecimento a respeito das trocas intermunicipais na aglomeração, a partir do setor agrícola, em fevereiro de 2011, visando compreender o processo de comercialização dos produtos. Em relação à origem dos fornecedores dos produtos hortifrutigranjeiros adquiridos, chamou a atenção o fato de muitos comerciantes dos municípios da aglomeração realizarem suas compras na Central de Abastecimento do Norte de Minas – CEANORTE -, além de supermercados e atacadistas localizados em Montes Claros. Nessa perspectiva, a partir de dados disponibilizados pela Central, identificaram-se os municípios de origem dos produtores, a quantidade de produtores por municípios e os tipos de produtos comercializados.

- f) Entrevistas com pesquisadores sobre as interações entre Montes Claros e os municípios do entorno

Foram entrevistados técnicos e especialistas da cidade de Montes Claros e da região Norte de Minas sobre suas percepções relativas à aglomeração urbana e o projeto de institucionalização da Região Metropolitana de Montes Claros, num total de 10 entrevistas.

- g) Entrevista com o Deputado autor da proposição sobre a Região Metropolitana de Montes Claros

Também foi entrevistado o Deputado responsável pela reativação do Projeto de Lei Complementar (PLC) número 4/2011, que prevê a institucionalização da Região Metropolitana de Montes Claros. O Deputado comentou sobre a origem do projeto, a reativação e o andamento atual do mesmo.

h) Entrevista com o Secretário de Planejamento de Montes Claros

Na entrevista, foram abordadas as percepções do gestor sobre os fluxos de transportes dos municípios do entorno com destino à Montes Claros, bem como o conjunto das interações entre os municípios, possíveis ações de planejamento integrado e a sua visão sobre o projeto de criação da Região Metropolitana de Montes Claros.

4) Levantamento e análise do uso e ocupação do solo urbano nos eixos comerciais dos municípios do entorno

A pesquisa *in loco* realizada nos onze municípios da aglomeração possibilitou conhecer a área de estudo a partir da observação, do registro de informações e do levantamento de suas infraestruturas nos setores de comércio e prestação de serviços. Com isso, verificou-se a inter-relação desses setores com Montes Claros, no que se refere à sua dinamização, especialização e concentração. Foram elaborados croquis de uso e de ocupação do solo urbano nos eixos centrais, e mosaico de fotos para ilustrar a infraestrutura nos serviços e comércio instalados nos municípios da aglomeração, bem como a sua distribuição espacial. A partir do trabalho de campo, identificaram-se, então, os fixos que compõem as cidades da aglomeração; a partir disso, os fluxos diversos existentes entre elas.

5) Levantamento dos fluxos de pessoas com destino a Montes Claros

a) No Terminal Rodoviário de Montes Claros

O levantamento dos fluxos de ônibus de Montes Claros para os demais municípios da aglomeração e o número de viagens por semana e mensal foi realizado junto às empresas que detêm a concessão desse serviço em Montes Claros: Gontijo, Transnorte, Saritur e Xavier, além da administração do Terminal Rodoviário de Montes Claros. Os

fluxos entre os municípios por meio do transporte intermunicipal de ônibus foram representados em mapas.

- b) Levantamento dos fluxos de carros de passeio nas rodovias em direção a Montes Claros

Pesquisaram-se também os fluxos de carros de passeio oriundos dos municípios da aglomeração em direção a Montes Claros/MG. Esta iniciativa objetivou complementar a análise dos fluxos de população. A observação foi realizada nas rodovias que dão acesso a Montes Claros em um dia da semana (segunda a sexta), durante duas horas no início da manhã e duas horas no início da tarde, totalizando 212 veículos de passeio registrados.

- 6) Cálculo da densidade demográfica urbana dos municípios da aglomeração

Em virtude da relativa imprecisão dos cálculos de densidade demográfica para aferir a densidade demográfica urbana, foi produzido um quadro estimando a densidade populacional urbana dos municípios da aglomeração. Como nos pequenos municípios da aglomeração não há informações sobre o tamanho do perímetro urbano, utilizou-se da ferramenta Goofle Earth para calcular, de forma aproximada, o tamanho, em km<sup>2</sup>, da mancha urbana de cada município.

- 7) Proposições: tipologia e morfologia da aglomeração

Considerando as especificidades das trocas, dos fluxos e das interações espaciais existentes entre Montes Claros e os municípios da aglomeração, apresentou-se, nas considerações finais, uma proposta de tipologia de classificação dessas cidades na aglomeração. Essa proposta baseou-se nas especificidades quanto ao nível da interação, da dependência e da subordinação dos municípios da aglomeração em relação a Montes Claros. O critério para a definição dos padrões de interações fundamentou-se na noção de complexidade funcional dos setores de comércio e prestação de serviços dos municípios. Para a identificação de tal complexidade funcional, consideraram-se as seguintes variáveis:

- tamanho relativo da população rural;
- distância em relação ao município núcleo da aglomeração;
- o Produto Interno Bruto (PIB) do setor de serviços, descontado o valor relativo à Administração Pública;
- número de agências bancárias;
- número de empresas cadastradas.

A partir dessas variáveis, os municípios do entorno de Montes Claros foram classificados em graus 1, 2 e 3, considerando o nível de complexidade do setor de comércio e serviços de cada um.

Ainda nas considerações finais apresentou-se uma proposta de Morfologia da Aglomeração Urbana Descontínua de Montes Claros, com base na pesquisa de Ojima (2007). Verificou-se que, neste caso, os elementos que, de forma direta, condicionaram o processo de aglomeração descontínua foram a centralidade regional e a fragmentação.

Conforme Serra (2006, p.12), um dos grandes problemas discutidos pela teoria do conhecimento é o critério pelo qual podemos ter certeza de que determinada proposição é verdadeira.

Ora existem dois critérios de verdade: a lógica refere-se à coerência interna da ou das proposições, mas podemos também considerar como verdadeira aquela proposição que corresponde à nossa percepção do mundo real. Entretanto, este último critério desloca a questão para o significado de “correspondência”, sem falar nos problemas implícitos na percepção.

A questão metodológica fundamental é a necessidade de consorciação entre fontes escritas - análises já produzidas por especialistas e documentação primária - e a observação e interpretação dos relatos das pessoas entrevistadas.

A estratégia metodológica utilizada permitiu compreender a materialização do processo de aglomeração urbana por meios dos fluxos relacionados aos setores de saúde, educação superior e comércio. Os deslocamentos pendulares, isto é, os fluxos demográficos diários entre a cidade principal da aglomeração e os municípios do entorno, foram examinados como fundamentais para a compreensão do objeto em análise: a Aglomeração Urbana Descontínua de Montes Claros.

No capítulo subsequente tratar-se-á do processo de formação histórica dos municípios que compõem a Aglomeração Urbana de Montes Claros.

**CAPÍTULO 2**

**FORMAÇÃO HISTÓRICA DE MONTES CLAROS E DOS  
MUNICÍPIOS DO ENTORNO**

O presente capítulo apresenta as formas de ocupação e de povoamento do Norte de Minas Gerais, identificando os principais impactos gerados com o processo de desenvolvimento econômico instaurado no início do século XX naquela região. Posteriormente, discute-se algumas transformações recentes de ordem econômica, política, demográfica e cultural, que marcaram a paisagem do Norte de Minas e que refletem, na atualidade, a saber: a instalação de ferrovias na década de 1930, a inserção da região como área de atuação da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste – SUDENE -, na década de 1960, a industrialização e a urbanização derivadas desse processo, bem como a mudança gradativa da estrutura e dos modos de vidas rurais e urbanos na região norte mineira. Por fim, apresenta-se um breve histórico do processo de formação de cada município da aglomeração.

## **2.1 - O Norte de Minas: produção do espaço urbano regional**

O estado de Minas Gerais localiza-se na região Sudeste do país, ocupando uma área de 588.384 km<sup>2</sup>, 63,5% da região, que representa 6,9% do território brasileiro. Minas Gerais é o estado brasileiro que possui o maior número de municípios, um total de 853. (ALMG, 2003). Com isso, é um espaço de grande diversidade, quer seja em aspectos naturais, socioculturais, econômicos, políticos, demográficos e territoriais.

Quanto aos aspectos demográficos, no período de 2000 a 2010, a taxa anual de crescimento foi de 0,91%, inferior às taxas verificadas nas últimas décadas, em torno de 1,5%. (FJP, 2011). As razões para a baixa taxa de crescimento demográfico relacionam-se com a queda na taxa de fecundidade do estado. (FJP, 2011).

Em 2000, a população total do estado de Minas Gerais era de 17.891.494 habitantes. No Censo de 2010, totalizou 19.159.260 habitantes, representando um aumento de 7,1% no período de 2000 a 2010. (IBGE, 2010). Já o índice de urbanização do estado, divulgado no Censo de 2010, foi de 85,3%.

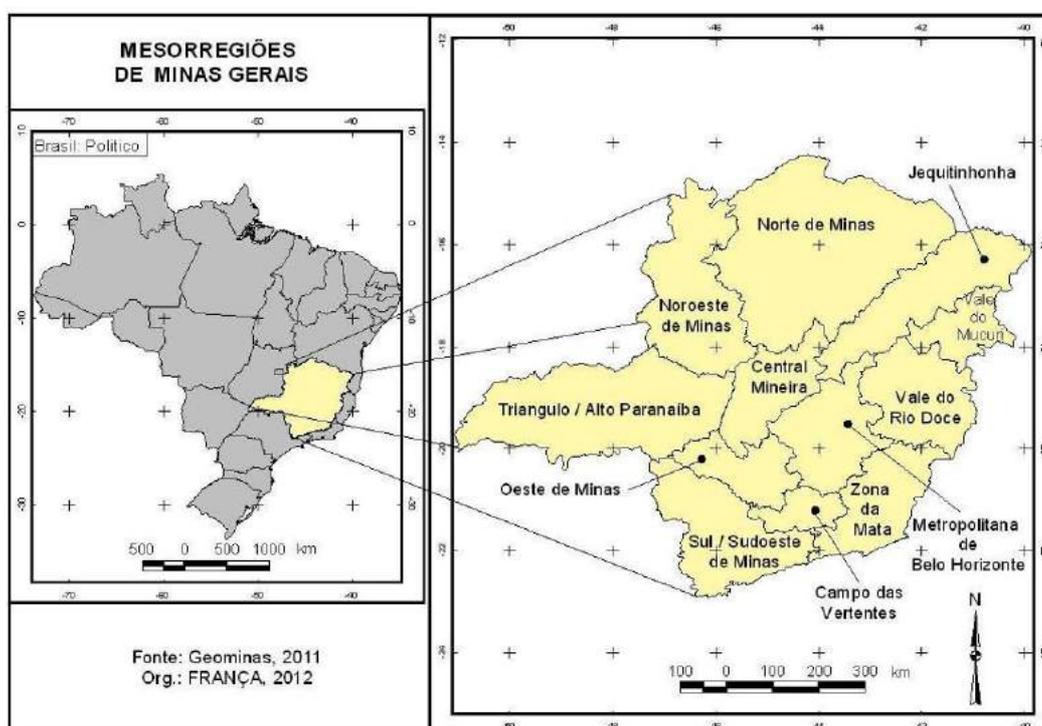
Um dos aspectos mais marcantes no estado de Minas Gerais refere-se à sua diversidade: “Minas são várias; Minas patriazinha; Minas é segredo antigo, milenar”. A diversidade

do estado manifesta-se no clima, no relevo, na hidrografia, na fitogeografia, na socioeconomia e nas culturas distintas. (SPÍNDOLA, 2009, p.73).

Minas Gerais é um estado marcado por forte fragmentação político-territorial, decorrente da multiplicação de municípios. Tal processo vincula-se à sua particularidade histórica, econômica, social e à diversidade regional.

Minas é uma síntese, por excelência, da coexistência dos processos de concentração e de dispersão demográfica, além de ser o estado com o maior número de municípios, tendo feito, na última década, um grande esforço para ampliá-los, emancipando mais 130. No ano 2000, 82% dos municípios mineiros possuíam até 10.000 habitantes, expressando a marcante presença dos pequenos municípios na configuração do estado. (BRITO e HORTA, 2011, p.10). Nos últimos oitenta anos, Minas Gerais passou de 215 para 853 municípios. Isto é, em menos de um século, a fragmentação territorial do estado representou 300%. (Mapa 3).

Mapa 3 – Mesorregiões de Minas Gerais



Historicamente, a região Norte de Minas, a sua geografia e a sua sociedade foram tratadas de maneira pejorativa no contexto nacional. Inserida no bioma cerrado, em transição para a caatinga, essa porção do estado, assim como o Nordeste brasileiro, é estigmatizada pelo seu “atraso econômico”, “arcaísmo social e político”, “violência”; sendo considerada palco do clientelismo político e de práticas populistas.

Oliveira et al. (2000) resgataram o processo de ocupação e de formação regional e econômica do território hoje conhecido como o Norte de Minas, pós século XVII até o século XIX:

[...] a ocupação efetiva da região só se deu na segunda metade do século XVII, quando aqui se encontraram as correntes de povoamento vindas do norte, fruto da expansão dos currais de gado ao longo do Rio São Francisco e, pelo sul, das bandeiras paulistas. [...] Já no século XVIII e início do século XIX, a decadência da mineração na região central de Minas Gerais provoca a necessidade de busca de alternativas; [...]. O século XIX presenciara mudanças nos fluxos de comércio. [...] A base econômica da região era então a pecuária bovina (solas, queijos, etc.). Apesar de ser a principal atividade, a pecuária era marcada pela baixa produtividade, resultado das ações das secas e pelas “pestes do gado”. As atividades ligadas à cana-de-açúcar (cana, aguardente e rapadura) também eram importantes. [...] Outro importante produto era o algodão, que se associava a uma tradicional fabricação de tecidos grosseiros. Esta tradição resulta posteriormente na implantação de uma indústria têxtil no final do século XIX, [...]. Também não se pode esquecer de culturas de subsistência, pois, apesar de não entrarem em cálculos de produção e comércio, representavam parcelas significativas da economia e do esforço humano. (OLIVEIRA ET AL., 2000, p.21, 22, 26).

O Norte de Minas Gerais teve como povoamento inicial, no seu território, a presença de “nações indígenas Tapuias e Caiapós [...] que com sua cultura específica, viviam da caca, pesca, coleta e cultivo de algumas espécies vegetais.” (COSTA, 1997, p.78).

A ocupação posterior à indígena, já no século XVIII, deu-se com a chegada de bandeirantes paulistas e baianos à região, em busca de pedras preciosas. Esses povos consolidaram a sua ocupação no território norte-mineiro a partir da formação de propriedades rurais e de fazendas que se dedicaram à criação de gado. Nas palavras de Costa (1997, p.78): “Instaladas ao longo de rios caudalosos e nas terras mais férteis da região, as grandes fazendas, desde o início da ocupação regional, se organizaram para a criação de gado bovino”. Dessa maneira, o Norte de Minas reunia condições ambientais favoráveis à criação de gado, como assinala Costa (1999, p.84-85):

Os animais eram deixados nas chapadas, povoadas de imensa variedade de leguminosas que propiciava a alimentação do gado e, ainda, de uma gama imensa de frutos que foram utilizados na alimentação humana, junto com espécimes da fauna.

Concomitante à pecuária, praticava-se a agricultura de autoabastecimento, destinada, sobretudo, aos camponeses. Essa atividade desenvolvia-se por meio do cultivo de feijão, arroz, cana-de-açúcar, mamona, mandioca, melancia, abóbora e quiabo. Machado (1991) relata a maneira como a população praticava a agricultura referindo que, no período das cheias, eles se instalavam no cerrado, derrubando a mata e fazendo a roça. Na estiagem, ocupavam as regiões ribeirinhas, onde as águas deixavam os terrenos alagados e extremamente férteis, ideais, naquele momento, para a plantação.

Saint-Hilaire (1975), durante as suas expedições, no século XIX, em Minas Gerais, e Guimarães Rosa (1984), no romance *Grande Sertão: Veredas*, reconheceram, em seus trabalhos, a riqueza de ervas e plantas medicinais encontradas no Norte de Minas, bem como a sua utilização. A riqueza de animais selvagens na região proporcionou a caça, e a elevada piscosidade dos rios possibilitou a pesca, sendo, estas, importantes fontes alimentares para a população.

Nesse cenário, coube ao Norte do estado de Minas Gerais abastecer a região mineradora, por meio da atividade pecuária e da prática da agricultura desenvolvida no entorno das fazendas de gado. A sociedade era rural; as cidades eram poucas e abrigavam um número reduzido de população. O comércio era limitado, com pequenas trocas de mercadorias, e os rios eram importantes vias na comercialização de produtos e no abastecimento da região; o grande exemplo disso foi o rio São Francisco: “Os rios, principalmente, o São Francisco foram uma importante via de escoamento da produção e abastecimento da região, constituindo uma vida social e cultural própria nos portos e entre aqueles que se dedicavam à navegação.” (RIBEIRO, 2000, p.61).

Um importante fator que marca o processo de ocupação no Norte de Minas Gerais é a instalação de ferrovias, no início do século XX, em Montes Claros e Pirapora. Tal fato viabilizou a comercialização dos produtos e um maior intercâmbio entre os municípios da região. Pode-se dizer que foi nesse contexto que Montes Claros começou a alcançar a posição de centro econômico e político regional.

Outro marcante acontecimento na região deu-se na segunda metade do século XX, década de 1960, quando o estado e a União projetaram a região norte-mineira à área de

atuação da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste – SUDENE -, por meio de auxílio a incentivos fiscais e financeiros. Nesse contexto, a indústria instala-se na região tendo como sede Montes Claros, que reunia as principais condições para abrigar tal atividade.

A atividade industrial motivou a migração campo-cidade, levando, paulatinamente, ao esvaziamento da zona rural do Norte de Minas. A migração dos camponeses para as áreas urbanas gerou uma grande explosão demográfica em algumas cidades, por exemplo, Montes Claros<sup>11</sup>. Diante disso, a indústria acelera o setor de serviços, dinamizando-o.

Conforme Holanda (1981), data desse período a mudança gradativa da estrutura predominantemente rural para a urbana na região norte-mineira. Costa (1997) também comunga desse argumento quando diz:

[...], após a vinculação da região à Sudene, dentro da nova fase de expansão das relações capitalistas de produção, no bojo de modelo de internacionalização da economia e modernização da agricultura, a região sofreu e tem sofrido duramente as mudanças, provocando ruptura nas diversas formas de organização da cultura sertaneja cujas características culturais eram até então eminentemente rurais. Vivia-se sob a hegemonia da agropecuária. (COSTA, 1997, p.88).

Todavia, Rodrigues (2004, p.310) defende/alerta que as ações do Estado, visando à conquista dos interiores do país e à ampliação das fronteiras nacionais no Brasil colônia e na República, deram-se à custa de violência, arbitrariedades e extermínio, um total desrespeito às culturas e populações por ali estabelecidas secularmente, sem nenhum código de ética.

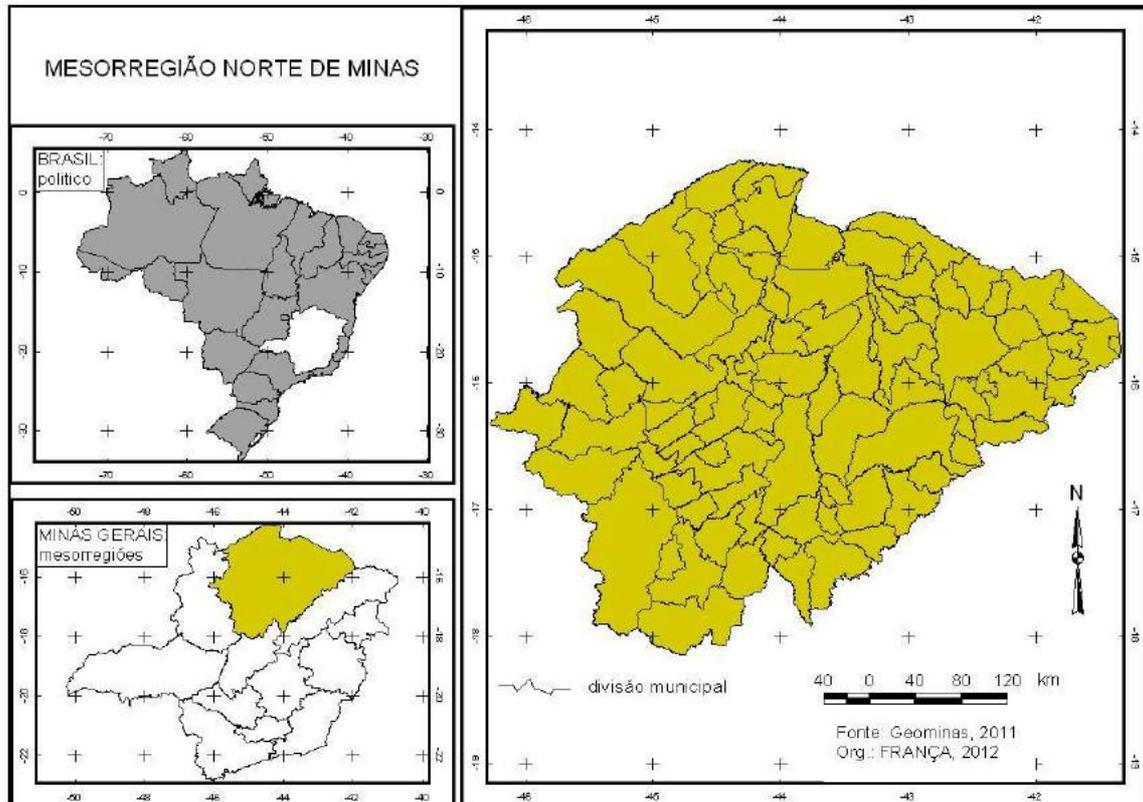
As transformações recentes no norte-mineiro são decorrentes, principalmente, de uma visão construída sobre o cerrado e suas populações, a qual caracterizava a região como vazio demográfico, populacional e civilizatório. Entretanto, Silva (2000) reitera que o

---

<sup>11</sup> Em 1970, a população total de Montes Claros era de 116.486 habitantes, sendo que 31.332 pessoas residiam na zona rural e 85.154 na zona urbana. No ano de 1980, a população total de Montes Claros era 177.308 habitantes, sendo que, desse número, 21.995 correspondia à população rural e 155.313 à população urbana. Em 1991, a população total de Montes Claros era de 250.062 habitantes, sendo que, desse número, 227.759 pessoas residiam na área urbana do município e 22.303 nas áreas rurais; a taxa de urbanização de Montes Claros naquele período era de 91,08%. A população continuou crescendo e, em 2000, alcançou 306.947 habitantes, com uma taxa de urbanização de 94,21%; e no qual 289.183 habitantes moravam na zona urbana e 17.764 na zona rural. No Censo 2010, a população totalizou 361.915 habitantes; deste total, 95% da população é urbana. (Censos Demográficos IBGE: 1970, 1980, 1990, 2000, 2010).

estilo de desenvolvimento adotado pelo estado e pelas elites econômicas do Norte de Minas não foi capaz de destruir completamente a identidade da região e dos povos que ali habitavam. (Mapa 4).

Mapa 4 Mesorregião Norte de Minas



Atualmente, o Norte de Minas é uma mesorregião administrativa do estado composta por oitenta e nove municípios, sendo a cidade de Montes Claros um polo aglutinador de serviços de saúde, educação, finanças e comércio diversificado. Assim, por ser a cidade, economicamente, de maior dinamicidade da região, exerce uma função centralizadora, o que implica certo grau de dependência dos demais municípios do Norte de Minas e também de algumas cidades da Bahia.

## 2.2 – A formação dos municípios

O Norte de Minas Gerais teve como povoamento inicial, no seu território, a presença de “nações indígenas Tapuias e Caiapós [...] que com sua cultura específica, viviam da caca, pesca, coleta e cultivo de algumas espécies vegetais.” (COSTA, 1997, p.78).

A ocupação posterior à indígena, já no século XVIII, deu-se com a chegada de bandeirantes paulistas e baianos na região, em busca de pedras preciosas. Esses povos consolidaram a sua ocupação no território norte-mineiro a partir da formação de propriedades rurais e fazendas, que se dedicaram à criação de gado. Nas palavras de Costa (1997, p.78): “Instaladas ao longo de rios caudalosos e nas terras mais férteis da região, as grandes fazendas, desde o início da ocupação regional, se organizaram para a criação de gado bovino”. Dessa maneira, o Norte de Minas reunia condições ambientais favoráveis à criação de gado, como assinala Costa (1997, p.84-85):

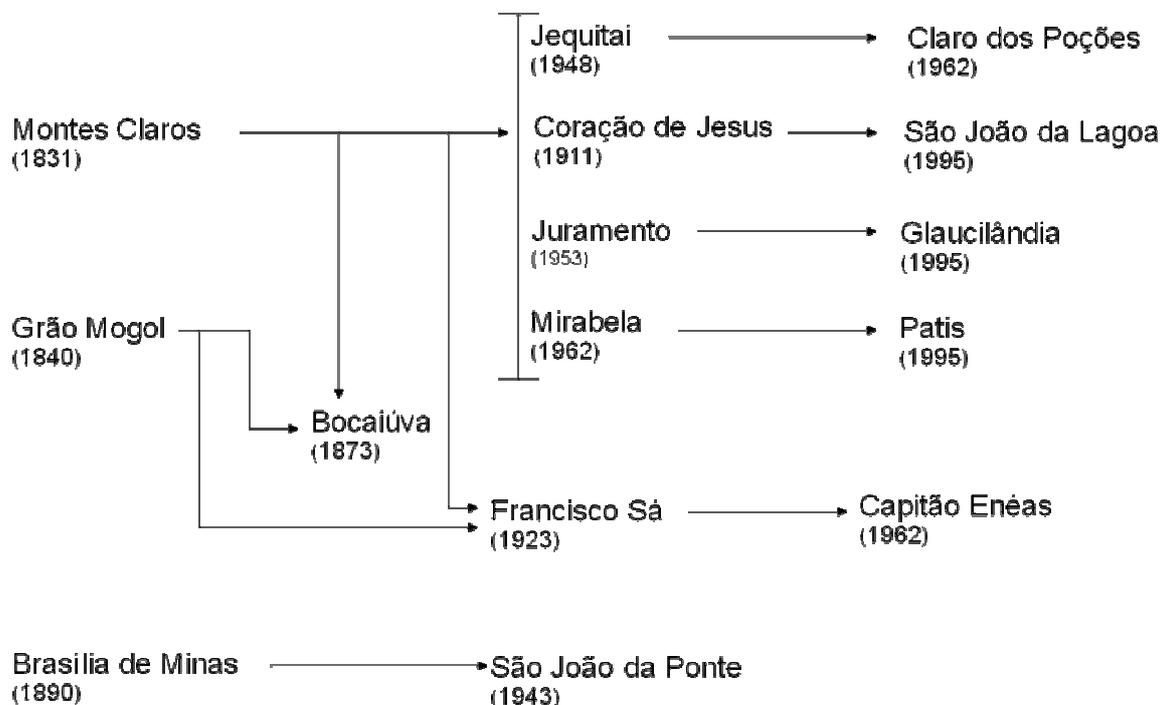
Os animais eram deixados nas chapadas, povoadas de imensa variedade de leguminosas que propiciava a alimentação do gado e, ainda, de uma gama imensa de frutos que foram utilizados na alimentação humana, junto com espécimes da fauna.

Concomitante à pecuária, praticava-se a agricultura de autoabastecimento, destinada, sobretudo, aos camponeses. Essa atividade desenvolvia-se por meio do cultivo de feijão, arroz, cana-de-açúcar, mamona, mandioca, melancia, abóbora e quiabo. Machado (1991) relata a maneira como o sertanejo praticava a agricultura referindo que, no período das cheias, eles se instalavam no cerrado, derrubando a mata e fazendo a roça. Na estiagem, o homem sertanejo ocupava as regiões ribeirinhas, nas quais as águas deixavam os terrenos alagados e extremamente férteis, ideais, naquele momento, para a plantação.

Analisando a origem dos municípios da aglomeração, verifica-se que o processo de povoamento e de colonização da região Norte de Minas influenciou na origem dos municípios que, hoje, formam a aglomeração. Montes Claros, cidade primaz da aglomeração, foi o primeiro núcleo urbano formado no Norte de Minas Gerais, e deu origem à maior parte dos municípios que, hoje, integram a aglomeração: Jequitaiá, Coração de Jesus, Juramento e Mirabela, os quais, por sua vez, deram origem aos municípios de Claro dos Poções, São João da Lagoa, Glaucilândia e Patis, respectivamente. Já São João da Ponte originou-se de Brasília de Minas. Francisco Sá e

Capitão Enéas pertenciam a Grão Mogol. Bocaiúva tem origem na fragmentação dos territórios dos municípios de Montes Claros e Grão Mogol, ainda no século XIX. A figura 2 retrata a formação dos municípios que integram a aglomeração.

Figura 2: Origem dos municípios da aglomeração



Fonte: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais, 2011.  
Org.: FRANÇA, I. S. de. 2011.

Figura 3: Emancipação dos municípios da aglomeração

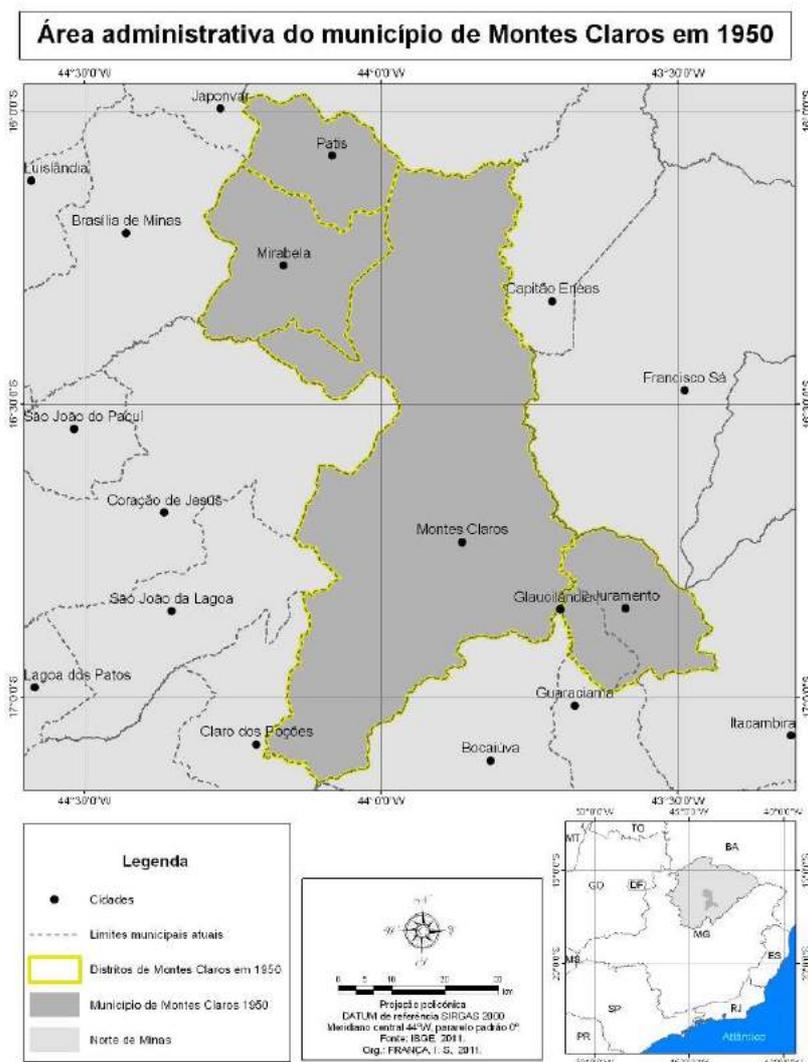


Fonte: IBGE, 2011.  
Org.: FRANÇA, I. S. de. 2011.

A figura 3 permite observar que Montes Claros e Bocaiúva são os únicos municípios da aglomeração que foram criados no século XIX. Na primeira metade do século XX até 1953, foram emancipados cinco municípios: Coração de Jesus, Francisco Sá, São João da Ponte, Jequitai e Juramento. Os demais municípios foram emancipados em outros dois momentos: 1962 (Mirabela, Capitão Enéas e Claros dos Poções) e 1995 (São João da Lagoa, Glaucilândia e Patis).

O mapa 5 mostra a área administrativa do município de Montes Claros em 1950. Observa-se que, nesse contexto, Patis, Mirabela, Glaucilândia e Juramento ainda pertenciam a Montes Claros, como distritos.

Mapa 5 - Área administrativa de Montes Claros/MG em 1950



Os processos de evolução e de emancipação político-administrativa desses centros urbanos deram origem à rede urbana regional. Nesse sentido, verifica-se que a formação histórica dos municípios é um elemento importante na estruturação do espaço regional e, com isso, da aglomeração urbana do Norte de Minas Gerais. A rede de comercialização de produtos e de mercadorias estabelecida entre os municípios do Norte de Minas e as demais regiões do país, após o século XVIII, juntamente com os aspectos físicos, econômicos e geográficos da região, além das ações das elites políticas econômicas locais, também deve ser considerada nesta análise.

### **Montes Claros**

Montes Claros<sup>12</sup> é um município do Norte de Minas Gerais cuja formação esteve associada ao papel dos bandeirantes no século XVII (IBGE, 1959). Além do processo de colonização, aspectos físicos, econômicos e geográficos, dentre outros, propiciaram o desenvolvimento de Montes Claros como polo econômico, político, cultural e social no Norte de Minas Gerais.

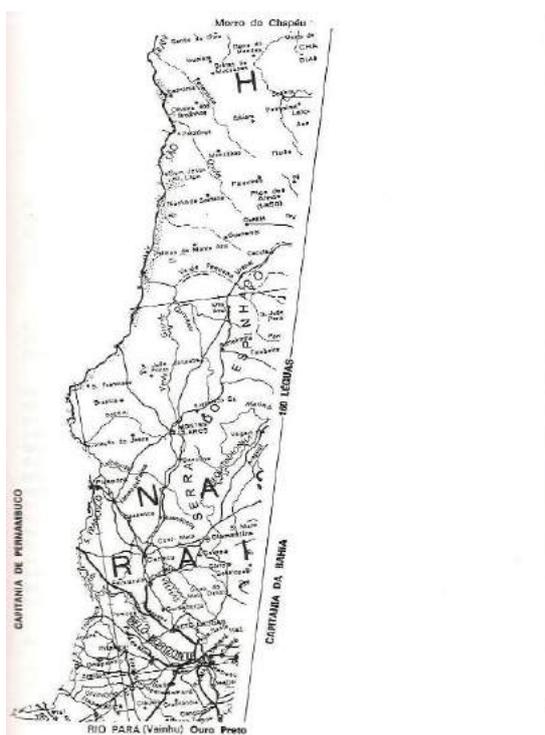
A área compreendida atualmente como Norte de Minas Gerais<sup>13</sup> pertenceu às capitânicas de Pernambuco (margem esquerda ou Oeste do Rio São Francisco) e da Bahia (margem direita ou Leste do rio). (VIANNA, 1916). (Figura 4).

---

<sup>12</sup> Cf. Oliveira et al. (2000), Pereira (2007), França (2007), Leite (2011).

<sup>13</sup> Após a descoberta do Brasil, a ocupação humana foi estruturada em três regiões fundamentais: Bahia (o centro político), Pernambuco (o centro econômico) e São Paulo (a Escola de Sagres Terrestre). Com isso, retardou-se o aparecimento dos currais de gado ao longo do São Francisco, vale dizer a ocupação permanente, a conquista definitiva do sertão (PIRES, 2007, p.35). Praticamente toda a margem direita do Alto São Francisco pertencia à Bahia e eram terras de Antônio Guedes de Brito. A própria área da Grande Belo Horizonte de hoje integrava os seus largos domínios... [...] nas barrancas do São Francisco e seus afluentes pela margem direita, a ocupação baiana se fizera em primeiro lugar, de modo permanente com os currais de gado (PIRES, 2007, p.46).

Figura 4 – Linha divisória entre as capitanias de Pernambuco e da Bahia



Fonte: Pires (2007)

Com isso, originaram-se os currais de gado do São Francisco e seus afluentes, nos quais a pecuária era a mais segura vocação da terra sertaneja.

Inegavelmente, a primeira região mineira a ser povoada foi a do Norte de Minas através dos currais de gado do Rio São Francisco e do Rio Verde. Em uma visão mais ampla cumpre acentuar que todo o lado direito do Rio São Francisco pertencia à Província da Bahia, e o lado esquerdo, Província de Pernambuco. (PIRES, 2007, p.46).

Quanto a Montes Claros:

Presume-se que o atual território desse Município tenha sido primeiramente devassado pela expedição denominada "Espinosa-Navarro", que partira de Porto Seguro a 13 de junho de 1553. Foi, no entanto, Antônio Gonçalves Figueira, expedicionário da "bandeira" de Matias Cardoso, adjunto do famoso "Governador das Esmeraldas" que era Fernão Dias Paes Leme, quem fundou Montes Claros. (IBGE, 2010).

Os bandeirantes paulistas<sup>14</sup> penetraram o Norte de Minas em busca de metais e pedras preciosas:

[...], Antônio Gonçalves Figueira lançou-se novamente à procura de metais e pedras preciosas. E foi assim que, desbravando as regiões incultas do Vale do São Francisco, fundou em princípios do século XVIII as fazendas de Jaíba,

<sup>14</sup> Ribeiro (2000, p.85) destaca que muitos paulistas abrigaram-se no sertão mineiro ao longo do século XIX, refugiando-se da Guerra dos Emboabas.

Olhos d'Água e Montes Claros. A situação desta última, à margem do Rio Verde Grande, próximo de montes calcários, despídos de vegetação e, por isso mesmo, sempre claros, teria sugerido o nome do atual Município. (IBGE, 2010).

Essa expedição subiu o rio Jequitinhonha, alcançou o Verde Grande e desceu o Rio São Francisco. Com isso, o início da ocupação da região do Norte de Minas Gerais, no século XVI, marca também a expansão do gado ao longo do Rio São Francisco (PAULA, 1979): “E foi assim que desbravando as regiões incultas do vale do São Francisco, fundou em princípios do século XVIII as fazendas de Jaíba, Olhos D’água e Montes Claros”. A Fazenda dos Montes Claros foi fundada em 12 de abril de 1704 (IBGE, 1959, p.139).

Constituíram-se, assim, fazendas no sertão norte-mineiro através dos bandeirantes, especialmente a Bandeira de Fernão Dias Pais, da qual fizeram parte Matias Cardoso e Antônio Figueira, sendo a este último atribuída a criação da fazenda que originou a cidade de Montes Claros, situada nas proximidades da nascente do Rio Verde Grande: “Esta fazenda tornou-se ponto de passagem para tropeiros, ampliando seu comércio e sua importância no âmbito regional.” (OLIVEIRA, 2000).

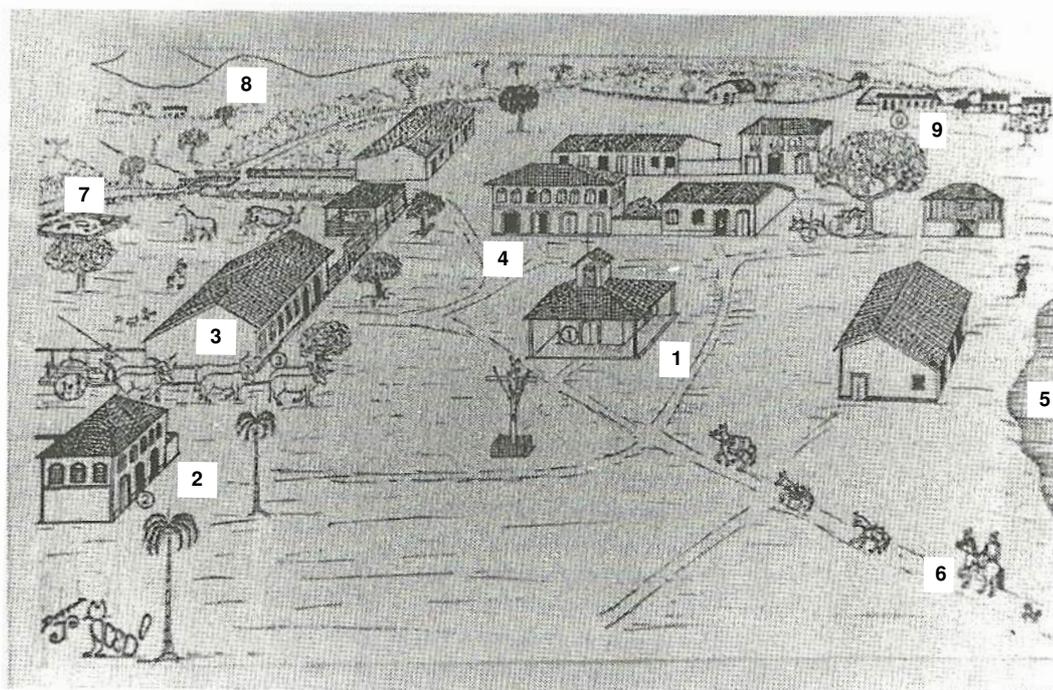
Quanto à população norte-mineira e montes-clarense, sua formação constitui-se de três grupos básicos

[...] os indígenas que habitavam a terra, os bandeirantes paulistas que passaram a utilizá-la para criação de gado e para a agricultura, e os escravos que vieram como consequência das rotas boiadeiras, trazidos para o trabalho nas fazendas e nos mercados consumidores. Surgiram povoados, vilas e posteriormente cidades, os quais ainda hoje guardam os nomes das fazendas das quais se originaram. (Atlas Histórico, Cultural e Geográfico do Município de Montes Claros, 2006, p.14).

Com grande número de indígenas escravizados e também com o escravo negro, procedeu-se ao cultivo da terra e à criação de gado, originando-se os primeiros núcleos de população. Nesse contexto, a Fazenda Montes Claros foi transformada no maior centro comercial de gado do Norte de Minas. Para isso, foram construídas estradas ligando a Bahia ao São Francisco, o que facilitou o povoamento na região.

Formou-se, então, o povoado de Formigas, no qual se erigiu uma capela, sob a invocação de Nossa Senhora e de São José. Com a construção da capela na Fazenda (1769), deu-se origem à comunidade, marco inicial do sítio urbano na segunda metade do século XVIII. (Figura 5).

Figura 5: Povoado de Formigas no século XVIII



- 1 – A primitiva capela descrita por Saint-Hilaire
- 2 – O sobrado que pertence hoje ao Sr. Hildebrando Mendes
- 3 – Sede da Fazenda dos “Montes Claros”
- 4 – Sobrado pertencente, hoje, ao Sr. João Valle Maurício

- 5 – Lagoa; hoje, recuada e transformada na Praça de Esportes
- 6 – Estrada Real para o Tijuco
- 7 – Rio Vieira
- 8 – Morro Dois Irmãos
- 9 – Início da atual Rua Padre Teixeira

Fonte: MAURICIO, M.A.C., 2005.

No início do século XIX (1831), a Fazenda dos Montes Claros havia se tornado Arraial de Nossa Senhora da Conceição e São José de Formigas, possuindo, em sua área, a presença da capela, sobrados, sede da fazenda dos Montes Claros, lagoas, rios e estradas (BARBOSA, 2003). A Lei de 13 de outubro de 1831 elevou a Vila ao arraial que recebeu o nome de Vila de Montes Claros de Formigas. Somente em 03 de julho de 1857, pela Lei 802, a Vila recebeu foros de cidade: “Cidade de Montes Claros”<sup>15</sup> (IBGE, 1959; BARBOSA, 2003).

<sup>15</sup> Detalhamento da Formação Administrativa: após a criação do município (Decreto de 13 de outubro de 1831) e sua elevação à categoria de cidade (Lei de 03 de julho de 1857), Montes Claros foi subdividida, incorporando ou perdendo território por emancipações, várias vezes. Destaca-se, nesse sentido: Em face da Lei Estadual no. 843, de 7 de setembro de 1923, o município de Montes Claros perdeu para o Brejo das Almas, recém criado, o distrito dessa designação. Assim, na divisão administrativa do Estado fixada por essa lei, o município de que se está tratando constituiu-se de 4 distritos: Montes Claros, Bela Vista, Juramento e Morrinhos. (IBGE, 1959, p.141).

A divisão territorial vigente em 31 de dezembro de 1954 definia que o município de Montes Claros era constituído de 7 distritos: Montes Claros, Mirabela, Miralta, Patis, Santa Rosa de Lima, São João da Vereda e São Pedro da Garça (IBGE, 1959, p.141). Em 1953, o distrito de Juramento emancipou-se de Montes Claros/MG, de acordo com a Lei 1.039, de 12/12/1953.

Apesar da elevação da vila à condição de cidade, Montes Claros possuía os mesmos aspectos anteriores à sua emancipação, com os mesmos meios de transporte. (PMMC, 2005).

Na figura 6, tem-se a Igreja Matriz em sua forma original (1904). Nesse momento, levantava-se um cruzeiro na porta da Matriz. A primeira casa, do lado esquerdo, é um sobrado construído, em 1853, pelo Coronel João Alves Maurício, chefe da família Maurício, em Montes Claros. Ao lado do sobrado, no meio, a Matriz (Fonte: MAURÍCIO, M. A. C., 2005. p.25).

Figura 6: Igreja Matriz (1904)



Fonte: MAURICIO, M.A.C., 2005.

### A organização espacial de Montes Claros no século XIX

Em viagem ao Brasil no período de 1816 a 1822, o cientista, naturalista, escritor e botânico francês, Auguste de Saint-Hilaire, visitou os estados: Rio de Janeiro, Espírito Santo, Minas Gerais, Goiás, São Paulo, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Em Minas Gerais, passou por Ouro Preto, Diamantina, São João Del Rei, Paracatu e Araxá, dentre outras localidades. Nessas viagens, relatou aspectos gerais da Serra do Espinhaço, Serra da Canastra e da Cachoeira Casca D'anta, nascente do São Francisco.

Em passagem na localidade de Tamanduá (Itapeçerica)<sup>16</sup>, em 1819, o escritor seguiu para o Arraial das Formigas, onde descreveu aspectos gerais das pessoas da época que o receberam: “[...] eram comerciantes e todos pertencentes à raça branca. Segundo o costume nas pequenas povoações e cidades, vestiam camisas de chita e por cima uma grossa capa de lã. Suas maneiras eram bastante semelhantes às de nossos burgueses da zona rural (SAINT-HILAIRE , 1975, p. 90).

---

<sup>16</sup> Região do Alto São Francisco, região de mineração de ouro situada no sertão meridional. Fonte: RIBEIRO (2000, p.85).

Saint-Hilaire (1975) relatou as principais características do povoado, informando:

O Arraial de Formiga fica situada (*sic*) à beira de um pequeno curso de água que tem o seu nome, num amplo vale rodeado de colinas cobertas de matas e de pastagens. As ruas do arraial são mal alinhadas, as casas afastadas umas das outras, quase todas pequenas e mal cuidadas. A igreja é construída no fundo de uma praça bastante larga, num ponto mais elevado do que o resto do Arraial. Seu teto é sem forro, seu interior é desprovido de ornamentos e quase nu e sua aparência geral condiz perfeitamente com a pobreza das casas do lugar. (SAINT-HILAIRE, 1975, p. 91).

Essas características evidenciam os modos de vida e a situação infraestrutural das regiões e cidades localizadas no interior do Brasil. Formiga não fugia à regra; como já destacado anteriormente, o seu processo de evolução foi lento e gradual. Essas informações não devem ser desvinculadas do contexto histórico e econômico-político vivenciado pelo Brasil na época, ou seja, a transição de colônia (1500-1822) para economia independente, no período conhecido como Império (1822-1889). Nesse momento, a economia do país estava voltada para a exportação de matérias-primas: açúcar, algodão, café, couro, cacau e peles eram os principais itens de exportações (1800-1820).

Apesar da precariedade dos estabelecimentos comerciais da época, Saint-Hilaire destacou a potencialidade e a relevância da atividade comercial e o seu caráter regional:

Há em Formiga várias lojas e algumas vendas muito mal providas. [...] Apesar da indigência que o aspecto de Formiga sugere, parece que há gente bastante abastada nos seus arredores e no próprio arraial. Situada à entrada do sertão, Formiga faz um bom comércio com essa região. Seus negociantes mantêm contato direto com o Rio de Janeiro e vendem no interior do sertão o sal, o ferro e outras mercadorias que mandam buscar na capital, recebendo em troca couros, peles de veado, algodão e gado, mas são os porcos, como eu já disse, que constituem a principal riqueza da região. Cria-se uma grande quantidade de suínos mesmo nas fazendas mais modestas, os quais são comprados pelos negociantes e enviados à capital do país.

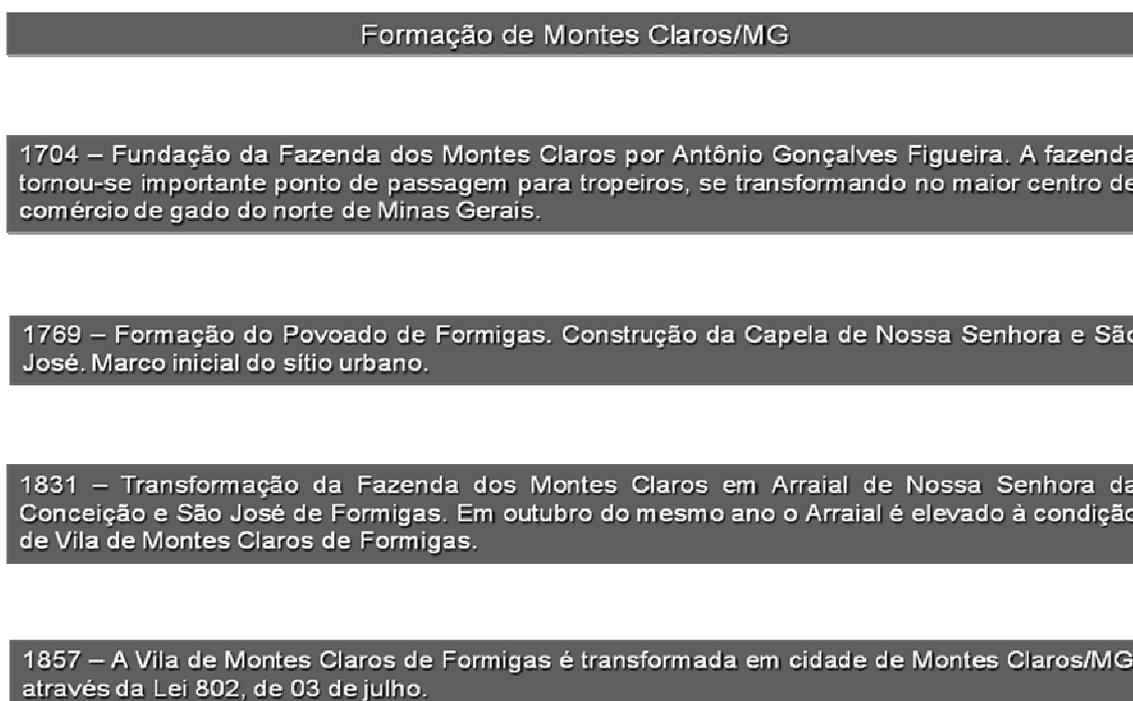
Dedicando-se a região a um comércio ativo e sendo ela passagem obrigatória de todas as caravanas que vêm de Goiás ou do sertão, as mercadorias são vendidas ali facilmente e por um preço bastante alto. [...] A profissão mais comum em Formiga é a de mestre-ferreiro, o qual também exerce o ofício de serralheiro. A passagem constante de tropas de burros torna muito lucrativo o seu trabalho. (SAINT-HILAIRE, 1975, p. 91).

Os registros de Saint-Hilaire (1975) evidenciam a importância do Arraial das Formigas, já no século XIX, como um centro regional de prestação de serviços para uma população flutuante, que atravessava o povoado em direção a outras regiões do estado e do país.

A criação de gado no Vale do São Francisco também foi um elemento que constituiu um elo entre o Nordeste e o Sudeste. Essa atividade marcou grande parte de seu território e foi introduzida no norte-mineiro, quase ao mesmo tempo em que a mineração; com isso, parte dos bandeirantes paulistas acabou por se dedicar a ela. O Rio São Francisco era uma importante via de escoamento da produção e de abastecimento da região.

Inicialmente, como sede da Fazenda Montes Claros, no século XIX; em 1831, elevado à condição de Vila, Vila de Montes Claros das Formigas; por último, em 1857, sua elevação à categoria de cidade de Montes Claros; o município apresentou vertiginoso tamanho populacional, quer pela atração de população ou pela evolução. A seguir, apresenta-se uma figura síntese (7) do processo de formação do município de Montes Claros/MG.

Figura 7: Formação de Montes Claros/MG



Fonte: IBGE, 2011.

Org.: FRANÇA, I.S. de. 2011.

Sobre a evolução populacional do povoado em período anterior, no século XVIII, Saint-Hilaire (1975) resgata:

Uma prova de que a população de Formiga está sempre aumentando é o fato de que quando por ali passei estava sendo construído no Arraial um grande número de casas. O povoado contava então com um pouco mais de mil habitantes, uma quarta parte dos quais, aproximadamente, era constituída por pessoas da raça branca. Entretanto, em meados do século anterior o arraial ainda nem existia. Conheci um ancião centenário que fora o primeiro a se estabelecer ali, em 1749, ocasião em que se iniciou a construção de uma capela. Não existiam minas nos arredores de Formiga, e é principalmente a sua localização privilegiada numa estrada muito freqüentada e no começo do sertão que atrai as pessoas para ali. (SAINT-HILAIRE, 1975, p. 91).

As elites econômicas locais, residentes nos sobrados de aspectos arquitetônicos e grandiosos da época, foram importantes para a projeção de Montes Claros como centro regional, todavia, muitos conflitos políticos tornaram tal processo lento e gradual. Eram senhores de escravos e de terras que, quando não envolvidos em desavenças políticas, propiciaram investimentos e equipamentos urbanos importantes, os quais culminaram no progresso de Montes Claros. (VIANA, 1964).

Corrêa (2007, p.29) destaca o papel das elites econômicas e políticas como agentes empreendedores a serem considerados na análise dos espaços urbanos, especificamente, nas cidades médias. Conforme o autor, as cidades médias, como locais de concepção, de tomada de decisões e de acumulação de capital, dispõem de uma elite empreendedora e ativa. Corrêa (2007) acrescenta que, para a construção de um possível quadro teórico sobre o tema cidade média, admite-se, preliminarmente, a necessidade de se considerar três elementos essenciais: a elite empreendedora, a localização relativa e as interações espaciais.

Nesse sentido, para Corrêa (2007), é a elite empreendedora

[...] que marca a diferença com outras cidades com a mesma dimensão demográfica, porque é ela que estabelece uma relativa autonomia econômica e política numa cidade, criando interesses locais e regionais, competindo em alguns setores de atividades com as grandes cidades e centros metropolitanos. (CORRÊA, 2007, p.29).

No caso de Montes Claros, a elite empreendedora tem a sua origem vinculada às atividades mercantis que desenvolviam o comércio local e regional, juntamente com os proprietários fundiários, senhores de terras e escravos. O que se configurou a partir dessas ações foi a diversificação das atividades econômicas, inclusive aquelas de natureza urbana.

Ao final do século XIX, com a instalação das pequenas fábricas, viu-se a presença de empresários locais, o que favoreceu o setor industrial, com a instalação de recursos técnicos mais avançados. Nesse contexto, Montes Claros recebeu também vários investimentos para a prestação de serviços: escolas, hospitais, jornal e correios. Sendo assim, Montes Claros já apresentava uma boa infraestrutura ligada às atividades comerciais, industriais e à prestação de serviços nesse período.

A ocupação colonial do Norte de Minas Gerais, pós século XVII, tem a sua origem alicerçada na atividade pecuária, introduzida na região como forma de complementar a expansão da atividade açucareira nordestina. O gado interiorizou-se no sertão norte-mineiro, e parte dos bandeirantes paulistas acabou por se dedicar a essa atividade (RIBEIRO, 2000, p.90).

A criação do gado atraía comerciantes de diversas regiões, o que favoreceu o destaque do Norte de Minas Gerais, a partir de Montes Claros, no ramo da pecuária de corte.

É nesse contexto de desenvolvimento da atividade pecuária que se assiste à expansão do comércio em torno desse núcleo urbano. Essas atividades econômicas constituíam, naquele momento, a base econômica e, conseqüentemente, os elementos definidores para as relações regionais.

Desse modo, Montes Claros consagrava-se como a área mais dotada de aparato infraestrutural na região Norte de Minas, ao final do século XIX e no início do século XX.

De acordo com Paula (1979, p. 93), o naturalista Saint-Hilaire, em suas viagens por Minas Gerais, afirmou, em 1817, que “Formigas é um dos pontos principais da parte oriental do sertão e faz-se aí um comércio importante de gado, salitre, couro e peles”. A fazenda Formigas foi o que constitui, hoje, na cidade, as intermediações da Praça da Matriz, região na qual passava o rio Vieira. O comércio<sup>17</sup> nessa área foi uma atividade econômica importante, que motivou o crescimento interno de Montes Claros e as relações econômicas com as cidades vizinhas. Paula (1979) sustenta que o povoado de Formigas formou-se a partir das trocas de ouro e diamante por gêneros alimentícios, gado e salitre.

---

<sup>17</sup> Parte substancial da discussão aqui apresentada origina-se da dissertação de mestrado da autora, referenciada ao final desta pesquisa. (FRANÇA, 2007).

Nesse contexto, o comércio de Montes Claros era realizado por meio de tropas, e seus produtos eram exportados para Diamantina, Serro, Curvelo, Januária, São Francisco, Grão Mogol e outros municípios.

Internamente, o comércio no município ganhava expressão nas feiras de sábado, “[...] onde a cada sábado abre-se a feira em uma intendência expondo-se a venda abundantes carregações de gêneros de consumo, feijão, arroz, farinha de milho e de mandioca, goma, farinha de trigo, toucinho, carne seca, açúcar, rapaduras, e todos os gêneros de primeira necessidade.” (PAULA, 1979, p. 94).

Em 1879 foi construído o primeiro mercado da cidade, na Praça Doutor Carlos Versiani, outro importante espaço comercial na história do centro de Montes Claros: “A praça estava localizada, [...] onde foi construído o primeiro mercado da cidade. Esse mercado existia até a década de 1970, [...]. A praça sempre foi a principal da cidade. Era onde funcionava o centro comercial, onde se localizava o mercado, o hotel São Luis, o comércio em geral. Logo depois foram surgindo as primeiras agências bancárias.” (ARRUDA, 2006, p.14).

A construção do primeiro mercado de Montes Claros, na praça Dr. Carlos Versiani, explica-se pela centralidade da praça e por se localizar no local de funcionamento das principais atividades comerciais. Nota-se que, desde aquele período, no qual a cidade tinha como sua base econômica o setor primário, a praça Dr. Carlos apresentava edificações imponentes para a época e edifícios em dois pisos.

A chegada da ferrovia, em 1926, marcou profundamente o desenvolvimento do comércio local e regional, que passou a ser realizado por caminhões; desde então, o município de Montes Claros passou a comercializar seus produtos não somente com

municípios vizinhos, mas também com os estados da Bahia, de São Paulo e do Rio de Janeiro.

Paula (1979) apresenta uma relação de casas comerciais inscritas na Prefeitura no ano de 1926, contexto de instalação das ferrovias, podendo-se destacar: 12 bares, 37 armazéns, 100 vendas, 12 atacadistas de gêneros, 30 criadores de gado, 8 farmácias, 10 representações comerciais, 18 bazares, 3 calçados, 40 açougues, 17 salões de barbeiros, 3 institutos de beleza, 4 casas de peças de automóveis, 3 cinemas, 6 fotógrafos, 7 restaurantes, 4 hotéis, 3 agências lotéricas, 5 casas de rádio, 2 casas de brinquedos, 3 casas de frutas, 2 casas de móveis, 4 tipografias, 3 livrarias, 8 agentes de seguros, 1 agência de jornal e 3 casas de bicicletas, dentre outras.

Dentre os estabelecimentos que marcaram o comércio da cidade no núcleo central, na segunda metade do século XX, apenas a Relojoaria Coelho - relógios e joias -, a sapataria Futurista e a Casa Ely ainda estão presentes, atualmente, no comércio de Montes Claros. A papelaria Barroso esteve em atividade, em Montes Claros, até o início do século XXI, mas, atualmente, encontra-se localizada, no seu antigo lugar de funcionamento, uma casa lotérica.

O mercado municipal desempenhou um papel importante, enquanto espaço de concentração e comercialização dos produtos típicos da região no núcleo central da cidade. Santos (2008) destaca a importância da praça Dr. Carlos no referido espaço; segundo a autora: “A praça Doutor Carlos Versiane (*sic*) foi construída em 1917, sendo que as maiores casas comerciais da cidade estavam localizadas no entorno dessa praça. Até hoje ela ainda não perdeu essa característica de polarizar o comércio da área central. (...)”

Posteriormente, em 1967, o prédio do mercado municipal foi demolido e o local transformou-se num estacionamento de veículos, popularmente conhecido como Praça do “Cimentão”. Porém, essa área, além de demandar muito espaço físico, mostrou-se, para aquele período, uma atividade de baixo retorno financeiro, o que caracterizou uma subutilização da área. Atualmente, localiza-se, nessa área, o Shopping Popular Mário Ribeiro.

Dados do IBGE, referentes ao ano de 1959, demonstraram que, naquele momento, o município possuía indústrias de transformação de minerais não metálicos, construção civil, beneficiamento de madeiras, couros, peles, têxtil do vestuário, de produtos alimentícios, de bebidas, química e farmacêutica e gráfica. Seus principais sub-ramos estão na confecção de fios de algodão, adubo e torta para gado. (IBGE, 1959, p.144).

Mesmo com a diversificação no setor industrial, até o final do século XIX, a base da economia do município de Montes Claros era a pecuária. Foi a partir dos anos 1970, quando da inserção da região norte-mineira na área de abrangência da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste – SUDENE -, que se intensificou o crescimento do setor industrial na cidade de Montes Claros.

Algumas datas marcam a instalação de diversas infraestruturas importantes para o desenvolvimento do município, dentre elas, destaca-se: em 1830, a instalação da primeira escola; em 1832, a criação dos serviços de Correios; em 1847, a chegada do primeiro médico, Dr. Carlos Versiani; e, em 1871, a fundação do Hospital Santa Casa da Misericórdia de Montes Claros. (IBGE, 1959, p.140).

Em 1879, ocorreu a inauguração da Escola Normal, concebida como uma grande conquista pelos moradores da época. Em 1892, Montes Claros recebeu a primeira “linha telegráfica” e, quase trinta anos depois, em 1917, foi inaugurada a iluminação elétrica na cidade. Em 1926, foi inaugurada a Estrada de Ferro Central do Brasil - E.F.C.B. (PMMC, 2005). No ano de 1938, foi inaugurado o serviço de água potável; em 1956, o serviço de Telefone Interurbano; e, em 1956, ocorreu a instalação do 10º Batalhão de Polícia Militar. (IBGE, 1959, p.139).

Com essas características, ao final da primeira metade do século XX, e “à altura de seu primeiro centenário, Montes Claros apresentava-se como um grande centro urbano, de importante estrutura econômica altamente permeável a todas as inovações do progresso.” (IBGE, 1959, p.145).

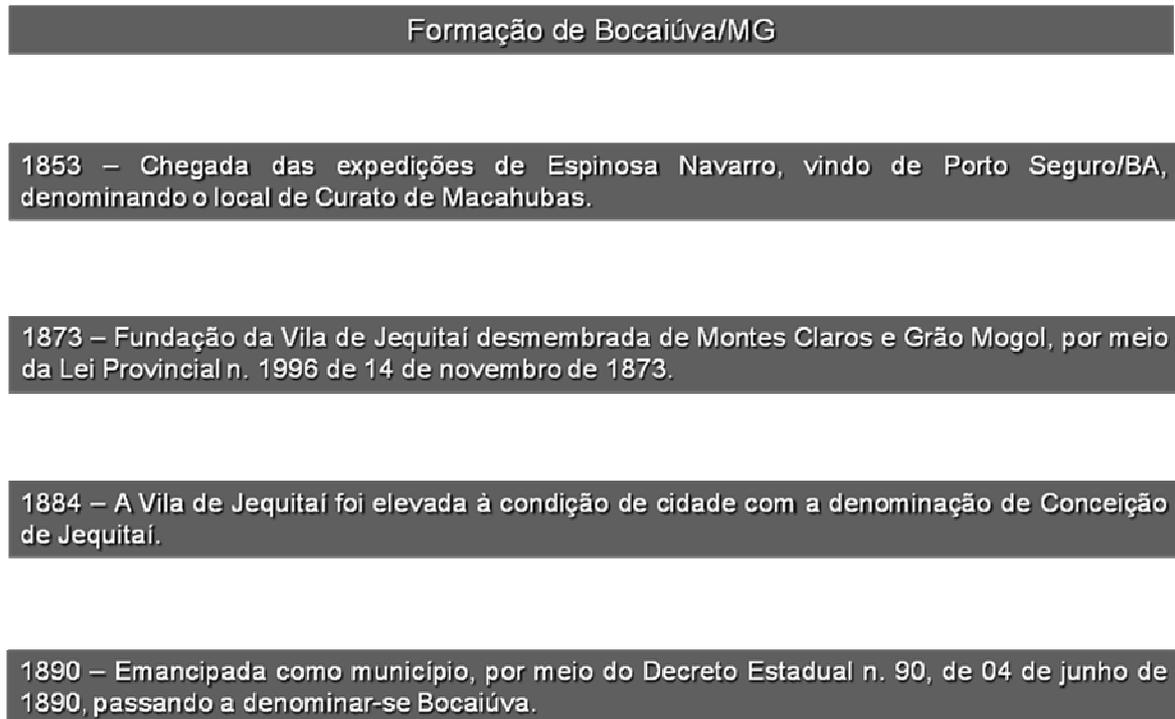
A partir da década de 1960, a região norte-mineira tornou-se objeto de política de planejamento estatal, que objetivava reduzir as disparidades regionais por meio da dinamização econômica de determinados núcleos urbanos, os quais exerceriam funções de polarização do desenvolvimento.

A abordagem de Montes Claros ora apresentada privilegia aspectos históricos, de formação e administrativos, destacando o processo de colonização após o século XVII e elucidando características da localidade, geográfica, populacional, geomorfológica e política. Esta apresentação enfocou, ainda, as atividades econômicas, a partir da pecuária e do comércio, como elementos definidores do dinamismo construído por Montes Claros e, com isso, as novas configurações do atual espaço urbano dessa cidade média. Realizou-se também uma análise dos principais indicadores sociais e econômicos de Montes Claros (PIB, IDH, renda), bem como o levantamento da infraestrutura e dos equipamentos urbanos instalados na atualidade.

### **Bocaiúva**

O município de Bocaiúva foi inicialmente constituído, em 1873, como “vila de Jequitaiá”, a partir do desmembramento dos municípios de Montes Claros e Grão Mogol, pela lei provincial nº 1996, de 14/11/1873. Em 1884, foi elevado à condição de cidade, com a denominação de “Conceição de Jequitaiá”. Em 1890, foi emancipado como município, por meio do Decreto Estadual nº 90, de 04/06/1890, passando a denominar-se Bocaiúva. Atualmente, o município é constituído de 3 distritos: Bocaiúva, Alto Belo e Terra Branca (IBGE, 2011).A figura (8) ilustra o processo de formação do município de Bocaiúva/MG.

Figura 8: Formação de Bocaiúva/MG



Fonte: IBGE, 2011.

Org.: FRANÇA, I.S. de. 2011.

Denominada em seus primórdios como “Curato de Macahubas”, essa localidade originou-se de terras de pequenos fazendeiros e agricultores de povoados vizinhos, que objetivavam expandir seus negócios (IBGE, 1958, p.202).

O primeiro grande momento da história de Bocaiúva data de junho de 1853, quando integrantes da Expedição de Espinosa-Navarro, oriundos de Porto Seguro, na Bahia, penetraram o Norte de Minas e ocuparam a região na qual se originou o povoado.

A região de Bocaiúva foi conquistada pelos integrantes das expedições de Espinosa Navarro, que partiram de Porto Seguro no dia 13 de junho de 1533 e penetraram na região do Norte de Minas Gerais. Assim, foram responsáveis pela origem e primeiras ocupações da região, que logo recebeu o seu primeiro nome de Curato de Macaúbas. (BRANDÃO, 1989, p.11).

Conforme Costa (1993, p.9), os principais fatores que favoreceram a permanência dos homens brancos nessa região foram: “As terras boas e férteis, a abundância de recursos naturais e densas florestas com muitas madeiras de lei, além de tribos pacíficas”.

As expedições de Mathias Cardoso e Antônio Gonçalves Figueira desligaram-se da Bandeira de Fernão Dias e partiram de São Romão em 1674. Antônio Figueira tornou-se, então, dono de fazendas, transformando-se no povoador da região onde, hoje, se localiza Bocaiúva (ALMG, 2011; Secretaria Municipal de Cultura, 1999): “Formaram-se ali extensas terras dedicadas à produção agrícola e à extração de vegetais. O município era denominado Curato de Macaúbas.” (COSTA, 1993, p.9).

As primeiras atividades econômicas fundamentaram-se na exploração agropecuária e mineral, ambas desenvolvidas principalmente nas margens dos rios.

A exploração agropecuária estendeu-se às margens de seus rios, onde predominavam as terras férteis. Estes fatores constituíram-se em elementos essenciais para se erguerem as grandes fazendas. A atividade de exploração mineral foi desenvolvida, principalmente, no espaço compreendido entre os rios Jequitinhonha e Macaúbas, onde foram encontrados os minerais preciosos almejados pela expedição de Espinosa. (COSTA, 1999, p.15).

Por volta de 1710, os habitantes do lugar encontram uma imagem do Senhor do Bonfim e acreditaram ser um acontecimento sobrenatural. Dona Antônia Leite, moradora do povoado, doou terras para a construção de uma igreja em louvor ao santo. Nesse ambiente de fé, o povoado desenvolveu-se e tornou-se a freguesia de Senhor do Bonfim<sup>18</sup> (ALMG, 2011; Secretaria Municipal de Cultura, 1999).

O aparecimento da imagem resultou no segundo nome do povoado:

Esse nome é derivado da lenda de que a imagem estava sendo levada para a Bahia. Passando pela localidade, os homens resolveram descansar debaixo de uma frondosa árvore. O cansaço era tanto que acabaram dormindo. Porém, em outro dia, a imagem estava tão pesada que ninguém conseguia carregá-la. Acabaram deixando a imagem no povoado. Essa lenda deu base a um dos maiores eventos culturais e artísticos do município. (COSTA, 1993, p.9-10).

---

<sup>18</sup> Lei número 201, de 02 de abril de 1845 (CABRAL, 1989, p.11).

A figura 9 refere-se à Igreja do Senhor do Bonfim, assim denominada em função do nome do povoado.

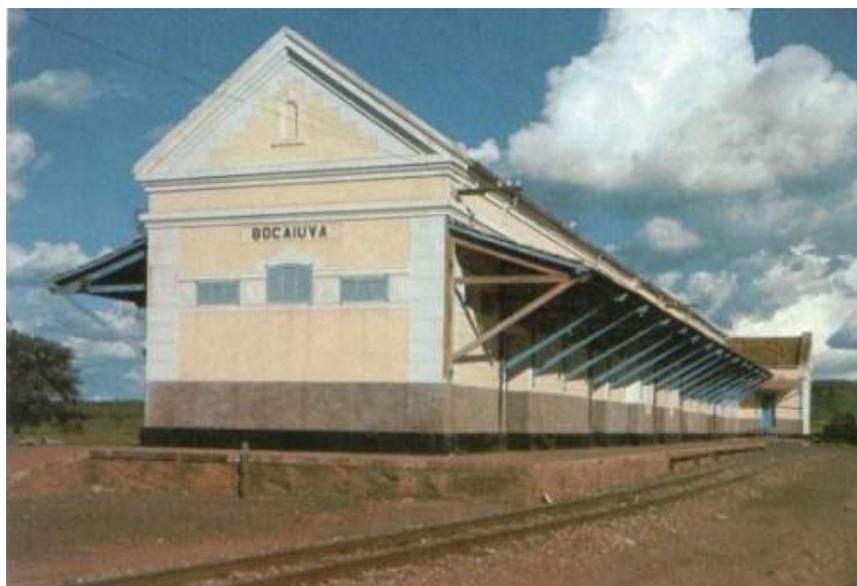
Figura 9: Bocaiúva/MG: Igreja do Senhor do Bonfim



Fonte: ALMG, 2011; Secretaria Municipal de Cultura, 1999.

Em 1925 foi inaugurada a estação da linha ferroviária, que foi ponta de linha por um ano, até a inauguração do trecho que alcançou Montes Claros, em setembro de 1926 (Figura 10).

Figura 10: Estrada de Ferro Central do Brasil – EFCB -, Estação Bocaiuva<sup>19</sup>, inaugurada em 1925; hoje, desativada.



Fonte: [http://www.estacoesferroviarias.com.br/efcb\\_mg\\_linhacentro/bocaiuva.htm](http://www.estacoesferroviarias.com.br/efcb_mg_linhacentro/bocaiuva.htm) Acesso em 21/03/2011.

Ao final do século XX, o crescimento populacional proporcionou a urbanização do município e, conseqüentemente, intensificou-se o comércio, além da instalação de grandes indústrias.

---

<sup>19</sup> O nome da estação era uma homenagem ao político Quintino Bocaiúva, por ter, este, conseguido a transferência da sede da vila de Jequitaiá, onde se localizava, para a vila que, então, servia de estação ferroviária. (OLIVEIRA, 2005). A estação foi reformada em 2006. (Fonte: [http://www.estacoesferroviarias.com.br/efcb\\_mg\\_linhacentro/bocaiuva.htm](http://www.estacoesferroviarias.com.br/efcb_mg_linhacentro/bocaiuva.htm) Acesso em 21/03/2011).

## Capitão Enéas

Em 1962, o município emancipou-se, desmembrando-se de Francisco Sá/MG, em virtude da Lei Estadual nº 2764, de 30 de dezembro daquele ano, sendo denominado Burarama de Minas. Passou a ser denominado Capitão Enéas pela Lei Estadual nº 3973, de 15/12/1965. Capitão Enéas recebeu este nome em homenagem ao seu fundador, o capitão reformado da Polícia Militar, Enéas Mineiro de Souza<sup>20</sup>.

Emancipado em 1962, o município foi instalado em 01/03/1963, tendo, em seu território, o Distrito de Caçarema, dezenas de vilas na zona rural e, na área urbana, a vila do Sapé, atualmente, bairro da cidade.

O capitão Enéas Mineiro de Souza veio para Minas Gerais em 1930, estabelecendo-se em Granjas Reunidas<sup>21</sup> até o ano de 1933. Entre 1933 e 1935, o capitão morou em Pirapora; e no período de 1935 e 1937, em Engenheiro Navarro, transferindo-se, nesse mesmo ano, para Montes Claros. Neste último local, o Capitão Enéas seguiu para a região de Burarama (atual Capitão Enéas), a fim de desbravar as matas para beneficiar a terra e tirar madeira para as suas indústrias.

As riquezas naturais da região de BURARAMA, que corresponde na língua indígena YBYRAMA ou região de muita madeira, suas terras férteis e o Rio Verde Grande que atravessa a região fizeram com que o Capitão Enéas aqui se instalasse em definitivo. (VARGAS, 1991, p.6).

O capitão fundou, naquela localidade, a Vila de Burarama (Figura 11).

---

<sup>20</sup> O capitão Enéas Mineiro de Souza nasceu em 12 de fevereiro de 1889, em Lagoa Monteiro, município de São João do Cariri, interior do estado da Paraíba. Faleceu em 11 de setembro de 1965, aos 76 anos de idade. Foi um homem de grande visão, voltada para o futuro e para o surgimento da cidade de Burarama de Minas. Disponível em: [www.capitaoeneas.mg.gov.br/](http://www.capitaoeneas.mg.gov.br/)

<sup>21</sup> A estação de Granjas Reunidas, vinculada à Estação Ferroviária Central do Brasil (1925-1975), foi inaugurada em 1925, para atender especialmente ao estabelecimento Granjas Reunidas, da família Dolabella (Alfredo Dolabella Filho), Norte de Minas, município de Bocaiúva. Posteriormente, inúmeros empreendimentos foram construídos em seu entorno, dentre eles, a enorme fazenda denominada Granjas Reunidas. Disponível em [www.estacoesferroviarias.com.br/.../granjas.htm](http://www.estacoesferroviarias.com.br/.../granjas.htm) Acesso em 18/03/2011.

Figura 11: Fundação de Capitão Enéas, antiga Burarama de Minas



Disponível em: [www.capitaoeneas.mg.gov.br/](http://www.capitaoeneas.mg.gov.br/)

Burarama localizava-se próxima à Estação de Trem na qual havia exploração de madeira para fornecer à Estrada de Ferro Central do Brasil (Figura 12).

Figura 12: Ramal da Estação Ferroviária Central do Brasil em Capitão Enéas



Disponível em: [www.capitaoeneas.mg.gov.br/](http://www.capitaoeneas.mg.gov.br/)

Em sua trajetória de líder regional, Capitão Enéas tornou-se prefeito de Montes Claros, de 1950 a 1954. Por volta de 1940, os moradores da região enfrentavam várias dificuldades para a sua sobrevivência: a água era trazida de uma distância de 3 km; o comércio, incipiente, era feito de modo rudimentar, sendo as mercadorias trazidas em “bruacas”<sup>22</sup>, por muares. Não havia luz elétrica; as pessoas utilizavam as candeias de querosene para iluminação. Os produtos da região eram, principalmente, feijão, arroz, fava, andu, rapadura, ovos, mamona, toucinho e carne bovina salgada. Os produtos que não eram consumidos eram enviados, em cargueiros, para Montes Claros e Francisco Sá, onde eram vendidos ou trocados por outras mercadorias necessárias aos moradores da região, como querosene, sal, remédios e tecidos. (LOPES, 1994).

Capitão Enéas organizou a Fazenda Burarama (1942) com atividade agropecuária e indústrias madeireiras; também construiu casas, instalou escolas, igrejas, armazéns, bares, hotel, farmácia e até mesmo lojas.

Com isso, surgiu a necessidade da energia elétrica, para atender às necessidades da população do povoado e da estrutura comercial que ali se instalava:

O Capitão Enéas se empenha (*sic*) em trazer a energia elétrica gerada pela pequena hidroelétrica de Santa Marta, localizada no município de Francisco Sá, até a fazenda Burarama, porém, não obtém êxito devido à falta de interesse da companhia. Diante deste problema, o Capitão decide fazer o empreendimento com seu próprio capital, a partir da cidade de Francisco Sá, traz a energia elétrica até a Fazenda BURARAMA. (VARGAS, 1991, p.7).

A Fazenda Burarama cresceu rapidamente: “Com a energia elétrica começam os investimentos na cidade, como, instalação do mercado municipal, cinema, restaurante, clube sócio-recreativo, etc.” (VARGAS, 1991, p.7).

A emancipação político-administrativa do município ocorreu através da revisão administrativa do estado de Minas Gerais, em 1962.

A figura (13) sintetiza o processo de formação do município de Capitão Enéas/MG.

---

<sup>22</sup> Mala de couro cru para transporte de objetos sobre bestas; bolsas de couro (LOPES, 1994).

Figura 13: Formação de Capitão Enéas/MG

### Formação de Capitão Enéas/MG

1937 – Estabelecimento da Fazenda Burarama, pertencente a Enéas Mineiro de Souza.

1962 – Criado o município de Burarama de Minas, por meio da Lei Estadual 2.764 de 20 de dezembro daquele ano, desmembrando-se de Francisco Sá.

1965 – Com a morte do antigo proprietário da Fazenda Burarama, o capitão Enéas, a cidade de Burarama de Minas passa a denominar-se Capitão Enéas.

Fonte: IBGE, 2011.

Org.: FRANÇA, I.S. de. 2011.

Na época da emancipação político-administrativa do município, o Sr. Jacinto Teixeira da Silva foi nomeado interventor e, posteriormente, com as eleições municipais, o capitão Enéas Mineiro de Souza foi eleito o primeiro prefeito da recém emancipada cidade de Burarama de Minas.

Cabral (1985, p.64) relata detalhes da eleição do primeiro prefeito de Burarama de Minas na década de 1960:

O Intendente foi Jacinto Teixeira da Silva, aquele que presidiu a sessão de instalação da nova cidade, ocorrida em 1º de Março de 1963. Porém, o primeiro prefeito eleito de Burarama de Minas foi o seu próprio fundador, o Capitão Enéas Mineiro de Souza. [...] Conhecida a data de eleição, todos os homens de representação do novo município foram unânimes em escolher o seu fundador, como único candidato. Nenhuma oposição. Nenhuma palavra contra a sua indicação. Se em Burarama nunca houve desentendimento político, por que haveria de acontecer agora, se o candidato foi aquele que puxou o carro desde a fundação?

O capitão Enéas Mineiro de Souza fez um planejamento de crescimento circular para Burarama de Minas, até hoje conhecida como a “Cidade das Avenidas”. Vislumbrou grandes perspectivas e progressos para esse lugar, em função de suas riquezas e das grandes extensões de excelentes terras para a lavoura e pastagem ([www.capitaoeneas.mg.gov.br/](http://www.capitaoeneas.mg.gov.br/)).

Pré-traçada, como já se frisou alhures, deixou o seu fundador uma planta, que aponta os caminhos do futuro. Para isso, Pedro Mineiro, aproveitando-a, instituiu o loteamento a que se denominou “Loteamento Burarama”. E é por cima daqueles caminhos que se têm assentado as suas novas construções. Casas Novas. Prédios Públicos Invejáveis. Atrás das construções, seguem-se os serviços de estrutura, compreendidos por rede de esgoto, rede d’água, calçamento. E verde e mais verde. Mais verde do que qualquer outra cidade do país. Haja visto (*sic*) as praças ajardinadas; os canteiros gramados, que se estendem por todas as ruas; a arborização de que tanto já se falou. (CABRAL, 1985, p.64).

Com a morte do Capitão Eneás (1965), os moradores decidiram renomear o município de Burarama de Minas com o nome do capitão. No entanto, alguns queriam que Burarama de Minas passasse a se chamar de “Eneápolis” (CABRAL, 1985). Pela Lei Estadual nº 3973, de 15/12/1965, o município de Burarama de Minas tornou-se Capitão Enéas. (IBGE, 2011).

### **Claro dos Poções**

Claro dos Poções originou-se por volta de 1900, quando foi descoberto, nas proximidades do atual município de Coração de Jesus, nas imediações das fazendas Santo Antônio, Cachoeira e São José (Mocambo), um local desprovido de vegetação, com espelhos d’água, onde os animais gostavam de se refugiarem<sup>23</sup>.

A área tornou-se conhecida pelos fazendeiros que buscavam os rebanhos nos “claros” ou “poções”; posteriormente, em terras cedidas por vários fazendeiros, foram construídos uma capela e um cemitério, dando início ao povoamento da área. Era um local com muitas clareiras (sem vegetação) e muitos poços d’água, nos quais o gado se refugiava. Com a combinação dessas características, surgiu o nome Claro dos Poções: “um local desprovido de vegetação que conservava água por todo o período das secas.” (História de Claro dos Poções: Povoamento, 1963, p.10, disponibilizada pela Secretaria Municipal de Educação).

As transformações urbanas iniciaram-se desde a sua origem:

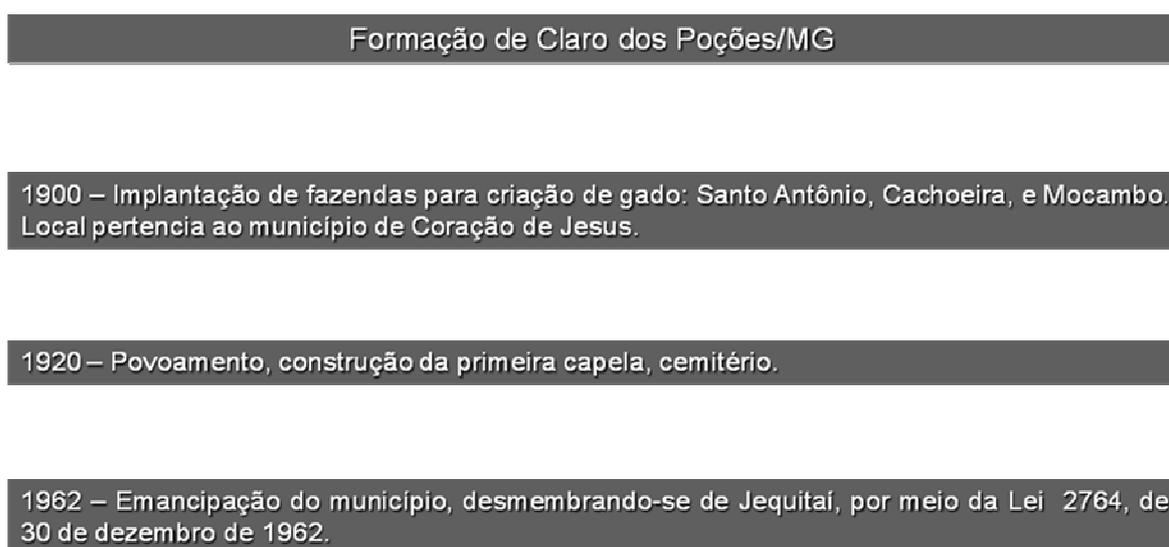
---

<sup>23</sup> Fonte: IBGE; [www.almg.gov.br](http://www.almg.gov.br); [www.clarodospocoos.mg.gov.br](http://www.clarodospocoos.mg.gov.br); Secretaria de Cultura de Claro dos Poções, 1999; Sebrae Minas, 2001; Soares de Jesus, Soares Fonseca, 2010, p.6-7.

Várias casinhas começaram a ser (*sic*) edificadas e vários botecos instalados. Em 1928, já havia cerca de 25 casinhas em volta da capela, levando a Prefeitura de Coração de Jesus a efetuar o seu lançamento, considerando que já era um povoado. (Fonte: História de Claro dos Poções: Povoamento, 1963, p.10, disponibilizado pela Secretaria Municipal de Educação).

A emancipação política de Claro dos Poções ocorreu em 30 de dezembro de 1962 - Lei nº 2.764, quando se desmembrou do município de Jequitaiá. A figura (14) sintetiza o processo de formação do município de Claro dos Poções/MG.

Figura 14: Formação de Claro dos Poções/MG



Fonte: IBGE, 2011.

Org.: FRANÇA, I.S. de. 2011.

Conforme informações obtidas da população do próprio município, a emancipação esteve associada à solicitação de construção de uma escola, ou seja, à melhoria educacional. O não atendimento do pedido levou a comunidade a se mobilizar para alcançar a emancipação política.

No dia 1º de março de 1963, houve a primeira sessão solene de instalação do município, entretanto, a documentação para a emancipação política só foi registrada em Cartório no dia 03 de março de 1963, sendo esta última fixada como a data de comemoração do aniversário da cidade. Atualmente, têm-se os distritos da sede e de Vista Alegre.

A respeito desse acontecimento, recentemente, alunos <sup>24</sup> da E. E. Amâncio Juvêncio da Fonseca, em entrevista a Dona Vitalina Maria Gonçalves (73 anos), moradora do antigo povoado, pediram que a mesma identificasse um fato relevante na história de Claro dos Poções. Conforme a entrevistada: “um evento importante que lembro bem foi quando o povo de Claro dos Poções tornou-se município. Esse acontecimento foi o início do registro da nossa terra.” (Fonte: [www. clarodospoco.es.com/](http://www.clarodospoco.es.com/), História de Claro dos Poções, acesso em 18/03/2011).

O comércio, na época, era realizado em lombos de cavalos, seguindo o trecho Pirapora-Diamantina. João Duarte levava carne, sabão e material de consumo. Em troca, recebia pedras preciosas, sal etc. O primeiro comércio localizava-se na Rua Mandacaru.

Dona Vitalina Maria Gonçalves (73 anos) registrou algumas mudanças no município, desde a sua formação até a atualidade, quanto ao modo de vida: “Era simples, a maioria das pessoas moravam na roça. Lá plantavam, faziam suas festas, criavam os filhos. Vinham ao povoado somente para fazer a feira”. Quanto às mudanças gerais na cidade: “Mudou bastante, agora tem muitas coisas que antes não tinha. A igreja mudou, a praça, as casas, os comércios, as pessoas mudaram (...)” (Fonte: [www. clarodospoco.es.com/](http://www.clarodospoco.es.com/), História de Claro dos Poções, acesso em 18/03/2011).

## **Coração de Jesus**

Inicialmente denominada povoação de Santíssimo Coração de Jesus, foi elevada à condição de Vila Inconfidência, por meio da Lei Estadual nº 556, de 30 de agosto de 1911, em território desmembrado do Município de Montes Claros/MG. (IBGE, 2011). Durante o século XVIII, as incursões dos sertanistas paulistas que fugiam das margens pantanosas do rio São Francisco fundaram o povoado que deu origem ao município de Coração de Jesus. (ALMG, 2011; Secretaria de Cultura de Coração de Jesus, 190 bandeirante Paes Leme foi o primeiro a atingir a região que formou o município, ou

---

<sup>24</sup> Nayara Souto, Adriane Azevedo, Paula Carolina, Marcos Vinícius, Karen Jayne, Sammyla Ludmila.

seja, a povoação do antigo Arraial de Sagrado Coração de Jesus, poucos anos antes de 1777. Nessa época, apareceu no local Antônio José da Costa, obtendo a primeira sesmaria. Mais tarde, fizeram-lhe companhia os concunhados Magalhães e Francisco Leal. (IBGE, 2011).

Em 1774, Francisco Ferreira Leal doa ao patrimônio do Arraial Sagrado Coração de Jesus as terras que constituem, hoje, quase todo o território da cidade. Em 1792, foi construída a ermida do Sagrado Coração de Jesus. O arraial é elevado a distrito em 1832; sete anos mais tarde, passa a se chamar Coração de Bom Jesus. A partir de 1832, a indústria extrativa da borracha atraiu numerosos trabalhadores para o distrito. A exuberância dos campos de pastagens, apropriados à criação de gado e cavalos, bem como a migração, transformaram o atual município em um dos mais progressistas do estado. (IBGE, 2011). Em virtude da Lei Estadual nº 103, de 20/09/1928, passou a ser denominado Coração de Jesus. Atualmente, o município de Coração de Jesus possui área equivalente a 2.225km².

A figura 15 retrata o processo de formação do município de Coração de Jesus/MG.

Figura 15: Formação de Coração de Jesus/MG

#### Formação de Coração de Jesus/MG

1774 – Com terras doadas por Francisco Ferreira Leal forma-se o Arraial Sagrado Coração de Jesus, tendo origem nas incursões de bandeirantes paulistas. Paes Leme foi o primeiro a chegar à região.

1792 – Foi construída a Capela do Sagrado Coração de Jesus.

1832 – O Arraial é elevado à condição de Distrito de Montes Claros e passa a se chamar, sete anos mais tarde, de Coração de Bom Jesus.

1911 – O Distrito emancipa-se de Montes Claros com o nome “Inconfidência”, sendo que em 1928 passa a denominar-se Coração de Jesus.

Fonte: IBGE, 2011.

Org.: FRANÇA, I.S. de. 2011.

## **Francisco Sá**

Criado inicialmente como distrito, com a denominação de São Gonçalo do Brejo das Almas, pela Lei Provincial nº 1398, de 27/11/1867, e por Lei Estadual nº 2, de 14/09/1891, era subordinado ao município de Montes Claros. Em 1923, foi elevado à categoria de município, com a denominação de Brejo das Almas, pela Lei Estadual nº 843, de 07/09/1923, sendo desmembrado de Montes Claros/MG e Grão Mogol/MG. Em 1938, pelo Decreto-Lei Estadual nº 148, o município de Brejo das Almas passou a ser denominado de Francisco Sá.

A figura 16 sintetiza o processo de formação do município de Francisco Sá/MG.

Figura 16: Formação de Francisco Sá/MG



Fonte: IBGE, 2011.

Org.: FRANÇA, I.S. de. 2011.

Por volta de 1704, chegaram os primeiros povoadores, que deram início à fundação da povoação de Cruz das Almas das Caatingas do Rio Verde. Eles eram componentes da Bandeira de Fernão Dias Paes Lemes, que procuravam o Rio Verde Grande no intuito de estabelecer lavouras. (FERREIRA, 1991, p.4).

A região do antigo Brejo das Almas foi toda percorrida pelo sertanista Antônio Figueira, integrante da expedição de Fernão Dias, que andou pelo sertão dos rios Pardo e Verde à procura de esmeraldas. Silveira (1962) aponta que uma das expedições chegou no dia de Finados, daí os homens ergueram uma grande cruz, batizando o lugar de Cruz das Almas.

Quanto ao primeiro nome do povoado:

Brejo das Almas é uma pequena vila e tem este nome porque foi fundada no dia 2 de novembro, que é consagrado aos mortos. O lugar é muito brejado e há uma lagoa perto da vila. Não sei se o nome foi dado por Antônio Gonçalves Figueira, seu fundador, ou por outro. O certo é que é interessante e sugestivo. (SILVEIRA, 1962, p.16).

Aos poucos, a região foi sendo povoada e, em 1768, a primeira capela foi construída, em homenagem a São Gonçalo. Em 1826, é criado o curato de Brejo das Almas das Caatingas de Rio Verde, sendo o primeiro cura o padre Jerônimo Rodrigues. Sete anos mais tarde, tornou-se distrito de paz do município de Minas Novas. Depois, freguesia, sob a jurisdição de Grão Mogol, com o nome de São Gonçalo do Brejo das Almas. Em 1923, eleva-se a município, Brejo das Almas. A partir de 1938, o município passou a ser conhecido por Francisco Sá, em homenagem ao ilustre mineiro que, como ministro da Viação, em 1910, bateu a primeira estaca na construção do ramal de Montes Claros da estrada de ferro Central do Brasil. ([www.almg.gov.br](http://www.almg.gov.br); [www.franciscosa.mg.gov.br](http://www.franciscosa.mg.gov.br) ).

Outra versão<sup>25</sup> sobre a origem do atual município de Francisco Sá aponta que, no ano de 1704, quando o capitão Antônio Gonçalves Figueira, proprietário das fazendas Jaíba,

---

<sup>25</sup> Tomando como base a narrativa etnográfica dos moradores negros da Comunidade de Poções, povoado do município de Francisco Sá, Gonçalves (2007, p.12) apresenta outra abordagem para o processo de ocupação do município de Francisco Sá, conforme os estudos do autor: a historicidade dessa comunidade rural negra coloca em cena outra narrativa sobre o processo de ocupação do município de Francisco Sá, ainda não enunciada. A historiografia local colocou o seu olhar nas inúmeras fazendas de gado espalhadas no sertão caatingueiro e geraizeiro da região e nas famílias proprietárias de escravos, como o caso da família Sá.

Olhos D'Água e Colônia Montes Claros, desejando ligar esta última ao Gorotuba e, dali, aos currais da Bahia, organizou uma pequena expedição, com um número provável de 20 trabalhadores, inclusive índios. Daí partiu de sua colônia em direção ao Nordeste.

Também Silveira (1962, p.9) comunga dessa história.

Supõem alguns conhecedores de fatos antigos ter o atual Francisco Sá sido habitado de início por gentes vindas da região do Carinhanha, por ocasião do devastamento do território mineiro – 1896-1710. Fundou-o realmente o sertanista intrépido Antônio Gonçalves Figueira, sem dúvida também o fundador de Montes Claros que, na antiguidade, se chamara Formigas.

Na tarde do dia 2 de novembro do mesmo ano (1704), depois de alguns dias de viagem, Antônio Gonçalves Figueira chegou a um lugar próximo da serra Catuni ou Decamão, na cabeceira de uma pequena lagoa que deságua em um ribeirão com nascentes naquela serra, que passou a ser denominada Lagoa das Pedras. Já era tarde e o capitão decidiu acampar ali mesmo com seus comandados, dando ao local a denominação de Cruz das Almas das Caatingas do Rio Verde, em razão do Dia de Finados. Ali mandou erigir um cruzeiro; lançando, assim, os fundamentos do futuro município, profetizou que o lugarejo tornar-se-ia um comércio próspero, não só pela sua posição geográfica, como também pelas riquezas naturais de suas terras. Algum tempo depois, os habitantes edificaram uma capela, para a qual escolheram São Gonçalo para patrono ([www.almg.gov.br](http://www.almg.gov.br); [www.franciscosa.mg.gov.br](http://www.franciscosa.mg.gov.br) ).

O Decreto-Lei Estadual nº 148, de 17/12/1938, autorizou a alteração toponímica municipal de São Gonçalo do Brejo das Almas para Francisco Sá.

Um decreto do Governador Valadares acabou com a categoria de Vila, dada os novéis municípios. Distrito que se emancipasse já aparecia com a graduação superior – cidade. Foi assim que a nossa vila, pequena e pobre, sem características de urbe, passou a tal jerarquia, e de nome mudado. Tornou-se Francisco Sá. Muita gente da terra não gostou. Alguns que se envergonharam do nome esquesito, principalmente quando resumido nas expressões: moro no Brejo, vim do Brejo, aprovaram. (SILVEIRA, 1962, p.46).

Francisco Sá deve o seu nome atual ao Dr. Francisco Sá, filho do município e engenheiro, que foi, durante muitos anos, Ministro da Viação e Obras Públicas ([www.almg.gov.br](http://www.almg.gov.br); [www.franciscosa.mg.gov.br](http://www.franciscosa.mg.gov.br) ).

## **Glaucilândia**

O distrito foi criado com a denominação de Glaucilândia pela Lei Estadual nº 2764, de 30/12/1962, subordinado ao município de Juramento. Em divisão territorial datada de 31/12/1963, o município é constituído do distrito sede. Assim permanecendo em divisão territorial, datada de 1/06/1995. (IBGE, 2010).

Em meados de julho de 1673, uma Bandeira de homens procedentes do estado de São Paulo direcionou-se para as terras do estado de Minas Gerais, principalmente em Itacambira, em busca de pedras preciosas. Em decorrência dessa passagem, alguns homens ficaram na região na qual se originou Glaucilândia.

Glaucilândia formou-se com a denominação de Juramento Novo, com suas raízes na antiga fazenda Lagoa do Boi, cujo proprietário, Sr. Canuto de Quadros, dono de uma serralheria nessa localidade, vendia madeiras extraídas das matas ali existentes. As madeiras eram transportadas nos lombos dos burros, transporte da época, e serviam de dormentes utilizados na linha férrea. (SANTOS, 1998, p.31).

Em 1837, os primeiros vagões do trem de ferro, conhecido como Maria Fumaça, transportavam produtos como mamona, milho, feijão, algodão e animais, através da ferrovia<sup>26</sup> que por ali passava com destino a Belo Horizonte, Montes Claros e Monte Azul.

A foto 1 retrata o Ramal da Ferrovia Centro Atlântica em Glaucilândia.

Foto 1 – Glaucilândia/MG: Ramal da Ferrovia Centro Atlântica

---

<sup>26</sup> Ferrovia Centro Atlântica, atualmente. Esse ramal passa pelo município, mas, atualmente, faz somente transporte de carga, quando, antes, transportava passageiros em duas viagens semanais. (SEBRAE, 2001).



Autor: FRANÇA, I. S. de.; jan. 2011.

Algumas transformações urbanas marcaram o local, como consequência da instalação da Estrada de Ferro, conforme aponta Santos (1998, p.31):

[...] o progresso de Glaucilândia foi lentamente florescendo com a vinda de uma igreja, uma casa de comércio e a escola, comandada pela professora Lourdinha. O abastecimento de água da cidade era suprido pelos moradores através do transporte de água, por latas, na cabeça ou através de um jumento. Na fazenda São Camilo em uma área específica eram enterrados os mortos – de forma rústica.

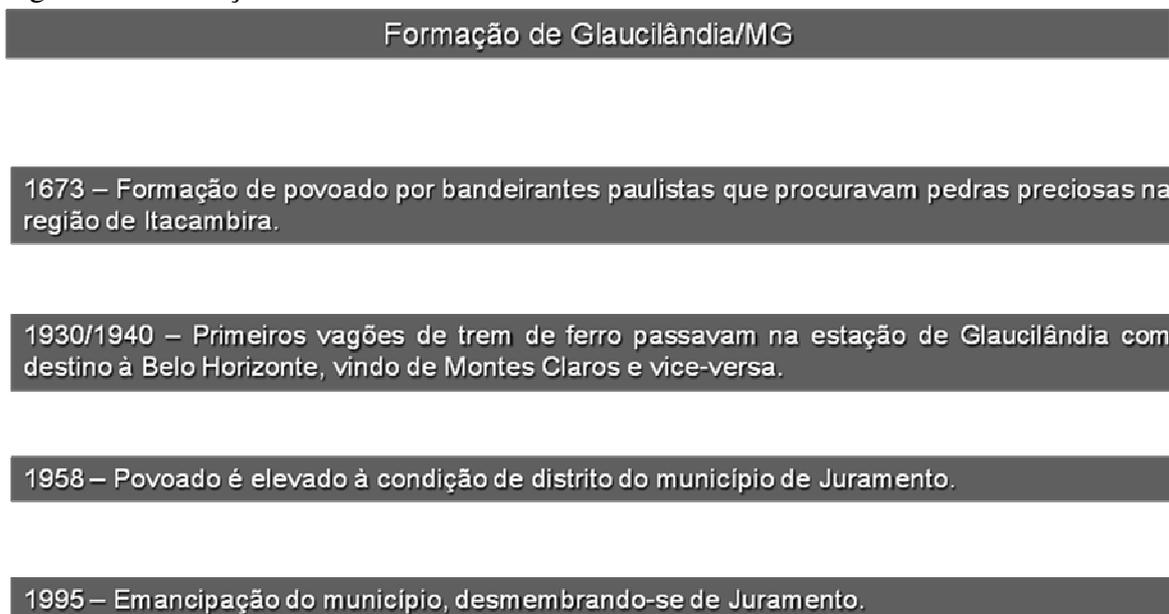
O significado do nome da cidade relaciona-se à passagem dos bandeirantes que, ao trilharem as estradas, “[...] foram laçados várias vezes por uns fortes cipós que têm o nome de amarra vaqueiro e chamaram de Glauci esta estrada que significa Flor e Lândia por ser uma terra plana que tinha jeito de ser povoado com casas aglomeradas [...]” (Prefeitura Municipal de Glaucilândia, 2005-2008).

Em 1958, aos 22 dias do mês de abril, sob a Lei n.º 60/58, Glaucilândia tornou-se distrito de Juramento. Após esse acontecimento, Glaucilândia iniciava algumas transformações urbanas: “Depois veio a luz elétrica, água canalizada, casas com piso, posto telefônico, posto de saúde, escolas estaduais, posto policial, posto tubular, posto de correio, asfalto.” (PREFEITURA MUNICIPAL DE GLAUCILÂNDIA, 2005-2008).

Em 21 de dezembro de 1995, o município de Glaucilândia emancipou-se político-administrativamente de Juramento pela Lei Estadual nº 12030<sup>27</sup>.

A figura 17 sintetiza o processo de formação do município de Glaucilândia/MG.

Figura 17: Formação de Glaucilândia/MG



Fonte: IBGE, 2011.

Org.: FRANÇA, I.S. de. 2011.

Em decorrência do desmembramento de Juramento ter ocorrido apenas em 1995, a sua história, enquanto, município é recente. Por um lado, verificou-se que o movimento emancipatório surgiu da constatação de que, uma vez emancipada, a localidade passaria a receber a parcela correspondente do Fundo de Participação dos Municípios (0,6), mas, se permanecesse como distrito de Juramento, apenas oneraria os cofres municipais. (SEBRAE, 2001).

<sup>27</sup> Sede no atual distrito de Glaucilândia. Constituído do distrito sede. Instalado em 01/01/1997. Em divisão territorial datada de 15/07/1997, o município é constituído do distrito sede. Assim permanecendo em divisão territorial datada de 2005. Informações obtidas no Departamento de Educação, Órgão Municipal de Educação – OME, da Prefeitura Municipal de Glaucilândia, 2011.

## **Juramento**

Para se entender a formação histórica e política de Juramento, há que se resgatar o trajeto dos bandeirantes que iniciaram a sua formação como um povoado do município de Diamantina, em Minas Gerais. Depois, essa localidade passou a pertencer ao município de Montes Claros; mais tarde, tornou-se distrito deste e, por fim, distrito sede do município de Juramento.

Os dados sobre a origem da cidade de Juramento, até então disponíveis, apontam para o surgimento de um povoado que se formara às margens de um ribeirão, afluente do Rio Verde Grande, em função de uma parada da Bandeira de Fernão Dias Paes Leme, em 1º de julho de 1673. (FIGUEIREDO, 2010, p.27, Fonte: IBGE, 1984, p.2).

A caminho da serra de Itacambira, à procura de esmeraldas, a Bandeira de Fernão Dias Paes Leme, integrada por seus filhos Garcia Rodrigues e José Dias e seu Genro Borba Gato, parou às margens de um pequeno córrego, afluente do Rio Verde Grande, em 1º. de Julho de 1673, aí permanecendo por dois anos. (SANTOS, 1989, p.12).

Diz a tradição que o nome do município teve origem no "juramento de fidelidade" feito pelos integrantes da Bandeira de Fernão Dias às margens do riacho que banha a cidade. O juramento aconteceu após a insurreição de José Dias, filho de Fernão Dias. O insurreto foi julgado e condenado à forca pelo próprio pai. ([www.almg.gov.br](http://www.almg.gov.br)).

Figueiredo (2010, p.27) aponta detalhes desse acontecimento:

O nome de Juramento, adotado tanto para o ribeirão como para o povoado, teria origem num pacto de fidelidade que o comandante da bandeira exigira de seus comandantes, durante uma reunião, como medida preventiva à possibilidade de uma rebelião, dada a crescente insatisfação dos Bandeirantes insuflados pelo seu próprio filho, José Dias, o qual Fernão Dias condenara à morte por enforcamento. Nesse juramento de fidelidade ficara definido que quem traísse o acordo seria morto por enforcamento. O primeiro nome do povoado, entretanto, teria sido Sumidouro.

O local teria sido escolhido para a parada da Bandeira de Fernão Dias em virtude da fertilidade das suas terras. A Bandeira permaneceu ali por dois anos e, logo após a

retirada dos bandeirantes, o povoado teria ficado abandonado por mais de um século, quando voltou a ser feito pelos sertanistas baianos.

Em 1899, uma família de sertanistas baianos, liderada pelo Coronel Manoel Batista de Souza, verificou o valor das terras utilizáveis para cultura e pastagem, introduzindo o cultivo de milho, feijão, mandioca e cana-de-açúcar. (FIGUEIREDO, 2010, p.27; IBGE, 1984, p.2).

Juramento tornou-se distrito de Montes Claros na Divisão Administrativa de 1911<sup>28</sup>. Viana (1964, p.424) expõe que a criação do distrito de Juramento, município de Montes Claros, deu-se pela Lei Estadual nº. 556, de 30/08/1911. O mesmo autor afirma que o município de Juramento foi instalado em 04/04/1954. Contudo, na ata de instalação do município de Juramento, arquivada na Câmara Municipal de Juramento e lavrada pelo Secretário *ad hoc* João Licurgo Maia – que foi entrevistado, durante a pesquisa para este texto, em 24/06/2010 –, consta que tal instalação ocorrera em 01/01/1954. (FIGUEIREDO, 2010, p.33).

Em 12 de dezembro de 1953, emancipa-se como município, através da Lei nº. 1039. Em 1995, dele, desmembrou-se o município de Glaucilândia. (FIGUEIREDO, 2010; SEBRAE, 2001).

A figura 18 sintetiza o processo de formação do município de Juramento/MG.

---

<sup>28</sup> Viana (1964, p.424) expõe que a criação do distrito de Juramento, município de Montes Claros, deu-se pela Lei Estadual nº. 556, de 30/08/1911. O mesmo autor afirma que o município de Juramento foi instalado em 04/04/1954. Contudo, na ata de instalação do município de Juramento, arquivada na Câmara Municipal de Juramento e lavrada pelo Secretário *ad hoc* João Licurgo Maia – que foi entrevistado, durante a pesquisa para este texto, em 24/06/2010 –, consta que tal instalação ocorrera em 01-01-1954. (FIGUEIREDO, 2010, p.33).

Figura18: Formação de Juramento/MG

### Formação de Juramento/MG

1673 – Formação de povoado as margens de um ribeirão, afluente do Rio Verde Grande, em virtude de uma parada da Bandeira de Fernão Dias Paes Leme.

1899 – Localidade é produtora de milho, feijão, mandioca e cana-de-açúcar, em fazenda do Coronel Manoel Batista de Souza.

1911 – Povoado é elevado à condição de distrito do município de Montes Claros.

1953 – Emancipação do município, desmembrando-se de Montes Claros, por meio da Lei 1.039.

Fonte: IBGE, 2011.

Org.: FRANÇA, I.S. de. 2011.

A área urbana do município formou-se a partir de um povoado, cujas terras (cerca de dois alqueires, pertencentes a grandes proprietários locais) haviam sido ocupadas por moradores da região. A denominação do local no qual estão situadas essas terras é Fazenda Juramento. Os proprietários dessas terras doaram-nas para a “Igreja do Senhor Bom Jesus e Nossa Senhora da Conceição”, em 1927. (FIGUEIREDO, 2010, p.34).

A figura 19 retrata a Matriz do Senhor Bom Jesus na sua forma original, há mais de meio século, e após reforma, em 2010.

Figura 19: Juramento/MG: Matriz do Senhor Bom Jesus na sua forma original, há mais de meio século, e após reforma, em 2010

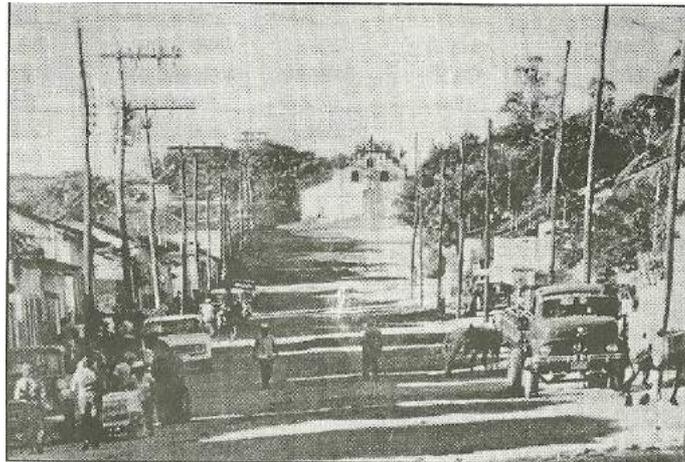


Fotos da Matriz do Senhor Bom Jesus: a primeira, na sua forma original, há mais de meio século, e a segunda após reforma em 2010.<sup>7</sup>

Fonte: FIGUEIREDO, 2010, p.23.

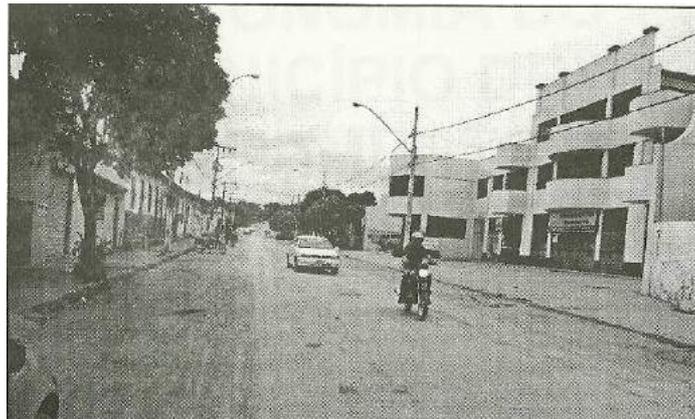
As figuras 20 e 21 retratam um trecho da Avenida João F. Pimenta, em 1970 e 2010, respectivamente.

Figura 20: Juramento/MG: trecho da Avenida João F. Pimenta<sup>29</sup> (1970)



Fonte: FIGUEIREDO, 2010, p.87.

Figura 21 – Juramento/MG: trecho da Avenida João F. Pimenta (2010)



Fonte: FIGUEIREDO, 2010, p.87.

---

<sup>29</sup> João F. Pimenta era um político experiente quando da emancipação de Juramento. Foi vereador de Montes Claros; na reunião de instalação do município de Juramento, em 01/01/1954, estivera presente como vice-presidente da Câmara Municipal de Montes Claros. Foi também vice-prefeito de Montes Claros, no período de 1955 a 1956. Engenheiro Agrônomo, era tido como uma liderança respeitada, especialmente por ter se especializado como conselheiro, mediador dos conflitos familiares (Fonte: FIGUEIREDO, 2010, p.53).

## **Mirabela**

Mirabela emancipou-se, sendo elevada à categoria de município, pela Lei Estadual nº 2.764, de 30/12/1962, desmembrando-se de Montes Claros/MG.

Sua origem está associada aos tropeiros que, por volta do ano de 1882, indo em direção a Montes Claros ou Januária, utilizavam ranchos localizados à margem esquerda do Córrego Brejinho, onde descansavam. Essas terras pertenciam a quatro ricos fazendeiros: João Antônio Alves de Almeida, José Antônio Mendes, Plácido da Silva Maia e Pedro Ferreira de Aquino que, para homenagearem São Sebastião, o Santo de sua devoção, mandaram construir, no local, uma pequena capela, doando-lhe a área destinada ao patrimônio, e em torno da qual se iniciou a formação do povoado. (IBGE, 2011).

O nome inicial da localidade era Buriti. Posteriormente, seus habitantes mudaram para Bela Vista, devido à sua localização, sendo alterado para Mirabela em 1943. (IBGE, 2011).

Quanto ao nome Buriti, que, inicialmente, denominou essa terra, conforme pesquisas de Mendes (1999, p.31)<sup>30</sup>, não há dados históricos, decretos ou leis que tratem do assunto. A escritura pública, instrumento de doação da terra ao Mártir São Sebastião, faz referência ao nome da planta, por mais de uma vez, como ponto de demarcações territoriais e divisórias da terra. Mas o autor acredita que “[...] o nome de Buriti ganhou popularidade nos costumes do povo e chegou a ser o nome popularmente conhecido para o povoado de Bela Vista, devido à presença em abundância desta palmeira que é nativa na região.” (MENDES, 1999, p.31).

Sobre a formação do Povoado de Bela Vista, ainda de acordo com Mendes, destaca-se:

---

<sup>30</sup> Para detalhamento da história do município de Mirabela, modos de vida e costume do povo, características do lugar, aspectos econômicos e estruturais e representantes (homens e mulheres) que lutaram para o seu desenvolvimento, consultar: Mirabela em Busca das Raízes (Gregório Elvécio Mendes, 1999).

Fazenda Baixa Grande, 1899. A estrada real, um rancho de palha para a pousada de tropeiros e algumas casas surgindo ao redor, assim nascia o povoado de Bela Vista. Antes, um ponto de referência e pousada dos transeuntes que vararam o velho sertão nas suas longas viagens, presume-se que o ano de 1882 seria a data mais provável do surgimento das primeiras casas à margem esquerda do córrego da baixa, que nasce na fazenda Baixa Grande, distrito de Brasília de Minas. (MENDES, p.23).

Com a criação do povoado, o local se desenvolveu; as principais práticas econômicas da época eram a agricultura e a pecuária. Mas outras surgiram em função das atividades rurais: “o comércio começava a se desenvolver e os nossos produtos eram transportados para outras regiões através dos carros de bois e as tropas.” (MENDES, 1999, p.23).

Outras transformações urbanas marcaram esse contexto histórico em Mirabela, conforme retrata Mendes (1999, p.26):

Aos poucos ia o nosso povoado ganhando forma em torno da pracinha começavam a surgir casas de adobe com piso de chão batido e cobertas de telhas comuns, palhas de buriti ou catolé. No centro da praça, era construída uma pequena capela onde se celebrava os cultos religiosos e as festas tradicionais.

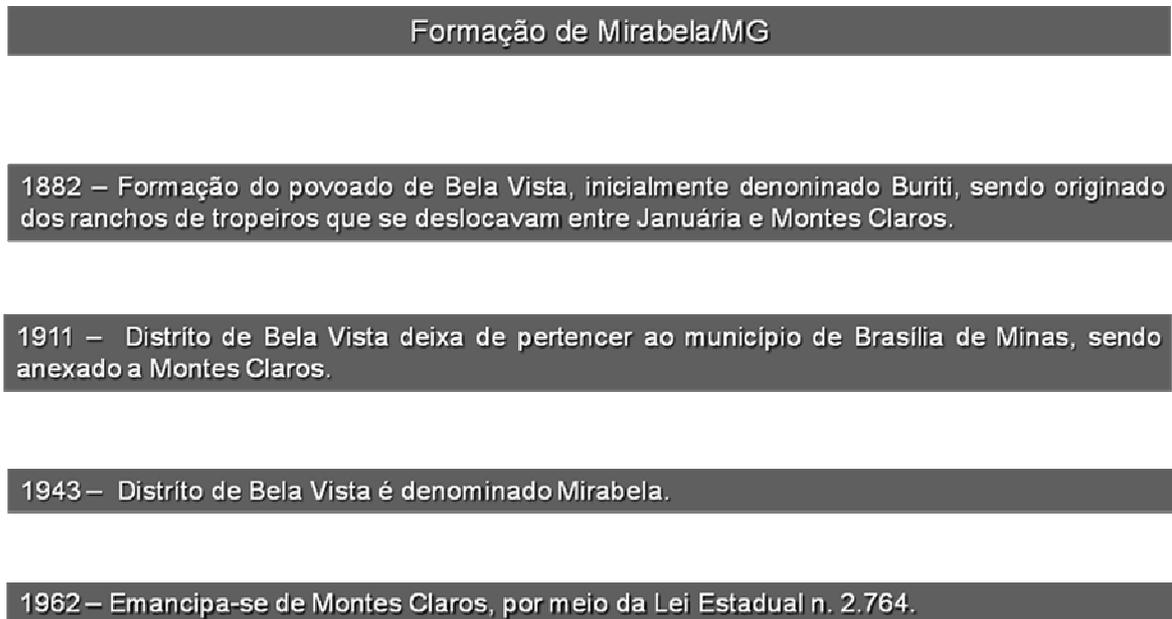
Mirabela, nesse contexto, já estabelecia trocas com centros urbanos regionais e nacionais, tal como aborda Mendes (1999, p.32):

Nosso transporte era feito em lombo de burros, pelas tropas ou pelos carros de bois que cortavam os estradões do sertão, levando e trazendo tudo que o homem necessitava, ou transportando o que aqui produzia para outras regiões. Por outro lado, a criação de gado gerava grande riqueza, onde os fazendeiros transportavam boiadas para outros centros, gerando divisas para a nossa terra. [...] Daqui as tropas levavam para outras regiões: toucinho, rapadura, algodão crioulo, mamoma, derivados do leite, farinha, etc.

Pela Lei Estadual nº 556, de 30/08/1911, o distrito de Bela Vista (ex-Bonfim de Montes Claros) deixa de pertencer ao município de Brasília, para ser anexado ao município de Montes Claros. Pelo Decreto-Lei Estadual nº 1058, de 31/12/1943, o distrito de Bela Vista passou a se chamar Mirabela. O distrito foi elevado à categoria de município, com a denominação de Mirabela, pela Lei Estadual nº 2.764, de 30/12/1962, desmembrado de Montes Claros.

A figura 22 sintetiza o processo de formação do município de Mirabela/MG.

Figura 22: Formação de Mirabela



Fonte: IBGE, 2011.

Org.: FRANÇA, I.S. de. 2011.

No início do século XX, por volta de 1920, o maior avanço observado na região Norte de Minas decorreu da chegada da linha de ferro em Montes Claros, que veio encurtar as distâncias e aproximar o progresso. Este, dentre outros fatos, demonstra a relação de Mirabela com Montes Claros.

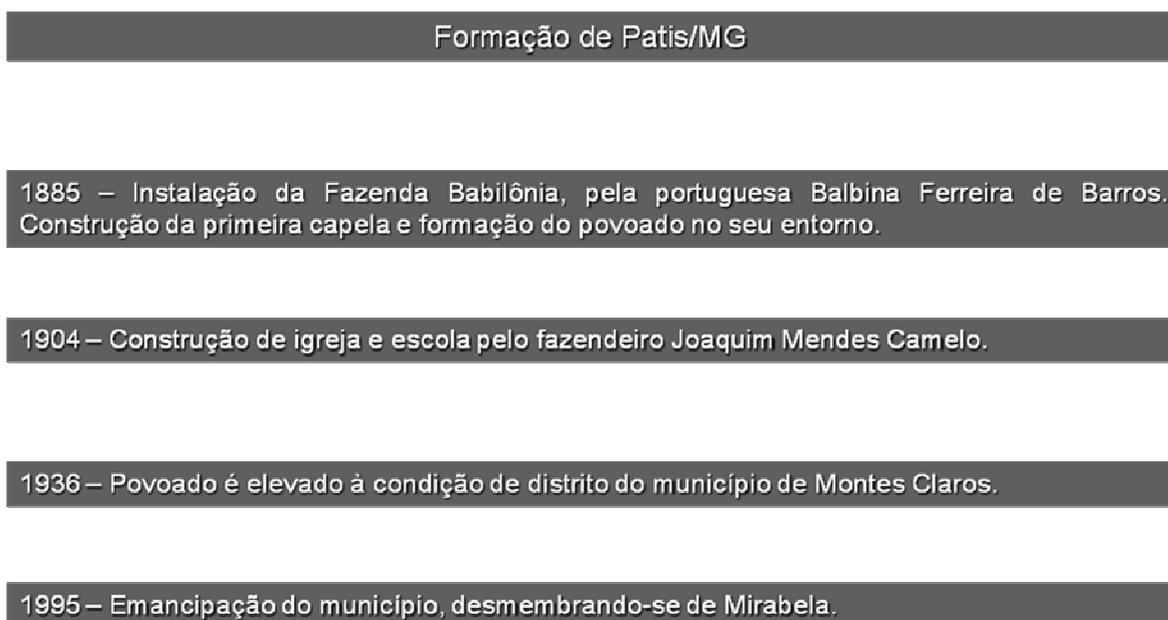
## **Patis**

Conforme registros do IBGE (2011), o povoado originou-se de um grande coqueiral localizado nos brejos da Fazenda Babilônia, nas proximidades da sede municipal. Em sua formação inicial, o arraial recebeu a denominação de Patis, em função da abundância de coqueiros nas suas proximidades.

O nome Patis deriva da palavra indígena *Pati*. Sabe-se que a região foi habitada por índios Tapuias, que viviam às margens dos rios e das lapas.

A figura 23 sintetiza o processo de formação do município de Patis/MG.

Figura 23: Formação de Patis/MG



Fonte: IBGE, 2011.

Org.: FRANÇA, I.S. de. 2011.

Em 1885, a portuguesa D<sup>a</sup> Balbina Ferreira de Barros chegou à Fazenda Babilônia acompanhada por seu filho Malaquias. Dona Balbina trouxe consigo uma imagem de Sant'Ana, de madeira. Após a sua chegada no arraial, comprou uma fazenda e construiu uma capela. Em seguida, doou a fazenda para a igreja, em torno da qual já havia um povoado.

Em 1904, o fazendeiro Joaquim Mendes Camelo chegou ao local e construiu uma igreja, a qual recebeu o nome de Sant'Ana, que é, desde então, padroeira do Município; construiu também uma escola, que recebeu o seu nome.

Mas, no início do século XIX, o local era bastante desprovido de infraestrutura, tal como apontam os registros do IBGE:

Até então a vida das pessoas era muito difícil, faltavam alimentos, não tinha escola pública, os pais com poder aquisitivo pagavam professores homens para ensinar seus filhos, o analfabetismo era quase total de 100 homens, para ensinar 100 pessoas apenas 04 sabiam ler e escrever. A segurança era feita por Bate Baus tronco (jagunços), mais tarde surgiu a polícia militar. (IBGE, 2010).

Algumas famílias<sup>31</sup> que chegaram após essa data reuniram-se com moradores antigos e construíram um conselho distrital. Essas famílias construíram comércio, loja, mercearias, açougues<sup>32</sup>. Em 1936, o povoado desenvolveu-se, sendo elevado à categoria de distrito de Montes Claros. O distrito integrou-se ao Município de Mirabela em 30/12/1962, pela Lei 2.764, quando foi desmembrado do município de Montes Claros. Em 21/12/1995, Patis foi emancipado pela Lei 12.030, passando de distrito para município, desmembrando-se de Mirabela.

---

<sup>31</sup>Família de Francisco Andrade, Sebastião Rocha, Mamédio Fiúza da Costa, Alvino Pereira de Souza, José de Freitas Alkimim, Luiz Pereira de Souza, Amâncio Oliva, Anofre e outros.

<sup>32</sup> Outros fatos marcaram as décadas de 1940, 1950 e 1960; destacam-se: em 15 de agosto de 1944, o Sr. Waldomiro Pereira de Souza tomou posse do Cartório pelas mãos do Exmo. Sr. Governador do Estado Benedito Valadares, através de concurso público para cargo vitalício. A primeira normalista, D<sup>a</sup> Elisa Guimarães Andrade, grande Mestra Chininha, sua filha Nazita Marcolina Andrade, Mirtes Machado, D<sup>a</sup> Maria da Conceição Fagundes, D<sup>a</sup> Letícia Andrade Ataíde, D<sup>a</sup> Adélia de Souza Lopes e o Inspetor Escolar, Sr. Alvino Pereira de Souza, que foi também o primeiro Delegado de Patis. A primeira farmácia do município foi do Sr. José Peres; ele mesmo medicava. O primeiro médico, o Dr. Aroldo Tourinho, no ano de 1944, cobrava a consulta a uma taxa mínima, devido às condições financeiras em que se encontrava o povo da região. A mortalidade infantil era muito alta. As principais doenças que atingiam as crianças eram: catapora, sarampo, coqueluche e mal de sete dias. Este último era o que mais causava mortes, porque colocavam torrado de fumo e muitas outras coisas no umbigo para secar; em muitos desses casos, a criança contraía tétano e morria. As correspondências eram trazidas pelo Estafeto, homens que trabalhavam no correio e vinham a cavalo; dependendo da distância, durava até 45 dias de viagem. Em 1950, foi construído um pequeno campo de aviação; o primeiro avião foi um teco-teco, e os aviadores, o Sr. Maroto e o Sr. Homero Santos. Em 1960, foi construída uma Escola Estadual, que recebeu o nome de E.E. Francisco Andrade, em homenagem à sua esposa, que foi a primeira normalista do município. Primeira Diretora: Dona Nilza Aurora Vale Maurício de Souza. Em 1961, foi formada a turma da 4<sup>o</sup> série pela professora Dona Nilza Aurora e o Inspetor Sr. Alvino Pereira de Souza (Fonte: IBGE Cidades, 2010).

## São João da Lagoa

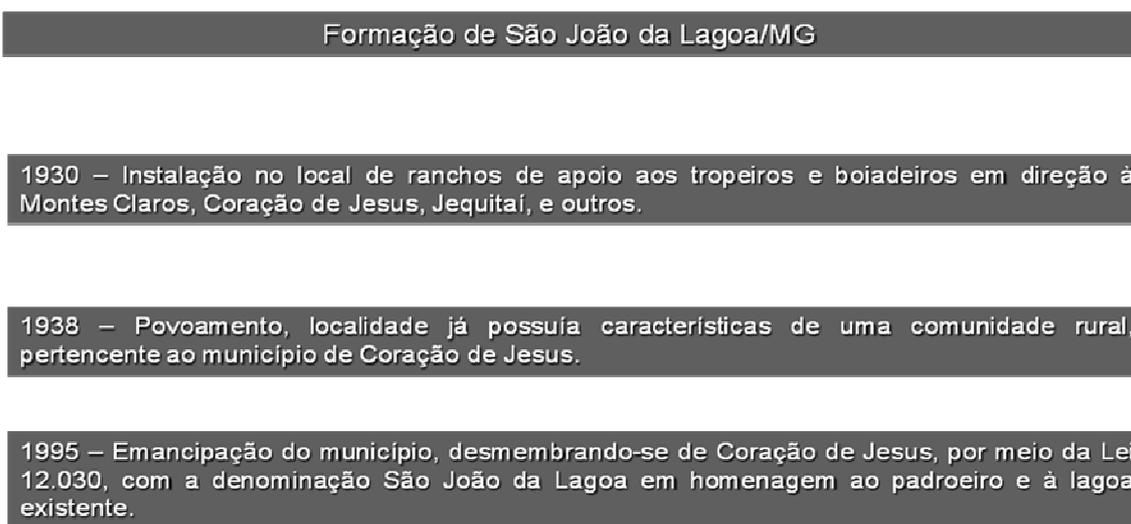
O município de São João da Lagoa foi emancipado recentemente, em 1995; antes, pertencia ao município de Coração de Jesus, do qual se desvinculou. Surgiu por volta de 1930, devido a um rancho erguido ao lado de uma bela lagoa por Antônio Balbino. Esse rancho atendia tropeiros e boiadeiros que por ali passavam com mercadorias, mantimentos e boiadas para Montes Claros, Coração de Jesus, Jequitaí, São João das Veredas (Rebentão), entre outros.

Além de mercadorias, o rancho vendia também cachaça e fumo. Segundo fala popular, os habitantes pitavam (fumo) e bebiam. Em Lagoa dos Patos, cidade vizinha, havia também comércio semelhante; por ser uma comunidade maior, recebeu o apelido de “pitão”, e São João da Lagoa, de “pitinha”. Nessa época, por volta de 1938, já havia, ali, uma comunidade.

Em 1995, através do Decreto de Lei nº 12030, o município foi emancipado, e o local que se chamava “pitinha” passou a ser denominado de São João da Lagoa, em homenagem ao padroeiro do local, São João Batista, e à lagoa que ali existia ([www.saojoaodalagoa.mg.cnm.org.br](http://www.saojoaodalagoa.mg.cnm.org.br)).

A figura 24 sintetiza o processo de formação do município de São João da Lagoa/MG.

Figura 24: Formação de São João da Lagoa/MG



Fonte: IBGE, 2011.  
Org.: FRANÇA, I.S. de. 2011.

## São João da Ponte

O município de São João da Ponte foi criado em 1943, por meio do Decreto-Lei Estadual nº 1058, de dezembro daquele ano, desmembrando-se do município de Brasília de Minas/MG.

A fundação da cidade de São João da Ponte é atribuída a Dona Joana, ou Maria Veridiana Cordeiro, que viveu na região por volta de 1840 e, através do hábito de rezar junto à imagem de São João Batista, numa casinha às margens do córrego Salobo, fundou a povoação. (IBGE, 2011).

A respeito da origem e do primeiro nome atribuído à povoação, resgata-se:

Dona Joana venerava, numa casinha às margens do córrego Salobo, uma imagem de São João Batista, imagem que ainda hoje existe na igreja do referido Santo na localidade. No dia 24 de junho, a casinha era visitada por verdadeiras romarias de fiéis que ali iam em homenagem ao Santo. Posteriormente, entre 1850 e 1865, construíram uma ponte sobre o córrego Salobo e, junto dela, uma capela, tendo como orago São João Batista, originando-se daí a primitiva denominação ou nome do lugar - São João da Ponte Salobo. (IBGE, 2011).

Nessa época, já existiam alguns moradores naquela localidade<sup>33</sup> cuja liderança era exercida por Amâncio Teixeira, negociante vindo de Montes Claros. O povoado que se formou foi denominado de São João da Ponte do Salobo. Em 1884, foi elevado à sede de um novo distrito, recebendo o nome simplificado de São João da Ponte. O distrito de São João da Ponte foi elevado à categoria de sede municipal em 31/12/1943, por Decreto-Lei Estadual 1058, e desmembrado de Brasília de Minas. (IBGE, 2011).

A figura (25) retrata o processo de formação do município de São João da Ponte/MG.

---

<sup>33</sup> Comerciantes provenientes de Montes Claros, juízes de paz do distrito de Santo Antônio de Boa Vista, município de São João da Ponte, moradores provenientes de outras regiões, como da Bahia que, através do Rio São Francisco, chegaram à região do Gorutuba. Em Brejo dos Crioulos (antigo quilombo), por volta de 1890, fixaram-se os negros provenientes de diferentes cidades da Bahia e de Minas Gerais, época em que já havia na região o índio Arapuú. (Fonte: FERREIRA, Jurandyr Pires (Org.). Enciclopédia dos Municípios brasileiros. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, 1959, p.122. Para detalhamento sobre os negros em Brejo dos Crioulos, consultar: COSTA, João Batista de Almeida. Do tempo da fartura dos crioulos ao tempo da penúria dos morenos: a identidade através de um rito em Brejo dos Crioulos (MG), 1999. Dissertação (Mestrado em Antropologia) – Instituto de Ciências Sociais, Universidade de Brasília – UNB.

Figura 25: Formação de São João da Ponte/MG

### Formação de São João da Ponte/MG

1840 – Formação do povoado é atribuída a Dona Joana ou Veridiana Cordeiro, em virtude de romarias à sua casa construída as margens do córrego Salobo.

1884 – O povoado que se formou foi denominado São João da Ponte do Salobo, sendo elevado à sede de Distrito com o nome de São João da Ponte.

1943 – Criado o município de São João da Ponte, por meio do Decreto-Lei Estadual n. 1058, de dezembro daquele ano, sendo desmembrado de Brasília de Minas.

Fonte: IBGE, 2011.

Org.: FRANÇA, I.S. de. 2011.

O processo de ocupação e de povoamento das cidades da aglomeração nos séculos XIX e XX foi marcado por particularidades, principalmente pela instalação de fazendas de criação de gado e/ou lavouras por bandeirantes, por serem pontos de apoio em rotas de tropeiros, boiadeiros ou bandeirantes à procura de pedras preciosas.

As fazendas de criação de gados que, por sua vez, associavam-se às práticas agrícolas, eram características de Patis, Claro dos Poções e Capitão Enéas. São João da Lagoa era ponto de apoio de tropeiros que viajavam em direção a Montes Claros. Mirabela também foi ponto de apoio de tropeiros entre Montes Claros e Januária. Já Glaucilândia e Juramento eram rotas de bandeirantes em direção a Diamantina, em busca de pedras preciosas. Francisco Sá caracterizava-se com fazendas de lavouras. Já São João da Ponte teve seu processo de formação vinculado à formação religiosa, ou seja, o povoado originou-se de uma casa no córrego Salobo, em função de uma imagem de São João Batista que teria sido encontrada ali. Coração de Jesus originou-se de fazenda criada por bandeirantes paulistas. Bocaiúva surgiu de fazendas de pecuárias vinculadas às bandeiras paulistas, assim como Montes Claros.

Além disso, dez dos onze municípios que compõem a aglomeração têm a sua origem territorial em Montes Claros, com exceção de São João da Ponte, que tem origem no desmembramento de Brasília de Minas.

O capítulo seguinte objetiva demonstrar a centralidade de Montes Claros como polo da aglomeração, tendo em vista os fixos instalados e a estrutura de comércios, prestação de serviços e industrial. Para isto, abordam-se aspectos demográficos e econômicos de Montes Claros, a partir da década de 1970.



**CAPÍTULO 3**  
**ESTRUTURA DEMOGRÁFICA E ECONÔMICA DE MONTES**  
**CLAROS**

O presente capítulo objetiva demonstrar a centralidade de Montes Claros como pólo da aglomeração, tendo em vista os fixos instalados e a estrutura de comércios, prestação de serviços e industrial. Para isso, aborda aspectos demográficos e econômicos de Montes Claros, a partir da década de 1970.

### 3.1 – Montes Claros/MG: aspectos demográficos e econômicos

O município de Montes Claros/MG localiza-se no Norte do Estado de Minas Gerais, Mesorregião Norte de Minas, na bacia do Alto Médio São Francisco (Mapa 5), região de clima tropical semi-úmido, com vegetação predominantemente constituída pelo cerrado caducifólio. Localiza-se entre as coordenadas 16°43'41'' de latitude sul; 43°51'54'' de longitude oeste. Abrange uma área territorial de 3.576,76 km<sup>2</sup>, com densidade demográfica de 101,42 hab/km<sup>2</sup>. (IBGE, 2011).

Mapa 6 - Localização do município de Montes Claros/MG

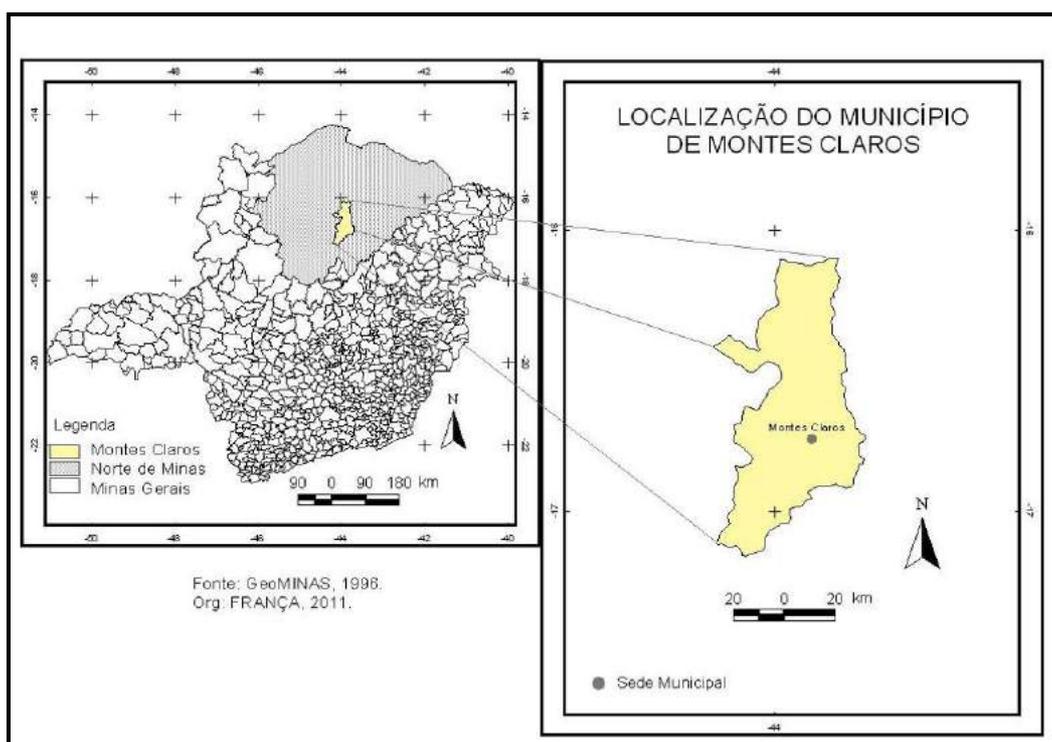


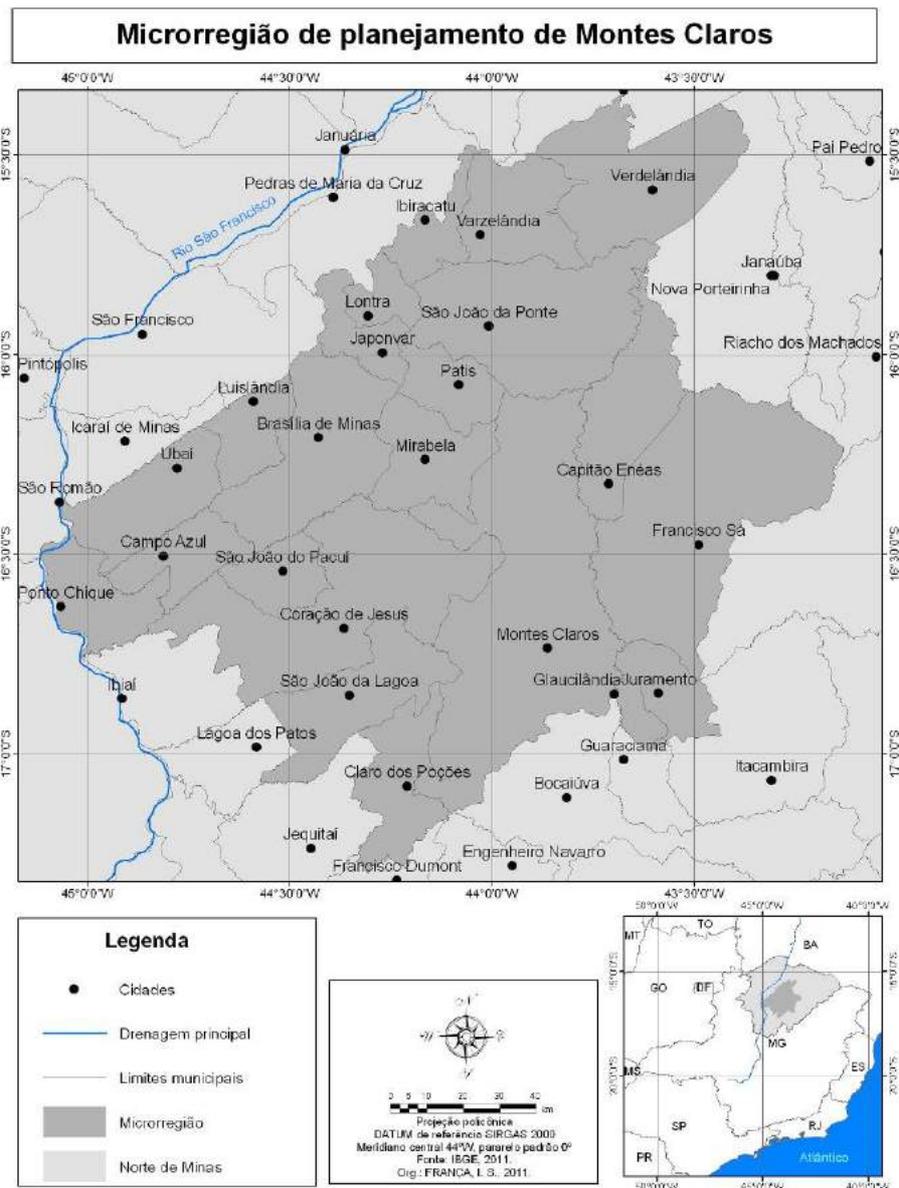
Figura 26: Vista Parcial Montes Claros/MG



Fonte: [www.dkyscrapercity.com](http://www.dkyscrapercity.com), acesso em 14\_09\_2010

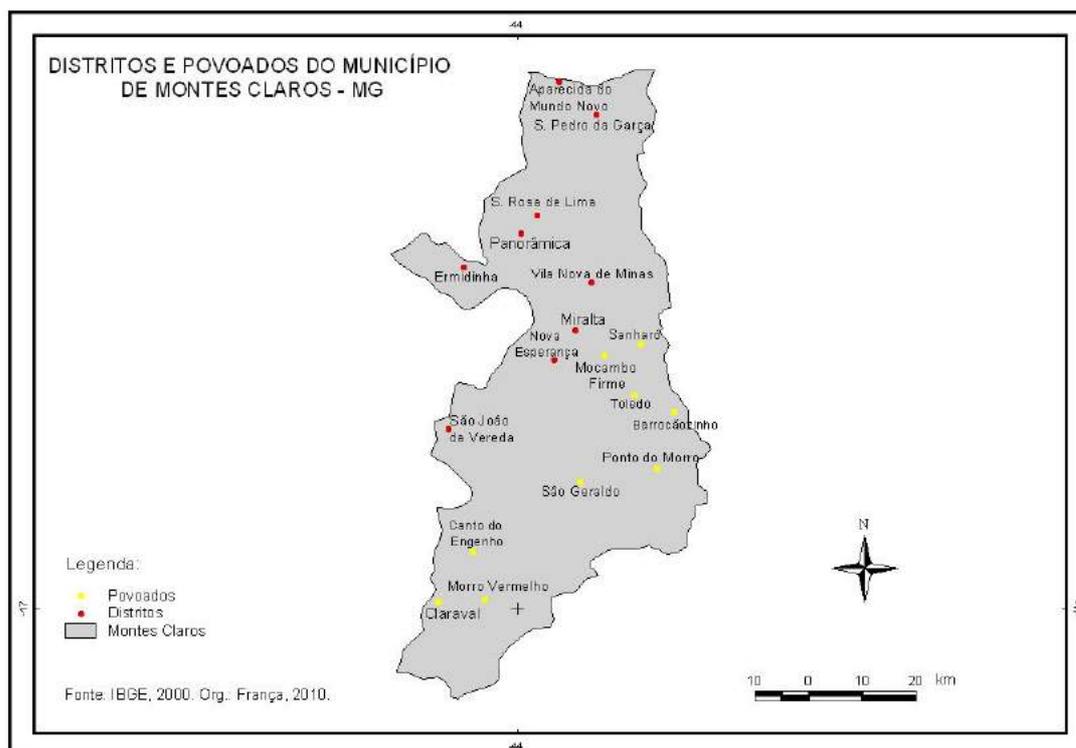
O Norte de Minas Gerais abrange uma área territorial de 128.602 km<sup>2</sup>. É uma região composta por oitenta e nove municípios. Esta região compreende sete microrregiões: Montes Claros/MG (Mapa 7), Bocaiúva, Grão Mogol, Janaúba, Januária, Montes Claros/MG, Pirapora e Salinas. (IBGE, 2011).

Mapa 7– Microrregião de planejamento de Montes Claros/MG



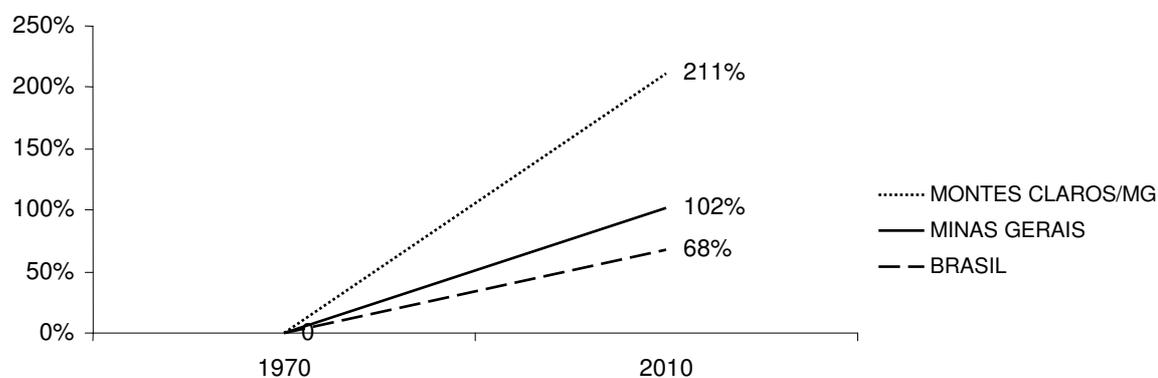
Atualmente, o município de Montes Claros/MG é formado por 10 distritos: Aparecida do Mundo Novo, Canto do Engenho, Ermidinha, Miralta, Nova Esperança, Panorâmica, São João da Vereda, São Pedro das Garças, Santa Rosa de Lima, Vila Nova de Lima. (Secretaria de Planejamento e Coordenação Estratégica, Prefeitura Municipal de Montes Claros/MG, 2010; Assembléia Legislativa de Minas Gerais – ALMG, 2010).

Mapa 8 – Distritos e povoados do município de Montes Claros/MG.



Montes Claros/MG possui uma população total de 361.971 habitantes. (IBGE, 2010). No período de 1970 a 2010, notadamente, o crescimento populacional total do município foi constante. Em 1970, contava-se 116.486 habitantes, número que se eleva para 177.302; 250.062; 306.947 e 361.971 nas décadas de 1980, 1990, 2000 e 2010, respectivamente.

Gráfico 1 – Montes Claros/MG: taxa de crescimento da população total (1970 – 2010).

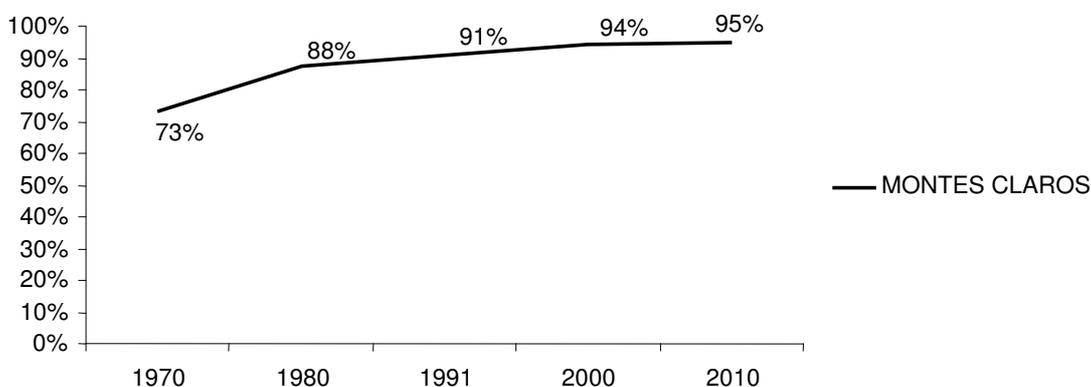


Fonte: IBGE, 2010.  
Org.: FRANÇA, I. S., 2011.

A análise dos dados revelou um período de altos índices de crescimento demográfico, após 1970. A partir dessa década, Montes Claros/MG passou a elevar suas taxas de crescimento em ritmos maiores que as taxas de Minas Gerais e do Brasil. Nesse período, Montes Claros/MG registrou taxa de crescimento demográfico de 211%, o Brasil e Minas Gerais cresceram 68% e 102%, respectivamente.

Montes Claros/MG também apresentou nas últimas décadas um significativo incremento na sua taxa de população urbana que evoluiu de 73% em 1970, para 95% em 2010, uma média maior do que a nacional.

Gráfico 2 – Montes Claros/MG: taxa de urbanização (1970 – 2010).



Fonte: IBGE, 2010.  
Org.: FRANÇA, I. S., 2011.

Até a década de 1960, o aspecto geral da cidade era marcado pelo modo de vida rural. Na referida década, a população rural (85.971 habitantes) era superior a população urbana (46.531 habitantes), sendo que a primeira representava 57,8% da população total do município de Montes Claros/MG, enquanto a segunda era equivalente a 42,2%. Este comportamento demográfico se modificou após a década de 1970, início do processo de urbanização rápido e intenso, contexto em que a população urbana já ultrapassava a população rural.

No censo realizado no ano de 2000, o município apresentou uma população de 306,9 mil habitantes, dos quais 298,1 (94%) residiam na zona urbana, e 17,8 (6%) residiam na zona rural. O censo demográfico do IBGE (2010) divulgou uma população total de

361.971, sendo que desse total, 344.479, ou seja, 95,1% residem na área urbana e 17.492 (4,9%) na área rural.

Em apenas quatro décadas, Montes Claros/MG quadriplinou seu contingente populacional, culminando em importantes transformações no processo de produção do seu espaço urbano. O crescimento populacional de Montes Claros/MG pode ser atribuído a inúmeros fatores, mas sem dúvida, o principal elemento que influenciou na redefinição do espaço urbano de Montes Claros/MG após a década de 1970, bem como seu crescimento econômico foi a intervenção do Estado, através da industrialização viabilizada pelos incentivos da SUDENE – Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste<sup>34</sup>, em 1965.

A incorporação do Norte de Minas Gerais à área de atuação da SUDENE gerou movimentos migratórios direcionados à Montes Claros/MG, provocando, assim, um rápido processo de urbanização em decorrência dessa mobilidade populacional.

Soma-se a esse fator, a implantação da ferrovia na década de 1930 e a expansão da rede viária intra e inter-regional, a partir dos anos 1970 e 1980, que interligou Montes Claros/MG às demais regiões e mercados do país.

De acordo com Oliveira (2000, p. 97)

[...] nos anos 70 foram consolidadas as mudanças. A perda relativa da importância das atividades do setor primário ocorre paralela ao incremento das atividades urbanas. Enquanto para o conjunto da região, o setor primário é o que oferece os maiores índices de ocupação, em Montes Claros/MG, dentro do terciário, é o comércio, embora até o final dos anos 60, tenha sido a agropecuária a maior fonte de empregos. Em 1960, as atividades industriais representam o setor que mais cresceu, sem, no entanto, se tornar o maior empregador. Pode-se inferir que um dos efeitos indiretos da industrialização sobre o espaço urbano foi reforçar a posição de centro comercial regional – o comércio, que historicamente foi uma atividade econômica relevante, se viu largamente ampliado.

---

<sup>34</sup> A Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste – SUDENE -, criada em 1950 pela Lei nº 3.692, de 15 de dezembro de 1959, foi uma forma de intervenção do Estado no Nordeste com o objetivo de promover e coordenar o desenvolvimento da região. Em 1965 a região norte de Minas, em função das semelhanças climáticas e socioeconômicas com o Nordeste brasileiro, foi inserida na área de abrangência da SUDENE. Em 2001, durante o segundo mandato de Fernando Henrique Cardoso, por causa das irregularidades encontradas nos projetos, a Sudene foi extinta por meio da Medida Provisória nº 2.156-5, de 24 de agosto de 2001. No seu lugar foi criada a Agência para o desenvolvimento do Nordeste – ADENE. No dia 3 de janeiro de 2007, a SUDENE foi recriada pelo governo Lula, através do Projeto de Lei Complementar nº 125. Em 2009, a SUDENE completou 50 anos de existência e, em comemoração, foi realizado, em Montes Claros/MG/MG, o X Fórum de Governadores do Nordeste (criado para discutir ações de desenvolvimento para a região a serem defendidas junto ao Governo Federal) e a 5ª Reunião do Conselho Deliberativo da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) (Fonte: [www.montesclaros.mg.gov.br](http://www.montesclaros.mg.gov.br), 2009).

Em 1974 a cidade foi incluída no Programa Nacional de Apoio às Capitais e Cidades de Porte Médio – PNCCPM - que constituiu parte integrante da política pública definida pelo II Plano Nacional de Desenvolvimento (PND). Montes Claros/MG<sup>35</sup> foi a única do Norte do Estado de Minas Gerais a ser contemplada com os investimentos do referido programa. (FRANÇA, 2007, p. 60).

A partir dos investimentos oriundos da Sudene e do PNCCPM, bem como de capitais públicos e privados, observa-se mudanças na paisagem, estrutura intra e inter-urbana de Montes Claros/MG. Tem-se um período de expansão do tecido urbano, instalação de novas indústrias na cidade, concomitante ao decréscimo da população rural, já mencionado.

O crescimento industrial, atrelado ao êxodo rural dinamizou as atividades terciárias impondo novos padrões de consumo. Assistiu-se a uma maior complexidade na divisão social, técnica e territorial no nível intra-urbano, notadamente.

Montes Claros/MG é uma das maiores economias mineiras representando o 9º lugar no ranking municipal de composição do PIB estadual, em 2008. De acordo com o BGE Cidades (2011), no ano de 2009 Montes Claros/MG apresentou PIB no valor de R\$ 3.815.101.000,00, como mostra a tabela 3.

---

<sup>35</sup> Montes Claros/MG é apontada em diversos estudos (Andrade e Lodder, 1979; Amorim Filho, Bueno e Abreu, 1982; Pereira e Lemos, 2004; Pereira, 2007; França, 2007, entre outros) como uma cidade média na região Norte de Minas. Tal cidade exerce polarização e atração regional por concentrar diversas atividades econômicas e prestação de serviços, além da infraestrutura que possui. Dentre as atividades e serviços presentes na cidade de Montes Claros/MG, que a credenciam como *lócus* regional, pode-se destacar o comércio diversificado de produtos (atacado e varejo) e o serviço especializado de saúde que, devido ao planejamento estadual e federal, tem uma amplitude regional. O serviço de educação superior público e privado atrai pessoas de diversas cidades norte - mineiras, das regiões Central, Noroeste e Nordeste de Minas, além do Sul da Bahia.

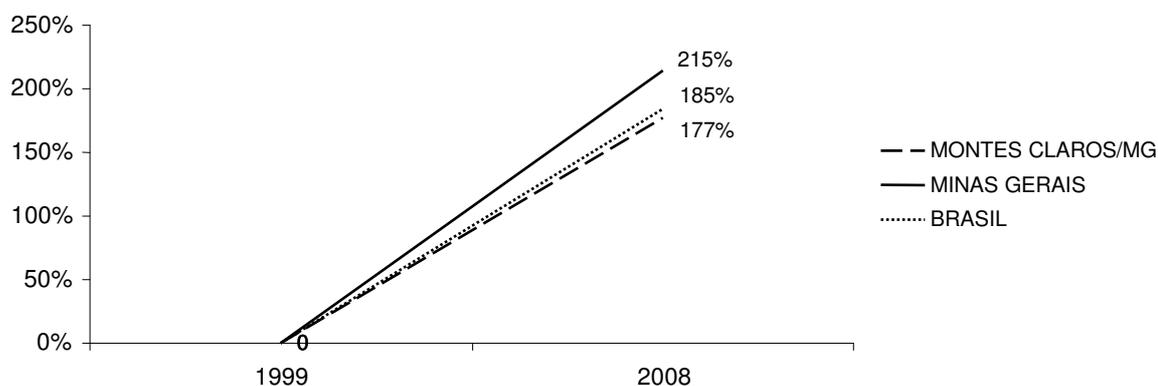
Tabela 3 - Minas Gerais: Maior Produto Interno Bruto (PIB) Municipal, 2009.

MUNICÍPIO	PIB R\$ Mil (preços correntes)
1. Belo Horizonte	44.595.205,00
2. Betim	25.183.730,00
3. Uberlândia	16.165.950,00
4. Contagem	15.410.450,00
5. Juiz de Fora	7.423.138,00
6. Uberaba	6.489.509,00
7. Ipatinga	5.659.344,00
8. Sete Lagoas	4.105.512,00
<b>9. Montes Claros</b>	<b>3.815.101,00</b>
10. Itabira	3.415.340,00

Fonte: IBGE, 2009.  
Org.: FRANÇA, I. S., 2011.

Considerando o período de 1999 a 2008, verificou-se que o PIB total de Montes Claros/MG cresceu a uma taxa de 177%, para o Brasil e Minas Gerais estas taxas representaram 185% e 215%, respectivamente. (Gráfico 3).

Gráfico 3 – Montes Claros/MG: taxa de crescimento do PIB total (1999-2008).

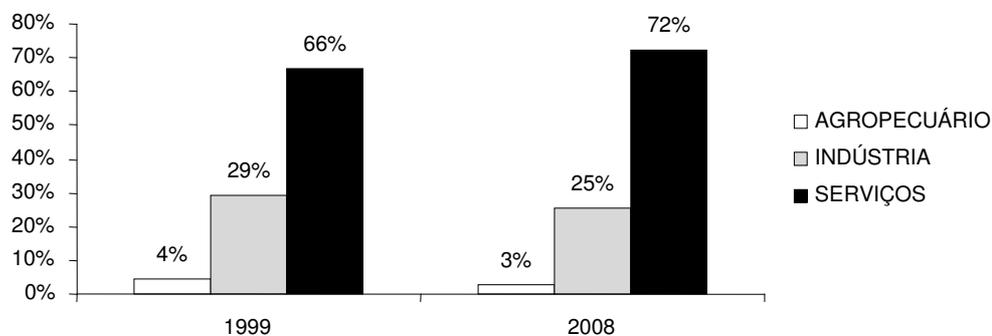


Fonte: IBGE, 2010.  
Org.: FRANÇA, I. S., 2011.

Para o período de 1999 a 2008, verificou que o município possuía no setor de serviços sua maior representatividade. No ano de 1999, o setor de serviços representou 66% do PIB total, seguido pela indústria (29%) e pelo setor agropecuário (4%). No ano de 2008, a participação do setor de serviços aumentou (72%), enquanto os setores

industrial e agropecuário responderam, respectivamente, por 25% e 3% do PIB municipal. (IBGE, 2011).

Gráfico 4 – Montes Claros/MG: PIB por setores (1999-2008).



Fonte: IBGE, 2010.

Org.: FRANÇA, I. S., 2011.

Ao analisar o PIB de Montes Claros/MG por setores da economia pode-se estabelecer relação entre a expansão do setor educacional na cidade, especialmente a educação superior e setor de saúde, na última década, como um dos principais vetores do crescimento econômico no PIB de serviços e da riqueza da cidade como um todo. Esta é uma tendência marcante na dinâmica econômica das cidades médias, que tem demonstrado, atualmente, grande importância do setor terciário, como é o caso de Montes Claros/MG.

A respeito do dinamismo socioespacial de regiões polarizadas por cidades médias de base terciária, Miyazaki (2008, p.27) assegura que

Mesmo as cidades que não são diretamente impactadas pelos processos de desconcentração das atividades industriais das metrópoles passam por transformações significativas no que se refere à constituição de aglomerações urbanas, por diversos motivos, tais como: a proximidade entre os centros urbanos. O rápido crescimento da população urbana em regiões de economia dinamizada por setores da economia como a agropecuária, comércio e serviços; e a intensa e cada vez mais dispersa expansão territorial urbana.

Analisando a composição do PIB do município, pesquisas da Fundação João Pinheiro/FJP (2006, p.1) acrescentam a importância do setor de serviços

Montes Claros/MG possui variadas atividades, mas destaca-se na produção industrial de têxteis e biotecnologia. Na agropecuária, a produção de ovos de

galinha e de efetivos de aves e bovinos é significativa. As culturas de frutas, batata-doce e de cana-de-açúcar são também relevantes. **Seu setor de serviços evidencia-se devido à oferta de ensino superior** (grifo nosso).

Considerando o pessoal ocupado por setores no período de 1970 a 1995, verifica-se que na década de 1970 a maior parte da população de Montes Claros/MG estava empregada no setor agropecuário, 74%. Este cenário mudou substancialmente na década de 1990. Em 1995 cerca de 50% pessoas estavam vinculadas aos setores de serviços e comércio, 28% ao setor industrial e 22% ao setor agropecuário.

Tabela 4 - Montes Claros/MG: pessoal ocupado por setor (1970-1995).

Ano	Setor Industrial	Setor Agropecuário	Setor Serviços/ Comércio	Total
1970	1.331	12.310	2.968	16.609
1975	3.755	12.542	6.021	22.318
1980	7.550	13.087	8.420	29.057
1985	7.058	18.847	10.433	36.338
1995	11.817	9.506	21.334	42.657

Fonte: IBGE (2011).

O crescimento da participação do setor de serviços na economia de Montes Claros/MG ocorreu, principalmente, para atender a demanda regional, que é de aproximadamente 1,5 milhão de pessoas.

Sobre o provimento de infraestruturas e de equipamentos urbanos em cidades médias, Sanfeliu e Torné (2004, p.16) ratificam:

Básicamente son los diferentes contextos socioeconómicos y económicos los que explican las diferencias existentes en los niveles de infraestructura y equipamiento urbano. Pero los datos que comentamos en este apartado muestran también el rol y capitalidad que las ciudades juegan en su próprio territorio, sobre todo en el tema de equipamientos urbanos. Así, por ejemplo, ciudades con un destacado papel regional concentran un buen número de equipamientos especializados (universidades, hospitales, centros deportivos, bibliotecas), equipamiento que han de dar cobertura a amplios territorios del área de influencia del núcleo.

O Ensino Superior atrai pessoas do Norte de Minas, bem como de outras regiões mineiras e até de outros estados do país, com isso desperta um significativo aumento dos fixos e fluxos, refletindo na organização do espaço urbano de Montes Claros/MG.

A expansão físico-territorial da cidade, formação de novas centralidades via *shopping-centers*, subcentros e áreas especializadas, o relevante dinamismo econômico propiciado notadamente pelo setor terciário e a forte polarização regional são elementos importantes na dinâmica atual dessa cidade e que

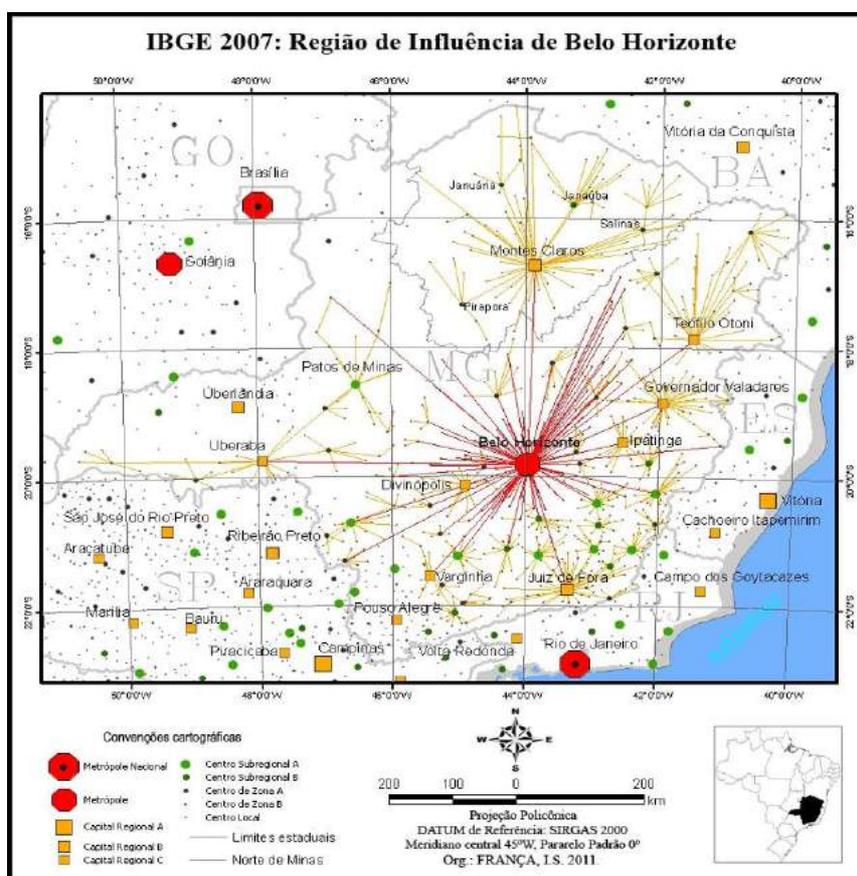
contribuem para pensar o seu papel de cidade média no contexto norte-mineiro. (FRANÇA, 2007, p.97).

Pode-se inferir que quanto maior for a capacidade de oferta de bens e serviços de uma cidade, maior será seu papel e importância na rede urbana regional. Dessa forma, a relevância da cidade média de Montes Claros/MG, no Norte de Minas, deve-se a vários fatores, tais como a estrutura e a diversidade de bens e serviços existentes. Montes Claros/MG constitui-se em um pólo para o atendimento de necessidades da população local e regional.

### 3.2 - Dimensão e complexidade do setor terciário de Montes Claros/MG

A demanda por serviços mostra que Montes Claros/MG interage de forma bastante dinâmica com o espaço regional, cuja população consome, na referida cidade, serviços ligados à saúde, educação, lazer, entre outros, conforme atesta o estudo Região de Influência das Cidades (REGIC), realizado pelo IBGE, 2007.

Mapa 9 - Região de Influência de Belo Horizonte/MG



Fonte: IBGE, 2007.

Montes Claros/MG se destacou na Rede Urbana de Belo Horizonte: “Fazem parte da rede de Belo Horizonte as capitais regionais B de Juiz de Fora (também ligada ao Rio de Janeiro) e Montes Claros/MG [...]”. (IBGE, 2007, p.14). Dentre os centros do Norte de Minas Gerais identificados, pertencentes à Região de Influência de Belo Horizonte, têm-se, ainda, Janaúba (Centros Subregional B), Januária, Pirapora e Salinas (Centros de Zona A) e Itacarambi, Manga, Porteirinha, São Francisco, Taiobeiras e Várzea da Palma (Centros de Zona B). Montes Claros/MG, ao ser identificada, no referido estudo, como Capital Regional B, insere-se sob a Região de Influência da capital mineira Belo Horizonte. Por outro lado, sua área de atuação abrange os centros norte-mineiros: Janaúba (Centro Subregional B); Januária, Pirapora e Salinas (Centros de Zona A); Itacarambi, Manga, Porteirinha, São Francisco, Taiobeiras e Várzea da Palma (Centros de Zona B). (IBGE, 2007, p.94). (FRANÇA et al, 2009).

Do ponto de vista infraestrutural, Montes Claros/MG apresenta um número importante de serviços que atingem uma área grande, que não se restringe apenas aos seus limites urbanos ou municipais, estruturando-se como centro de serviços com a presença de instituições públicas e privadas, estaduais e federais; comércios atacadistas e varejo com ampla atuação regional.

Dentre as atividades que movimentam esse setor, destacam-se a educação superior e a saúde. Tais setores apresentam-se bastante complexos e dinâmicos, bem como desenvolvidos e diversificados. A pujança de suas atividades econômicas<sup>36</sup> reforça a centralidade intra e interurbana de Montes Claros/MG.

O serviço de educação superior se destaca em Montes Claros/MG, constituindo um dos principais atrativos que intensificam as relações interurbanas regionais, com convergência diária de fluxos populacionais de pequenos municípios e centros emergentes da região norte-mineira.

É importante ressaltar que a atração exercida por Montes Claros/MG no Norte de Minas, bem como outras em regiões do estado e até mesmo em outras unidades da federação no que se refere ao serviço de educação superior, é decorrente da infraestrutura que a cidade dispõe neste setor. O município conta com 13 Instituições de

---

<sup>36</sup> PEREIRA, 2007; FRANÇA, 2007.

Ensino Superior; sendo, a UFMG, a UNIMONTES e o IFNMG<sup>37</sup> públicas, e as demais privadas; além de Instituições no formato de Ensino EAD (Educação à Distância). Dentre algumas instituições em EAD que atuam na cidade, destacam-se a UNIUBE, UNIP e Universidade Anhanguera. (Quadro 4).

Quadro 4 - Montes Claros/MG: Instituições de Ensino Superior, 2011.

Instituições de ensino superior em Montes Claros/MG	Ano de implantação / início das atividades em Montes Claros/MG	Graduação	Pós-graduação	
			<i>lato-sensu</i>	<i>stricto-sensu</i>
UFMG	1968	06	01	01
UNIMONTES	1962	35 <sup>38</sup>	17	11
SANTO AGOSTINHO	2001	14	23	-
ISEIB	2004	10	21	-
FACIT	2002	05	02	-
FACOMP	2005	03	01	-
FASI	2004	06	15	-
FUNORTE	1998	22	22	-
PITAGORAS	2000	12	08	-
UNOPAR	2000	09	08	-
UNIPAC	2004	05	01	-
FAP (PRISMA)	2009	03	01	-
IFNMG	2009	03	-	-
TOTAL	13	131	120	12

Fonte: <http://emec.mec.gov.br> e Pesquisa Direta, 2011..  
Org. FRANÇA, I. S. de., 2011.

Quadro 5 - Montes Claros/MG: Instituições de Ensino à Distância – EAD – (nível graduação)

Nome da Instituição
FACULDADE AIEC – ASSOCIAÇÃO INTERNACIONAL DE EDUCAÇÃO CONTINUADA
FATEC – FACULDADE DE TECNOLOGIA
UNIVERSIDADE ANHANGUERA
UAM - UNIVERSIDADE ANHEMBI MORUMBI
UNIFRAN – UNIVERSIDADE DE FRANCA
UNISA – UNIVERSIDADE DE SANTO AMARO
UNIUBE – UNIVERSIDADE DE UBERABA
UNISUL – UNIVERSIDADE DO SUL DE SANTA CATARINA
UNIP – UNIVERSIDADE PAULISTA
REDE FTC – FACULDADE DE TECNOLOGIA E CIÊNCIAS
FAEL – FACULDADE EDUCACIONAL DA LAPA

Fonte: <http://emec.mec.gov.br> e Pesquisa Direta, 2011..  
Org. FRANÇA, 2011.

<sup>37</sup> Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Norte de Minas Gerais com campus em Almenara, Araçuaí, Arinos, Januária, Pirapora e Salinas. O campus-sede é em Montes Claros/MG.

<sup>38</sup> A sede possui 33 cursos de graduação. Tomando os cursos oferecidos pela UNIMONTES nos campi tem-se um total de 54 cursos de graduação por ela oferecidos.

Para Sanfeliu e Torné (2004, p.16) as cidades médias nos países desenvolvidos, por exemplo na Europa, possuem em média 2,2 universidades. Já nos países subdesenvolvidos, essa média é de 1 (uma) universidade.

O mais relevante nessa análise não é simplesmente o número de IES por cidades médias mas, principalmente, a quantidade e diversidade de cursos oferecidos e o número de alunos atendidos. Em Montes Claros/MG merece destaque tanto o número de instituições públicas e privadas, quanto o nível de atendimento, ou seja, os cursos e a população atendida. (FRANÇA et al, 2009).

A Universidade Estadual de Montes Claros/MG – UNIMONTES - é a instituição que mais aglutina a população intra e inter-regional por oferecer o maior número de cursos de graduação, seguida pelas Faculdades Unidas do Norte de Minas/FUNORTE. (vide quadro 4).

A UNIMONTES é uma instituição pública e a FUNORTE é privada. Há, também, a presença da UFMG como instituição pública em Montes Claros/MG e com um campus regional, além do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Norte de Minas Gerais - IFNMG.

O ensino superior é um dos principais setores responsáveis pelos movimentos pendulares para Montes Claros/MG, onde grande número de pessoas de outros municípios busca esse serviço.

França et al (2009, p.14-15) desenvolveram um estudo<sup>39</sup> sobre a polarização regional de Montes Claros/MG, a partir do setor de educação superior. Os resultados dessa pesquisa demonstraram que:

---

<sup>39</sup> Cidade média, polarização regional e setor de educação superior: estudo de Montes Claros/MG, no Norte de Minas Gerais. Revista Formação. Universidade Paulista. UNESP – Presidente Prudente, 2009.

Do total de pessoas que cursam o ensino superior, tendo em vista as quatro IES analisadas<sup>40</sup>, 30% são de outros municípios e até mesmo de outros estados, o que vem comprovar a polarização regional de Montes Claros/MG, confirmando assim, o seu papel de pólo universitário. Desse total, 25% dos acadêmicos matriculados em 2009 nos cursos de graduação da UNIMONTES, FASI, FUNORTE e Faculdades Santo Agostinho são de cidades da região Norte de Minas.

Tabela 5 - Procedência dos alunos dos Cursos de Graduação da UNIMONTES, FASI, FUNORTE e Faculdades Santo Agostinho, e Pós-Graduação FUNORTE (2009).

Procedência	Nº de matriculados	%
Montes Claros/MG	13.791	70
Cidades do Norte de Minas	5.025	25
Cidades de Outras Regiões de MG	786	04
Cidades de Outros Estados (SP, GO, BA, RJ, MS, DF)	196	01
Outro País (Bolívia)	01	0
TOTAL	19.799	100%

Fonte: França et al, 2009.

Um quarto dos alunos que utilizam o ensino superior nas quatro IES pesquisadas em Montes Claros/MG se desloca diariamente de outros municípios do Norte de Minas no horário das aulas e retornam, logo após, ao seu município de origem. (FRANÇA et al, 2009).

Os deslocamentos ocorrem majoritariamente:

[...] através de ônibus cedidos pelas prefeituras destes municípios ou através de associações estudantis. Há também aqueles que vêm para Montes Claros/MG de carro próprio e regressam ao final das aulas; porém, com menor frequência, em comparação aos deslocamentos via ônibus. (FRANÇA et al, 2009, p.15).

O estudo verificou, ainda, que o movimento pendular decorrente do ensino superior produz efeitos na economia do município estimulando o setor de comércio e serviços.

Nesse sentido, ao se consolidar como pólo universitário, em Montes Claros/MG ocorre transformações econômicas, sociais, espaciais e culturais produzindo maior dinamismo a essa cidade média. A expansão do ensino superior tem implicado no incremento dos

<sup>40</sup> Principais Instituições de Ensino Superior – IES - existentes em Montes Claros/MG, em número de cursos oferecidos, no referido estudo identificou-se a quantidade e os cursos oferecidos, o número de alunos matriculados nos cursos de graduação e pós-graduação, bem como a procedência (cidade de origem) dos acadêmicos. As quatro instituições de ensino superior pesquisadas em Montes Claros/MG foram: Universidade Estadual de Montes Claros/MG/UNIMONTES, Faculdade de Saúde Ibituruna - FASI, Faculdades Santo Agostinho e Faculdades Unidas do Norte de Minas – FUNORTE. (FRANÇA et al, 2009).

setores imobiliário, com a construção e locação de moradias para os estudantes; de bares, hotéis e restaurantes, na medida em que essa população consome diariamente tais serviços na cidade. Também o comércio de materiais educacionais, bem como os serviços destinados à atividade escolar, se dinamizam.

O alcance regional de Montes Claros/MG pode ser percebido, também, através do setor de saúde que a consolida como pólo atrativo na mesorregião Norte de Minas. Dessa forma:

O espaço de saúde, na cidade de Montes Claros/MG, apresenta um grande destaque, devido à organização e à existência de serviços médicos especializados e uma rede de hospitais e clínicas interligadas, sendo referência regional. É possível identificar sedes de empresas de seguro saúde, seguindo a lógica nacional do sistema de saúde privado. (PEREIRA, 2007, p.140).

Montes Claros/MG oferece uma diversificada e complexa infraestrutura nos serviços de saúde. De acordo com o DATASUS - CNES (2011), Montes Claros/MG possui um total de 432 estabelecimentos de saúde divididos em 6 níveis de hierarquia (Quadro 4).

Quadro 6 – Montes Claros/MG: Níveis de Hierarquia dos Estabelecimentos de Saúde, 2011.

DESCRIÇÃO	TOTAL
Estabelecimento de Saúde que realiza procedimentos de Alta Complexidade no âmbito hospitalar e ou ambulatorial	06
Estabelecimento de Saúde Ambulatorial que realiza procedimentos de Média Complexidade definidos pelo NOAS como de 2º nível de referência –M2. e ou de 3º nível de referência –M3	204
Estabelecimento de Saúde Ambulatorial capacitado a realizar procedimentos de Alta Complexidade definidos pelo Ministério da Saúde	68
Estabelecimento de Saúde ambulatorial que realiza procedimentos de Média Complexidade definidos pela NOAS como de 1º nível de referência – M1	46
Estabelecimento de Saúde que realiza procedimentos hospitalares de Média Complexidade. Realiza procedimentos previstos nos estabelecimentos de níveis de hierarquia 02 e 03, abrangendo SADT ambulatorial de alta complexidade	02
Estabelecimento de Saúde ambulatorial que realiza somente Procedimentos de Atenção Básica-PAB e ou P5procedimentos de Atenção Básica Ampliada definidos pela NOAS	110
<b>TOTAL</b>	<b>436</b>

Fonte: DATASUS – CNES, 2011.

Do total de estabelecimentos de saúde 281 são privados e 151 públicos. Destes, 144 pertencem a rede municipal e 07 a rede estadual. A cidade possui um total de 938 leitos. (DATASUS - CNES, 2011).

Os quadros 7 e 8 demonstram os tipos de estabelecimentos de saúde e os serviços especializados em Montes Claros/MG.

Quadro 7 – Montes Claros/MG: Tipos de Estabelecimentos de Saúde, 2011.

DESCRIÇÃO	TOTAL
CONSULTORIO ISOLADO	170
CLINICA ESPECIALIZADA/AMBULATORIO DE ESPECIALIDADE	116
CENTRO DE SAUDE/UNIDADE BÁSICA	88
UNIDADE DE APOIO DIAGNOSE E TERAPIA (SADT ISOLADO)	28
HOSPITAL GERAL	06
POLICLINICA	05
CENTRO DE APOIO A SAUDE DA FAMILIA	05
FARMACIA	03
UNIDADE DE VIGILANCIA EM SAUDE	03
UNIDADE MOVEL TERRESTRE	02
COOPERATIVA	02
SECRETARIA DE SAUDE	02
CENTRO DE ATENCAO PSICOSSOCIAL	02
CENTRAL DE REGULACAO DE SERVICOS DE SAUDE	01
LABORATORIO CENTRAL DE SAUDE PUBLICA LACEN	01
CENTRO DE ATENCAO HEMOTERAPIA E OU HEMATOLOGICA	01
PRONTO ATENDIMENTO	01
TOTAL	436

Fonte: DATASUS – CNES, 2011.

Quadro 8 – Montes Claros/MG: Serviços Especializados de Saúde, 2011.

DESCRIÇÃO	TOTAL
SERVICO DE ATENCAO EM SAUDE BUCAL	133
SERVICO DE DIAGNOSTICO POR ANATOMIA PATOLOGICA EOU CITOPATO	109
SERVICO DE DIAGNOSTICO POR IMAGEM	89
SERVICO DE ATENCAO AO PRENATAL PARTO E NASCIMENTO	77
ESTRATEGIA DE SAUDE DA FAMILIA	61
SERVICO DE FISIOTERAPIA	40
SERVICO DE DIAGNOSTICO POR LABORATORIO CLINICO	36
SERVICO DE ATENCAO PSICOSSOCIAL	34
SERVICO DE ATENCAO AO PACIENTE COM TUBERCULOSE	24
SERVICO DE CONTROLE DE TABAGISMO	22
SERVICO DE ATENCAO A SAUDE AUDITIVA	21
SERVICO DE DIAGNOSTICO POR METODOS GRAFICOSDINAMICOS	20
SERVICO DE ENDOSCOPIA	16
ESTRATEGIAS DE AGENTES COMUNITARIOS DE SAUDE	15
SERVICO DE OFTALMOLOGIA	14
SERVICO DE DISPENSACAO DE ORTESES PROTESES E MATERIAIS ESPECIALIZADOS	11
SERVICO DE CIRURGIA CARDIOVASCULAR	09
SERVICO DE FARMACIA	09
SERVICO DE HEMOTERAPIA	07
SERVICO DE URGENCIAS	06
SERVICO POSTO DE COLETA DE MATERIAIS BIOLOGICOS	06
SERVICO DE ATENCAO A SAUDE REPRODUTIVA	05
SERVICO DE ENDOCRINOLOGIA	05
SERVICO DE ONCOLOGIA	05
SERVICO DE PNEUMOLOGIA	05
SERVICO DE VIDEOLAPAROSCOPIA	05
SERVICO DE APOIO A SAUDE DA FAMILIA (NASF)	05
REGULACAO ASSISTENCIAL DOS SERVICOS DE SAUDE	04
SERVICO DE CIRURGIA TORACICA	04
SERVICO DE SUPORTE NUTRICIONAL	04

SERVICO DE VIGILANCIA EM SAUDE	04
TRANSPLANTE	04
SERVICO DE CIRURGIA REPARADORA	03
SERVICO DE NEFROLOGIA UROLOGIA	03
SERVICO MOVEL DE URGENCIA EXCETO SAMU	03
HOSPITAL DIA	03
CIRURGIA VASCULAR	03
MEDICINA NUCLEAR	03
SERVICO DE ASSISTENCIA DE ALTA COMPLEXIDADE EM NEUROCIRURGIA	02
SERVICO DE ATENCAO A SAUDE DO TRABALHADOR	02
SERVICO DE ATENCAO DOMICILIAR	02
SERVICO DE LABORATORIO DE HISTOCOMPATIBILIDADE	02
SERVICO DE PRATICAS INTEGRATIVAS E COMPLEMENTARES	02
SERVICO DE REABILITACAO	02
SERVICO DE TRIAGEM NEONATAL	02
ATENCAO A SAUDE DA POPULACAO INDIGENA	02
SERVICO DE TRAUMATOLOGIA E ORTOPEDIA	02
ATENCAO A SAUDE NO SISTEMA PENITENCIARIO	01
SERVICO DE ATENCAO A DSTHIVAIDS	01
SERVICO DE ATENCAO A SAUDE DOS ADOLESCENTES EM CONFLITO	01
SERVICO DE ATENCAO A OBESIDADE GRAVE	01
ATENCAO ESPECIALIZADA NO PROCESSO TRANSEXUALIZADOR	01
SERVICO DE LABORATORIO DE PROTESE DENTARIA	01
TOTAL	851

Fonte: DATASUS – CNES, 2011.

O município conta com um total de 88 centros de saúde ou unidades básicas de saúde, distribuídos nos bairros da cidade e na zona rural. Há, ainda, uma diversidade de serviços especializados, além da oferta de nível de tratamento de alta complexidade. Dentre os seis hospitais gerais de atendimento pelo Sistema Único de Saúde (SUS), destacam-se: Santa Casa de Misericórdia, Hospital Universitário Clemente de Faria, Hospital Aroldo Tourinho e Hospital Dilson Godinho.

Além destes, outros diversos serviços são encontrados na cidade, como por exemplo, a sede regional do Serviço de Atendimento Móvel Urgente (SAMU<sup>41</sup>) e o Hemocentro Regional de Montes Claros/MG – HEMOMINAS, (DATA SUS, 2011), o que reforça o papel da cidade enquanto polarizador dos serviços de saúde na mesorregião.

Para acessar tais serviços torna-se necessário que uma grande quantidade de pessoas de outros municípios se desloque para Montes Claros/MG. Os transportes de pacientes são realizados por meio de ambulâncias, táxis, veículos próprios ou fretados e, principalmente, por microônibus de Consórcios Intermunicipais de Saúde (CIS).

<sup>41</sup> O Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU/192), serviço que funciona 24 horas por dia, com o objetivo de prestar o socorro à população, em casos de emergência.

Em Minas Gerais, dos 853 municípios 703 são atendidos pelos Consórcios Intermunicipais de Saúde (CIS). Os CIS são acordos firmados entre municípios objetivando a oferta de serviços de saúde à população. De acordo com o Colegiado de Secretários Executivos dos Consórcios Intermunicipais de Saúde de Minas Gerais (COSECS – MG) existem 64 consórcios ativos em todo o Estado, sendo 11.145.641 a população atendida por eles, representando 61,48% do total populacional do Estado. Estes consórcios obedecem à seguinte lógica:

A formação de consórcios não obedece a uma única lógica, mas aos interesses e disponibilidades de uma dada região, conformando diversos modos de atuação e permitindo o seu aprimoramento, inclusão ou não de municípios, agrupamento de municípios que, pela lógica da proximidade, pode não pertencer ao estado/sede do consórcio. (LIMA, 2000, p.986).

A rede de serviços de saúde instalada em Montes Claros/MG atende a 11 CIS que abrangem todos os municípios da mesorregião Norte de Minas Gerais, sendo eles: AMSF - Alto Médio São Francisco; ARP - Alto do Rio Pardo; ARVG - Microrregião do Alto Rio Verde Grande; GRÃO MOGOL - Microrregião de Grão Mogol; MMA - Microrregião de Manga; MESF - Médio São Francisco; Entorno de Salinas; NORTE - Norte De Minas; PORTAL NORTE; RUN - Rede de Urgência do Norte de Minas; UNIÃO GERAL - Desenvolvimento Integrado da Microrregião da Serra Geral de Minas.

Mapa 10 - Consórcios Intermunicipais de Saúde polarizados por Montes Claros/MG



Diariamente vários ônibus, vans e ambulâncias vinculadas ao CIS trazem grande quantidade de pessoas para atendimento à saúde. As fotos 2, 3, 4 e 5 demonstram a intensidade de tal processo na região hospitalar da área central de Montes Claros/MG.



Foto 2 – Montes Claros/MG: Microonibus dos C.I.S. na imediações do Hospital Santa Casa  
Autor: FRANÇA et. al, 2010.



Foto 3 – Montes Claros/MG: Rua Irmã Beata, Área Central.  
Autor: FRANÇA et al., I. S. de. 2010.



Foto 4 – Montes Claros/MG: Rua Irmã Beata, Área Central.  
Autor: FRANÇA, I. S. de. 2010.



Foto 5 – Montes Claros/MG: Rua Coronel Luiz Pires, Área Central.  
Autor: FRANÇA et al., I. S. de. 2010

Pelo exposto há em Montes Claros/MG 851 estabelecimentos de saúde. Destes, 6 são grandes hospitais. Nos seus entornos se estruturam um conjunto de unidades complementares: clínicas especializadas, consultórios médicos e odontológicos, unidades de fisioterapias e laboratórios. Além disso, estabelece-se uma rede de serviços destinados à população que procura atendimento de saúde, tais como: farmácias, drografias, laboratórios, lanchonetes, restaurantes, pensões, dentre outros. Nesse

sentido, configuram-se verdadeiros territórios da saúde. Os serviços e comércios ali estabelecidos movimentam a economia da cidade.

### **Atividades comerciais: estrutura e diversidade**

Assim como os serviços de educação superior e saúde, o comércio de Montes Claros/MG mantém-se crescente com vistas ao atendimento de uma demanda local e regional que é de aproximadamente 1,5 milhão de pessoas. Sua expressão fica evidente, entre outros aspectos, através do aumento do número de supermercados atacadistas recentemente instalados na cidade: Makro em 2008, Maxxi em 2009 e Villefort há mais de cinco anos.

Nos dias atuais, o comércio consolida-se outro ponto de destaque da cidade e exerce grande poder de atração regional. A esse respeito, ocorre que:

[...] no Norte de Minas, também na área comercial, há um maior desenvolvimento da cidade de Montes Claros/MG, haja vista o fato de que o papel de um centro regional também é caracterizado por sua capacidade de distribuição, à região, dos bens necessários. (PEREIRA, 2007, p.161)

Montes Claros/MG apresenta um comércio diversificado, abrangendo vários ramos de atividades. Alguns destes, como supermercado, atacadistas, farmácias/drogarias, lojas de eletrodomésticos e concessionárias de veículos, por exemplo, são de grande representatividade para a economia do município e exercem forte poder de atração regional.

De acordo com dados obtidos através da Telelista - 2011, Catalogo Telefônico Norte Mineiro - 2010/2011 e Pesquisa Direta, listou-se os principais estabelecimentos de comércio e prestação de serviços da cidade que além de atender o consumidor local, também oferece atendimento a clientes de outras cidades.

Quadro 9 - Montes Claros/MG: Estabelecimentos Comerciais, 2011.

Ramo Comercial	Quantidade
Lojas de roupas, sapatos e confecções	445
Lojas e depósitos de materiais de construção	291
Restaurantes, bares e lanchonetes	241
Automóveis – peças e acessórios	171
Supermercados	104
Móveis, eletrodomésticos e eletrônicos	90
Oficina mecânica	85
Açougues	85
Lojas de produtos agropecuários	81
Farmácias e drogarias	78
Postos de combustíveis	66
Fornecedores de Gás e Água Mineral	66
Madeireiras e serralherias	46
Automóveis - Revendedores e Concessionárias	59
Padarias e Confeitarias	57
Papelaria	31
Motocicletas – Peças e Acessórios	30
Serralheria	29
Bicicletas - Peças e Acessórios	26
Joalherias	21
Motocicletas – Revendedores e Concessionárias	15
Hortifrutigranjeiros	15
<b>Total</b>	<b>2.132</b>

Fonte: Telelista, 2011. Catálogo Telefônico Norte Mineiro 2010/2011, Pesquisa Direta.  
Org.: FRANÇA, I. S. Abril de 2011.

Quadro 10 - Montes Claros/MG: Estabelecimentos de Prestação de Serviços, 2011.

Atividade de Prestação de Serviços	Quantidade de Estabelecimentos
Consultórios Odontológicos	261
Clínicas de Estéticas/Salões de Beleza	91
Moto Táxi	57
Loja de Informática	56
Gráficas e copiadoras	43
Clínica Odontológica	36
Clínica Médica	30
Agências Bancárias	28
Academias	28
Fotografia – serviços de revelação	26
Chaveiro	24
Casa lotérica	22
Clínica de Fisioterapia	22
Estacionamento e Lavajato	22
Faculdades e Universidades	15
Clínica de Psicologia	14
Clínica de Ultra-sonografia e Ecografia	13
Clínica de Cardiologia	08
Clínica de Olhos	08
Clínica Veterinária	08
Hospitais	09
Clínica Psiquiátrica	03
Clínica Pediátrica	03
Clínica Ortopédica	03

<b>Continuação</b>	
Clínica de Reabilitação	03
Clínica de Check-Up	02
Clínica de Radiologia	02
Clínica de Repouso	02
Clínica de Densitometria Óssea	01
Clínica de Dermatologia	01
Clínica de Reprodução Humana	01
<b>Total</b>	<b>842</b>

Fonte: Telelista, 2011. Catálogo Telefônico Norte Mineiro 2010/2011, Pesquisa Direta.  
Org.: FRANÇA, I. S. Abril de 2011.

Os maiores supermercados da cidade em termos de diversidade e especialidade são: Bretas Supermercados<sup>42</sup>, com cinco lojas e Supermercados BH, com oito lojas. Existem, também, três estabelecimentos que trabalham com atacado e varejo: Supermercado Villefort<sup>43</sup>, o Super Atacado Makro<sup>44</sup> e o Maxxi Atacado<sup>45</sup>. Destaca-se que esses estabelecimentos possuem redes que atuam em outras cidades do Estado e do Brasil.

Em Montes Claros/MG também se encontra a Rede Smart de Supermercados com seis lojas. Essa rede possui filiais em várias cidades do Norte de Minas, tais como: Varzelândia, Mirabela, Bocaiúva, Capitão Enéas, Coração de Jesus e Claro dos Poções.

Outro comércio que possui grande destaque são as farmácias e drogarias<sup>46</sup>. Estas atendem não só o público local, mas também pessoas de outras cidades que vêm até Montes Claros/MG para utilizar o serviço de saúde. A Drogaria Minas Brasil, a mais antiga da cidade instalada em 1958, possui 23 estabelecimentos. Na área central encontram-se 10 lojas, além de diversos subcentros.

As farmácias e drogarias ampliam-se e diversificam-se na medida em que se estrutura a rede de saúde na cidade, especialmente no entorno de grandes hospitais, tais como Hospital Santa Casa de Montes Claros/MG, Hospital Aroldo Tourinho e no Hospital Universitário.

<sup>42</sup> O Bretas Supermercados pertence à rede chilena CENCOSUD.

<sup>43</sup> Rede mineira de atacadistas com sede em Contagem/MG.

<sup>44</sup> O Makro Atacadista é parte do Grupo Holandês SHV (Steenkolen Handeis Vereeniging) fundado em 1896.

<sup>45</sup> O Maxxi Atacado integra a rede norte-americana Walmart.

<sup>46</sup> Nesse ramo destacam-se, além da Drogaria Minas Brasil, Farmácia Real (6), Drogaria Santo Expedito (3), Três Pilastras (3), Drogasul (2), Drogalana (2) e Naturefarm (2).

Uma tendência que se verifica atualmente é a instalação de unidades de farmácias no interior dos supermercados de Montes Claros/MG. É o caso do Bretas, Villefort, Maxxi e Super Santos Supermercados.

Outro comércio de grande importância são as lojas de eletrodomésticos<sup>47</sup> da cidade. Em sua maioria, são lojas que estão presentes em grandes cidades, este fator é importante para Montes Claros/MG, uma vez que, o comércio de eletrodomésticos atrai grande número de consumidores de outras localidades. Tais lojas<sup>48</sup> estão concentradas no núcleo central e no Montes Claros Shopping Center.

Registra-se um total de 18 grandes estabelecimentos que vendem eletrodomésticos na cidade. Além de serem encontrados na área central e nos Shopping Centers de Montes Claros/MG, estes estabelecimentos também estão instalados em alguns subcentros como o Major Prates. Esse tipo de comércio localiza-se em áreas com infraestrutura adequada e com grande fluxo de pessoas e acessibilidade no que diz respeito ao trânsito. O ramo de farmácias e drogarias também busca essas mesmas condições para instalação de suas lojas.

A presença de concessionárias de automóveis da cidade de Montes Claros/MG também permite analisar sua polarização regional (Quadro 8). Trata-se de um importante comércio que vem se destacando na cidade e se expandido com novas lojas e novas marcas<sup>49</sup> como a instalação da Citroën no ano de 2009, da Kia e Iveco em 2011.

Quadro 11 - Montes Claros/MG: Principais Concessionárias de automóveis, motos e caminhões, 2011.

CONCESSIONÁRIAS	QUANTIDADE
<u>Automóveis</u>	
Honda Pirâmide - Honda	01
Monvep Veículos - Volkswagen	01
Polígono - Fiat	01
Crevac - Ford	01
Cheverny - Citroën	01
Via Terra - Mitsubishi	01
Mira Motors - Hyundai	01
Autonorte - Chevrolet	01
Pirâmide Veículos - Honda	01

<sup>47</sup> Ponto Frio (3 lojas), Rede Eletrosom (4 lojas), Magazine Luiza (1), Casas Bahia (3), Ricardo Eletro (3), Eletrozema (3), DN Eletro (1).

<sup>48</sup> Embora concentradas nessas áreas, algumas lojas possuem unidades no subcentro Major Prates.

<sup>49</sup> Estão em construção duas novas concessionárias: Renault e Nissan, com previsão de inauguração em março/2012.

<b>Continuação</b>	
Pirâmide Veículos - Kia	01
Nissan – Automóveis	01
Renault – Automóveis	01
<u>Motos</u>	
DN Motos - Yamaha	03
Monvep Motos - Dafra	01
Arizona Motos - Suzuki	01
Antares Motosmar – Honda	05
Kmotos - Kasinzski	01
<u>Caminhões</u>	
Dipam Caminhões – Ford	01
Montes Claros/MG Diesel – Mercedes-Benz	01
Monvep Caminhões - Volkswagen	01
Treviso Montes Claros/MG– Volvo	01
Itaipu Máquinas e Veículos Ltda - Scania	01
Deva Veículos - Iveco	01
TOTAL	27

Fonte: Pesquisa Direta, telelistas.net e sites das empresas. 2011.  
Org. FRANÇA, I. S. de 2011.

Destaca-se no comércio de automóveis, concessionárias que estão instaladas apenas em Montes Claros/MG dentre os municípios do Norte de Minas, a saber: Ford, Honda, Mitsubishi, Citroën, Hyundai, Kia, Nissan e Renault.

Esse setor instala-se em cidades com grande número de consumidores, já que para a compra desse tipo de mercadoria, as pessoas precisam ter uma renda média ou alta. De acordo com o REGIC- Regiões de Influência das Cidades (2007), os serviços e comércios de usos mais raros, têm mercado mínimo e alcance espacial maiores, e tendem a localizar-se em um menor número de centros urbanos de hierarquia mais elevada. (REGIC, 2007, p. 129). Assim, temos como exemplo as concessionárias automotivas de Montes Claros/MG, que seguem esse tipo de mercado citado pelo REGIC.

A maioria das concessionárias da cidade de Montes Claros/MG está localizada em vias especializadas em comércio ou serviços, constituindo assim, formas de expressão da centralidade urbana. “Esse tipo de atividade é classificada como centrais, mas dotadas de especialização funcional” (FRANÇA, 2008, p.07). A concentração de atividades do setor automobilístico nessas vias ocorre pela atração exercida sobre os consumidores em face de possibilidade de escolha de determinado produto, nesse caso: autopeças, acessórios e serviços destinados a veículos automotores. O seu alcance regional está intrinsecamente ligado a sua infraestrutura, dinamismo comercial, industrial, prestação

de serviços, entre outros. A partir disso, a população intrarregional tem como referência Montes Claros/MG para o atendimento de necessidades e demandas de consumo mais especializadas.

A diversidade na oferta de bens e serviços confere a Montes Claros/MG, desde a década de 1970, o papel de centro de abastecimento comercial e de consumo de diversos municípios. Esta idéia é comprovada por um diagnóstico da Fundação João Pinheiro, no qual consta que:

[...] todo o Norte de Minas compra no varejo de Montes Claros/MG. A maior freqüência de vendas ocorre nos municípios mais próximos, situados no vale do rio Verde Grande e nos Gerais. Os limites dessa atuação a oeste e sul atingem São Romão, Pirapora, Várzea da Palma, Joaquim Felício, Buenópolis, Augusto de Lima e Lassance. Reduzem-se aí alguns tipos de comércio, particularmente as vendas de produtos farmacêuticos, confecções, veículos e material fotográfico. À leste, Salinas e Taiobeiras registram um volume expressivo de comércio com Montes Claros/MG, enquanto Águas Vermelhas marca o limite de influência dessa cidade.(FJP, 1975, p. 221)

A concentração de atividades do setor automobilístico em determinadas áreas da cidade leva a criação de vias especializadas em comércio e serviço<sup>50</sup>, com forte grau de especialização de atividades terciárias. Destacam-se:

a) serviços automotivos e de peças e acessórios para automóveis - Avenida Dulce Sarmiento; b) concessionárias de caminhões e tratores – Avenida Deputado Plínio Ribeiro; c) concessionárias, financiamentos e aluguéis de automóveis – Avenida Dulce Sarmiento; d) serviços, peças e acessórios para motocicletas – Avenida Geraldo Athayde, dentre outras. Para exemplificar, destaca-se a Via especializada em Comércio e Serviços Avenida Dulce Sarmiento, conforme mostra o quadro. (FRANÇA et al, 2008, p.12).

Quadro 12 – Montes Claros/MG: Levantamento de Atividades Comerciais e Prestação de Serviços em Vias Especializadas – Av. Dulce Sarmiento, 2008.

<b>Tipo de Produtos Comercializados</b>	<b>Ocorrência</b>	<b>% (Porcentagem)</b>
Compra, venda e financiamento de carros;	27	26,73%
Peças, acessórios e serviços gerais para carros;	26	25,74%
Mecânica especializada em carros;	17	16,83%
Venda e recuperação de rodas;	2	1,98%
Outros.	29	28,71%

Fonte: Pesquisa Direta, 2008.

Org.: FRANÇA et al., I. S. de. 2011.

Conforme os dados do quadro 12 aproximadamente 72% dos estabelecimentos comerciais presentes na Avenida Dulce Sarmiento estão voltados para o atendimento às

<sup>50</sup> Para uma discussão sobre vias especializadas em Montes Claros/MG/MG consulte a dissertação de mestrado da autora: França (2007).

demandas do setor automobilístico, desde compra, venda e financiamento de automóveis, até peças, acessórios e serviços para o mercado consumidor de Montes Claros/MG/MG e municípios vizinhos.

### **3.3 - Infraestrutura e equipamentos urbanos**

A partir da década de 1960 a região norte-mineira tornou-se objeto de política de planejamento estatal que objetivava reduzir as disparidades regionais, por meio da dinamização econômica de determinados núcleos urbanos que exerceriam funções de polarização do desenvolvimento. A SUDENE e o PNCCPM, aqui já mencionados, foram fundamentais para a reconfiguração de Montes Claros/MG.

Através de programas de investimentos públicos financiados pelo estado e pela União, via Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) teve início a implantação de indústrias na região, sendo Montes Claros/MG a cidade que mais atraiu investimentos neste setor em Minas Gerais. A SUDENE promoveu investimentos incrementar o desenvolvimento do Norte de Minas a partir de planos, programas e projetos.

O PCCPM – Programa Nacional de Apoio às Capitais e Cidades de Porte Médio – era parte integrante do II PND. Dentre as cidades beneficiadas pelo PNCCP (1970) em sua fase inicial, Montes Claros/MG/MG foi a única cidade no Norte do estado a receber investimentos. Como parte das ações desse programa, na década de 1980, Montes Claros/MG foi contemplada com o *Projeto Cidade de Porte Médio* (1980). Pereira e Leite (2004) retratam especificidades desse projeto na cidade de Montes Claros/MG, resgatando que:

A execução desse projeto ficou sob responsabilidade da Secretaria de Planejamento e Coordenação de Montes Claros/MG, sendo que 70% do capital investido foi proveniente do Banco Interamericano de Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD), 20% do cofre do Estado de Minas Gerais e 10% da Prefeitura de Montes Claros/MG. (PEREIRA; LEITE, 2004, p.42).

Assim, objetivava-se possibilitar à população carente o acesso à casa própria, a serviços urbanos básicos, como água, esgoto e energia elétrica, e à legalização de lotes, com vistas a elevar a qualidade de vida da população de baixo poder aquisitivo, notadamente, aquelas que residem em favelas. Além disso, previa-se melhorar e ampliar a infraestrutura urbana da cidade de Montes Claros/MG.

Os recursos e os incentivos fiscais advindos desses programas e projetos governamentais resultaram em ampliação e melhoria da infraestrutura urbana de Montes Claros/MG, atração industrial, desenvolvendo, assim, a sua economia e concentrando uma série de serviços dos quais depende a maioria dos municípios norte-mineiros. Dessa forma, entende-se que:

A centralidade de Montes Claros/MG passou a existir quando ocorreu a instalação de infraestruturas nesta parte do território, principalmente aquelas voltadas à circulação de recursos humanos e materiais, isto é, quando foram construídas estradas interligando-a a diversos municípios e instalou-se nela uma diversidade de serviços. (PEREIRA, 2007, p.90).

A partir de 1970 as ações engendradas pelo estado provocaram mudanças socioespaciais, como o aumento da população urbana oriunda das migrações e do êxodo rural, influenciados pela procura de melhores condições e qualidade de vida. Os dados sobre os fixos relacionados aos setores de comércio e serviço de Montes Claros/MG apresentados no Quadro 11 demonstram sua importância para o município.

Quadro 13 – Montes Claros/MG: infraestrutura urbana, 2011.

<b>Estabelecimento</b>	<b>Quantidade</b>
Clínica/Estabelecimento/Centro Médico	332
Material de construção	157
Informática (venda e serviços de manutenção)	132
Dentista/Clínica Odontológica	119
Colégios-Escolas	117
Templos Religiosos	91
Farmácias/Drogarias	73
Automóveis – Agências e Revendedores	61
Postos de Gasolina	59
Turismo – Agências	50
Hotéis/ Hospedagem	48
Supermercados	104
Imobiliárias	42
Laboratório de Análises Clínicas	32
Escolas especializadas (dança, idiomas, esportes)	31
Agências Bancárias	27
Casas Lotéricas	22
Construtoras	22
Empresas Transporte Interurbano	21
Lojas de Eletrodomésticos	21
Auto-Escolas	20
Instituições de Ensino Superior	13
Escola Técnica Profissionalizante	11
Pré-Vestibular	11
Livraria	11
Hospitais	09
Creches	08
Jornal e ou Periódico Impresso	04
Correios e Telégrafos	04
Aeroporto	01

Fonte: Pesquisa Direta, CNES, Lista Telefônica 2009/2010, DER/MG, Telelista.net.  
Org.: FRANÇA, I. S.; 2010.

Os fixos associados à infraestrutura e equipamentos urbanos desempenham um papel fundamental na organização espacial de Montes Claros/MG. Estes elementos dispostos no espaço intra-urbano tornam-o dinâmico e atrativo, acarretando a integração de fixos e fluxos. De acordo com Corrêa (2002) a expressão “organização espacial” possui vários sinônimos, quais sejam: estrutura territorial, configuração espacial, formação espacial, arranjo espacial, espaços geográficos, espaço social, espaço socialmente produzido ou simplesmente espaço. Nas palavras do autor “é a expressão da produção material do homem, resultado de seu trabalho social”. Esse conjunto de objetos fixados no espaço urbano viabiliza os meios de produção, circulação e consumo.

### **Órgãos e Entidades do Poder Público: federais, estaduais e municipais**

Montes Claros/MG como centralidade no Norte de Minas Gerais foi escolhida por diversos Órgãos e Entidades do Poder Público para alocar sedes, tanto de órgãos públicos federais como estaduais. A cidade concentra em seu espaço órgãos do poder público ligados às esferas federal, estadual e municipal. Montes Claros/MG possui 21 órgãos em escala federal, dentre eles o IBAMA, DNOCS, CODEVASF, IBGE, CONAB, Polícia Federal, Ministério Público Federal, Receita Federal e Correios, 30 em escala estadual (IDENE, COPASA e CEMIG, por exemplo). (Pesquisa Direta, 2011). Dessa forma, consolida-se como sede administrativa, de acordo com as políticas de planejamento dos governos estadual e federal.

As diferentes representações federais e estaduais nesta cidade são expressivas. Caso explicado pelo aparelho infraestrutural que a cidade oferece, além da posição geográfica de Montes Claros/MG no Norte do Estado. Isso facilita o acesso da população intrarregional para esse local.

Para se obter o número total desses órgãos e entidades do poder público em Montes Claros/MG, foi realizada uma pesquisa junto aos Ministérios do Governo Federal e as Secretarias do Governo Estadual, buscando suas representações e órgãos ligados a elas em Montes Claros/MG. Além disso, através de pesquisa direta foi possível obter o número total desses Órgãos e Entidades do Poder Público e a abrangência de alguns deles na região Norte de Minas Gerais a partir de Montes Claros/MG como sede.

Pereira (2007, p. 170) enfatiza que

A localização nessa cidade de diretorias regionais de órgãos e instituições governamentais também confirma a centralidade de Montes Claros/MG, sendo que todos os municípios da região com ela mantêm relações em virtude desse fator.

O quadro 14 é uma síntese dos órgãos públicos das esferas federal e estadual instalados em Montes Claros/MG.

Quadro 14 – Montes Claros/MG: Órgãos Públicos Federais e Estaduais Instalados, 2011.

FEDERAIS	ESTADUAIS
Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco - CODEVASF	Diretoria Regional de Saúde
Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste – SUDENE	Companhia de Saneamento de Minas Gerais – COPASA: Superintendência Regional
55º Batalhão de Infantaria do Exército	Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Minas Gerais - EMATER-MG: Escritório Regional
Departamento Nacional de Obras Contra a Seca – DNOCS: Coordenadoria Estadual em Minas Gerais	Instituto de Previdência dos Servidores do Estado de Minas Gerais - IPSEMG
Diretoria Regional dos Correios	Fundação Centro de Hematologia e Hemoterapia de Minas Gerais – HEMOMINAS
Instituto Nacional do Seguro Social – INSS: Gerência Regional	Departamento Estadual de Trânsito
Ministério do Trabalho e Emprego	Instituto de Previdência dos Servidores Militares de Minas - IPSM
Delegacia Regional da Receita Federal	Secretaria de Estado de Assuntos Municipais
Tribunal Regional do Trabalho 3ª Região: 1ª, 2ª e 3ª Varas de Montes Claros/MG/MG	Instituto Mineiro de Agropecuária - IMA
Ministério do Trabalho e Emprego: Superintendência Regional do Trabalho e Emprego	Instituto Estadual de Florestas - IEF
Gerência Regional do INSS	Secretaria de Estado de Defesa Social
Sistema Nacional de Empregos–SINE	Secretaria de Estado de Recursos Humanos e Administração
Delegacia da Polícia Federal	Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável – SEMAD
Ministério Público Federal	Companhia Energética de Minas Gerais - CEMIG
Procuradoria da República	Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social e Esportes
Procuradoria Seccional da Fazenda Federal	Superintendência Regional de Ensino (SRE)
Banco do Nordeste: Superintendência Estadual de Minas Gerais e do Espírito Santo	Instituto de Desenvolvimento do Norte e Nordeste de Minas Gerais - IDENE
Superintendência Regional do Banco do Brasil	7º Batalhão de Bombeiros Militar
Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis - IBAMA: Escritório Regional	11ª Região Integrada de Segurança Pública - RISP
Ministério da Agricultura: Delegacia Regional	10º Batalhão de Polícia Militar
Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE: Escritório Regional	50º Batalhão de Polícia Militar
Companhia Nacional de Abastecimento - CONAB: Unidade Operacional M.Claros/MG	11º Departamento de Polícia Civil

<b>Continuação</b>	
	1ª Delegacia Regional de Polícia Civil
	Fundação Estadual do Meio Ambiente - FEAM
	Instituto Mineiro das Águas - IGAM
	A Superintendência Regional da Fazenda Estadual (SRF)
	Procuradoria Regional da Fazenda Estadual
	Departamento de Obras e Rodagens do Estado de Minas Gerais – DER
	Companhia de Habitação do Estado de Minas Gerais COHAB – MG.
	Tribunal Regional Eleitoral de Minas Gerais: 184º, 185º, 317º e 325º Cartórios Eleitorais.

Fonte: Pesquisa Direta, 2011.

Org.: FRANÇA, I. S.; 2010.

O quadro 14 mostra a abrangência de alguns Órgãos e Entidades do Poder Público Estadual e Federal, demonstrando a centralidade de Montes Claros/MG quanto à oferta de serviços públicos na mesorregião Norte de Minas.

Dentre os indicadores estabelecidos pelo REGIC (IBGE, 2007) para definição das regiões de influência têm-se a centralidade através da gestão federal. Para esse indicador, o referido estudo considerou que:

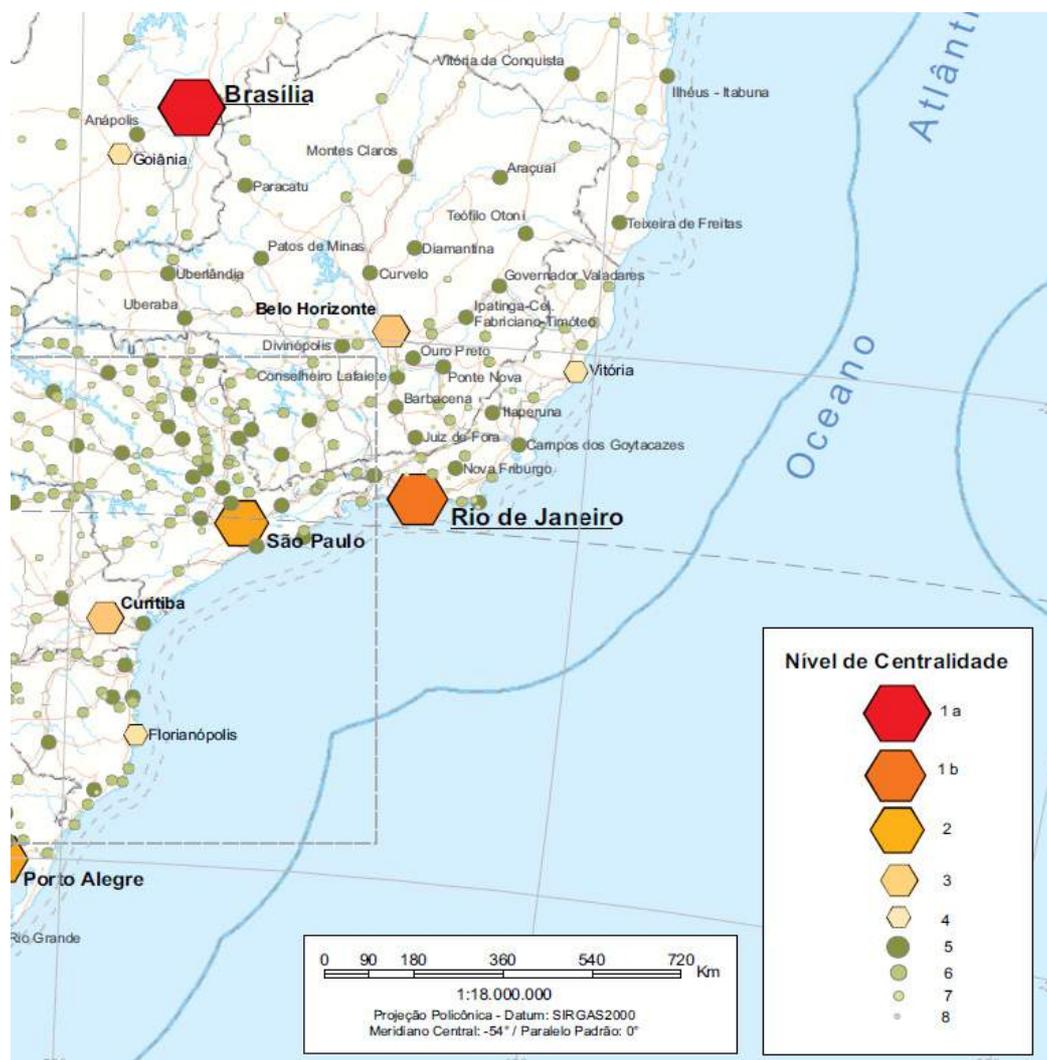
O exame da gestão federal considera que a seleção dos locais de instalação dos órgãos públicos não está pautada apenas pelas características da atividade de cada um deles, mas tende a refletir a possibilidade de acesso da população ao serviço, indicando, assim, determinado grau de centralidade. (IBGE, 2007, p. 134)

Para a classificação dos centros de gestão do território, depois de delimitadas as regiões de influência dos diversos centros, dois critérios principais foram adotados para definição da hierarquia, a saber:

A dimensão da região de influência, em termos da população residente nos municípios para os quais o centro representa o foco, e a intensidade de relacionamento, indicada pela frequência de menções ao centro, no questionário, como destino para os municípios. (IBGE, 2007, p. 140)

Para a gestão federal considerou-se os poderes executivo e judiciário. Montes Claros/MG foi classificada no nível 5. Este nível possui as seguintes características: “centros com gerência dos órgãos administrativos, e a 1ª Instância da Justiça Federal. Importantes centros do Estado de Minas Gerais, tais como, Uberlândia e Juiz de Fora são também classificados no nível 5. (IBGE, 2007, p. 141-142).

Figura 27 – Gestão Federal, 2006.



Fonte: REGIC, 2007.

Através da atuação dos órgãos públicos federais e estaduais, Montes Claros/MG amplia sua importância no cenário regional ao atender as demandas de serviços da população local e de outros municípios que integram o Norte de Minas Gerais. Dessa maneira, por meio dos serviços prestados pelos órgãos públicos dinamiza-se a socioeconomia da cidade.

### 3.4 - O setor industrial de Montes Claros/MG na atualidade

A partir dos anos 1970, o fator que interferiu de forma mais expressiva no crescimento da cidade de Montes Claros/MG foi a intervenção do Estado através da industrialização

viabilizada pelos incentivos da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste – SUDENE.

Montes Claros/MG foi o município norte mineiro que mais atraiu investimentos provenientes da SUDENE. Essa idéia é ratificada por Leite e Pereira (2004, p.46) quando comentam que “entre as cidades da área mineira da SUDENE, Montes Claros/MG foi a que atraiu mais investimentos, em virtude da localização geográfica, da posição como centro comercial e do fato de possuir boa infraestrutura”.

A implantação do Distrito Industrial, em meados da década de 1980, impulsionou a migração rural-urbana, contribuindo para o crescimento da população citadina e a expansão físico-territorial da cidade. A indústria era responsável, até o final dos anos 1990, por significativa parcela (30%) do PIB local e importante fonte de empregos. O setor atualmente atrai grandes investimentos, notadamente, em decorrência da instalação de multinacionais, por exemplo, a dinamarquesa Novo Nordisk e da Usina de Biodiesel da Petrobrás.

Este item destacará os fatores condicionantes do perfil atual do setor industrial de Montes Claros/MG, tendo em vista, sua expressão em escala local e mundial.

Os séculos XVIII e XIX foram marcados pela Revolução Industrial que representou o surgimento e explosão do processo de industrialização, iniciando na Inglaterra no século XVIII e estendido no século XIX para países da Europa e Estados Unidos da América. A urbanização nesse período estava relacionada segundo Lefebvre (2007, p. 33), ao processo de industrialização, ou seja, a indústria induzia o desenvolvimento das cidades. Isso por que, esse contexto histórico foi marcado por uma intensa migração rural-urbana motivada pela procura de trabalho nas indústrias que atraíam cada vez mais trabalhadores, mesmo submetendo-se a condições de trabalho e salário precárias. Essa massa de trabalhadores formava os bairros operários e isso contribuiu para o crescimento das cidades no período considerado.

Na dinâmica urbana atual verifica-se o contrário, a indústria deixa de ser o único fator indutor da urbanização, se tornando induzida pelo urbano. Isso significa que a dinamicidade adquirida pelas cidades, por meio do crescimento populacional que cria

um mercado consumidor atrai o capital financeiro, fomentando o processo de industrialização. As cidades médias que a partir da década de 1970 ganharam destaque nacional, por meio da atuação do governo brasileiro e pela própria dinamicidade adquirida em caráter regional, apresentaram forte dinamismo econômico via setor industrial.

É importante ressaltar a boa infraestrutura implantada em Montes Claros/MG devido aos investimentos recebidos a partir de sua inclusão na área de atuação da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste – SUDENE, na década de 1960. Isso propiciou a atração e instalação de indústrias devido à implantação do Distrito Industrial (DI) na porção Norte do município, dentre outros fatores.

Até o final dos anos de 1980, Montes Claros/MG era conhecida como uma cidade industrial, em função da quantidade de indústrias nela instaladas. Este setor era a base do PIB municipal e importante fonte de empregos.

Após esse período, Oliveira e Rodrigues (2000) destacam a diminuição de recursos advindos da SUDENE para o setor industrial. Com isso, Montes Claros/MG passou por uma reelaboração econômica a partir da década de 1990, que conforme Gomes (2009, p.41) assumiu uma nova configuração industrial, caracterizado pela reestruturação das fábricas já existentes, por meio do capital estrangeiro<sup>51</sup>.

Este fato ocorreu, por exemplo, com o Grupo francês LAFARGE, que em 1996 assumiu o controle da Matsulfur, assim como com o grupo dinamarquês NOVO NORDISK que comprou em 2002 a BIOBRÁS. Este processo de reestruturação industrial foi em grande parte o responsável pela atual configuração industrial de Montes Claros/MG, isso por que, o processo de reestruturação atual dessas indústrias foi caracterizado por grandes investimentos em tecnologias.

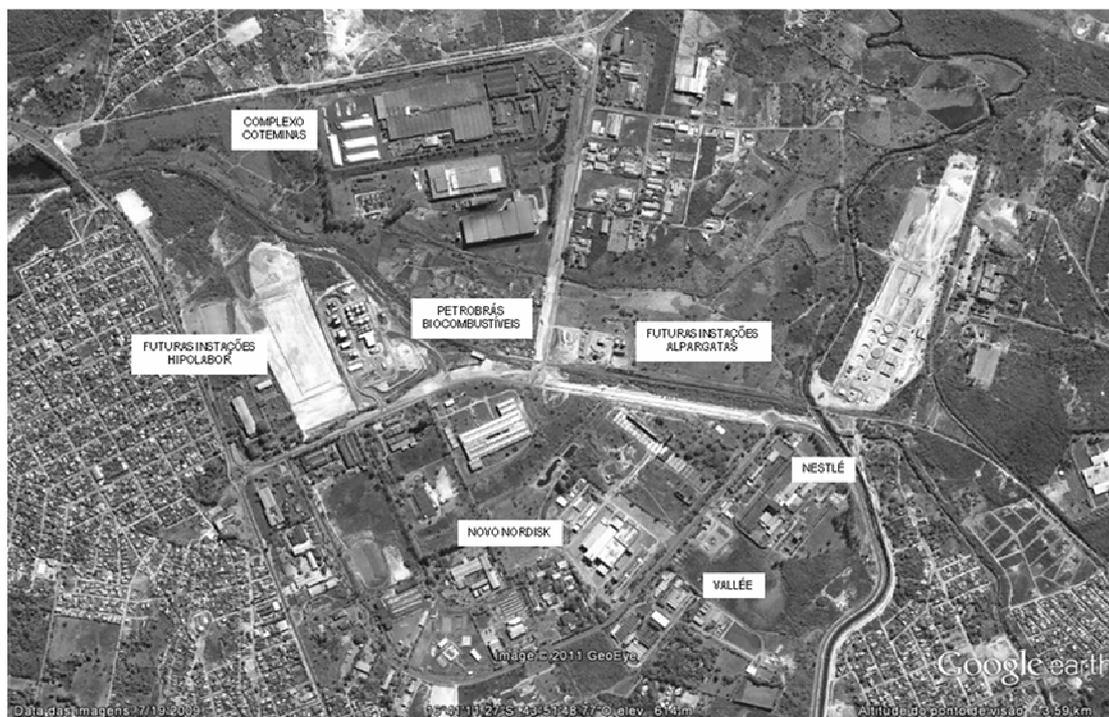
Portanto, o atual setor industrial de Montes Claros/MG apresenta-se também com indústrias de alta tecnologia, como é o caso da NOVO NORDISK que segundo a ACI (2008) de Montes Claros/MG, o investimento na unidade da cidade foi da ordem de

---

<sup>51</sup> A origem desse capital estrangeiro refere-se a origem das empresas multinacionais que atuam na cidade, que no caso são: francês ( LAFARGE), Dinamarquês ( NOVO NORDISK) e sueco ( NESTLÉ).

US\$ 200.000.000, exportando sua produção para diversos países da Europa, para a Austrália, Canadá e Nova Zelândia. Com isso, Montes Claros/MG tem apresentado um setor industrial dinâmico, competitivo e com forte atuação do capital estrangeiro.

Figura 28: Imagem Aérea do Distrito Industrial de Montes Claros/MG



Fonte: Google Earth, 2011.

Outro fato importante que se deve destacar em relação à configuração industrial em Montes Claros/MG, é a manutenção das indústrias que conseguiram transpor a redução dos recursos provenientes da SUDENE na década de 1980. Essas indústrias que se mantiveram instaladas no município foram de grande importância no que tange a manutenção, mesmo que instável, da economia e dos empregos abalados pelo fechamento de outras indústrias.

Herdeiras da era SUDENE, atualmente, várias empresas encontram-se em franco desenvolvimento com investimentos e modernização. Um exemplo é a Companhia de Tecidos do Norte de Minas, a COTEMINAS que atualmente conta com quatro unidades na cidade.

Atualmente, o setor industrial de Montes Claros/MG caracteriza-se por elevada diversificação, variedade e grandes fluxos de investimentos e alta tecnologia, além do

seu alcance mundial das empresas. O quadro 15 demonstra as principais indústrias instaladas no município.

Quadro15 - Montes Claros/MG: principais indústrias instaladas, 2011.

<b>Nome da Indústria</b>	<b>Segmento</b>	<b>Produto</b>
Nestlé S/A	Alimentos	Leite Condensado
Somai Nordeste S/A	Alimentos	Ovos e Aves
Novo Nordisk S/A	Biotecnologia	Farmacêuticos
Petrobrás Biocombustíveis S/A	Biotecnologia	Biodiesel
Vallée S/A	Biotecnologia	Veterinários
Lafarge Cimento S/A	Cimento	Cimento
Lafarge Concreto S/A	Construção Civil	Concreto
Wanmix Concreto Ltda	Construção Civil	Concreto
Denver S/A	Metalurgia	Eletrodos e Soldas
Elster Medição de Água S/A	Metalurgia	Medidores de água
Pavisan Mineração Ltda	Mineração	Indústria Asfáltica
Hartmann Mapol Ltda	Embalagens	Embalagens
Sanovo Greepack	Embalagens	Embalagens
Cia de Tecidos Santanense	Têxtil	Fios e Tecidos
Coteminas S/A (Matriz)	Têxtil	Fios de algodão e poliéster
Coteminas S/A (Unidade Cebractex)	Têxtil	Tecidos
Coteminas S/A (Unidade Lençóis)	Têxtil	Cama, mesa e banho
Coteminas S/A(Unidade Cotenor)	Têxtil	Fios e tecidos
Têxtil Paculdino S/A	Têxtil	Fios e Tecidos

Fonte: Associação Comercial Industrial/ACI – Montes Claros/MG/2011.  
Org. FRANÇA, I. S. 2010

Pereira e Souto (2009) analisaram a inserção da cidade média de Montes Claros/MG em escalas globais da economia mundial a partir do setor industrial. As autoras indicam que “A abertura comercial dos anos de 1990, a expansão e o avanço tecnológico dos meios de comunicação possibilitaram a conexão mundializada de diferentes espaços nacionais. Também Montes Claros/MG passa a ter a partir do referido período uma maior interligação com diversos países do mundo”.

Considerando o setor industrial como o principal integrador da cidade na economia mundial, Pereira e Souto (2009) destacaram as principais unidades industriais presentes na cidade e o ramo de atuação, juntamente com o país de origem dessas empresas. A Lafarge (produção de cimento) é de origem francesa; a Novo Nordisk (produtos farmacêuticos para diabetes) é de origem dinamarquesa; a Elster Medição de Água S/A (medidores de água) tem sua origem em Luxemburgo e a Nestlé (produção de leite condensado) é Suíça.

Com base nas exportações e importações realizadas por algumas indústrias da cidade, no período de janeiro a dezembro de 2009, verificou-se em qual faixa de valor em dólar (US\$) essas indústrias estão inseridas. O resultado é mostrado no quadro 16.

Quadro 16 - Montes Claros/MG: Pauta de exportações e importações de algumas indústrias, (Jan-Dez/2009)

INDÚSTRIAS	EXPORTAÇÃO (US\$)	IMPORTAÇÃO (US\$)
Novo Nordisk	Acima de US\$ 50 milhões	Acima de US\$ 50 milhões
Grupo Coteminas	Entre US\$ 10 e 50 milhões	Entre US\$ 1 e 10 milhões
Elster Medição S/A	Entre 1 e 10 milhões	Até US\$ 1 milhão
Vallée	Entre 1 e 10 milhões	Entre US\$ 1 e 10 milhões
Nestlé	-	Até US\$ 1 milhão
Sanovo Greepack	Até US\$ 1 milhão	Até US\$ 1 milhão

Fonte: MIDIC/SECEX.

Org.: SOUTO, I. V.P., 2010.

Os principais países com os quais as indústrias de Montes Claros/MG estabelecem relações, referentes a importações e exportações, são: Dinamarca, Alemanha, Estados Unidos, México, Espanha, Argentina, Peru, Paraguai, Uruguai, Equador, França, China, Suíça, Irlanda, Itália e Japão. Dessa forma, pode-se perceber que Montes Claros/MG estabelece relações com outros países, por meio da produção e comercialização de produtos industrializados. Esses elementos podem contribuir na análise da cidade média de Montes Claros/MG na economia globalizada. (PEREIRA; SOUTO, 2010).

Cabe ressaltar que nem todas as indústrias da cidade atendem as exigências do mercado internacional e acabam sendo excluídas das redes, bem como outros ramos não industriais. Esses dados revelam que, no que diz respeito à inserção de Montes Claros/MG nas redes globais ou no mercado internacional, por meio das atividades econômicas, o setor industrial é o principal elo da cidade na economia mundial. (PEREIRA; SOUTO, 2010).

O parque industrial da cidade continua em expansão. Estão sendo instalados dois novos empreendimentos<sup>52</sup>: Hipolabor Farmacêutica, com previsão de geração de 750

<sup>52</sup> Foi anunciado pelo Governo do Estado, no início de março/2012, a instalação de uma fábrica de tratores e máquinas da Fiat/Case/New Holland, com geração de cerca de 2.500 empregos diretos e indiretos.

empregos diretos e produção de antibióticos; e a Alpargatas S/A que anunciou a contratação de 2500 empregos diretos e produzirá calçados.

Os dados e a discussão apresentados demonstraram a centralidade de Montes Claros tanto regional, quanto no âmbito da aglomeração. O setor terciário da economia reforça a polarização de Montes Claros, através dos fluxos diversos a ela direcionados. Nessa perspectiva, Montes Claros configura-se como o núcleo da aglomeração.

**CAPÍTULO 4**  
**PERFIL DEMOGRÁFICO E ECONÔMICO DOS MUNICÍPIOS DO**  
**ENTORNO DE MONTES CLAROS**

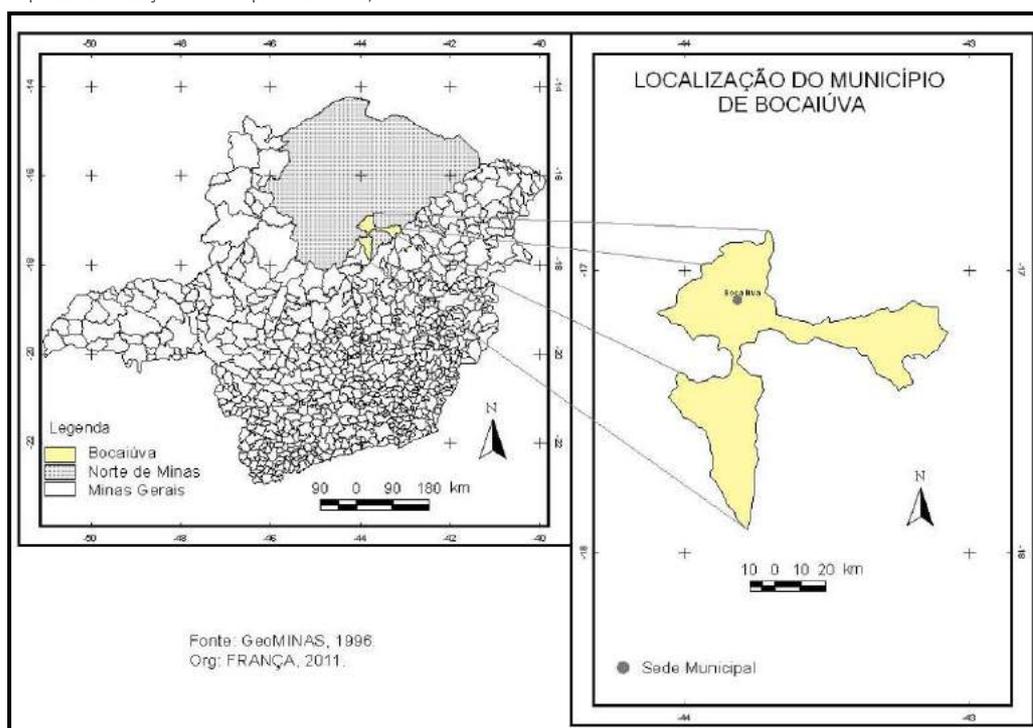
O presente capítulo analisa indicadores demográficos e econômicos dos onze municípios limítrofes com Montes Claros, pólo da aglomeração. Além disso, são apresentados croquis de uso e ocupação de solo dos municípios, bem como elementos da infraestrutura urbana de cada um deles. Tais indicadores e informações permitem compreender as interações entre os municípios limítrofes e o pólo da aglomeração.

#### 4.1 - População e Produto Interno Brutos dos Municípios

##### Bocaiúva

O município de Bocaiúva se localiza no Norte de Minas Gerais, ocupa uma área de 3231,56 Km<sup>2</sup> com densidade demográfica de 14,43 habitantes por km<sup>2</sup>. (IBGE, 2011). Localiza-se a 370km de Belo Horizonte e 45km de Montes Claros. Sua principal via de acesso é a BR 135. Bocaiúva possui como municípios limítrofes: Montes Claros, Glaucilândia, Engenheiro Navarro, Joaquim Felício, Buenópolis, Diamantina, Olhos D'agua, Carbonita, Turmalina, Botumirim, Itacambira, Guaraciama e Claro dos Poções. (ALMG, 2011).

Mapa 11 – Localização do município de Bocaiúva/MG



O município integra a microrregião de Bocaiúva, pertencente a Mesorregião Norte de Minas. A microrregião de Bocaiúva é composta por quatro municípios: Bocaiúva, Engenheiro Navarro, Francisco Dumont, Guaraciama, e Olhos D'água. (IBGE, 2011).

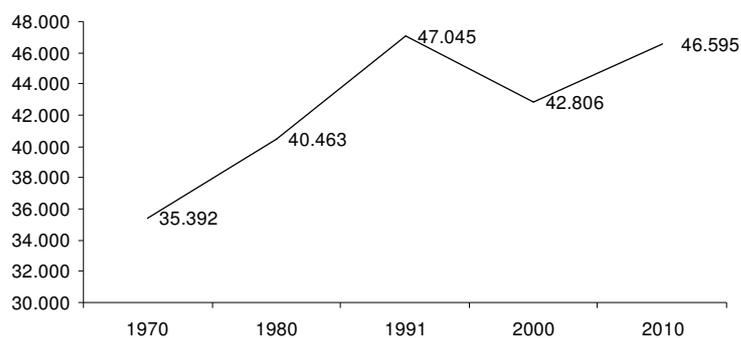
Figura 29: Imagem de Satélite da Área Urbana de Bocaiúva/MG



Fonte: Google Earth, 2011.

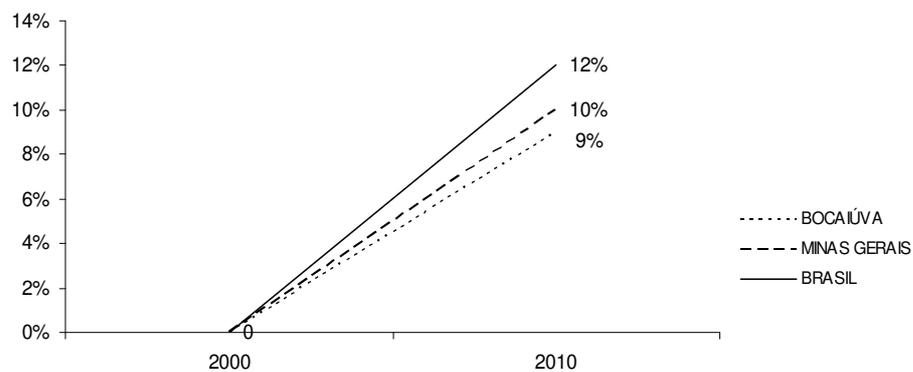
Quanto aos aspectos demográficos, observa-se um crescimento da população total do município após a década de 1970 vinculado a altas taxas de urbanização. Em 1970, a população total de Bocaiúva era de 35.392 habitantes. Para os anos de 1980, 1991, 2000 e 2010, o município elevou seu tamanho populacional em 40.463; 47.045; 42.806 e 46.595, respectivamente. (IBGE, 2011). Observa-se que, exceto para o ano de 2000, a população total apresentou crescimento no período analisado (1970 a 2010). (IBGE, 2011).

Gráfico 5 – Bocaiúva/MG: População Total, 1970, 1980, 1991, 2000, 2010.



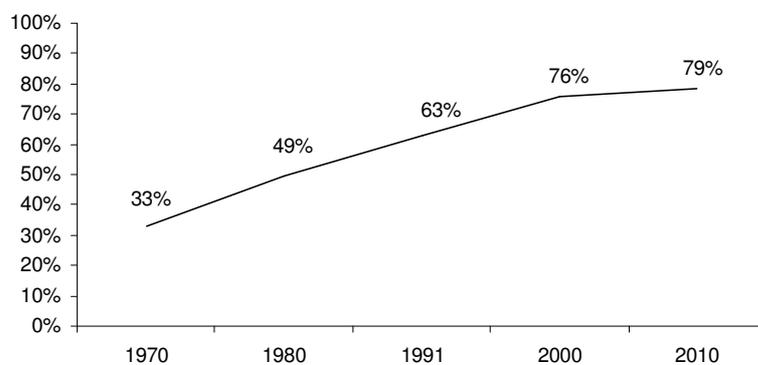
Fonte: IBGE, 2010.  
Org.: FRANÇA, I. S., 2011.

Gráfico 6 – Bocaiúva/MG: Taxa de Crescimento da População Total, 2000 - 2010.



Fonte: IBGE, 2010.  
Org.: FRANÇA, I. S., 2011.

Gráfico 7 – Bocaiúva/MG: Taxa de Urbanização, 1999 a 2008.



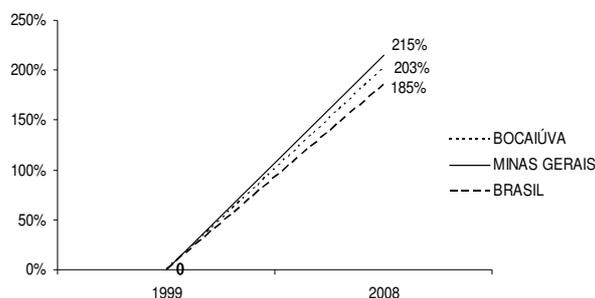
Fonte: IBGE, 2010.  
Org.: FRANÇA, I. S., 2011.

Entre 1991 e 2000 Bocaiúva teve sua população reduzida em 9%. Isso devido ao processo de emancipação política administrativa de distritos que se transformaram em municípios na década de 1990<sup>53</sup>. Todavia, na década posterior, 2000 a 2010, o município de Bocaiúva recupera a dinâmica de crescimento demográfico, tendo sua população total acrescida em 9%. Nesse período, a taxa de crescimento da população mineira e do Brasil, foi respectivamente de 10% e 12%. (IBGE, 2011).

Quanto à urbanização, Bocaiúva apresentou significativo aumento que se acelerou após a década de 1990. No ano de 1970, o município possuía uma taxa de urbanização de 32,8%. Em 1980, a população urbana correspondia a 49,3%. Verifica-se que após o ano de 1991, a população urbana supera a população rural. Para os anos de 1991, 2000 e 2010, as taxas de população urbana e população rural representaram, respectivamente: 62,7% e 37,3%; 75,7% e 24,3%; 78,5% e 21,5%. (IBGE, 2011).

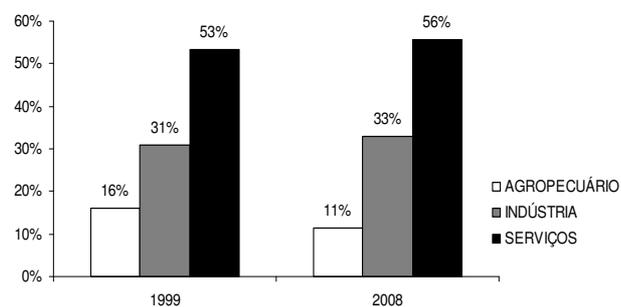
Em termos econômicos, o PIB total de Bocaiúva no ano de 2008 foi de R\$ 348.575.070,00 e o PIB per capita, R\$ 7.527,64. O PIB total do município apresentou crescimento de 203% no período de 1999 a 2008. Para esse mesmo período, os índices de crescimento do PIB total do Brasil e de Minas Gerais foram 185% e 215%, respectivamente. Nota-se que o PIB total do município acompanhou a tendência de crescimento dos PIBs do país e de Minas Gerais.

Gráfico 8 – Bocaiúva/MG: Taxa de Crescimento do PIB Total, 1999 a 2008.



Fonte: IBGE, 2010.  
Org.: FRANÇA, I. S., 2011

Gráfico 9 – Bocaiúva/MG: PIB por setores econômicos, 1999 a 2008.



Fonte: IBGE, 2010.  
Org.: FRANÇA, I. S., 2011.

<sup>53</sup> O Processo de Formação Política Administrativa dos municípios pertencentes à Aglomeração Urbana Descontínua de Montes Claros/MG foi explicado no Capítulo 2 desta pesquisa.

Nesse período (1999-2008) verificou-se uma mudança na participação dos setores na composição do PIB Total. O Setor de Serviços reduziu seu tamanho relativo, de 42% para 36%; a indústria ampliou sua participação, de 39% para 45%; já o setor agropecuário, praticamente se manteve de 19% para 20%. Como a indústria bocaiuvense é, basicamente, composta pelo setor siderúrgico, seu crescimento se explica pela ampliação do consumo nacional e mundial de ferro e aço.

Nesse sentido, verifica-se que a economia de Bocaiúva está assentada, predominantemente, nos setores industriais e de serviços, principais responsáveis pela geração de renda e emprego no município. A análise do PIB estratificado revela essa realidade.

Quanto à estrutura ocupacional, a População Economicamente Ativa – PEA, nos anos de 1970, 1980, 1991 e 2010, representou, respectivamente: 10.478; 12.975; 16.670 e 17.999, em relação à população total. (IPEA, 2011).

Em relação à infraestrutura de saúde, o município possui 36 estabelecimentos de saúde cadastrados no DATASUS (2011). Desse total, há 13 centros de saúde/unidade básica, sete clínicas especializadas, cinco postos de saúde, quatro unidades de apoio Diagnose e Terapia, dois centros de atenção psicossocial, três consultórios isolados, um hospital geral e uma secretaria de saúde.

A maior parte dos estabelecimentos de saúde de Bocaiúva, 60%, está vinculada à rede pública. Quanto aos leitos, existe um total de 94, todos eles estão vinculados ao SUS. (DATASUS, CNES, 2011). Destaca-se que dos 36 estabelecimentos de saúde, apenas dois estão habilitados para atendimentos de alta complexidade ambulatorial ou hospitalar. Nesse sentido, certamente se faz necessário o deslocamento da população para atendimento de serviços de saúde de alta complexidade em município que os ofereçam, nesse caso, o município de Montes Claros, núcleo da aglomeração em estudo.

A pesquisa identificou a presença do setor de educação superior no município, embora este seja incipiente e pouco diversificado não atendendo a demanda da população. A migração pendular para Montes Claros com o objetivo educacional atesta tal situação.

Bocaiúva possui quatro IES, sendo que duas são presenciais, sendo elas, Fundação Presidente Antônio Carlos – UNIPAC com dois cursos ofertados (Administração e Letras Português e Inglês) e a Unimontes com dois cursos (Licenciatura em Física e Licenciatura em Química). Existem também duas IES no formato Ensino à Distância - EAD, a Universidade Castelo Branco – UCB e a Universidade do Norte do Paraná – UNOPAR. (Fonte: <http://emec.mec.gov.br> e Pesquisa Direta, 2011).

### Capitão Enéas

O município de Capitão Enéas/MG localiza-se no Norte de Minas Gerais. Ocupa uma área de 972,92km<sup>2</sup>, com densidade demográfica de 14,6 habitantes por km<sup>2</sup>. Dista a 471km da capital Belo Horizonte e a 56km de Montes Claros. Possui como municípios limites: Montes Claros, São João da Ponte, Francisco Sá e Janaúba. As principais rodovias que servem de acesso ao município são as BR122 e BR135. (ALMG, 2011; IBGE, 2011).

Mapa 12 – Localização do município de Capitão Enéas/MG.

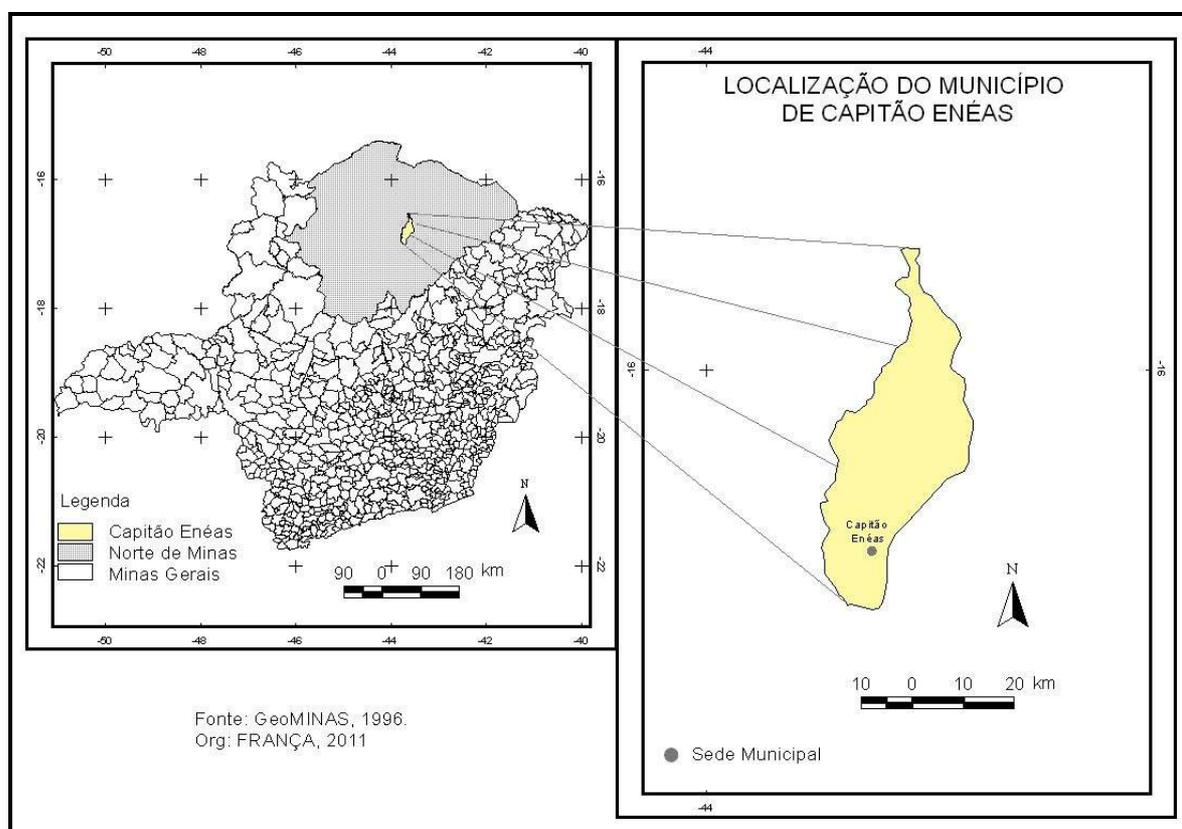


Figura 30: Vista Panorâmica de Capitão Enéas/MG



Fonte: [www.flickr.com](http://www.flickr.com), acesso em 24\_03\_2011

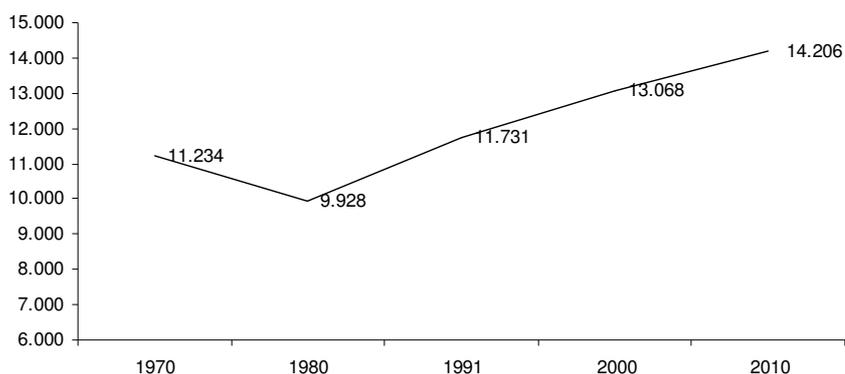
Figura 31: Imagem de Satélite da Área Urbana de Capitão Enéas/MG



Fonte: Google Earth, 2011.

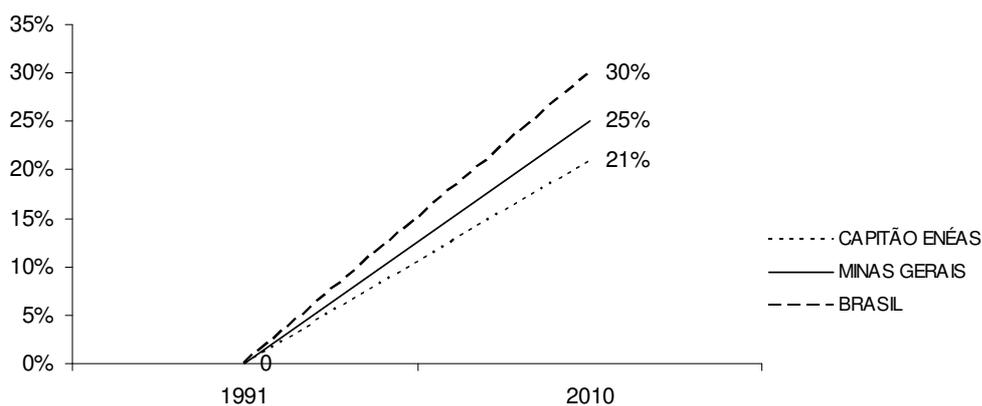
Na década de 1970 a população total era de 11.234 habitantes. Para os anos de 1980, 1991, 2000 e 2010, registraram-se 9.928, 11.731, 13.068 e 14.206 habitantes, respectivamente. (Gráfico 10). Nesse período, o aumento da população total foi de 26%, sendo que a população do Estado e do Brasil cresceram, 68% e 102%, respectivamente. Nota-se que o ritmo de crescimento populacional de Capitão Enéas/MG foi quatro vezes menor do que o brasileiro.

Gráfico 10 – Capitão Enéas/MG: População Total, 1970, 1980, 1991, 2000, 2010.



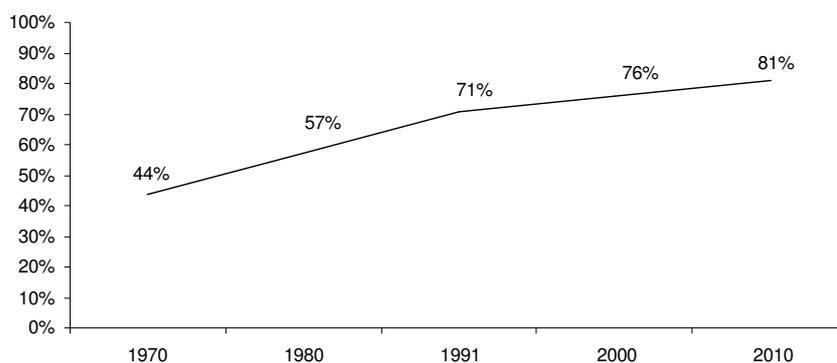
Fonte: IBGE, 2010.  
Org.: FRANÇA, I. S., 2011.

Gráfico 11 – Capitão Enéas/MG: Taxa de Crescimento da População Total, 1991 - 2010.



Fonte: IBGE, 2010.  
Org.: FRANÇA, I. S., 2011.

Gráfico 12 – Capitão Enéas/MG: Taxa de Urbanização, 1999 a 2008.



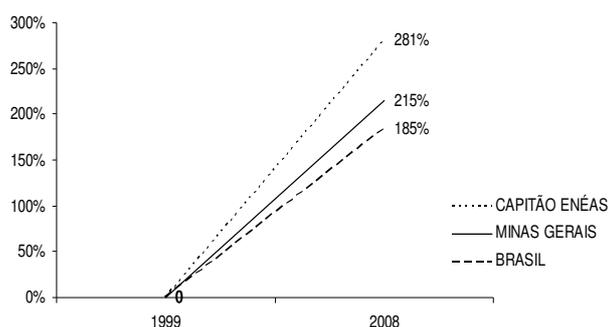
Fonte: IBGE, 2010.  
Org.: FRANÇA, I. S., 2011.

De acordo com o gráfico 11, nos últimos 20 anos, 1991 a 2010, a taxa de crescimento populacional foi de 21% para Capitão Enéas/MG, 25% para Minas Gerais e 30% para o Brasil. Observa-se, então, níveis de crescimento da população total não muito diferentes entre eles.

Quanto à população urbana, o ritmo de crescimento após a década de 1970 foi bastante expressivo. Em 1970, o índice de urbanização era de 44%, ou seja, a maior parte da população ocupava a zona rural. A taxa de urbanização em 1980, 1991, 2000 e 2010 foi crescente, representando, respectivamente, 57%, 71%, 76% e 81% da população total. A maior taxa de urbanização de Capitão Enéas/MG refere-se ao ano de 2010. O censo demográfico do IBGE (2010) divulgou uma população total de 14.210 habitantes, sendo que desse total, 11.520, ou seja, 81,% residiam na área urbana e 2.686 (19%) na área rural. (Gráfico 12).

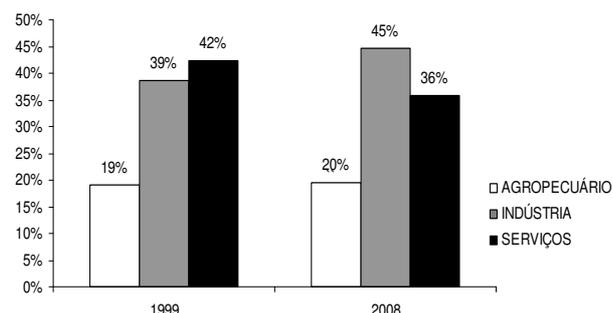
Quanto a economia do município no período de 1999 a 2008, verificou-se grande crescimento do PIB total de Capitão Enéas/MG (281%), bem acima do ritmo de crescimento do país e de Minas Gerais. (Gráfico 13).

Gráfico 13 – Capitão Enéas/MG: Taxa de Crescimento do PIB Total, 1999 a 2008.



Fonte: IBGE, 2010.  
Org.: FRANÇA, I. S., 2011

Gráfico 14 – Capitão Enéas/MG: PIB por setores econômicos, 1999 a 2008.



Fonte: IBGE, 2010.  
Org.: FRANÇA, I. S., 2011.

Para o mesmo período (1999-2008), analisou-se o PIB por setores econômicos em Capitão Enéas/MG. (Gráfico 14). No ano de 1999, o setor de serviços representou 42% do PIB total, seguido pela indústria (39%) e pelo setor agropecuário. Já no ano de 2008, houve uma alteração onde a maior representatividade no PIB foi da indústria.

No ano de 2008, o PIB municipal total foi de 162.741.000,00, onde o setor industrial representou 45% do PIB total, seguido pelo setor de serviços com 36% e agropecuário com 20%. O PIB per capita foi de 11.084,39. (IBGE Cidades, 2011).

Ao analisar o PIB (2008) por setor econômico de Capitão Enéas/MG, verifica-se a importância da indústria na sua composição total. Assim como o município de Bocaiúva, a siderurgia é a principal atividade industrial no município. Dessa maneira, o crescimento da demanda nacional e mundial por produtos siderúrgicos influenciou diretamente os resultados desse setor em Capitão Enéas/MG.

Quanto a PEA, de acordo com o IPEA (2011), em 1970 era 3.265. Em 1980, 1991 e 2000, a PEA de Capitão Enéas/MG foi 2.789, 3.992 e 4.947, respectivamente.

Em relação à infraestrutura de saúde, Capitão Enéas/MG possui um total de 20 estabelecimentos de saúde com 29 leitos disponíveis para internação. Apenas dois estabelecimentos de saúde prestam serviços no âmbito ambulatorial ou hospitalar. (Anexo).

Esta situação ocasiona o atendimento complementar da população nos serviços de saúde de alta complexidade no município em Montes Claros. A quase totalidade dos estabelecimentos de saúde de Capitão Enéas/MG, 95%, estão vinculados à rede pública. (DATASUS – CNES, 2011).

### Claro dos Poções

O município de Claro dos Poções localiza-se no Norte de Minas Gerais. Ocupa uma área territorial de 720,23 km<sup>2</sup>, com densidade demográfica de 10,8 hab. Km<sup>2</sup>. (IBGE, 2011). Possui como municípios limítrofes Montes Claros, São João da Lagoa, Jequitaiá e Francisco Dumont. A principal rodovia de acesso a Claro dos Poções é a BR365. Localiza-se a 472km de Belo Horizonte e a 73km de Montes Claros. (ALMG, 2011).

Mapa 13 – Localização do município de Claro dos Poções/MG

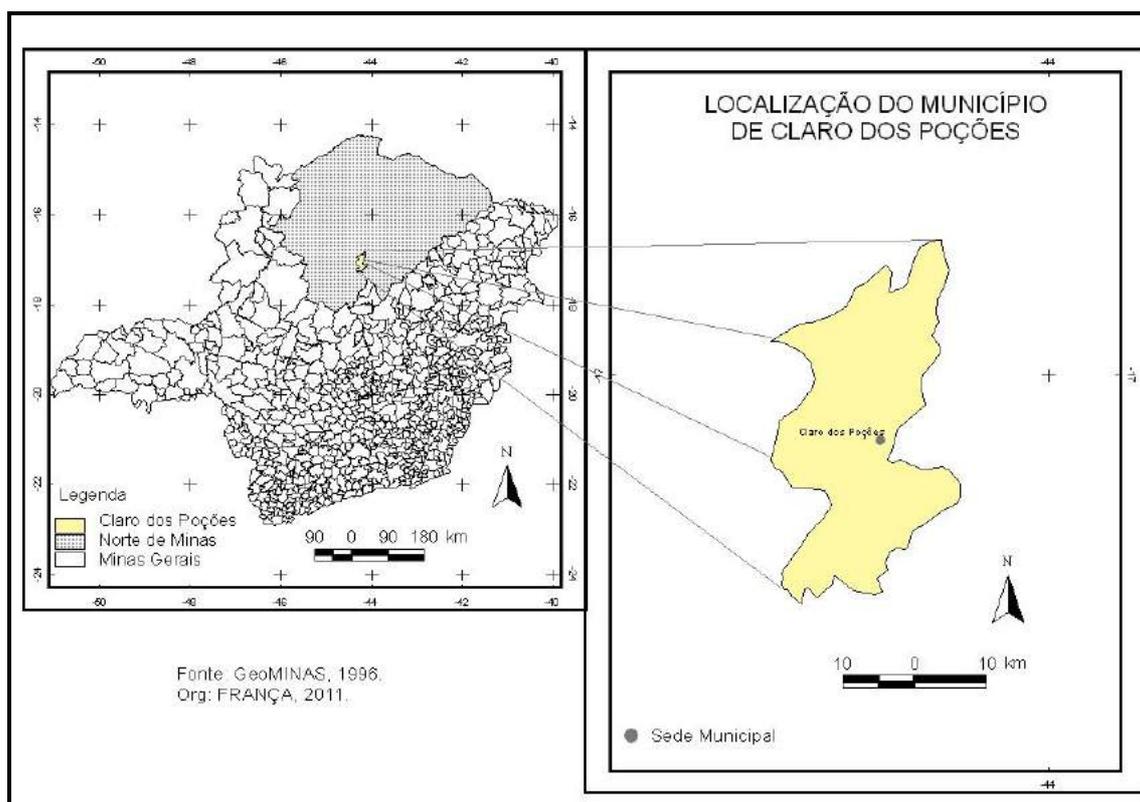


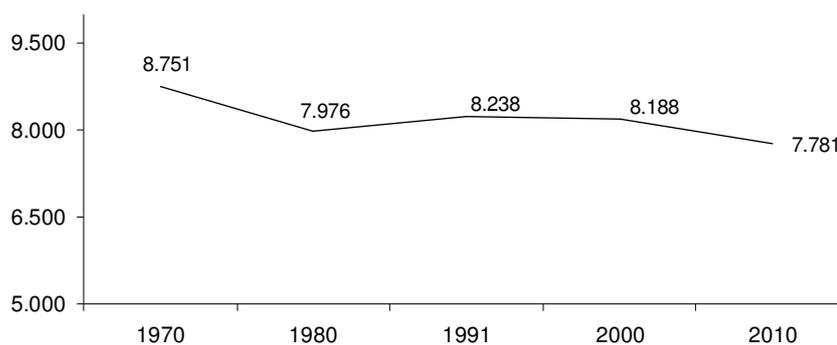
Figura 32: Imagem de Satélite da Área Urbana de Claro dos Poções/MG



Fonte: Google Earth, 2011.

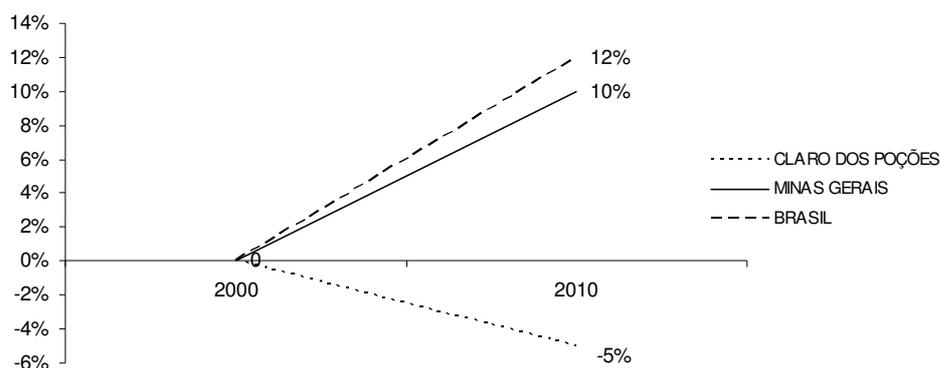
Em 1970 a população total de Claro dos Poções equivalia a 8.751 habitantes, para os anos de 1980, 1991, 2000 e 2010, registrou-se 7.976, 8.238, 8.188 e 7.781, respectivamente. (IBGE, 2011). Considerado o referido período observa-se baixo crescimento demográfico do município.

Gráfico 15 – Claro dos Poções/MG: População Total, 1970, 1980, 1991, 2000, 2010.



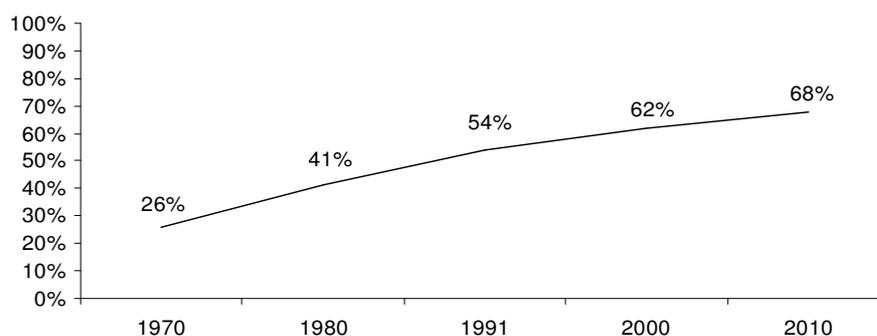
Fonte: IBGE, 2010.  
Org.: FRANÇA, I. S., 2011.

Gráfico 16 – Claro dos Poções/MG: Taxa de Crescimento da População Total, 2000 - 2010.



Fonte: IBGE, 2010.  
Org.: FRANÇA, I. S., 2011.

Gráfico 17 – Claro dos Poções/MG: Taxa de Urbanização, 1999 a 2008.



Fonte: IBGE, 2010.  
Org.: FRANÇA, I. S., 2011.

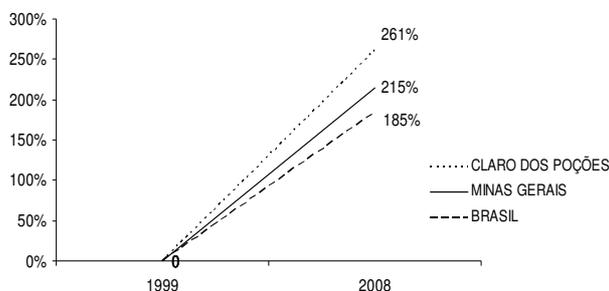
Entre 2000 e 2010 a taxa de crescimento da população total de Claro dos Poções foi negativa (-5%). (Gráfico 16). Nesse mesmo período as taxas de Minas Gerais e do Brasil corresponderam 10% e 12%, respectivamente.

Considerando o período de 1970 a 2010 verifica-se que a população urbana em Claro dos Poções foi predominante em relação à população rural após 1991. Para os anos de 1991, 2000 e 2010 o índice de urbanização foi de 54%, 62% e 68%, respectivamente. (Gráfico 17).

A análise da economia do município através do PIB total revela que Claro dos Poções apresentou crescimento de 261% entre 1999 a 2008, um índice superior ao estadual e

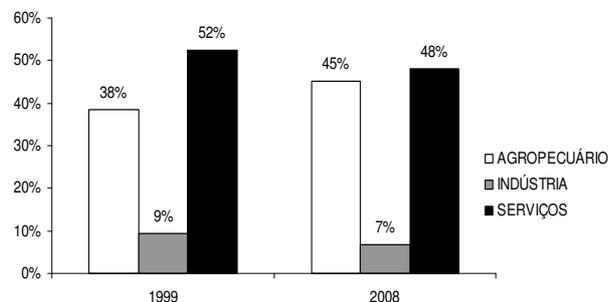
nacional. Para esse mesmo período, as taxas de crescimento do PIB total do Brasil e de Minas Gerais foram 185% e 215%, respectivamente. (Gráfico 18).

Gráfico 18 – Claro dos Poções/MG: Taxa de Crescimento do PIB Total, 1999 a 2008.



Fonte: IBGE, 2010.  
Org.: FRANÇA, I. S., 2011

Gráfico 19 – Claro dos Poções/MG: PIB por setores econômicos, 1999 a 2008.



Fonte: IBGE, 2010.  
Org.: FRANÇA, I. S., 2011.

Quanto ao PIB por setores verifica-se a predominância da participação dos setores de serviços e agropecuário, entre 1999 e 2008, respondendo por mais de 90% de composição do PIB Total municipal. Em 1999 o setor de serviços representou 52%, o agropecuário 38% e a indústria 9% do PIB Total. Para o ano de 2008, a estrutura do PIB municipal apresentou pouca alteração: setor de serviços (48%), agropecuário (45%) e a indústria (7%). (Gráfico 19).

Em 2008, o PIB total do município foi de R\$51.020.000,00. O PIB per capita (2008) foi equivalente a R\$6.090,47. (IBGE, 2011). De acordo com o IPEA (2011), em 1970, a PEA de Claro dos Poções era 2.848 pessoas. Em 1980, 1991 e 2000, a PEA foi 2.516, 2.901 e 3.371, respectivamente.

Em relação à infraestrutura de saúde, o município possui um total de 10 estabelecimentos de saúde que em sua maioria oferecem atendimento de baixa complexidade. A maior parte dos estabelecimentos de saúde (90%) está vinculada à rede pública. Em relação aos tipos de estabelecimentos de saúde destacam-se: quatro centros de saúde, três postos de saúde e uma unidade de apoio diagnose e terapia. O município possui um total de 23 serviços especializados de saúde. (DATASUS, CNES, 2011).

## Coração de Jesus

O município de Coração de Jesus localiza-se no Norte de Minas Gerais. Ocupa uma área territorial de 2.225km<sup>2</sup>, com densidade demográfica de 11,70 hab. Km<sup>2</sup>. (IBGE, 2011). Localiza-se a 475km de Belo Horizonte e a 81km de Montes Claros. As rodovias que servem de acesso ao município são as BR365 e MG145. Coração de Jesus possui os seguintes municípios limítrofes: Montes Claros, Mirabela, Brasília de Minas, São João do Pacui, Campo Azul, Ponto Chique, Ibiaí, Lagoa dos Patos e São João da Lagoa.

Mapa 14 - Localização do município de Coração de Jesus/MG

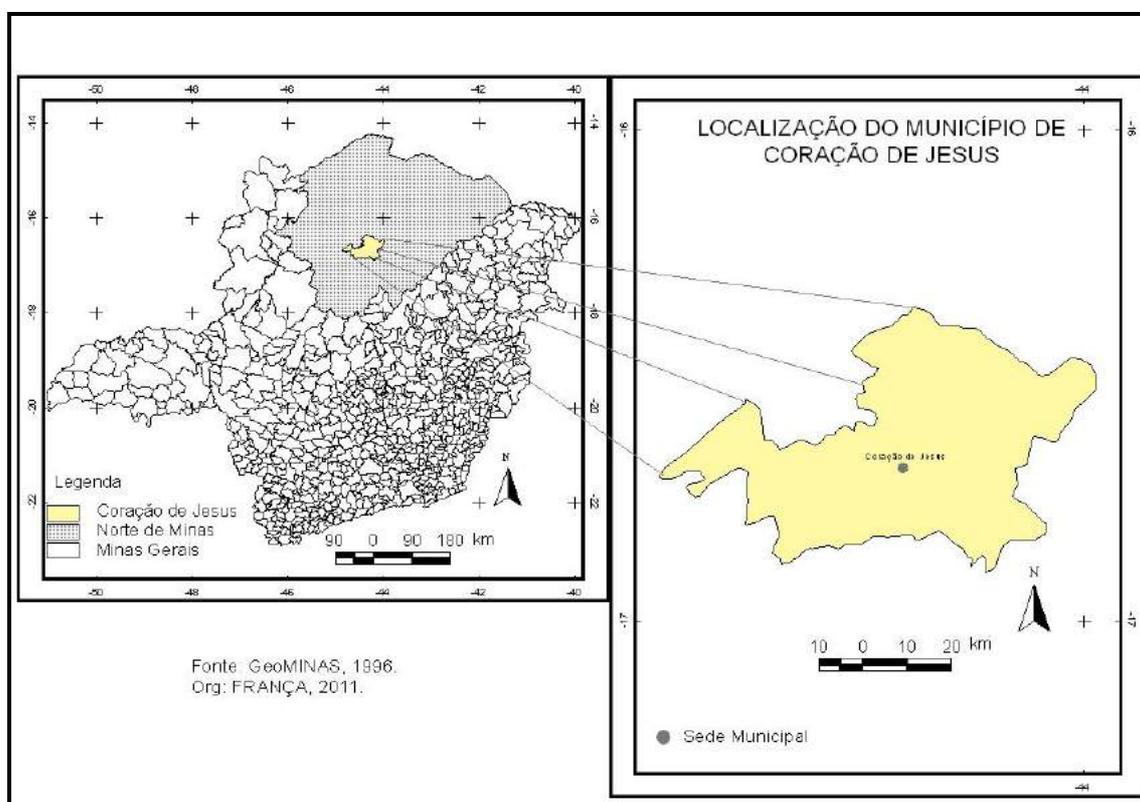


Figura 33: Vista Panorâmica de Coração de Jesus/MG



Fonte: [www.olhardireto.com.br](http://www.olhardireto.com.br), acesso em 24,03,2011

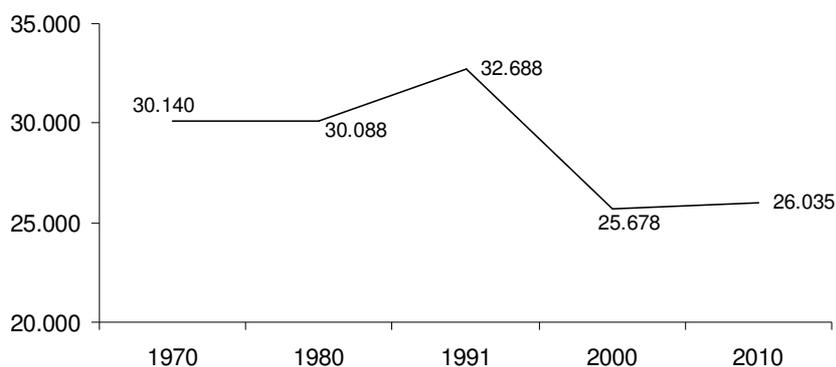
Figura 34: Imagem de Satélite da Área Urbana de Coração de Jesus/MG



Fonte: Google Earth, 2011.

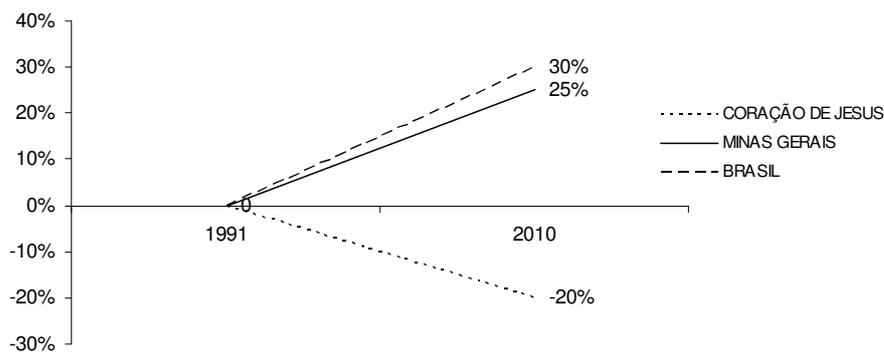
Em 1970 o município contava com uma população total de 30.140 habitantes, no ano de 1980 esse número sofreu um pequeno declínio onde a população total foi 30.088. Em 1991 a população aumentou atingindo um total de 32.688. Todavia, cabe ressaltar que nos dois últimos censos do IBGE (2000 e 2010), Coração de Jesus apresentou um decréscimo da população total em relação ao período de 1970 a 1991, apresentando 25.678 e 26.035, respectivamente. (IBGE, 2011).

Gráfico 20 – Coração de Jesus/MG: População Total, 1970, 1980, 1991, 2000, 2010.



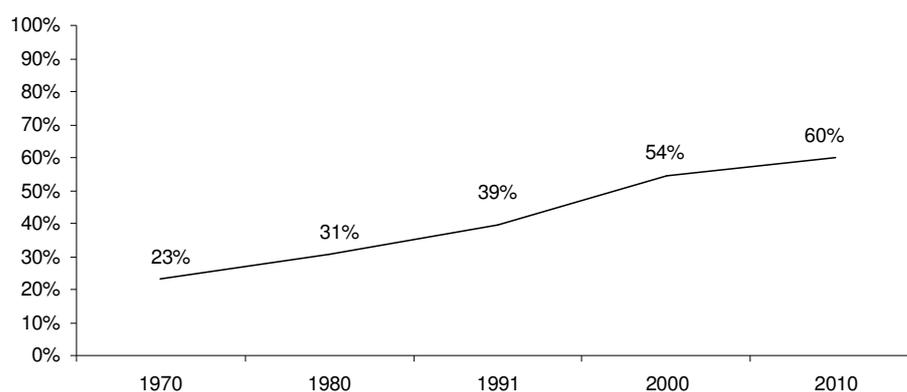
Fonte: IBGE, 2010.  
Org.: FRANÇA, I. S., 2011.

Gráfico 21 – Coração de Jesus//MG: Taxa de Crescimento da População Total, 2000 - 2010.



Fonte: IBGE, 2010.  
Org.: FRANÇA, I. S., 2011.

Gráfico 22 – Coração de Jesus/MG: Taxa de Urbanização, 1999 a 2008.



Fonte: IBGE, 2010.

Org.: FRANÇA, I. S., 2011.

O decréscimo populacional em Coração de Jesus (-20%) no período de 1991 a 2010 está representado no gráfico 21. Essa perda populacional se explica em função da emancipação político-administrativa de distritos que se transformaram em municípios na década de 1990<sup>54</sup>. Nesse período, a taxa de crescimento da população total do Brasil foi de 30% e de Minas Gerais 25%. Todavia, na década posterior, 2000 a 2010, o município de Coração de Jesus recuperou a sua população apresentando taxa de crescimento demográfico de 1,3%. (IBGE, 2011).

Mesmo com o decréscimo populacional o processo de urbanização acelerou-se após a década de 1970. Nos anos 2000 e 2010 a maior parte da população residia na área urbana. A população urbana passou a ocupar as cidades em busca de trabalho e moradia, fator que contribuiu para o aumento do índice de urbanização do município. Em 1970, a população urbana correspondia a 23,% da população total, para os anos de 1980, 1991, 2000 e 2010 esse índice cresceu: 31%, 39%, 54% e 60%, respectivamente. (Gráfico 22).

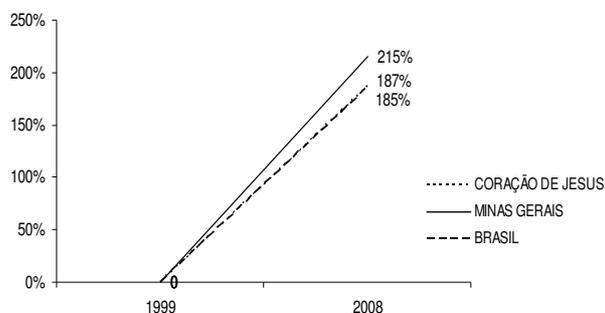
A análise da economia do município através do PIB total revela que Coração de Jesus apresentou crescimento de 187% entre 1999 a 2008. Para esse mesmo período, os índices de crescimento do PIB total do Brasil e de Minas Gerais foram 185% e 215%,

---

<sup>54</sup> O Processo de Formação Política Administrativa dos municípios pertencentes à Aglomeração Urbana Descontínua de Montes Claros/MG foi explicado no Capítulo 2 desta pesquisa.

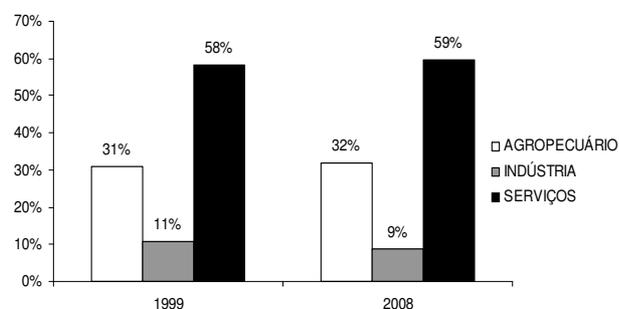
respectivamente. Nota-se que o PIB total do município acompanhou a tendência de crescimento do país e de Minas Gerais.

Gráfico 23 – Coração de Jesus/MG: Taxa de Crescimento do PIB Total, 1999 a 2008.



Fonte: IBGE, 2010.  
Org.: FRANÇA, I. S., 2011

Gráfico 24 – Coração de Jesus/MG: PIB por setores econômicos, 1999 a 2008.



Fonte: IBGE, 2010.  
Org.: FRANÇA, I. S., 2011.

O PIB por setores no mesmo período apresentou uma pequena alteração na sua estrutura. Em 1999 o setor de serviços representou 58%, o agropecuário 31% e a indústria 11% do PIB Total. Para o ano de 2008, a estrutura do PIB municipal praticamente manteve-se inalterada: setor de serviços (59%), agropecuário (32%) e a indústria (9%).

Em 2008, o PIB total do município foi de R\$117.992.000,00. O PIB per capita (2008) foi equivalente a R\$4.369,60. (IBGE, 2011). De acordo com o IPEA (2011), em 1970, a PEA de Coração de Jesus era 9.388 pessoas. Em 1980, 1991 e 2000, a PEA foi 7.966, 10.077,03 e 10.187,15, respectivamente.

Em relação à infraestrutura de saúde, Coração de Jesus possui um total de 16 estabelecimentos de saúde. A maior parte deles está vinculada a rede pública (94%). Em relação aos tipos de estabelecimentos de saúde destacam-se: oito centros de saúde, dois postos de saúde, um hospital geral, uma secretaria de saúde, uma unidade de vigilância em saúde.

Considerando as diversas especialidades da saúde (cirurgia geral, ginecologia, clínica geral, obstetrícia cirúrgica, obstetrícia clínica e pediatria clínica), o município possui um total de 52 leitos, todos eles estão vinculados ao SUS. Quanto aos serviços

especializados de saúde, o município possui 55 estabelecimentos. (DATASUS, CNES, 2011).

Coração de Jesus possui apenas uma instituição de educação à distância, a Faculdade de Tecnologias e Ciências – FCT Salvador. (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, 2011). Estas instituições procuram atender a demanda da população de pequenas cidades.

## Francisco Sá

O município de Francisco Sá localiza-se no Norte de Minas Gerais. Ocupa uma área territorial de 2.747km<sup>2</sup>, com densidade demográfica de 9,07 hab. Km<sup>2</sup>. (IBGE, 2011). Possui como municípios limítrofes Montes Claros, Janaúba, Capitão Enéas, Grão Mogol, Riacho dos Machados, Juramento e Itacambira. A principal rodovia de acesso ao município é a BR251. Localiza-se a 476km de Belo Horizonte e a 44km de Montes Claros. (ALMG, 2011).

Mapa 15 – Localização do município de Francisco Sá/MG

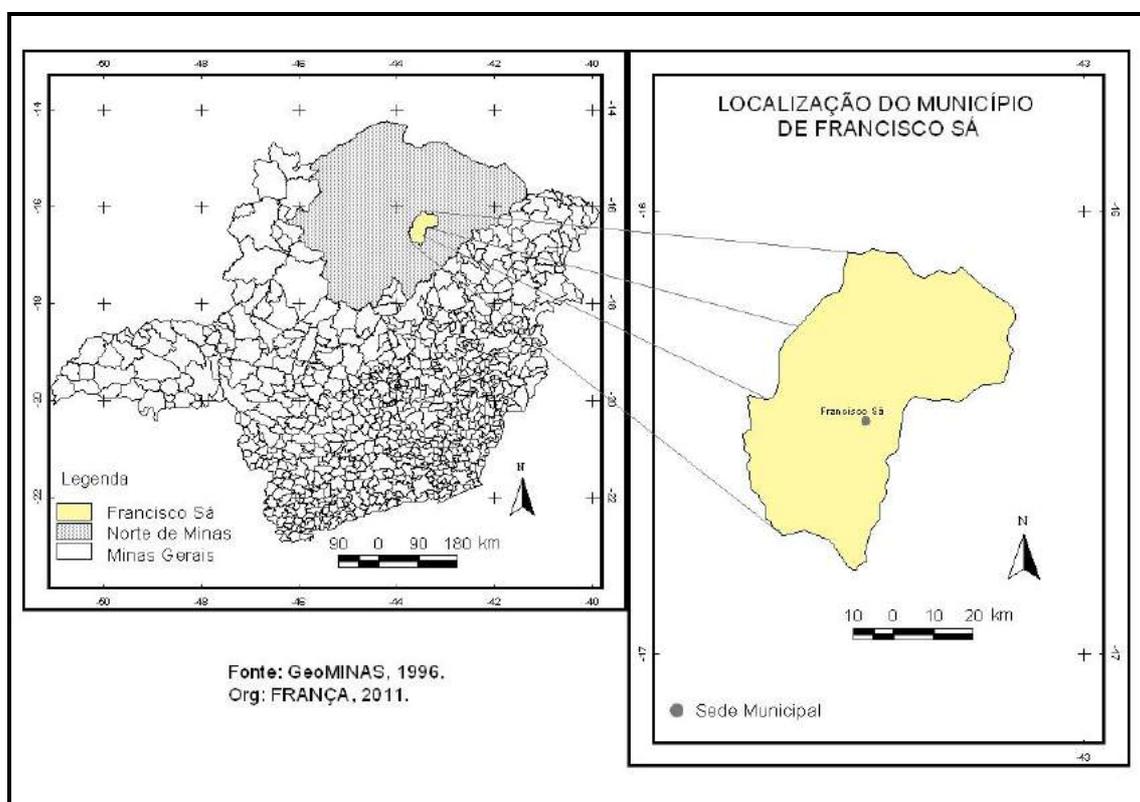


Figura 35: Vista Panorâmica de Francisco Sá/MG.



Fonte: [www.enoquerodrigues.blogspot.com](http://www.enoquerodrigues.blogspot.com), acesso em 24\_03\_2011.

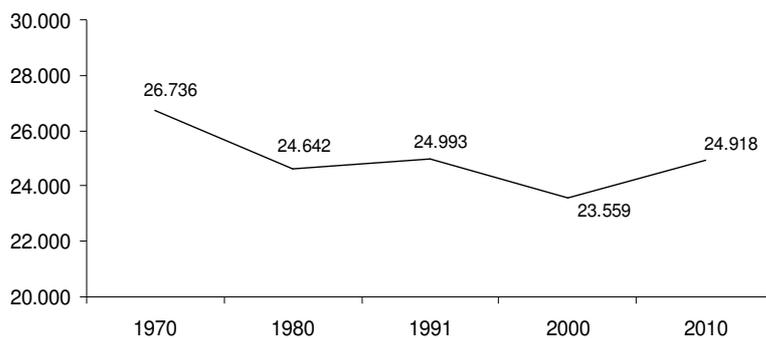
Figura 36: Imagem de Satélite da Área Urbana de Francisco Sá/MG



Fonte: Google Earth, 2011.

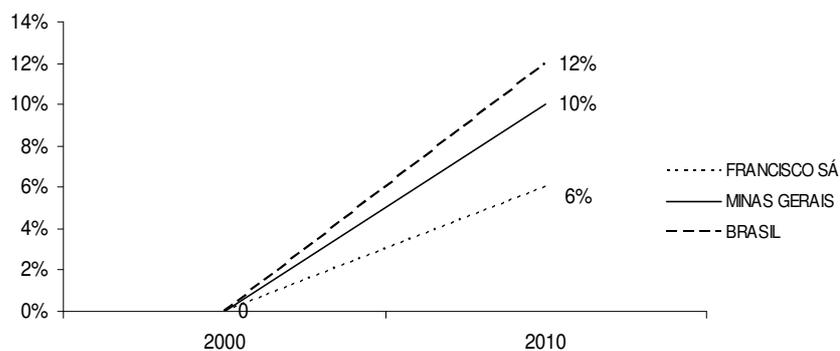
O crescimento demográfico da população total do município apresentou pouca variação após a década de 1970. Nessa década a população total de Francisco Sá equivalia a 26.736 habitantes, para os anos de 1980, 1991, 2000 e 2010, registrou-se 24.642, 24.993, 23.559 e 24.918, respectivamente. (IBGE, 2011).

Gráfico 25 – Francisco Sá/MG: População Total, 1970, 1980, 1991, 2000, 2010.



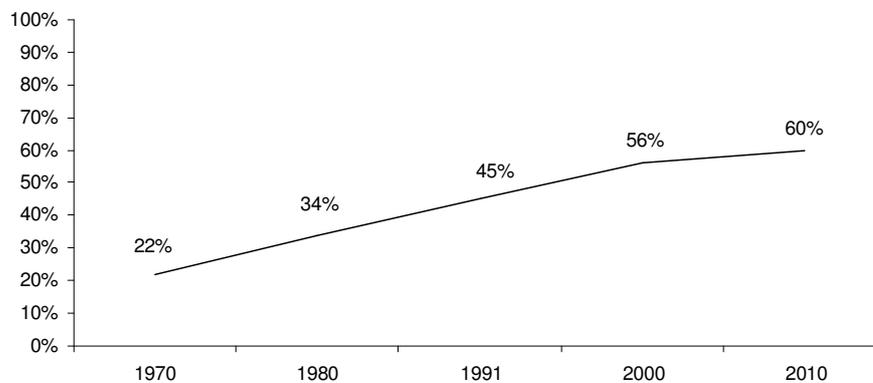
Fonte: IBGE, 2010.  
Org.: FRANÇA, I. S., 2011.

Gráfico 26 – Francisco Sá/MG: Taxa de Crescimento da População Total, 2000 - 2010.



Fonte: IBGE, 2010.  
Org.: FRANÇA, I. S., 2011.

Gráfico 27 – Francisco Sá/MG: Taxa de Urbanização, 1999 a 2008.



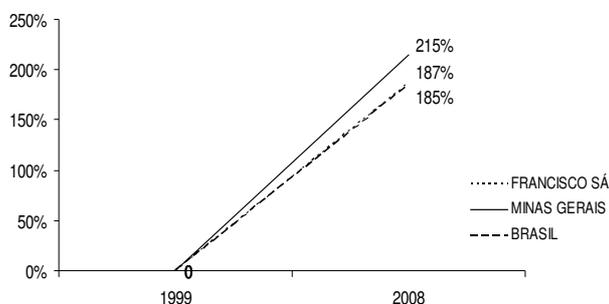
Fonte: IBGE, 2010.  
Org.: FRANÇA, I. S., 2011.

Entre 2000 e 2010 a taxa de crescimento da população total de Francisco Sá foi 6%, nesse mesmo período as taxas de Minas Gerais e do Brasil corresponderam a 10% e 12%, respectivamente. (Gráfico 26).

A taxa de urbanização de Francisco Sá após a década de 1970 intensificou-se. A partir do ano 2000 verificou-se a predominância da população urbana em relação à população rural. Em 1970 a população urbana correspondia a 22% da população total, para os anos de 1980, 1991, 2000 e 2010 esse índice cresceu: 34%, 45%, 56% e 60%, respectivamente. (Gráfico 27).

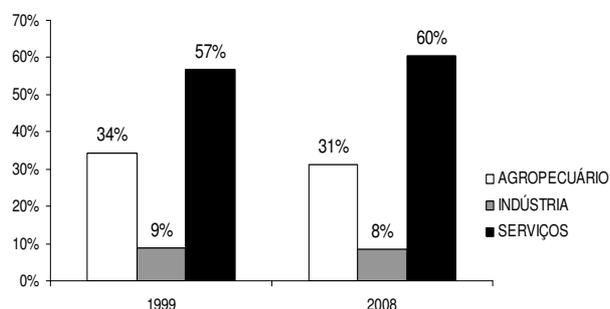
A análise da economia do município, através do PIB total, revela que Francisco Sá apresentou crescimento de 187% entre 1999 a 2008. Para esse mesmo período os índices de crescimento do PIB total do Brasil e de Minas Gerais foram 185% e 215%, respectivamente. Nota-se que o PIB total do município acompanhou a tendência de crescimento do país e de Minas Gerais.

Gráfico 28 – Francisco Sá/MG: Taxa de Crescimento do PIB Total, 1999 a 2008.



Fonte: IBGE, 2010.  
Org.: FRANÇA, I. S., 2011

Gráfico 29 – Francisco Sá /MG: PIB por setores econômicos, 1999 a 2008.



Fonte: IBGE, 2010.  
Org.: FRANÇA, I. S., 2011.

Quanto ao PIB por setores, em 1999 o setor de serviços representou 57%, o agropecuário 34% e a indústria 9% do PIB Total. Para o ano de 2008, a estrutura do PIB municipal apresentou pouca alteração: setor de serviços (60%), agropecuário (31%) e a indústria (8%). Em 2008, o PIB total do município foi de R\$143.113.000,00. O PIB per capita (2008) foi equivalente a R\$5.704,71. (IBGE, 2011). De acordo com o IPEA (2011), em 1970 a PEA de Francisco Sá era de 7.970 pessoas. Em 1980, 1991 e 2000, a PEA foi 8.526, 9.705 e 10.014, respectivamente.

Francisco Sá possui um total de 18 estabelecimentos de saúde. A maior parte dos estabelecimentos de saúde (94%) está vinculada à rede pública. Em relação aos tipos de estabelecimentos de saúde destacam-se: oito centros de saúde, cinco postos de saúde, dois hospitais, uma secretaria de saúde, uma unidade de vigilância em saúde. O município possui um total de 83 leitos, a maior parte (94%) está vinculada ao SUS. Há um total de 41 serviços especializados de saúde instalados em Francisco Sá/MG. (DATASUS, CNES, 2011). A cidade possui, ainda, um pólo da Universidade Aberta do Brasil (UAB) - UNIMONTES que oferece seis cursos de graduação. (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, 2011).

### **Glaucilândia**

Glaucilândia localiza-se no Norte de Minas Gerais. Ocupa uma área territorial de 146 km<sup>2</sup>, com densidade demográfica de 20,30 hab. Km<sup>2</sup>. (IBGE, 2011). Possui como municípios limítrofes Montes Claros, Bocaiúva, Guaraciama e Juramento. A rodovia de acesso a Glaucilândia é a MG308. Localiza-se aproximadamente a 438km de Belo Horizonte e a 30km de Montes Claros. (ALMG, 2011).

Mapa 16 – Localização do município de Glaucilândia/MG

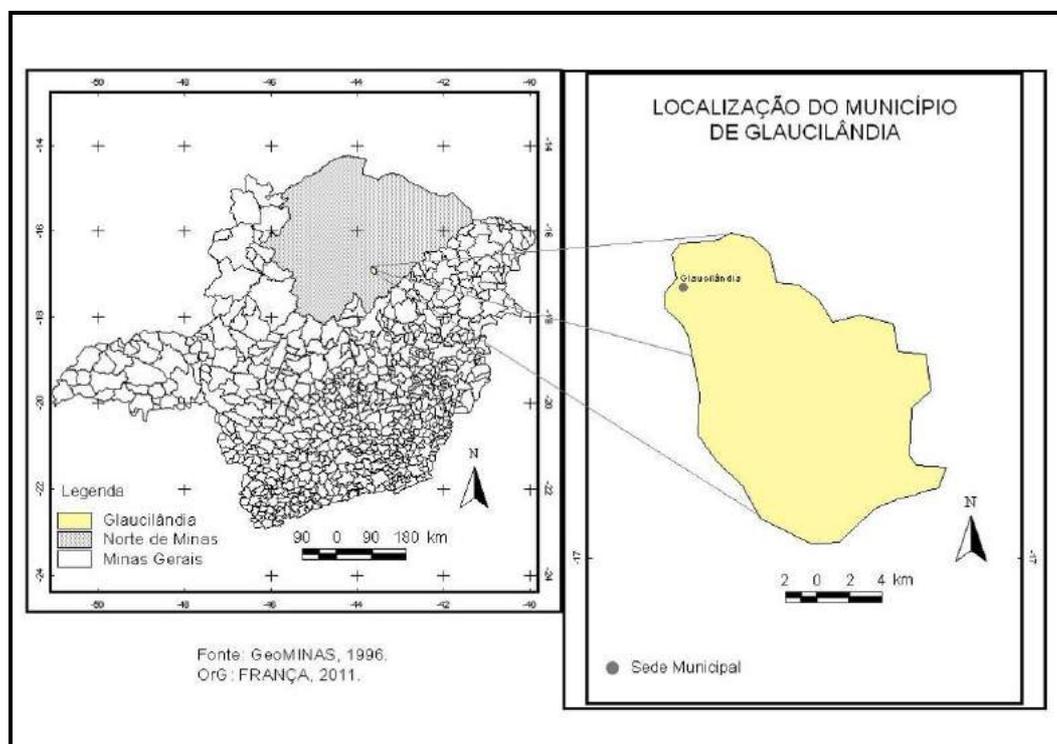


Figura 37: Imagem de Satélite da Área Urbana de Glaucilândia/MG

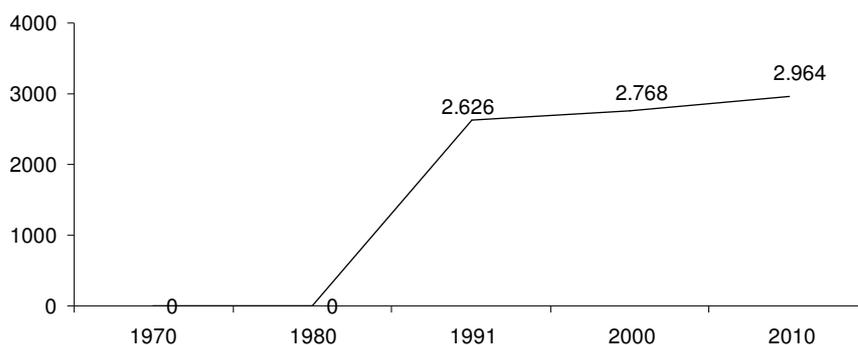


Fonte: Google Earth, 2011.

Na MG 308 que dá acesso a Glaucilândia e Juramento há muitos estabelecimentos comerciais e de prestação de serviços ligados ao turismo rural, tais como: pesque-pague, condomínios rurais, sítios e bares diversos que comercializam, principalmente, frango caipira. Estes serviços são consumidos, principalmente, pela população de Montes Claros/MG.

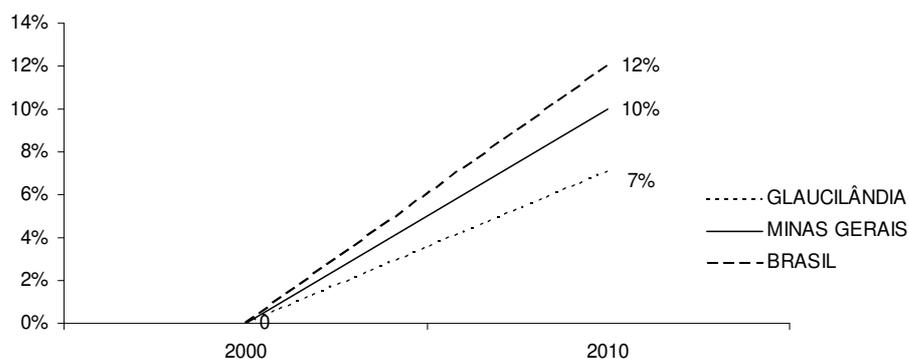
Glaucilândia emancipou-se em 1997 de Juramento. Em 1991, a população do município era de 2.626 habitantes, para os anos 2000 e 2010, registrou-se 2.768 e 2.964, respectivamente. (IBGE, 2011).

Gráfico 30 – Glaucilândia/MG: População Total, 1970, 1980, 1991, 2000, 2010.



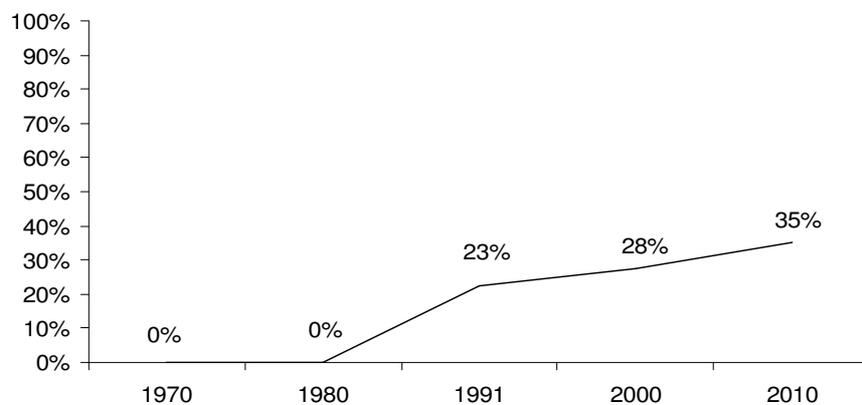
Fonte: IBGE, 2010.  
Org.: FRANÇA, I. S., 2011.

Gráfico 31 – Glaucilândia MG: Taxa de Crescimento da População Total, 2000 - 2010.



Fonte: IBGE, 2010.  
Org.: FRANÇA, I. S., 2011.

Gráfico 32 – Glaucilândia /MG: Taxa de Urbanização, 1999 a 2008.



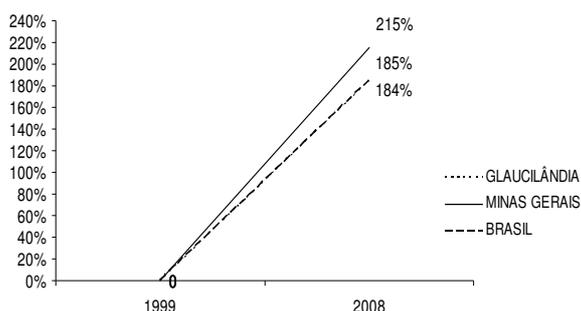
Fonte: IBGE, 2010.  
Org.: FRANÇA, I. S., 2011.

Considerando o período 2000 e 2010 a taxa de crescimento da população total de Glaucilândia foi de 7%. Nesse mesmo período as taxas de Minas Gerais e do Brasil corresponderam 10% e 12%, respectivamente. (Gráfico 31).

A urbanização no município é pequena e a maior parte da população reside na zona rural. Para os anos de 1991, 2000 e 2010 o índice de urbanização foi de 23%, 28% e 35%, respectivamente. (Gráfico 32).

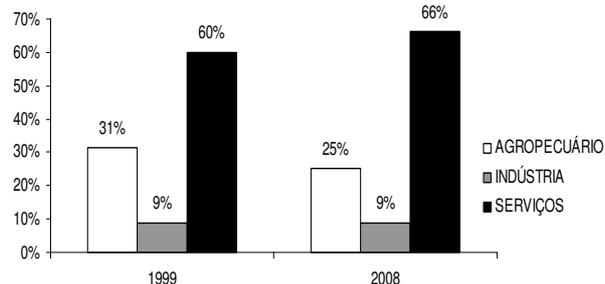
Quanto aos aspectos econômicos o PIB total de Glaucilândia apresentou crescimento de 184% entre 1999 a 2008. Para esse mesmo período, os índices de crescimento do PIB total do Brasil e de Minas Gerais foram 185% e 215%, respectivamente. Nota-se uma aproximação das taxas de crescimento do PIB total de Glaucilândia com o do Brasil.

Gráfico 33 – Glaucilândia/MG: Taxa de Crescimento do PIB Total, 1999 a 2008.



Fonte: IBGE, 2010.  
Org.: FRANÇA, I. S., 2011

Gráfico 34 – Glaucilândia/MG: PIB por setores econômicos, 1999 a 2008.



Fonte: IBGE, 2010.  
Org.: FRANÇA, I. S., 2011.

A análise do PIB estratificado no período de 1999 a 2008 revela a grande participação do setor de serviços na economia municipal. Em 1999 o setor de serviços representou 60%, o agropecuário 31% e a indústria 9% do PIB Total. Para o ano de 2008 a participação do setor de serviços aumentou respondendo por 66% do PIB total, seguido do agropecuário (25%) e da indústria (9%). Observa-se que o setor industrial não apresentou nenhuma alteração no período analisado. (Gráfico 34).

Em 2008, o PIB total do município foi de R\$13.949.000,00. O PIB per capita (2008) foi equivalente a R\$4.579,44. (IBGE, 2011). De acordo com o IPEA (2011), em 2010, a PEA de Glaucilândia era 973,77 pessoas.

Em relação à infraestrutura de saúde, o município possui 7 estabelecimentos de saúde. Todos eles estão vinculados à rede pública. São dois centros de saúde, quatro postos de saúde e uma secretaria de saúde. Glaucilândia dispõe de 11 serviços especializados de saúde. (DATASUS, CNES, 2011).

## Juramento

O município de Juramento localiza-se no Norte de Minas Gerais. Ocupa uma área territorial de 432 km<sup>2</sup> com densidade demográfica de 9,51 hab. Km<sup>2</sup>. (IBGE, 2011). Possui como municípios limítrofes Montes Claros, Francisco Sá, Glaucilândia, Guaraciama, Itacambira e Grão Mogol. A rodovia de acesso a Juramento é a MG308. Localiza-se a 448km de Belo Horizonte e a 36km de Montes Claros. (ALMG, 2011).

Mapa 17 – Localização do município de Juramento/MG

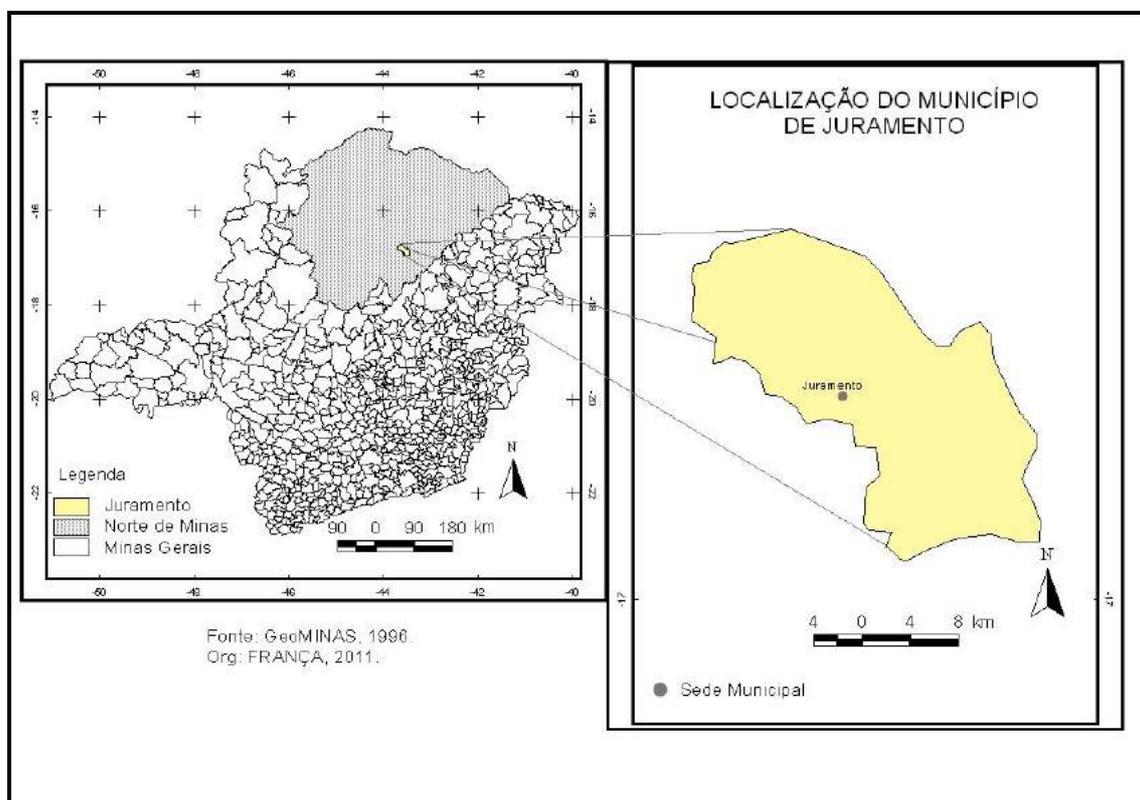


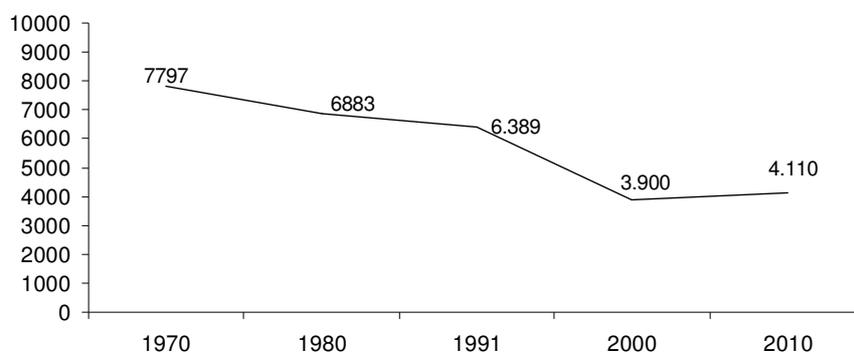
Figura 38: Imagem de Satélite da Área Urbana de Juramento/MG



Fonte: Google Earth, 2011.

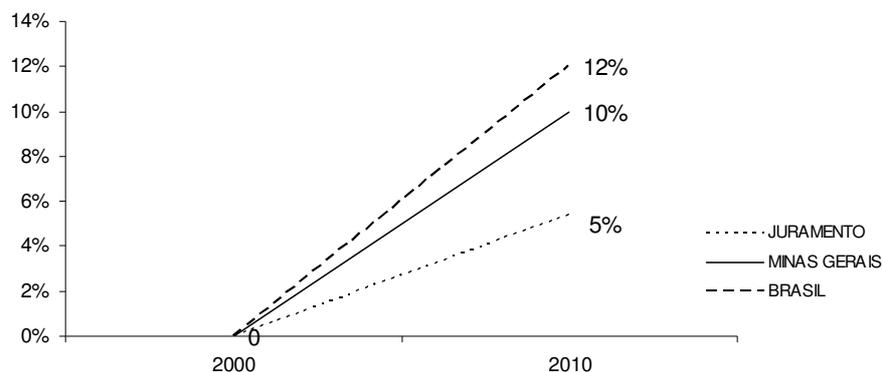
Ao analisar os aspectos demográficos do município no período de 1970 a 2010, verifica-se elevada redução dos índices de crescimento demográfico. Em 1970 a população total de Juramento era de 7.797 habitantes, para os anos de 1980, 1991, 2000 e 2010, registrou-se 6.833, 6.389, 3.900 e 4.110, respectivamente. (IBGE, 2011). O decréscimo populacional verificado entre 1991 e 2000 foi em virtude da emancipação do distrito de Glaucilândia (1997).

Gráfico 35 – Juramento/MG: População Total, 1970, 1980, 1991, 2000, 2010.



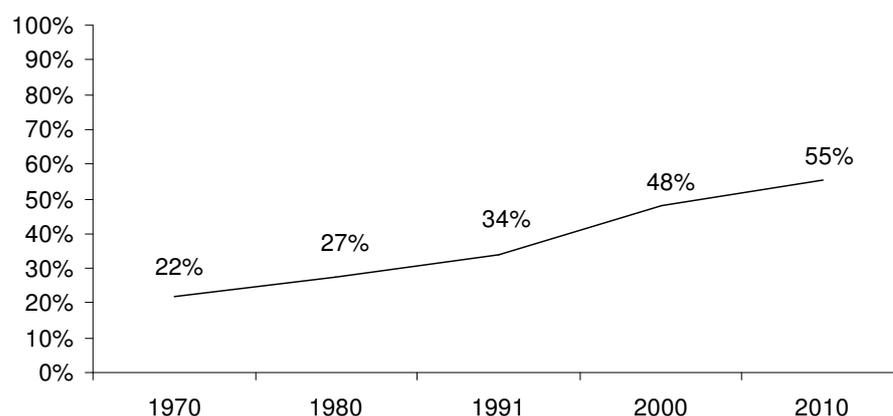
Fonte: IBGE, 2010.  
Org.: FRANÇA, I. S., 2011.

Gráfico 36 – Juramento/MG: Taxa de Crescimento da População Total, 2000 - 2010.



Fonte: IBGE, 2010.  
Org.: FRANÇA, I. S., 2011.

Gráfico 37 – Juramento/MG: Taxa de Urbanização, 1999 a 2008.



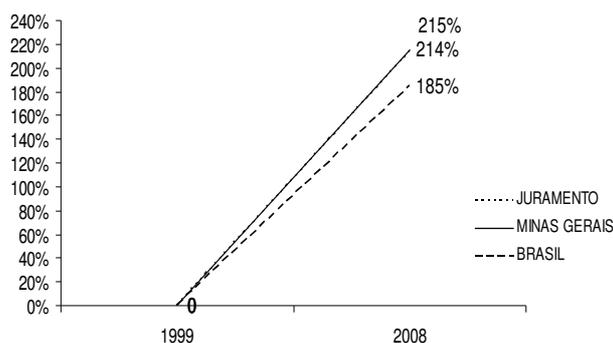
Fonte: IBGE, 2010.  
Org.: FRANÇA, I. S., 2011.

Entre 2000 e 2010 a taxa de crescimento da população total de Juramento foi de 5%. Nesse mesmo período as taxas de Minas Gerais e do Brasil corresponderam 10% e 12%, respectivamente. (Gráfico 36).

A urbanização no município é pequena, comparada com os demais municípios da aglomeração. Para os anos de 1970, 1980, 1991 e 2000 o índice de urbanização foi de 22%, 27%, 34% e 48%, respectivamente. Em 2010, verifica-se o predomínio da população urbana em relação à população rural, com taxa equivalente a 55%. (Gráfico 37).

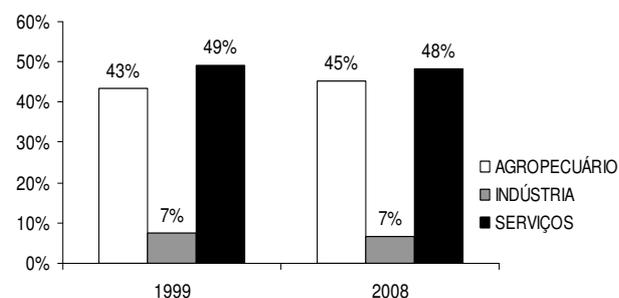
Quanto aos aspectos econômicos, o PIB total de Juramento apresentou crescimento de 214% entre 1999 a 2008. Para esse mesmo período os índices de crescimento do PIB total do Brasil e de Minas Gerais foram 185% e 215%, respectivamente. Nota-se uma aproximação das taxas de crescimento do PIB total de Juramento e o estadual.

Gráfico 38 – Juramento/MG: Taxa de Crescimento do PIB Total, 1999 a 2008.



Fonte: IBGE, 2010.  
Org.: FRANÇA, I. S., 2011

Gráfico 39 – Juramento/MG: PIB por setores econômicos, 1999 a 2008.



Fonte: IBGE, 2010.  
Org.: FRANÇA, I. S., 2011.

A análise do PIB por setores no período de 1999 a 2008 revela a predominância da participação dos setores de serviços e agropecuário, respondendo por mais de 90% da composição do PIB Total municipal. Em 1999 o setor de serviços representou 49%, o agropecuário 43% e a indústria 7% do PIB Total. Para o ano de 2008, a estrutura do PIB municipal apresentou pouca alteração: setor de serviços (48%), agropecuário (45%) e a indústria (7%). Observa-se que o setor industrial não apresentou nenhuma alteração no período analisado.

Em 2008, o PIB total do município foi de R\$27.748.000,00. O PIB per capita (2008) foi equivalente a R\$6.781,06. (IBGE, 2011). De acordo com o IPEA (2011), em 1970, a PEA de Juramento era 2.409 pessoas. Em 1980, 1991 e 2000, a PEA foi 2.086, 2.354 e 1.674, respectivamente.

Em relação à infraestrutura de saúde, o município possui 5 estabelecimentos de saúde. Todos estão vinculados à rede pública. Em relação aos tipos de estabelecimentos de saúde tem-se: dois centros de saúde, dois postos de saúde e um hospital geral. O município possui um total de 36 leitos, todos eles estão vinculados ao SUS. Juramento/MG possui 10 serviços especializados de saúde. (DATASUS, CNES, 2011).

## Mirabela

O município de Mirabela localiza-se no Norte de Minas Gerais. Ocupa uma área territorial de 723km<sup>2</sup>, com densidade demográfica de 18,4 hab. Km<sup>2</sup>. (IBGE, 2011). Localiza-se a 483km de Belo Horizonte e a 66km de Montes Claros. O acesso ao município se dá pela BR 135. Mirabela possui os seguintes municípios como limítrofes: Montes Claros, Patis, Brasília de Minas e Coração de Jesus. (ALMG, 2011).

Mapa 18 – Localização do município de Mirabela/MG

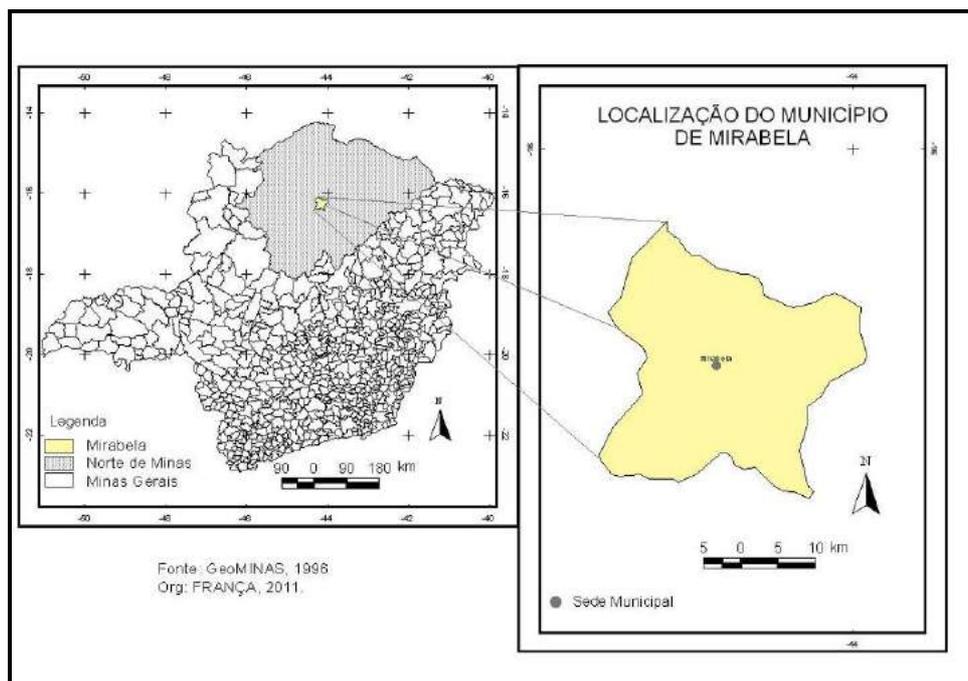


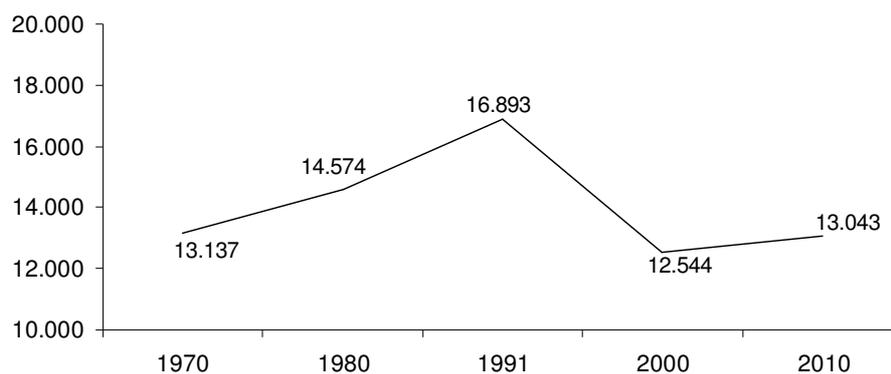
Figura 39: Imagem de Satélite da Área Urbana de Mirabela/MG



Fonte: Google Earth, 2011.

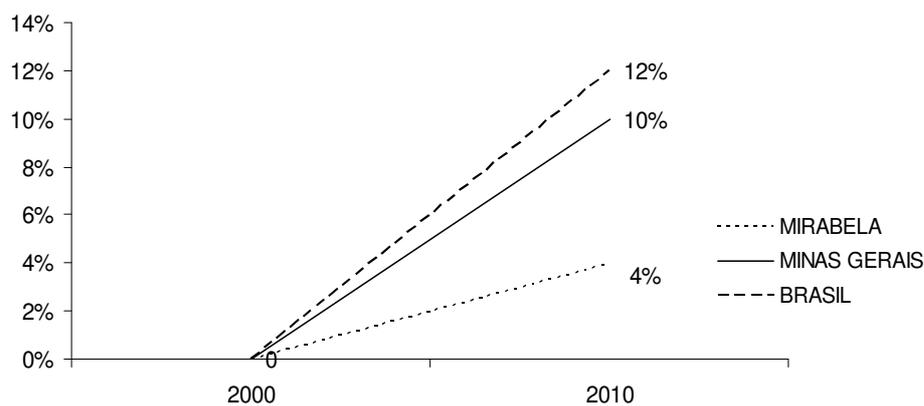
Mirabela/MG foi distrito de Montes Claros e se emancipou em 1962. Em 1970 o município contava com uma população total de 13.137 habitantes, no ano de 1980 a população total do município sofreu um pequeno declínio foi de 14.574. Em 1991 a população aumentou atingindo um total de 16.893. Em 2010 a população total do município era de 13.043 habitantes. (Gráfico 40).

Gráfico 40 – Mirabela/MG: População Total, 1970, 1980, 1991, 2000, 2010.



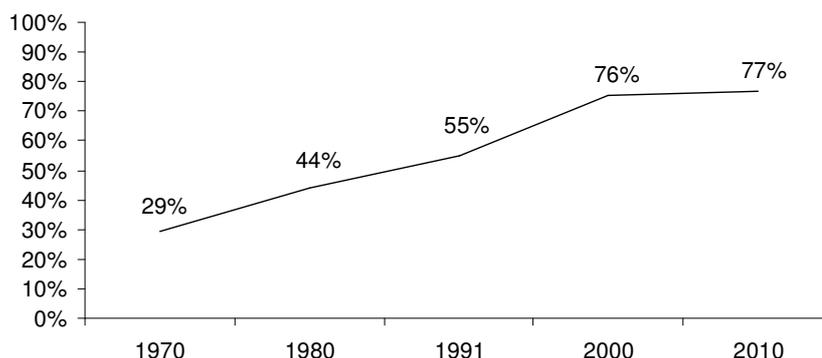
Fonte: IBGE, 2010.  
Org.: FRANÇA, I. S., 2011.

Gráfico 41 – Mirabela/MG: Taxa de Crescimento da População Total, 2000 - 2010.



Fonte: IBGE, 2010.  
Org.: FRANÇA, I. S., 2011.

Gráfico 42 – Mirabela/MG: Taxa de Urbanização, 1999 a 2008.



Fonte: IBGE, 2010.  
Org.: FRANÇA, I. S., 2011.

O decréscimo populacional em Mirabela, no período de 1991 a 2000, está representado no gráfico 40. Essa perda populacional se explica em função da emancipação política administrativa do distrito de Patis em 1997<sup>55</sup>. Todavia, entre 2000 e 2010, a população total de Patis cresceu 4%. No mesmo período, a taxa de crescimento da população total do Brasil foi de 12% e de Minas Gerais, 10%. (Gráfico 41).

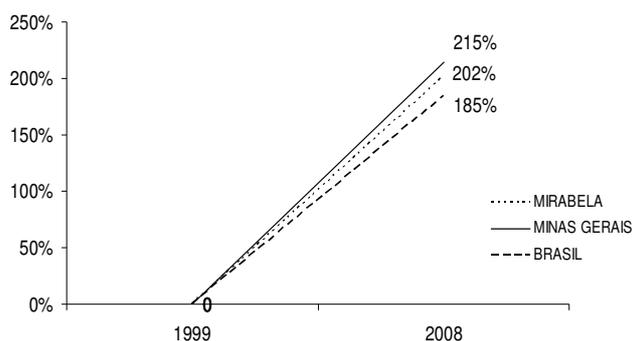
Mesmo com o decréscimo populacional o processo de urbanização acelerou-se após a década de 1970. Em 1991 a maior parte da população de Mirabela residia na área urbana. Em 1970 a população urbana correspondia a 29,% da população total, para os anos de 1980, 1991, 2000 e 2010 esse índice cresceu: 44%, 55%, 76% e 77%, respectivamente. (Gráfico 42).

A análise da economia do município, através do PIB total, revela que Mirabela apresentou crescimento de 202% entre 1999 a 2008. Para esse mesmo período, os índices de crescimento do PIB total do Brasil e de Minas Gerais foram 185% e 215%, respectivamente. (Gráfico 43).

---

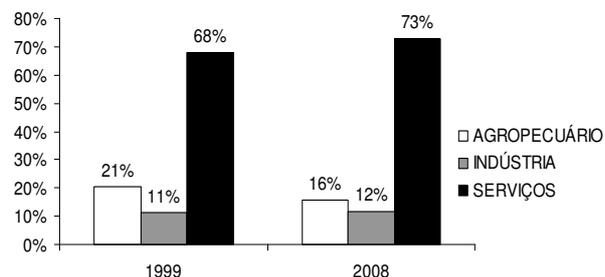
<sup>55</sup> O Processo de Formação Política Administrativa dos municípios pertencentes à Aglomeração Urbana Descontínua de Montes Claros/MG foi explicado no Capítulo 2 desta pesquisa.

Gráfico 43 – Mirabela/MG: Taxa de Crescimento do PIB Total, 1999 a 2008.



Fonte: IBGE, 2010.  
Org.: FRANÇA, I. S., 2011

Gráfico 44 – Mirabela/MG: PIB por setores econômicos, 1999 a 2008.



Fonte: IBGE, 2010.  
Org.: FRANÇA, I. S., 2011.

O PIB estratificado no mesmo período apresentou algumas alterações quanto à representatividade de cada setor na economia municipal. Em 1999 o setor de serviços representou 68%, o agropecuário 21% e a indústria 11% do PIB Total. Para o ano de 2008, o setor de serviços aumentou sua participação correspondendo a 73% do PIB total, seguido do agropecuário (16%) e da indústria (12%). (Gráfico 44).

Em 2008, o PIB total do município foi de R\$52.219.000,00. O PIB per capita (2008) foi equivalente a R\$3.956,57. (IBGE, 2011). De acordo com o IPEA (2011), em 1970, a PEA de Mirabela era 4.083 pessoas. Em 1980, 1991 e 2000, a PEA foi 5.281, 6.294,12 e 4.847,18, respectivamente.

Em relação à infraestrutura de saúde, Mirabela possui um total de 11 estabelecimentos de saúde. A maior parte dos estabelecimentos de saúde está vinculada a rede pública (91%). Em relação aos tipos de estabelecimentos de saúde tem-se: seis centros de saúde, um posto de saúde, um hospital geral, uma unidade de apoio diagnose e terapia, uma secretaria de saúde, um centro de atenção psicossocial. O município possui um total de 27 leitos, todos eles estão vinculados ao SUS. Há um total de 39 serviços especializados de saúde. (DATASUS, CNES, 2011).

## Patis

Patis localiza-se no Norte de Minas Gerais. Ocupa uma área territorial de 444km<sup>2</sup>, com densidade demográfica de 12,60 hab. Km<sup>2</sup>. (IBGE, 2011). Possui como municípios limítrofes Montes Claros, São João da Ponte, Japonvar, Brasília de Minas e Mirabela. A principal rodovia de acesso a Patis é a BR135. Localiza-se aproximadamente a 526km de Belo Horizonte e a 95km de Montes Claros. (ALMG, 2011).

Mapa 19 – Localização do município de Patis/MG

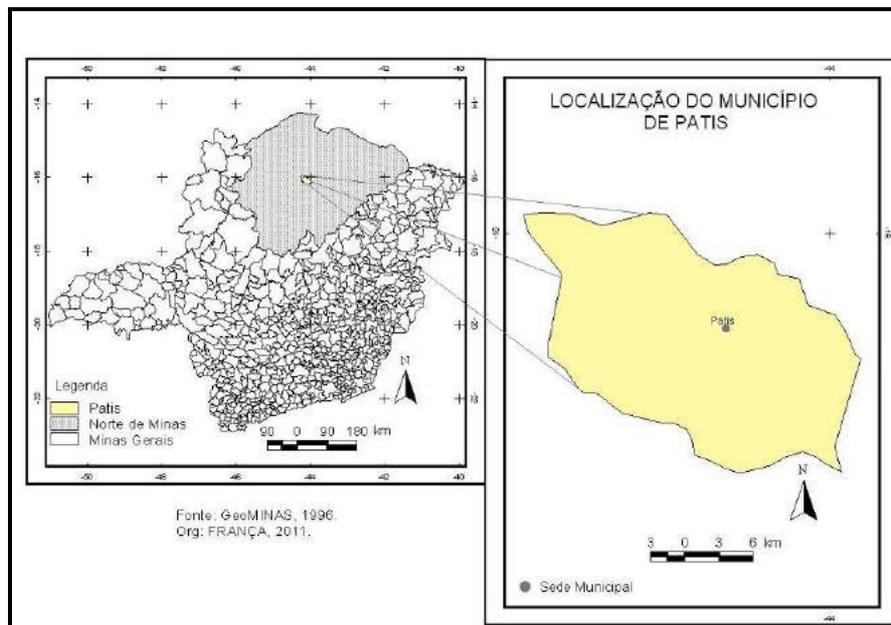


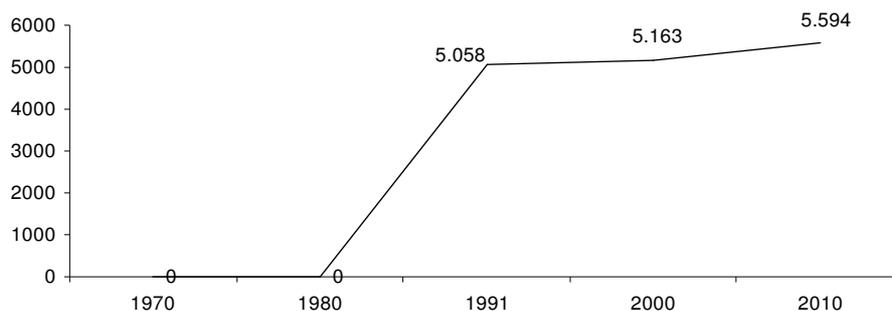
Figura 40 - Imagem de Satélite da Área Urbana de Patis/MG



Fonte: Google Earth, 2011.

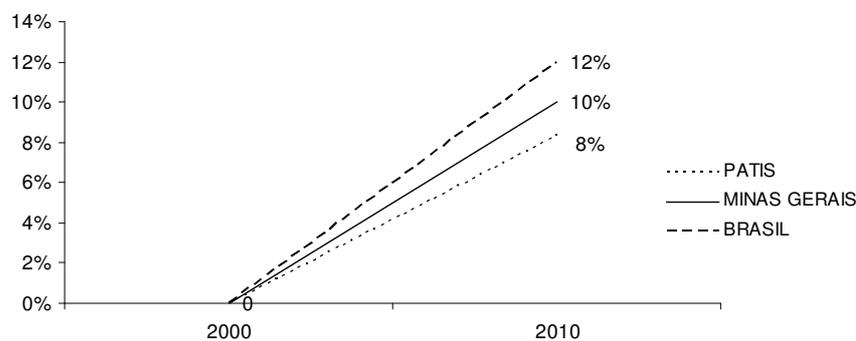
Patis emancipou-se em 1997 de Mirabela. Entre 1991 a 2010 o crescimento da população total foi pequeno e apresentou pouca variação. Em 1991 a população do município era de 5.058 habitantes, para os anos 2000 e 2010, registrou-se 5.163 e 5.594, respectivamente. (IBGE, 2011).

Gráfico 45 – Patis/MG: População Total, 1970, 1980, 1991, 2000, 2010.



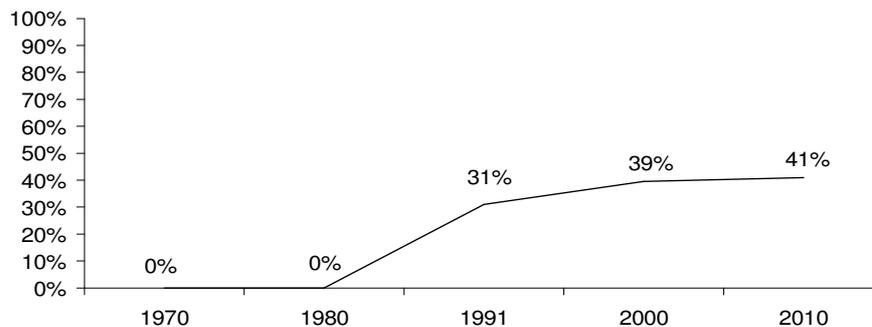
Fonte: IBGE, 2010.  
Org.: FRANÇA, I. S., 2011.

Gráfico 46 – Patis/MG: Taxa de Crescimento da População Total, 2000 - 2010.



Fonte: IBGE, 2010.  
Org.: FRANÇA, I. S., 2011.

Gráfico 47 – Patis/MG: Taxa de Urbanização, 1999 a 2008.



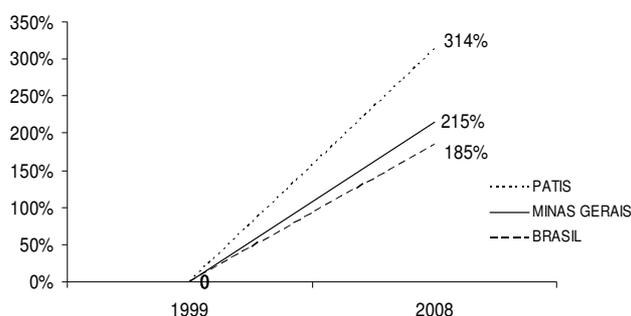
Fonte: IBGE, 2010.  
Org.: FRANÇA, I. S., 2011.

Considerando o período 2000 e 2010 a taxa de crescimento da população total de Patis foi de 8%. Nesse mesmo período as taxas de Minas Gerais e do Brasil corresponderam 10% e 12%, respectivamente. (Gráfico 46).

A urbanização no município é bastante pequena e a maior parte da população reside na zona rural. Para os anos de 1991, 2000 e 2010 o índice de urbanização foi de 31%, 39% e 41%, respectivamente. (Gráfico 47).

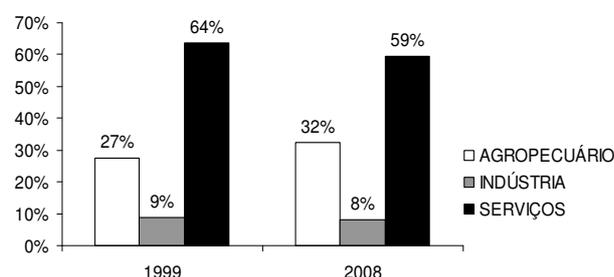
Quanto aos aspectos econômicos, o PIB total de Patis cresceu expressivamente entre 1999 a 2008, a taxa foi de 314%. Para esse mesmo período os índices de crescimento do PIB total do Brasil e de Minas Gerais foram 185% e 215%, respectivamente. (Gráfico 48). Nota-se que o crescimento do PIB total município foi bastante elevado quando comparado as taxas de crescimento de Minas Gerais e do Brasil.

Gráfico 48 – Patis/MG: Taxa de Crescimento do PIB Total, 1999 a 2008.



Fonte: IBGE, 2010.  
Org.: FRANÇA, I. S., 2011

Gráfico 49 – Patis/MG: PIB por setores econômicos, 1999 a 2008.



Fonte: IBGE, 2010.  
Org.: FRANÇA, I. S., 2011.

A análise do PIB estratificado no período de 1999 a 2008 revela a grande participação dos setores de serviços e industrial na economia municipal. Em 1999 o setor de serviços representou 64%, o agropecuário 27% e a indústria 9% do PIB Total. Para o ano de 2008, a participação dos setores de serviços e industrial diminuiu e houve crescimento do PIB industrial. Nesse ano o setor de serviços respondeu por 59% do PIB total, seguido pelo setor agropecuário (32%) e pela indústria (8%). (Gráfico 49).

Em 2008, o PIB total do município foi de R\$25.603.000,00. O PIB per capita (2008) foi equivalente a R\$4.623,12. (IBGE, 2011). De acordo com o IPEA (2011), em 2010, a PEA de Patis era 1.616,23 pessoas.

Em relação à infraestrutura de saúde, o município possui 2 estabelecimentos de saúde, sendo que estes estão vinculados à rede pública. Em relação aos tipos de estabelecimentos de saúde há dois centros de saúde básica. Patis possui 09 serviços especializados de saúde. (DATASUS, CNES, 2011).

### São João da Lagoa

São João da Lagoa localiza-se no Norte de Minas Gerais. Ocupa uma área territorial de 998 km<sup>2</sup>, com densidade demográfica de 4,66 hab. Km<sup>2</sup>. (IBGE, 2011). Possui como municípios limítrofes Montes Claros, Coração de Jesus, Claro dos Poções, Jequitai e Lagoa dos Patos. As principais rodovias de acesso a São João da Lagoa é a BR 365 e MG 145. Localiza-se a 438km de Belo Horizonte e a 66km de Montes Claros. (ALMG, 2011).

Mapa 20 – Localização do município de São João da Lagoa/MG

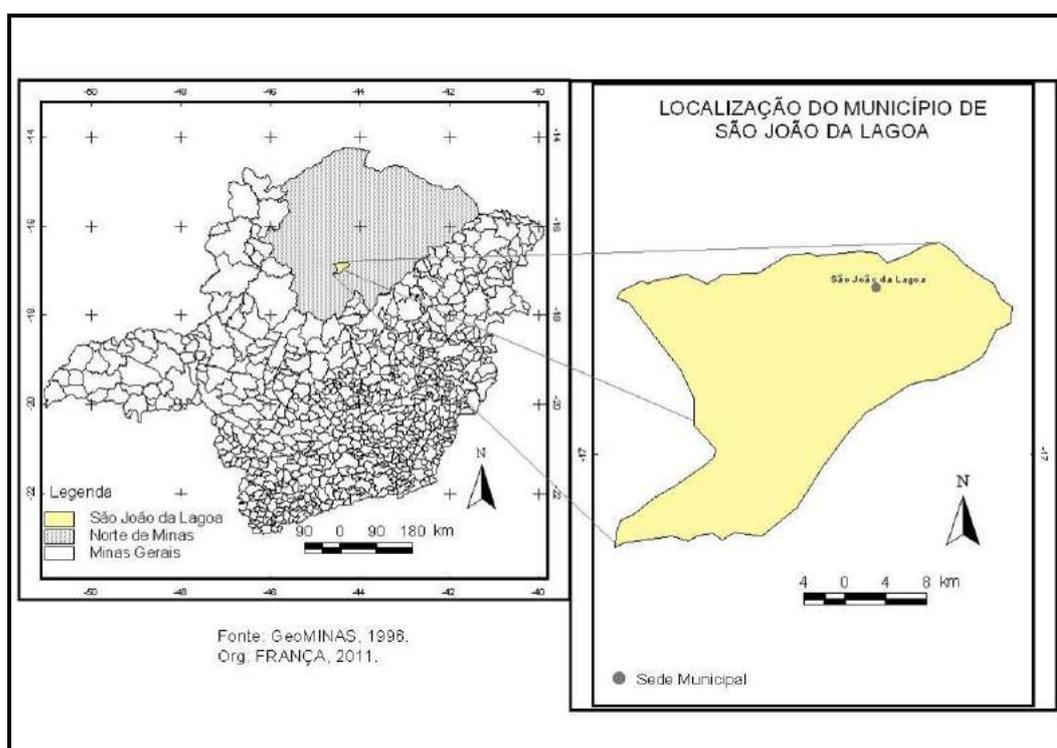


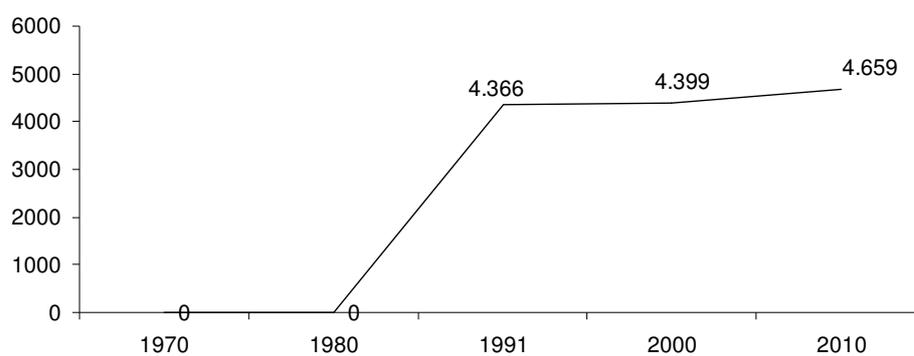
Figura 41: Imagem de Satélite da Área Urbana de São João da Lagoa/MG



Fonte: Google Earth, 2011.

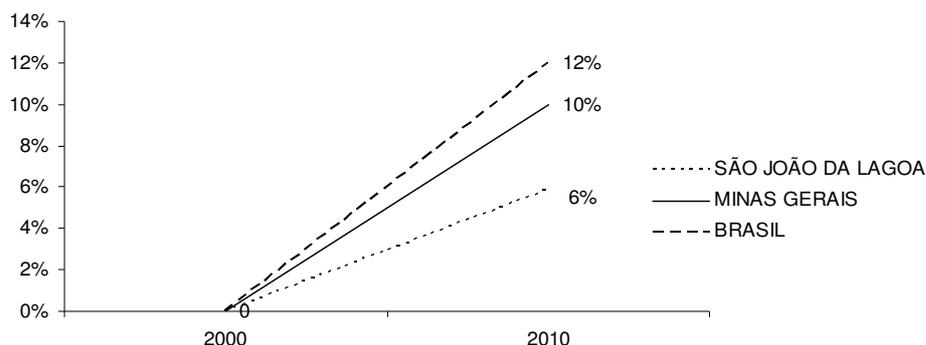
São João da Lagoa é um município novo que emancipou-se em 1997 de Coração de Jesus. Em 1991, a população do município era de 4.366 habitantes, para os anos 2000 e 2010, registrou-se 4.399 e 4.659, respectivamente. (IBGE, 2011).

Gráfico 50 – São João da Lagoa/MG: População Total, 1970, 1980, 1991, 2000, 2010.



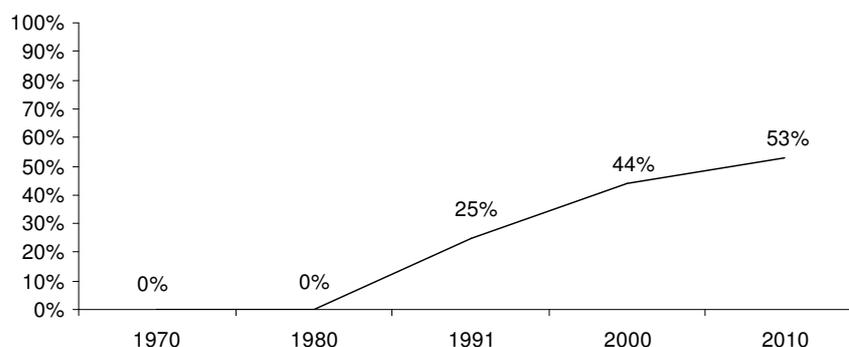
Fonte: IBGE, 2010.  
Org.: FRANÇA, I. S., 2011.

Gráfico 51 – São João da Lagoa/MG: Taxa de Crescimento da População Total, 2000 - 2010.



Fonte: IBGE, 2010.  
Org.: FRANÇA, I. S., 2011.

Gráfico 52 – São João da Lagoa/MG: Taxa de Urbanização, 1999 a 2008.



Fonte: IBGE, 2010.  
Org.: FRANÇA, I. S., 2011.

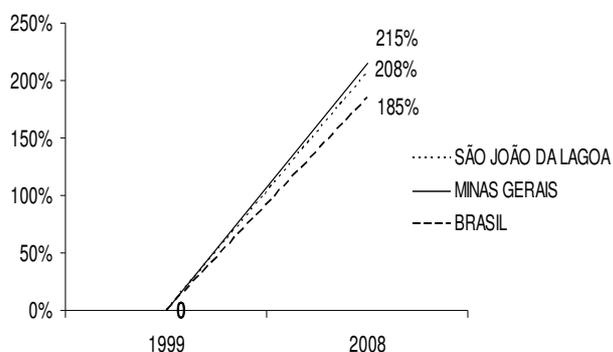
Considerando o período 2000 e 2010 a taxa de crescimento da população total de São João da Lagoa foi de 6%. Nesse mesmo período as taxas de Minas Gerais e do Brasil corresponderam 10% e 12%, respectivamente. (Gráfico 51).

Desde a sua origem verifica-se o aumento da urbanização no município. No último censo do IBGE (2010) a população urbana ultrapassou a população rural. Para os anos de 1991, 2000 e 2010 o índice de urbanização foi de 25%, 44% e 53%, respectivamente. (Gráfico 52).

Quanto aos aspectos econômicos o PIB total de São João da Lagoa apresentou crescimento de 208% entre 1999 a 2008. Para esse mesmo período, os índices de crescimento do PIB total do Brasil e de Minas Gerais foram 185% e 215%,

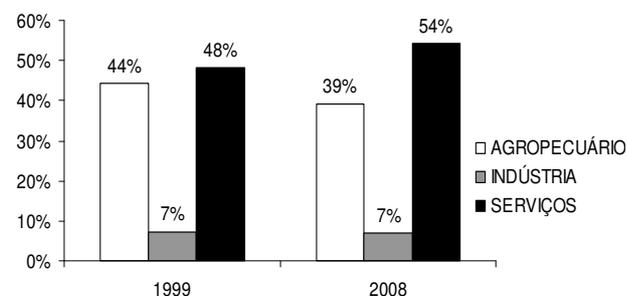
respectivamente. (Gráfico 53). Nota-se uma aproximação das taxas de crescimento do PIB total de Glaucilândia com o de Minas.

Gráfico 53 – São João da Lagoa /MG: Taxa de Crescimento do PIB Total, 1999 a 2008.



Fonte: IBGE, 2010.  
Org.: FRANÇA, I. S., 2011

Gráfico 54 – São João da Lagoa /MG: PIB por setores econômicos, 1999 a 2008.



Fonte: IBGE, 2010.  
Org.: FRANÇA, I. S., 2011.

A análise do PIB por setores no período de 1999 a 2008 revela grande participação dos setores de serviços e agropecuário na economia municipal, respondendo por mais de 90% do PIB total. Em 1999 o setor de serviços representou 48%, o agropecuário 44% e a indústria 7% do PIB Total. Para o ano de 2008 a participação do setor de serviços aumentou respondendo por 54% do PIB total, seguido pelo setor agropecuário (39%) e pela indústria (7%). Observa-se que o setor industrial não apresentou nenhuma alteração no período analisado. (Gráfico 54).

Em 2008 o PIB total do município foi de R\$ 23.343.000,00. O PIB per capita (2008) foi equivalente a R\$4.743,62. (IBGE, 2011). De acordo com o IPEA (2011), em 2010, a PEA de São João da Lagoa foi 1.960,07 pessoas.

Em relação à infraestrutura de saúde, o município possui 4 estabelecimentos de saúde. Todos eles estão vinculados à rede pública. São dois centros de saúde, um posto de saúde e uma secretaria de saúde. São João da Lagoa possui 13 serviços especializados de saúde.

## São João da Ponte

O município de São João da Ponte localiza-se no Norte de Minas Gerais. Ocupa uma área territorial de 1.851km<sup>2</sup>, com densidade demográfica de 13,70 hab. Km<sup>2</sup>. (IBGE, 2011). São João da Ponte dista a 553km de Belo Horizonte e 158km de Montes Claros. As principais rodovias que servem de acesso ao município são as BR135 e BR202. São João da Ponte possui como municípios limites: Montes Claros, Varzelândia, Ibiracatu, Lontra, Japonvar, Patis, Capitão Enéas, Janaúba e Verdelândia. (ALMG, 2011).

Mapa 21 – Localização do município de São João da Ponte/MG

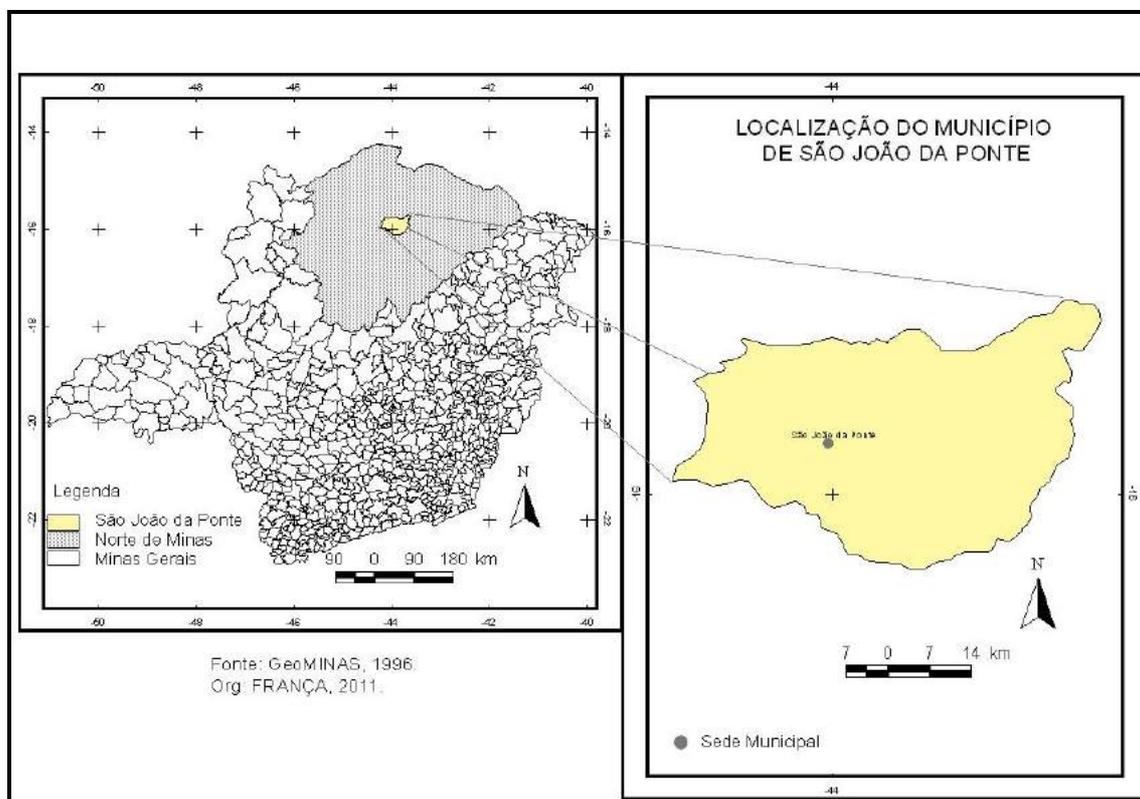


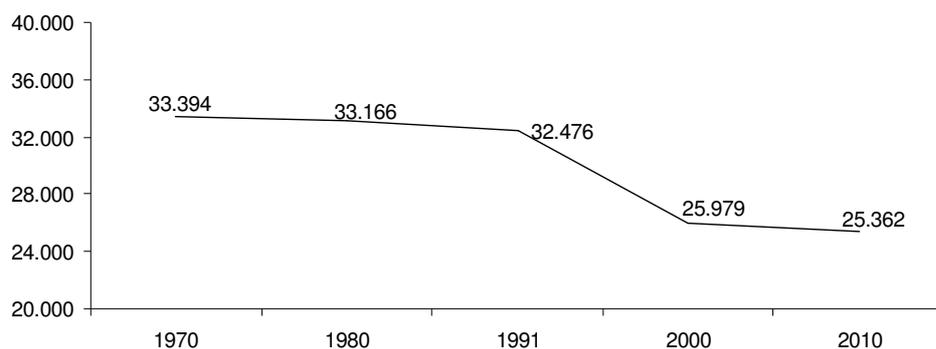
Figura 42: Imagem de Satélite da Área Urbana de São João da Ponte/MG



Fonte: Google Earth, 2011.

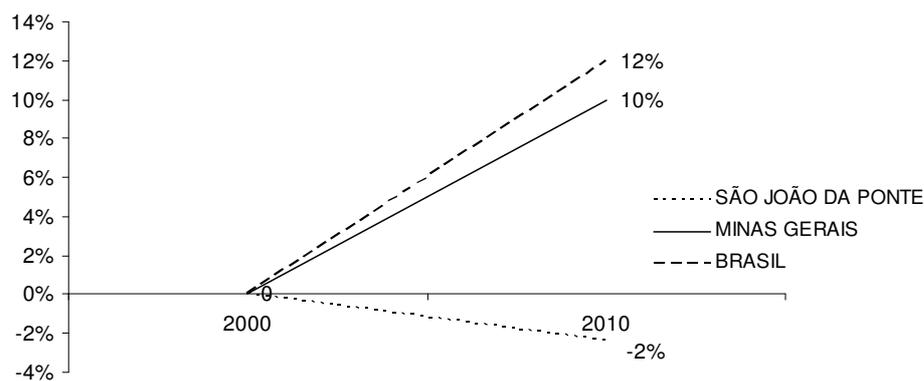
Ao analisar o comportamento demográfico de São João da Ponte após a década de 1970 observa-se que, entre 1970 a 1991, o crescimento da população total manteve-se constante. Todavia, após 1991 o município apresentou um decréscimo da população total em relação ao período de 1970 a 1991. Em 1970 o município contava com uma população total de 33.394 habitantes, no ano de 1980 esse número sofreu um pequeno declínio apresentando uma população total de 33.166. Em 1991 a população aumentou atingindo um total de 32.476. As menores taxas de crescimento demográfico de São João da Ponte foram registradas nos dois últimos censos do IBGE (2000 e 2010), apresentando 25.979 e 25.362, respectivamente. (Gráfico 55).

Gráfico 55 – São João da Ponte/MG: População Total, 1970, 1980, 1991, 2000, 2010.



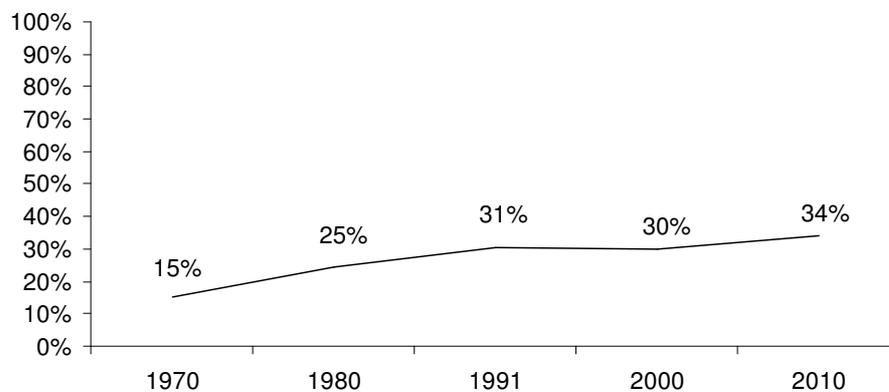
Fonte: IBGE, 2010.  
Org.: FRANÇA, I. S., 2011.

Gráfico 56 – São João da Ponte/MG: Taxa de Crescimento da População Total, 2000 - 2010.



Fonte: IBGE, 2010.  
Org.: FRANÇA, I. S., 2011.

Gráfico 57 – São João da Ponte/MG: Taxa de Urbanização, 1999 a 2008.



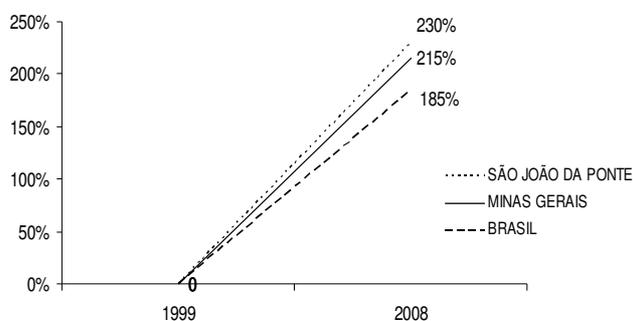
Fonte: IBGE, 2010.  
Org.: FRANÇA, I. S., 2011.

O decréscimo populacional em São João da Ponte (-2%) no período de 1991 a 2010 está representado no gráfico 30 sendo consequência da emancipação política administrativa do distrito de Lontra em 1993<sup>56</sup>. Nesse período a taxa de crescimento da população total do Brasil foi de 12% e de Minas Gerais, 10%. (Gráfico 56).

A maior parte da população de São João da Ponte reside na zona rural. Entre 1970 a 1991 houve crescimento da taxa de urbanização e após esse período ela manteve-se constante. Em 1970 a população urbana correspondia a 15,% da população total. Para os anos de 1980, 1991, 2000 e 2010 esse índice correspondeu a 25%, 31%, 30% e 34%, respectivamente. (Gráfico 57).

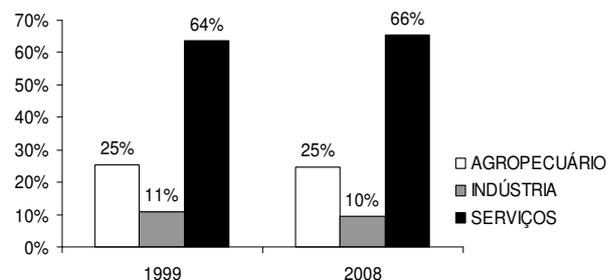
A análise da economia do município através do PIB total revela que São João da Ponte apresentou crescimento de 230% entre 1999 a 2008. Para esse mesmo período os índices de crescimento do PIB total do Brasil e de Minas Gerais foram 185% e 215%, respectivamente. (Gráfico 58). Nota-se que o crescimento do PIB total do município foi maior que o do país e de Minas Gerais.

Gráfico 58 – São João da Ponte /MG: Taxa de Crescimento do PIB Total, 1999 a 2008.



Fonte: IBGE, 2010.  
Org.: FRANÇA, I. S., 2011

Gráfico 59 – São João da Ponte /MG: PIB por setores econômicos, 1999 a 2008.



Fonte: IBGE, 2010.  
Org.: FRANÇA, I. S., 2011.

O PIB por setores no mesmo período apresentou pequena alteração na sua estrutura. Em 1999 o setor de serviços representou 64%, o agropecuário 25% e a indústria 11% do

<sup>56</sup> O Processo de Formação Política Administrativa dos municípios pertencentes à Aglomeração Urbana Descontínua de Montes Claros/MG foi explicado no Capítulo 2 desta pesquisa.

PIB Total. Para o ano de 2008 registrou-se 66% de participação do setor de serviços, 25% do agropecuário e 10% da indústria. (Gráfico 59).

Em 2008, o PIB total do município foi de R\$ 99.603.000,00<sup>57</sup>. O PIB per capita (2008) foi equivalente a R\$3.700,64<sup>58</sup>. (IBGE, 2011). De acordo com o IPEA (2011), em 1970, a PEA de São João da Ponte era 9.429 pessoas. Em 1980, 1991 e 2000, a PEA foi 10.006, 9.547,55 e 8.968,30, respectivamente.

Em relação à infraestrutura de saúde, São João da Ponte possui um total de 19 estabelecimentos de saúde. A maior parte dos estabelecimentos de saúde está vinculada a rede pública (95%). Em relação aos tipos de estabelecimentos de saúde destacam-se: 01 centro de saúde, 12 postos de saúde, 01 hospital geral, 01 secretaria de saúde, 01 unidade de vigilância em saúde. O município possui um total de 37 leitos, todos eles estão vinculados ao SUS. Há um total de 53 serviços especializados de saúde instalados em São João da Ponte/MG. (DATASUS, CNES, 2011).

São João da Ponte também possui duas IES, a UNIMONTES que oferece dois cursos de graduação na modalidade de Educação à Distância (EAD); e a Universidade Federal de Juiz de Fora – UFJF com cursos de licenciatura em ciências humanas e letras, oferecidos na modalidade EAD. (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, 2011).

---

<sup>57</sup> PIB em dólar US\$ 61.865.217,39 (cotação: 1 US\$ = R\$ 1,60).

<sup>58</sup> PIB per capita em dólar US\$ 2.312,90 (cotação: 1 US\$ = R\$ 1,60).

## **4.2 - Dinâmica Econômica e Espacial dos Municípios da Aglomeração**

As atividades econômicas dos municípios da aglomeração estão organizadas nos quadros 17 e 18. A partir de levantamento na Tele Lista (2011), Catálogo Telefônico do Norte de Minas (2010-2011) e Pesquisa Direta, identificou-se os tipos e quantidades de estabelecimentos de comércios e prestação de serviços.

Quadro 17 – Estabelecimentos de Comércio, Municípios da Aglomeração, 2011.

	Bocaiúva	Capitão Enéas	Coração de Jesus	Claro dos Poções	Francisco Sá	Glauclândia	Juramento	Mirabela	Patis	São João da Lagoa	São João da Ponte
<b>Ramo Comercial</b>											
Lojas de Roupas, Calçados, Confecções	56	13	5	6	29	3	8	42	10	10	45
Mercearias, Armazéns e Empórios	30	5	2	5	11	3	5	10	5	5	16
Lojas de Materiais de Construção	17	6	12	3	3	1	2	13	3	2	12
Supermercados	15	4	2	3	2	-	1	4	3	2	4
Farmácias e Drogarias	14	6	7	3	5	2	2	3	3	3	9
Açougues	14	5	5	2	8	2	2	20	4	3	6
Bares, Restaurantes e Lanchonetes	14	9	8	12	7	3	5	29	16	6	16
Lojas de Móveis e Eletrodomésticos	13	2	4	3	2	-	1	8	2	2	6
Padarias	13	3	-	3	5	1	1	4	3	2	6
Sacolões hortifrutigranjeiros	13	5	5	2	7	2	1	4	2	1	4
Madeireira e Serralheria	12	4	2	1	1	-	-	3	2	-	2
Distribuidores de Água Mineral e Gás	11	2	3	1	4	-	-	1	1	-	2
Lojas de Produtos Agropecuários	7	4	3	3	3	-	1	7	3	1	5
Papelarias	5	3	4	1	2	-	-	2	1	-	3
Loja de Informática	3	3	-	1	1	-	-	1	-	-	-
Sorveteria	3	1	-	2	2	1	-	-	1	1	-
Borracharia	2	1	-	1	1	1	1	-	1	1	-
Pet Shop	2	-	-	-	-	-	-	1	-	-	1
Joalheria, Relojoaria	2	-	5	-	-	-	-	-	-	-	-
Motocicletas: Peças e Acessórios	4	1	3	-	2	-	1	1	2	1	4
Bicicletas: Peças e Acessórios	1	1	-	2	1	-	1	2	1	1	2
Loja de Celular, CD, DVD	5	1	1	1	2	-	1	4	-	-	2
Automóveis: Peças, Acessórios	13	1	4	-	2	-	-	2	-	-	2
Automóveis: venda de veículos	2	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
<b>TOTAL</b>	<b>267</b>	<b>80</b>	<b>67</b>	<b>55</b>	<b>112</b>	<b>18</b>	<b>33</b>	<b>161</b>	<b>63</b>	<b>41</b>	<b>147</b>

Fonte: Pesquisa Direta, Catálogo Telefônico do Norte de Minas 2010/2011, Telelista, 2011.  
Org. FRANÇA, I. S., Fevereiro/2011.

Bocaiúva, excetuando Montes Claros, pólo da aglomeração urbana, é a cidade proporcionalmente maior que as demais, considerando tanto fatores demográficos, econômicos como infraestruturais. Assume a posição de segunda maior cidade em termos de quantidade, diversidade e especialização funcional em relação ao conjunto dos municípios da aglomeração urbana descontínua de Montes Claros.

Bocaiúva apresenta as melhores condições relativas quanto a disponibilidade de equipamentos de comércio e prestação de serviços, o que remete a sua inserção ao processo de urbanização.

No setor de comércio destacam-se os seguintes ramos: mercearias, armazéns e empórios, confecções, lojas de materiais de construção, bares, restaurantes e lanchonetes, açougues, sacolões hortifrutigranjeiros, lojas de móveis e eletrodomésticos, bares, restaurantes e lanchonetes, drogarias e farmácias, padarias, peças e acessórios automotivos.

A dinâmica econômica de Bocaiúva também está associada ao setor industrial, com a presença de siderúrgicas e metalúrgicas. A atividade industrial em Bocaiúva é a mais dinâmica e desenvolvida no conjunto dos municípios limítrofes a Montes Claros. O segmento predominante da indústria no município de Bocaiúva é a siderurgia, o setor industrial respondendo por 45% do Produto Interno Bruto em 2008.

A expansão da produção de ferro, aço e ligas metálicas no Brasil, com o objetivo de atender a demanda interna e, sobretudo, a exportação para a Ásia, faz com que os municípios onde estão instaladas as atividades siderúrgicas vivam um bom momento econômico.

Há que se destacar ainda a influência microrregional de Bocaiúva, oferecendo serviços e comércio mais complexos a sua área de influência que abrange os municípios de Engenheiro Navarro, Francisco Dumont, Guaraciama, e Olhos D'água, conforme já destacado nesta pesquisa.

Mirabela, São João da Ponte e Francisco Sá também se destacam em relação aos demais municípios da aglomeração, pois possuem um comércio diversificado e uma maior quantidade de estabelecimentos, quando comparado a Capitão Enéas, Coração de Jesus, Patis, Claro dos Poções, São João da Lagoa, Juramento e Glaucilândia.

Estes quatro últimos municípios possuem ramos comerciais pouco complexos, ou seja, de consumo imediato, atendendo as demandas básicas de consumo da população. Os setores de comércio de Patis, Juramento, São João da Lagoa e Glaucilândia

caracterizam-se por baixa quantidade, diversidade e pouca especialização. A população desses municípios encontra localmente os produtos e serviços de consumo cotidiano, em função disso, se deslocam até Montes Claros. Isso porque, esses municípios apresentam atividades econômicas de menor complexidade em relação às demais cidades da área de estudo. Esse fator associa-se também ao tamanho demográfico dos municípios e a sua baixa taxa de urbanização.

Quadro 18 – Estabelecimentos de Prestação de Serviços, Municípios da Aglomeração, 2011.

	Bocaiúva	Capitão Enéas	Coração de Jesus	Claro dos Poções	Francisco Sá	Glaucilândia	Juramento	Mirabela	Patis	São João da Lagoa	São João da Ponte
<b>Tipos de Estabelecimentos</b>											
Clínica, Consultório médico/odont.	23	3	6	2	6	1	2	3	1	1	6
Salão de Beleza	10	3	2	3	3	1	2	2	1	2	8
Lan House	10	2	2	1	4	-	1	1	1	1	1
Oficina mecânica	7	2	2	2	4	1	1	2	1	2	2
Postos de Combustíveis	6	2	4	1	4	-	1	3	1	1	2
Casa lotérica	5	1	1	1	3	1	1	2	1	1	2
Fotografia: serviços e revelação	4	1	2	-	3	-	-	1	-	-	-
Gráfica e Copiadora	3	1	5	1	2	1	-	1	1	-	1
Agência bancária	3	2	2	1	2	-	-	2	1	-	1
Hotel, Pousada	3	3	5	2	3	-	1	2	2	1	4
Instituições de Ensino Superior	2	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Lava Jato e Estacionamento	2	-	1	1	1	-	-	1	-	-	1
Hospital	2	1	1	1	1	-	-	1	-	-	1
Academias	2	-	1	-	-	-	-	1	-	-	1
Clínicas de Fisioterapia	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Clínica Estética	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Escritórios de Advocacia	10	4	3	1	4	-	-	4	1	-	2
Loja de crédito bancário	5	2	3	1	5	-	-	2	-	-	5
Correios	3	1	1	1	1	1	1	1	-	1	1
Funerária	3	1	1	1	2	1	1	1	1	1	1
SAMU	1	1	1	-	-	-	-	-	-	-	-
Laboratório	1	1	1	1	1	-	-	1	-	-	1
Posto de Vendas de Passagens	2	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1
Chaveiro	3	1	1	1	1	-	-	1	-	-	1
Escola de Informática	3	1	1	1	2	-	-	1	-	-	3
<b>TOTAL</b>	<b>117</b>	<b>34</b>	<b>47</b>	<b>24</b>	<b>53</b>	<b>8</b>	<b>12</b>	<b>34</b>	<b>13</b>	<b>12</b>	<b>45</b>

Fonte: Pesquisa Direta, Catálogo Telefônico do Norte de Minas 2010/2011, Telelista, 2011.  
Org. FRANÇA, I. S., Fevereiro/2011.

A dinâmica do setor de prestação de serviços nos municípios da aglomeração não difere muito do setor de comércio. O setor de prestação de serviços de Bocaiúva caracteriza-se pela maior complexidade em relação ao conjunto dos municípios da aglomeração, com exceção de Montes Claros. Verificou-se a maior ocorrência de clínicas e consultórios odontológicos, salões de beleza, lan houses, oficinas mecânicas, postos de gasolina e clínicas médicas. Os demais municípios também possuem prestação de serviços semelhante ao de Bocaiúva; predominam salões de beleza, consultórios odontológicos, agências bancárias, bancos de crédito e empréstimo e postos de combustíveis, todavia, em menor quantidade de estabelecimentos. Observa-se então, que os ramos mais frequentes vinculam-se ao setor de saúde, ao serviço público e também financeiro.

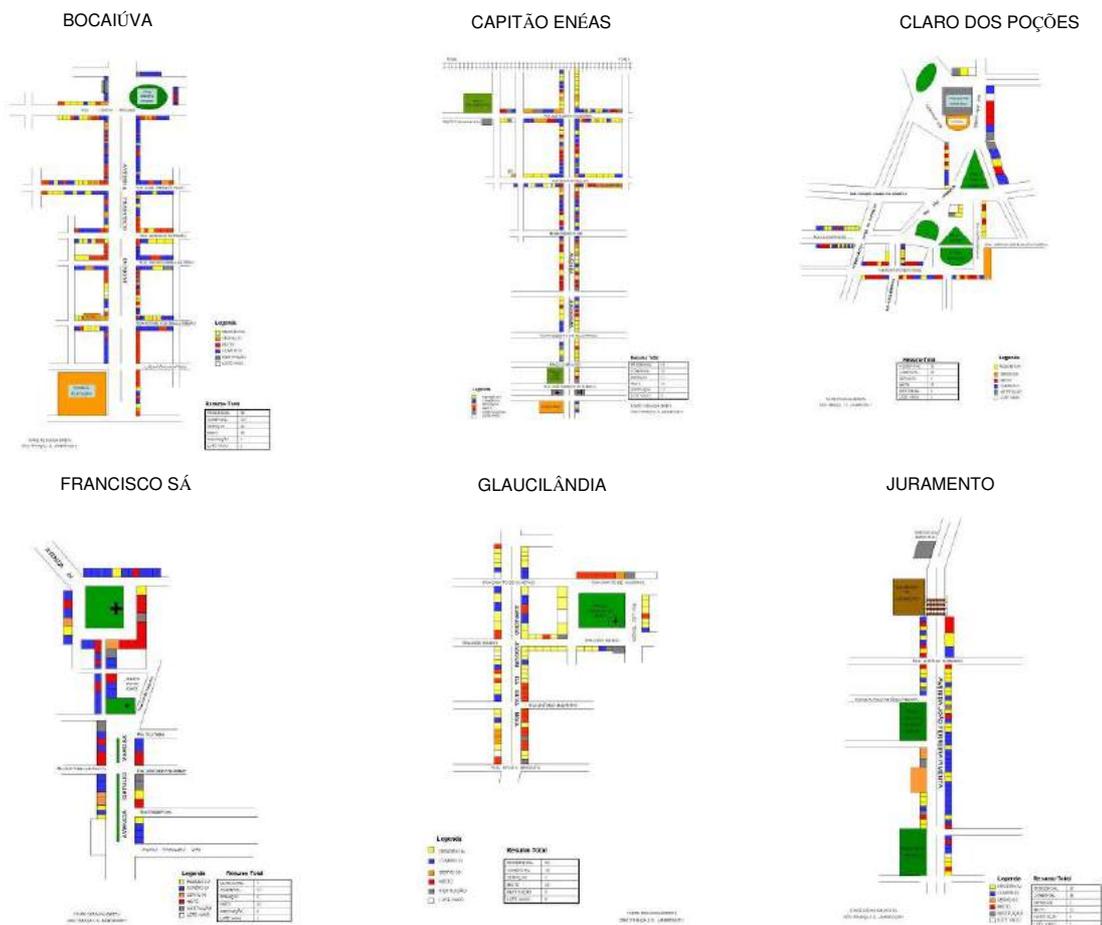
### **4.3 - Uso e Ocupação do Solo Urbano**

O levantamento do uso do solo urbano nos municípios da aglomeração permite agrupá-los em duas formas: a) o uso do solo predominante nas áreas mapeadas e b) a forma espacial dos croquis.

Quanto ao uso do solo, os municípios de Bocaiúva, Coração de Jesus, Francisco Sá e Mirabela apresentam o predomínio do comércio. Em Claro dos Poções apresenta-se maior intensidade do uso misto. Nos demais municípios da aglomeração, Capitão Enéas, Glaucilândia, Juramento, Patis e São João da Lagoa, há a concentração do uso residencial nas áreas mapeadas. Em todos os municípios, o uso institucional é bastante limitado.

Em relação à forma espacial das atividades do solo mapeadas, verificou-se de forma mais expressiva que em Bocaiúva, Capitão Enéas, Claro dos Poções, Francisco Sá, Glaucilândia e Juramento, os usos do solo levantados se estruturam a partir de um único eixo que compreende as avenidas principais desses municípios. (Figura 43).

Figura 43: Croquis de Uso e Ocupação do Solo Urbano, Único Eixo, 2011



Org.: FRANÇA, I. S. de, 2011.  
 Fonte: Pesquisa Direta, 2011.

## Bocaiúva

Conforme levantamento<sup>59</sup> das atividades de comércio e prestação de serviços na Área Central de Bocaiúva, considerando a Avenida Francisco Dumont, eixo urbano principal de acesso às demais áreas do município, observou-se a predominância do uso comercial (42%) e misto (30%). O uso residencial é pequeno (19%), e menor ainda, a prestação de serviços (7%). Há pouca presença de usos institucionais (1,3%) e lotes vagos (0,7%).  
Croqui de Uso e Ocupação do Solo.

## Capitão Enéas

O levantamento<sup>60</sup> das atividades de comércio e prestação de serviços na Avenida Burarama, eixo urbano principal de acesso às demais áreas do município de Capitão Enéas e ruas adjacentes, demonstrou a predominância dos usos residencial (36%), comercial (28%) e misto (19%).

Assim como o levantamento realizado através da Telelista (2011) e Pesquisa Direta, o croqui de uso e ocupação do solo urbano revelou que a prestação de serviços em termos de variedade e quantidade é bastante incipiente (9%). Verifica-se ainda nessa área mapeada, pequeno uso institucional (6%) e poucos lotes vagos (2,5%).

Em Capitão Enéas/MG encontram-se ainda estabelecimentos importantes, a saber: Rima Industrial (Siderurgia), Parque de Exposição, Ginásio Poliesportivo, Rotary Clube, Cooperativa de Produtores Rurais, Clube recreativo, Escritório da Emater, Terminal Rodoviário, Estádio Municipal de Futebol, Posto da Polícia Civil, Sindicato dos Trabalhadores Industriais, igrejas católicas e protestantes.

## Claro dos Poções

A principal via comercial de Claro dos Poções é a Avenida Tancredo Neves. Conforme levantamento das atividades de comércio e prestação de serviços na Avenida Tancredo Neves, eixo urbano principal de acesso às demais áreas do município, e ruas adjacentes, observou-se a predominância do uso misto (32%), residencial (31%) e comercial (25%).

---

<sup>59</sup> Foram analisadas 300 unidades.

<sup>60</sup> Foram identificadas e classificadas 194 unidades.

Assim como no levantamento realizado através da Telelista (2011) e Pesquisa Direta, observa-se que as unidades de uso do solo destinadas exclusivamente à prestação de serviços são bastante incipientes (4%). Verifica-se ainda nessa área mapeada, pequeno uso institucional (5%) e lotes vagos (3%).

Destacam-se, ainda, outros estabelecimentos e instituições importantes instalados em Claro dos Poções, a saber: Ginásio Poliesportivo, Polícia Civil, Polícia Militar, Agência da COPASA, CRAS, SAMU, Departamento de Assistência Social e Conselho Tutelar.

#### Francisco Sá

Conforme levantamento das atividades de comércio e prestação de serviços na Avenida Getúlio Vargas, eixo urbano principal de acesso às demais áreas do município e ruas adjacentes, observou-se a predominância do uso comercial (45%), misto (27%) e residencial (9,5%). Assim como o levantamento realizado através da Telelista (2011) e Pesquisa Direta, as unidades de uso do solo destinadas exclusivamente à prestação de serviços são bastante incipientes (7%). Verifica-se ainda nessa área mapeada, pequeno uso institucional (7%) e poucos lotes vagos (1,4%).

Destacam-se, ainda, outros estabelecimentos e instituições importantes instalados em Francisco Sá, a saber: Cartório Eleitoral de Francisco Sá, Posto de Atendimento da CEMIG, Superintendência Regional da Fazenda de Montes Claros, Administração Fazendária de Francisco Sá – SEF, Polícia Civil, Conselho Tutelar, Mercado Municipal, UAB UNIMONTES Pólo de Francisco Sá, Sistema de Abastecimento de Água e Esgoto – SAAE, Legião da Boa Vontade – LBV, Hospital Municipal de Francisco Sá, Polícia Militar, Cooperativa de Produtores Rurais de Francisco Sá – COPERFRASE, SAMU e CODEVASF.

#### Glaucilândia

A principal via de comércio de Glaucilândia é a Avenida Joaquim da Silva Maia. Conforme levantamento do uso do solo urbano na Avenida Joaquim da Silva Maia, eixo urbano principal de acesso às demais áreas do município, e ruas adjacentes, observou-se a predominância do uso residencial (51%). O uso misto e o uso comercial na área

mapeada equivalem a 23% e 13%, respectivamente. Assim, como o levantamento realizado através da Telelista (2011) e Pesquisa Direta, as atividades destinadas à prestação de serviços são poucas (3%). Verifica-se ainda nessa área mapeada, pequeno uso institucional (5%) e poucos lotes vagos (5%). Destacam-se, ainda, outros estabelecimentos e instituições importantes instalados em Glaucilândia, a saber: Correios, Centro Comunitário e Posto da Polícia Militar.

## Juramento

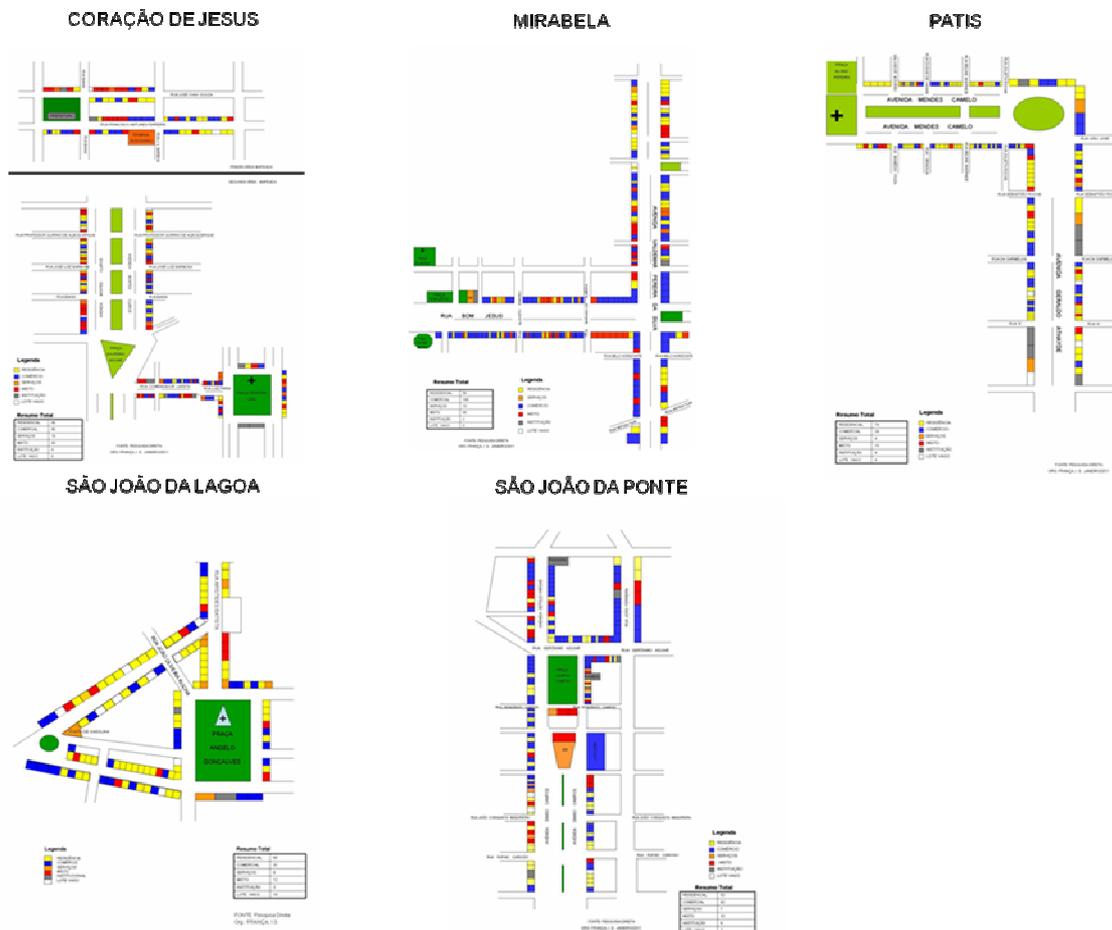
A principal via de comércio de Juramento é a Avenida Dr. João F. de Almeida. Conforme levantamento das atividades de comércio e prestação de serviços na Avenida D. João F. Pimenta, eixo urbano principal de acesso às demais áreas do município, e ruas adjacentes, observou-se a predominância do uso comercial (37%), residencial (37%) e misto (15%).

Assim como no levantamento realizado através da Telelista (2011) e Pesquisa Direta, as atividades destinadas à prestação de serviços são poucas (3%). Verifica-se ainda nessa área mapeada, pequeno uso institucional (7%) e lotes vagos (1%).

Destacam-se, ainda, outros estabelecimentos e instituições importantes instalados em Juramento, a saber: Escritório da EMATER, Correios, Biblioteca Pública Municipal, Telecentro, Rádio Comunitária e CRAS.

Nos demais municípios, Coração de Jesus, Mirabela, Patis, São João da Lagoa e São João da Ponte, observa-se que o desenvolvimento destas atividades se estruturam para além do eixo principal, envolve mais de um eixo. Como é o caso de Coração de Jesus, onde a Avenida Montes Claros, incorpora também a Rua Francisco Antunes Ferreira localizada nas proximidades da Prefeitura Municipal e do Terminal Rodoviário. Já em São João da Lagoa, a ocupação urbana se materializa entorno da Praça Agnelo Alves envolvendo as ruas Aristide Batista e João Oliveira Rocha. (Figura 44).

Figura 44: Croquis de Uso e Ocupação do Solo Urbano, Mais de um Eixo, 2011



Org.: FRANÇA, I. S. de, 2011.  
 Fonte: Pesquisa Direta, 2011.

### Coração de Jesus

O levantamento das atividades de comércio e prestação de serviços na Avenida Montes Claros, eixo urbano principal de acesso às demais áreas do município de Coração de Jesus e ruas adjacentes, demonstrou a predominância do uso comercial (29%), misto (29%) e residencial (28%). Assim, como o levantamento realizado através do Catálogo Telefônico Norte Mineiro (2010/2011), Telelista (2011) e Pesquisa Direta, as unidades de uso do solo destinadas exclusivamente à prestação de serviços são bastante incipientes

(7%). Verifica-se ainda nessa área mapeada, pequeno uso institucional (4%) e lotes vagos (3%).

Destacam-se, ainda, outros estabelecimentos e instituições importantes instalados em Coração de Jesus, a saber: parque de exposição (centro de eventos diversos), posto do conselho tutelar, cooperativa de agricultores, unidade da COPASA, cadeia pública, Fundação Cultural, Serviço Integrado de Assistência Tributária e Fiscal, escritório do Instituto Mineiro de Agropecuária (IMA) e mercado municipal.

### Mirabela

Conforme levantamento das atividades de comércios e prestação de serviços na Área Central de Mirabela, considerando a Avenida Valdemar Pereira da Silva, eixo urbano principal de acesso às demais áreas do município, e ruas adjacentes, observou-se a predominância do uso comercial (45%), residencial (25%) e misto (22%). Assim como o levantamento realizado através do Catálogo Telefônico Norte Mineiro (2010/2011), Telelista (2011) e Pesquisa Direta, as unidades de uso do solo destinadas exclusivamente à prestação de serviços são bastante incipientes (5%). Verifica-se ainda nessa área mapeada, lotes vagos (2%) e pequeno uso institucional (1%).

### Patis

As principais vias de comércio de Patis são as Avenidas Mendes Camelo e Geraldo Athayde. Conforme levantamento do uso do solo urbano na Avenida Mendes Camelo, eixo urbano principal de acesso às demais áreas do município, e ruas adjacentes, observou-se a predominância do uso residencial (57%). O uso comercial e o uso misto na área mapeada equivalem a 19% e 12%, respectivamente. Assim, como o levantamento realizado através da Telelista (2011) e Pesquisa Direta, as atividades destinadas à prestação de serviços são poucas (3%). Verifica-se ainda nessa área mapeada, pequeno uso institucional (6%) e lotes vagos (3%).

## São João da Lagoa

O levantamento do uso do solo urbano em São João da Lagoa demonstrou nas Ruas Aristide Batista e João Oliveira Rocha, eixo urbano principal de acesso às demais áreas do município, e ruas adjacentes, a predominância do uso residencial (51%). O uso comercial e o uso misto na área mapeada equivalem a 24% e 9%, respectivamente. Assim, como o levantamento realizado através da Telelista (2011) e Pesquisa Direta, as atividades destinadas à prestação de serviços são poucas (6%). Verifica-se ainda nessa área mapeada, pequeno uso institucional (2%) e poucos lotes vagos (8%).

Destacam-se, ainda, outros estabelecimentos e instituições importantes instalados em São João da Lagoa, a saber: Ginásio Poliesportivo, Telecentro, Parque de Vaquejada, Correios, Posto da Polícia Militar.

## São João da Ponte

Em São João da Ponte, o levantamento das atividades de comércio e prestação de serviços na área central, considerando a Avenida Simão Campos, eixo urbano principal de acesso às demais áreas do município, e ruas adjacentes, observou-se a predominância do uso comercial (45%), residencial (28%) e misto (18%). Assim, como o levantamento realizado através do Catálogo Telefônico Norte Mineiro (2010/2011), Telelista (2011) e Pesquisa Direta, as unidades de uso do solo destinadas exclusivamente à prestação de serviços são bastante incipientes (4%). Verifica-se ainda nessa área mapeada, pequeno uso institucional (3%) e lotes vagos (2%).

A partir do exposto, verificou-se que as cidades aqui analisadas possuem algumas características comuns entre si, mas em geral são espaços carregados de particularidades. As particularidades de cada uma destas cidades em termos de conteúdo histórico, demográfico e infra-estrutural dificultam a análise agregada de dados demográficos e econômicos dos municípios da aglomeração. A estrutura de equipamentos de comércio e prestação de serviços, associada ao levantamento do uso do solo urbano nos eixos principais, foram os indicadores aqui utilizados para a análise conjunta das cidades.

Em Juramento e Glaucilândia notou-se que os eixos urbanos principais são também o lócus não somente das atividades econômicas, mas também dos usos residenciais e institucionais, fator característico das pequenas cidades da aglomeração.

Verificou-se a partir do levantamento do uso do solo urbano que os municípios de Patis, Juramento, São João da Lagoa e Glaucilândia têm sua estrutura urbana, quer seja residencial, econômica, institucional, instalada nos eixos urbanos principais o que remete a presença de grandes vazios urbanos.

Embora apresentem formas e intensidades de comércio e de serviços diversos, município de Bocaiúva, Mirabela, Coração de Jesus e São João da Ponte cumprem uma importante função de atração de fluxos de consumidores oriundos de municípios e distritos circunvizinhos. De alguma maneira, parte das necessidades de consumo de produtos e serviços é realizada nestas cidades. Assim, Montes Claros figura como centro de consumo especializado, especialmente, relativo à saúde, educação, serviços institucionais estaduais e federais (Receita Federal, INSS, Ministério do Trabalho, Polícia Federal, Ministério Público Estadual e Federal, Sec. Receita Estadual, dentre outros) e comércio e serviços não disponíveis nos locais de origem (grandes redes de lojas, por exemplo).

A análise do Uso e Ocupação do Solo Urbano revela a espacialização das atividades econômicas nos municípios limítrofes de Montes Claros. Esta representação espacial é importante, pois demonstra que os municípios da aglomeração não são desprovidos totalmente de infraestrutura urbana, ainda que a possua de forma simples. Ao contrário, o levantamento do uso do solo urbano e a representação das atividades econômicas sob a forma de croquis no âmbito intraurbano, ilustra que estas cidades possuem razoáveis, mas importantes equipamentos urbanos que atendem a sua população.

Este levantamento das atividades econômicas permite compreender também a morfologia dos eixos comerciais das cidades da aglomeração.

Termo comum para os geógrafos, a pesquisa “morfologia urbana”, pode ser definida como sendo “ o estudo analítico da produção e modificação da forma urbana no tempo”, preocupando-se com o “tecido urbano e seus elementos construídos , formados através de sua evolução, transformações, inter-relações e dos processos sociais que o geraram”. (DEL RIO, 1990, p.71 apud AMORIM FILHO E SENA FILHO, 2007).

O estudo da morfologia urbana demonstra, dentre outros elementos, a organização econômica do espaço intraurbano. Amorim Filho e Sena Filho (2007) ao analisarem a morfologia das cidades médias consideraram que: “O espaço intra-urbano mostra a cidade e seu espaço próprio, complexo, que abrange seu sítio, o uso do solo urbano e sua estrutura intraurbana”.

É importante destacar que são as relações sociais, econômicas e culturais entre as cidades, materializadas sob a forma de fluxos, que as conectam em uma rede urbana composta, ora, por cidades dinâmicas e menores, ora, por núcleos próximos e o seu entorno, como é o caso da aglomeração urbana de Montes Claros aqui em análise. A intensidade das relações e dos fluxos direcionados a Montes Claros determina sua posição de cidade central da aglomeração urbana em estudo.

Pelo exposto, observa-se que a organização dos espaços intraurbanos das cidades limítrofes a Montes Claros representa o nível mais elementar da hierarquização urbana, ou seja, o das pequenas cidades, conforme os estudos de Amorim Filho e Sena Filho (2007). (Quadro 19).

Quadro19: Zoneamento morfológico-funcional e níveis de hierarquia urbana: cidade pequena

Níveis de Hierarquia Urbana	Zona Central	Zona Pericentral	Zona Periférica	Zona Periurbana
1. Pequena Cidade	Praça e rua principal, poucos equipamentos terciários (administrativos, comerciais, religiosos); forte presença de função residencial; pequena diferenciação morfológica e paisagística	Pouca diferenciação em relação ao centro; confundindo-se, igualmente com a <b>periferia</b> .	A não ser por algumas “vilas” que acompanham estradas, pouco se distingue da zona pericentral, transição brusca para a <b>zona rural</b> .	Praticamente não existe, enquanto zona de transição urbano rural, já que não ocorre, na prática, tal transição.

Fonte: Amorim Filho; Sena Filho, 2007, p.60. Grifos dos autores.

Ao estudarem a cidade média de Caratinga a partir do Zoneamento Morfológico Funcional, Amorim Filho e Sena Filho (2007) consideraram esse critério relevante,

visto que, pode apontar caminhos para o “planejamento” das áreas em estudo associado a “urbanização racional” e também a medidas de “propensões econômicas”.

Por fim, com base na Teoria das Localidades Centrais desenvolvida por Walter Christaller, em 1933, cada cidade é dotada de centralidade e esta é definida a partir dos bens e serviços oferecidos, nível de funções que desempenhadas, seu dinamismo, população e região de influência.

A estrutura econômica das cidades da aglomeração urbana de Montes Claros evidencia uma dinâmica que lhe é própria, elas possuem a sua centralidade. Tal como alertou Christaller (1933), “toda cidade tem uma centralidade”. Todavia, na aglomeração urbana em análise a centralidade principal é exercida por Montes Claros.

**CAPÍTULO 5**  
**A AGLOMERAÇÃO URBANA DESCONTÍNUA DE MONTES**  
**CLAROS/MG**

Este capítulo analisou a aglomeração urbana descontínua de Montes Claros. Para isso, abordou-se inicialmente o debate de aglomerações urbanas em Minas Gerais e o Projeto de Lei Complementar no 4/2011 que prevê a criação da Região Metropolitana de Montes Claros. Os fluxos econômicos, de pessoas e de transportes demonstraram a intensidade das interações entre Montes Claros e os municípios do entorno e, com isso, a materialização do processo de aglomeração urbana em análise.

### **5.1 - A Institucionalização das Aglomerações Urbanas em Minas Gerais**

A aglomeração urbana deve ser pensada, como instrumento de gestão territorial dos Estados, da mesma forma prevista para a Região Metropolitana ou microrregiões enquanto unidades administrativas. Em Minas Gerais, inclusive, a Constituição Estadual prevê as mesmas instituições gestoras da Região Metropolitana para a Aglomeração Urbana.

É importante destacar que a Constituição Federal de 1988, artigo 25º, diz que os Estados “poderão” instituir Regiões Metropolitanas e Aglomerações Urbanas com o objetivo de “integrar a organização, o planejamento e a execução de funções públicas de interesse comum”, para isso deve-se editar Lei Complementar. Portanto, a Constituição de 1988 autoriza a criação, mas não obriga os Estados a agirem assim.

A Constituição do Estado de Minas Gerais, de 1989, no capítulo “Da Organização do Estado”, no artigo 42º, também estabelece que o Estado “poderá instituir, mediante lei complementar, região metropolitana, aglomeração urbana e microrregião constituídas por agrupamento de Municípios limítrofes, para integrar o planejamento, a organização e a execução de funções públicas de interesse comum”.

Dessa maneira, a Constituição Estadual, na prática, simplesmente repete o que diz a Constituição Federal de 1988. Em relação à Aglomeração Urbana quanto tratada na Constituição Estadual, o que existe a respeito é uma vaga definição conceitual, estabelecida no artigo 48º que “Considera aglomeração urbana o agrupamento de Municípios limítrofes que apresentam tendência à complementaridade das funções urbanas que exija planejamento integrado e recomende ação coordenada dos entes públicos”.

No artigo 45º da Constituição Estadual Mineira define-se o que se compreende por Região metropolitana: “Considera-se região metropolitana o conjunto de Municípios limítrofes que apresentam a ocorrência ou a tendência de continuidade do tecido urbano e de complementaridade de funções urbanas, que tenha como núcleo a capital do Estado ou metrópole regional e que exija planejamento integrado e gestão conjunta permanente por parte dos entes públicos nela atuantes.”

Não há diferença substancial entre as duas definições estabelecidas na Constituição Mineira de 1989. Em essência, os fatores definidores residem na tendência de continuidade e complementaridade de funções urbanas e do tecido urbano. Como diferença entre as duas definições constitucionais, apenas na definição da RM estabelece-se o “núcleo central”.

Mais ainda, o parágrafo único do mesmo artigo dispõe que a instituição das aglomerações urbanas deverão seguir, “no que couber”, os mesmos critérios previstos, no artigo 44º, para a criação de uma Região Metropolitana, a saber:

- I - população e crescimento demográfico, com projeção quinquenal;
- II - grau de conurbação e movimentos pendulares da população;
- III - atividade econômica e perspectivas de desenvolvimento;
- IV - fatores de polarização;
- V - deficiência dos serviços públicos, em um ou mais Municípios, com implicação no desenvolvimento da região.

Em relação ao inciso II do artigo 44º que dispõe sobre o grau de conurbação como um dos critérios para instituição de aglomerações urbanas não há uma menção ao grau de conurbação que deve haver entre os municípios, quer seja, elevado, significativo ou não. Mais ainda esses critérios para instituir aglomerações urbanas deverão ser seguidos “no que couber”. Isso significa que, por exemplo, a conurbação não é um critério obrigatório.

Todavia, é importante destacar que núcleos urbanos vizinhos podem se conurbar não apresentando intensidade neste processo. No caso da cidade de São Paulo e seus

municípios vizinhos; Santo André, São Caetano, São Bernardo, Diadema e Guarulhos, entre outros; há uma conurbação elevada, de maneira que esses núcleos urbanos se conformam em uma única mancha urbana ou conjunto de espaços urbanizados. A junção da malha urbana de duas ou mais cidades explica o processo de conurbação que nem sempre é necessariamente intenso. Tal fator depende, sobretudo, do aumento da urbanização que ultrapassa os limites políticos administrativos entre municípios vizinhos.

O que se pode verificar é que na Constituição Estadual de Minas Gerais, de 1989, não houve distinção fundamental e para fins de planejamento e gestão territorial do estado, entre uma Região Metropolitana e uma Aglomeração Urbana. O que se verificou no estado de Minas Gerais a partir de 1989 foram edições de leis complementares instituindo e regulamentando duas Regiões Metropolitanas, a saber: a RMBH- Região Metropolitana de Belo Horizonte , sendo que esta já estava instituída desde 1973; e a RMVA- Região Metropolitana do Vale do Aço , sendo essa criada em 2006.

Ademais, como mencionado, está prevista na Constituição Estadual de Minas Gerais a institucionalização de aglomeração urbana e a definição de critérios para a sua delimitação e, ainda estabelece funções de interesse comum entre os municípios do aglomerado. Todavia, não há menção quanto à definição de um modelo institucional de gestão e não prevê a destinação de recursos financeiros.

Uma outra problemática presente no processo de implementação de regiões metropolitanas ou aglomerações urbanas, foi destacada por Villaça (2007, p.03)

De qualquer maneira, criou-se no Brasil, a ilusão de que a instituição de regiões metropolitanas ou aglomerações urbanas traria, por si só, alguma vantagem ou “status” aos municípios delas integrantes. Não há, em nossa legislação, nada nesse sentido. Nem na federal, nem nas dos Estados (pelo menos dentre as principais). Claro que nada impede os estados de concederem privilégios ou recursos especiais àqueles núcleos urbanos que eles vierem a declarar regiões metropolitanas ou aglomerações urbanas. Mas isso dependerá de legislação específica e para isso não há a pré-condição de que tal legislação específica só seria aplicável a núcleos urbanos que tenham sido previamente considerados regiões metropolitanas ou aglomerações urbanas ou micro-regiões.

Nesse sentido, a consolidação das aglomerações urbanas deve ocorrer de maneira processual, técnica e competente, uma vez que sua constituição trará várias implicações quanto aos investimentos e recursos nos setores de saúde, educação, emprego, habitação, infraestrutura, transporte e lazer dos municípios integrados ao aglomerado. Nessa perspectiva, visualiza-se ações e práticas que conduzam a um Planejamento Integrado de Desenvolvimento Econômico e Social – no âmbito de um aglomerado urbano. Sabe-se, que esse processo também é político, pois envolve interesses municipais específicos e comuns, o que não impede sua concretização e eficácia. Os consórcios intermunicipais de saúde ilustram bem essa tendência ao integrar interesses comuns de municípios em função das particularidades da região em que se inserem.

## **5.2 – O Projeto de Lei Complementar no 4/2011: a Região Metropolitana de Montes Claros/MG**

No Norte do Estado de Minas Gerais, manifesta-se a integração física e socioeconômica e não político-administrativa (processos de naturezas distintas) da cidade média de Montes Claros e das pequenas cidades que com ela fazem limite político-administrativo, desenvolvendo entre eles uma intensa integração espacial, socioeconômica e infra-estrutural. Detecta-se a intensidade de deslocamentos espaciais de pessoas entre os municípios em busca de serviços de saúde, educação (superior, notadamente) e comércios especializados e diversificados, bem como residência e local de trabalho.

Além dos resultados empíricos associados à análise teórica que fundamentam esta pesquisa sobre o processo de aglomeração urbana, a existência do Projeto de Lei Complementar no 4/2011, prevendo a institucionalização da Região Metropolitana de Montes Claros, demonstra que o processo de aglomeração no Norte de Minas Gerais nucleado pela cidade média de Montes Claros e integrado pelos municípios que a ela se limitam, é também percebido e diagnosticado no âmbito sóciopolítico.

O Estado de Minas Gerais possui apenas duas Regiões Metropolitanas: uma no entorno da Capital do Estado Belo Horizonte com 34 cidades e, outra que engloba quatro municípios da Região do Vale do Aço. O governo do estado criou recentemente a Secretaria de Gestão Metropolitana no intuito de criar novas regiões metropolitanas. (ALMG, 2011).

A criação de unidades regionais no país sejam elas regiões metropolitanas, aglomerações urbanas, microrregiões e regiões integradas de desenvolvimento, está prevista na Constituição Federal de 1988. A instituição dessas unidades regionais tem como finalidade o planejamento integrado regional a partir de ações em comum que visem a organização dos municípios em torno de interesses comuns. A gestão desses espaços apresenta-se como uma grande dificuldade na instituição dessas unidades regionais. Isso porque há interesses locais de caráter político partidários e a questão dos recursos e mecanismos legais que a viabilize. O desenvolvimento de novos espaços de concentração no país é um desafio político e prático, mas também teórico científico.

Em 2002 foi submetido à Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais o Projeto de Lei Complementar (PLC) no 51/2002, de autoria da então deputada Elbe Brandão, do PSDB, propondo a criação da Região Metropolitana de Montes Claros.

Naquele mesmo ano o referido projeto foi apreciado, em dois turnos, pela Comissão de Constituição e Justiça da Assembléia que emitiu parecer favorável à tramitação do mesmo naquela casa legislativa, apresentando o seguinte argumento

A proposição visa a instituir a Região Metropolitana de Montes Claros, integrada pelos Municípios de Montes Claros, São João da Ponte, Capitão Enéias, Francisco Sá, Juramento, Bocaiúva, Engenheiro Navarro, Claro dos Poções, João da Lagoa, Coração de Jesus e Mirabela. O projeto cria, também, o Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social Metropolitano e o Colar Metropolitano. A matéria em foco tem pleno respaldo no art. 25 da Constituição da República, o qual dispõe que os Estados poderão, mediante lei complementar, instituir regiões metropolitanas, aglomerações urbanas e microrregiões, constituídas por agrupamento de municípios limítrofes, para integrar a organização, o planejamento e a execução de funções públicas de interesse comum. De acordo com os arts. 42 a 51 da Constituição mineira, a ação administrativa do Estado deve-se orientar pelo princípio da regionalização, com o objetivo de integrar o planejamento, a organização e execução de funções públicas de interesse comum, em áreas de intensa urbanização, e contribuir para a redução das desigualdades regionais, mediante a consecução articulada de planos, programas e projetos regionais e setoriais dirigidos ao desenvolvimento global das coletividades do mesmo complexo geoeconômico e social. Para a criação de região metropolitana a Carta Estadual preconiza, nos arts. 42, "caput", e 44, que essa medida se dê por meio de lei complementar, tendo por base estudo técnico no qual serão apurados, entre outros fatores, a população e o crescimento demográfico, com projeção quinquenal, o grau de

conurbação e fluxos migratórios, a atividade econômica e perspectivas de desenvolvimento e os fatores de polarização e deficiência dos serviços públicos, em um ou mais municípios, com implicação no desenvolvimento da região. Importante ressaltar, à guisa de esclarecimento, que a proposição em comento atende apenas ao requisito da forma prescrita. No entanto, entendemos que a falta de estudo técnico pode, no curso do processo legislativo, ser suprida nas demais comissões para as quais a proposição foi distribuída, uma vez que fato semelhante também ocorreu quando da tramitação do Projeto de Lei Complementar nº 51/98, que instituiu a Região Metropolitana do Vale do Aço. Ademais, naquela oportunidade, o Poder Executivo, que exerce, também no processo legislativo, controle de constitucionalidade das proposições aprovadas por esta Casa, não alegou violação de dispositivo constitucional nos casos das Regiões Metropolitanas de Belo Horizonte e do Vale do Aço. A partir dessas constatações, infere-se que o legislador está interpretando a exigência do estudo técnico de forma relativizada, ou seja, ele não é condição indispensável para a criação de região metropolitana quando o grau de conurbação urbana é um fato e os problemas dos serviços públicos já estão presentes nas áreas de fronteiras entre municípios, reclamando a criação de um órgão de âmbito regional para resolvê-los. Conclusão Diante do exposto, concluímos pela juridicidade, constitucionalidade e legalidade do Projeto de Lei Complementar nº 51/2002. (MINAS GERAIS. DIÁRIO DO LEGISLATIVO, 2002)

Em 11 de abril de 2002 foi apresentado pela deputada autora do Projeto de Lei Complementar (PLC) no 51/2002 um requerimento à Comissão de Assuntos Municipais e Regionalização solicitando a realização de audiência pública em Montes Claros/MG para tratar da criação da região metropolitana. Não há registros de que essa audiência tenha sido realizada ou mesmo que o estudo técnico foi produzido. O PLC 51/2002 foi arquivado em 31 de janeiro de 2003, em virtude da finalização da legislatura.

Todavia, em 2011, o deputado Luiz Henrique Maia Santiago (PSDB) solicitou o desarquivamento do PLC 51/2002, através do Projeto de Lei Complementar no 4/2011. Em entrevista, o debate afirmou que a região Norte de Minas possui as características necessárias para a criação da Região Metropolitana de Montes Claros: “Acho que não só Montes Claros, mas outras regiões têm condições técnicas para solicitar uma região metropolitana”.

O objetivo apresentado na proposta refere-se à integração das ações de desenvolvimento, para os próximos anos, de 11 municípios que estão no entorno da cidade, localizada no Norte de Minas. Os municípios que integrariam a Região Metropolitana de Montes Claros são: São João da Ponte, Capitão Enéas, Francisco Sá, Juramento, Bocaiúva, Engenheiro Navarro, Claro dos Poções, São João da Lagoa, Coração de Jesus e Mirabela.

A justificativa do Projeto de Lei Complementar anuncia que a Região Metropolitana de Montes Claros “será composta por seus municípios limítrofes”. Todavia no artigo 1º do referido PLC estão ausentes os municípios limítrofes: Glaucilândia e Patis, sendo incluído o município de Engenheiro Navarro, que não tem limite territorial com Montes Claros. (ALMG, 2011).

De acordo com o autor do projeto, Deputado Luiz Henrique Maia Santiago a Criação da Região Metropolitana de Montes Claros

[...] vem facilitar as políticas para saúde, educação, segurança pública e transporte em todas as cidades, já que vai ser possível um planejamento conjunto nessas áreas em todos os municípios. Será preciso fazer um plano de desenvolvimento integrado, constituir uma assembléia metropolitana. Diversos atores vão participar, juntos, do desenvolvimento da região. (Assembléia Legislativa de Minas Gerais, Maio de 2011).

O deputado considera que o crescimento de Montes Claros está diretamente ligado a Juramento, a São João da Ponte, a Mirabela, então nós não podemos pensar única e exclusivamente em Montes Claros. Há funções públicas de interesse comum: segurança, transporte, saúde e a questão hídrica. Toda a água que abastece Montes Claros vem de Juramento. Os mananciais que abastecem o nosso município de água, 50 a 60% vêm dos municípios limítrofes.

O PLC 04/2011 define como funções da Região Metropolitana de Montes Claros: planejamento, organização e execução de ações do aglomerado, no que tange a integração física e tarifária do transporte intermunicipal; integração dos sistemas de abastecimento e esgoto sanitário; definição de diretrizes habitacionais; planejamento integrado do desenvolvimento econômico; dentre outras.

Conforme o autor do projeto de lei complementar a Região Metropolitana tem como intuito “desenvolver a região de forma planejada e homogênea”, pois o Norte de Minas Gerais “emergente e em crescente desenvolvimento, necessita dessa Região Metropolitana para que haja realmente uma gestão dos interesses comuns”.

Em entrevista, o deputado foi indagado sobre o interesse do executivo na criação da Região Metropolitana de Montes Claros

Há uma secretaria para instituição de região metropolitana. Ela está funcionando. Hoje nós só temos duas regiões metropolitanas em Minas: a de Belo Horizonte e a do Vale do Aço [...]. Esta secretaria está para aí fomentar, induzir novas regiões metropolitanas. Montes Claros está aí, merece uma RM. Nós vamos ganhar um fórum de planejamento, de decisão compartilhada.

O entrevistado complementou que se não houvesse o interesse do executivo, o Anastasia não teria criado a Secretaria para a Criação de Novas Regiões Metropolitanas. O governador não iria criar uma secretaria para administrar apenas duas regiões metropolitanas, sendo que, uma delas nem está totalmente implementada. É necessário também para descentralizar.

À Região Metropolitana está associada a criação de um Fundo de Desenvolvimento Metropolitano de Montes Claros, com o objetivo de apoiar a elaboração, implantação e execução de projetos e programas “de interesse comum dos municípios”.

Certamente, o Fundo permitirá a captação de recursos públicos das esferas estadual e federal, além de agências multilaterais internacionais, tais como Banco Mundial e Banco Interamericano de Desenvolvimento.

Nesse sentido, mais do que uma região de planejamento estatal, a Região Metropolitana institucionaliza possibilidades de investimentos e gestão de recursos destinados ao desenvolvimento da infraestrutura regional.

Para o autor do PLC 4/2011, deputado Luiz Henrique: “Deverá ser uma apreciação mais demorada porque é preciso conversar com todos os municípios envolvidos. Devemos ter audiências nos locais para discutir a proposta. Não vamos impor o projeto, vamos discutir.” (JORNAL O TEMPO, 29/03/2011).

Entretanto, parece não haver consenso entre os deputados que representam a região Norte de Minas Gerais na Assembléia Legislativa. Para o autor do PLC 4/2011, deputado Luiz Henrique:

É preciso que se faça, hoje, uma revisão de desenvolvimento sustentável para os próximos 50 anos. [...] Isso vem facilitar as políticas para saúde, educação, segurança pública e transporte em todas as cidades, já que vai ser possível um planejamento conjunto nessas áreas em todos os municípios. [...]. (JORNAL O TEMPO, 29/03/2011)

Já o deputado Arlen Santiago (PTB) não vê com bons olhos a criação da Região Metropolitana de Montes Claros e afirma: “A idéia me parece meio precoce, pois a maioria das cidades fica muito distante, não há conurbação”. (JORNAL O TEMPO, 26/03/2011).

O Secretário de Estado de Gestão Metropolitana, Alexandre Silveira, argumentou: “A proposta de Montes Claros é plausível, mas precisa ser submetida a estudos técnicos aprofundados que comprovem a demanda para a criação da região metropolitana” [...] As cidades precisam cumprir, antes de tudo, alguns critérios técnicos. (JORNAL O TEMPO, 26/03/2011).

O PLC 4/2011 está na Assembléia Legislativa de Minas Gerais aguardando parecer das comissões de Constituição e Justiça, de Assuntos Municipais e Regionalização e de Fiscalização Financeira e Orçamentária. (ALMG, 2011). Nesta fase deverá ser realizado o projeto técnico para analisar sua viabilidade e importância, bem como visitas aos prefeitos e há previsão de audiências públicas com lideranças políticas e comunitárias das cidades envolvidas.

Ainda sobre a tramitação atual do Projeto, o deputado Luiz Henrique Santiago esclareceu

Para levar a uma Comissão de Constituição e Justiça/CCJ, um pedido de discussão de uma região metropolitana tem que apresentar um estudo técnico com projeção quinquenal, os serviços públicos de rede comum e uma série de alguns itens técnicos que vai subsidiar o relator para que ele aprove ou não a região metropolitana. Eu pedi uma suspensão para fazer o estudo técnico no ano que vem, estou preocupado com esses critérios. A população total da aglomeração é aproximadamente 500 mil habitantes. Numa projeção quinquenal a população total superará 600 mil habitantes.

Certamente, a criação ou não da Região Metropolitana de Montes Claros dependerá do envolvimento das lideranças políticas, bem como da população dos municípios, e não apenas do desejo de um ou outro representante político na Assembléia Legislativa. As audiências públicas, quando realizadas, servirão de indicador do interesse e disposição regional para tal empreendimento.

### **5.3 - O Projeto de Lei Complementar no4/2011 na visão de Pesquisadores da Região Norte de Minas**

Buscando problematizar o projeto que institui a criação da RM de Montes Claros realizou-se entrevistas com pesquisadores da região Norte de Minas. Os mesmos foram indagados sobre o conhecimento do projeto de lei e sua opinião. Para responder essas questões, os pesquisadores resgataram as interações realizadas entre os municípios no Norte de Minas e a centralidade exercida por Montes Claros nesse contexto.

Um dos entrevistados, economista e então Secretário de Planejamento Urbano de Montes Claros abordou: “Montes Claros faz o papel de representante, cabeça do Estado, na região Norte de Minas. Isso traz para Montes Claros fluxos positivos que contribuem para o desenvolvimento da cidade”. (OLIVEIRA, 2011).

O quadro 20 sintetiza as opiniões de pesquisadores sobre os fluxos entre os municípios e a centralidade de Montes Claros. Foram entrevistados engenheiros civis, geógrafos, historiador e sociólogo.

Quadro 20: Pesquisadores: Opinião sobre as interações entre os municípios da aglomeração, 2011

Formação	Instituição	Opinião sobre as interações entre os municípios da aglomeração
Engenharia Civil	Unimontes	Hoje Montes Claros cada vez mais se consolidou como <b>pólo regional concentrando serviços</b> que de certa forma poderiam já ser absorvidos por determinados municípios. O principal fluxo que a gente observa aqui é o da educação onde de fato as universidades públicas, UFMG e Unimontes são referências de ensino superior. Na saúde, observa-se que tanto o atendimento primário como o de maior complexidade é aqui em Montes Claros.
Engenharia Civil	Unimontes	Montes Claros tem uma particularidade de ser uma cidade pólo que atrai para si algumas áreas. <b>Principalmente na área de serviço</b> essas demandas, esses fluxos dessas cidades do entorno são canalizados para Montes Claros. Eu acho que é importante desenvolver uma pesquisa que trate do entorno de Montes Claros. Nós temos que preocupar com esses serviços, principalmente ensino e saúde que são os que atraem e têm maior demanda desses municípios, onde até 150 km nós estamos tendo fluxos para Montes Claros.
Geografia	Unimontes	A relação é muito estreita, uma relação muito próxima, de <b>interdependência</b> principalmente <b>dependência dos pequenos municípios em relação a Montes Claros</b> . Já que ela é um centro regional, é ela que agrega todos os problemas da região e ao mesmo é onde são buscadas as soluções desses problemas, essa função de ser um pólo de atração e ao mesmo de dispersão de serviços, de desenvolvimento, de educação, de saúde.
Geografia	Unimontes	A tendência é continuar essa <b>forma concêntrica</b> em Montes Claros, por que nessas cidades pouca coisa mudou. São poucas as cidades que a gente consegue ver mudanças. A mais próxima que a gente consegue ver uma mudança em termos de crescimento é Bocaiúva. Em relação às demais cidades, a tendência é que o <b>fluxo para Montes Claros continue</b> . Automaticamente, com o fluxo de pessoas vem o fluxo de capital. É uma retirada, uma saída desse capital dessas cidades. A situação é só agravar essa concentração em Montes Claros.
Geografia	Unimontes	Pela sua posição geográfica, Montes Claros possui uma <b>grande influência não só nos municípios limítrofes</b> , mas em todos os municípios do Norte de Minas, alguns municípios do Noroeste, Vale do Jequitinhonha e até o Sul da Bahia. Hoje nos percebemos que a área de influência de Minas Gerais é muito grande, notadamente, <b>oferecendo serviços que outros municípios não possuem</b> , tais como comércio, indústria, ensino e principalmente saúde.
Geografia	Unimontes	Montes Claros mantém uma <b>relação muito próxima com os municípios limítrofes</b> , principalmente no que diz respeito à <b>saúde, a educação</b> , notadamente, o ensino superior, existe um fluxo muito grande de pessoas que estudam no ensino médio, nos cursos profissionalizantes, que prestam concursos de um modo geral. Há um fluxo diário tanto de passageiros de ônibus quanto de pessoas que utilizam veículos próprios, pessoas que moram em Montes Claros e trabalham nas cidades do entorno e também o contrário, pessoas que residem nas cidades do entorno e trabalham em Montes Claros. Então, nós temos esse fluxo de mão dupla. Mas o que predomina mesmo é a busca pela saúde e pela educação, de uma forma mais constante.
História	Unimontes	Ao longo do século XX Montes Claros se consolidou como centro regional, fato que já havia se desenhando no século XIX. No século XIX outras cidades como Januária e Pirapora, embora não sejam limítrofes, mas pensando a região, elas tinham um papel mais proeminente em relação a Montes Claros. No século XX com a chegada da ferrovia num primeiro momento e num segundo momento com a Sudene, Montes Claros se consolidou como pólo regional [...]tem <b>mais serviços, especialmente serviços especializados em saúde, ensino superior, pós-graduação</b> .
Sociologia	Unimontes	Montes Claros é uma cidade <b>pólo regional</b> , especialmente, pela oferta de serviços nas <b>áreas de saúde e educação</b> , mas também o comércio especializado e <b>serviços públicos em geral</b> . A industrialização e crescimento populacional nos últimos 50 anos foram fundamentais para que se estruturasse na cidade uma rede de serviços que a colocam como centro regional. Esse cenário se configurou com forte indução estatal, por exemplo, os incentivos à industrialização realizados pela Sudene, a criação do Sistema Único de Saúde, as universidades e institutos públicos (Unimontes, UFMG, IFNMG), a sede regional de órgãos e autarquias (Polícia Federal, Ministério Público Federal, Delegacia da Receita Federal, Superintendências Bancárias, Dnocs, Codevasf, dentre outros). Nesse sentido, a centralidade de Montes Claros deriva do movimento do setor privado (indústria, comércio e serviços), mas também da estruturação de uma <b>rede pública de serviços de atendimento regional</b> .

Fonte: Pesquisa Direta, 2011

Org.: FRANÇA, I. S. de.; 2011.

Observa-se através dos depoimentos que as interações entre os municípios e Montes Claros ocorrem, sobretudo, no setor de serviços, sejam eles, saúde, educação e rede pública de serviços. Destaca-se em suas falas a noção de pólo regional atribuída a Montes Claros e a dependência dos pequenos municípios em relação à mesma.

O quadro 21 retrata as opiniões de pesquisadores sobre o Projeto de Lei Complementar (PLC) que institui a Região Metropolitana de Montes Claros (RMMC).

Quadro 21: Pesquisadores: Opinião sobre o Projeto de Lei Complementar (PLC) que institui a Região Metropolitana de Montes Claros (RMMOC), 2011

Formação	Instituição	Conhece o PLC	Opinião sobre o Projeto de Lei Complementar RMMC
Engenharia Civil	Unimontes	Ouviu falar	Em se tratando de RM os municípios do entorno só irão contar em termos populacionais para a criação da região. Os benefícios ficarão todos em Montes Claros. Na hora de discutir um projeto entre municípios integrantes da RM, Montes Claros vai ganhar. Talvez a criação de <b>consórcios metropolitanos poderia ter mais viabilidade do que a criação da RMMOC</b> . Quem vai fazer a gestão metropolitana é o Estado. A tendência, a gente vê com o crescimento, é que Montes Claros conurbe futuramente com muitas dessas cidades, mas com pouca integração.
Engenharia Civil	Unimontes	Em parte	Ter uma região metropolitana <b>a gente vai poder ter um planejamento estratégico</b> e de tal forma que a gente democraticamente, os prefeitos dessa região consigam <b>pensar a região de forma global, integrada</b> . Não como agora que os gestores só pensam na cidade, nos bônus para suas cidades e os ônus para os outros locais. Eu acho que esse projeto da região metropolitana pode começar criar uma mentalidade nos gestores no sentido de termos um planejamento integrado.
Geografia	Unimontes	Ouviu falar	Há uma certa <b>utopia</b> , quer dizer um sonho, essa região metropolitana <b>realidade muito difícil</b> , muito longe, muito difícil. Essa idéia de conurbação descentralizada procede, é real, é o que a gente percebe com muita clareza. Mas metropolização é <b>complicado pensar nesse sentido</b> . Existe uma ligação muito forte entre Montes Claros e esses municípios, não somente eles, mas todos os 89 municípios da Região Norte de Minas são todos dependentes de Montes Claros bem diretamente.
Geografia	Unimontes	Não	A idéia de uma região metropolitana é usar uma cidade pólo, um centro econômico, para onde essas outras cidades têm uma interdependência. Então, como Montes Claros vai ser pólo de uma coisa que ela não dá conta. Economicamente, tudo bem. De repente a cidade vive um crescimento econômico. <b>Mas a gente vê as manifestações sociais disso</b> . Então, como você quer ser uma região metropolitana se <b>você não está preparada para isso</b> ? Primeiro a gente tem que pensar um plano de desenvolvimento integrado desses municípios com Montes Claros para melhorar não só a questão da infraestrutura, mas o aspecto social também.
Geografia	Unimontes	Não	Primeiro há a necessidade de haver planejamento da cidade como um todo, <b>para depois pensarmos na criação de uma RM</b> para a cidade de MOC. Só com a <b>criação da região metropolitana de Montes Claros nossos problemas não serão resolvidos</b> . Não basta criar a lei, há necessidade que haja um planejamento urbano efetivo para, um planejamento urbano mais cuidadoso, um plano que realmente contemple todos os problemas. É m projeto relevante. Mas primeiro nós temos que refletir, planejar e colocar em prática o planejamento.

			<b>Continuação</b>
História	Unimontes	Não	<b>É um projeto precoce até pelas distâncias espaciais não tem esse caráter metropolitano</b> , de região metropolitana. Se isso significa uma distribuição de recursos entre municípios limítrofes não acredito que as lideranças de Montes Claros abraçariam. A iniciativa não partiu de Montes Claros. Os planejadores, todos nós reclamamos muito que há em Montes Claros uma sobrecarga, por exemplo, na área de saúde, que a cidade está sobrecarregada demais. Mas a cidade concentra os recursos, concentra os investimentos, ela quer concentrar os investimentos, mas não quer o ônus disso. Se a região metropolitana é pensada como uma estratégia de planejamento e de ação conjunta eu duvido muito que as lideranças de Montes Claros vão abraçar isso.
Sociologia	Unimontes	Sim	A proposta de criação de uma Região Metropolitana de Montes Claros deve ser compreendida no âmbito da organização da gestão do espaço regional no estado de Minas Gerais. Certamente, há indução governamental nessa proposta. Os deputados que apresentaram o PLC, em suas duas versões, são da base de governo (PSDB). <b>Sem dúvida é uma oportunidade de planejamento integrado de Montes Claros e os municípios limítrofes. Contudo, o sucesso disso está condicionado à ampla discussão, adesão e encaminhamentos consequentes dos municípios participantes.</b>

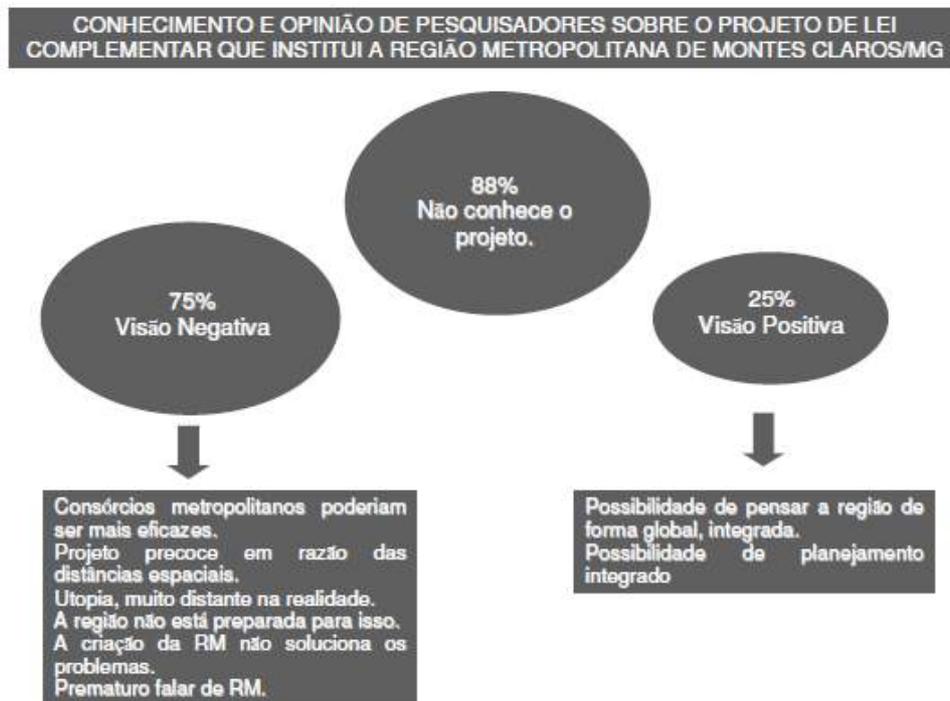
Fonte: Pesquisa Direta, 2011

Org.: FRANÇA, I. S. de.; 2011.

Verifica-se que a maior parte dos pesquisadores entrevistados (75%) não considera o projeto oportuno, destacando que o mesmo é “prematuro, precoce, utópico e inviável”. A razões dessas opiniões decorrem, na visão dos entrevistados, das distâncias entre as sedes intermunicipais, da não existência de manchas conurbadas e, com isso, de características de metropolização na região Norte de Minas e ainda, da inexistência de iniciativas de planejamento integrado entre os municípios.

Todavia, entre os oito pesquisadores entrevistados há duas opiniões que avaliam o projeto positivamente (25%). Consideram-no como uma iniciativa que possibilita pensar o entorno de Montes Claros de forma global e integrada. Com isso, vislumbram a possibilidade de planejamento entre Montes Claros e os municípios do entorno.

Figura 45: Pesquisadores: Conhecimento e opinião sobre o Projeto de Lei Complementar (PLC) que institui a Região Metropolitana de Montes Claros (RMMOC), 2011



Fonte: Pesquisa Direta, 2011

Org.: FRANÇA, I. S. de.; 2011.

## **5.4 - Formação da Aglomeração Urbana Descontínua de Montes Claros/MG**

As conexões históricas entre os municípios da Aglomeração incidiram diretamente nas atuais. Para se compreender as ligações histórias e atuais entre os municípios há que abordar os vários fatores que culminaram na posição de destaque de Montes Claros no Norte de Minas. A centralidade exercida por essa cidade na região em que se insere resulta de um processo histórico, característico da segunda metade do século XX, especificamente, e vincula-se a fatores geográficos, políticos, demográficos, econômicos e infra-estruturais. Acrescenta-se que esses fatores não somente reforçaram a centralidade de Montes Claros no Norte de Minas, mas possibilitaram a intensificação das relações entre os demais municípios da região, conectando-os.

### **5.4.1 - Fluxos e Mobilidade no Território Norte Mineiro**

O aparato infraestrutural instalado em Montes Claros juntamente com os meios de transportes e comunicação existentes contribuiu para a atração que exerce nas cidades do Norte de Minas e demais regiões.

A respeito do desenvolvimento dos meios de transportes no Norte de Minas no século passado e atual e a sua capacidade de articulação intra e inter regional, Rodrigues (2000, p.105) expõe:

Com o desenvolvimento das ferrovias e rodovias, no início deste século e depois da metade, com a incorporação do Norte de Minas a área da SUDENE, a economia regional teve as suas relações comerciais com o resto do país e como próprio Estado de Minas Gerais ampliadas, gerando novas possibilidades econômicas. (RODRIGUES, 2000, p. 105).

Ademais, as interações entre Montes Claros e os municípios da Aglomeração culminam na continuidade espacial entre elas e as redes de transportes e comunicações alicerçam esse processo.

Gonçalves Pereira (2010, p.10) resgata a expansão da rede ferroviária no Brasil e o processo de interiorização desse tipo de transporte: “O Brasil dispunha de uma

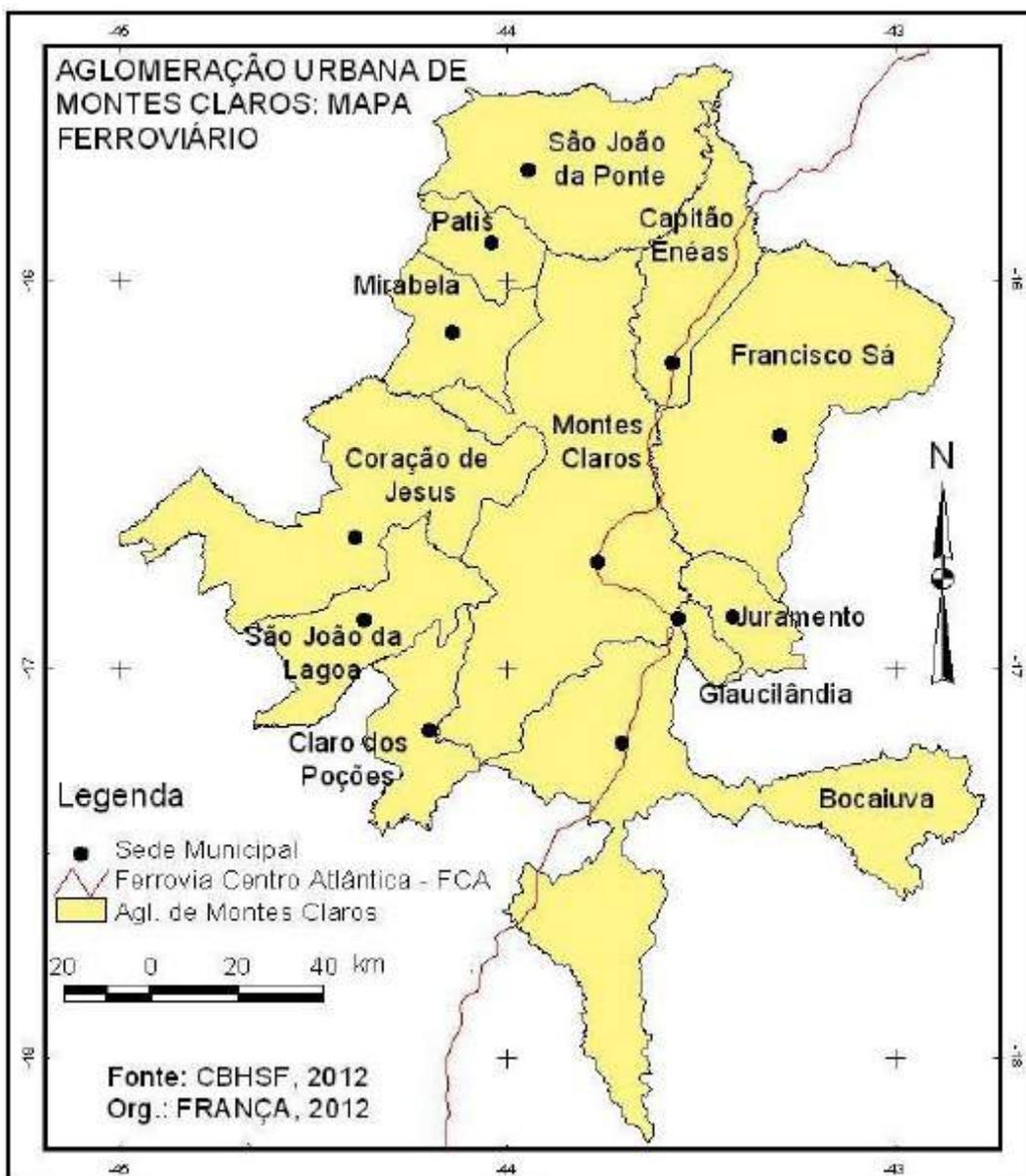
considerável rede ferroviária no eixo Rio-São Paulo, que no final do século XIX e no início do século XX, começa o processo de expansão na direção ao interior do país. No início do século XX a ferrovia chega ao Norte de Minas Gerais.

A implantação da ferrovia, na década de 1930, e a abertura de estradas consistiram em importantes fatores responsáveis pelas trocas comerciais que Montes Claros realizava na região com outros municípios, o que acabava interligando-os. (FRANÇA, 2007, p 89).

Conforme as pesquisas de Lessa (1993) no Norte de Minas Gerais o transporte ferroviário foi instalado no início do século XX com ramais em Pirapora (1911), Joaquim Felício e Catuni (1921), Bocaiúva (1924) e por último, em Montes Claros (1926). Na década de 1930 a ferrovia se expandiu em direção a Capitão Enéas, Monte Azul e Espinosa, entre outras.

A expansão da rede viária intra e inter-regional, a partir dos anos 1970 e 1980, interligou Montes Claros às demais regiões e mercados do país. Atualmente, a malha ferroviária que serve Montes Claros é administrada pela empresa Ferrovia Centro Atlântica (FCA) que realiza somente transporte de cargas.

Mapa 22 - Aglomeração urbana de Montes Claros: Mapa Ferroviário



Nessa perspectiva, Montes Claros foi o eixo articulador para o desenvolvimento da economia capitalista e regional através do transporte ferroviário. Para Lessa (1993), “a cidade de Montes Claros tornou-se uma cidade “ponta de trilhos”, transformando-se num grande centro de distribuição que atendia a região norte-mineira e o Sul da Bahia, fator que contribuiu para que Montes Claros se tornasse um pólo regional”.

As rodovias que cortam a cidade colocam Montes Claros como um dos maiores entroncamentos rodoviários do país. Abrangendo a zona urbana de Montes Claros têm-



O referido autor resgata a implantação do Departamento de Estradas de Rodagens de Minas Gerais – DER/MG em Montes Claros no ano de 1947 resultando na construção de rodovias no Norte de Minas.

Em 1972, foi construída a primeira rodovia pavimentada da região, a BR 135, que interliga Montes Claros a Belo Horizonte. Posteriormente, ocorreu a construção de outras rodovias pavimentadas como a BR 365 e a BR 251 para fazer a conexão entre o Norte de Minas e outras regiões do Estado de Minas Gerais e do Brasil. Em 1973/1974, foi pavimentada a Br 365 no trecho Montes Claros – Uberlândia, fazendo a ligação entre Norte de Minas - Triângulo Mineiro. (GONÇALVES PEREIRA, 2010, p.11).

Assim como o transporte ferroviário, a malha rodoviária do Norte de Minas Gerais tem em Montes Claros o ponto de conexão entre as demais cidades do Norte de Minas, estado de Minas Gerais e outras regiões do país.

### **O Transporte Aéreo**

O Aeroporto Mario Ribeiro está localizado a aproximadamente 7 km da área central de Montes Claros. É Administrado pela Infraero desde 1980 e possui uma pista de pouso asfaltada de 45 metros de largura e 2.100 metros de extensão. (INFRAERO, 2011). Duas companhias aéreas operam neste aeroporto: A Trip Linhas Aéreas e a GOL Linhas Aérea. A Trip tem como destino o aeroporto de Pampulha e Confins e oferece seis vôos diários de segunda a sexta-feira e três vôos aos sábados e domingos para Belo Horizonte. A GOL oferece dois vôos diário para Belo Horizonte com destino ao aeroporto de Confins. (Infraero, 2011).

O quadro 22 apresenta o movimento de viagens e média de passageiros que circularam no Aeroporto Mario Ribeiro de Montes Claros referente aos anos de 2009 e 2010.

Quadro 22 - Montes Claros/MG: Movimento de passageiros no Aeroporto Mário Ribeiro, 2009-2010

Ano	Movimento Mensal (Embarque e Desembarque)	Movimento Anual (Embarque e Desembarque)
2009	6.990	85.045
2010	9.960	121.180
2011 (até Abril)	15.780	189.360 (estimativa)

Org.: FRANÇA, I. S. de., 2011.

Fonte: Infraero, 2011.

Observa-se que no período de 2009 a 2010, a média diária de passageiros aumentou 43%. A estimativa indica um aumento potencial de 56% de aumento do fluxo de embarque e desembarque entre 2010 e 2011.

Esses resultados demonstraram uma tendência do país, onde o transporte aéreo passou a ser uma nova opção de deslocamento para as pessoas.

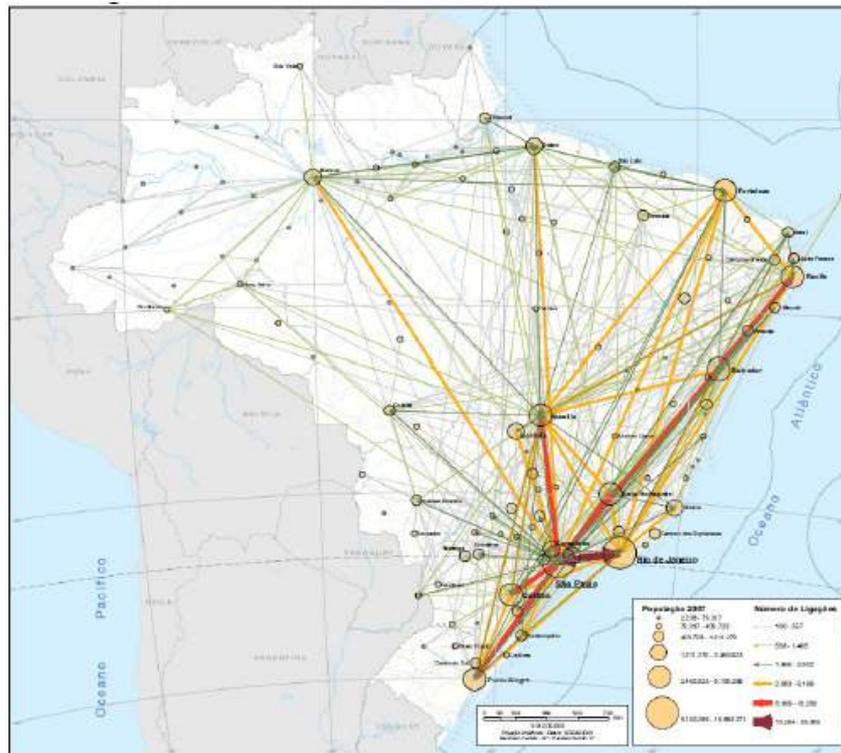
Dados da Infraero indicam que entre Janeiro e Abril de 2011, o aeroporto de Montes Claros teve movimento de 63118 passageiros. Isso indica uma média mensal de 15780 e diária de 526 passageiros. Tal cenário aponta para aumento de 58% do movimento aeroportuário em Montes Claros, entre 2010 e os primeiros quatro meses de 2011.

Além disso, a dinamização da economia de Montes Claros e da região com as prospecções de gás natural e minério de ferro, tem produzido uma euforia entre os agentes econômicos e políticos.

Em 31 de maio de 2011 foi realizada Audiência Pública da Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais, em Montes Claros/MG, para tratar do tema da construção de um novo terminal aeroportuário, tendo como principal justificativa, o fato de a região estar sendo considerada uma nova fronteira mineral e de gás natural do Estado.

Sobre as redes de ligações aéreas, conforme o estudo REGIC (IBGE, 2007, p 161), “o transporte aéreo coloca Montes Claros com um importante pólo regional nesse setor”, pois a centralidade desse serviço faz com que indivíduos se desloquem de outros municípios para Montes Claros para usufruir desse transporte.

Figura 46: Brasil: Conexões aéreas, 2004.



Fonte: REGIC, 2007.

Montes Claros possui elevada importância regional ao encabeçar a rede de conexões aéreas no Norte de Minas. O aeroporto atende toda a população do Norte de Minas, pois é o único da região, de forma que todas as pessoas que utilizam este tipo de transporte dependem de Montes Claros, remetendo novamente a sua centralidade nesse setor, o transporte aéreo.

O público que o aeroporto atende é composto, sobretudo, por empresários, médicos, políticos, professores e estudantes que utilizam esse transporte para se deslocar com maior facilidade e com um curto espaço de tempo para os grandes e médios centros urbanos do país. Montes Claros polariza o atendimento ou a demanda de consumo de transporte aéreo na região sendo a única cidade no Norte de Minas a possuir um aeroporto. Nesse sentido, o acesso entre os municípios norte-mineiros a Montes Claros, bem como para outros estados e regiões do país, é facilitado pela infra-estrutura dos meios de transportes o que contribui com o movimento populacional constante entre os municípios. A infraestrutura das estradas e os meios de transportes oferecidos a população faz com que as mobilidades populacionais aumentem no território. Castello Branco et al (2005) atribuem a questão do transporte a uma realidade no aumento dos

movimentos pendulares, onde os deslocamentos diários podem ser facilitados com os transportes. As autoras comentam que “A principal causa desse aumento seria a melhoria no sistema de transportes [...] que possibilita a elevação das distâncias percorridas diariamente”. (CASTELLO BRANCO et al , 2005, p 05).

Os fixos instalados em Montes Claros são resultados de políticas públicas e investimentos públicos e privados, incentivos governamentais oriundos de programas federais e estaduais. Políticas públicas de caráter estadual e federal, alicerçadas em ações de desenvolvimento regional alavancaram o estreitamento de laços entre Montes Claros e os municípios da Aglomeração. Nessa perspectiva, a ação política é um indicador importante das relações intermunicipais tanto no período atual como no passado.

#### **5.4.2 - Políticas Públicas**

Montes Claros tornou-se um centro especializado e concentrador de funções regionais econômicas, políticas, gestão e infraestrutural graças à ação pública e privada, dentre outros fatores, que a contemplou com projetos e programas de desenvolvimento e modernização, além de provisão e ampliação de infraestruturas diversas na segunda metade do século XX, notadamente. Em decorrência disso, houve um incremento dos setores de comércio e serviços vinculado ao processo de expansão territorial e espacial atingindo os municípios vizinhos.

#### **A inserção do Norte de Minas Gerais como Área de Abrangência da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste – SUDENE**

Em 1965 o Norte de Minas Gerais foi inserido na área de abrangência da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste – SUDENE. Tal fato foi fundamental para a industrialização da região provocando ali importantes transformações demográficas, estruturais e políticas. Nesse contexto, Montes Claros foi a principal cidade do Norte de Minas beneficiada com os recursos advindos da SUDENE, pois pela infra-estrutura que possuía foi escolhida, entre as demais cidades da região, para sediar o Distrito Industrial – DI construído na década de 1980.

Sobre isso Oliveira (2000)<sup>61</sup> destaca que dos recursos e investimentos da SUDENE direcionados ao Norte de Minas, apenas as cidades mais bem dotadas de infra-estrutura foram favorecidas. Nesse sentido, Montes Claros foi a cidade que mais se beneficiou.

### **O Programa Nacional de Apoio as Capitais e Cidades de Porte Médio – PCCPM**

No Brasil as cidades médias ganharam destaque após a década de 1970, a partir do interesse estatal em promover políticas públicas com a finalidade de descentralizar as indústrias e os investimentos das grandes metrópoles. Até a década de 1970 verificava-se um forte processo de concentração urbana nas metrópoles nacionais implicando na necessidade de desconcentração territorial e marcando uma nova ótica a urbanização brasileira.

Matos (2005) analisa este contexto:

Os anos de 1970 foram um momento especial em que o debate sobre tais questões alcançou intensidade. Posteriormente, não obstante o arrefecimento do debate, o Brasil continuou a experimentar mudanças promotoras de crescimento, crises e estagnação, diversidade e complexidade, não obstante a persistência das iniquidades sociais. Mudanças importantes vinham-se acumulando desde os anos de 1950, abrangendo a urbanização, o crescimento demográfico, as migrações de tipo campo-cidade, a industrialização, o mercado de trabalho, o padrão de crescimento econômico e a maior inserção do País na economia mundial, [...]. A grande expansão industrial do período 1950-1980, a ocupação do Centro-Oeste após a fundação de Brasília, a modernização da agricultura e a ocupação de novas fronteiras de recursos transformaram o País na segunda metade do século XX. A urbanização avançou como nunca e a frágil rede urbana experimentou um forte incremento com o surgimento de novas cidades e a consolidação de centros intermediários de expressão, reconfigurando o arcabouço territorial que permitiria a interiorização do desenvolvimento e a desconcentração espacial da economia. (Matos, 2005, p.24).

Soares (2006, p.21) interpreta este processo a partir da desconcentração e reconcentração espacial demográfica, econômica e informacional:

Na contemporaneidade da urbanização brasileira, verifica-se um amplo processo de reestruturação caracterizado pela “explosão” das tradicionais formas de concentração urbana e pela emergência de novas formas espaciais, continentes de novas territorialidades dos grupos sociais. Na escala intraurbana, o fenômeno da “dispersão urbana” está alterando a morfologia urbana tradicional, gerando novas centralidade e novas periferias. Na escala interurbana e regional, são produzidos novos processos de desconcentração e reconcentração espacial da população, das atividades econômicas e de informação sobre o território.

---

<sup>61</sup> OLIVEIRA, Marcos Fabio Martins de. O processo de formação e desenvolvimento de Montes Claros e da Área Mineira da Sudene. In: OLIVEIRA, Marcos Fábio Martins, RODRIGUES, Luciene (org.). **Formação Econômica e Social do Norte de Minas**. Montes Claros: Editora UNIMONTES, 2000.

As novas tendências do sistema urbano brasileiro marcam o aumento da importância das cidades médias e sua crescente participação na população urbana. Até a década de 1970 a população do país concentrava-se nas áreas metropolitanas. O crescimento dessas cidades originou uma urbanização marcada pelo processo de desmetropolização ou desconcentração-concentrada.

Nesse contexto de desconcentração econômica e industrial, configura-se a emergência das cidades médias como importantes espaços na economia do país. O Programa Nacional de Apoio às Capitais e Cidades de Porte Médio – PNCCPM (1975), parte integrante do II Plano Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – II PND culminou em investimentos para os espaços não metropolitanos.

No Norte de Minas, Montes Claros foi a única cidade beneficiada com o PNCCPM recebendo investimentos diversos. A cidade foi contemplada com o Projeto Cidade de Porte Médio (1980) que melhorou sua infraestrutura e atraiu indústrias com os planos de incentivos fiscais, desenvolvendo assim a sua economia e concentrando uma série de serviços dos quais dependem a maioria dos municípios norte-mineiros. Dessa forma, Pereira considera que:

A centralidade de Montes Claros passou a existir quando ocorreu a instalação de infra-estruturas nesta parte do território, principalmente aquelas voltadas à circulação de recursos humanos e materiais, isto é, quando foram construídas estradas interligando-a a diversos municípios e instalou-se nela uma diversidade de serviços. (PEREIRA, 2007, p.90)

Outra importante ação que culminou em investimentos no setor de saúde de Montes Claros e da região foi o Projeto Montes Claros - PMC. Assim como os recursos provenientes da SUDENE e do PNCCPM, o Projeto Montes Claros tinha uma finalidade regional.

### **Estruturação da Rede Regional de Saúde: o Projeto Montes Claros (PMC)**

De acordo com Silva (2010, p.93) o Projeto Montes Claros – PMC foi implantado na década de 1970: “Ocorreu efetivamente a partir de 1975, com a implantação do Sistema Integrado de Prestação de Serviços do Norte de Minas, [...]”.

O PMC foi viabilizado através de investimentos da USAID – Agência Norte Americana para o Desenvolvimento Internacional (intermediados pela Family Health Foundation) que aprovou um recurso de US\$ 4 milhões (investidos e repassados ao município através da SUDENE) para o Governo de Minas Gerais implantar a rede de unidade de saúde na região. Conforme Silva (2010, p.93) o projeto, administrado pela Secretaria de Estado da Saúde, forneceu o modelo teórico para o atual Sistema Único de Saúde – SUS. (Silva, 2010, p.93).

Os recursos do PMC tinham como finalidade

[...] construir ou reformar e equipar mais ou menos 55 Centros e 190 postos de saúde, em municípios do Norte de Minas Gerais. Implantar posto de saúde na Faculdade de Medicina de Montes Claros, instalar e comprar equipamentos, sem contar os auxiliares que foram treinados e o resultado prático, contribuindo com a formação de médicos por meio do internato rural. (SILVA, 2010, p.101).

Verifica-se dessa forma que esse projeto era de alcance regional visando à gestão e operacionalização conjunta do setor de saúde nos municípios norte mineiros.

Foram mais de 40 municípios contemplados e os recursos eram repassados para os prefeitos. Organização dos serviços de saúde em contato direto com as demandas que eram conhecidas por meio de diagnóstico da situação epidemiológica e sócio-econômica nos municípios da região. (SILVA, 2010, p.99).

O Projeto Montes Claros funcionou como embrião do que mais tarde se configurou como o Sistema Único de Saúde. Dessa maneira, essa experiência possibilitou a articulação entre os municípios da região norte de Minas, potencializando, já naquele período, a capacidade de polarização regional da cidade de Montes Claros.

### **Rede Regional de Educação Superior**

A estruturação da rede de educação regional, especialmente, o ensino superior<sup>62</sup>, contribui para a atração de estudantes de todo o norte de Minas Gerais, das mesorregiões: Central, Noroeste e Jequitinhonha, e também do sul e sudoeste da Bahia.

---

<sup>62</sup> Para um aprofundamento desta discussão confira: LEITE, R. F. C. Norte de Minas e Montes Claros: o significado do ensino superior na (re) configuração da rede urbana regional. 2003. 191f. Dissertação de Mestrado em Geografia. UFU, Minas Gerais, 2003.

A partir dos anos 1990, especialmente, nos últimos 10 anos, Montes Claros/MG se configurou como um pólo de educação superior. São 13 instituições de ensino superior, 131 cursos de graduação, 120 cursos de pós-graduação lato sensu e 12 cursos de pós-graduação stricto sensu, abrangendo mais de 20 mil alunos.

Destaca-se que a educação superior está, também, fortemente integrada ao setor de saúde. Em Montes Claros/MG existem os seguintes cursos de graduação na área de saúde: 03 Medicina, 06 enfermagem, 02 fisioterapia, 01 fonoaudiologia, 02 odontologia, 02 nutrição, 04 farmácia, 04 biomedicina. Além da graduação, há 02 programas de pós-graduação stricto sensu, inclusive 01 doutorado em ciências da saúde.

Nessa perspectiva, o setor educacional contribui para a centralidade de Montes Claros/MG na região norte do Estado de Minas Gerais, atraindo fluxos populacionais, que envolvem, necessariamente, a dinamização de outros setores da economia, tais como: imobiliário, hotelaria, bares e restaurantes, dentre outros.

#### **5.4.3 – Localização geográfica**

Camagni (2005, p.1) considera a cidade numa perspectiva econômica, isto é, como uma entidade socioeconômica autônoma: [...]Pot el lado de los economistas, y de la posibilidad de considerar la ciudad como entidad económica especificam existe desde hace ya treinta años un corpus creciente de teorías que hacen referencia a su estructura interna y a sus formas de funcionamiento.

Montes Claros tornou-se importante pólo regional, notadamente na segunda metade do século XX, exercendo no Norte de Minas forte centralidade econômica, infraestrutural e política. A sua localização geográfica lhe assegura uma posição privilegiada no território norte-mineiro, em consequência tem-se a atração de diversos investimentos visando à melhoria de sua infra-estrutura e reprodução do capital econômico.

A posição geográfica é um importante critério para identificar as cidades médias. De acordo com Spósito (2001, p.627) a distância que as cidades médias se encontra das metrópoles é um fator relevante para a sua centralidade.

Tanto maiores poderão ser os papéis urbanos de uma cidade, quanto mais distante estiver de outras que, pertencentes a níveis superiores da hierarquia urbana, possam oferecer mais bens e serviços à sociedade. Aceitando-se esse raciocínio, a distância de grandes centros urbanos poderia ser uma das determinantes de maior ou menor importância de uma cidade.

O município possui uma localização estratégica no Estado de Minas, estando distante de grandes centros econômicos do país como Belo Horizonte (410km), São Paulo (1.002km), Rio de Janeiro (870km) e Brasília (690km). Além disso, sua centralidade é assegurada pela infraestrutura que possui no Norte de Minas Gerais. Através das rodovias BR135, BR256 e BR365, Montes Claros tornou-se um dos principais entroncamentos entre o sudeste se o centro-este com o Nordeste do país.

Conforme Sena Filho (2005, p.74) o fator localização geográfica somado as infraestruturas incidem na capacidade de polarização de uma cidade

[...] para se definir a posição e o sítio de uma cidade, é necessário conhecer sua relação a fatores que, no passado e no presente influíram sua organização. [...] Dessa forma, a posição de uma cidade depende de sua relação com as regiões e as vias de comunicações, pois estas estabelecem e fixam as relações necessárias à realização das funções urbanas. A posição urbana depende da situação que a cidade ocupa em relação aos fatores geográficos da sua região.

A localização geográfica estratégica de Montes Claros/MG, no centro da mesorregião norte do Estado de Minas Gerais, bem como a malha rodoviária existente, torna-o o 2º principal entroncamento rodoviário do país, possibilita a conexão a todos os municípios do norte mineiro.

#### **5.4.4 - Identidade e Turismo**

Montes Claros/MG é um municípios com importantes manifestações culturais de âmbito regional e nacional. As festas e eventos culturais reafirmam a identidade do povo montesclarenses. Conforme Aleixo et al (2009, p. 8)

Através das festas e eventos de cunho cultural, com seus rituais, celebrações e apresentações tornam-se possíveis a realização da sociabilidade entre as populações e a conservação das características identitárias de um local. Esses festejos possuem especificidades que caracterizam a região do Norte de Minas.

As festas e eventos são fundamentais para a identidade e a história dos montesclarenses, dentre eles destacam-se: as Festas de Agosto, a Festa Nacional do Pequi, a Exposição Agropecuária e o Psiu Poético. O quadro 23 identifica os principais festejos e evento do calendário montesclarenses.

Quadro 23 – Montes Claros/MG: calendário das principais festas e eventos, 2011.

Festas e Eventos	Mês de Ocorrência	Características
Festa Nacional do Pequi	Fevereiro ou Março	Festival de música, Concurso de arroz com pequi, Encontro dos violeiros e Encontro de Educadores
Festival Internacional do Folclore	Maio	Apresentação de grupos de dança folclórica do Brasil de outros países.
Carnamontes	Maio	Carnaval fora de época.
Exposição Agropecuária	Julho	Exposição agrícola e pecuária, shows e mostras culturais.
Festas de Agosto	Agosto	Festa cultura e religiosa com apresentação grupos de catopé, marujos, caboclinhos, dentre outros.
Feira Nacional da Indústria, Comércio e Serviços (Fenics)	Agosto	Feira de negócios, shows e mostras culturais.
Salão Nacional de Poesia (Psiu Poético)	Outubro	Evento cultural e literário que reúne poetas de todo o país.

Fonte: Adaptado de Aleixo et al (2009).

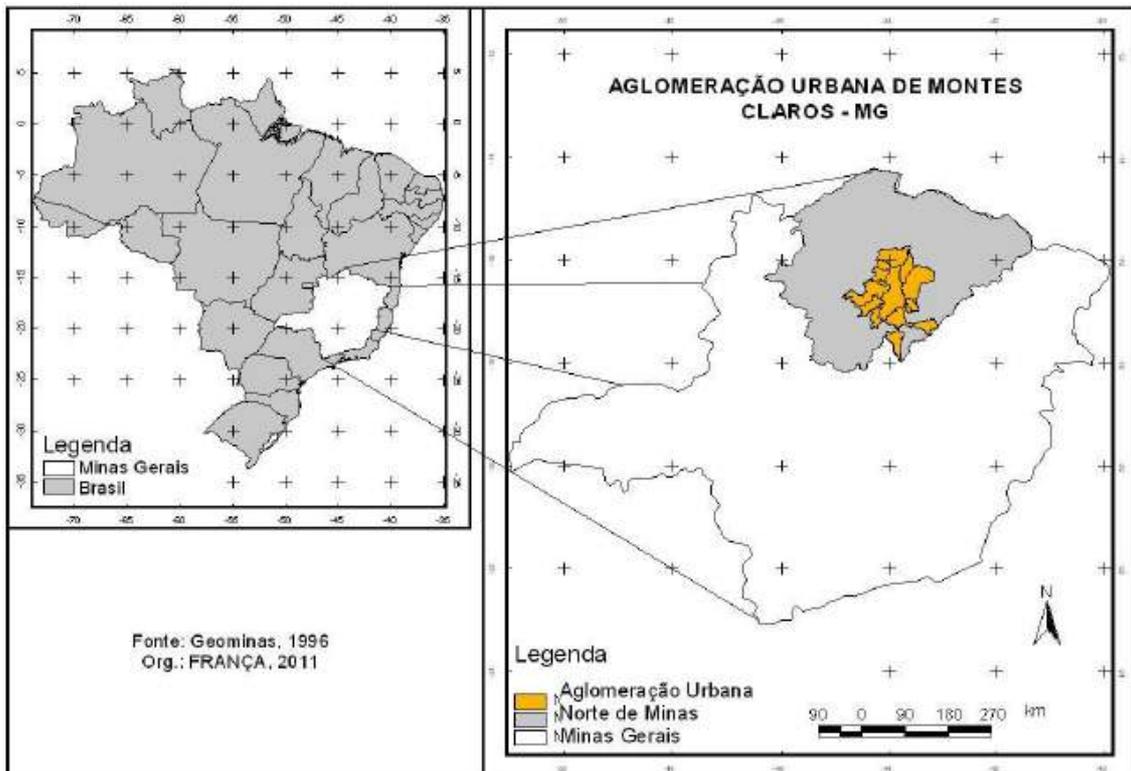
As festividades e eventos do calendário montesclarenses reúnem turistas de toda a região norte mineira, bem como de outras cidades do Estado e mesmo de outras regiões do país. As festas se configuram como importantes manifestações que exprimem singularidade e significados locais, revelando cultura, identidade e costumes. De acordo com DI MÉO (2001) a festa é uma oportunidade para compreender a natureza do laço territorial.

O sistema de transportes, as políticas públicas que estruturaram uma rede de serviços de saúde, bem como, a magnitude regional do ensino superior são elementos que contribuíram para a centralidade de Montes Claros como pólo no Norte de Minas. Essas mudanças se processaram ao longo do tempo e produziram importantes transformações econômicas, sociais e culturais.

### 5.5 - Características Demográficas e Estrutura Econômica da Aglomeração

A Aglomeração de Montes Claros/MG é integrada por doze municípios situados na porção Norte do território de Minas Gerais: Montes Claros, Bocaiúva, Coração de Jesus, São João da Ponte, Francisco Sá, Capitão Enéas, Mirabela, Claro dos Poções, Patis, São João da Lagoa, Juramento e Glaucilândia. (Mapa 24).

Mapa 24 - Aglomeração Urbana de Montes Claros/MG



Mapa 25 - Aglomeração Urbana de Montes Claros/MG

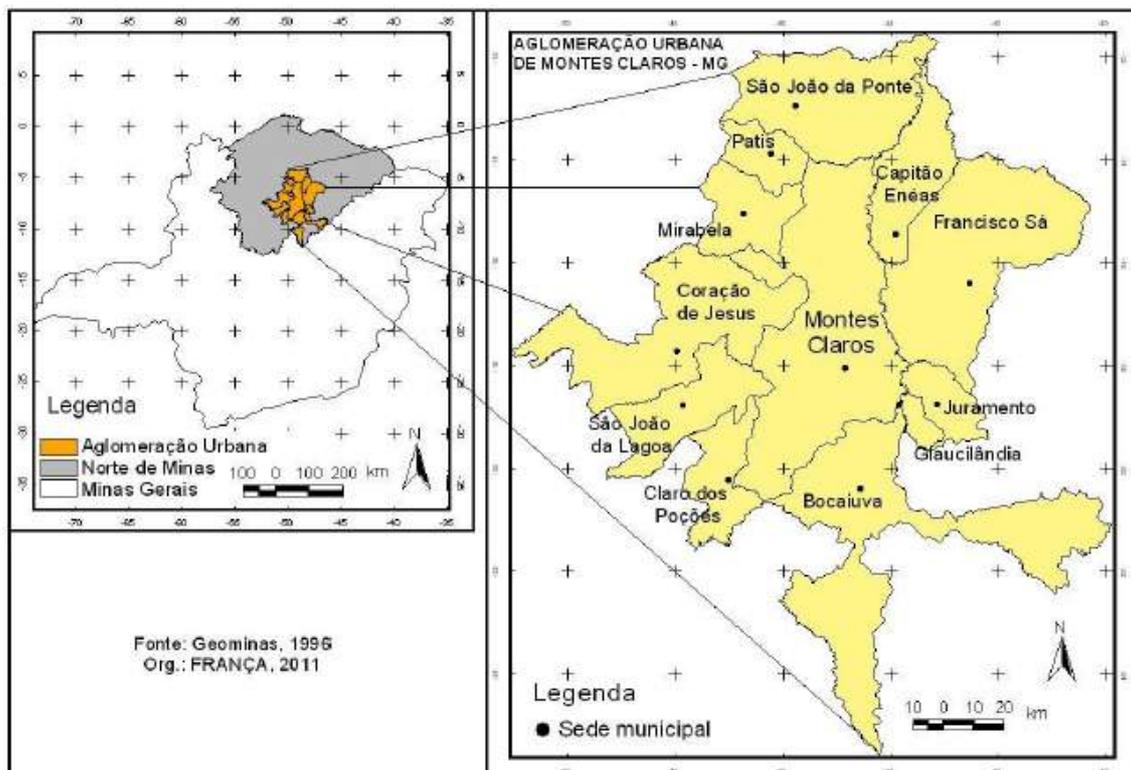




Foto 6: Coração de Jesus/MG, Vista Parcial.

Autor: FRANÇA, I.S. Janeiro/2011.



Foto 7: Av. Francisco Dumont, Centro, Bocaiúva/MG.

Autor: FRANÇA, I.S. Janeiro/2011.



Foto 8: Av. Getúlio Vargas, Francisco Sá-MG.

Autor: FRANÇA, I.S. Janeiro/2011.



Foto 9: Praça no Centro de Glaucilândia – MG.

Autor: FRANÇA, I.S. Janeiro/2011.



Foto 10: Av. Dr. João Ferreira Pimenta, Juramento/MG.

Autor: FRANÇA, I.S. Janeiro/2011.



Foto 11: Praça na área central de Claro dos Poções/MG.

Autor: FRANÇA, I.S. Janeiro/2011.



Foto12: Vista parcial de São João da Lagoa/MG.

Autor: FRANÇA, I.S. Janeiro/2011.



Foto13: Vista Panorâmica de Patis/MG.

Autor: FRANÇA, I.S. Janeiro/2011.



Foto 14: Vista Panorâmica de São João da Ponte/MG.  
Autor: FRANÇA, I.S. Janeiro/2011



Foto 15: Vista Parcial de Mirabela/MG.  
Autor: FRANÇA, I.S. Janeiro/2011.

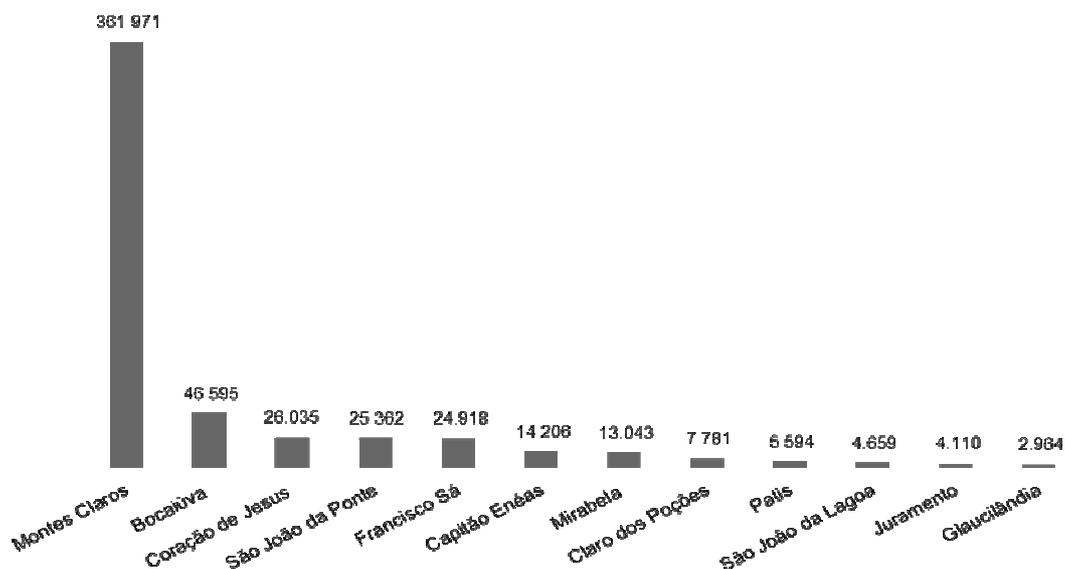


Foto 16: Terminal Rodoviário de Capitão Enéas/MG.  
Autor: FRANÇA, I.S. Janeiro/2011.

No intuito de compreender a especificidade e diversidade de cada município integrante da Aglomeração serão apresentados seus dados demográficos e econômicos individualmente. Posteriormente far-se-á um esforço de agregar os dados e com isso propor uma tipologia no âmbito do processo de aglomeração urbana aqui em análise.

A Aglomeração é formada por uma cidade média, Montes Claros, e onze cidades pequenas, totalizando 537.238 habitantes. (IBGE, 2010). O tamanho da população dos municípios é bastante diferenciado. No conjunto dos municípios apenas Montes Claros possui população superior a 100 mil habitantes. Bocaiúva é o único município da aglomeração com população em torno de 50 mil habitantes. Coração de Jesus, São João da Ponte e Francisco Sá apresentam população aproximada de 25 mil habitantes. Capitão Enéas e Mirabela possuem população em torno de 14 mil habitantes. Claro dos Poções apresenta população aproximada de 8 mil habitantes. Patis, São João da Lagoa, Juramento e Glaucilândia caracterizam-se por uma população pequena, entre 5 mil e 3 mil habitantes.

Gráfico 60 - Aglomeração: População Total, 2011.

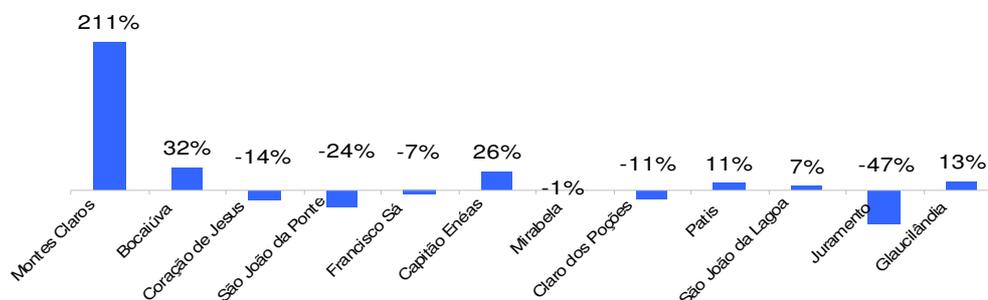


Fonte: IBGE, 2010.

Org.: FRANÇA, I.S.de.,2011.

A população total de Montes Claros cresceu 211% no período de 1970 a 2010. Os municípios que tiveram perda populacional, ou seja, crescimento negativo, no período foram aqueles que passaram por processos de fragmentação política territorial: Juruamento (-47%), São João a Ponte (-24%), Coração de Jesus (-14%), Claro dos Poções (-11%), Francisco Sá (-7%) e Mirabela (-1%).

Gráfico 61 - Aglomeração: Taxa de Crescimento Populacional, 2011.



Fonte: IBGE, 2011

Org.: FRANÇA, I.S.de.,2011.

A população total da aglomeração é 537.238 habitantes. (IBGE, 2010). Miyazaki (2008) analisou aglomerações urbanas de menor porte no Estado de São Paulo<sup>63</sup>, a saber: São Jose do Rio Preto/cidades do entorno, Araçatuba/Birigui, Araraquara/São Carlos, Bauru/entorno e Presidente Prudente/entorno, examinando as relações que se estabelecem entre si, quais sejam: competição/complementaridade das funções urbanas e relações de dependência/polarização.

A dimensão demográfica é um dos critérios para definição da aglomeração, conforme metodologia elaborada pelo estudo intitulado Caracterização e Tendências da Rede Urbana do Brasil, realizado pelo IPEA, IBGE e UNICAMP, em 2001. O tamanho populacional mínimo do núcleo da aglomeração deve ser de 200 mil habitantes, quando a “expansão se dá a partir de um centro urbano principal”; e 150 mil habitantes quando “a aglomeração é decorrente da expansão de dois ou mais núcleos urbanos. (MIYAZAKI, 2008, p. 39).

A densidade demográfica dos municípios da Aglomeração é variável, o que reflete numa distribuição populacional bastante heterogênea. Os valores absolutos da densidade demográfica dos municípios, por extensão territorial, são:

Tamanho pequeno (< 500 km<sup>2</sup>):

Juramento (9,51 hab./km<sup>2</sup>)

Patis (12,60 hab./km<sup>2</sup>)

Glaucilândia (20,30 hab./km<sup>2</sup>)

Tamanho médio (> 500 km<sup>2</sup> < 1000 km<sup>2</sup>):

São João da Lagoa (4,66 hab./km<sup>2</sup>)

Claro dos Poções (10,80 hab./km<sup>2</sup>)

Capitão Enéas (14,61 hab./km<sup>2</sup>)

Mirabela (18,04 hab./km<sup>2</sup>)

Tamanho grande (> 1000 km<sup>2</sup> < 2500 km<sup>2</sup>)

---

<sup>63</sup> Para maior detalhamento sobre este tema, confira: SPÓSITO, M. E. B. O Chão em Pedacos: urbanização, economia e cidades no Estado de São Paulo. 2004. 508f. Tese (Livre Docência). Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente.

Coração de Jesus (11,70 hab./km<sup>2</sup>)

São João da Ponte (13,70 hab./km<sup>2</sup>)

Tamanho muito grande (> 2500 km<sup>2</sup> < 4000 km<sup>2</sup>)

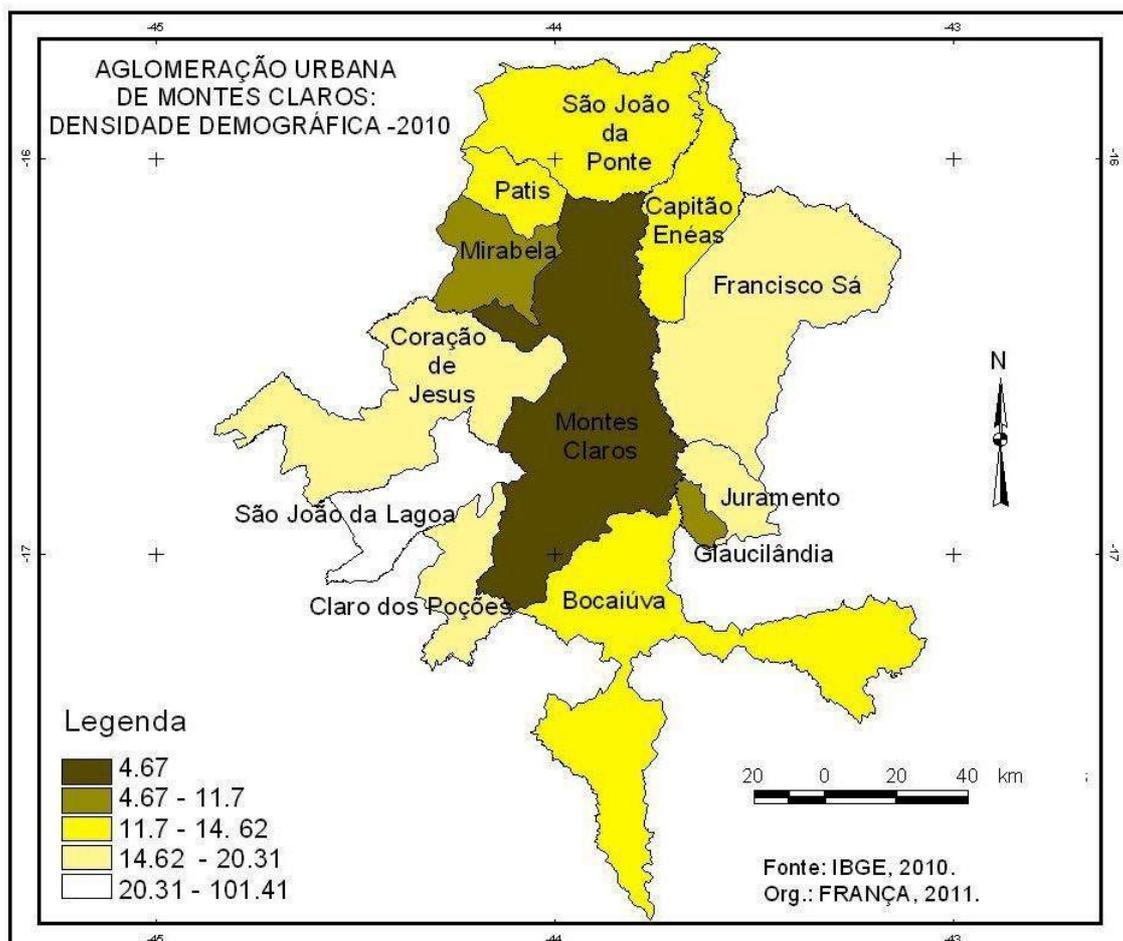
Montes Claros (101,42 hab./km<sup>2</sup>)

Bocaiúva (14,43 hab./km<sup>2</sup>)

Francisco Sá (9,07 hab./km<sup>2</sup>)

Montes Claros possui elevada densidade demográfica em relação aos demais municípios. O mapa 26 demonstra que os índices de densidade demográfica entre os municípios são bastante desiguais entre eles.

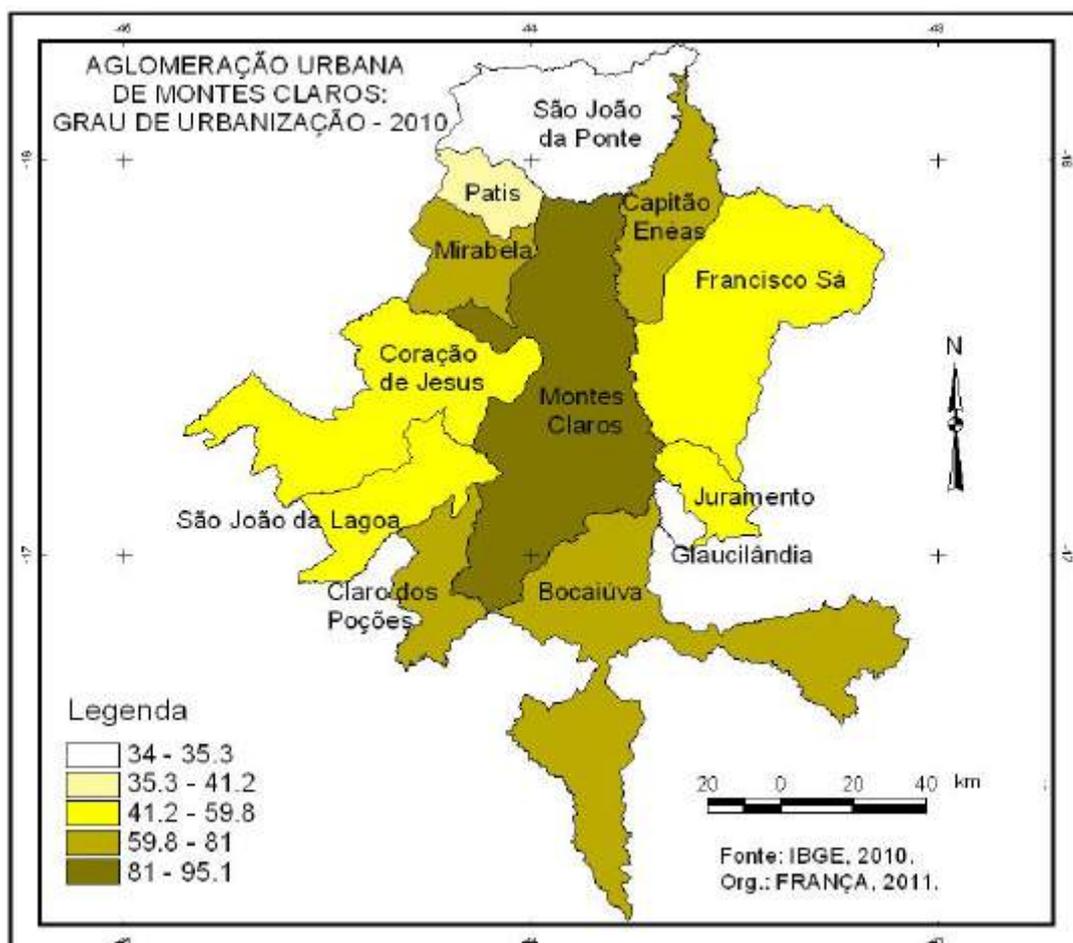
Mapa 26 – Densidade demográfica dos municípios da Aglomeração Urbana de Montes Claros/MG, 2010.



Com exceção de Montes Claros/MG todos os municípios da aglomeração possuem baixa densidade demográfica. Um dos critérios para identificação de aglomeração definidos por IPEA/IBGE/UNICAMP (2001) é a densidade demográfica mínima de 60 hab./km<sup>2</sup>. Esta classificação proposta releva a necessidade de construção de novos indicadores para o estudo de aglomerações urbanas de menor porte ou não metropolitanas. O processo de aglomeração aqui em análise se materializa a partir das interações socioespaciais entre os municípios que se processam por meio de relações de complementaridade, dependência e subordinação.

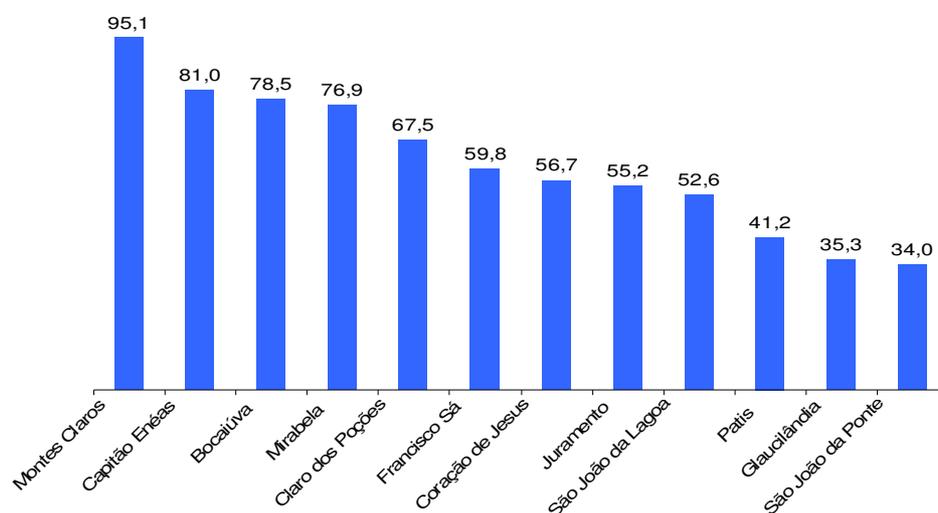
O grau de urbanização dos municípios é bastante elevado, apenas três municípios da Aglomeração não são urbanizados considerando a média nacional, de aproximadamente 80%, sendo eles: Patis, Glaucilândia e São João da Ponte.

Mapa 27 – Grau de urbanização dos municípios da aglomeração urbana de Montes Claros/MG, 2010.



Montes Claros e Capitão Enéas possuem as mais altas taxas de urbanização no conjunto dos municípios, 95,1% e 81%, respectivamente. Os demais municípios da aglomeração exibem taxas menores que a do Brasil, ou seja, média de 80%. Bocaiúva e Mirabela apresentam taxas significativas de urbanização: 78,5% e 76,9%. Claro dos Poções apresenta uma taxa de urbanização de 67,5%. Já Francisco Sá, Coração de Jesus, Juramento e São João da Lagoa apresentam taxas de urbanização na faixa de 50% a 60%.

Gráfico 62: Taxa de urbanização dos municípios da aglomeração urbana de Montes Claros/MG, 2010.



Fonte: IBGE, 2010.

Org.: FRANÇA, I.S.de.,2011.

Observa-se que os municípios de menor tamanho populacional possuem os mais baixos índices de urbanização, como é o caso de Patis e Glaucilândia. Tratam-se de distritos recentemente emancipados cuja população rural supera a urbana. As taxas de urbanização nesses municípios podem ou não se ampliar, pois a população rural é bastante superior a urbana. Não tão cedo, esses municípios irão apresentar taxas de urbanização tão elevadas quanto aquelas apresentadas por Montes Claros (95,1%) e Capitão Enéas (81%), tendo em vista suas dinâmicas econômicas pouco complexas. Embora a concentração espacial e demográfica nas cidades seja um processo característico do mundo, do Brasil e do Estado de Minas Gerais.

Quadro 24: Densidade urbana da aglomeração, 2010.

	Área Urbana (Km <sup>2</sup> )	População Urbana	Densidade Urbana
Montes Claros	97,00	344.427,00	3.550,79
Bocaiúva	16,32	36.600,00	2.242,65
Capitão Enéas	6,47	11.520,00	1.781,63
Claro dos Poções	3,80	5.251,00	1.381,84
Coração de Jesus	6,94	14.766,00	2.128,16
Francisco Sá	7,43	14.897,00	2.003,90
Glaucilândia	0,87	1.048,00	1.203,21
Juramento	1,45	2.272,00	1.564,74
Mirabela	6,34	10.028,00	1.580,71
Patis	1,33	2.301,00	1.730,21
São João da Lagoa	1,39	2.435,00	1.749,28
São João da Ponte	5,17	8.656,00	1.673,11

Fonte: IBGE, 2010; Google Earth, 2011.

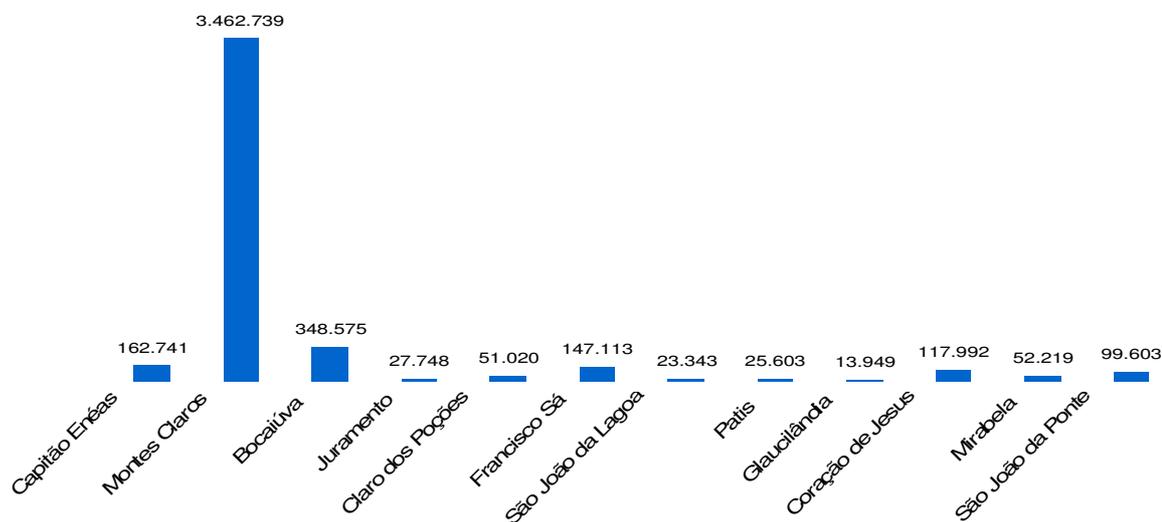
Org.: FRANÇA, I.S.de.,2011.

O quadro 24 demonstra a densidade urbana dos municípios que compõem a aglomeração. Diferentemente da densidade demográfica anteriormente abordada, a densidade urbana é definida pela razão entre a população urbana e a área da mancha urbana, medida em quilômetros quadrados. Para tanto, foi utilizado um cálculo aproximado, a partir da ferramenta Google Earth. Nessa perspectiva, a densidade urbana tratada no quadro 24 é, na verdade, uma estimativa. Contudo, ela demonstra melhor a relação população/área urbana.

A densidade urbana dos municípios da aglomeração é bastante variada, com destaque para Montes Claros, maior densidade, e Glaucilândia, menor densidade. Para efeito de comparação a cidade de São Paulo/SP possui 99,1% de sua população residindo na área urbana. Nesse caso, a densidade demográfica é, praticamente, também a densidade urbana. São 7.387 pessoas por quilômetro quadrado na cidade de São Paulo/SP, sendo mais do que o dobro da densidade urbana de Montes Claros/MG.

Ao analisar o valor do Produto Interno Bruto Municipal – PIB verificou-se forte discrepância no conjunto dos municípios da Aglomeração, ou seja, existem diferenças significativas entre eles.

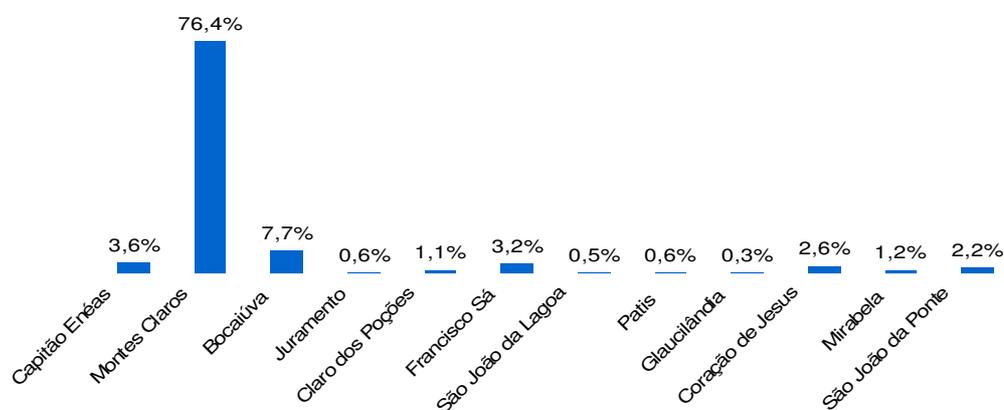
Gráfico 63 – Aglomeração: Produto Interno Bruto (PIB), (R\$ 1 mil), 2008,



Fonte: IBGE, 2010.  
Org.: FRANÇA, I.S.de.,2011.

O PIB total do conjunto é de 4.532.645,00 concentrando-se em Montes Claros (76,4%), Bocaiúva (7,7%), Capitão Enéas (3,6%), Francisco Sá (3,2%), Coração de Jesus (2,6%) e São João da Ponte (2,2%). Glaucilândia (0,3%), São João da Lagoa (0,5%), Patis (0,6%) e Juramento (0,6%), entre todos, apresentam o valor mais baixo do conjunto.

Gráfico 64 – Aglomeração: Produto Interno Bruto (PIB), (%), 2008.



Fonte: IBGE, 2010.  
Org.: FRANÇA, I.S.de.,2011.

O PIB per capita médio da aglomeração é de 6068,86. A variação entre eles é grande, sendo o mínimo de São João da Ponte (3.700,64) e o máximo de Capitão Enéas (11.084,39). (Tabela 6).

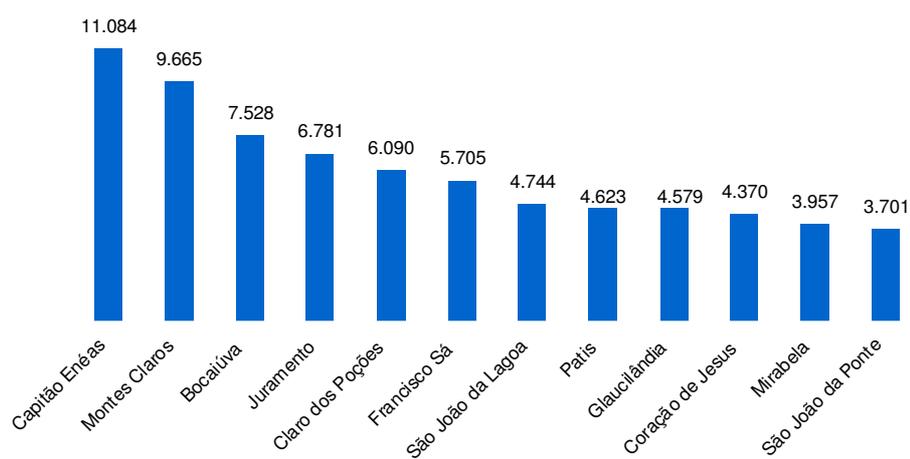
Tabela 6 – Aglomeração: Produto Interno Bruto Total e Per Capita, 2008.

Municípios	PIB a Preços Correntes (R\$1 mil)	PIB per capita
Montes Claros	3.462.739,00	9.665,14
Bocaiúva	348.575,00	7.527,64
Capitão Enéas	162.741,00	11.084,39
Francisco Sá	147.113,00	5.704,71
Coração de Jesus	117.992,00	4.369,60
São João da Ponte	99.603,00	3.700,64
Mirabela	52.219,00	3.956,57
Claro dos Poções	51.020,00	6.090,47
Juramento	27.748,00	6.781,06
Patis	25.603,00	4.623,12
São João da Lagoa	23.343,00	4.743,62
Glaucilândia	13.949,00	4.579,44
Total	4.532.645,00	6068, 86

Fonte: IBGE, 2010.

Os valores absolutos do PIB per capita da Aglomeração estão representados no gráfico 65.

Gráfico 65 – Aglomeração: Produto Interno Bruto (PIB) per capita, 2008, (R\$).

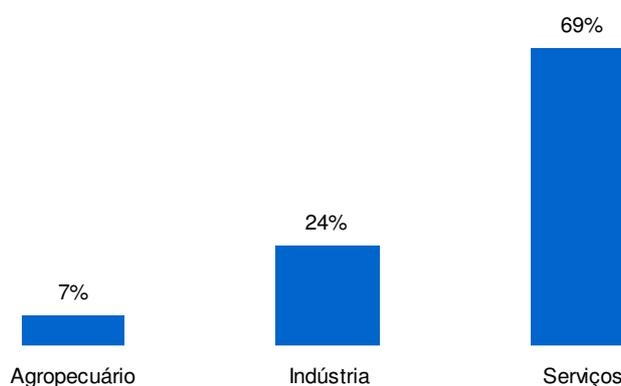


Fonte: IBGE, 2010.

Org.: FRANÇA, I.S.de.,2011.

A economia da Aglomeração está assentada nas atividades terciárias e industriais (93%) cuja importância na renda e na geração de empregos é cada vez mais crescente. Em todos os municípios observou-se elevada participação do setor terciário, o que acarreta impactos na dinâmica de funcionamento das cidades e transformações espaciais. Este é o principal fator que impulsionou a consolidação da aglomeração urbana, sendo esta ligada a uma zona terciária comandada pela cidade central, Montes Claros.

Gráfico 66 – Aglomeração: Produto Interno Bruto (PIB) por setores, 2008, (%).



Fonte: IBGE, 2010.

Org.: FRANÇA, I.S.de.,2011.

O setor de serviços é responsável por 69% do PIB da Aglomeração, seguido da indústria (24%) e do agropecuário (7%). Destaca-se que o grande peso dos setores de serviços e industrial, considerado individualmente na maior economia da Aglomeração, ou seja, Montes Claros, alavanca a representatividade desses setores no conjunto dos municípios da aglomeração, visto que discrepância entre eles é notável. O setor de serviços é o eixo articulador do processo de aglomeração urbana em questão e a análise do PIB estratificado demonstra o seu peso na economia regional.

A atividade industrial é pouco expressiva e desenvolvida no conjunto de municípios da aglomeração, com exceção de Montes Claros, Bocaiúva e Capitão Enéas. Nesses municípios o setor industrial é bastante diversificado e especializado. Em Montes Claros predominam os ramos têxtil, cimento, alimentícia e biotecnologia. Em Bocaiúva

destaca-se a indústria siderúrgica e em Capitão Enéas, siderúrgicas e calçados de segurança ou profissionais.

Considerando a estrutura econômica do conjunto dos municípios da aglomeração, verifica-se o pequeno peso do setor agropecuário. Entretanto, individualmente, a produção agropecuária é relevante no PIB dos municípios pequenos da aglomeração, como é o caso de Claro dos Poções, Juramento, Glauvilândia, São João da Ponte, São João da Lagoa e Patis.

Nesse sentido, constata-se ao analisar a contribuição de cada setor na atividade produtiva que a indústria e os serviços têm aumentando sua participação na produção regional, sendo que o setor de serviços é aquele que apresenta um crescimento cada vez mais constante e significativo nos municípios da Aglomeração.

O que se verifica é o aumento da participação da indústria vinculado à expansão do setor de serviços, ou seja, há que se estabelecer correspondência entre o atual crescimento desses setores na estrutura econômica da Aglomeração.

Já o setor agropecuário diminuiu sua participação. Apresenta-se em queda nos municípios mais complexos da aglomeração, Montes Claros e Bocaiúva. Observa-se que os municípios onde o setor agropecuário possui maior participação no conjunto da Aglomeração são aqueles de menor porte.

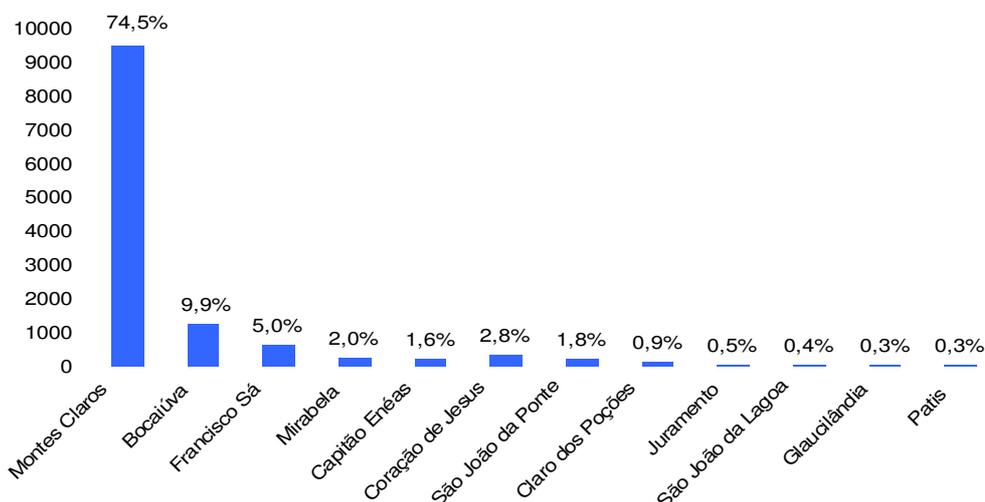
Em síntese, pelos dados analisados, pode-se afirmar que a estrutura econômica da Aglomeração é concentrada por município e por setor, nesse caso as maiores e mais complexas economias (Montes Claros, Bocaiúva e Capitão Enéas) têm como base produtiva o setor de serviços. Este por sua vez, é atualmente o elemento estruturador e consolidador da Aglomeração. Tem-se então uma economia urbana, tal como desenvolveu Camagni (2005, p.2)

La urban economics es sobre todo una economía de la ciudad, una aplicación de los principios de la economía al objeto ciudad, más que un análisis, podríamos decir, de lo urbano como paradigma interpretativo de la realidad, como modelo original de organización de las actividades económicas y del trabajo social.

A proliferação de atividades tipicamente urbanas (comércios e serviços) nos municípios reflete as importantes transformações na base econômica e na organização espacial da Aglomeração. Indica ainda, que esta aglomeração urbana está se constituindo num espaço assentado, predominantemente, no setor terciário, visto que é através deste setor que as relações entre os municípios são intensificadas.

De acordo com os dados do IBGE (2011) há uma concentração de empresas na aglomeração. Montes Claros abriga mais de 70% do total de empresas instaladas na Aglomeração. As empresas cadastradas pelo IBGE são de ramos diversos, tais como: metalurgia, siderurgia, farmacêutica, têxtil, vestuário, alimentação e bebidas.

Gráfico 67 – Aglomeração: empresas cadastradas, 2010, (%).



Fonte: IBGE, 2010.  
Org.: FRANÇA, I.S.de.,2011.

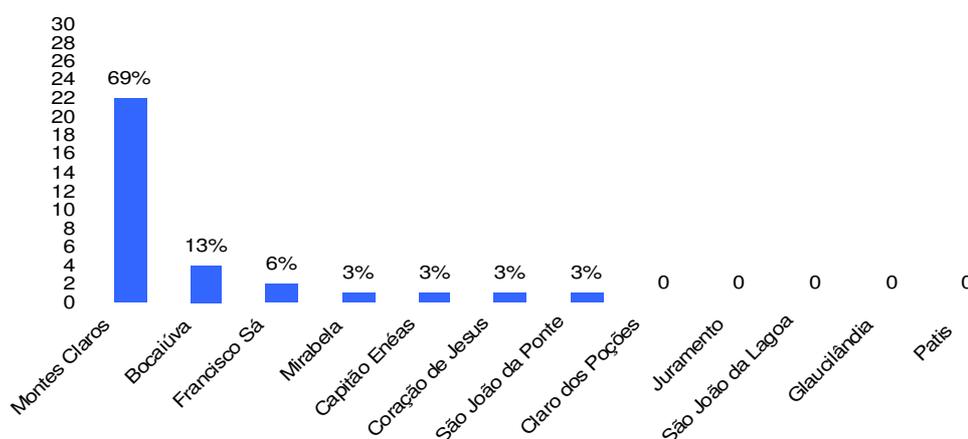
A concentração das empresas em Montes Claros reforça a centralidade que exerce na aglomeração. O mesmo argumento valida a análise do próximo item sobre o setor financeiro nos municípios da Aglomeração. Ressalta-se que a concentração espacial desses setores num determinado local é atribuída a diversos fatores, dentre eles a infraestrutura em transportes e meios de comunicação e mercado consumidor, dentre outros.

A interação entre os municípios da aglomeração e Montes Claros também pode ser observada através da presença ou não de serviços e equipamentos urbanos, nesse sentido destacou-se os serviços financeiros por meio da existência de agências

bancárias. O levantamento foi realizado através de pesquisa de campo nos doze municípios da área de estudo em Janeiro de 2011.

Verificou-se que há poucos estabelecimentos bancários nos municípios da área de estudo, com exceção de Montes Claros (69%), onde os serviços financeiros estão concentrados.

Gráfico 68 – Aglomeração: agências bancárias, 2010, (%).



Fonte: IBGE, 2010.

Org.: FRANÇA, I.S.de.,2011.

Dos municípios integrantes da aglomeração, Claro dos Poções, Juramento, São João da Lagoa, Glaucilândia e Patis não possuem nenhuma agência bancária. Com isso, todas as transações financeiras desses municípios são realizadas em bancos da cidade de Montes Claros ou em cidades vizinhas que possuem agências bancárias. Este fato demonstra a forte interação entre Montes Claros e os municípios da Aglomeração através do setor financeiro e ainda, a dependência desses municípios neste setor em relação a Montes Claros associado ao pouco dinamismo de suas economias.

Por fim, a concentração de empresas e agências bancárias em Montes Claros reforça a inter relação entre os municípios da Aglomeração que através de Montes Claros oferece esses serviços a população local. Por sua vez, a polarização de Montes Claros sobre as demais cidades da Aglomeração fica também evidente a partir destes setores. Destaca-se que algumas agências financeiras realizam atividades bancárias como pagamento de contas, por exemplo, foram identificadas nos municípios da aglomeração o Sistema de

Cooperativas de Crédito do Brasil – SICOOB e o Posto de Atendimento do Banco Bradesco.

### **5.5.1 - Integração Espacial e Interações Contínuas e Descontínuas na Aglomeração**

A integração econômica entre as cidades que compõe a Aglomeração e a conexão espacial entre as áreas urbanas levaram a estruturação desse processo. A formação da aglomeração decorre de transformações econômicas, demográficas e infraestruturais (migração rural urbana, urbanização, industrialização) ocorridas nas últimas décadas, ocasionando o aumento das interações entre os municípios. Em consequência, tem-se, entre outros processos, a formação e consolidação da aglomeração na região Norte de Minas. Atualmente os municípios aqui analisados integram uma unidade de caráter sócio econômico e não político administrativo.

#### **5.5.1.1 - Fluxos Demográficos: deslocamento pendular**

De acordo com Paula e Júnior (2002): “Entende-se por migração o deslocamento espacial das pessoas: este ir e vir em busca de melhores oportunidades”. Os movimentos migratórios são fluxos de pessoas em diferentes escalas de tempo e espaço que consiste na realocação de pessoas ou movimentos populacionais entre regiões, motivada por diferentes causas, podendo ser uma decisão coletiva ou individual. Os cidadãos que realizam os deslocamentos objetivam melhoria de qualidade de vida.

Singer (1980, p.27) discorre sobre as causas e motivos para os deslocamentos de pessoas, onde “[...] os fluxos migratórios, em última análise, são consequências de determinados fatores de "atração" e de "expulsão", ou da interação de ambos”.

Os deslocamentos domicílio-trabalho-estudo constituem importante referencial para a análise dos processos de aglomeração e expansão urbana. Nas palavras de Moura; Castello Branco; Firkowski, (2005, p.121), os movimentos pendulares

[...] ocorrem entre distâncias cada vez maiores entre a origem e o destino, revelando o avanço do processo de ocupação do espaço das aglomerações urbanas. As centralidades dessas áreas tornam-se nítidas e permitem a identificação de processos seletivos de uso e apropriação do espaço, com segmentação dos locais de moradia e de trabalho.

As autoras distinguem migração de deslocamento: “Enquanto a migração envolve mudança de residência, os deslocamentos pendulares caracterizam-se por deslocamentos entre o município de residência e outros municípios, com finalidade específica [...]”

Stamm e Staduto (2008, p.52), designaram que a expressão movimentos pendulares:

[...] é habitualmente utilizada para designar os movimentos quotidianos das populações entre o local de residência e o local de trabalho ou estudo. O conceito de movimento pendular encerra, na sua forma mais simples, duas deslocamentos de uma pessoa entre dois pontos do espaço geográfico. (...). Desse modo, antes de mais, o movimento pendular é uma questão funcional que resulta da organização do território e da não coincidência entre o local de residência e os locais de trabalho ou estudo.

Para o IBGE o conceito de movimento pendular refere-se ao deslocamento de pessoas entre municípios com a finalidade de trabalho ou estudo. O instituto foca em suas análises sobre o movimento pendular a pesquisa de municípios de origem e destino para trabalho e estudo da população residente. Nessa perspectiva, o movimento pendular consiste no deslocamento diário de população entre o local de residência e o local de trabalho. Este conceito foi utilizado pelo IBGE no Censo Demográfico realizado no ano 2000<sup>64</sup>. (REGIC, 2007).

Para esta pesquisa foram consideradas finalidades diversas de deslocamentos; não restritas aos motivos trabalho e estudo; para se compreender o movimento de população de municípios do Norte de Minas para Montes Claros vinculado ao setor terciário da economia. O deslocamento de pessoas entre cidades em busca de trabalho, serviços e outras formas de consumos especializados provocam uma relação direta entre o centro regional e os municípios do entorno. Sobre isso, Moura, Castello Branco et al, (2005, p 122) afirmam que: “É nesse contexto que se torna pertinente revisar o conceito de migração pendular, e a discussão atual que sugere uma outra denominação, qual seja a de movimento pendular”.

O movimento pendular revela a centralidade que as cidades grandes e médias exercem nas áreas circunvizinhas (distritos e pequenos municípios próximos). No Brasil na década de 1970 as cidades médias tornaram-se atrativos populacionais atuando como

---

<sup>64</sup> IBGE. Migração e Deslocamento, Resultados da Amostra, Comentário dos Resultados. Censo Demográfico 2000. Rio de Janeiro: IBGE, 2001.

verdadeiros diques para os fluxos migratórios que se direcionavam predominantemente para os grandes centros, as cidades médias tornaram-se uma nova alternativa e reorientou a dinâmica dos fluxos demográficos no país. (ANDRADE, SANTOS E SERRA, 2001). Ainda sobre a centralidade das cidades médias, de acordo com Oliveira (2009, p.07) as cidades médias se revelam como locais privilegiados para a oferta e prestação de serviços e comércio, como também espaços para a multiplicação do capital, além de importantes nós de articulação na rede urbana brasileira.

Os movimentos pendulares também passam a ser uma realidade nas cidades médias mineiras, devendo-se ao seu dinamismo e capacidade em atrair população que busca o consumo de comércios e serviços que não encontram em sua cidade de origem. Rigotti e Campos (2009) apontaram que em Minas Gerais os:

[...] municípios contidos na categoria de Cidades Médias de Nível Superior, como **Montes Claros**, Pouso Alegre, Sete Lagoas, Divinópolis, Uberaba, Varginha, Poços de Caldas, Passos, nesta ordem. Portanto, estes municípios tiveram importante papel de absorvedores não apenas de sua população rural, mas também de outras localidades, muito provavelmente, de seus entorno. (RIGOTTI E CAMPOS, 2009, p.15). [grifo nosso].

Montes Claros apresenta-se como uma forte centralidade no Norte de Minas Gerais atraindo populações de toda a região culminando nos movimentos pendulares, ou seja, no deslocamento diário de população em busca de consumos diversos. O alcance dessa cidade média está intrinsecamente ligado a sua infra-estrutura, comercial, industrial, prestação de serviços, entre outros fatores.

Nessa perspectiva, o setor terciário é um dos maiores geradores de fluxos e fixos em Montes Claros. Grande parte da população regional procura os serviços por ela oferecidos. As cidades menores em sua maioria não os possuem ou, quando existem, esses serviços não oferecem a mesma diversidade e especialização funcional.

Nesse sentido, entende-se que um dado extremamente importante para se compreender a interação espacial na Aglomeração refere-se ao crescente fluxo diário de pessoas dos municípios que buscam atendimento médico hospitalar especializado, educação, emprego, lazer ou negócios em Montes Claros. O movimento pendular demonstra a interação socioeconômica dos municípios da Aglomeração, visto que há pessoas que se

deslocam diariamente para Montes Claros em busca de bens, serviços, produtos ou mercadorias que não encontram no município onde residem.

Costa (2007, p.103) discorre sobre isso:

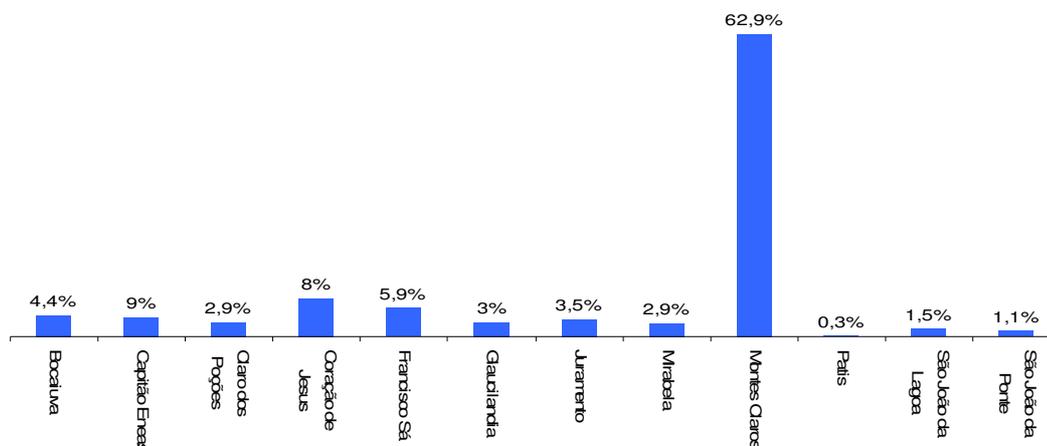
A dispersão da localização da residência, do emprego, dos serviços e do comércio, origina um padrão de deslocamentos mais complexo, pela multiplicidade de deslocamentos cujos destinos se encontram cada vez mais afastados entre si e pela variedade de motivos que originam um maior número de deslocamentos diários, uma vez que o aumento da eficiência da relação entre o espaço e o tempo permitiu o alargamento da cidade e possibilita a realização de um conjunto mais alargado de actividades ao longo de um dia.

Partindo da premissa que o fluxo de pessoas é um indicador importante para se compreender a integração entre as cidades da Aglomeração, identificou-se, no âmbito do conjunto de municípios que integram a Aglomeração, o número de pessoas que se deslocam para municípios vizinhos de onde residem para desempenhar atividades de consumo diversas. Com isso, foi possível conhecer e compreender os movimentos pendulares no interior da Aglomeração, destacando a origem, o destino e as razões.

A fonte de informações utilizada sobre os deslocamentos diários de pessoas na Aglomeração foram os dados do IBGE disponíveis no Censo Demográfico de 2000. Certamente, nos últimos dez anos, com a dinamização verificada na economia da aglomeração, especialmente na cidade principal, Montes Claros, a migração pendular é muito mais intensa atualmente. A pesquisa procurou examinar a migração pendular na Aglomeração a partir dos deslocamentos de população para o consumo de serviços de saúde e educação e por meios dos transportes intermunicipais (ônibus e taxis).

De acordo com os dados do IBGE do ano 2000, verificou-se que a maior parte dos deslocamentos pendulares no conjunto dos municípios da Aglomeração se direcionara para Montes Claros, ou seja, 62,9% da migração pendular na Aglomeração tinha como destino a cidade principal. Tal fato reforça a centralidade dessa cidade ao reunir serviços especializados não ofertados no local de residência dos indivíduos que promovem os movimentos pendulares.

Gráfico 69 – Aglomeração: Migração pendular, 2000, (%).



Fonte: IBGE, 2000.

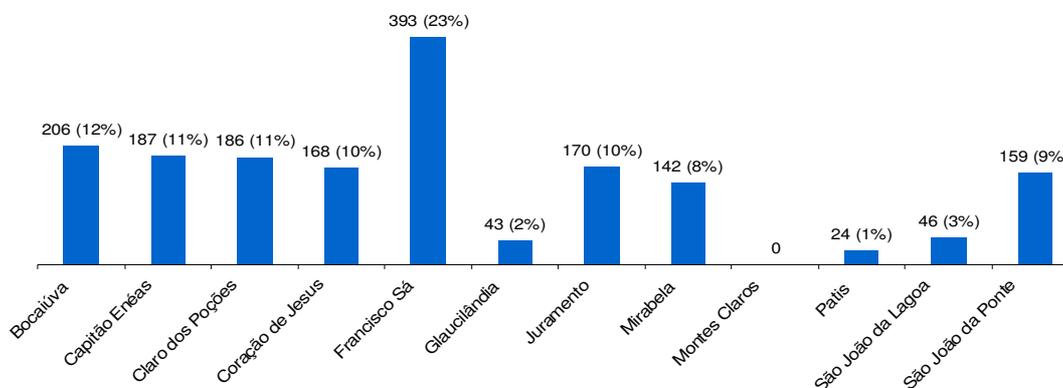
Org.: FRANÇA, I.S.de.,2011.

Amorim Filho e Serra (2001, p.27) avaliam a importância das cidades médias no contexto regional em que se inserem

Um outro aspecto bastante característico das cidades médias e que segue guardando toda a sua importância tem a ver com as conhecidas funções de relação e de intermediação exercidas por elas entre, de um lado, as grandes cidades e, de outro, as pequenas cidades e o meio rural regionais.

No caso de Montes Claros, notou-se que todos os municípios da Aglomeração se deslocam diariamente para a cidade. O total de deslocamentos diários foi de 1724 no ano 2000 (IBGE). Todavia, chama atenção o fluxo migratório decorrente dos municípios de Francisco Sá, Bocaiúva, Claro dos Poções e Capitão Enéas para Montes Claros, representando 23%, 12%, 11% e 11%, respectivamente, no total.

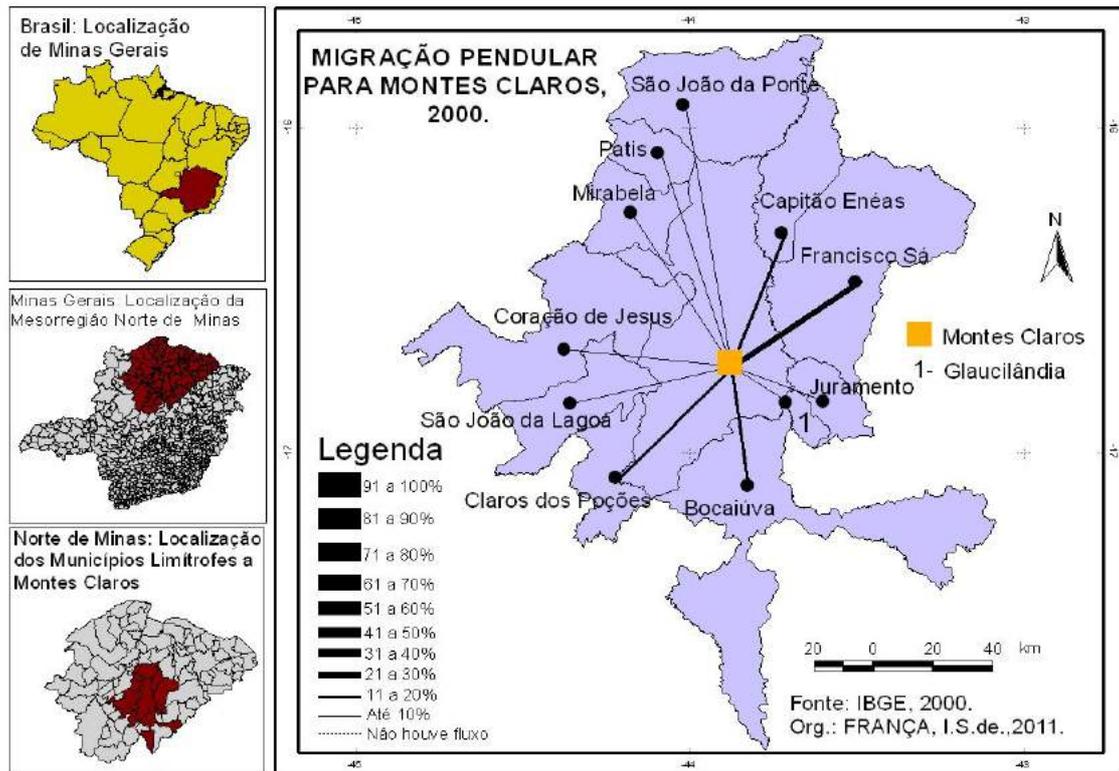
Gráfico 70– Migração pendular para Montes Claros/MG, 2000.



Fonte: IBGE, 2000.

Org.: FRANÇA, I.S.de.,2011.

Mapa 28 – Migração pendular para Montes Claros/MG, 2000.



Há que se considerar nesse processo as distâncias intermunicipais como um dos fatores determinantes para o movimento diário de população na Aglomeração, considerando a intensidade dos deslocamentos de Francisco Sá, Bocaiúva, Claro dos Poções e Capitão Enéas para Montes Claros. Os deslocamentos desses municípios para Montes Claros são de curta distância que variam entre 40 e 65km.

Observa-se que cinco (Bocaiúva, Capitão Enéas, Claro dos Poções, Coração de Jesus e Juramento) dos onze municípios da aglomeração apresentaram no ano 2000 uma média de deslocamentos para Montes Claros que varia entre 10% a 12% com distâncias que variam entre 40 a 65km para a cidade principal. Francisco Sá se diferencia dos demais municípios com uma taxa de deslocamentos de 23% e distância de Montes Claros de 42km. Patis, Glaucilândia e São João da Lagoa apresentaram as menores taxas de deslocamentos para Montes Claros com distância que variam entre 30 e 65km. São João da Ponte apresenta uma especificidade, pois é distante de Montes Claros (mais de 150km) mas possui uma taxa de deslocamento diário de 9%.

A distância entre os municípios e o núcleo da aglomeração não é o principal fator motivador do deslocamento. A este deve-se associar o tamanho populacional e a

complexidade da economia, de cada município da aglomeração, principalmente os setores de comércio e serviços. Por exemplo, em São João da Ponte grande parte da população está na zona rural (66%) e é baixo o dinamismo dos setores de comércio e serviços, o que implica a necessidade de deslocamentos para Montes Claros.

Isso demonstra que a interação entre os municípios da Aglomeração, tomando como exemplo o município de São João da Ponte é, sobretudo, espacial e não política territorial já que se trata de um deslocamento de maior distância. Esse fato ratifica a idéia de que Montes Claros atrai também os municípios vizinhos mais distantes geograficamente, exercendo nelas forte poder de atração, nesse caso seu raio de influência é amplo no espaço regional.

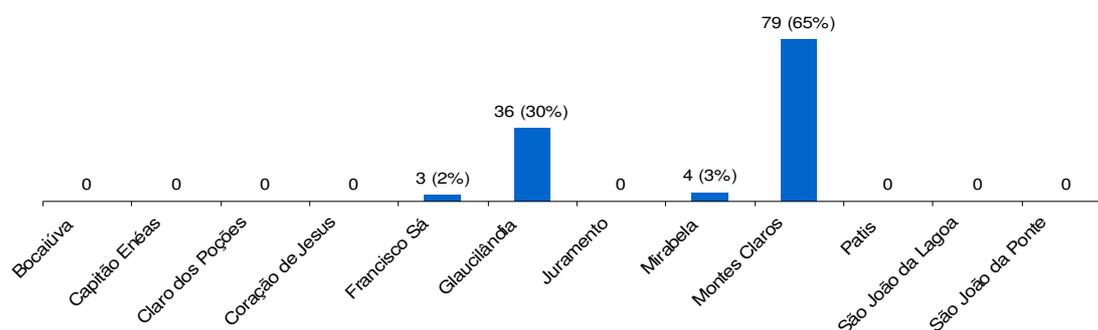
Alvim e Oliveira (2009, p.17) na pesquisa denominada Rede Urbana e Fluxos Migratórios em Minas Gerais também atestaram o forte poder de atração de Montes Claros na Região Norte de Minas. Para demonstrar os movimentos migratórios de idades hierarquicamente inferiores para outras superiores, exemplificaram:

[...] o fluxo de pessoas provenientes dos municípios de Mirabela, São João da Ponte, Porteirinha, Juramento, Brasília de Minas, Francisco Sá, São Francisco e Coração de Jesus, todos lugares centrais auxiliares, e de Janaúba, Salinas e Bocaiúva, centros emergentes, em direção a Montes Claros, uma cidade média de nível superior;

Diagnosticou-se ainda a migração pendular no interior da Aglomeração, ou seja, os deslocamentos diários entre os municípios. Verificou-se a existência de deslocamentos entre os municípios da aglomeração e não somente com Montes Claros. Ademais, observou a grande ocorrência de população de Montes Claros que se desloca diariamente para os demais municípios da aglomeração. Esses resultados demonstram uma relação de reciprocidade entre os municípios da aglomeração e não somente de subordinação em relação a cidade núcleo, Montes Claros.

No caso de Bocaiúva, considerando um total de 122 deslocamentos diários no ano 2000, verificou-se que a maior parte destes tem como principal origem Montes Claros (65%). É interessante observar que há também o deslocamento diário de população de municípios vizinhos para Bocaiúva, como é o caso de Glaucilândia (30%), Mirabela (3%) e Francisco Sá (2%).

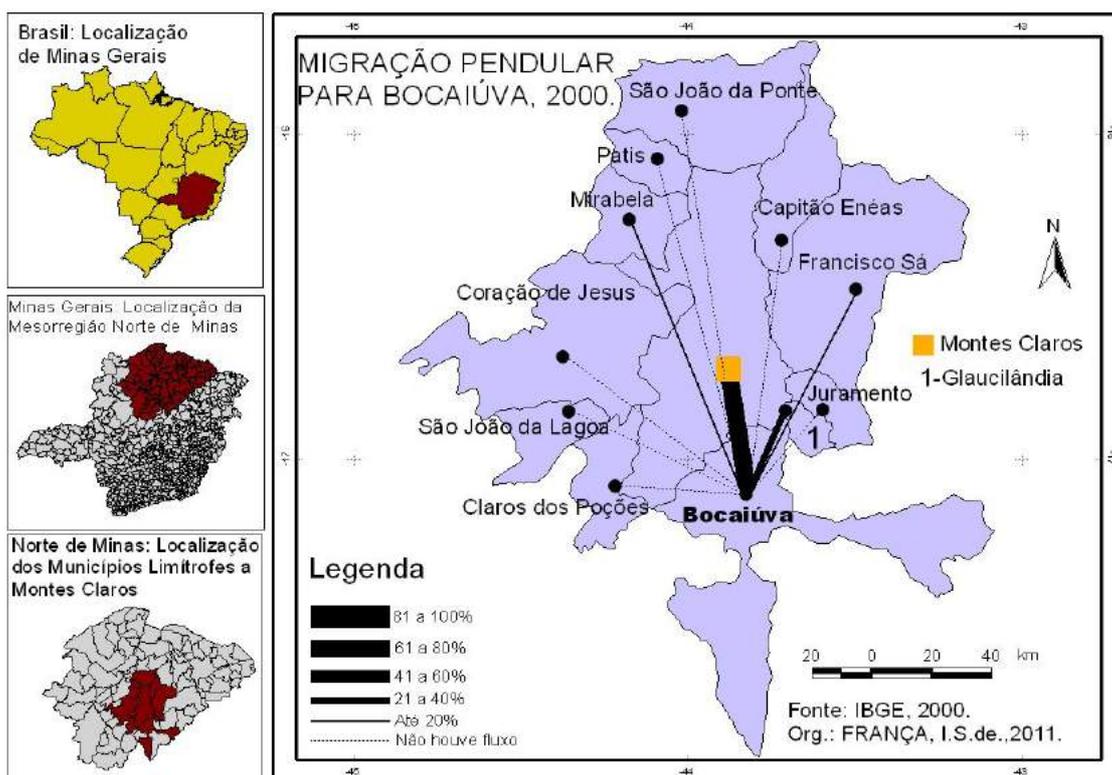
Gráfico 71 – Migração pendular para Bocaiúva/MG, 2000.



Fonte: IBGE, 2000.

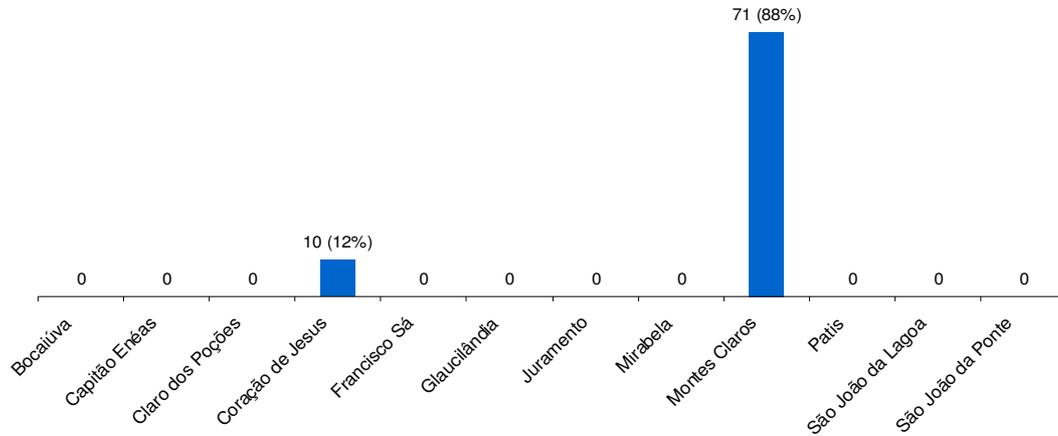
Org.: FRANÇA, I.S. de., Jan.2011.

Mapa 29 – Migração pendular para Bocaiúva/MG, 2000.



A migração pendular nos municípios de Claro dos Poções e Coração de Jesus reforça a centralidade de Montes Claros. No primeiro caso, considerando um total de 81 deslocamentos diários de população no ano 2000, a maior parte procedeu de Montes Claros (88%). Em Coração de Jesus, 79% da população que para ela deslocou diariamente no ano 2000 veio de Montes Claros, num total de 221 deslocamentos.

Gráfico 72 – Migração pendular para Claro dos Poções/MG, 2000.



Fonte: IBGE, 2000.

Org.: FRANÇA, I.S. de., Jan.2011.

Mapa 30 – Migração pendular para Claro dos Poções/MG, 2000.

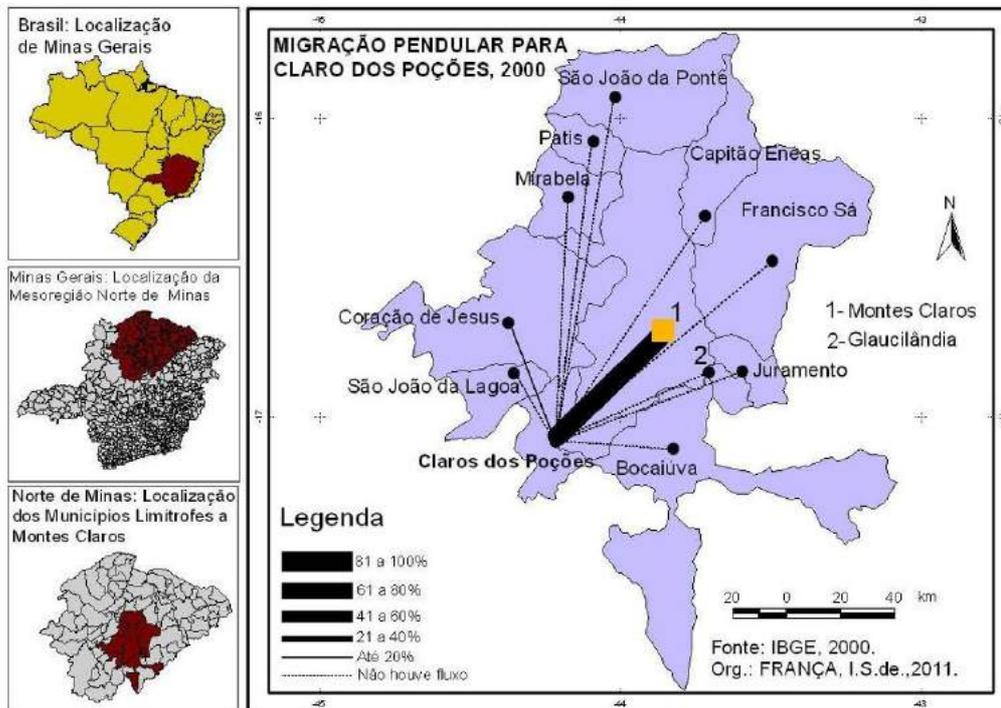
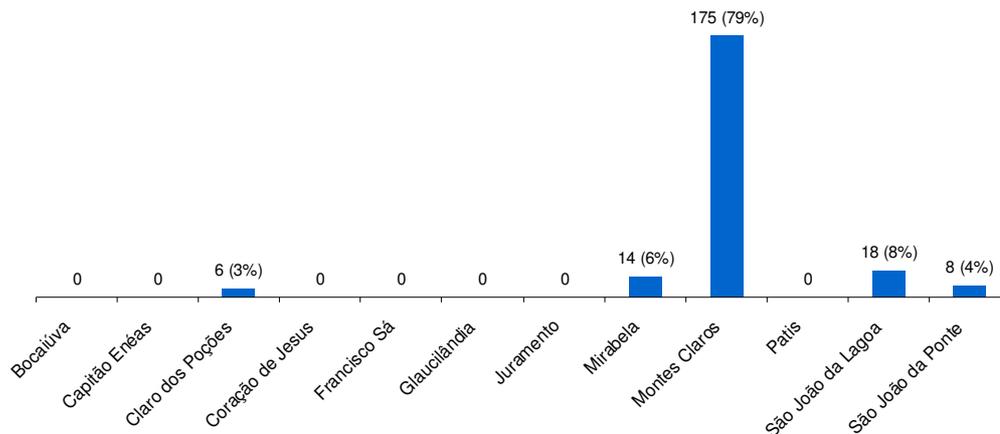
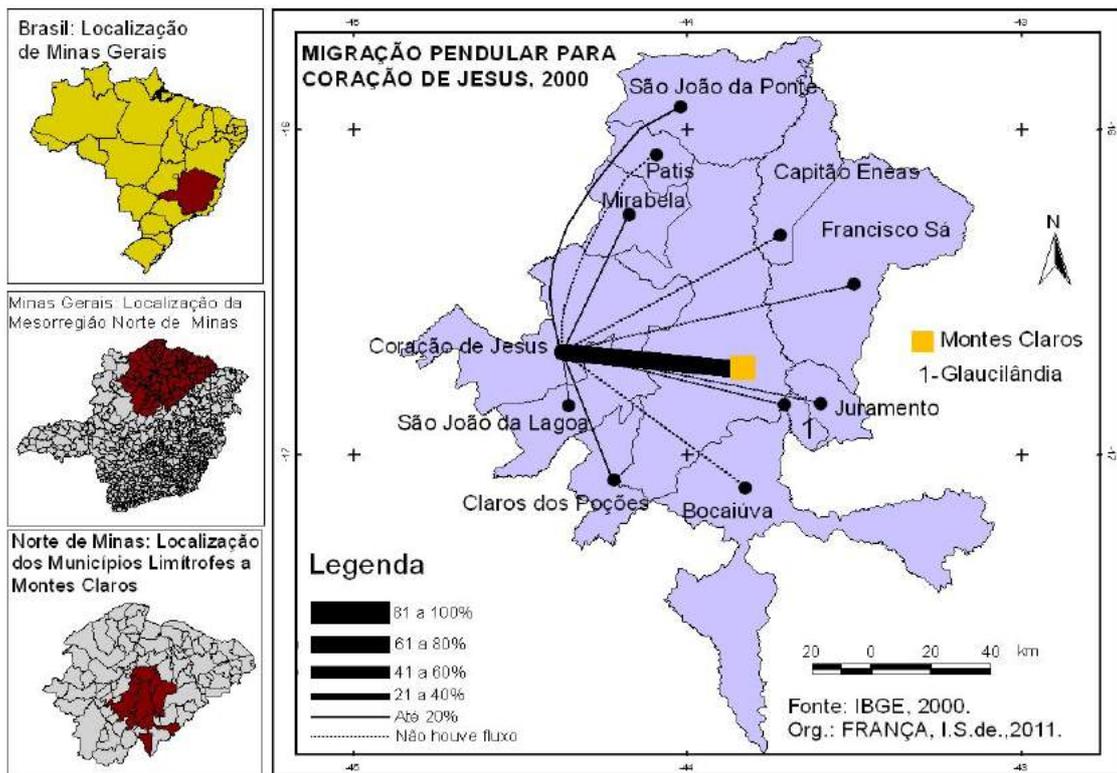


Gráfico 73 – Migração pendular para Coração de Jesus/MG, 2000.



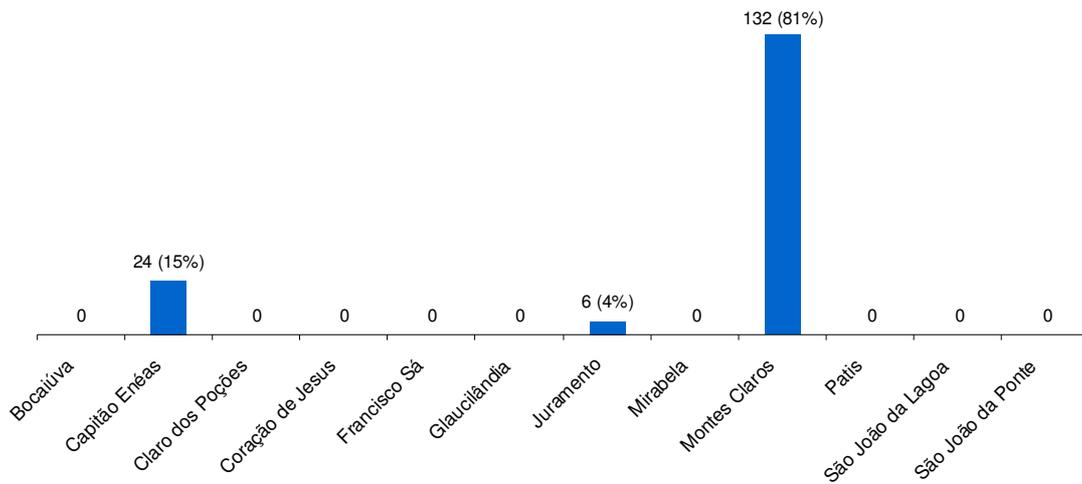
Fonte: IBGE, 2000.  
Org.: FRANÇA, I.S. de., Jan.2011.

Mapa 31 – Migração pendular para Coração de Jesus/MG, 2000.



Os fluxos pendulares para Francisco Sá, Juramento, Mirabela e São João da Ponte também têm Montes Claros como origem principal. Chama a atenção os deslocamentos diários de população de Mirabela que são todos procedentes de Montes Claros, considerando o conjunto dos municípios da Aglomeração.

Gráfico 74 – Migração pendular para Francisco Sá/MG, 2000.



Fonte: IBGE, 2000.

Org.: FRANÇA, I.S. de., Jan.2011.

Mapa 32 – Migração pendular para Francisco Sá/MG, 2000.

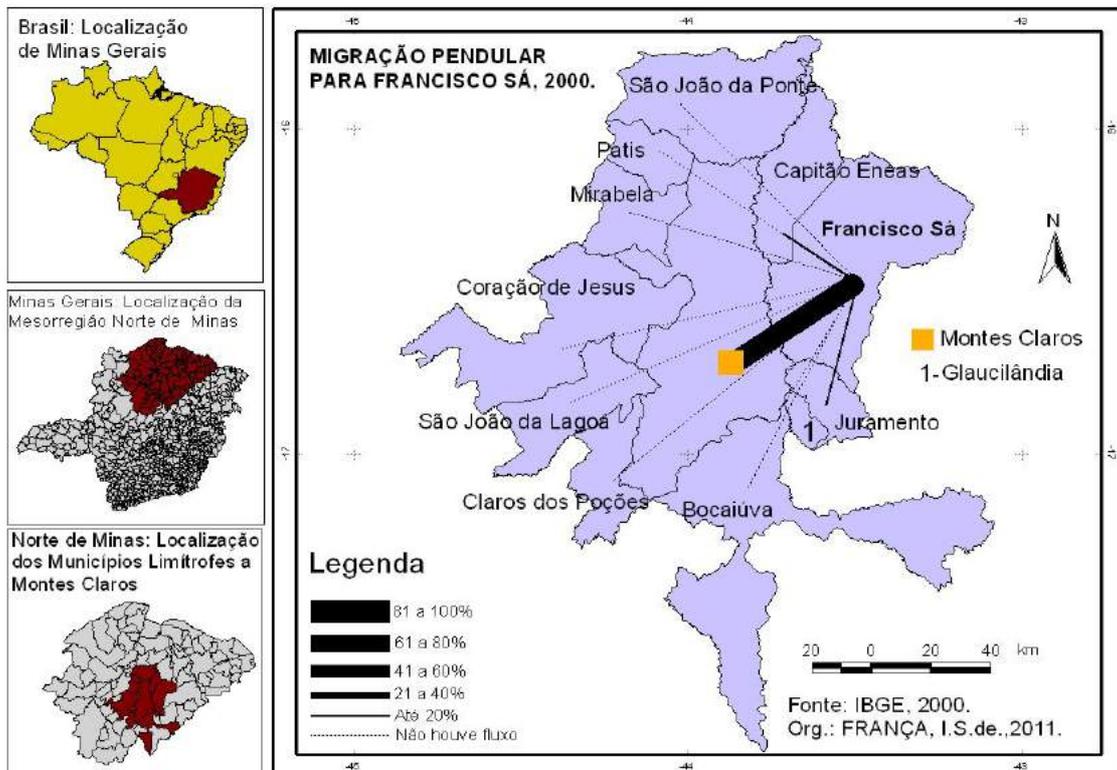
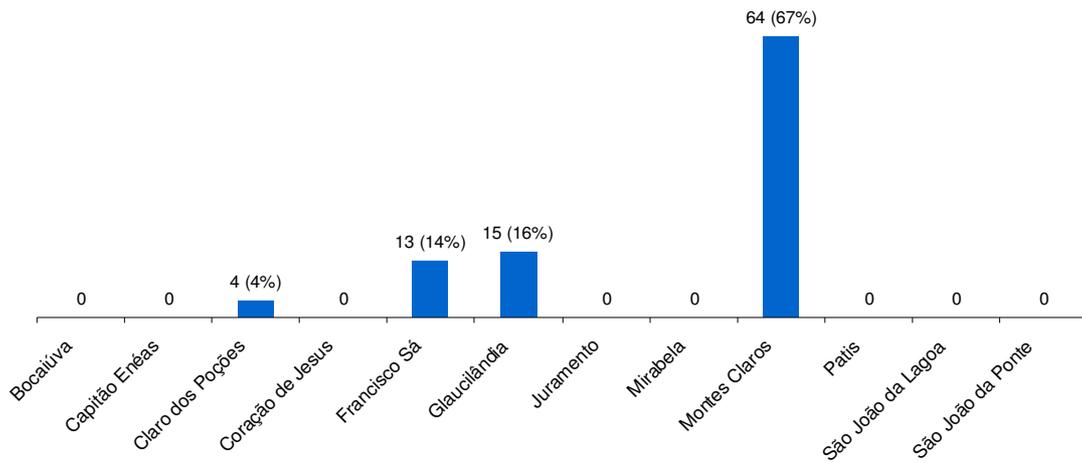


Gráfico 75 – Migração pendular para Juramento/MG, 2000.



Fonte: IBGE, 2000.

Org.: FRANÇA, I.S. de., Jan.2011.

Mapa 33– Migração pendular para Juramento/MG, 2000.

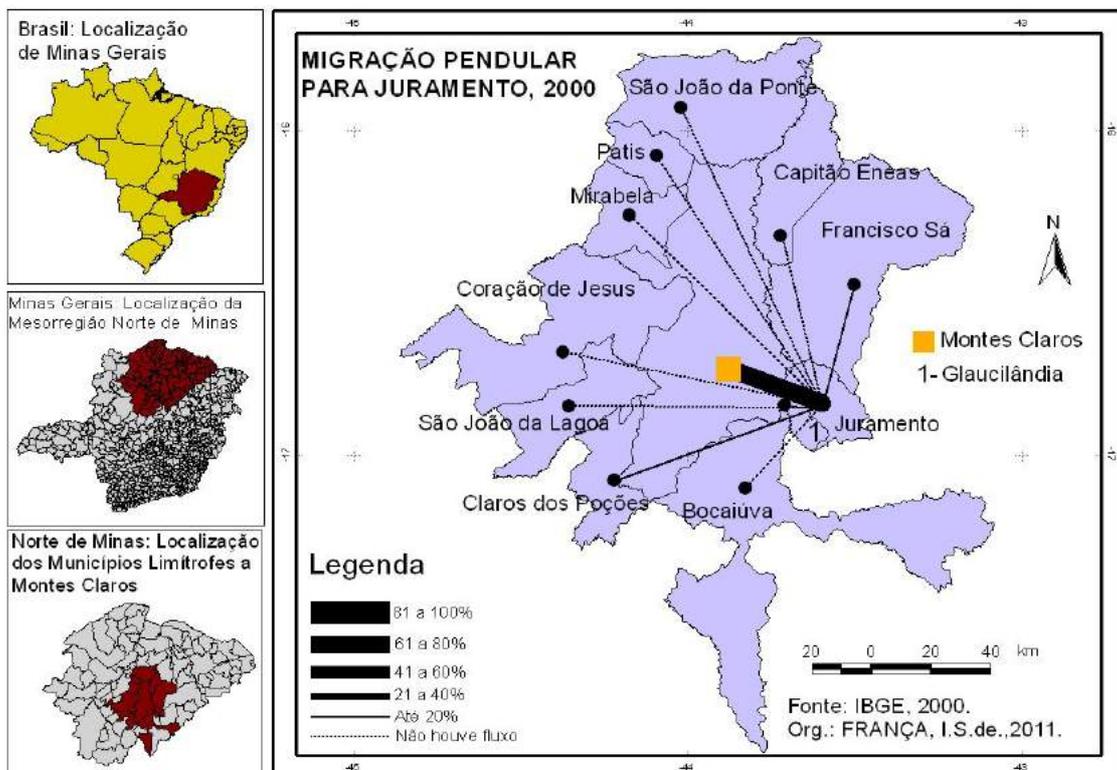
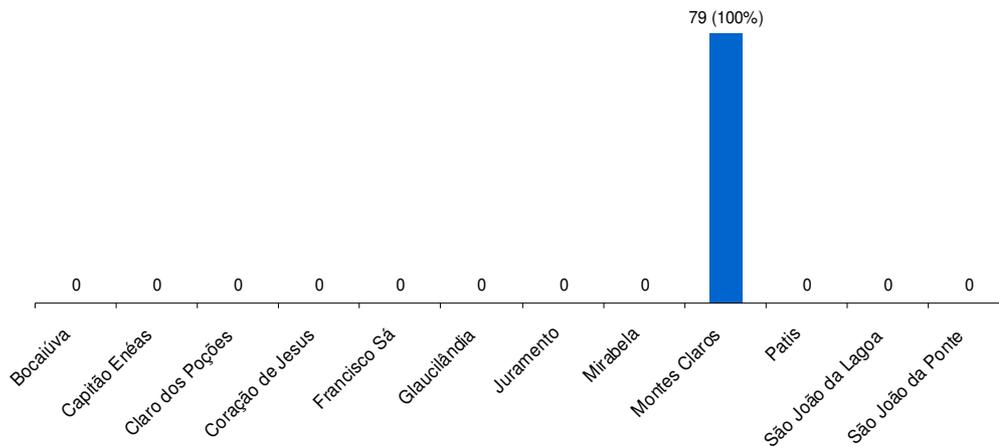


Gráfico 76 – Migração pendular para Mirabela/MG, 2000.



Fonte: IBGE, 2000.

Org.: FRANÇA, I.S. de., Jan.2011.

Mapa 34 – Migração pendular para Mirabela/MG, 2000.

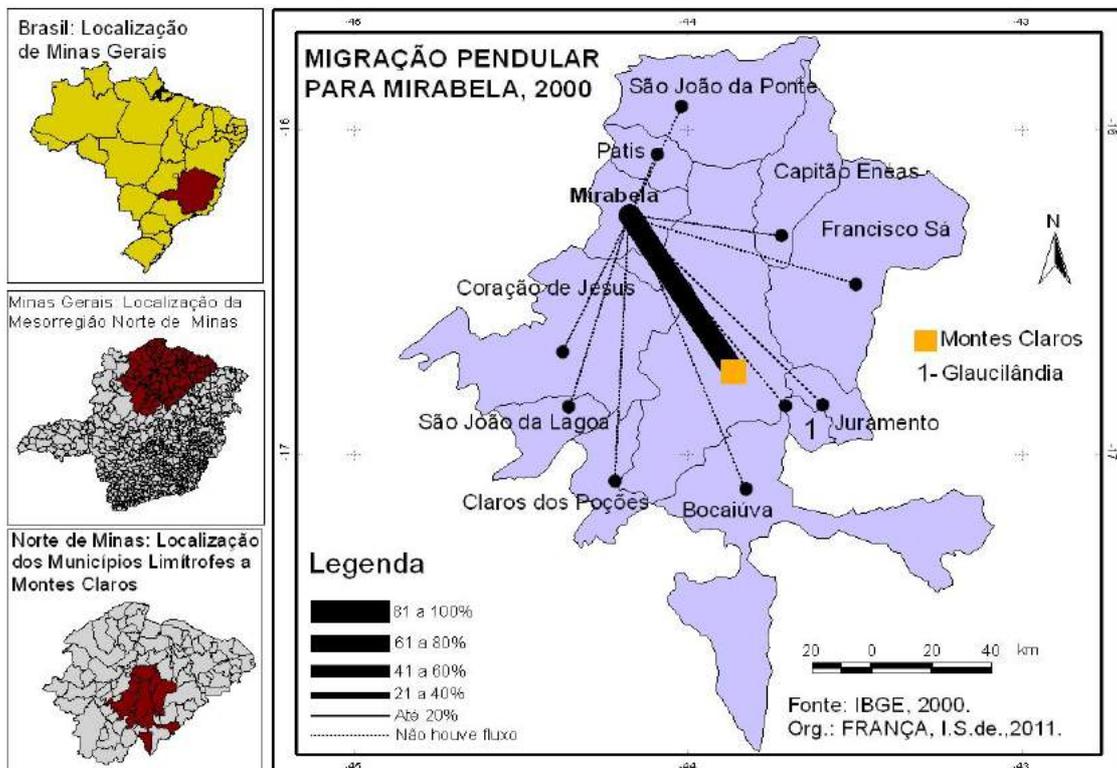
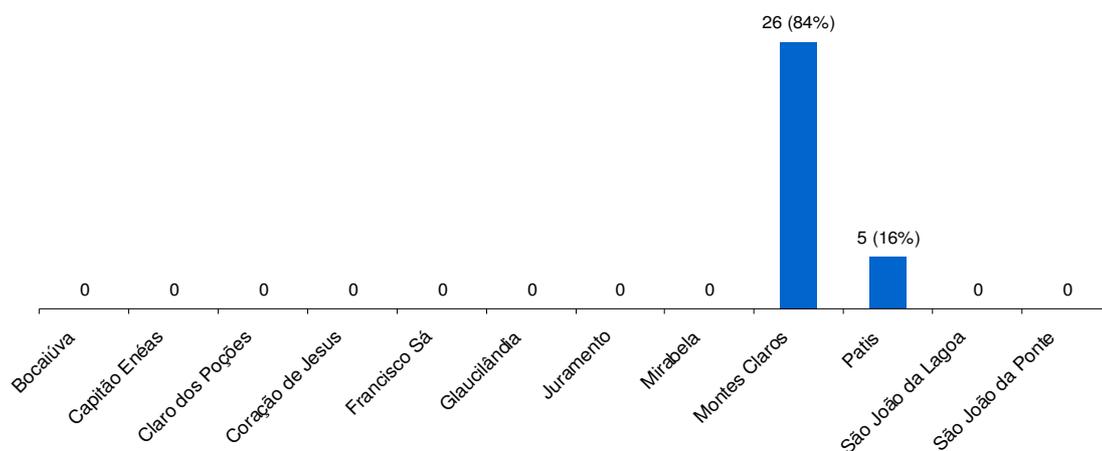


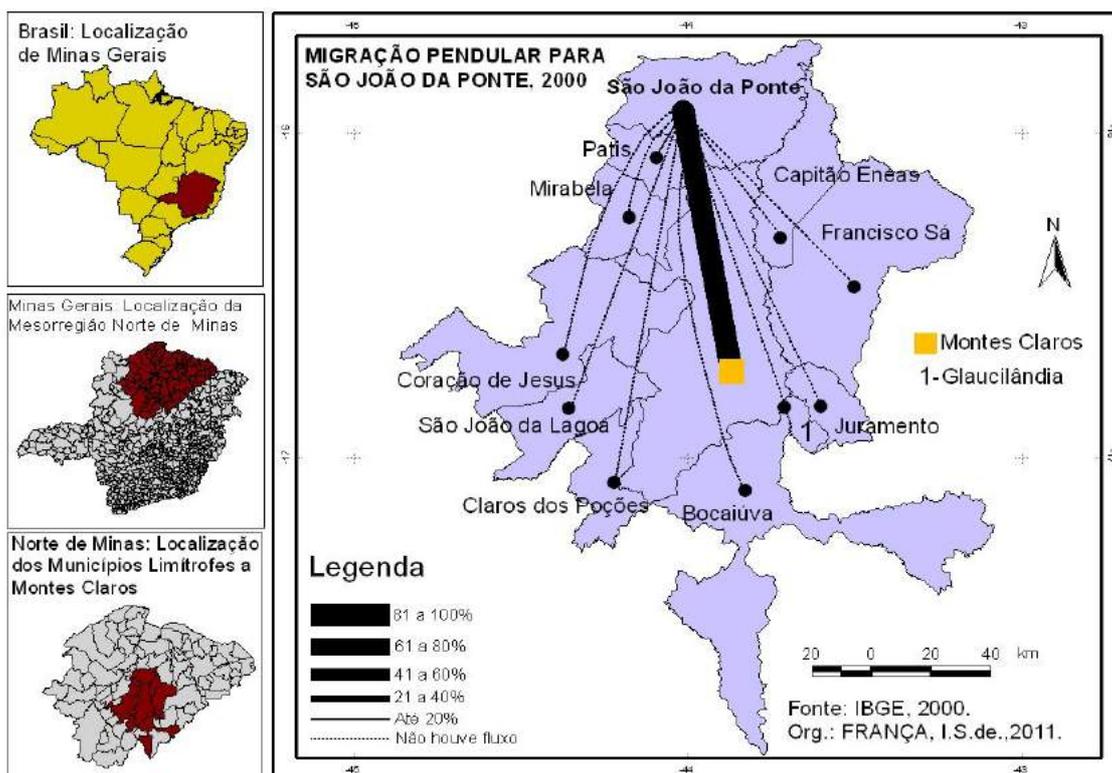
Gráfico 77 – Migração pendular para São João da Ponte/MG, 2000.



Fonte: IBGE, 2000.

Org.: FRANÇA, I.S. de., Jan.2011.

Mapa 35 – Migração pendular para São João da Ponte/MG, 2000.

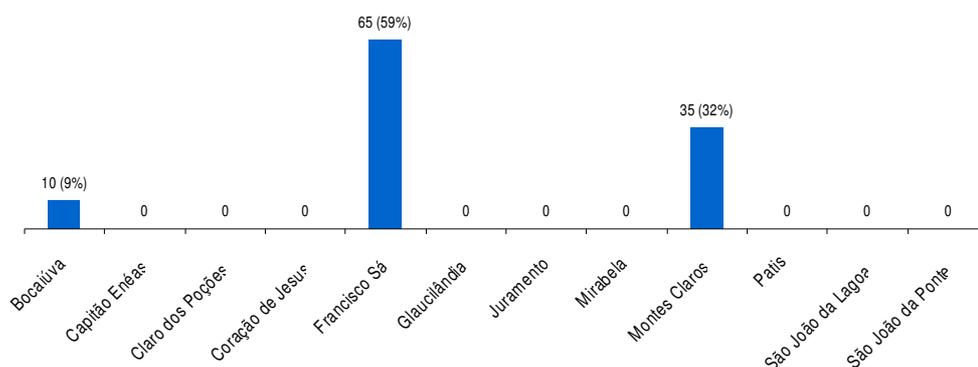


Dessa forma, pode-se inferir que a maior parte dos deslocamentos entre os municípios da Aglomeração no ano 2000 teve Montes Claros como município de destino. Essa migração está associada a mão de obra especializada localizada em Montes Claros, por exemplo, os setores de saúde, educação e serviços públicos com o deslocamento diário de médicos, enfermeiros, advogados e professores para trabalharem nesses municípios.

Bocaiúva, Claro dos Poções, Coração de Jesus, Francisco Sá, Juramento, Mirabela e São João de Ponte evidenciam esses resultados.

Já a análise da migração pendular para Capitão Enéas revelou que a principal origem dos deslocamentos é Francisco Sá (59%), os demais são Montes Claros (32%) e Bocaiúva (9%). O total de deslocamentos diários de população no município foi no ano de 2000, 110. A análise dos deslocamentos pendulares para Capitão Enéas deixa claro que os fluxos pendulares não se dão somente no sentido periferia-centro, ou seja, municípios da aglomeração e Montes Claros, pois existem trocas além da cidade principal.

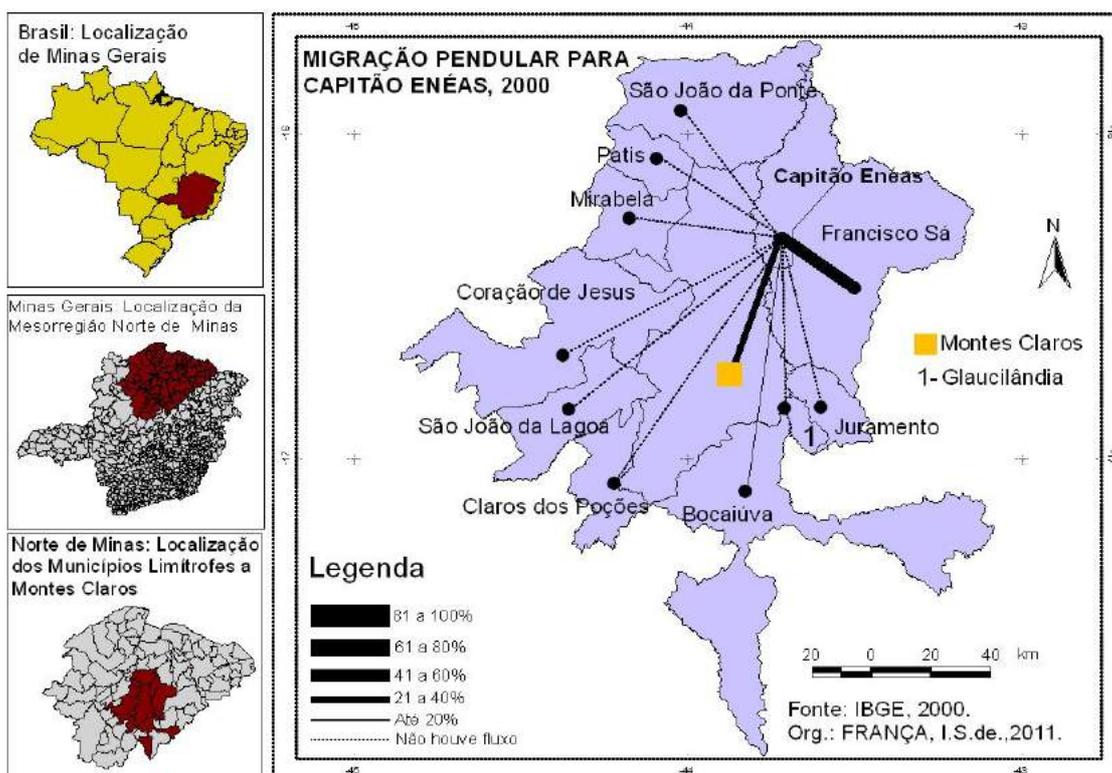
Gráfico 78 – Migração pendular para Capitão Enéas/MG, 2000.



Fonte: IBGE, 2000.

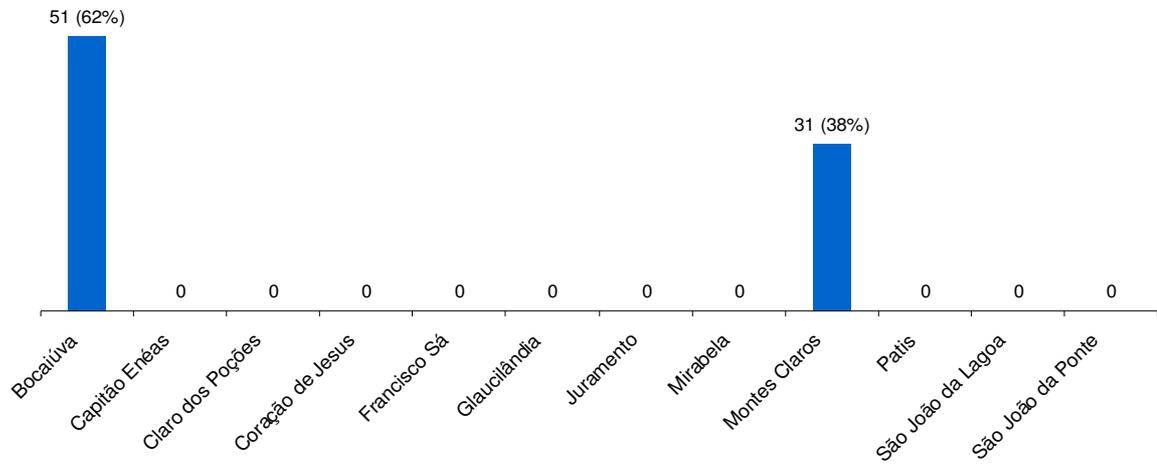
Org.: FRANÇA, I.S. de., Jan.2011.

Mapa 36 – Migração pendular para Capitão Enéas/MG, 2000.



A mesma situação explica os deslocamentos diários de população no ano 2000 para Glaucilândia, Patis e São João da Lagoa, onde Montes Claros não é a principal origem da migração pendular. As principais origens dos fluxos diários de população, nesse caso, são os municípios vizinhos pertencentes a aglomeração. A maior parte da migração pendular para Glaucilândia procederam de Bocaiúva (62%), em Patis 100% dos fluxos se originaram de Mirabela e, em São João da Lagoa 90% dos fluxos vieram de Coração de Jesus. Destaca-se que em Patis não foi registrado nenhum fluxo diário de população originada de Montes Claros, cidade central da aglomeração. Esse município dista a 95km da cidade núcleo da aglomeração.

Gráfico 79 – Migração pendular para Glaucilândia/MG, 2000.



Fonte: IBGE, 2000.

Org.: FRANÇA, I.S. de., Jan.2011.

Mapa 37 – Migração pendular para Glaucilândia/MG, 2000.

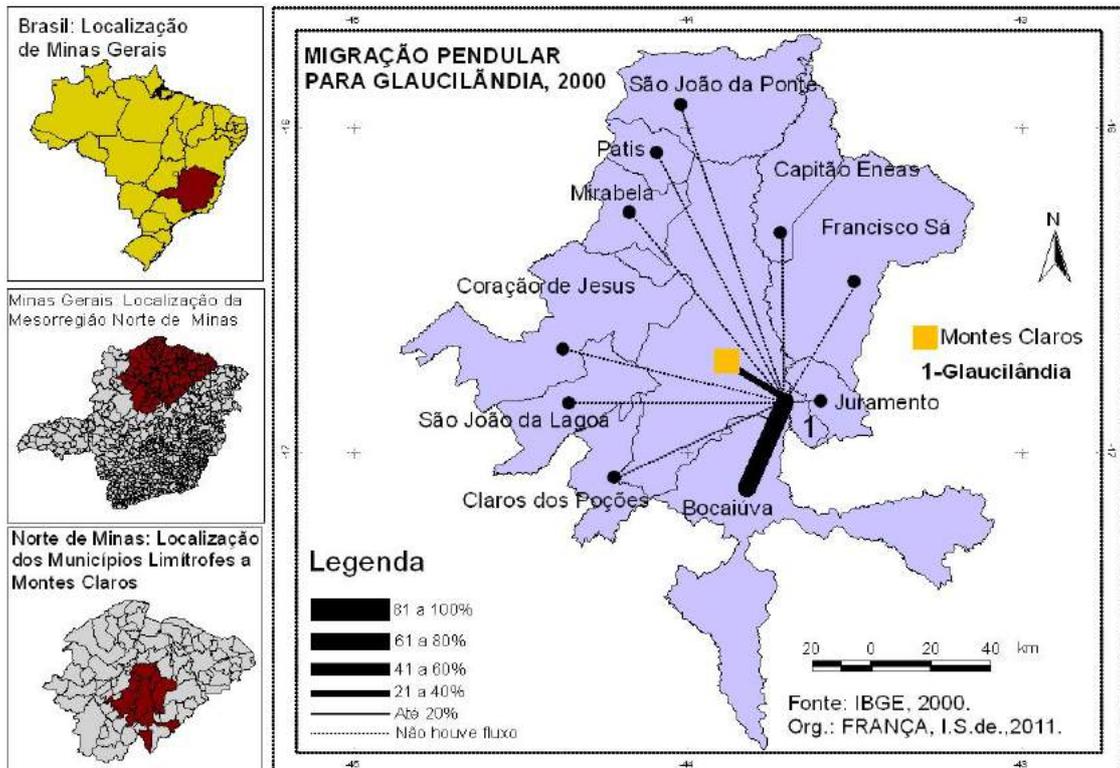
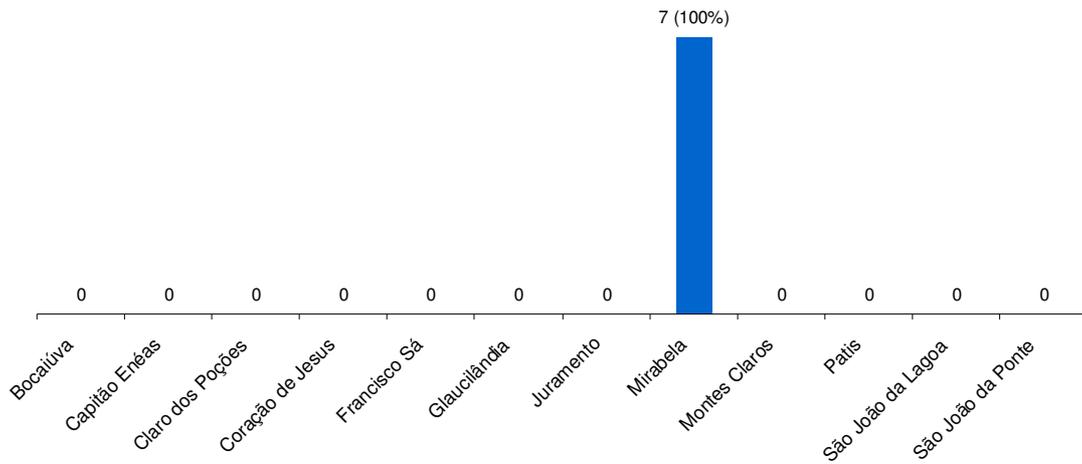


Gráfico 80 – Migração pendular para Patis/MG, 2000.



Fonte: IBGE, 2000.

Org.: FRANÇA, I.S. de., Jan.2011.

Mapa 38 – Migração pendular para Patis/MG, 2000.

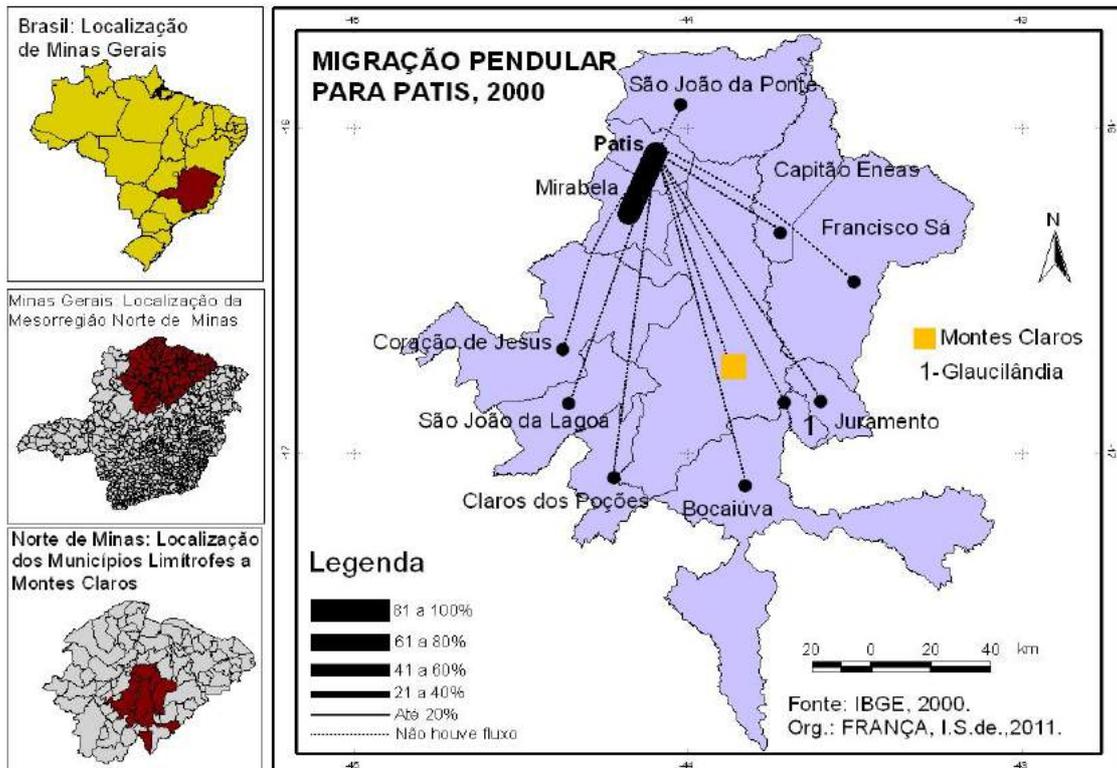
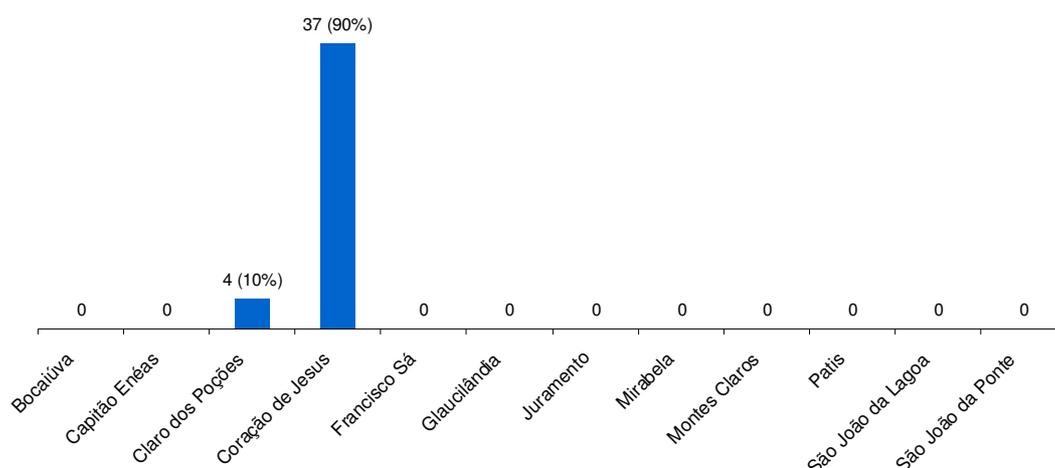


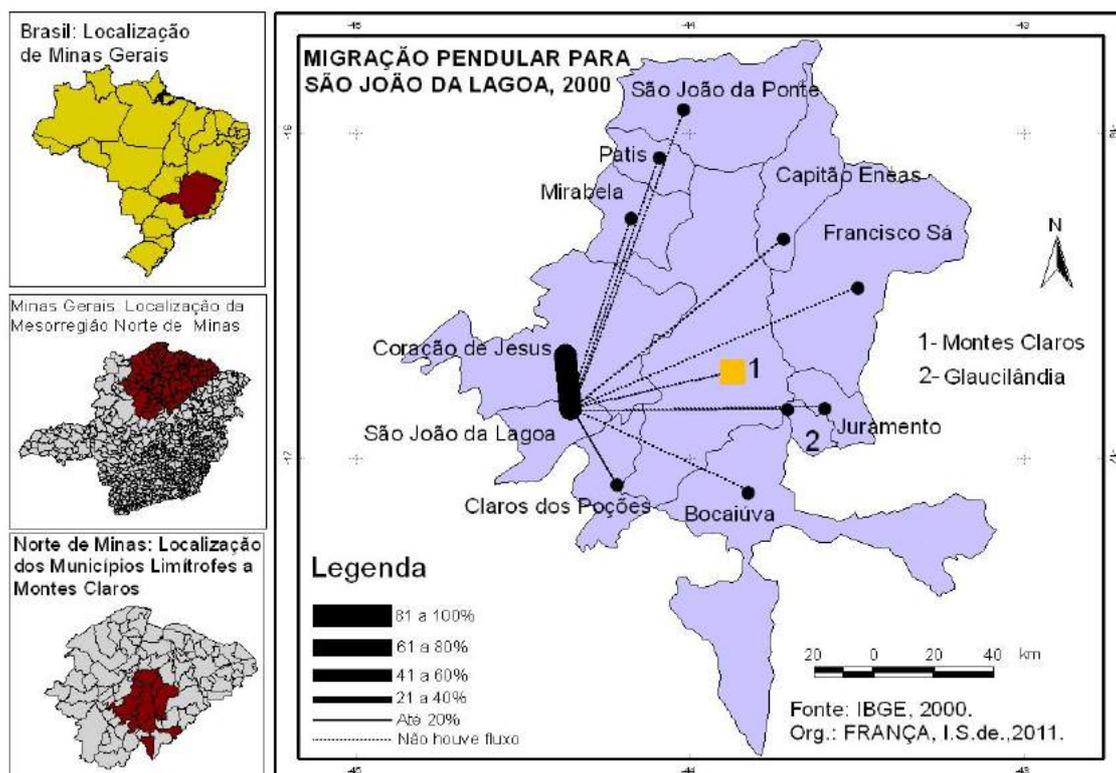
Gráfico 81 – Migração pendular para São João da Lagoa/MG, 2000.



Fonte: IBGE, 2000.

Org.: FRANÇA, I.S. de., Jan.2011.

Mapa 39 – Migração pendular para São João da Lagoa/MG, 2000.



Esses resultados demonstram a idéia de que as trocas intermunicipais também no âmbito populacional não são somente horizontais, ou seja, de cidade hierarquicamente inferior para superior. Na Aglomeração verificou-se, também, as trocas no sentido vertical, isto é, há relações demográficas e, por sua vez, econômicas, entre os

municípios da aglomeração sem a intermediação direta da cidade principal, Montes Claros.

Buscando compreender as relações estabelecidas entre as cidades além das trocas; sejam elas hierárquicas ou não, complementares ou não; Milton Santos desenvolveu as noções ou os conceitos de horizontalidades e verticalidades (1996<sup>65</sup>). A horizontalidade é trabalhada pelo autor na perspectiva de ampliação da coesão da sociedade quer seja através do interesse coletivo ou da produção e não apenas dos fluxos econômicos. As verticalidades, por sua vez, são “os vetores da integração hierárquica regulada”. (SANTOS, 1996, p.54).

Esses conceitos fazem referência à contigüidade ou não dos espaços numa única unidade regional, podendo, dessa forma, auxiliar na análise de interação de municípios, ou seja, nos processos de aglomeração e redes urbanas.

A horizontalidade para Santos (1996), portanto, relaciona-se com a contigüidade ou a interligação de pontos no espaço, o intercâmbio ou as relações socioeconômicas entre o local e o seu entorno. Refere-se ainda, a espaços vizinhos reunidos por uma continuidade territorial ou as relações socioeconômicas entre os habitantes de uma determinada área geográfica.

A verticalidade, por sua vez, extrapola essa escala tendo como eixo integrador dos espaços a circulação de produtos, mercadorias e informações. O autor enfatiza as relações verticais estabelecidas no âmbito da escala do local para a global. Os pontos distantes uns dos outros são ligados verticalmente por processo e formas espaciais.

As redes de cidades e as interações entre elas se materializam em lugares contínuos e não contínuos, mas com funcionalidades diferentes. Verticalidades e horizontalidades se entrecruzam e se complementam culminando em redes urbanas cada vez mais complexas e dinâmicas.

---

<sup>65</sup> Obra: A natureza do espaço.

No caso da Aglomeração verificou-se a complexidade das relações entre os municípios. Os resultados aqui apresentados apontam para a predominância das horizontalidades sobre as verticalidades na Aglomeração.

Por fim, os resultados da migração pendular na Aglomeração no ano 2000 demonstraram:

- Montes Claros é o principal centro receptor do movimento diário de população advinda dos demais municípios da Aglomeração o que demonstra seu forte poder de atração populacional e a amplitude de seu raio de influência,
- Os mais intensos deslocamentos diários de população na Aglomeração se destinam para Montes Claros, Coração de Jesus, Bocaiúva e Capitão Enéas;
- Os fluxos diários de pessoas são mais intensos entre Montes Claros e Francisco Sá, Montes Claros e Bocaiúva, Montes Claros e Capitão Enéas, Montes Claros e Claro dos Poções, Montes Claros e Coração de Jesus, Montes Claros e Juramento e Montes Claros e Mirabela. Em Mirabela, por exemplo, todo o deslocamento diário de população procede de Montes Claros. A intensidade dessas trocas vincula-se ao fator proximidade geográfica, mas também à complexidade da economia de cada município da aglomeração, principalmente os setores de comércio e serviços.
- Os fluxos diários de população na Aglomeração não se destinam exclusivamente para o núcleo, Montes Claros. Há movimentos diários de população entre os demais municípios o que demonstra a simultaneidade entre as trocas verticais e horizontais, características dos processos de articulação das cidades. No caso de Capitão Enéas a principal origem dos deslocamentos diários é Francisco Sá. Tratam-se de municípios vizinhos cujas distâncias para deslocamentos são menores quando comparado a Montes Claros;
- Existe um considerável fluxo diário de população de Montes Claros, centro da aglomeração, para os demais municípios. Destaca-se nesse sentido, Bocaiúva, Claro dos Poções, Coração de Jesus, Francisco Sá, Juramento, Mirabela e São João de Ponte, como os principais municípios da Aglomeração que recebem população de Montes Claros. O deslocamento se deve a necessidade de mão de obra especializada nesses municípios, principalmente nos setores de saúde, educação e serviços públicos;

- Existem dois municípios onde não foram registrados deslocamentos diários de população com procedência da cidade principal da aglomeração, Montes Claros. Em Patis todo (100%) o deslocamento diário de população se origina de Mirabela, já em São João da Lagoa, a maior parte (90%) da migração pendular procede de Coração de Jesus e a menor de Claro dos Poções.

Ao exercer importância como centro regional, Montes Claros configura-se como um aparelho de atração populacional, pois sua infra-estrutura faz com que diariamente indivíduos de outros municípios se desloquem para ela em busca de serviços e comércios que não se encontram em seus locais de origem. Esse deslocamento diário de população, definido como pendular, estreita as relações que esta cidade estabelece com os outros municípios norte mineiros, especificamente, aqueles integrantes do processo de aglomeração aqui em análise. Desse modo, os movimentos pendulares são importantes elementos de análise da configuração e consolidação dos processos de aglomeração urbana.

Costa (2007, 105) aponta a importância dos transportes públicos como eixos de ligação entre as cidades e, conseqüentemente como instrumento necessário a melhoria da qualidade de vida da população

[...], a forma da cidade será desenvolvida segundo núcleos urbanos de elevada densidade ligadas entre si por um sistema de transporte público de grande capacidade e rodeadas por áreas de menor densidade, garantindo-se de igual forma o serviço de transporte público nessas áreas.

Os dados sobre migração pendular no ano 2000 (IBGE) discutidos na sessão anterior revelam a interação entre as pessoas dos municípios da Aglomeração no que diz respeito ao deslocamento para trabalhar e estudar. Essa é uma dimensão importante, mas não suficiente para analisar a complexidade atual das interações entre os municípios da aglomeração. Nesse sentido, as interações econômicas entre os municípios da aglomeração com a finalidade de comércios e prestação de serviços devem ser consideradas, pois permitem de maneira direta e atualizada (2011) compreender as intensidades das relações entre os municípios e o núcleo da aglomeração. Para isso, realizou-se pesquisa de campo com aplicação de entrevistas em

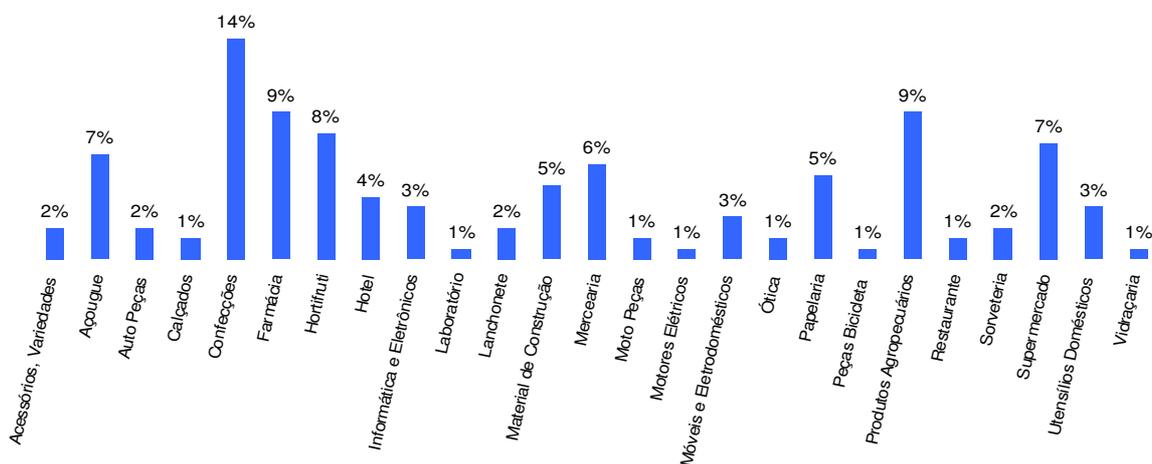
150 estabelecimentos de comércios e serviços nos onze municípios da aglomeração, excetuando Montes Claros, objetivando entender como se processam os fluxos econômicos com Montes Claros. Os entrevistados foram indagados sobre a origem dos produtos que vendem e a forma de aquisição, direta ou indireta. A partir dos resultados das entrevistas foi possível caracterizar os estabelecimentos por tipo de comércios e serviços comercializados.

### 5.5.1.2 - Fluxos de Comércio e Serviços

Para se entender os fluxos econômicos vinculados aos setores de comércio e serviços entre os municípios da aglomeração, aplicou-se entrevistas aos comerciantes nos onze municípios (exceto Montes Claros que é a cidade principal) identificando o ramo comercial do seu estabelecimento, principais produtos comercializados, local de compra direta, ou seja, origem dos fornecedores dos produtos adquiridos e, por último, verificou-se a origem do consumidor. Essas questões estavam contidas nas entrevistas realizadas aos comerciantes dos onze municípios da aglomeração. Nos municípios menores como São João da Lagoa, Patis, Juramento, Glaucilândia, Claro dos Poções, Capitão Enéas e Francisco Sá aplicou-se um total de dez entrevistas em estabelecimentos diversos, nos demais, 20, totalizando 150.

Considerando o total de comerciantes entrevistados nos onze municípios diagnosticou-se 25 ramos de atividades diversos.

Gráfico 82 – Aglomeração/Municípios do entorno de Montes Claros/MG: ramos de atividades em comércio e serviço, 2011.



Fonte: Pesquisa Direta, 2011.

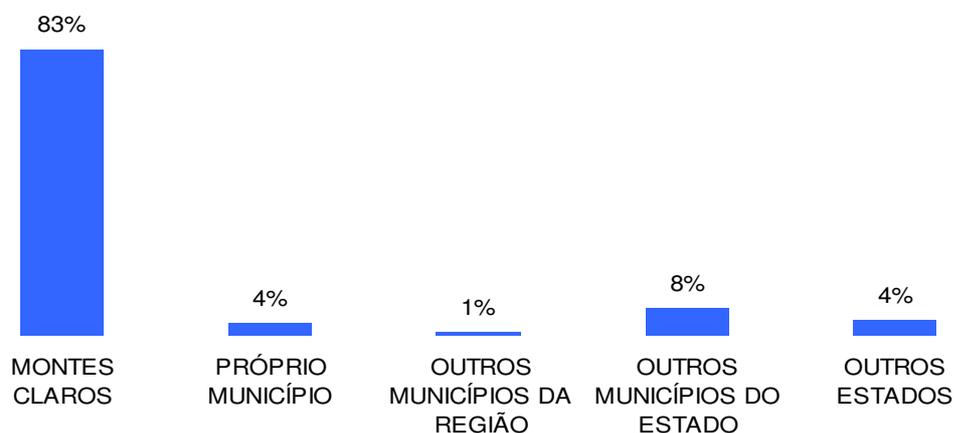
Org.: FRANÇA, I.S. de., Jan.2011.

Analisou-se o local de compra direta dos produtos nos onze municípios da aglomeração. No caso dos hortifrutigranjeiros verificou-se que todos os estabelecimentos pesquisados

realizam compra direta na Central de Abastecimento do Norte de Minas (CEANORTE) que se localiza em Montes Claros.

Montes Claros é o principal local de compra direta dos proprietários de estabelecimentos de comércios e prestações de serviços instalados nos municípios da aglomeração (83%). Assim sendo, esses comerciantes se deslocam de seu município de origem para realizar compras, abastecimentos de mercadorias, entre outros, predominantemente em Montes Claros, tal fato ratifica o grande fluxo econômico entre os municípios da aglomeração e a cidade principal.

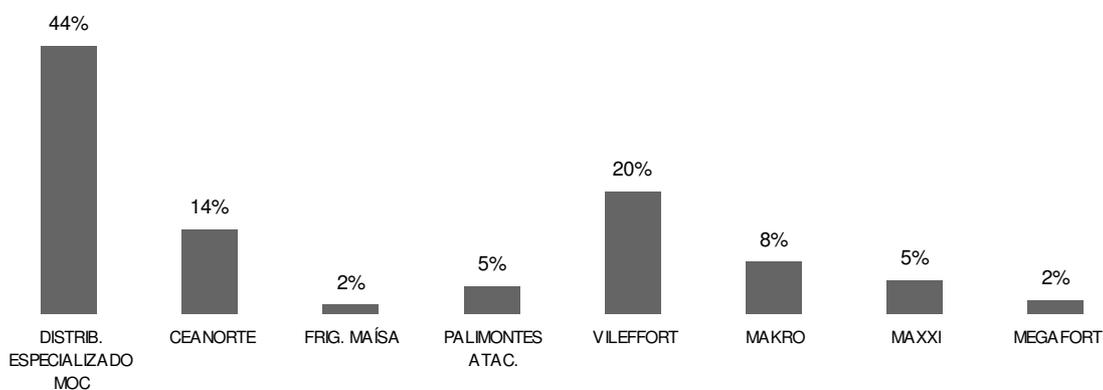
Gráfico 83 - Aglomeração/Municípios do entorno de Montes Claros/MG: onde realizam compra direta para comércio e serviço, 2011.



Fonte: Pesquisa Direta, 2011.  
Org.: FRANÇA, I.S. de., Jan.2011.

Quanto ao local onde os comerciantes realizam as compras diretas em Montes Claros, verificou-se a grande procura por distribuidores especializados (44%), atacadistas (Villefort 20%) e Ceanorte (14%).

Gráfico 84 - Aglomeração/Municípios do entorno de Montes Claros/MG: locais em Montes Claros onde realizam compra direta para comércio e serviço, 2011.



Fonte: Pesquisa Direta, 2011.  
Org.: FRANÇA, I.S. de., Jan.2011.

Estes resultados demonstram que a maior parte do abastecimento dos produtos e mercadorias comercializadas nos empreendimentos pesquisados é realizada em distribuidores especializados em vários ramos como, por exemplo, alimentos, produtos de higiene e limpeza, bebidas, hortifrutigranjeiros, carnes, bazar e papelaria.

Os atacadistas vendem também produtos eletrônicos, computadores, brinquedos, móveis, produtos eletrodomésticos e eletroeletrônicos, produtos de informática e telefonia. Outros atacadistas como o Makro, Maxxi, Megafort e Frigorífico Maísa também foram citados pelos entrevistados. Todos eles também estão instalados em Montes Claros. Tal fato reforça sua centralidade no comércio da aglomeração e também demonstra a conexão entre os municípios através desse setor.





Foto 17: Atacadistas em Montes Claros/MG  
Autor: FRANÇA, I.S. de., Junho, 2011.

Esses resultados demonstram que dependendo do tipo de consumo o local de compra direta em Montes Claros pode ser variável. Montes Claros é o principal local de compra direta dos comerciantes dos municípios da Aglomeração se destacando nos ramos de atacados e produtos hortifrutigranjeiros.

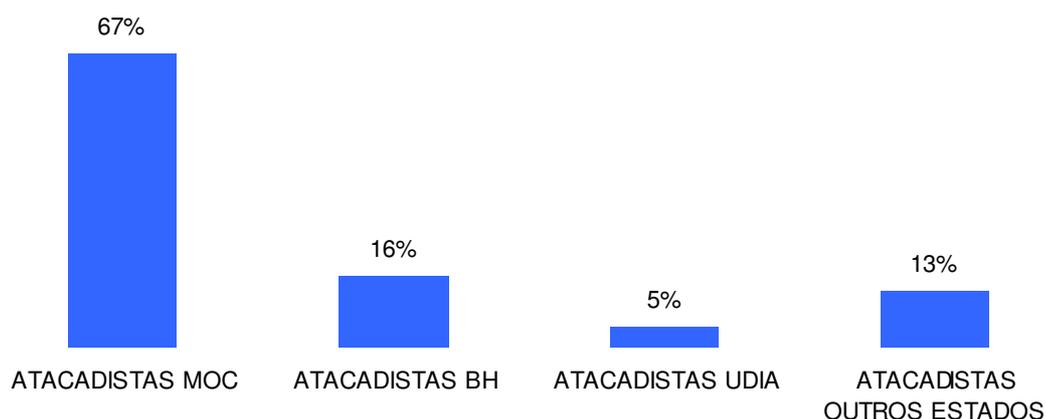
A compra realizada pelos comerciantes dos municípios da aglomeração nos supermercados e atacadistas de Montes Claros reflete uma tendência nacional de crescimento de volumes de produtos vendidos nesses estabelecimentos. Esse processo de associa “ao aumento da renda dos consumidores” e “a procura por produtos mais baratos”, tal como registrou a pesquisa publicada pelo jornal Estado de São Paulo:

O aumento da renda dos consumidores proporcionou ao setor supermercadista registrar entre janeiro e agosto de 2010 o maior crescimento na quantidade de produtos vendidos desde 2005, quando a Associação Brasileira de Supermercados (Abras), em parceria com a Nielsen, passou a monitorar o volume comercializado nos autosserviços. Ao contrário do que aconteceu em 2005, quando o volume avançou 5%, mas o faturamento dos supermercados recuou 0,66%, nos oito primeiros meses deste ano tanto o faturamento quanto a quantidade vendida cresceram, com altas, respectivamente, de 4,7% e 6,8%. "Nunca se comprou tanto nos supermercados", resumiu o presidente da Abras, Sussumu Honda, durante entrevista a jornalistas. Segundo ele, isso é explicado pelo incremento do consumo das classe C, D e E, que procuram nas prateleiras dos supermercados, principalmente, produtos mais baratos e de segunda linha. "Os consumidores não estão comprando as marcas de refrigerante líderes, mas sim as regionais, com preços mais baixos", exemplificou. "As categorias de produtos de segunda linha, que operam com margens até maiores, vêm ganhando espaço, em relação aos produtos premium", afirmou. (Estadão/ São Paulo: Economia, 29 de Setembro de 2010, acesso em [www.economia.estadao.com.br/noticias/not\\_37150.htm](http://www.economia.estadao.com.br/noticias/not_37150.htm), Reportagem: Cresce volume de produtos vendidos em supermercados).

A compra indireta de mercadorias é aquela realizada pelos comerciantes através de representantes comerciais ou por telemarketing. Assim como a compra direta, a maior

parte das compras indiretas realizadas pelos proprietários dos estabelecimentos de comércio e serviços dos municípios da aglomeração (aqueles entrevistados), é feita em Montes Claros (67%). Isto é, o comerciante não se direciona para Montes Claros para realizar esse tipo de compra, mas o contrário, os representantes comerciais dos atacadistas de Montes Claros visitam esses municípios para venderem seus produtos (além das vendas pelo telemarketing). Dessa forma, o sentido das trocas se dá do núcleo da Aglomeração (Montes Claros) para os demais municípios. Também nesse caso é perceptível os fluxos econômicos na aglomeração.

Gráfico 85 - Aglomeração/Municípios do entorno de Montes Claros/MG: locais onde realizam compra indireta para comércio e serviço, 2011.



Fonte: Pesquisa Direta, 2011.  
Org.: FRANÇA, I.S. de., Jan.2011.

Quanto ao tamanho dos estabelecimentos de comércio e serviços instalados nos municípios da Aglomeração verificou-se que a maior parte é de pequeno (62%) e médio porte (35%). São estabelecimentos que comercializam produtos de consumo imediato como alimentos, verduras, material de limpeza, carnes, enfim, produtos pouco diversificados e especializados. A dimensão dos estabelecimentos se associa a própria estrutura econômica dos municípios que é pouca dinâmica somada ao porte populacional dos mesmos. Entre os municípios da Aglomeração há poucos estabelecimentos de grande porte, esse fato reforça a centralidade de Montes Claros em setores mais complexos, diversificados e especializados. Com isso, os estabelecimentos de maior porte estão localizados em Montes Claros.

A população e/ou os comerciantes dos municípios, principalmente os menores, que realizam compras em Montes Claros buscam por diversidade e preços mais acessíveis. Para os comerciantes dos municípios da aglomeração o comércio de Montes Claros dificulta o dinamismo de seus empreendimentos devido à concorrência. Mas foi verificado conforme resultados já apresentados nesta pesquisa que a aquisição de seus produtos quer seja de forma direta ou indireta é realizada predominantemente em Montes Claros.

Considerando esses fatores e as razões para o consumo em Montes Claros culminando na intensificação dos fluxos na Aglomeração elucidou-se alguns trechos de entrevistas aplicadas aos comerciantes em seus municípios de origem:

A partir da fala do entrevistado verifica-se a dependência do comércio local em relação a Montes Claros: “Francisco Sá virou bairro de Montes Claros, [...]o comércio está fraco, o problema é Montes Claros – também não há incentivos da prefeitura local para os comerciantes”, diz o proprietário do ramo de papelaria. (Senhor Adilson, Sacolão Sacola Cheia).

Um outro comerciante de Francisco Sá atesta esta problemática: “A proximidade com Montes Claros prejudica a dinâmica comercial do município, até pequenas feiras (150 reais) são feitas em Montes Claros nos atacadistas Makro, Maxxi e Villefort. Ilusão da população de que está economizando...”

Em Glaucilândia, o entrevistado afirmou: “Montes Claros é Glaucilândia. Tudo aqui é em Montes Claros, às vezes a gente brinca “aqui é um bairro de Montes Claros”.

Em Mirabela, de acordo com um entrevistado:

O comércio daqui passa pelo problema de concorrência com Montes Claros, 97% são pequenos estabelecimentos, o problema no setor de comércio é muito grande. O pessoal daqui vai comprar lá... às vezes compram até mais caro. [...] falo isso, porque sou comerciante também. Os grandes supermercados de Montes Claros são uma concorrência forte para o comércio local daqui.

Uma das pessoas ouvidas no município de Juramento avaliou que a dependência do comércio em relação a Montes Claros é menor quando comparada ao passado e é

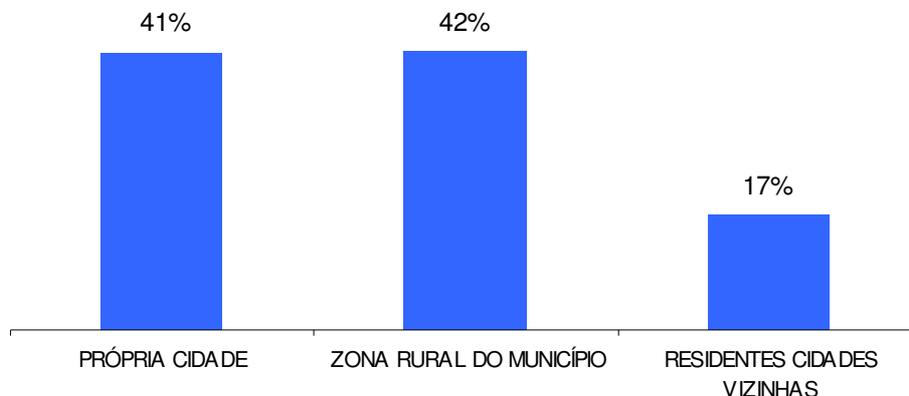
variável, isto é, depende do tipo de produto que se pretende adquirir. O seu depoimento constata a interação vinculada, sobretudo, a oferta de bens e mercadorias especializadas presentes na cidade principal, Montes Claros:

Já viajaram muito, com o supermercado que tem fica mais prático gastar aqui, no passado 70% da população daqui comprava em Montes Claros, hoje é cerca de 30% a 40% compram em Montes Claros calçados, eletrodomésticos e compras especializadas.

Fica evidente que a população procura as melhores condições de consumo relativas à oferta, diversidade, especialização e acesso. Por meio dos depoimentos, nota-se a inter-relação econômica entre os municípios da aglomeração e a cidade principal, Montes Claros, através dos fluxos econômicos estabelecidos entre eles.

Tratando-se do consumo nos municípios da aglomeração torna-se importante destacar: qual a origem do consumidor das onze cidades da aglomeração?

Gráfico 86 - Aglomeração/Municípios do entorno de Montes Claros/MG: origem dos consumidores do comércio local, 2011.



Fonte: Pesquisa Direta, 2011.  
Org.: FRANÇA, I.S. de., Jan.2011.

Os consumidores dos comércios e prestação de serviços instalados nos onze municípios da aglomeração são da própria cidade (41%) e da zona rural (42%). Pelo grande número de consumidores da área rural dos municípios, percebe-se que na aglomeração há um grande componente rural, ainda que a sociedade moderna atual, os modos de vida e o consumo sejam urbanos. O vínculo da área rural com as cidades pequenas da Aglomeração demonstra esse argumento.

Em estudo sobre a dinâmica socioeconômica e espacial dos municípios de pequeno porte da Microrregião Geográfica de Catalão (GO), na segunda metade do século XX, Melo (2010, p.55) reafirma essas proposições ao observar a ligação de pequenos municípios com o seu entorno principalmente para suprir necessidades pessoais e de consumo diversas. Conforme a autora:

[...] verifica, nestes, que a principal atividade produtiva continua sendo a agropecuária. Dessa forma, muitas famílias, que têm fonte de renda na produção realizada no campo, residem nas pequenas cidades, onde têm acesso aos serviços públicos e privados oferecidos na localidade, bem como dispõem e usufruem acessibilidades para outros lugares, na medida das necessidades particulares, do potencial das rendas familiares e individuais, bem como mediante apoio dos governos locais.

Outros aspectos como a necessidade de consumo dos serviços urbanos modernos, proximidade e acessibilidade foram apontados pela autora como motivadores dos deslocamentos campo-cidade. Melo (2010, p.270-271) destaca o consumo do idoso através da aposentadoria como agente que promove o comércio das cidades pequenas e ainda, como fonte de renda familiar.

Deve-se destacar ainda, que a aposentadoria dos idosos tem representando, em muitos casos, entre os grupos sociais mais pobres, a principal fonte de renda, auxiliando na sobrevivência de filhos e netos. Fato semelhante ocorre, também, em muitas pequenas cidades brasileiras, onde a presença de aposentados constitui importante fonte para o comércio local, o que acaba por gerar alguns postos de empregos.

Chelotti (2009, p.205) avaliou as relações estabelecidas entre campo-cidade imprimindo novas dinâmicas no espaço regional tendo como objeto de estudo os camponeses Sem Terra da Campanha Gaúcha. Seus estudos demonstraram as transformações promovidas pelos assentamentos rurais na relação cidade-campo.

A instalação dos assentamentos rurais provocou significativas transformações socioespaciais na área, principalmente, com a emancipação de um distrito do município de Cruz Alta, originando o município de Boa Vista do Inca. Embora tenham se passado quase vinte anos da instalação desses assentamentos, os autores identificaram uma amenização da pobreza, além da possibilidade dos assentados reproduzirem-se enquanto pequenos agricultores, oferecendo produtos ao mercado local, bem como consumindo no mercado local aqueles produtos e serviços não gerados no assentamento.

O autor chama a atenção para as especificidades socioespaciais de cada município culminando em novas relações cidade-campo a partir da instalação dos assentamentos rurais. Em suas palavras

O viver, o produzir, embora sejam realizados dentro do lote, o circular, o comercializar são realizados fora, e é nesse momento em que campo e cidade se fundem, numa estreita relação. Como observamos anteriormente, os “impactos” não se dão na mesma intensidade nos dois municípios, pois cada um possui sua própria geografia, seus tempos e seus espaços. Embora estejam próximos geograficamente, e até por fazerem parte de uma mesma região, existem elementos espaciais que devem ser considerados ao se analisar a relação cidade-campo. (CHELOTTI, 2009, p.205).

Nos estudos de casos apresentado pelo autor<sup>66</sup>, os assentados vão a cidade para o consumo de prestação de serviços e, sobretudo, realização de compras.

Mas não somente a população rural supre suas necessidades nos pequenos municípios da aglomeração, há também indivíduos de municípios vizinhos que ali consomem estabelecendo importantes laços comerciais e culturais. Não se pode descartar também nessa análise o fator deslocamento, ou seja, as distâncias intermunicipais.

Isso demonstra a existência de uma Divisão Social do Trabalho na aglomeração de Montes Claros. Essa divisão pode ser notada quer seja no âmbito da cidade e do campo ou dos espaços centrais e dos espaços periféricos, tal como assinala Camagni (2005, p.6): La ciudad se presenta ante sus ojos como una aglomeración de actividades , un espacio claramente delimitado por una neta ruptura en la densidad de uso del suelo respecto a la del espacio que lo rodea.

Os resultados aqui expostos sobre o consumo em pequenas cidades considerando as áreas rurais e os municípios vizinhos demonstram a complexidade espacial e socioeconômica desses locais, tal como explicita Melo (2010, p.97): “Quanto às pequenas cidades, por sua vez, deve, primeiro, ser ressaltado que são heterogêneas; mesmo as localizadas em uma região específica apresentam diferenças importantes no que diz respeito a sua dinâmica econômica e funções urbanas”.

Estas questões devem ser observadas nesta pesquisa, uma vez que trata-se de um estudo de aglomeração que aborda as interações, sobretudo, econômicas, entre uma cidade média e onze cidades pequenas (ou de pequeno porte demográfico).

---

<sup>66</sup> Hulha Negra e Sant’ Ana do Livramento.

Torna-se evidente então os fluxos de pessoas entre os municípios da aglomeração e seus vizinhos. Tal fato reforça as trocas além da cidade principal, Montes Claros. Nesse sentido, é importante investigar qual a natureza das relações entre os núcleos urbanos da aglomeração.

### **As trocas intermunicipais no setor de hortifrutigranjeiros: o significado de Montes Claros para os pequenos municípios rurais da Aglomeração**

As relações estabelecidas entre Montes Claros e os municípios da aglomeração têm um forte significado rural, embora sejam predominantes as trocas baseadas no consumo urbano. Conforme destacado nesta pesquisa muitos comerciantes da aglomeração adquirem seus produtos em Montes Claros, no caso dos hortifrutigranjeiros esses são adquiridos principalmente na Central de Abastecimento do Norte de Minas - CEANORTE, mas também nos supermercados e atacadistas localizados em Montes Claros.

A Ceanorte de Montes Claros é o maior ponto de comercialização de produtos agrícolas na região Norte de Minas. A Ceanorte reúne a produção agrícola da região e é um importante centro de comercialização. Esse espaço se torna relevante ao possibilitar que produtores da região comercializem seus produtos e adquirem outros. Para os comerciantes da aglomeração a Ceanorte é o principal ponto de compra de produtos hortifrutigranjeiros que serão, posteriormente, por eles comercializados.

Conforme dados disponibilizados pela Ceanorte tem-se os municípios de origem dos produtores, quantidade de produtores que ali comercializam por municípios e os tipos de produtos. Em destaque os municípios da Aglomeração. (Quadro 25).

Quadro 25 - Montes Claros/MG: Produção na Central de Abastecimento do Norte de Minas-CEANORTE, 2011.

Municípios de Origem	Quantidade de Produtores	Tipo de Produto
Montes Claros	170	Hortaliças, Tomate, Chuchu, Abóbora, Jiló, Pimentão, Quiabo
Coração de Jesus	89	Tomate, Pimentão, Jiló, Berinjela, Moranga
Nova porteirinha	27	Banana, Limão, Goiaba, Mamão, Manga
Janaúba	23	Moranga, Banana, Limão, Mamão, Manga
Mocambinho	23	Goiaba, Manga, Limão, Mamão, Banana, Batata Doce
Pirapora	12	Laranja, Melão
Jaíba	17	Banana, Limão, Mamão, Manga
Monte Azul	12	Maracujá, Pinha, Banana, Limão, Mamão, Manga
Espinosa	8	Maracujá, Pinha, Coco Seco, Coco Verde
Glaucilândia	3	Quiabo
Capitão Enéas	2	Moranga, Coco
Juramento	5	Quiabo, Pimenta, Hortaliças
Francisco Sá	5	Alho, Cenoura, Beterraba, Maxixe
Botumirim	3	Abóbora
Itacambira	3	Abóbora

Fonte: Ceanorte, Fev.2011  
Org.: FRANÇA, I. S. de.; 2011.

Montes Claros possui o maior número de produtores cadastrados e a maior variedade de produtos na Ceanorte. Coração de Jesus, Glaucilândia, Capitão Enéas e Francisco Sá são municípios integrantes da aglomeração que comercializam seus produtos na Ceanorte, instalada em Montes Claros.

Do total de 403 produtores cadastrados na Ceanorte, 42% são oriundos do próprio município de Montes Claros. Os produtores dos outros municípios totalizam 233, equivalente a 58%. Destes, 105 são dos municípios da aglomeração, correspondendo a 45% do total de produtores da Ceanorte que não são do município de Montes Claros/MG.

Nesse sentido, no âmbito da aglomeração verifica-se também uma conexão entre alguns municípios da Aglomeração a partir da produtividade agrícola, tendo Montes Claros como o centro de venda e distribuição através da CEANORTE. Verifica-se ainda, conforme destacado anteriormente, que em todos os municípios da aglomeração os comerciantes adquirem os produtos hortifrutigranjeiros na Ceanorte. Estabelece-se assim uma troca entre Montes Claros e os municípios da aglomeração também no setor agrícola tanto do ponto de vista de consumo como de produção. As relações estabelecidas entre os municípios da Aglomeração nesse setor reforçam também a

ligação entre eles do ponto de vista de componentes rurais e não exclusivamente urbanos.

Em entrevista realizada com membros da administração da Ceanorte (Fevereiro de 2011), obteve-se as seguintes informações sobre o processo de comercialização:

- Os produtores dos municípios são pequenos, ou seja, vinculam-se a agricultura familiar;
- Os registros acima se referem a produtores cadastrados na Ceanorte cuja comercialização é freqüente e regular. Esses números oscilam dependendo da época de safra e de colheita;
- Os principais compradores dos produtos comercializados na Ceanorte têm como origem Montes Claros, municípios do Norte de Minas e do Sul da Bahia;
- Não há registros de produtores dos municípios de Bocaiúva, São João da Ponte, São João da Lagoa, Claro dos Poções, Mirabela e Patis, uma vez que estes raramente produzem, limitando sua produção à época de safras. Somando a participação desses municípios na produção total da Ceanorte, obtêm-se valores insignificantes.



Foto 18: Montes Claros/MG: Vista Panorâmica da CEANORTE.  
Autor: FRANÇA, I.S. Janeiro/2011

Montes Claros reúne características que a consolida como centro regional, as trocas estabelecidas com os municípios vizinhos é um fator determinante nesse processo.

O papel articulador e de intermediação, inerente a qualquer cidade média, tendo em vista suas dimensões, sua posição geográfica sempre estratégica e as funções que lhe são próprias, tem sido encarado como fundamental para a implantação, o desenvolvimento e a expansão de eixos e corredores de transportes e comunicações, de redes de todo tipo que possuam uma base espacial, [...]. (AMORIM FILHO, SERRA; 2001, p.29).

No processo de trocas agrícolas alguns alimentos são produzidos nos municípios da aglomeração, mas pelo fato da central de abastecimento se localizar em Montes Claros, comercializam nesta. Outra vez, a centralidade dessa cidade é assegurada e, com isso, intensificam-se as relações entre os municípios da aglomeração e Montes Claros nesse setor.

### **5.5.1.3 – Fluxos de transportes**

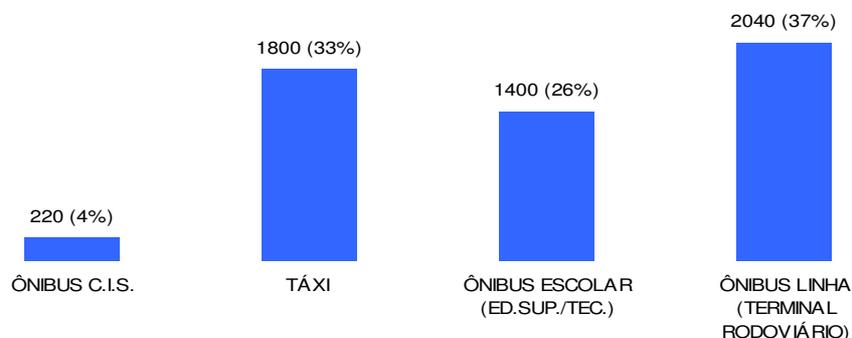
A análise dos meios de transportes utilizados pela população para se deslocar demonstra uma convergência entre os municípios da Aglomeração. Os meios de transportes são elementos cruciais no que se refere à articulação intermunicipal.

Por meio de dados colhidos com os representantes das prefeituras dos municípios da Aglomeração e entre os taxistas, identificou-se os tipos de transportes utilizados pela população para realizar o deslocamento diário para Montes Claros. Nas prefeituras foram obtidos os dados relativos ao número de ônibus do Consórcio Intermunicipal de Saúde (CIS), a quantidade de viagens diárias e o número de passageiros transportados. Também foram quantificados os ônibus escolares que realizam transporte para as faculdades, universidades e escolas técnicas e profissionalizantes de Montes Claros, a quantidade de viagens e estudantes transportados diariamente. As linhas de ônibus diárias e o fluxo de passageiros com destino à Montes Claros, foram identificados junto à administração do Terminal Rodoviário de Montes Claros. A quantidade de táxis que realizam o transporte intermunicipal foi obtida junto às prefeituras. A média de viagens e passageiros transportados diariamente foi obtida em entrevistas com taxistas de cada município.

Para o deslocamento diário da população para a cidade principal, Montes Claros, os meios de transportes mais utilizados foram o ônibus intermunicipal, o táxi

intermunicipal e os ônibus de educação superior e ensino técnico pertencentes aos municípios de origem da população.

Gráfico 87 - Aglomeração/Municípios do entorno de Montes Claros/MG: meios de transportes utilizados para migração pendular, 2011.



Fonte: Pesquisa Direta, 2011.  
Org.: FRANÇA, I.S. de., Jan.2011.

A maior parte da população da AUNNMG (37%), o que significa 2040 pessoas/dia, opta pelo transporte coletivo intermunicipal para realizar os deslocamentos para Montes Claros. Observa-se que na década atual houve um crescimento em viagens, linhas e número de passageiros do transporte intermunicipal. Os fluxos de passageiros que utilizam o transporte intermunicipal para se deslocarem diariamente para Montes Claros evidenciam a forte integração dos municípios.

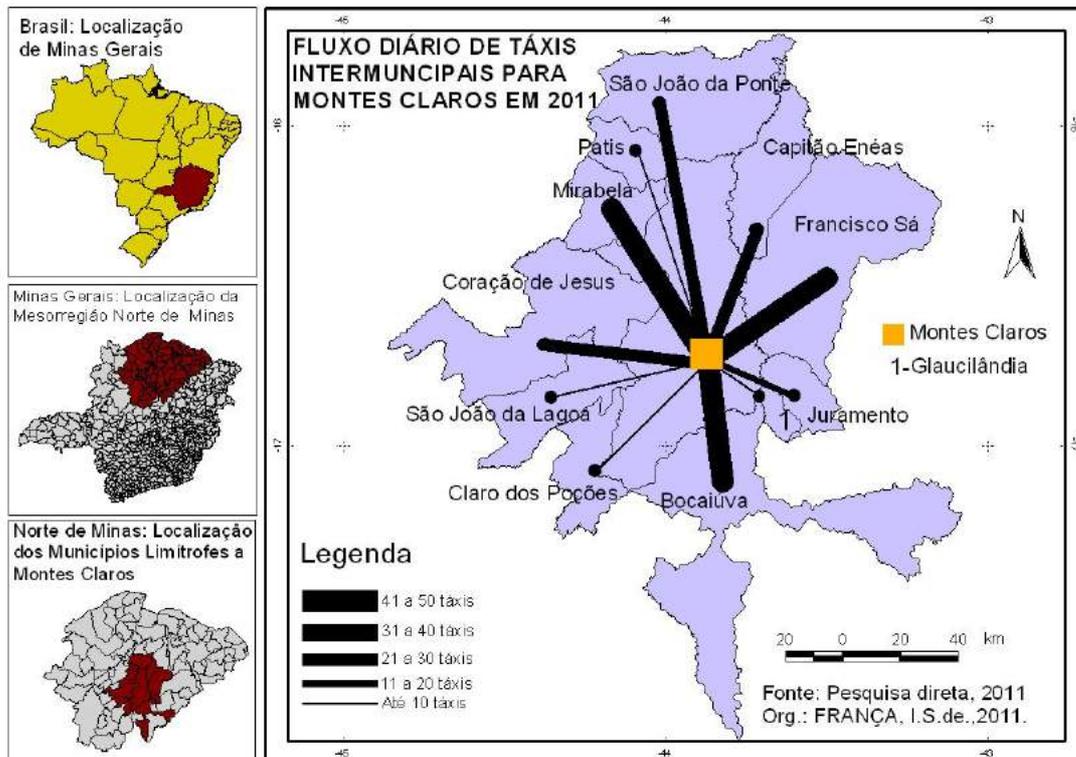
Os táxis intermunicipais (33%) também são responsáveis por parte expressiva dos deslocamentos diários no interior da Aglomeração. Verificou-se ainda que a população que deseja o consumo de bens e serviços e estudo ou trabalho em Montes Claros preferem o táxi como transporte para deslocamento.

Parte significativa da população que se desloca diariamente para Montes Claros é uma classe estudantil e trabalhadora que utiliza os ônibus convencionais ou “ônibus de educação superior e técnica” (24%) para realizar o deslocamento. Muitos estudantes não possuem condições financeiras para utilizar o automóvel particular. Eles trabalham no município de origem e estudam em Montes Claros, sobretudo, a noite. Nesse sentido, observa-se que há outras finalidades de deslocamento diário de população na Aglomeração para Montes Claros além do comércio, saúde, demais serviços públicos e trabalho.

O fluxo de pessoas na Aglomeração através do transporte intermunicipal de passageiros será debatido no próximo item. Os resultados obtidos ratificaram a intensidade de integração entre os municípios da aglomeração.

A migração pendular também ocorre não somente por motivo de trabalho e estudo, conforme já retratado aqui com os dados do IBGE em 2000. Ela também está associada ao consumo de produtos e outros serviços, inclusive relativos à área de saúde. Com o objetivo de analisar tais relações foram entrevistados taxistas que realizam o transporte intermunicipal de passageiros com o objetivo de identificar quais as motivações para o deslocamento diário de população.

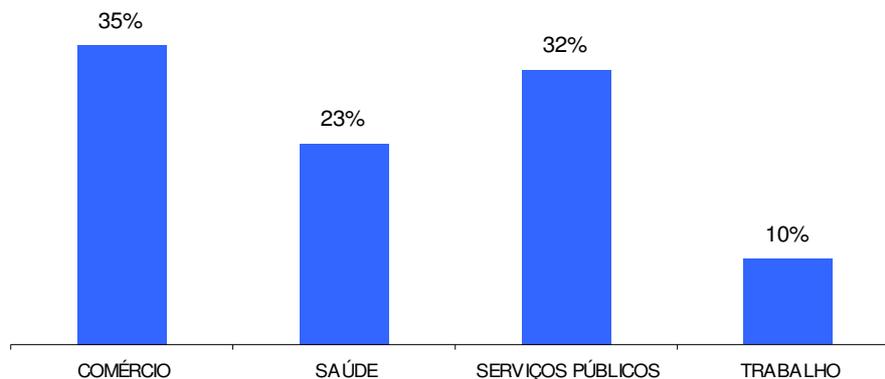
Mapa 40 – Fluxo diário de táxis intermunicipais para Montes Claros/MG, 2011.



Os taxistas foram abordados aleatoriamente nos locais costumeiros de embarque e desembarque na cidade de Montes Claros. Foram aplicadas 10 entrevistas por município em Janeiro de 2011.

Nesse sentido, os resultados das entrevistas apontaram:

Gráfico 88 - Aglomeração/Municípios do entorno de Montes Claros/MG: passageiros de táxi, motivo para migração pendular para Montes Claros, 2011.



Fonte: Pesquisa Direta, 2011.  
Org.: FRANÇA, I.S. de., Jan.2011.

As principais razões dos deslocamentos para Montes Claros são: comércio (35%), serviços públicos (32%) e saúde (23%).

Conforme já destacado nessa pesquisa, Montes Claros é o maior centro que dispõe de serviços especializados na região Norte de Minas. O consumo de bens e serviços especializados é responsável pelos movimentos pendulares existentes entre os municípios da Aglomeração. As relações intermunicipais favorecem a economia regional e, com isso, a consolidação da Aglomeração.

O setor de comércio (34%) se destaca entre os demais. Grande parte da população dos municípios vinculados a Aglomeração se desloca para Montes Claros diariamente para realizar compras diversas desde as mais simples às mais diversificadas.

Nos serviços públicos (33%) destaca-se o ensino superior. Montes Claros possui o maior número de instituições de ensino superior da região com universidades, faculdades e centros de educação tecnológica.

A UNIMONTES, maior IES instalada na cidade, tornou-se uma universidade regional, pois sua área de abrangência envolve não só o Norte do estado, mas também o Noroeste de Minas e o Vale do Jequitinhonha. A Unimontes dispõe de cursos superiores nas diversas áreas do conhecimento. Esses elementos ratificam a idéia de que o ensino

superior é um segmento importante no processo de aglomeração no Norte de Minas Gerais contribuindo para a integração entre os municípios.

Soma-se a isso, o atendimento de serviços vinculados a órgãos públicos federais e estaduais e instituições governamentais que estão sediados em Montes Claros como INSS, Receita Federal, Receita Estadual, Bancos, Ministério Público, Agências Regionais de Autarquia Pública, IEF, IGAM e IMA.

Também o setor de saúde (23%) motiva os deslocamentos diários de população dos municípios da Aglomeração para Montes Claros. Montes Claros desempenha funções de alta e média complexidade para o atendimento de demandas regionais, especialmente serviços médicos hospitalares. A cidade concentra a maior parte dos estabelecimentos de saúde, leitos hospitalares e procedimentos médicos especializados da região.

Os motivos para os deslocamentos são variados e os municípios da aglomeração são carentes de serviços públicos especializados, encontrados somente em Montes Claros. Assim, a população da AUMMG complementa seu consumo nesse município.

Conforme aqui destacado nos setores de comércio, serviços públicos e saúde a dependência em relação a Montes Claros é maior ocasionando a busca desses serviços nessa cidade e com isso, a intensificação das trocas entre as cidades da aglomeração.

Torna-se relevante destacar que a população que se desloca diariamente para Montes Claros otimiza tempo e custo ao realizar o consumo de bens e serviços diversos. Assim, o cidadão que chega a cidade para realizar um atendimento de saúde, por exemplo, aproveita a viagem para resolver alguma questão vinculada a um serviço público e ainda, pode fazer a feira do mês, adquirir mercadorias ou realizar negócios em geral. Nota-se então uma dinâmica intensa de relações econômicas e sociais culminando no processo de aglomeração entre esses municípios no Norte de MG. Nas palavras de Camagni (2005, p. 12): “Si se observa a la ciudad desde esta óptica, como espacio a la vez de relaciones funcionales-productivas y de relaciones jerarquico-distributivas, [...]”.

Um elemento importante para a configuração de uma aglomeração urbana são os meios de transportes, eles são fundamentais para a integração dos centros urbanos.

As empresas que detêm a concessão para realização do transporte coletivo entre os municípios da Aglomeração são Gontijo, Transnorte, Saritur e Xavier. Para se compreender os deslocamentos intermunicipais através do transporte intermunicipal de ônibus, realizou-se um levantamento dos fluxos de ônibus de Montes Claros para os demais municípios da aglomeração e o número de viagens por semana e mensal. As fontes dos dados foram a administração do terminal rodoviário de Montes Claros, as empresas de transporte intermunicipal de ônibus e seus respectivos sites.

Quadro 26 – Aglomeração: deslocamentos de ônibus intermunicipais, 2011.

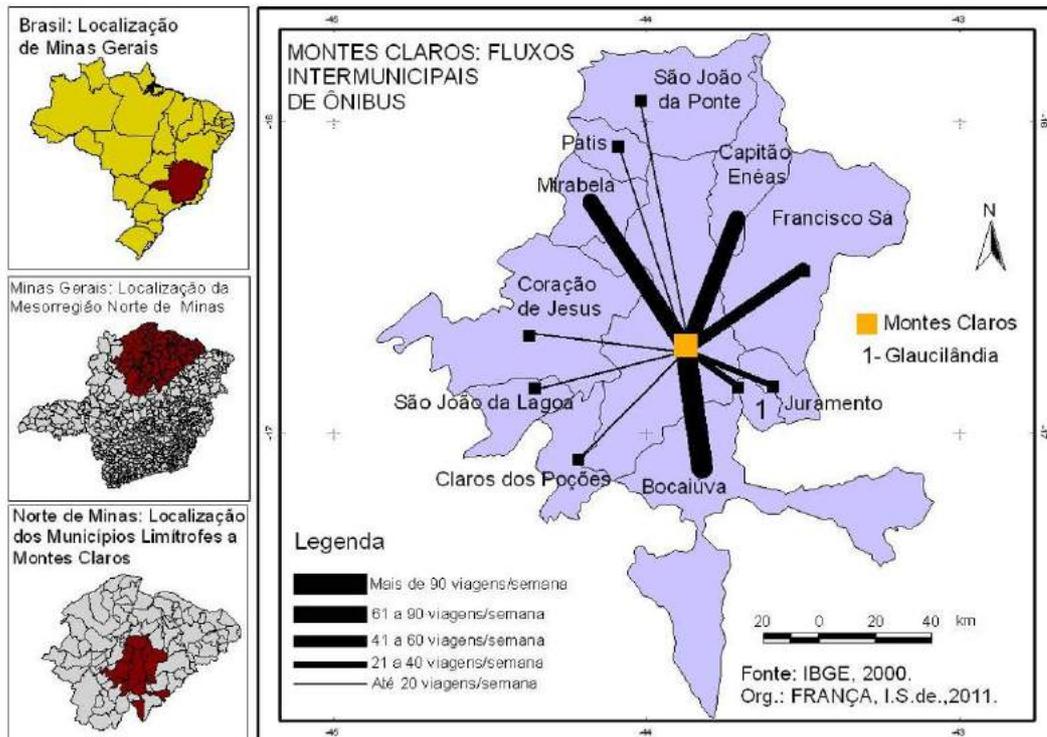
TRECHO	NÚMERO DE VIAGENS	
	SEMANA	MÊS
Montes Claros – Bocaiúva	105	420
Montes Claros – Juramento	26	104
Montes Claros – Glaucilândia	26	104
Montes Claros - Francisco Sá	58	232
Montes Claros – Capitão Enéas	75	300
Montes Claros – Mirabela	86	344
Montes Claros – Patis	6	24
Montes Claros – São João da Ponte	13	52
Montes Claros – Coração de Jesus	4	16
Montes Claros – São João da Lagoa	1	4
Montes Claros – Claros dos Poções	13	52

Fonte: Administração do Terminal Rodoviário de Montes Claros, Empresas de Transporte Intermunicipal de Ônibus e seus respectivos sites.

Org.: FRANÇA, I. S. de.; 2011.

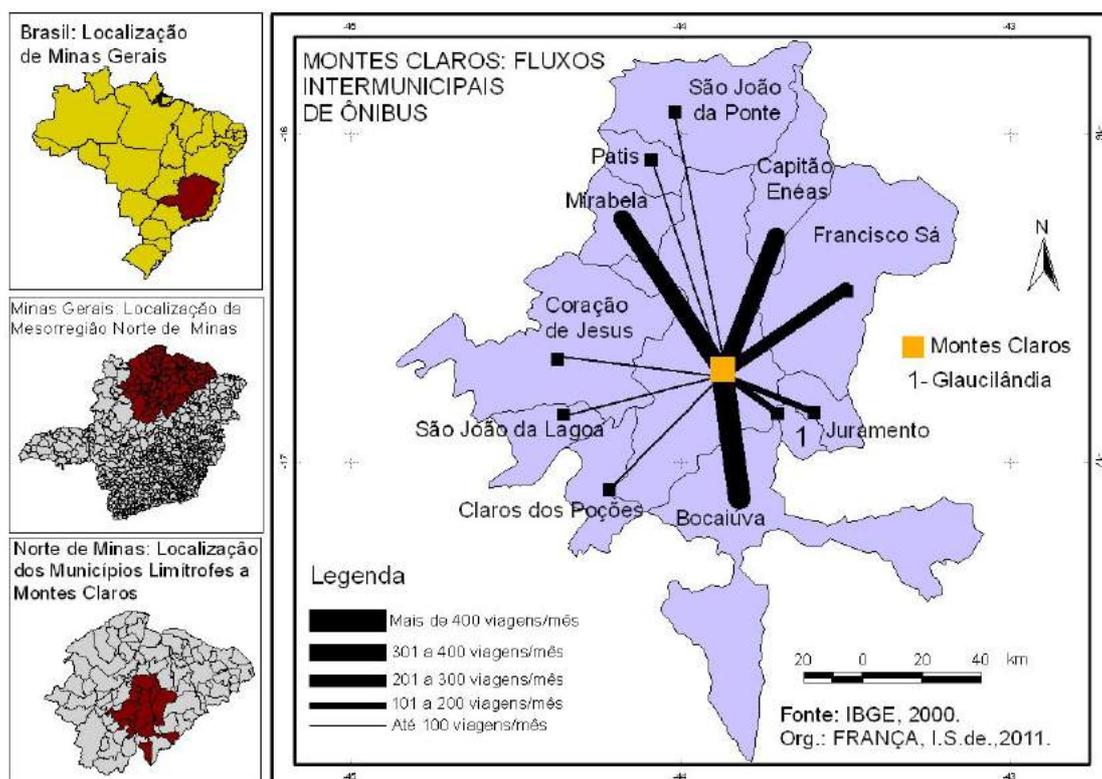
Verificou-se que há um maior número de viagens entre Montes Claros e Bocaiúva, Montes Claros e Mirabela, Montes Claros e Capitão Enéas e Montes Claros e Francisco Sá correspondendo a uma média de 80 viagens por semana. (Mapa 41).

Mapa 41 – Fluxo semanal de ônibus intermunicipais para Montes Claros/MG, 2011.



O mapa 42 retrata os fluxos intermunicipais de ônibus entre Montes Claros e os municípios da Aglomeração considerando o número de viagens por mês.

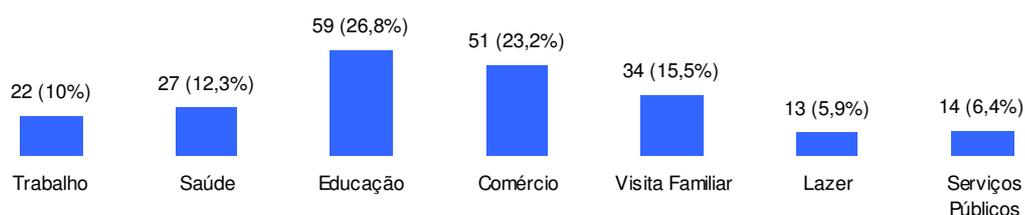
Mapa 42 – Fluxo mensal de ônibus intermunicipais para Montes Claros/MG, 2011.



Assim como os resultados do Banco de Dados do IBGE (2000) sobre a migração pendular na Aglomeração, verificou-se que os fluxos de pessoas realizados pelo transporte intermunicipal de ônibus são mais intensos entre Montes Claros e Bocaiúva, Montes Claros e Mirabela, Montes Claros e Capitão Enéas e Montes Claros e Francisco Sá. Ou seja, há uma correspondência entre esses resultados, da mesma forma que os deslocamentos diários são menos expressivos entre Montes Claros e São João da Lagoa e Montes Claros e Patis.

Foram entrevistados 220 passageiros no desembarque do terminal rodoviário de Montes Claros, sendo 20 questionários por município da Aglomeração. O gráfico X demonstra a motivação para a viagem à Montes Claros/MG, declarada pelo passageiro no momento do desembarque.

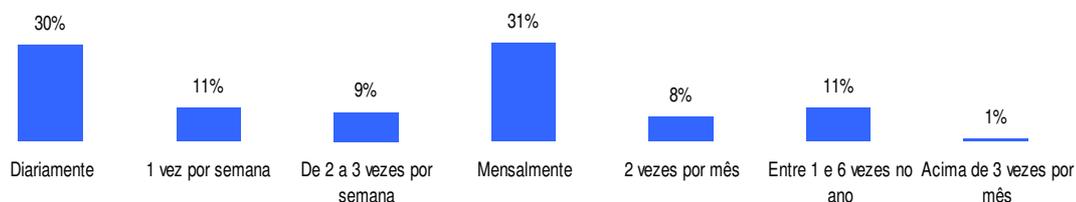
Gráfico 89 - Aglomeração/Municípios do entorno de Montes Claros/MG: passageiros de ônibus intermunicipal, motivo para migração pendular para Montes Claros, 2011.



Fonte: Pesquisa direta, 2011  
Org.: FRANÇA, I.S.de.,2011.

Deve-se destacar que os principais motivos do deslocamento até Montes Claros são educação e comércio. São importantes, também, a visita familiar, o acesso à saúde e o trabalho. Foi perguntado ao passageiro sobre a frequência de suas viagens à Montes Claros, com o objetivo de investigar a intensidade dos fluxos e interações, através do transporte intermunicipal por ônibus.

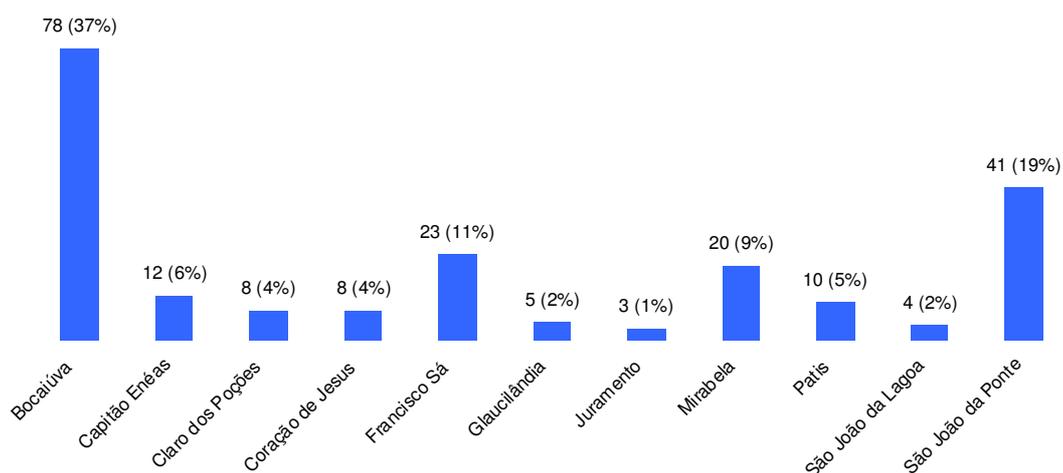
Gráfico 90 - Aglomeração/Municípios do entorno de Montes Claros/MG: passageiros de ônibus intermunicipal, frequência do deslocamento para Montes Claros, 2011.



Fonte: Pesquisa direta, 2011  
Org.: FRANÇA, I.S.de.,2011.

Nota-se a grande freqüência dos deslocamentos: 30% dos entrevistados disseram viajar diariamente para Montes Claros e 11% pelo menos uma vez por semana. Nesse sentido, o acesso à educação e ao comércio se destacam na motivação e na intensidade dos fluxos de população em direção ao município central da aglomeração. Pesquisou-se, também, os fluxos de carros de passeio vindos dos municípios da aglomeração em direção a Montes Claros/MG. Essa iniciativa objetiva complementar a análise dos fluxos de população.

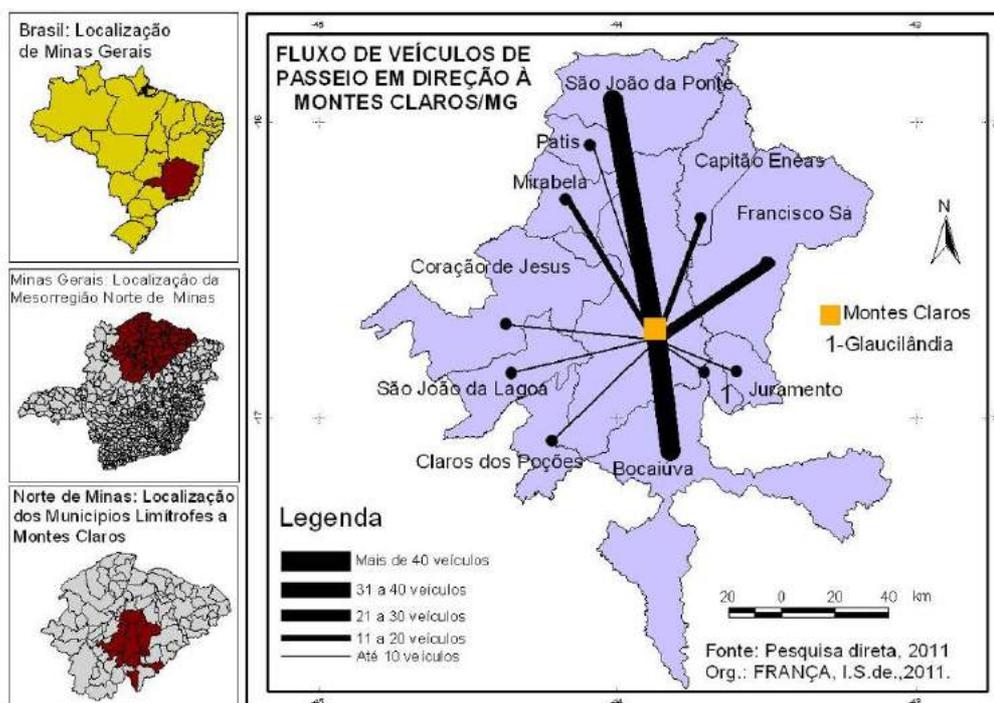
Gráfico 91 - Aglomeração/Municípios do entorno de Montes Claros/MG: veículos de passeio, freqüência diária do deslocamento para Montes Claros, 2011.



Fonte: Pesquisa direta, 2011

Org.: FRANÇA, I.S.de., 2011.

Mapa 43 – Fluxo diário de veículos de passeio para Montes Claros/MG, 2011.



A observação foi realizada nas rodovias que dão acesso à Montes Claros, em um dia da semana (segunda a sexta), durante duas horas no início da manhã e duas horas no início da tarde, totalizando 212 veículos de passeio registrados. Destaca-se os municípios de Bocaiúva (37%) e São João da Ponte (19%).

Certamente, os meios de transportes são importantes referências para dimensionar o movimento pendular na Aglomeração. Eles desempenham importante papel na dinâmica regional da Aglomeração ao articular os fluxos de pessoas, mercadorias e veículos. A infraestrutura de transportes possibilita os fluxos diversos e a interligação entre as áreas urbanas e rurais municipais. Notou-se que os fluxos entre Montes Claros e os municípios da Aglomeração são intensos e cada vez mais crescentes, demonstrando o alto grau de articulação entre elas.

A migração rural-urbana, o avanço da industrialização e da urbanização, culminaram no crescimento das cidades da aglomeração e na estruturação do espaço regional. Deve-se destacar ainda que as transformações na base econômica dos municípios refletiram na organização espacial da região, da Aglomeração.

### 5.5.2 - Iniciativas de ação conjunta entre os municípios: a visão do poder público municipal

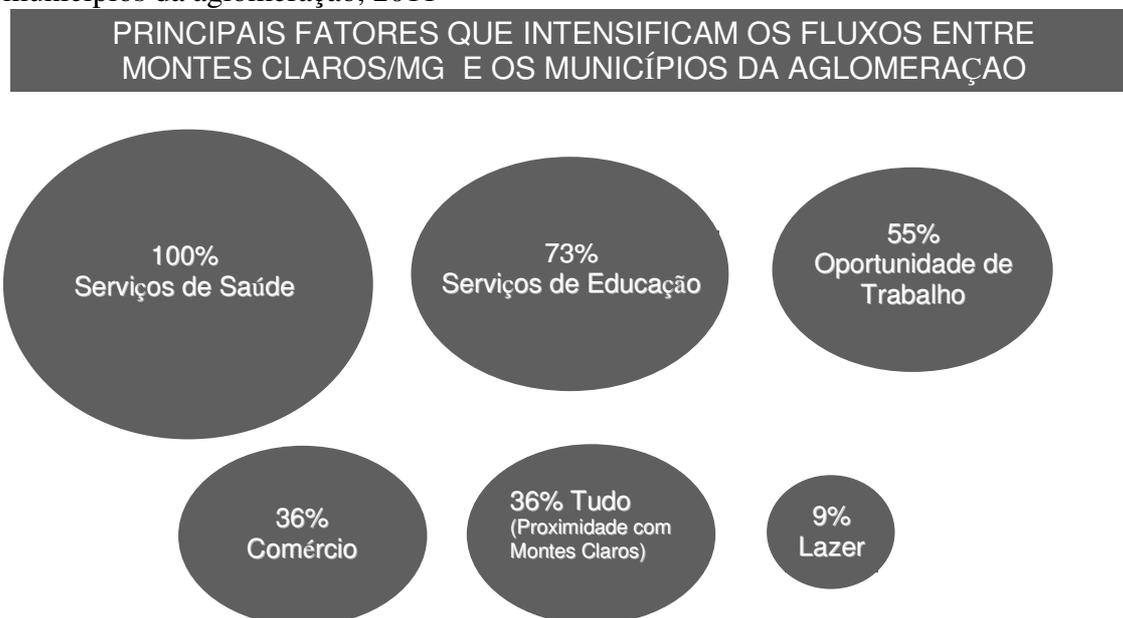
Ainda sobre a interação entre os municípios da Aglomeração, diagnosticou-se as relações estabelecidas entre eles na perspectiva do planejamento de suas ações com vistas à articulação das políticas públicas e da infraestrutura regional. Para isso, realizou-se entrevistas com representantes do poder público municipal (Secretários de Planejamento, Chefes de Gabinete ou Assessores) de cada município da Aglomeração. Objetivou-se com isso, identificar as relações estabelecidas entre Montes Claros e os demais municípios da aglomeração nas áreas de saúde, educação, comércio, trabalho, turismo, lazer, infra-estrutura e outros. De acordo com os entrevistados as principais relações estabelecidas entre os municípios e Montes Claros são nas áreas de saúde, educação, trabalho e comércio.

Quadro 27: Gestores Municipais: Opinião sobre as interações entre os municípios e Montes Claros, 2011

Município	Função do Gestor	Opinião sobre as Interações entre o município e M.Claros
Bocaiúva	Chefe de Gabinete	Intensa relação: convênios na área de saúde, deslocamento diário de estudantes universitários, cursos/atividades de gestão e capacitação.
Coração de Jesus	Secretário de Gabinete	Montes Claros oferece os serviços diversos que o município de Coração de Jesus não tem capacidade de resolver.
São João da Lagoa	Assessora de Comunicação	Deslocamento de pessoas para Montes Claros a procura de trabalho com melhores salários. Estudantes universitários deslocam diariamente para Montes Claros. Capacitação de mão-de-obra que depois pode ficar no município.
Glaukilândia	Assessora Administrativa	Migração de jovens para trabalhar em Montes Claros. O setor de Saúde depende 90% de Montes Claros. Há interações fortes também no Comércio e na Educação. A proximidade entre os dois municípios intensifica esta relação.
Claro dos Poções	Chefe de Gabinete	As cidades do entorno são satélites de Montes Claros. Dependência nas áreas de saúde, educação, trabalho e lazer.
Francisco Sá	Secretário de Administração	Proximidade com Montes Claros intensifica a relação nas áreas de saúde, educação, comércio e trabalho.
Capitão Enéas	Chefe de Gabinete	A interação é muito grande entre os dois municípios. Capitão Enéas tem realizado tentativas de medidas em diversas áreas: saúde, educação e segurança, para desafogar Montes Claros.
São João da Ponte	Secretária de Administração	A interação é maior na área da saúde.
Juramento	Secretária de Meio Ambiente	Tudo o que não encontramos aqui há fácil acesso em Montes Claros em função da proximidade.
Patis	Secretário de Administração	A interação se dá principalmente na área de saúde. Achamos em Montes Claros uma estrutura que nos atende.
Mirabela	Chefe de Gabinete	Interação na área de saúde. No mercado de trabalho, pois Mirabela não tem condições de empregar toda a sua população.

Fonte: Pesquisa Direta, 2011  
Org.: FRANÇA, I. S. de.; 2011.

Figura 47: Principais fatores que intensificam os fluxos entre Montes Claros e os municípios da aglomeração, 2011



Fonte: Pesquisa Direta, 2011  
Org.: FRANÇA, I. S. de.; 2011.

A proximidade foi apontada de forma significativa por muitos entrevistados como crucial para o estabelecimento das relações entre os municípios e Montes Claros. Com isso, observa-se que na aglomeração urbana descontínua de Montes Claros as distâncias intermunicipais reforçam os fluxos ali existentes, principalmente entre Montes Claros e os municípios mais próximos e frágeis economicamente, como é o caso de Juramento, Glaucilândia e São João da Lagoa.

Em entrevista, o secretário municipal de Planejamento de Montes Claros, Marcos Fábio Martins de Oliveira, pontuou a interação entre Montes Claros os municípios da aglomeração, para ele “Montes Claros faz o papel de representantes, cabeça do Estado, na região Norte de Minas. Isso traz para Montes Claros fluxos, positivos, que contribuem para o desenvolvimento da cidade”.

No caso da saúde, existe a formalização da interação através dos tratamentos de alta, média e baixa complexidade.

Do ponto de vista privado Montes Claros é um grande receptor de estudantes das cidades vizinhas, seja do ensino médio, de cursos profissionalizantes, escolas técnicas, cursinhos e pré vestibulares, além do ensino superior. Há dois tipos de fluxos: o itinerante, ou seja, as pessoas vão e voltam todos os dias, há uma quantidade significativa numa média de 30 a 40 ou 50 ônibus por dia.

Existe também uma grande quantidade de pessoas da região que mantém casa em Montes Claros seja por questão de saúde, lazer, mas principalmente por questão de educação. Trata-se de um fluxo considerável de pessoas onde uma boa parte da população acaba se fixando em Montes Claros. É uma migração boa por que são pessoas que tem emprego e renda, nível de educação. São pessoas que vêm contribuir com Montes Claros.

Há muitas pessoas da região que vem a Montes Claros resolver problemas administrativos, de funcionalismo público na Superintendência de Ensino, na Secretaria de Estado e Educação, no IPSEMG. São funcionários públicos que vêm resolver a sua vida administrativa aqui em Montes Claros. As pessoas vêm tomar empréstimos ou informações no Banco do Nordeste. Ou seja, a maioria dos órgãos do Estado tem sede em Montes Claros.

Para se compreender o consumo do serviço de saúde médico hospitalar especializado dos municípios da Aglomeração em Montes Claros, foi solicitado ao representante da prefeitura que dissesse sobre a infraestrutura de saúde de cada município. Obteve-se os seguintes resultados.

Quadro 28 – Aglomeração: estrutura de saúde dos municípios do entorno de Montes Claros, 2011.

Município	SAMU Local	SAMU regional	U.B.S.	P.S.F.	Hospital Média Complexidade	Hospital Alta Complexidade
Bocaiúva	Base Local	Montes Claros	SIM	SIM	SIM	Montes Claros
Capitão Enéas	Base Local	Montes Claros	SIM	SIM	SIM	Montes Claros
Claro dos Poções	Base Montes Claros	Montes Claros	SIM	SIM	Montes Claros	Montes Claros
Coração de Jesus	Base Local	Montes Claros	SIM	SIM	SIM	Montes Claros
Francisco Sá	Base Local	Montes Claros	SIM	SIM	SIM	Montes Claros
Glaucilândia	Base Montes Claros	Montes Claros	SIM	SIM	Montes Claros	Montes Claros
Juramento	Base Montes Claros	Montes Claros	SIM	SIM	Montes Claros	Montes Claros
Mirabela	Base Montes Claros	Montes Claros	SIM	SIM	SIM	Montes Claros
Patis	Base Brasília de Minas	Montes Claros	SIM	SIM	Brasília de Minas	Montes Claros
São João da Lagoa	Base Coração de Jesus	Montes Claros	SIM	SIM	Coração de Jesus	Montes Claros
São João da Ponte	Base Local	Montes Claros	SIM	SIM	Brasília de Minas	Montes Claros

Fonte: Pesquisa Direta, 2011.  
Org.: FRANÇA, I.S. 2011.

Através do levantamento da infraestrutura e dos equipamentos de saúde verificou-se que há poucos estabelecimentos de saúde nos municípios da aglomeração. Apenas Bocaiúva, Francisco Sá, Coração de Jesus, Capitão Enéas e Mirabela têm hospital municipal. Em São João da Ponte há uma Fundação de Saúde. Em todos os municípios da Aglomeração há serviços médicos, farmacêuticos e odontológicos públicos e particulares, com exceção de Glaucilândia. Este também é o único município da aglomeração que não possui laboratório de análises clínicas. Em todos os municípios há postos de saúde com atendimentos menos complexos e preventivos e desenvolvem o Programa de Saúde da Família - PSF.

Quadro 29 – Aglomeração: estrutura de saúde instalada em todos os municípios, 2011.

Município	Estabelecimento/Hierarquia			
	Atenção Básica	Média Complexidade	Alta Complexidade Ambulatorial (Habilitado)	Alta Complexidade Hospitalar (Habilitado)
Montes Claros	110	258	68	6
Bocaiúva	16	17	1	1
Capitão Enéas	12	4	2	1
Coração de Jesus	8	6	1	1
Mirabela	6	2	1	1
Francisco Sá	12	4	1	1
São João da Ponte	14	3	1	1
Claro dos Poços	6	3	0	0
Juramento	4	0	1	0
Patis	1	1	0	0
São João da Lagoa	2	1	0	0
Glaucilândia	5	1	0	0

Fonte: DATASUS – CNES, 2011.

Org.: FRANÇA, I.S. de. 2001.

França et al (2010) analisou a centralidade econômica de Montes Claros na região Norte de Minas por sua infraestrutura em serviços. No setor da saúde o referido estudo<sup>67</sup> demonstrou que “é estabelecida uma forte relação de dependência dos municípios norte-mineiros em relação à Montes Claros que manifesta-se, dentre outras formas, pela quantidade de fluxos de pessoas e veículos que buscam estes serviços nesta cidade”.

<sup>67</sup> Para entender os motivos dos vários fluxos com destino à Montes Claros e as relações decorrentes deste processo, a busca de serviços em saúde na perspectiva dos pacientes, foi realizada, no período de 14 a 17 de agosto de 2009, uma entrevista com os mesmos. Foram entrevistadas 100 pessoas nas imediações da Santa Casa de Montes Claros, mais precisamente na rua Cel. Luiz Pires, ponto de chegada e partida dos veículos que realizam transporte de pacientes que chegam a Montes Claros para tratamentos de saúde. Através desta entrevista, torna-se possível traçar um perfil destes pacientes que configuram parte de uma população flutuante, comum na cidade. Para detalhamento consultar: FRANÇA, Iara Soares de., et. al. Pesquisa Perfil Intra-Urbano de uma Cidade Média: Estudo de Montes Claros/MG desenvolvida pelos autores na Universidade Estadual de Montes Claros/UNIMONTES, com financiamento FAPEMIG (Edital Demanda Universal/FAPEMIG, 2008/2010).

Os tipos de transportes utilizados pela população que se destina para Montes Claros para o atendimento em saúde foram identificados pelos autores:

São ambulâncias, táxis, veículos próprios ou fretados e microônibus de consórcios regionais de saúde que trazem à cidade uma gama de pessoas que vem usufruir dos serviços especializados em consultas, exames, cirurgias e tratamentos médicos em geral. (FRANÇA et al, 2010, Relatório Final de Pesquisa).

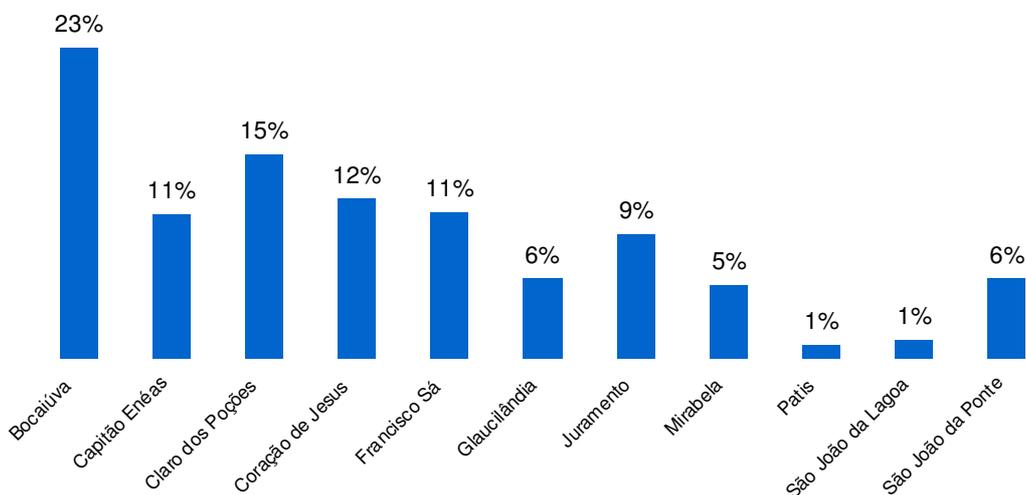
Conclui-se que o atendimento médico-hospitalar realizado nesses municípios é de baixa ou média complexidade. O setor de saúde de Montes Claros se distingue daquele das demais cidades da aglomeração pela quantidade, variedade e, sobretudo, especialidade disponível. Assim, as cidades da Aglomeração que não são dispõem desses serviços os buscam em Montes Claros o que ratifica seu forte raio de atração no setor de saúde. Ao realizarem parcerias com Montes Claros para atendimento, especialmente, de média e alta complexidade, os municípios se tornam altamente dependentes da pactuação com Montes Claros para o atendimento da população nos três principais hospitais da cidade: Santa Casa de Misericórdia, Universitário Clemente de Faria e Aroldo Tourinho.

Outra forma de averiguar a centralidade de Montes Claros no Norte de Minas Gerais no setor de saúde foi através do número de atendimentos de população da região nos hospitais na cidade. Para esta análise realizou-se uma pesquisa sobre o registro de atendimento de pacientes no ano de 2010 nos três principais hospitais da cidade: Aroldo Tourinho, Universitário Clemente de Faria e Santa Casa de Misericórdia. Essas informações são referentes aos onze municípios da aglomeração, com exceção de Montes Claros. Os referidos dados foram disponibilizados pela administração dos hospitais através do SAME (Serviço de Atendimento Médico e Estatística). O número de atendimentos de pacientes dos municípios da aglomeração foi agrupado considerando a base de dados disponível nos hospitais. Ressalta-se que o registro dessa informação no SAME dos hospitais refere-se ao local de origem do paciente, ou seja, sua procedência, e não o local de nascimento. Desta forma, esses dados atendem as finalidades deste estudo ao se referirem ao deslocamento de população dos pequenos municípios da Aglomeração para atendimento de serviço médico hospitalar em Montes Claros.

Em 2010, Bocaiúva, Claro dos Poções, Coração de Jesus e Capitão Enéas foram as cidades da aglomeração com maior número de atendimentos nos hospitais de Montes

Claros, correspondendo, respectivamente: 23%, 15%, 12% e 11% de um total de 16.035 atendimentos naquele ano. (Gráfico 91).

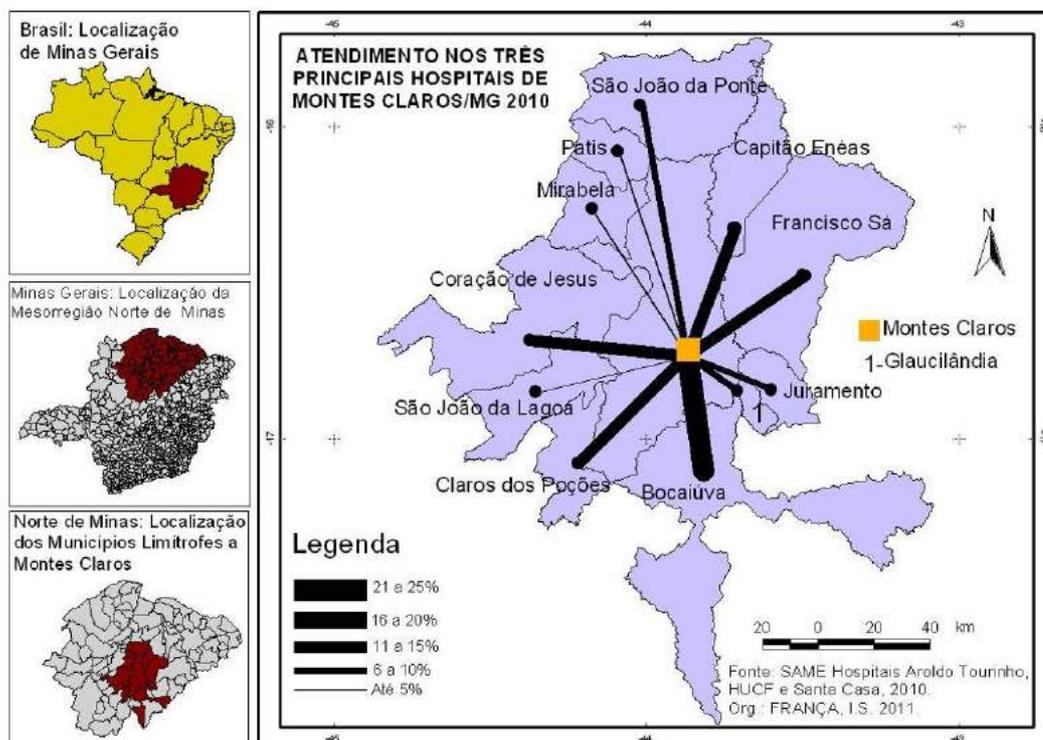
Gráfico 92 - Aglomeração/Municípios do entorno de Montes Claros/MG: atendimento nos três principais hospitais de Montes Claros, 2010.



Fonte: SAME Hospitais Aroldo Tourinho, HUCF e Santa Casa, 2010.

Org.: FRANÇA, I.S. 2011.

Mapa 44 – Atendimento nos três principais hospitais de Montes Claros/MG, 2010.



O atendimento de população da Aglomeração corresponde a aproximadamente 5% do atendimento total geral nos três principais hospitais de Montes Claros. O total dos atendimentos nos hospitais Aroldo Tourinho, Clemente de Faria e Santa Casa no ano de 2010 foi equivalente a 358.319. Deste total, 52.720 (14,72%) referem-se ao atendimento de pessoas provenientes de todas as cidades do Norte de Minas, o que revela a grande procura de serviços de saúde no âmbito regional na cidade de Montes Claros. Conforme já apresentado, no âmbito da aglomeração os atendimentos nos três principais hospitais de Montes Claros representaram aproximadamente 5% do atendimento total da Região Norte de Minas.

Na área da Educação as trocas entre os municípios da aglomeração e Montes Claros referem-se, sobretudo, ao ensino superior e técnico. A população das pequenas cidades da aglomeração se desloca diariamente ou temporariamente para Montes Claros, centro urbano mais próximo e mais dinâmico da região Norte de Minas, em busca de formação superior e técnica especializada (graduação e pós-graduação). O quadro 30 demonstra a centralidade de Montes Claros/MG em relação à oferta de serviço de educação superior. De fato, na aglomeração, além de Montes Claros/MG, somente o município de Bocaiúva oferece curso de graduação e pós-graduação lato sensu presenciais. Outros três municípios (Francisco Sá, Coração de Jesus e São João da Ponte) disponibilizam cursos superiores, porém, apenas na modalidade educação à distância (EAD). Assim, sete municípios que compõem a aglomeração não dispõem do serviço de educação superior, sendo que a população desses locais se desloca, principalmente para Montes Claros/MG para consumirem esse serviço.

Quadro 30 – Aglomeração: síntese educação superior, 2011.

Município	Quantidade de IES	Nível/Modalidade			
		Graduação (Presencial)	Graduação (EAD)	Pós-graduação lato-sensu	Pós-graduação stricto-sensu
Montes Claros	13	131	30	120	12
Bocaiúva	4	4	9	2	0
Francisco Sá	1	0	3	1	0
Coração de Jesus	1	0	5	0	0
São João da Ponte	2	0	5	0	0
Total	21	135	53	123	12

Fonte: Ministério da Educação, 2011.

Conforme demonstrado através dos depoimentos dos representantes do poder público, a situação do Ensino Superior nos municípios da Aglomeração é:

- Francisco Sá tem um Pólo da UNIMONTES UAB (graduação à distância)
- Bocaiúva possui um campus da Unimontes que oferece os cursos de Graduação em Química e Física. A RIMA industrial possui convênio com a Faculdade de Ciências e Tecnologia \_FACIT de Montes Claros intermediado pela prefeitura Municipal de Bocaiúva para o oferecimento de cursos superiores aos seus funcionários. Há parceria do município com a Universidade Luterana do Brasil \_ULBRA para qualificação de professores com cursos de graduação. Há também parceria do município com a Sociedade Educacional de Santa Catarina \_SOCIESC em cursos de pós-graduação para professores
- Patis possui um Curso Técnico de Enfermagem em parceria com a UNIMONTES
- São João da Ponte possui convênio com o Instituto Superior de Educação Ibituruba \_ISEIB para Capacitação de Comunidades Quilombolas, convênio a Universidade Federal de Viçosa \_UFV em cursos de pós-graduação para professores, convênio com a UNIMONTES na Pós Graduação Mídias e com o Sistema Educacional \_EADCON que oferece os cursos de graduação à distância em Serviço Social, Letras Português e Espanhol e Administração
- A Prefeitura de Juramento através da Secretaria Municipal de Educação possui convênio com a Universidade Norte do Paraná \_UNOPAR que oferece cursos de graduação (licenciatura) para servidores municipais.

Os demais municípios da aglomeração; Capitão Enéas, Francisco Sá, Claro dos Poções, Glaucilândia e São João da Lagoa não possuem nenhuma IES ou ensino técnico. Conforme os entrevistados, todos os municípios da aglomeração utilizam a infraestrutura de ensino superior e técnico instalada em Montes Claros. Destaca-se os deslocamentos diários de pessoas em ônibus, microônibus, vans, além de carros particulares para Montes Claros com a finalidade de estudo. Verifica-se dessa forma, que a articulação entre Montes Claros e os demais municípios da Aglomeração na área de educação superior é bastante intensa, pois Montes Claros concentra os cursos superiores e técnicos no interior da Aglomeração.

França et al (2010)<sup>68</sup> identificaram a interrelação de Montes Claros com os municípios vizinhos ao pesquisar sua centralidade no Norte de Minas Gerais por meio da infraestrutura que possui no setor de educação superior<sup>69</sup>.

Uma das questões indagadas aos entrevistados referia-se ao meio de transporte utilizado para o deslocamento diário até Montes Claros. Os ônibus de educação superior e técnica foram apontados como os meios de transportes mais utilizados pelos estudantes.

No que se refere ao tipo de deslocamento, 98% dos pesquisados realizam o deslocamento para Montes Claros de ônibus por ser mais viável e de baixo custo, enquanto somente 2% se deslocam de carro próprio. Assim foi possível compreender, que os estudantes preferem fazer o deslocamento todos os dias - da sua cidade de origem até Montes Claros - do que estabelecerem moradia na cidade. (FRANÇA et al, 2010, Relatório Final de Pesquisa).

Acrescenta-se ainda que a maior parte das prefeituras dos municípios disponibiliza o transporte para os estudantes se deslocarem até Montes Claros. Alguns municípios da Aglomeração possuem associação de estudantes. Conforme os entrevistados têm-se:

Em Claro dos Poções e Mirabela o transporte de estudantes para Montes Claros é subsidiado pela prefeitura. Em ambos há associação de estudantes e em Mirabela há também dois ônibus particulares. Em Glaucilândia, Juramento e Capitão Enéas há cooperativas de alunos, que atuam em parceria com as prefeituras municipais para o atendimento do Ensino Superior em Montes Claros. Em Bocaiúva há uma Associação de Estudantes e é a mesma que custeia os gastos para o transporte de educação superior em Montes Claros. Coração de Jesus tem duas associações de estudantes, mas ambas são particulares. Francisco Sá e Patis não possuem Associação de Estudantes. Não se obteve essas informações nos municípios de São João da Lagoa e São João da Ponte.

---

<sup>68</sup> FRANÇA, Iara Soares de., et. al. Pesquisa Perfil Intra-Urbano de uma Cidade Média: Estudo de Montes Claros/MG desenvolvida pelos autores na Universidade Estadual de Montes Claros/UNIMONTES, com financiamento FAPEMIG (Edital Demanda Universal/FAPEMIG, 2008/2010).

<sup>69</sup> Os autores aplicaram questionários aos estudantes em sala de aula das seguintes Instituições de Ensino Superior: Universidade Estadual de Montes Claros (UNIMONTES), Faculdades Unidas do Norte de Minas (FUNORTE) e Faculdades Santo Agostinho, que realizam o deslocamento pendular em busca de educação superior em Montes Claros Para a aplicação dos questionários foram abordados 140 estudantes. Na UNIMONTES e na FUNORTE foram aplicados 50 questionários e nas Faculdades Santo Agostinho 40. Para tanto, utilizou-se o método de amostragem não-probabilística visando apenas o caráter qualitativo da pesquisa. A pesquisa foi realizada entre os dias 31 de agosto a 04 de setembro de 2009, no turno da noite, por ser o horário mais significativo em que Montes Claros é receptora da pendularidade de estudantes universitários.

Através dos depoimentos dos representantes das prefeituras verificou-se que nos ramos de comércio e prestação de serviços há uma grande dependência dos municípios da Aglomeração em relação a Montes Claros. O capítulo 4 desta pesquisa que apresentou o levantamento da infraestrutura em comércio e serviços nos municípios da aglomeração mostrou a baixa diversidade e especialidade nestes setores, onde os municípios possuem apenas produtos e serviços que a população necessita no seu cotidiano. Demonstrou-se que as atividades econômicas nessas cidades são basicamente constituídas por um comércio de produtos básicos, serviços pouco especializados e de primeira necessidade. A prestação de serviços é ainda mais incipiente e limitada. De todos os municípios da Aglomeração apenas Bocaiúva, além da cidade principal, possui o setor terciário mais dinâmico, por exemplo, possuem Câmara de Dirigente Lojistas - CDL.

Em função disso, é muito grande a procura de comércios e serviços especializados em Montes Claros. Ao discutir os fluxos econômicos que se processam entre Montes Claros e os municípios da aglomeração evidenciou a forte interação econômica entre eles. Também a partir dos depoimentos dos representantes do poder público municipal de cada município da aglomeração essa idéia foi confirmada. Destacam-se alguns depoimentos:

O Chefe de Gabinete da Prefeitura de Coração de Jesus declarou que “Os comerciantes da área de supermercados e mercearia compram diariamente nos atacadistas de Montes Claros - Villefort, Makro, Max”.

Em Capitão Enéas o Chefe de Gabinete da Prefeitura Municipal também ratificou a relação comercial entre o município e Montes Claros: “Há muita relação com o comércio de Montes Claros, especialmente os atacadistas”.

Em Patis o secretário municipal de administração afirmou: “Interage mais com Montes Claros através de fornecedores e atacadistas”.

Em São João da Lagoa a Secretária Municipal de Cultura, Esporte, Lazer e Turismo descreveu a dinâmica do comércio local: “A zona rural do município compra aqui, com os supermercados e os preços acessíveis...não tem gasto. Para compras mais especializadas, o pessoal vai mais para Montes Claros do que para Coração de Jesus”.

Sobre a concorrência do comércio local com Montes Claros, a entrevistada declarou:

As coisas daqui são mais baratas do que em Montes Claros, para consumir em Montes Claros tem gastos de gasolina e táxi. A compra de gêneros alimentícios é feita nos supermercados, mas a compra especializada é em Montes Claros.

Nas áreas de turismo, lazer, esportes e infraestrutura verificou-se a partir do depoimento dos representantes das prefeituras que há pouca ou nenhuma interação entre os municípios da aglomeração com Montes Claros. As parcerias são pequenas. Observou-se que os municípios da Aglomeração possuem mais parcerias com outros municípios vizinhos do que com a cidade principal da Aglomeração, Montes Claros. Ficou evidente que a parceria dos municípios com Montes Claros por meio do poder público local acontece somente no setor de saúde.

Sabe-se que há uma interação cultural entre Montes Claros e os municípios da Aglomeração e vice-versa, por exemplo, a população de Montes Claros que se desloca para usufruir o balneário em Juramento aos finais de semana e feriados. Muitas pessoas de Montes Claros participam da Festa da Carne de Sol em Mirabela. São duas formas de interação entre o centro da Aglomeração para os municípios que são constantes fazendo parte da tradição dessas cidades. As festas realizadas em Montes Claros também ilustram este processo. Ademais, a população dos municípios da aglomeração participa de vários eventos artísticos e culturais realizados em Montes Claros, tais como a Festa do Pequi, Exposição Agropecuária de Montes Claros - Expomontes, Carnaval extemporâneo de Montes Claros - Carnamontes e Axé Montes, e Feira Nacional de Indústria, Comércio e Serviços - FENICS.

Em Juramento há um balneário cuja administração é feita pela prefeitura com recursos próprios. Conforme o entrevistado: “O balneário lota todos os finais de semana (bares e áreas próximas), sua localização é próxima a Montes Claros, vem muitas pessoas de lá que aproveitam mais do Balneário do que o povo de Juramento...”

São João da Lagoa integra a AMESF – Associação dos Municípios da Bacia do Médio São Francisco<sup>70</sup> (exceto Coração de Jesus). A entrevistada comentou que o município prefere estabelecer relações com a AMESF do que com a Associação dos Municípios da Área Mineira da Sudene – AMAMS. Talvez esse depoimento refira-se a questão de inoperância, burocratização e centralização desta associação, cuja sede localiza-se em Montes Claros. São João da Lagoa foi Sede da Copa Intertv de Futsal em parceria com Coração de Jesus, São João do Pacuí e Lagoa dos Patos. Trata-se de uma parceria intermunicipal na área de esportes. A sede da Intertv localiza-se em Montes Claros.

Por fim, os representantes do poder público foram indagados se existem parcerias ou projetos de ação conjunta entre o município e Montes Claros. Seguem algumas respostas:

Patis limita-se com Montes Claros, São João da Ponte, Varzelândia e Mirabela. De acordo com o entrevistado está em construção uma ponte em consórcio com São João da Ponte. Conforme o representante do poder público municipal “a maior parte das parcerias são com São João da Ponte, com Mirabela a parceria é muito fraca”. Notou-se na fala do entrevistado que ele nem menciona parcerias com Montes Claros.

Em São João da Ponte há uma parceria entre o município e Patis para a construção de uma ponte. Uma intenção de parceria intermunicipal refere-se a um convênio de cooperação entre os municípios de São João da Ponte, Japonvar, Lontra, Ibiracatu e Varzelândia. Os detalhes desse convênio não foram explicitados pelo entrevistado, já que se trata inicialmente de uma intenção.

Capitão Enéas possui parceria na área de infraestrutura com São João da Ponte a partir da construção da Ponte do Agreste. Na Educação, o entrevistado mencionou a parceria com o município de Francisco Sá por meio do Transporte Escolar.

---

<sup>70</sup> Fazem parte da Amesf os municípios de Lassance, Várzea da Palma, Pirapora, Buritizeiro, Jequitaiá, Claro dos Poções, São João da Lagoa, Lagoa dos Patos, Ibiaí, Ponto Chique, São Romão e Santa Fé de Minas. Disponível em [www.agenciaminas.mg.gov.br](http://www.agenciaminas.mg.gov.br), acesso em 05 de Junho de 2011.

Em Glaucilândia o representante apontou uma parceria com os municípios de Juramento, Itacambira, por meio de um mutirão preventivo de saúde organizado pelas Secretarias de Saúde, Educação e Assistência Social desses municípios.

Em Coração de Jesus o entrevistado ratificou: “A parceria com Montes Claros é no setor de Saúde.”

Os depoimentos dos entrevistados dos municípios de Claro dos Poções e Mirabela abordam a problemática que marca os processos de planejamento regional.

Em Claro dos Poções o entrevistado declarou: “Quase nenhuma parceria com os municípios – Montes Claros é o maior problema, eles não têm interesse... são raras as parcerias...porque as prefeituras estão endividadas, se arriscarem podem ser inadimplentes futuros”.

O entrevistado exemplificou dizendo que a comunidade rural do município Montes Claros é próxima ao Município Claro dos Poções e é atendida pelo Sistema de Saúde deste município, que diz não receber nenhum apoio para isso do município de Montes Claros.

Em Mirabela o mesmo problema ocorre: “Não tem associação dos municípios, a função da AMAMS é essa, mas não faz. Na área de saúde, notadamente, há caso de comunidades de municípios limítrofes (Lontra, Brasília de Minas e Montes Claros, inclusive) que ao residirem nesses limites buscam atendimento em Mirabela”.

Diante dessa problemática o entrevistado sugeriu: “Fortalecer mais consórcios e políticas de descentralização para diminuir o inchaço em Montes Claros e os problemas que tem. Montes Claros recebia tudo. É vantagem do povo ir a Montes Claros, lá resolve várias coisas, até lazer, eles saem cedo e ficam o dia todo na cidade”.

Através das respostas obtidas pelos representantes do poder público municipal fica evidente que no âmbito político administrativo, as parcerias entre os municípios da aglomeração com Montes ocorrem exclusivamente no setor de saúde. Há iniciativas,

convênios e parcerias entre os municípios da Aglomeração sem a intervenção de Montes Claros, por exemplo:

- Coração de Jesus possui um projeto com o município de São João do Pacuí para manutenção de Estradas.
- São João da Lagoa em parceria com Coração de Jesus, São João do Pacuí e Lagoa dos Patos na área de esportes;
- Patis e São João da Ponte são municípios parceiros na construção de uma ponte (infra estrutura)
- Capitão Enéas também possui parceira com São João da Ponte na área de infra estrutura (Ponte do Agreste) e
- Glaucilândia possui parceria na área de saúde com os municípios de Juramento e Itacambira.

Esses resultados demonstram a dificuldade de integração do planejamento público regional a partir da cidade pólo da aglomeração, Montes Claros. Há uma grande diversidade socioeconômica entre os municípios da aglomeração (pequenas cidades) e Montes Claros (cidade média). A estrutura econômica que os pequenos municípios em estudo dispõem ratifica esse argumento, e conseqüentemente reforça a centralidade de Montes Claros na Aglomeração. Os pequenos municípios buscam o atendimento dos consumos especializados nos setores de saúde, educação e comércio em Montes Claros. As demandas básicas ou de primeira necessidade (produtos, serviços, bens e mercadorias) são atendidas no próprio município. Não há no âmbito dos municípios que compõe a Aglomeração ações, instrumentos ou propostas de gestão pública regional. Todavia, as intensas relações estabelecidas entre esses municípios a revelia do poder público revelam a necessidade de políticas de integração regional assentadas na diversidade e especificidade de cada município visando à melhoria da qualidade de vida das populações.

Considerando as relações intermunicipais, os entrevistados foram indagados sobre o Projeto de Lei que institui a Região Metropolitana de Montes Claros.

Quadro 31: Gestores Municipais: Opinião sobre o Projeto de Lei Complementar (PLC) que institui a Região Metropolitana de Montes Claros (RMMOC), 2011

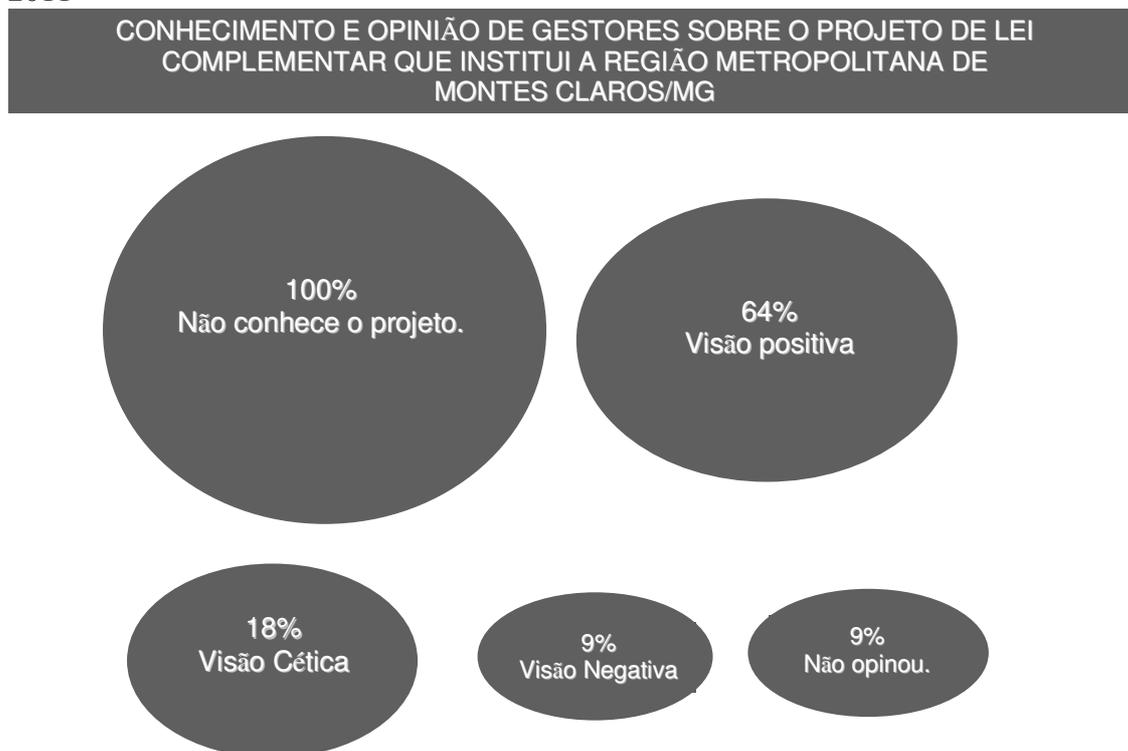
Município	Função do Gestor	Conhece o PLC	Opinião sobre o Projeto de Lei Complementar RMMC
Bocaiúva	Chefe de Gabinete	Não	A união dos municípios para criar <b>estratégias e ações conjuntas</b> de desenvolvimento é interessante.
Coração de Jesus	Secretário de Gabinete	Não	O projeto deve ser <b>melhor debatido</b> e explicado, antes de ser aprovado, através de audiências públicas entre Montes Claros e os municípios limítrofes.
São João da Lagoa	Assessora de Comunicação	Não	Se o projeto propõe o <b>planejamento regional</b> integrado a partir de <b>ações conjuntas</b> , será excelente, a região vai <b>crescer junto</b> , crescerá Montes Claros, crescerá São João da Lagoa, todos crescerão.
Glaukilândia	Assessora Administrativa	Não	Se realmente Montes Claros se tornar pólo metropolitano <b>beneficiaria</b> não somente Montes Claros, mas <b>todos os municípios</b> do Norte de Minas.
Claro dos Poções	Chefe de Gabinete	Não	Uma Região Metropolitana vai <b>aumentar os vínculos</b> entre essas cidades. Quando se cria um projeto como esse, se <b>pressupõe investimentos</b> .
Francisco Sá	Secretário de Administração	Não	O que isso traria de vantagem e desvantagem para Francisco Sá? O que normalmente acontece é que o município que gere um projeto como este <b>centraliza tudo (recursos)</b> .
Capitão Enéas	Chefe de Gabinete	Não	Criar uma região metropolitana é <b>interessantíssimo</b> para os municípios <b>debaterem, conversarem e se interagirem de seus problemas, de suas questões</b> . E ainda pode aproximar municípios, governo estadual e até federal.
São João da Ponte	Secretária de Administração	Não	O planejamento é necessário em qualquer setor. Olhando pelo lado do <b>planejamento integrado</b> é positivo.
Juramento	Secretária de Meio Ambiente	Não	Prefiro não opinar sem conhecer o projeto.
Patis	Secretário de Administração	Não	A criação de uma região metropolitana seria muito positiva para a região. Sei que os municípios vinculados à região metropolitana receberão investimentos, <b>mas terão deveres que não sei se Patis teria condições de arcar</b> .
Mirabela	Chefe de Gabinete	Não	Eu acho que seria <b>importante formalizar isso com procedimentos claros</b> . Haveria mais equilíbrio na distribuição dos recursos.

Fonte: Pesquisa Direta, 2011  
Org.: FRANÇA, I. S. de.; 2011.

A maioria dos entrevistados considera que o Projeto de Lei que institui a Região Metropolitana de Montes Claros pode ser uma iniciativa positiva. Mas entre as falas dos entrevistados chamou a atenção um dos depoimentos que menciona a necessidade de maior debate, e associado a isso, outro entrevistado comentou a importância de clareza e

transparência no processo de institucionalização da RM. A questão da centralização dos recursos por parte de Montes Claros como cidade pólo da RM e os deveres a serem assumidos pelos municípios também foram apontadas pelos entrevistados.

Figura 48: Conhecimento e Opinião dos Gestores Municipais sobre o Projeto de Lei Complementar (PLC) que institui a Região Metropolitana de Montes Claros (RMMOC), 2011



Fonte: Pesquisa Direta, 2011  
Org.: FRANÇA, I. S. de.; 2011.

O secretário de planejamento de Montes Claros afirmou, também, não conhecer detalhadamente o projeto. Para ele:

A vantagem de ter uma RM é que ela permite muitas coisas, a primeira delas é o planejamento”. Ou seja, você pensar algumas coisas coletivamente, exemplo, as áreas de saúde, educação, a questão ambiental. Os problemas nessas áreas são típicos de região, porque não há controle dos seus efeitos, sejam positivos ou negativos. Há que pensar tudo isso de maneira coletiva. (Entrevista concedida em 23-11-2011).

O secretário alertou sobre os aspectos positivos e negativos concernentes à criação de uma região metropolitana, na sua visão, a saber:

Quando se cria uma RM cria-se infraestrutura para se pensar isso coletivamente. Mas também como região administrativa permite que o governo do estado aloque recursos para solução de problemas. Então à medida que há recursos por parte do estado, estimula-se e consolida o planejamento. Trata-se de uma ajuda por parte do estado no planejamento e na solução de problemas. (Entrevista concedida em 23-11-2011)

O entrevistado finalizou sua entrevista declarando:

Eu acho o projeto oportuno, oportuno é diferente de interessante. Eu não sei o jogo político do Estado. Até que ponto o governo do estado está priorizando esta tentativa? Para Montes Claros, em termos de recursos e infraestrutura para enfrentar os problemas, o projeto seria extremamente bem vindo.

Embora os gestores municipais não tenham conhecimento prévio e detalhado sobre o Projeto de Lei Complementar que propõe a criação da Região Metropolitana de Montes Claros, a imensa maioria (64%) avalia que a mesma pode ser uma instância de planejamento e ação coletiva para o enfrentamento das questões que ultrapassam os limites municipais. Isto é, eles percebem a importância de agir em conjunto e vêem na RM uma oportunidade para isso.

Tal percepção destoa da visão apresentada por especialistas, estudiosos entrevistados. Para eles, o entorno não possui, ainda, as características necessárias à configuração de uma Região Metropolitana, embora reconheçam a intensidade dos fluxos entre os municípios limítrofes e Montes Claros, bem como a centralidade exercida pelo município núcleo da aglomeração. Discordando dessa visão, apontam para a necessidade de se pensar em perspectiva. Isto é, não apenas radiografar o presente, mas observar as tendências e direções. Nesse sentido, a criação de uma RM implica em oportunidade de institucionalização de um espaço de planejamento e gestão do desenvolvimento regional.

As interações diagnosticadas entre Montes Claros e os municípios do entorno revelam a necessidade de se pensar a aglomeração urbana para além das metrópoles, que são espaços onde esse processo é consolidado e conhecido. Os fluxos entre os municípios aqui analisados demonstraram a intensidade das interações entre eles. A aglomeração urbana descontínua de Montes Claros se materializa num contexto marcado por transformações na dinâmica econômica na região Norte de Minas, fator que vem reforçar e consolidar a centralidade de Montes Claros no contexto regional, associada a uma economia de trocas intensas com os municípios vizinhos. Nesse sentido, este

estudo analisou a aglomeração urbana descontínua de Montes Claros, evidenciando sua configuração no Norte de Minas. Assim, aponta-se para a necessidade de compreender a aglomeração urbana como processo dinâmico, que precisa ser analisado em suas especificidades e contextos espaço-temporais nos quais se inserem.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

As análises teóricas e empíricas apresentadas nesta pesquisa revelaram a existência do processo de aglomeração urbana descontínua. A aglomeração é nucleada por Montes Claros, a partir da centralidade do setor terciário, articulada socioeconômica e, espacialmente, com os municípios do seu entorno: Bocaiúva, Coração de Jesus, Mirabela, Capitão Enéas, Francisco Sá, São João da Ponte, Claro dos Poções, Glaucilândia, Patis, São João da Lagoa e Juramento.

A aglomeração urbana de Montes Claros concretiza-se através de uma continuidade espacial decorrente da intensificação das interações entre as cidades. Ficou evidente uma articulação para além dos limites administrativos entre Montes Claros e os seus vizinhos a partir de fluxos diversos, evidenciando, assim, a continuidade espacial e, com isso, o processo de aglomeração urbana.

Es posible, llegados a este punto, teorizar las “redes de ciudades” (*réseaux de villes*) como aquellos sistemas de relaciones y de flujos entre centros urbanos que tienen justificación económica en la consecución de economías de complementariedad o de sinergia para los centros urbanos de los que están formados. (CAMAGNI, 2005, p.17-18).

As interações espaciais e econômicas entre os centros urbanos são intensas, cada vez mais crescentes e complexas, sendo que Montes Claros é o núcleo principal, reunindo funções especializadas e diversificadas e se articulando espacialmente com os demais municípios da aglomeração.

Para esta pesquisa, os critérios utilizados para a identificação da aglomeração basearam-se nas interações espaciais entre os municípios, diagnosticadas, sobretudo, através dos fluxos econômicos e populacionais. Esses fatores conduzem à identificação de uma aglomeração urbana descontínua, não ocorrendo, dessa forma, expansão territorial urbana na área em análise. Nas palavras de Miyazak (2008, p.16), “[...] a expansão territorial urbana constitui-se em um elemento importante no processo de aglomeração, mas não o único”. O autor comenta a importância de se “[...] abordar também o papel dos fluxos interurbanos como outro aspecto importante de uma aglomeração”.

Verificou-se que a aglomeração em análise não se caracteriza por continuidade de ocupação da mancha urbana ou territorial. A aglomeração desenvolve-se por meio de interações socioespaciais e econômicas, ou seja, baseia-se na continuidade espacial entre os municípios.

Os fluxos econômicos na aglomeração foram demonstrados a partir do consumo de serviços e comércios especializados da população dos pequenos municípios em Montes Claros. Quanto aos fluxos demográficos, os deslocamentos pendulares de população para Montes Claros, com a finalidade de trabalho ou estudo (IBGE, 2000), comprovaram as interações intermunicipais.

Também o deslocamento diário de população diagnosticado para Montes Claros, em busca de atendimento de saúde, educação superior e outros tipos de serviços, bem como para a realização de compras, comprova as inter-relações entre Montes Claros, cidade principal, e a sua periferia, os demais centros da aglomeração.

A esse respeito, verificou-se também o deslocamento diário de indivíduos de Montes Claros para trabalharem em alguns pequenos municípios da aglomeração. Médicos, enfermeiros, dentistas, fisioterapeutas, advogados e professores, que residem em Montes Claros, deslocam-se para Bocaiúva, Claro dos Poções, Coração de Jesus, Francisco Sá, Juramento, Mirabela e São João da Ponte para trabalharem. Tal fato demonstra a interação espacial entre os municípios da aglomeração, não somente no sentido periferia-centro, mas também no contrário.

Montes Claros concentra a maior oferta de cursos superiores e técnicos da região Norte de Minas, ou seja, a partir da formação de profissionais nos níveis superiores e técnicos, a cidade dispõe de mão de obra para o atendimento do mercado de trabalho especializado da região na qual se insere. Isto evidencia que as interações entre as cidades não ocorrem somente em função das atividades vinculadas aos setores de comércio e de serviços, mas também ao mercado de trabalho.

Esses resultados auxiliam na reflexão sobre um processo de aglomeração baseado não exclusivamente em relações de polarização por parte da cidade média de Montes Claros e subordinação em relação aos demais centros. Verifica-se uma polarização de Montes

Claros em relação aos demais centros urbanos da aglomeração, uma vez que foram identificados fluxos econômicos e pendulares desenvolvidos além da cidade principal, ou seja, entre os pequenos municípios da aglomeração e seus vizinhos.

Outro aspecto que contribui para essa análise refere-se às interações estabelecidas no sentido centro-periferia da aglomeração. Esses elementos ilustram a existência de interações espaciais também descontínuas, ou seja, as trocas intermunicipais na aglomeração são, concomitantemente, contínuas e descontínuas, horizontais e verticais.

Montes Claros, polo comercial e de serviços da aglomeração, exerce forte centralidade em todo o Norte do Estado de Minas Gerais, nos municípios vizinhos e nas áreas rurais do entorno. Montes Claros é município polo da aglomeração, por apresentar dinamismo e complexidade nos setores de serviços, comércio e indústria, comparando-se aos demais municípios. É um centro de serviços para aqueles que procuram a cidade para o uso de serviços médicos, educacionais e bancários, dentre outros. O município possui estruturas de comércio atacadista e varejista de abrangência regional, uma economia urbana estruturada em diversos segmentos de serviços e local privilegiado para a localização industrial; em função disso, tem recebido diversos investimentos nos últimos anos.

Todo este aparato infraestrutural propicia a atração de população oriunda de outras cidades da região Norte de Minas para Montes Claros, bem como a polarização de serviços diversos. Assim, essa cidade média polariza os municípios pequenos, que possuem menor diversidade no oferecimento de bens e serviços urbanos. Montes Claros destaca-se como ligação com o espaço urbano regional, o que lhe confere papel de núcleo estratégico da rede urbana do Norte de Minas Gerais.

Os municípios que integram a aglomeração são diversos, em relação ao porte demográfico, aos índices de urbanização, à infraestrutura nos setores de comércio e serviços e ao PIB total, *per capita* médio e por setor e, ainda, à densidade demográfica. Essas variáveis, por sua vez, são indispensáveis para a elaboração de propostas de tipologia e de classificação de cidades.

Quanto ao porte demográfico, há grande variação na aglomeração. Montes Claros apresenta população de aproximadamente 360 mil habitantes. Os pequenos municípios abrangem várias faixas de tamanho populacional, sendo que Bocaiúva possui população aproximada de 50 mil habitantes, e os demais municípios apresentam população inferior a 25 mil habitantes.

A densidade demográfica dos municípios da aglomeração também é variável, sendo que esse índice é maior em Montes Claros, com densidade demográfica superior a 100 hab./km<sup>2</sup>, e, em Glaucilândia, superior a 20 hab./km<sup>2</sup>. Os valores da densidade demográfica dos demais municípios não ultrapassam 15 hab./km<sup>2</sup>.

Apenas três municípios da aglomeração não são urbanizados: Patis, Glaucilândia e São João da Ponte. Os maiores índices de urbanização são dos municípios de Montes Claros e Capitão Enéas, 95,1% e 81%, respectivamente.

Tanto o PIB municipal quanto o PIB *per capita* médio apresentaram grande variação no conjunto dos municípios da aglomeração. Montes Claros possui os maiores índices, ao passo que os demais municípios têm o valor mais baixo do conjunto. Por exemplo, Montes Claros concentra 76% do PIB total do conjunto dos municípios da aglomeração, e Glaucilândia apresenta a menor representação, 0,3%. A discrepância também é grande no PIB *per capita* médio, sendo que Capitão Enéas apresenta o maior valor (11.084,39), e São João da Ponte o menor (3.700,64).

Já a análise dos resultados do PIB por setor econômico demonstrou o forte peso das atividades terciárias na economia do conjunto dos municípios da aglomeração. O setor terciário responde por aproximadamente 70% da estrutura econômica da aglomeração, fator que comprova o processo de aglomeração aqui em análise, fundamentado no setor terciário da economia e materializado a partir dos fluxos intermunicipais decorrentes das atividades desenvolvidas nesse setor e concentradas em Montes Claros, eixo urbano articulador e polarizador da aglomeração.

Todavia, há especificidades quanto à representatividade e ao perfil do setor de serviços na aglomeração. Montes Claros possui a maior concentração, especialização e diversidade nesse setor, fato que remete à sua centralidade na aglomeração. Bocaiúva e

Capitão Enéas também possuem um setor de serviços mais dinâmico, quando comparado ao dos demais municípios da aglomeração.

Por fim, essas características evidenciam a necessidade de se avançar no estabelecimento de relações entre as variáveis acima discutidas nos municípios da aglomeração: tamanho populacional, densidade demográfica, taxa de urbanização e comportamento do PIB.

Notou-se que, quanto maior o volume do PIB, maior a predominância do setor terciário na economia municipal, e maiores também o porte populacional e o índice de urbanização de um referido centro urbano. Os pequenos municípios da aglomeração possuem um PIB primário maior, em relação às economias mais complexas da aglomeração; por exemplo, Montes Claros e Bocaiúva. Além da maior participação do PIB primário na economia, também o índice de densidade demográfica dos pequenos municípios da aglomeração é menor, quando comparado aos municípios de Montes Claros e Bocaiúva. Este é o caso de São João da Lagoa, Juramento e Francisco Sá. Não se deve, todavia, simplificar essas correlações, dado o risco de generalizações.

Quanto aos fluxos interurbanos, verificou-se que as relações estabelecidas entre essas cidades são marcadas por dependência e subordinação em relação a Montes Claros, cidade principal da aglomeração. Nesse sentido, não se tratam de interações ou trocas estabelecidas por um modelo de cooperação e complementaridade de funções urbanas, mas sim por polarização, ainda que relativa, da cidade principal em relação aos demais centros da aglomeração.

Nesse sentido, baseando-se nas individualidades de cada município da aglomeração, no que se refere às suas características demográficas, econômicas e estruturais, será feito um esforço no sentido de buscar uma proposta de tipologia de classificação dessas cidades na aglomeração. Também os fluxos, sejam econômicos ou demográficos, diagnosticados entre os municípios da aglomeração podem contribuir na identificação e na elaboração de uma classificação hierárquica, ou não, dessa rede de cidades, materializada no processo de aglomeração urbana.

A aglomeração materializa-se através das trocas produtivas, econômicas, sociais e culturais, culminando em continuidade espacial alicerçada por redes de transportes e comunicação. Todavia, verificaram-se especificidades quanto ao nível da interação, dependência e subordinação dos municípios da aglomeração em relação a Montes Claros.

Nessa perspectiva, sugere-se uma proposta de tipologia para o enquadramento das cidades na aglomeração, considerando as suas características demográficas, econômicas e estruturais, bem como os seus conteúdos sociais, aliados aos fluxos e às funções urbanas.

Desde já, menciona-se a complexidade em se compreender a especificidade de cada núcleo urbano da aglomeração considerando os elementos já mencionados, ou seja, o grau de interação, dependência e/ou subordinação entre eles e a cidade principal, Montes Claros, os portes demográficos ou tamanhos populacionais diferentes e o nível de dinamismo econômico e social. Todos esses elementos levam à diferenciação entre as cidades.

A utilização de algumas variáveis para a elaboração de uma proposta de tipologia na aglomeração foi construída a partir desses elementos e em concordância com os objetivos desta pesquisa. Outros elementos devem ser inseridos e problematizados nesta análise, sendo, portanto, a proposta que se segue, passível de alterações. Ela não se encontra validada, ao contrário, está sujeita a modificações. Para não correr o risco de simplificações, é necessário estar atento à escala de estudo: espacial e temporal.

As interações e os fluxos entre os municípios que compõem a aglomeração de Montes Claros não são homogêneos. Há diferenças estruturais, demográficas e econômicas entre tais municípios. Nesse sentido, propõe-se uma tipologia das interações a partir da dinâmica do setor terciário dos municípios, conforme exposto a seguir.

A estratificação dos municípios da aglomeração tem por objetivo analisar os diferentes padrões de interação entre estes e Montes Claros, considerado o município que exerce a função de centralidade ou de polarização relativa.

O critério para a definição dos padrões de interações fundamentou-se na noção de complexidade funcional dos setores de comércio e prestação de serviços dos municípios. Para a identificação de tal complexidade funcional, consideraram-se as seguintes variáveis e justificativas.

a) Tamanho relativo da população rural

Conforme definição do Censo Demográfico, realizado pelo IBGE, em 2010, este critério expressa a dimensão da população que habita a zona rural do município, demandando produtos e serviços disponíveis na estrutura do setor terciário, geralmente localizada na área urbana dos municípios. Estudos realizados pelo Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas (IPEA), sob a coordenação de Guilherme Delgado e José Celso Cardoso (2000), demonstraram a importância das aposentadorias e pensões rurais para a formação de um segmento com capacidade de compra de produtos e serviços que dinamizam a economia de pequenos municípios.

Outras variáveis, como PIB estratificado e PEA por tipo, quando cruzadas, poderiam também auxiliar na compreensão quantitativa e qualitativa do componente rural na aglomeração. Todavia, para a proposta aqui apresentada, focou-se, neste primeiro momento, somente na análise do tamanho relativo da população rural dos municípios da aglomeração, em função da indisponibilidade de dados atuais sobre a PEA total e por setor econômico dos municípios.

b) Distância em relação ao município núcleo da aglomeração

A distância, medida em quilômetros, da sede do município à sede do núcleo da aglomeração, reflete o tempo de deslocamento, implicando na possibilidade de demandas específicas de produtos e serviços a serem consumidos no município núcleo (Montes Claros). O fator distância também pode definir a intensidade dos deslocamentos entre os municípios.

c) O Produto Interno Bruto (PIB) do setor de serviços, descontado o valor relativo à administração pública

A análise do PIB estratificado nos estudos sobre aglomerações urbanas torna-se fundamental, pois este índice representa a dimensão econômica dos municípios, ou seja, em qual setor a riqueza está sendo produzida. Em todos os municípios da aglomeração, verificou-se a predominância do setor terciário, em relação aos demais setores da economia.

O PIB de serviços demonstra o volume de recursos movimentados pelo setor, indicando o tamanho relativo do comércio e dos empreendimentos de serviços do município. Todavia, nos pequenos e médios municípios, a administração pública e, especialmente, os serviços associados à Prefeitura e às instituições estaduais são muito expressivos. Assim, retirar do PIB do setor de serviços o volume de recursos relativos à administração pública permite observar o dinamismo real e a complexidade funcional dos empreendimentos dedicados aos setores de comércio e aos serviços disponíveis à população.

#### d) Número de agências bancárias

A quantidade de agências bancárias nos municípios é um indicador importante, pois se trata de um serviço amplamente utilizado hodiernamente. A sua ausência, num determinado município, certamente implicará na necessidade de deslocamento para o consumo deste serviço, em outro município mais próximo.

#### e) Número de empresas cadastradas

O número de empresas existentes no município, identificado a partir do cadastro disponibilizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), no seu website, expressa o tamanho e a complexidade da economia do município, com reflexo direto na dinâmica de produtos, serviços, bens e mercadorias oferecidos à população.

Por certo, a complexidade funcional do setor de comércio e de serviços dos municípios da aglomeração decorre não da existência isolada de um ou outro indicador, mas, fundamentalmente, da articulação entre estes. Nesse sentido, foram identificados três padrões de interação entre os municípios da aglomeração e o município núcleo, conforme Quadro 32.

Quadro 32 – Aglomeração de Montes Claros: indicadores de complexidade funcional do setor de comércio dos municípios, 2011

Município	Tamanho relativo da população rural			Distância em relação ao município núcleo			PIB de serviços, descontada a administração pública			Número de agências bancárias			Número de empresas		
	Entre 1% e 21%	Entre 22% e 44%	Acima de 44%	Até 75Km	Entre 76 e 100Km	Acima de 100Km	Entre 1% e 22%	Entre 23% e 30%	Acima de 30%	Nenhuma	Entre 1 e 2	Acima de 2	Entre 1 e 150	Entre 151 e 700	Acima de 700
Bocaiúva															
Capitão Enéas															
Claro dos Poções															
Coração de Jesus															
Francisco Sá															
Glaucilândia															
Juramento															
Mirabela															
Patis															
São João da Lagoa															
São João da Ponte															

Fonte: Elaboração própria, 2011.

Conforme observado no quadro, cada critério de complexidade funcional dos setores de comércio e de serviços foi dividido em três indicadores de intensidade. Os municípios, com exceção de Montes Claros, por ser a cidade núcleo da aglomeração, foram agrupados em três tipos, de acordo com as características observadas em relação aos indicadores estabelecidos. Dessa forma, considerando as variáveis acima apresentadas, os municípios foram agrupados e classificados por grau 1, 2 e 3, por terem sido, a eles, atribuídos pelo menos três dos cinco indicadores que definem cada grupo.

### **Grau 1 – Complexidade funcional do setor de comércio e de serviços menor**

Indicadores

Tamanho relativo da população rural: acima de 44%

Distância em relação ao município núcleo: entre 1 Km e 75 Km

PIB de serviços, descontada a administração pública: entre 1% e 22%

Número de agências bancárias: nenhuma

Número de empresas: entre 1 e 150

Municípios: Claro dos Poções, Glaucilândia, Juramento, Patis e São João da Lagoa.

### **Grau 2 – Complexidade funcional do setor de comércio e de serviços intermediária**

Indicadores

Tamanho relativo da população rural: entre 22% e 44%

Distância em relação ao município núcleo: entre 76 Km e 100 Km

PIB de serviços, descontada a administração pública: entre 23% e 30%

Número de agências bancárias: 1 e 2

Número de empresas: entre 151 e 700

Municípios: Capitão Enéas, Coração de Jesus, Francisco Sá, Mirabela e São João da Ponte.

### **Grau 3 - Complexidade funcional do setor de comércio e de serviços maior**

Indicadores

Tamanho relativo da população rural: entre 1% e 21%

Distância em relação ao município núcleo: acima de 100 Km

PIB de serviços, descontada a administração pública: acima de 30%

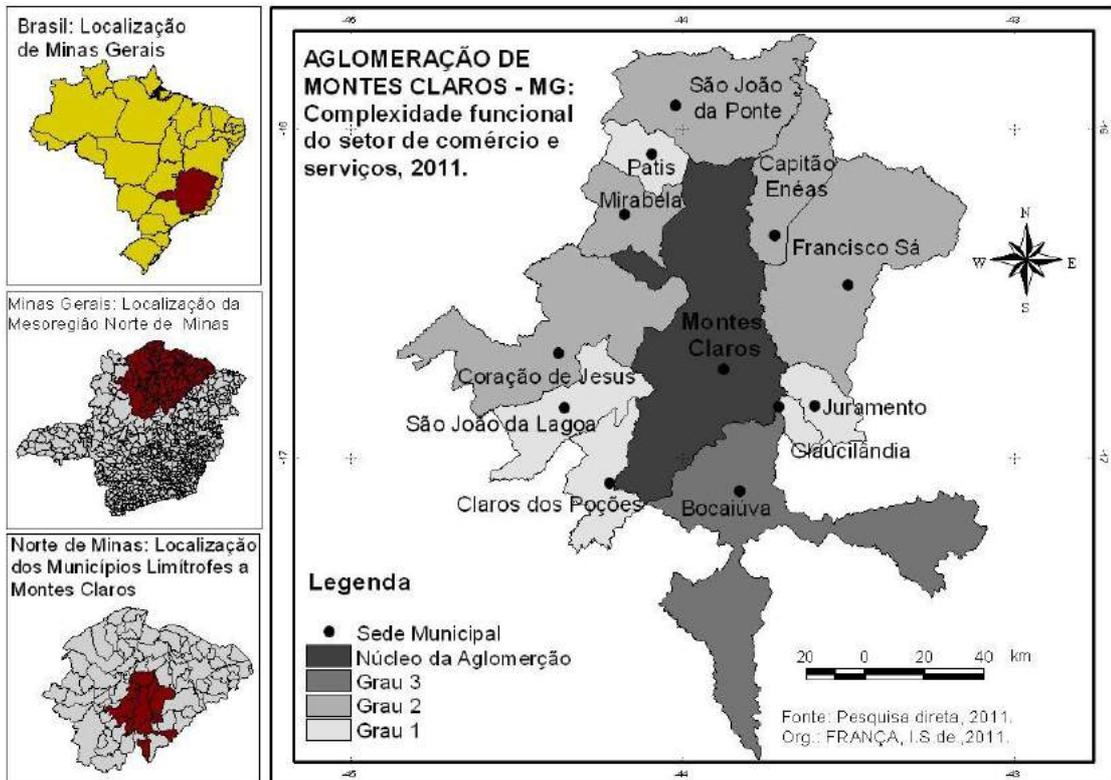
Número de agências bancárias: acima de 2

Número de empresas: acima de 700

Município: Bocaiúva

Na classificação realizada, apenas ao município de Capitão Enéas não foi possível atribuir pelo menos três critérios de um dos grupos. Tal município foi classificado no Grau 2 – Complexidade funcional do setor de serviços intermediária –, em virtude de dois critérios: número de agências bancárias, entre 1 e 2, e número de empresas, entre 151 e 700.

Mapa 45 – Aglomeração de Montes Claros/MG: complexidade funcional do setor de comércio e serviços, 2011.



O agrupamento dos municípios em três tipos permite observar que a diversidade de características dos municípios implica em variações, ou mesmo em padrões de interação distintos entre tais municípios e o município núcleo Montes Claros. Nesse sentido, a população de municípios pertencentes ao grau 1, 2 ou 3, em virtude de menor ou maior complexidade funcional do setor de comércio e de serviços do município, consumirá, prioritariamente, produtos e serviços distintos e com intensidades variadas no município núcleo da aglomeração.

A aglomeração deve ser compreendida, concomitantemente, como processo e forma espacial emergente, derivada dos processos de industrialização, urbanização e migrações no Norte de Minas Gerais após a segunda metade do século XX. A interação espacial das cidades da aglomeração demonstra uma nova fase da urbanização na região Norte de Minas, alicerçada nos processos de interação socioespacial e econômica, de dispersão urbana e de difusão da urbanização sobre o território, com novos conteúdos sociais e econômicos. Formou-se uma

rede de cidades a partir da cidade média de Montes Claros, caracterizando o fenômeno da dispersão urbana.

Nessa perspectiva, Camagni (2005, p.2) considera:

La urban economics es sobre todo una economía de la ciudad, una aplicación de los principios de la economía al objeto ciudad, más que un análisis, podríamos decir, de lo urbano como paradigma interpretativo de la realidad, como modelo original de de organización de las actividades económicas y del trabajo social.

Na aglomeração aqui analisada, as interações entre os municípios caracterizam-se com relações de dependência, tendo, na cidade média de Montes Claros, o eixo central articulado com os demais núcleos urbanos, culminando na formação e na expansão da aglomeração. Verifica-se a polarização relativa daquele centro urbano, no que se refere ao oferecimento de comércios e de serviços especializados, acarretando no aumento e na intensificação das relações com os municípios vizinhos. Ratifica-se, nessa perspectiva, que a aglomeração estrutura-se e/ou é fundamentada a partir do setor terciário da economia.

Os municípios componentes de uma aglomeração urbana devem ser analisados considerando-se as suas especificidades e diversidades, a partir do conjunto maior em que se inserem, a escala da região.

Ojima (2007), na pesquisa denominada *Dimensões da urbanização dispersa e proposta metodológica para estudos comparativos: uma abordagem socioespacial em aglomerações urbanas brasileiras*<sup>71</sup>, propôs quatro indicadores para o estudo das aglomerações urbanas: densidade, fragmentação, orientação e centralidade.

Sobre essas características, o pesquisador aborda:

As dimensões de densidade e fragmentação consideram a concentração populacional da aglomeração e seu grau de pulverização das manchas urbanizadas. A dimensão de orientação se refere à forma espacial da mancha urbana - que algumas vezes é circular e em outras é linear, acompanhando uma rodovia ou uma faixa litorânea. A dimensão da centralidade mede, por meio dos movimentos pendulares, o grau de centralização da aglomeração urbana.

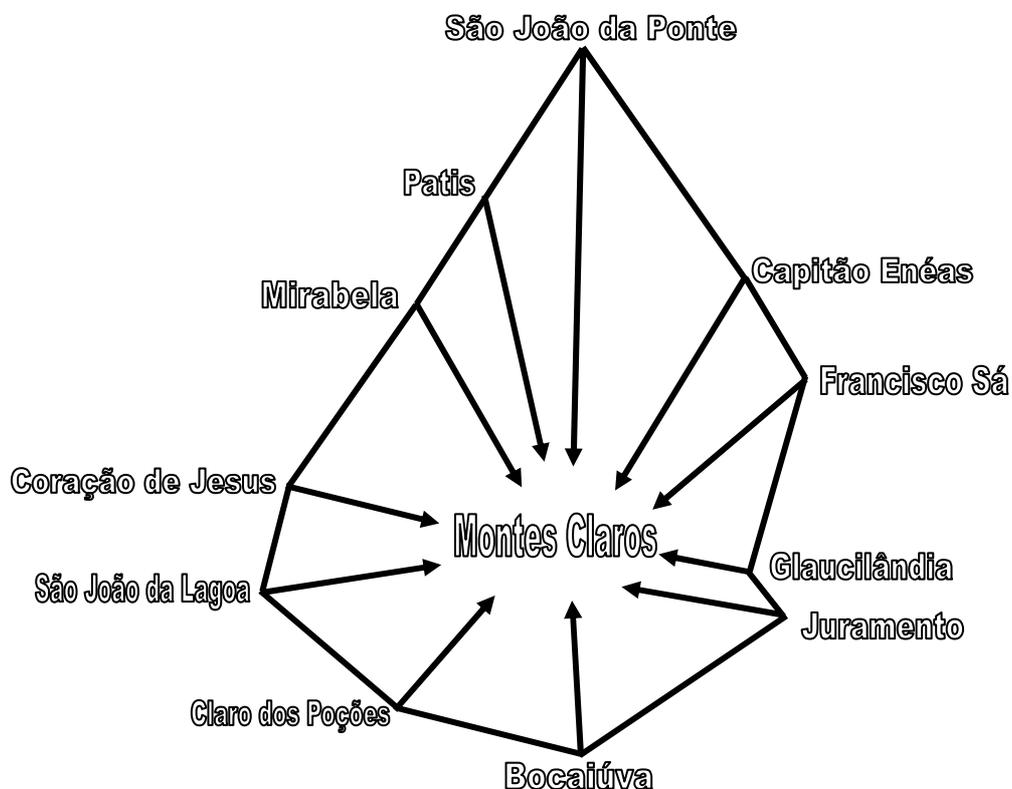
---

<sup>71</sup> Debate teórico realizado no Capítulo 1 desta pesquisa, no item que discorre sobre as metodologias de análise dos estudos de aglomerações urbanas no Brasil.

Considerando a Aglomeração Urbana Descontínua de Montes Claros, objeto de estudo desta pesquisa, verificou-se, quanto à:

- a) Densidade Populacional Urbana: ela é bastante variada na aglomeração; alcança o índice máximo em Montes Claros (101,41), e o mínimo em São João da Lagoa (4,67);
- b) Fragmentação: foi verificada também, a partir da fragmentação político-administrativa dos municípios da aglomeração que, em sua maioria, pertenciam ao território do município de Montes Claros até a década de 1950;
- c) Centralidade: os fluxos pendulares para o consumo de comércios e de serviços entre Montes Claros e os municípios da aglomeração foram demonstrados no capítulo 5 desta pesquisa;
- d) Orientação/linearidade: a aglomeração descontínua de Montes Claros possui um padrão monuclear concêntrico. Ou seja, é polarizada por um único núcleo, Montes Claros, e toda a articulação converge para essa cidade (Figura 49).

Figura 49: Morfologia da Aglomeração Urbana Descontínua de Montes Claros, 2011



Org.: FRANÇA, Iara Soares de.; 2011.

Conforme os estudos de Ojima (2007):

Algumas aglomerações podem se desenvolver condicionadas por constrangimentos físicos, como serras, rios, mar ou outras barreiras naturais, além de terem uma estreita relação com outros elementos, como rodovias, ferrovias, pólos econômicos regionais, etc.

No caso da Aglomeração Urbana Descontínua de Montes Claros, verificou-se que os elementos que, de forma direta, condicionaram tal processo foram a centralidade regional e a fragmentação.

Montes Claros é o núcleo polarizador da região Norte de Minas. Via de mão dupla, porém, o principal fluxo é em direção ao núcleo de Montes Claros, para acesso a comércios e serviços especializados e de maior complexidade. Todavia, as cidades do entorno configuram-se como espaços de trabalho especializado para a mão de obra formada e residente em Montes Claros, especialmente na área de saúde (médicos, enfermeiros, dentistas, fisioterapeutas, bem como advogados e funcionários públicos de nível superior: engenheiros, gestores municipais etc.). Os municípios mais próximos e que oferecem atrativos turísticos funcionam como áreas de atração de pessoas durante os fins de semana, bem como sítiantes que possuem residência principal em Montes Claros. Este é o caso do município de Juramento, que fica a 30 km de Montes Claros. Há que se acrescentar que a polarização regional associa-se à centralidade de Montes Claros na região Norte de Minas.

No plano político-jurídico, está sendo discutida a possibilidade de instituição da Região Metropolitana de Montes Claros (RMMOC), no âmbito do Projeto de Lei Complementar 04/2011. Há discordância entre os especialistas entrevistados sobre a criação da RMMOC. Para alguns, Montes Claros e o seu entorno não possuiriam as características estabelecidas para a criação de uma RM, embora reconheçam a intensidade dos fluxos, por meio, principalmente, dos movimentos pendulares. Para outros, a criação da RM possibilitaria um espaço institucional de planejamento e de ações integradas, fundamentais para a organização política e a gestão socioeconômica do espaço.

Para o deputado que desarquivou a proposição, a criação de uma Região Metropolitana que envolva o entorno de Montes Claros justifica-se pela centralidade exercida por este núcleo urbano e, principalmente, quando se observa as transformações previstas para a região Norte de Minas. Esta está sendo considerada como uma nova fronteira mineral do Estado (mineração de ferro e ouro), além das possibilidades de exploração de gás natural na bacia do rio São Francisco, que já conta com poços experimentais. A perspectiva, na visão do deputado, é que a RM venha a possibilitar um canal institucional de planejamento integrado, que possa prever efeitos e adequar situações.

De fato, do ponto de vista do que é estabelecido na legislação que regulamenta a criação de regiões metropolitanas no Brasil, Montes Claros e o seu entorno não possuiriam todos os atributos necessários, com carência evidente da conurbação. Contudo, do ponto de vista do planejamento urbano, a criação de uma Região Metropolitana não pode ser vista como a

certificação de um processo existente, para o qual deva se orquestrar os esforços de gestão e de organização do espaço. Ao contrário, planejar é projetar, antever. Nessa perspectiva, a criação de uma Região Metropolitana pode ser um importante espaço de planejamento intermunicipal.

Todavia, somente a existência da proposição política de criação de uma Região Metropolitana significa que a percepção sobre a interação entre os municípios extrapola o campo da análise sistematizada do conhecimento acadêmico-científico. Em virtude de sua intensidade, os fluxos são reconhecidos no âmbito do conhecimento sociopolítico.

Identificados as diferentes formas de interações e os padrões espaciais e socioeconômicos entre os municípios da aglomeração de Montes Claros, e vice-versa, a partir do modelo de tipologia da aglomeração proposto, possivelmente, este estudo contribuirá para o aprofundamento e a qualificação das discussões, tanto no plano acadêmico quanto no político-institucional, sobre o planejamento regional.

Planejar Montes Claros e os municípios do seu entorno, reconhecendo e compreendendo a Aglomeração Urbana de Montes Claros, certamente permitirá o desencadeamento de ações conjuntas e integradas, com vistas à melhoria das condições de vida da população.

## REFERÊNCIAS

ALEIXO, Aline Chelone. Maia; et al. Análise das Manifestações Culturais de Montes Claros, enquanto Cidade Média do Norte de Minas Gerais. **Anais do XI Simpósio Nacional de Geografia Urbana - SIMPURB**. Brasília: UnB,2009.

ALVES, Lidiane Aparecida; FILHO, Vitor Ribeiro. A (Re)Estruturação do Espaço Urbano de Uberlândia/MG: uma análise a partir dos processos de centralização e descentralização. **Observatorium: Revista Eletrônica de Geografia**, v.1, n.1, p.170-184, jan. 2009.

ALVIM, A. M. M., OLIVEIRA, P. A. B. Rede Urbana e Fluxos Migratórios em Minas Gerais. **Anais do XI Simpósio Nacional de Geografia Urbana – SIMPURB**. Brasília, 1 a 4 de setembro de 2009.

AMORIM FILHO, Oswaldo Bueno; SENA FILHO; Nelson de. **A morfologia das cidades médias**. Goiânia. Editora: Vieira, 2007. 202p.

AMORIM FILHO, Oswaldo Bueno; RIGOTTI; José Irineu Rangel, CAMPOS, Jarvis. Os níveis hierárquicos das cidades médias de Minas Gerais. **Revista RA'E GA**. Curitiba, n. 13. Editora: UFPR, 2007. p. 7-18

AMORIM FILHO, Oswaldo Bueno; SERRA; Rodrigo Valente. Evolução e perspectivas do papel das cidades médias no planejamento urbano e regional. In: ANDRADE, Thompson Almeida; SERRA, Rodrigo Valente. (Org). **Cidades médias brasileiras**. Rio de Janeiro: IPEA, 2001, p.1-34.

AMORIM FILHO, Oswaldo Bueno, BUENO, Maria Elizabeth Taitson; ABREU, João Figueiredo. Cidades de porte médio e o programa de ações sócio-educativo-culturais para as populações carentes do meio urbano em Minas Gerais. **Boletim de Geografia Teórica**, Rio Claro/SP, v. 2, n. 23-24, 1982. p. 33-46.

ANDRADE, Thompson, LODDER, Celsius. A. **Sistema urbano e cidades médias no Brasil**. IPEA. Rio de Janeiro: IPEA/INPES, 1979.

ARRUDA, Maria Aparecida; AMORIM FILHO, Oswaldo Bueno. Os sistemas urbanos. In: BDMG. **Minas Gerais no século XXI**. Belo Horizonte: Rona Editora, 2002.

ARRUDA, Wanderlino. História da praça. **Revista Tempo**. Montes Claros, Ano IV, n. 24., jun. 2006. p. 12-14.

Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais/ALMG. Projeto de Lei Complementar (PLC) nº 51/2002, propõe a criação da Região Metropolitana de Montes Claros/RMOC. **MINAS GERAIS. DIÁRIO DO LEGISLATIVO**, 2002. Disponível em <<http://www.almg.gov.br>>. Acesso em: 03 jun. 2011.

Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais/ALMG. **Leis Complementares 43/1996, 48/1997, 53/1999, 56/2000, 63/2002, 88/2006, 89/2006 e 107/2009**. Disponível em <<http://www.almg.gov.br>>. Acesso em: 03 jun. 2011.

Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais/ALMG. **Leis Complementares 90/2006 e 106/2009**. Disponível em <<http://www.almg.gov.br>>. Acesso em: 03 jun. 2011.

BARBOSA, Rômulo Soares. **Entre a Igualdade e Diferença: processos sociais e disputas em torno da previdência social rural no Brasil**. São Paulo: Annablume/Fapemig, 2010.

BARBOSA, Carla Cristina. **A feira, a cidade e o Turismo: conceitos, definições e relações com o lazer e a cultura em Montes Claros (MG)**. 2003. 212f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – IG, Universidade Federal de Uberlândia: UFU, Uberlândia, 2003.

BEAUJEU-GARNIER, Jacqueline. A cidade e a organização do território. In: **Geografia Urbana**. 2ª. edição, 1997. Fundação Calouste Gulbenkian/Lisboa. Tradução Raquel Soeiro de Brito. p.457-492.

BEAUJEU-GARNIER, Jacqueline: **Geografia Urbana**. 2ª. edição: Fundação Calouste Gulbenkian, 1995, p.126-132.

BORBA, Sheila Villanova. **Indústria e Estruturação do Espaço Regional: agentes da estruturação espacial na Aglomeração Urbana do Nordeste do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre. Universidade Federal do Rio Grande do Sul/UFRS, Programa de Pós Graduação em Sociologia. Tese de Doutorado, 2003. 288p.

BRAGA, Roberto. Cidades Médias e Aglomerações Urbanas no Estado de São Paulo: Novas Estratégias de Gestão Territorial. **Anais do X Encontro de Geógrafos da América Latina** – São Paulo, 20 a 25 de março de 2005. p. 2241- 2254.

BRANDÃO, Romina de Kássia. **As Mudanças econômicas ocorridas em Bocaiúva com a implantação da empresa BRASMAG**. Fundação Norte Mineira de Ensino Superior. Faculdade de Administração e Finanças. Departamento De Ciências Econômicas. 1989. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Economia).

BRASIL. **CONSTITUIÇÃO FEDERAL DO BRASIL/CFB**, 1988. Disponível em [www.almg.gov.br](http://www.almg.gov.br).

BRITO, Fausto; **HORTA Cláudia J.G. Concentração populacional e fragmentação político-territorial no Brasil: o caso de Minas Gerais**. Disponível em: <[http://www.abep.nepo.unicamp.br/docs/eventos/transdisciplinar/trab\\_brito.pdf.htm](http://www.abep.nepo.unicamp.br/docs/eventos/transdisciplinar/trab_brito.pdf.htm)>, acesso em 22 de agosto de 2011.

CABRAL, Antonio Ferreira. **Capitão Enéas: um Mauá no Norte de Minas**. Belo Horizonte: Littera Maciel, 1985. 129 p. : il.

CAIADO, Aurílio Sérgio Costa. Migração e Rede Urbana: estudo da mobilidade demográfica nas principais aglomerações urbanas do Estado de São Paulo na década de 90. **Anais do XIV Encontro Nacional de Estudos Populacionais, ABEP**. realizado em Caxambú- MG – Brasil, de 20- 24 de Setembro de 2004. p. 1-15.

CAMAGNI, Roberto. **Economia Urbana**. Barcelona: Antoni Bosh, 2005. 1ª. ed. 332p.

CARNEIRO, Marina de Fátima Brandão. **Organização Espacial de Montes Claros e a Região Norte de Minas Gerais**. Departamento de Geografia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (USP), 2002. (Dissertação de Mestrado).

CASTELLO BRANCO, Maria Luisa. Gomes. **Espaços Urbanos: uma proposta para o Brasil**. Universidade Federal do Rio de Janeiro, Programa de Pós-Graduação em Geografia. Tese (Doutorado), 2003. 229p.

CASTELLS, Manuel. **A Galáxia da Internet: reflexões sobre a internet, os negócios e a sociedade**. Editora: Jorge Zahar. ISBN: 9788571107403, 2004.

CASTELLS, Manuel. **A Era da Informação: Economia, Sociedade e Cultura**. Volume 1. **A Sociedade em Rede**. 5ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 2001.

CASTELLS, Manuel. **A questão Urbana**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.

CHELOTTI, Marcelo Cervo. **A estância metamorfoseou-se: (re)configurações territoriais e expressões da reterritorialização camponesa na campanha gaúcha (1990- 2007)**. Universidade Federal de Uberlândia, Programa de Pós-Graduação em Geografia. Tese (Doutorado), 2009. 288 f.

CHRISTALLER, Walter. Teoria das Localidades Centrais (1933). In: **Central places in southern germany**. Englewood Cliffs: Prentice-Hall, 1966.

Colegiado de Secretários Executivos dos Consórcios Intermunicipais de Saúde de Minas Gerais - COSECS. Disponível em <[http://www.cosecsmg.org.br/COSECS2003/index\\_geral.htm](http://www.cosecsmg.org.br/COSECS2003/index_geral.htm)>, Acesso em 16 de agosto de 2009.

CORDEIRO LEITE, Romana de Fátima. **O Norte de Minas e Montes Claros: o significado do ensino superior na (re) configuração da rede urbana regional**. Instituto de Geografia, Universidade Federal de Uberlândia, (Dissertação Mestrado em Geografia). 2003. 191f.

CORRÊA, Roberto Lobato. Construindo o conceito de cidade média. In: SPÓSITO, Maria Encarnação Beltrão (Org.). **Cidades Médias: espaços em transição**. 1ª. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2007. p.23-33.

CORRÊA, Roberto Lobato. **A Rede Urbana**. São Paulo: Ática, 1989.

CORRÊA, Roberto Lobato. **Contribuição ao Estudo do Papel Dirigente das Metrôpoles Brasileiras**. Revista Brasileira de Geografia, Rio de Janeiro, 30 (2): 1968, 56-86.

CORRÊA, Roberto Lobato. **Região e organização espacial**. 7ª Ed. São Paulo. 2001.

COSTA, João Batista de Almeida. Cultura sertaneja: a conjugação de lojas diferenciadas. In: SANTOS, Gilmar Ribeiro (org.). **Trabalho, Cultura e Sociedade no Norte/Nordeste de Minas: Considerações a partir das Ciências Sociais**. Montes Claros: Best Comunicação e Marketing, 1997.

COSTA, João Batista de Almeida. **Do tempo da fartura dos crioulos ao tempo da penúria dos morenos**: a identidade através de um rito em Brejo dos Crioulos (MG). Instituto de Ciências Sociais, Universidade de Brasília – UNB. Dissertação (Mestrado em Antropologia). 1999. 2009p.

**COSTA, Simone do S. Furtado.** O Desenvolvimento sócio-econômico no município de Bocaiúva nos últimos quatro anos. **Montes Claros, MG, 1993. 38 f., 10f. (TCC graduação).**

COSTA SANTOS, Joyce. **A percepção dos atores sociais frente à intervenção pública**: uma análise sociológica do Conjunto Habitacional Vargem Grande. Universidade Estadual de Montes Claros/UNIMONTES. Programa de Pós Graduação em Desenvolvimento Social/PPGDS. Dissertação (Mestrado). 2009. 106 f.

DATASUS.<[http://cnes.datasus.gov.br/Mod\\_Ind\\_Tipo\\_Leito.asp?VEstado=31&VMun=314330htm](http://cnes.datasus.gov.br/Mod_Ind_Tipo_Leito.asp?VEstado=31&VMun=314330htm)>. <Acesso em 06 de agosto de 2009>.

**DAVIDOVICH.** Fany R.; **LIMA,** Olga M. B. **Contribuição ao Estudo de Aglomerações Urbanas no Brasil.** Revista Brasileira de Geografia, Rio de Janeiro, IBGE, ano 37, n. 1, p. 3-84, jan./mar. 1975.

Departamento de Estradas de Rodagem de Minas Gerais/DER/MG. <<http://www.der.mg.gov.br> htm>/. <Acesso em Agosto de 2009>

Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes/ DNIT. <<http://www1.dnit.gov.br> htm>/. <Acesso em Agosto de 2009>

DI MEO, G. **La géographie en fêtes.** Paris: Ed. Geophrys, 2001.

DOS SANTOS, Dulce Pereira dos. Shopping popular na cidade de Montes Claros/MG: Uma análise de sua complexidade sob a ótica da teoria dos dois circuitos da economia urbana. Universidade Estadual de Montes Claros/UNIMONTES. Programa de Pós Graduação em Desenvolvimento Social/PPGDS. Dissertação (Mestrado). 2007. 117 f.

DOS SANTOS, Dulce Pereira dos. As novas territorialidades e espacialidades na área central de uma cidade média: um estudo de caso do Shopping Popular em Montes Claros (MG). Colóquio Internacional. Montes Claros: Unimontes. 2008. Disponível em <http://www.unimontes.br/coloquiointernacional/arquivos>. Acesso em 23 de Janeiro 2009. **Anais.**

FERNANDES, Ana Cristina et. al.. **Tipologia das cidades brasileiras.** Rio de Janeiro: Observatório das Metrôpoles, 2009.

FERREIRA, Adriana Alves; ZACARIAS, Silvânio. **Importância econômica da cultura do alho no município de Francisco Sá.** Universidade Estadual de Montes Claros. Faculdade de Administração e Finanças. (TCC de Graduação). 1991. 51 f.

FERREIRA, Jurandyr Pires. (Org.). **Enciclopédia dos Municípios Brasileiros.** Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística/IBGE, 1959.

FIGUEIREDO, João. (Org.). **O município de Juramento (1953-2010): um pedaço da história do Norte de Minas**. Montes Claros/MG: Coopergraf: 2010.

FONSECA, Luciana Silva. **Planejamento urbano**: uma análise da configuração do espaço da cidade de Montes Claros-MG. Universidade Estadual de Montes Claros/UNIMONTES. Programa de Pós Graduação em Desenvolvimento Social/PPGDS. Dissertação (Mestrado). 2010. 148 f.

FRANÇA, Iara Soares de., et. al. Pesquisa Perfil Intra-Urbano de uma Cidade Média: Estudo de Montes Claros/MG. Universidade Estadual de Montes Claros/UNIMONTES. FAPEMIG (Edital Demanda Universal/FAPEMIG, 2008/2010). 2010. **Relatório de Pesquisa**.

FRANÇA, Iara Soares de., et. al. Cidade média, polarização regional e setor de educação superior: estudo de Montes Claros no Norte de Minas Gerais. **Revista Formação**. Universidade Paulista. UNESP/Presidente Prudente, 2009.

FRANÇA, Iara Soares de., et. al. Cidades Médias e Centralidades: a produção e reprodução do espaço intra-urbano a partir das vias especializadas em Montes Claros/MG. Universidade de São Paulo/USP. **Anais do XV Encontro Nacional de Geógrafos/ENG**, 20 a 26 de julho de 2008.

FRANÇA, I, S. **A cidade média e suas centralidades**: O exemplo de Montes Claros no Norte de Minas Gerais. Instituto de Geografia, Universidade Federal de Uberlândia, (Dissertação Mestrado em Geografia) 2007. 208p.

Fundação João Pinheiro – FJP. **Desempenho dos municípios mineiros em relação do Produto Interno Bruto (PIB) em 2007**. Disponível em: <<http://www.fjp.mg.gov.br/>> Acesso em fevereiro 2010.

Fundação João Pinheiro – FJP. Plano de conservação, valorização e desenvolvimento de Ouro Preto e Mariana. (**Relatório Síntese**). Belo Horizonte: FJP, 1975.

GARCIA, Ricardo Alexandrino; NOGUEIRA, Marly. A inserção das cidades médias mineiras na rede urbana de Minas Gerais. In: **Anais do Seminário sobre a Economia Mineira**, 2008, Diamantina.

GEIGER, Pedro Pinchas. **Evolução da Rede Urbana Brasileira**. Rio de Janeiro: CBPE, 1963. (Coleção o Brasil Urbano).

GIRARDI, Eduardo Paulon; FERNANDES, Bernardo Mançano. Elaboração de uma Tipologia Relativa para os Municípios Brasileiros. Anais do **III Simpósio Nacional de Geografia Agrária e II Simpósio Internacional de Geografia Agrária, Jornada Ariovaldo Umbelino de Oliveira**, Presidente Prudente, 11 a 15 de Novembro de 2005.

GOMES, Fernanda Silva. **Discursos contemporâneos sobre Montes Claros**: (re)estruturação urbana e novas articulações urbano-regional. Universidade Federal de Minas Gerais/UFMG. Programa de Pós Graduação em Geografia. Instituto de Geociências. Dissertação de Mestrado. Belo Horizonte. 2007.

GONÇALVES, Flavio José. **Negros de Poções**: feitiços e outros caxangás em seus processos sociais : historicidade, identidade e territorialidade em Brejo das Almas, MG. Universidade Estadual de Montes Claros/UNIMONTES. Programa de Pós Graduação em Desenvolvimento Social/PPGDS. Dissertação (Mestrado). 2007. 191 f.

GONÇALVES PEREIRA, Luis Andrei. **Planejamento e Desenvolvimento**: Logística de Transportes e Exportações na Mesorregião Norte de Minas Gerais. Programa de Pós Graduação em Desenvolvimento Social/PPGDS, Universidade Estadual de Montes Claros/UNIMONTES, 2010. 172f.

GONÇALVES PEREIRA, Luis Andrei. Desenvolvimento e Transportes: uma análise do Norte de Minas Gerais. In: **Anais do Congresso em Desenvolvimento Social**, Programa de Pós Graduação em Desenvolvimento Social/PPGDS, Universidade Estadual de Montes Claros/UNIMONTES, 2008. p.1-16.

GUIATEL. **Lista Telefônica do Norte Mineiro – 2008/2009**. Páginas amarelas. Belo Horizonte, 2008 a 2011.

GUIMARÃES, Eduardo Nunes et al. Aglomeração Urbana de Uberlândia (MG): Formação Sócio-Econômica e Centralidade Regional. In: HOGAN, Joseph, et al. (Org.). **Migração e ambiente nas Aglomerações Urbanas**. Campinas: Núcleo de Estudos Populacionais/UNICAMP, 2001.

HAESBAERT, Rogério. **O mito da desterritorialização**: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade. 2ª. Edição. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006. 400p.

HALL, Tim. **Urban Geography**. 2006. 3rd Ed. P.cm. (Routledge contemporary human geography series). 200p.

HEBERLE, Karen Aline. Circuitos Espaciais da Produção e Circulação do Capital: reflexões iniciais sobre o caso de Caxias do Sul/RS. **Anais do Encontro Nacionais de Geógrafos/ENG**. 2010. Universidade Federal do Rio Grande do Sul/UFRS. p.1-8.

INFRAERO. < <http://www.infraero.gov.br/>>. <Acesso em 01 de Setembro 2011>.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA/IBGE. **Região de Influência das Cidades/REGIC**: Rio de Janeiro/RJ. Edições: 1987, 2001, 2002, 2007.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA/IBGE. Migração e Deslocamento, Resultados da Amostra, Comentário dos Resultados. **Censo Demográfico**, 2000. Rio de Janeiro: IBGE, 2001.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA/IBGE. **Censos Demográficos, 1950 a 2010**. Disponível em < <http://www.ibge.gov.br> htm/>.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA/IBGE. **Enciclopédia dos Municípios Brasileiros**. Publicação comemorativa do 23º. Aniversário. XXVI volume. Rio de Janeiro, 1959. Planejada e orientada por FERREIRA, Jurandyr Pires. Presidente do IBGE.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA/IPEA, INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA/IBGE, UNIVERSIDADE DE CAMPINAS/UNICAMP. **Caracterização da atual configuração, evolução e tendências da rede urbana do Brasil:** determinantes do processo de urbanização e implicações para a proposição de políticas públicas. 2001, Brasília. . p. 319-343. (Série Caracterização e Tendências da Rede Urbana do Brasil).

JOHSON, James H. **Geografia Urbana.** Coleção Elementos da Geografia – oikos-tau. 1974. Pergamon Press Ltd., Oxford. ISBN 84-281-0277-5. 280p.

JORNAL O TEMPO: Belo Horizonte, 29/03/2011.

LEFEBVRE, Henri. **A produção do espaço.** (2000). MARTINS, Sérgio; PEREIRA, Doralice Barros (trad.) Belo Horizonte, [2000]. 4ª. Ed. 2007, p.3-118.

LEFEBVRE, Henri. **A Revolução Urbana.** Belo Horizonte: Editora: UFMG, 1999. Tradução Sergio Martins.

LEFEBVRE, Henri. **O direito à cidade.** Brasil: Editora Documentos Ltda, 1969.

LEITE, Marcos Esdras Leite. **Geotecnologias aplicadas ao mapeamento do uso do solo urbano e da dinâmica de favela em cidade média:** o caso de Montes Claros/MG. Instituto de Geografia, Universidade Federal de Uberlândia, (Tese de Doutorado em Geografia) 2011.

LEITE, Marcos Esdras Leite. **Geoprocessamento aplicado ao estudo urbano:** o caso da cidade de Montes Claros/MG. Instituto de Geografia, Universidade Federal de Uberlândia, (Dissertação Mestrado em Geografia) 2006.

LELOUP, Yves. Les villes du Minas Gerais. Paris, I.H.E.A.L., 1970, 301 P.(Thèse de Doctorat).

LESSA, Simone Narciso. **Trem de Ferro:** do Cosmopolitismo ao sertão. Departamento de História, Universidade de Campinas, Campinas. Dissertação (Mestrado), 1993.

LIMA, Ana Paula Gil de. **Os Consórcios Intermunicipais de Saúde e o Sistema Único de Saúde.** Disponível em </<http://www.scielo.br/pdf/csp/v16n4/3602.pdf> htm/>. Acesso em agosto de 2009.

LIMA FILHO, Alberto de Oliveira. Distribuição espacial do comércio varejista da Grande São Paulo. **Série Teses e Monografias**, nº15, São Paulo: USP/IG, 1975.

LOPES, Ana Paula Gusmão; DOLABELLA, Alfredo. **A Influência do Capitão Enéas Mineiro de Souza na implantação e no crescimento econômico do município de Capitão Enéas – MG.** Universidade Estadual de Montes Claros. Centro de Ciências Sociais Aplicadas. Departamento de Ciências Econômicas. 1994. 1 v. (TCC de Graduação).

MARQUES DA COSTA, Nuno Manuel Sessarego. **Mobilidade e Transporte em Áreas Urbanas.** O caso da área metropolitana de Lisboa. Tese de Doutorado. Universidade de Lisboa. Faculdade de Letras. Departamento de Geografia. 2007.

MATA MACHADO, Bernardo Novais da. **História do sertão noroeste de Minas Gerais (1690-1930)**. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1991. 168 p.

MAURÍCIO, Milene Antonieta Coutinho. **O patrimônio histórico de Montes Claros**. Montes Claros: Editora Unimontes, 2005. p.23-24.

MATOS, Ralfo Edmundo da Silva. **Espacialidade em rede: população, urbanização e migração no Brasil contemporâneo**. Belo Horizonte: C/Arte, 2005. 264 p. ISBN: 85- 7623-024 -0.

MATOS, Ralfo. **Aglomeraciones Urbanas, Rede de Cidades e desconcentração Demográfica no Brasil**, 2000. Disponível em <http://www.abep.nepo.unicamp.br.html>. p.1-22. Acesso em setembro de 2010.

MELO, Nágela Aparecida de. **Pequenas cidades da microrregião geográfica de Catalão (GO): análises de seus conteúdos e considerações teórico-metodológicas**. Universidade Federal de Uberlândia, Programa de Pós-Graduação em Geografia. 2008. 527f. Tese (Doutorado).

MÉNDEZ, Ricardo. La dimensión urbana del desarrollo territorial: significado actual de las ciudades de tamaño intermedio y las periferias metropolitanas. Instituto de economía, geografía y demografía. Centro de ciencias humanas y sociales csic, 2010. p.137-154.

MINAS GERAIS. CONSTITUIÇÃO ESTADUAL DE MINAS GERAIS, 1989. Disponível em <http://www.almg.gov.br> htm/

Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior/ MIDIC. Secretaria de Comércio Exterior/SECEX, 2010. Disponível em <http://www.desenvolvimento.gov.br>.html/. Acesso em junho 2010.

MENDES, Gregório Elvécio. **Mirabela em busca das raízes**. Montes Claros: Editora e Gráfica Polígono, 1999. 137 p.

MIYAZAKI, Vitor Koiti. **Um Estudo sobre o Processo de Aglomeração Urbana: Álvares Machado, Presidente Prudente e Regente Feijó**. Presidente Prudente, Universidade Estadual Paulista/UNESP, 2008, 171f. Dissertação (Mestrado).

MOTTA, Diana Meirelles da, e AJARA, César. Configuração da rede urbana do Brasil. **Revista Paranaense de Desenvolvimento**, Curitiba: IPARDES, n.100, 1999.

MOURA, Rosa; CASTELLO BRANCO, Maria Luisa Gomes; FIRKOWSKI, Olga Lúcia C. de Freitas. **Movimento pendular e perspectivas de pesquisas em aglomerados urbanos/ Commuting and research perspectives in urban agglomerations**, 2005. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/spp/v19n4/v19n4a08.pdfhtml>/. Acesso em 27 de setembro de 2008.

NUNES, Marcelo. Contribuições para a discussão sobre cidades médias. **Anais do Simpósio Internacional sobre cidades médias /CIMDEPE**, 2005. Presidente Prudente/SP. UNESP, 2005. p.1-11. **Anais**.

OJIMA, Ricardo. Dimensões da urbanização dispersa e proposta metodológica para estudos comparativos: uma abordagem socioespacial em aglomerações urbanas brasileiras. **Revista Brasileira de Estudos de População**. ISSN 0102-3098. Rev. bras. estud. popul. vol.24 no. 2 São Paulo July/Dec. 2007. doi: 10.1590/S0102-30982007000200007. p.1-34.

OLIVEIRA, Hélio Carlos Miranda de. Cidades Médias: contribuição para o debate. XI Simpósio Nacional de Geografia Urbana; Universidade de Brasília; Brasília; Brasil, 2009. **Anais**.

OLIVEIRA, Marcos Fabio Martins de. O processo de formação e desenvolvimento de Montes Claros e da Área Mineira da Sudene. In: OLIVEIRA, Marcos Fábio Martins, RODRIGUES, Luciene. (Org.). **Formação Econômica e Social do Norte de Minas**. Montes Claros: Editora UNIMONTES, 2000.

PAULA, Andréa Maria Narciso Rocha de; CLEPS JUNIOR, João. Migração e Trabalho no Norte de Minas Gerais: os antigos tempos e as novas formas de exclusão social na cidade de Montes Claros. **Anais do II Simpósio Regional de Geografia**, 2002, Uberlândia (MG). Instituto de Geografia/ Univ. Federal de Uberlândia, 2002. p. 1-10.

PAULA, Hermes Augusto de. **Montes Claros, sua história, sua gente e seus costumes**. Minas Gráfica Editora, 1979. vol. 1.

PEREIRA, Anete Marília, SOUTO, Iara Vanessa Pereira. Cidades Médias e sua Inserção nas Redes Globais: Um Estudo Sobre Montes Claros/MG. **Anais do III Fórum de Ensino, Pesquisa, Extensão e Gestão**. Montes Claros/MG. Montes Claros, UNIMONTES, 24 a 26 de Setembro de 2009.

PEREIRA, Anete Marília. **Cidade Média e Região**: o significado de Montes Claros no Norte de Minas Gerais. Instituto de Geografia, Universidade Federal de Uberlândia. Uberlândia/MG, 2007. Tese (Doutorado).

PEREIRA, Fabiano Maia; LEMOS, Mauro Borges. Cidades médias: uma visão nacional e regional. **Anais do XI Seminário sobre economia mineira**. Diamantina, 24 a 27 de Agosto de 2004.. Disponível em <http://www.cedeplar.ufmg.br>.

PEREIRA, Anete Marília; LEITE, Marcos Esdras. A expansão urbana de Montes Claros a partir do processo de industrialização. In: PEREIRA, Anete Marília; ALMEIDA, Maria Ivete Soares de. (Org.). **Leituras Geográficas sobre o Norte de Minas Gerais**. Unimontes. Montes Claros. 2004. p.33-51.

PIRES, Simeão Ribeiro. **Raízes de Minas**. Montes Claros, MG: Editora Unimontes, 2007. 395 p. : il. (Coleção Sesquicentenária 12 12) ISBN 978-85-773-9040-3.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOCAIÚVA. Secretaria Municipal de cultura. 1999.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CLARO DOS POÇÕES. Secretaria Municipal de Educação. 2011.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CORAÇÃO DE JESUS. Secretaria Municipal de cultura. 1999.

PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS. [www.montesclaros.mg.gov.br](http://www.montesclaros.mg.gov.br). Acesso em Junho de 2008.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia do poder**. São Paulo: Ática, 1993.

RAMIRES, Júlio César de Lima. Cidades Médias e serviços de saúde: algumas reflexões sobre os fixos e os fluxos. In: SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão. (Org.). **Cidades Médias: espaços em transição**. São Paulo: Expressão Popular, 2007.p.173-186.

REOLON, Cleverson Alexsander. **A aglomeração urbana da soja: Cascavel e Toledo no contexto da metropolização da mesorregião oeste paranaense**. Programa de Pós Graduação em Desenvolvimento Regional e Agronegócio na Universidade Estadual do Oeste do Paraná, 2007. Dissertação de Mestrado. 244f.

RIBEIRO, Ricardo Ferreira. História ecológica do sertão mineiro e a formação do patrimônio cultural sertanejo. In: LUZ, Cláudia; DAYRELL, Carlos. (Org.). **Cerrado e desenvolvimento: tradição e atualidade**. Montes Claros, 2000. p.47-106.

RIGOTTI, José Irineu Rangel; COSTA, Junior. Movimentos Populacionais e as Cidades Médias de Minas Gerais. VI Encontro Nacional Sobre Migrações, 12 a 14 de Agosto de 2009. CEDEPLAR/FACE/UFGM/Belo Horizonte, MG. **Anais**.

ROCHEFORT, Michel. **Redes e Sistemas: ensinando sobre o urbano e a região**. São Paulo: Hucitec, 1998.

RODRIGUES, Luciene. Formação Econômica do Norte de Minas e do Período Recente. In: OLIVEIRA, Marcos Fábio Martins. RODRIGUES, Luciene. (Org.). **Formação econômica e social do Norte de Minas**. Montes Claros: Editora: Unimontes, 2000.

SAINT-HILAIRE, Auguste de. **Viagem as nascentes do Rio São Francisco**. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Ed. da Universidade Estadual de São Paulo, 1975.

SANFELIU, C. B., TORNÉ, J. M. Miradas a otros espacios urbanos: Las ciudades intermédias. **Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales/ Universidad de Barcelona**. ISSN: 1138-9788. Depósito Legal: B. 21.741-98 Vol. VIII, núm. 165, 15 de mayo de 2004.

SANTOS, Milton. **Manual de Geografia Urbana**. 3ª. Edição. São Paulo: Edusp. 2008.

SANTOS, Milton. **A Natureza do Espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. São Paulo: Hucitec, 1996

SANTOS, Milton. **A urbanização Brasileira**. São Paulo: Editora Hucitec, 1993.

SANTOS, Everaldo Sepulveda. **A implantação do sistema de abastecimento de água no município de Glaucilândia: em estudo de caso da revelação benefício - custo**. Montes Claros, MG, 1998. 54 p.

SENA FILHO, Nelson de. A Rede Urbana e o Zoneamento Morfológico-Funcional de uma Cidade Média: Caratinga/MG. In AMORIM FILHO, Oswaldo Bueno; SENA FILHO, Nelson. **A morfologia das cidades médias**. Goiânia: Ed. Vieira, 2005. p. 17-68.

SERRA, Geraldo G. **Pesquisa em Arquitetura e Urbanismo**. Guia Prático para o trabalho de Pesquisadores em pós-graduação. São Paulo: Edusp: Mandarim, 2006.

SERVIÇO BRASILEIRO DE APOIO ÀS MICROS E PEQUENAS EMPRESAS SEBRAE/MG. **Diagnóstico Municipal, 2001. Claro dos Poções, Capitão Enéas, Glaucilândia e Juramento**. Disponível em [www.sebrae.com.br](http://www.sebrae.com.br). Acesso em Maio de 2011.

SILVA, Maria Patrícia. **Desenvolvimento e Saúde: Dimensão Social do Projeto Montes Claros**. 2007. Dissertação de Pós-Graduação. Universidade Estadual de Montes Claros/UNIMONTES. Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Social/ PPGDS. Montes Claros, 2010. 158p.

SILVEIRA, Iara Maria Soares Costa da. **Montes Claros e o Bairro Cidade Industrial: retrato de um centro polarizador no Norte-Mineiro**. Instituto de Geografia, Universidade Federal de Uberlândia, (Dissertação Mestrado em Geografia) 2003.

SILVEIRA, Olyntho da. **Brejo das almas**. Belo Horizonte: Santa Maria, 1962. 200 p.

SINGER, Paul. **O que é o socialismo hoje**. Petrópolis: Vozes, 1980.

SOARES, Paulo Roberto. **Cidades Médias e Aglomerações urbanas: a nova organização do espaço regional do Sul do Brasil**. FURG/Campus Carreiro Rio Grande do Sul. 2008.

SOARES, Paulo Roberto. **Cidades Médias, Aglomerações urbanas: a nova organização do espaço regional do Sul do Brasil**. I Seminário Internacional sobre Cidades Médias/CIMDEPE: Dinâmica Econômica e Produção do Espaço Urbano. Presidente Prudente/SP, Brasil. 2005.

SOARES, Beatriz Ribeiro. Cidades Médias: uma revisão bibliográfica. In: ALVES, A. F.; Flávio, L. C.; SANTOS, R. A dos. (Org.). **Espaço e Território: interpretações e perspectivas do desenvolvimento**. 1ª. ed. Francisco Beltrão, Paraná, 2005. p.273.286.

SOARES, Beatriz Ribeiro. MELO, Nágela Aparecida. **Cidades Médias: Reflexões sobre o Programa UIA/CIMES e Apontamentos de Perspectivas para o estudo no Brasil**. I Seminário Internacional sobre Cidades Médias/CIMDEPE: Dinâmica Econômica e Produção do Espaço Urbano. Presidente Prudente/SP, Brasil. 2005.

SOARES, Beatriz Ribeiro. Repensando as cidades médias brasileiras no contexto da globalização. **Revista Formação**. Presidente Prudente: Curso de Pós Graduação em Geografia. n. 6, p.55-64, 1999.

SOARES DE JESUS, Cláudia; FONSECA, Gildette Soares. Migração temporária de Claro dos Poções/MG para Itupiranga/PA. **Anais do XVII Encontro Nacional de Estudos Populacionais/ABEP**, Caxambú/MG, Brasil, 20 a 24 de Set. 2010.

ESPINDOLA, Haruf Salmen Território e Geopolítica nas Minas Gerais do Século XIX. **Cadernos da Escola do Legislativo**. Belo Horizonte, v. 11, n. 16, p. 71-88, jan./jun. 2009.

SPÓSITO, Maria Encarnação Beltrão. Novos conteúdos nas periferias urbanas das cidades médias do Estado de São Paulo, Brasil. *Investigaciones Geográficas*, **Boletín del Instituto de Geografía-UNAM**. ISSN 0188-4611, núm. 54, 2004, pp. 114-139

SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão. **O chão em pedaços: urbanização, economia e cidades no Estado de São Paulo**. Presidente Prudente, 2004. 508 p. Tese (Livre Docência). Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista/UNESP. Presidente Prudente.

SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão. Novas formas comerciais e redefinição da centralidade intra-urbana. In: SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão. (Org.). **Textos e contextos para a leitura geográfica de uma cidade média**. Presidente Prudente: 2001, p. 235-253.

STAMM, Cristiano; STADUTO, Jefferson Andronio Ramundo. **Movimentos pendulares das cidades interioranas de porte médio de Cascavel e Toledo, no Paraná**. Disponível em: <[www.abep.nepo.unicamp.br/docs/rev\\_inf/vol25\\_n1\\_2008/vol25\\_n1\\_2008\\_9artigo\\_p131a149.pdf](http://www.abep.nepo.unicamp.br/docs/rev_inf/vol25_n1_2008/vol25_n1_2008_9artigo_p131a149.pdf)> Acesso em Agosto de 2009.

VARGAS, Joelma Aparecida Veloso. **O Processo de industrialização em Capitão Enéas a partir de 1985 e o impacto no desenvolvimento do município**. Estadual de Montes Claros. Faculdade de Administração e Finanças. Departamento de Ciências Econômicas. 1991. 63 f.

VIANNA, Urbino de Sousa. **Monographia do Município de Montes Claros: breves aspectos históricos, geográficos e descritivos**. Belo Horizonte: Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais, 1916.

VIANA, Nelson. **Efemérides montesclarenses. (1707-1962)**. Rio de Janeiro: Pongetti, 1964.

VILLAÇA, Flávio. **A delimitação territorial do espaço urbano**. 1997. Disponível em <http://www.flaviovillaca.arq.br>. Acesso em Setembro de 2010.

WHITACKER, Arthur Magon. Inovações Tecnológicas, Mudanças nos Padrões Locacionais e na Configuração da Centralidade em Cidades Médias. **Anais do X Colóquio Internacional de Geocrítica: Los Problemas del Mundo Actual. Soluciones Y Alternativas desde la Geografía Y las Ciencias Sociales**. Porto Alegre, 28 de mayo - 1 de junio de 2007. Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

## Sites Consultados

http:\\www.acimoc.com.br  
http:\\[www.agenciaminas.mg.gov.br](http://www.agenciaminas.mg.gov.br)  
http:\\www.almg.gov.br  
http:\\www.capitaoeneas.mg.gov.br  
http:\\www.datasus.gov.br  
http:\\www.der.mg.gov.br  
http:\\[www.economia.estadao.com.br/noticias/not37150.htm](http://www.economia.estadao.com.br/noticias/not37150.htm),  
http:\\www.emec.mec.gov.br  
http:\\[www.enoquerodrigues.blogspot.com](http://www.enoquerodrigues.blogspot.com)  
http:\\www.fjp.gov.br  
http:\\www.franciscosa.mg.gov.br  
http:\\www.capitaoeneas.mg.gov.br  
http:\\www.geominas.mg.gov.br  
http:\\www.google.com.br/intl/pt-br/earth  
http:\\www.ibge.gov.br  
http:\\www.infraero.gov.br/  
http:\\www.ipea.gov.Br  
http:\\www.listanorte.com.br  
http:\\www.mdic.gov.br  
http:\\www.montesclaros.mg.gov.br  
http:\\www.montesclaros.mg.gov.br/cidade/rodoviaria.htm  
http:\\[www.olhardireto.com.br](http://www.olhardireto.com.br)  
http:\\www.pmmoc.mg.gov.br  
http:\\www.sãojoaodalagoacapitaoeneas.mg.gov.br  
http:\\www.sebraemg.gov.br  
http:\\www.telelistas.net

## ANEXOS

**ANEXO I**  
**UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA - UFU**  
**INSTITUTO DE GEOGRAFIA**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA**  
**TESE: AGLOMERAÇÃO URBANA DESCONTÍNUA**  
**DE MONTES CLAROS/MG: NOVAS CONFIGURAÇÕES SOCIOESPACIAIS**  
**Autora: Iara Soares de França**

---

**Comerciantes**

Município: \_\_\_\_\_

1) Nome do Estabelecimento:

\_\_\_\_\_.

2) Ramo de atuação:

\_\_\_\_\_.

3) Principais produtos comercializados:

a) \_\_\_\_\_; b) \_\_\_\_\_; c) \_\_\_\_\_.

4) Origem dos fornecedores desses produtos:

Próprio Município  Montes Claros  Região Norte de Minas

Estado de Minas Gerais  Outros Estados

5) Origem do Consumidor:

( ) pessoas residentes na cidade

( ) pessoas residentes na zona rural do município

( ) pessoas residentes nas cidades vizinhas. Quais cidades?

\_\_\_\_\_.

( ) pessoas residentes na zona rural dos municípios vizinhos. Quais municípios?

\_\_\_\_\_.

( ) outros \_\_\_\_\_.

**ANEXO II**  
**UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA - UFU**  
**INSTITUTO DE GEOGRAFIA**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA**  
**TESE: AGLOMERAÇÃO URBANA DESCONTÍNUA**  
**DE MONTES CLAROS/MG: NOVAS CONFIGURAÇÕES SOCIOESPACIAIS**  
**Autora: Iara Soares de França**

---

**Representantes do Poder Público Municipal**

Município: \_\_\_\_\_

1. Nome: \_\_\_\_\_

2. Função que exerce no governo municipal: \_\_\_\_\_

3. Relação que o município tem com Montes Claros:

Área:

Saúde

---

Educação

---

Comércio

---

Turismo/Lazer

---

Infraestrutura/Outros

---

Existe alguma parceria ou projetos de ação conjunta entre o município e Montes Claros? \_\_\_\_\_

Comente as interações estabelecidas entre Montes Claros e os municípios do entorno

---

Você conhece o Projeto de Lei 4/2011 em tramitação na Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais que prevê a criação da Região Metropolitana de Montes Claros/RMMOC?

Como você o avalia?

---

---

**ANEXO III**  
**UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA - UFU**  
**INSTITUTO DE GEOGRAFIA**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA**  
**TESE: AGLOMERAÇÃO URBANA DESCONTÍNUA**  
**DE MONTES CLAROS/MG: NOVAS CONFIGURAÇÕES SOCIOESPACIAIS**  
**Autora: Iara Soares de França**

---

Técnicos e Pesquisadores da Região Norte de Minas e de Montes Claros/MG

1. Nome:

---

2. Formação e Função:

---

Comente as interações estabelecidas entre Montes Claros e os municípios do entorno

---

Você conhece o Projeto de Lei 4/2011 em tramitação na Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais que prevê a criação da Região Metropolitana de Montes Claros/RMMOC?

Como você o avalia?

---

---

**ANEXO IV**  
**UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA - UFU**  
**INSTITUTO DE GEOGRAFIA**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA**  
**TESE: AGLOMERAÇÃO URBANA DESCONTÍNUA**  
**DE MONTES CLAROS/MG: NOVAS CONFIGURAÇÕES SOCIOESPACIAIS**  
**Autora: Iara Soares de França**

---

**COLETA DE DADOS/PESQUISA DOCUMENTAL**  
**ASSOCIAÇÃO DE ESTUDANTES**

Município:

1) Nome da Associação:

2) Recursos para Manutenção da Associação:

Contribuição dos Alunos     Contribuição da Prefeitura     Outros

---

3) Número de ônibus que se desloca para Montes Claros diariamente.

4) Qual o tempo estimado do transporte de estudantes do seu município para Montes Claros?

5) Número de alunos associados e/ou que utilizam o serviço de transporte da associação:

Número de Estudantes (viagem/dia)	Destino		
	Universidade/ Faculdade	Ensino Médio	Cursos Técnico/ Pré-concurso/ Pré -Vestibular

Observação:

**ANEXO V**  
**UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA - UFU**  
**INSTITUTO DE GEOGRAFIA**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA**  
**TESE: AGLOMERAÇÃO URBANA DESCONTÍNUA**  
**DE MONTES CLAROS/MG: NOVAS CONFIGURAÇÕES SOCIOESPACIAIS**  
**Autora: Iara Soares de França**

---

**TAXISTA**

Município: \_\_\_\_\_

1) Com qual frequência você se desloca para Montes Claros/MG e qual a quantidade aproximada de passageiros por viagem?

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

2) Qual o tempo estimado do transporte de passageiros para Montes Claros?

3. Qual o motivo do deslocamento dos passageiros?

Trabalho

Saúde

Educação

Comércio

Visita Familiar

Lazer

Serviços Públicos ( Bancos, INSS, Receita Federal, Ministério do Trabalho, Poder Judiciário, Detran, etc..)

Outros \_\_\_\_\_

Observação:

**ANEXO VI**  
**UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA - UFU**  
**INSTITUTO DE GEOGRAFIA**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA**  
**TESE: AGLOMERAÇÃO URBANA DESCONTÍNUA**  
**DE MONTES CLAROS/MG: NOVAS CONFIGURAÇÕES SOCIOESPACIAIS**  
**Autora: Iara Soares de França**

---

**População/Migrante Pendular para Montes Claros**

Município de Origem: \_\_\_\_\_

1) Com qual frequência você se desloca para Montes Claros/MG?

2) Qual o tempo estimado da viagem?

3) Qual o motivo da viagem?

Trabalho

Saúde

Educação

Comércio

Visita Familiar

Lazer

Serviços Públicos (Bancos, INSS, Receita Federal, Ministério do Trabalho, Poder Judiciário, etc..)

Outros: \_\_\_\_\_

4) Quais os fatores positivos e negativos de viajar para Montes Claros?

5) Qual a importância dessa cidade (Monte Claros) para você?

Observação:

**ANEXO VII**  
**UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA - UFU**  
**INSTITUTO DE GEOGRAFIA**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA**  
**TESE: AGLOMERAÇÃO URBANA DESCONTÍNUA**  
**DE MONTES CLAROS/MG: NOVAS CONFIGURAÇÕES SOCIOESPACIAIS**  
**Autora: Iara Soares de França**

---

**Gestor da Central de Abastecimento do Norte de Minas (CEANORTE) em Montes Claros.**

1 - Fale sobre as trocas entre Montes Claros e os municípios do entorno a partir do setor agrícola, e, com isso, comente o processo de comercialização dos produtos.

**ANEXO VIII**  
**UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA - UFU**  
**INSTITUTO DE GEOGRAFIA**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA**  
**TESE: AGLOMERAÇÃO URBANA DESCONTÍNUA**  
**DE MONTES CLAROS/MG: NOVAS CONFIGURAÇÕES SOCIOESPACIAIS**  
**Autora: Iara Soares de França**

---

**Deputado**

1. Nome:

---

---

Comente as interações estabelecidas entre Montes Claros e os municípios do entorno.

---

---

---

---

---

Fale sobre o Projeto de Lei 4/2011 em tramitação na Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais/ALMG que prevê a criação da Região Metropolitana de Montes Claros/RMMOC: origem do projeto, a reativação, sua relevância e o andamento atual do mesmo.

---

---

---

---

---

---

## PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 4/2011

(Ex-Projeto de Lei Complementar nº 51/2002)

Institui a Região Metropolitana de Montes Claros, dispõe sobre sua organização e funções e dá outras providências.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

### Capítulo I

Da Instituição e da Composição da Região Metropolitana de Montes Claros

Art. 1º - Fica instituída a Região Metropolitana de Montes Claros, integrada pelos Municípios de Montes Claros, São João da Ponte, Capitão Enéas, Francisco Sá, Juramento, Bocaiúva, Engenheiro Navarro, Claro dos Poções, São João da Lagoa, Coração de Jesus e Mirabela.

Parágrafo único - Os distritos que vierem a se emancipar por desmembramento de municípios pertencentes à Região Metropolitana de Montes Claros também passarão a integrá-la.

### Capítulo II

Da Região Metropolitana de Montes Claros

#### Seção I

Das Funções Públicas de Interesse Comum

Art. 2º - No planejamento, na organização e na execução das funções públicas de interesse comum, as ações dos órgãos e a gestão da Região Metropolitana de Montes Claros abrangerão serviços e instrumentos que repercutam além do âmbito municipal e provoquem impacto no ambiente metropolitano, notadamente:

I - no transporte intermunicipal, os serviços que, diretamente ou por meio de integração física e tarifária, compreendam os deslocamentos dos usuários entre os municípios da Região Metropolitana;

II - no sistema viário de âmbito metropolitano, o controle de trânsito, tráfego e infraestrutura da rede de vias arteriais e coletoras, compostas por eixos que exerçam a função de ligação entre os municípios da Região Metropolitana;

III - no saneamento básico:

a) a integração dos sistemas de abastecimento e esgoto sanitário do aglomerado metropolitano;

b) a racionalização dos custos dos serviços de limpeza pública e de atendimento integrado a áreas municipais;

c) a macrodrenagem das águas pluviais;

IV - no uso do solo metropolitano, as ações que assegurem a utilização do espaço metropolitano sem conflitos e sem prejuízos à proteção do meio ambiente;

V - na preservação e na proteção do meio ambiente e no combate à poluição:

a) a definição de diretrizes ambientais para o planejamento;

b) o gerenciamento de recursos naturais e a preservação ambiental;

c) a conservação, a manutenção e a preservação de parques e santuários ecológicos;

d) o incentivo aos maciços florestais na região, com vista ao suprimento de matériaprima para o pólo moveleiro e à contribuição para o processo de sequestro de CO<sub>2</sub>;

VI - no aproveitamento dos recursos hídricos:

a) a garantia de sua preservação e de seu uso, em função das necessidades metropolitanas;

b) a compensação aos municípios cujo desenvolvimento seja afetado por medidas de proteção dos aquíferos;

- c) a integração e o uso de maneira técnica e racional dos recursos hídricos da bacia do rio Verde Grande, com vistas à agricultura irrigada;
- VII - na cartografia e informações básicas, o mapeamento da Região Metropolitana e o subsídio ao planejamento das funções públicas de interesse comum;
- VIII - na habitação, a definição de diretrizes para a localização de núcleos habitacionais e para programas de habitação;
- IX - na criação de central de abastecimento para a região, precedida de avaliação do potencial produtivo de cada município, e no direcionamento da produção programada de horticultura com vista ao abastecimento metropolitano;
- X - no planejamento integrado do desenvolvimento econômico:
- a) o incentivo à instalação de empresas na região;
  - b) o incentivo às pequenas e médias empresas;
  - c) o incentivo e o estabelecimento de linhas comuns pertinentes ao fortalecimento do cooperativismo na região;
  - d) a adoção de políticas setoriais de geração de renda e empregos;
  - e) a integração com as demais esferas governamentais;
  - f) a integração da região nos planos estaduais e nacionais de desenvolvimento;
  - g) o incentivo ao desenvolvimento agropecuário e o aprimoramento das cadeias do agronegócio processadas na região;
  - h) a promoção de gestões nas esferas estadual e federal para a definitiva integração da Região Metropolitana de Montes Claros com a Região Metropolitana de Belo Horizonte, com o objetivo de assegurar, entre outros benefícios, a melhoria das telecomunicações, bem como a reestruturação e a ampliação da malha rodoferroviária da região ligada ao transporte intermodal, melhorando, como consequência, o suprimento de matéria-prima e o escoamento da produção;
- XI - o planejamento, de maneira integrada e racional, de recursos disponíveis para o turismo na área de convergência metropolitana;
- XII - o fortalecimento da rede de ensino básico e superior da região, com a adoção de medidas que visem a:
- a) ampliação dos cursos regulares ou técnicos voltados para as necessidades da região;
  - b) desenvolvimento do ensino profissionalizante de interesse dos três segmentos econômicos estabelecidos na área metropolitana;
- XIII - a definição de diretrizes metropolitanas de política de saúde baseada na prevenção, no aparelhamento da rede básica, na integração das redes pública e privada e na racionalização dos recursos físicos e humanos à disposição da saúde;
- XIV - o aumento da eficácia dos estabelecimentos da região metropolitana, para melhorar a potencialidade e produtividade de instituições de pesquisa e desenvolvimento tecnológico e da estrutura aduaneira;
- XV - o fortalecimento do desenvolvimento de tecnópole dentro do conceito de “cluster”.

Parágrafo único - Os planos específicos de uso do solo que envolvam área de mais de um município serão coordenados em nível metropolitano, com a participação dos municípios e dos órgãos setoriais interessados.

## Seção II

### Da Gestão

Art. 3º - A gestão da Região Metropolitana de Montes Claros compete:

- I - à Assembléia Metropolitana, nos níveis regulamentar, financeiro e de controle;
- II - às instituições estaduais, municipais e intermunicipais vinculadas às funções públicas de interesse comum da Região Metropolitana, no nível do planejamento estratégico, operacional e de execução;

III - ao Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social Metropolitano.

### Seção III

#### Da Assembléia Metropolitana

Art. 4º - À Assembléia Metropolitana da Região de Montes Claros, órgão colegiado com poderes normativos e de gestão financeira dos recursos do Fundo de Desenvolvimento Metropolitano de Montes Claros, compete:

- I - exercer o poder normativo e regulamentar de integração do planejamento, da organização e da execução das funções públicas de interesse comum;
- II - zelar pela observância das normas, mediante mecanismos específicos de fiscalização e controle dos órgãos e das entidades metropolitanas;
- III - elaborar e aprovar o Plano Diretor Metropolitano, do qual farão parte as políticas globais e setoriais para o desenvolvimento socioeconômico metropolitano, bem como os programas e projetos a serem executados, com as modificações que se fizerem necessárias à sua correta implementação;
- IV - acompanhar e avaliar a execução do Plano Diretor Metropolitano em curto, médio e longo prazos;
- V - aprovar as políticas de aplicação dos investimentos públicos na Região Metropolitana de Montes Claros, respeitadas as prioridades setoriais e espaciais explicitadas no Plano Diretor Metropolitano e em seus programas e projetos;
- VI - promover a compatibilização de recursos provenientes de fontes distintas de financiamento, destinados à implementação de projetos indicados no Plano Diretor Metropolitano;
- VII - administrar o Fundo de Desenvolvimento Metropolitano;
- VIII - aprovar seu próprio orçamento anual, no que se refere aos recursos do Fundo de Desenvolvimento Metropolitano;
- IX - aprovar os planos plurianuais de investimento e as diretrizes orçamentárias da Região Metropolitana de Montes Claros;
- X - estabelecer as diretrizes da política tarifária dos serviços metropolitanos de interesse comum;
- XI - colaborar para o desenvolvimento institucional dos municípios que não disponham de capacidade de planejamento próprio;
- XII - aprovar os balancetes mensais de desembolso e os relatórios semestrais de desempenho do Fundo de Desenvolvimento Metropolitano;
- XIII - aprovar os relatórios semestrais de avaliação da execução do Plano Diretor Metropolitano e de seus respectivos programas e projetos;
- XIV - estimular a participação da sociedade civil na definição dos rumos do desenvolvimento da Região Metropolitana de Montes Claros.

Art. 5º - A Assembléia Metropolitana de Montes Claros é composta por:

- I - Prefeitos dos municípios que compõem a Região Metropolitana de Montes Claros;
- II - Vereadores das Câmaras dos municípios que compõem a Região Metropolitana de Montes Claros, na proporção de um Vereador para cada cinquenta mil habitantes ou fração;
- III - dois representantes da Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais, por ela indicados;
- IV - dois representantes do Poder Executivo Estadual, indicados pelo Governador do Estado;
- V - um representante do Poder Judiciário, devendo a escolha recair sobre Juiz de Direito titular de comarca pertencente à Região Metropolitana, indicado pelo Presidente do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais;
- VI - quatro representantes do Colar Metropolitano de Montes Claros, eleitos por seus

pares, sendo:

a) dois Prefeitos;

b) dois Vereadores.

§ 1º - Os Prefeitos a que se refere o inciso I deste artigo indicarão um suplente, a ser escolhido entre os Secretários Municipais dos respectivos municípios.

§ 2º - Os membros da Assembléia Metropolitana a que se referem os incisos II a VI deste artigo terão um suplente, escolhido da mesma forma que os titulares, para atuar em caso de impedimento destes.

§ 3º - O mandato dos membros da Assembléia será de dois anos, permitida uma recondução para igual período, ressalvado o disposto no § 4º.

§ 4º - A duração do mandato dos Prefeitos corresponderá à de seus mandatos eletivos.

§ 5º - A participação na Assembléia Metropolitana de Montes Claros é considerada de interesse público relevante e não será remunerada.

#### Seção IV

##### Do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social

Art. 6º - Compete ao Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social da Região Metropolitana de Montes Claros:

I - planejar, elaborar e submeter à apreciação da Assembléia Metropolitana de Montes Claros os projetos integrados de desenvolvimento econômico e social;

II - buscar alternativas de financiamento de projetos e programas de interesse da Região Metropolitana de Montes Claros;

III - elaborar diagnósticos dos problemas regionais para serem discutidos no âmbito da Assembléia Metropolitana;

IV - promover discussões, visitas e audiências públicas, com o objetivo de ampliar a participação da sociedade civil no debate e na busca de soluções para os problemas da Região Metropolitana de Montes Claros.

Art. 7º - O Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social, de caráter consultivo, terá a seguinte composição:

I - representantes dos Conselhos Municipais;

II - representantes das empresas da região;

III - representantes das demais entidades associativas.

Parágrafo único - A função de membro do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social será considerada de interesse público relevante e não será remunerada.

Art. 8º - A Assembléia Metropolitana de Montes Claros regulamentará os critérios de escolha dos membros do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social da Região Metropolitana de Montes Claros, de acordo com o seu regimento interno.

#### Seção V

##### Do Colar Metropolitano

Art. 9º - Os municípios do entorno da Região Metropolitana de Montes Claros atingidos pelo processo de metropolização constituirão o Colar Metropolitano e integrarão o planejamento, a organização e a execução das funções públicas de interesse comum.

Art. 10 - A integração, para efeito de planejamento, organização e execução de funções públicas de interesse comum, dos municípios que compõem o Colar Metropolitano se fará por meio de resolução da Assembléia Metropolitana da Região Metropolitana de Montes Claros, assegurada a participação do município diretamente envolvido no processo de decisão.

#### Capítulo III

##### Do Fundo de Desenvolvimento Metropolitano de Montes Claros– FUNMOC

Art. 11 - Fica instituído o Fundo de Desenvolvimento Metropolitano de Montes Claros – FUNMOC -, destinado a apoiar os municípios da Região Metropolitana na elaboração

e implantação de projetos de desenvolvimento institucional e de planejamento integrado do desenvolvimento socioeconômico e industrial e na execução de projetos e programas de interesse comum dos municípios, visando ao desenvolvimento auto-sustentável da região.

Art. 12 - São recursos do FUNMOC:

I - as dotações orçamentárias;

II - as doações, os auxílios, as contribuições e os legados que lhe forem destinados;

III - os provenientes de empréstimos e operações de crédito internas e externas destinadas à implementação de programas e projetos de interesse comum da Região Metropolitana de Montes Claros;

IV - a incorporação ao Fundo dos retornos das operações de crédito relativos a principal e encargos;

V - as receitas de tarifas dos serviços públicos metropolitanos;

VI - outros recursos.

Art. 13 - Poderão ser beneficiários dos recursos do FUNMOC, exclusivamente, as Prefeituras e os órgãos públicos da administração direta e indireta dos municípios integrantes da Região Metropolitana de Montes Claros e dos municípios do Colar Metropolitano.

Parágrafo único - É vedado ao FUNMOC realizar operação de crédito, nos termos do art. 35 da Lei Complementar Federal nº 101, de 4 de maio de 2000.

Art. 14 - O FUNMOC, de duração indeterminada, tem como unidade gestora a Assembléia Metropolitana e como agente financeiro, instituição de crédito oficial ou privada a ser definida pela Assembléia Metropolitana.

Parágrafo único - O agente financeiro não fará jus a remuneração pelos serviços prestados.

Art. 15 - São condições para a obtenção de financiamento ou de repasse de recursos do FUNMOC:

I - a apresentação de plano de trabalho de cada projeto ou programa, aprovado pela Assembléia Metropolitana, de acordo com as normas do Plano Diretor Metropolitano;

II - o oferecimento de contrapartida de, no mínimo, 10% (dez por cento) do valor do projeto ou programa pelo município, órgão ou entidade estadual ou municipal ou entidade não governamental beneficiários do projeto ou programa.

Art. 16 - A aplicação dos recursos financiados ou repassados pelo FUNMOC será comprovada na forma definida em regulamento pela Assembléia Metropolitana.

Art. 17 - Os demonstrativos financeiros e contábeis do FUNMOC obedecerão ao disposto na Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, ou em outra que vier a substituí-la, bem como às normas gerais e específicas do Tribunal de Contas do Estado.

Art. 18 - Aplicam-se ao FUNMOC, no que couber, as normas da Lei Complementar nº 27, de 18 de janeiro de 1993.

Art. 19 - As despesas do FUNMOC correrão à conta de dotação orçamentária própria.

#### Capítulo IV

##### Das Disposições Gerais

Art. 20 - Aplicam-se integralmente à Região Metropolitana de Montes Claros as regras contidas nos arts. 1º a 6º da Lei Complementar nº 26, de 14 de janeiro de 1993.

Art. 21 - Esta lei complementar em vigor na data de sua publicação.

Sala das Reuniões, 22 de março de 2011.

Luiz Henrique

Justificação: O projeto apresentado tem por objetivo instituir a Região Metropolitana de Montes Claros, em conformidade com os arts. 41 e seguintes da Constituição Estadual,

e a Lei Complementar nº 26, de 14/1/93.

A Região Metropolitana de Montes Claros será composta por seus municípios limítrofes, com o intuito de desenvolver a região de forma planejada e homogênea, “contribuindo para a redução das desigualdades regionais, mediante execução articulada de planos, programas e projetos regionais e setoriais dirigidos ao desenvolvimento global das coletividades do mesmo complexo geoeconômico e social” (art. 41, II, Constituição Estadual).

O Norte de Minas, emergente e em crescente desenvolvimento, necessita dessa região metropolitana para que haja realmente uma gestão dos interesses comuns, como, por exemplo, transporte intermunicipal, segurança pública, saneamento básico, uso do solo, preservação e proteção do meio ambiente, habitação, entre outros, de forma equilibrada, viabilizando, assim, um crescimento homogêneo. Isso posto, espero que meus pares apóiem a proposta e que emendas sejam apresentadas para o seu melhor aproveitamento, para que possamos, assim, contribuir mais uma vez com o Norte de Minas, que tanto necessita de incentivos e créditos.

- Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça, de Assuntos Municipais e de Fiscalização Financeira para parecer, nos termos do art. 192, c/c o art. 102, do Regimento Interno.